

RNV 2024

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO



SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CNODS
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral
Relatório nacional voluntário, Brasil 2024 / Secretaria-Geral da Presidência da
República. --- Brasília : Presidência da República, 2024.
356 p.: il.

ISBN 978-65-86360-45-5

1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). 2. Planejamento
estratégico. 3. Políticas públicas. 4. Participação social. 1. Título.

CDU 502.131.1

Bibliotecária: Thayse Mendes Barros - CRB-1/3305

Ficha Técnica

Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Secretária-Executiva

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS

Sérgio Godoy

Coordenação/Responsável Técnico

Thiago Gehre Galvão

Sérgio Godoy

Lavito Person Motta Bacarissa

Projeto Gráfico e Arte

Thiago V. F. Ruivo

Diagramação

Thiago V. F. Ruivo

Caco Bisol

Equipe Técnica

Adriana Araujo Beringuy- IBGE

Aglaêr Alves da Nóbrega - MS

Alessandra Nilo - Gestos

Alexandre Reis Siqueira Freire - MCOM

Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho - MCID

Alice Junqueira Terra Caffaro - FIOCRUZ

Amanda Vieira - Fórum Nacional dos Prefeitos (FNP)

Ana Claudia Silva Pereira - Faculdade Zumbi dos Palmares

Ana Cristina de Oliveira Costa - FIOCRUZ

Ana Helena Rodrigues - Instituto Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Ana Luísa Jorge Martins - FIOCRUZ

Ana Paula Fioreze - ANA

Anatalina Lourenço da Silva - MTE

André de Mello e Souza - IPEA

André Geraldo de Moraes Simões-IBGE

André Luiz Martins Costa-IBGE

André Luís Nogueira da Silva - SRI/PR

Andressa Pellanda -Instituto Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Angelita de Souza Coelho-IBGE

Antônio Francisco da Costa e Silva Neto - MCID

Antônio Sena do Nascimento - IBGE
Antonio Sergio Malaquias Queiroz Filho - MIDR
Aurélio Berlinck Seara - Itaipu Binacional
Benilson Barreto - MS
Betina Fresneda- IBGE
Bianca Oliveira Medeiros - MMA
Bruno Mandelli Perez - IBGE
Bruno Rodrigues da Silva - MPI
Camila Valverde - UN Global Compact Impact Initiatives
Carina Giunco - Instituto Selo Social
Carlos Antônio Lopes de Araújo - Casa Civil/PR
Carolina Esther Kotovicz Rolon - IPEA
Carolina Favero de Souza - MTUR
Caroline Santos- IBGE
Celso José Monteiro Filho- IBGE
Cimar Azeredo Pereira- IBGE
Claudia Regina Baddini Curralero - IPEA
Cleandro Henrique Krause - IPEA
Clician Couto - IBGE
Cloves Eduardo Benevides - MTR
Cristina Fróes de Borja Reis - MF
Daniel Lodetti - MRE
Daniel Vaz Freire - Rede Unisol Brasil
Delma Santos de Andrade - SECOM/PR
Denise Guichard Freire - IBGE
Denise Maria Penna Kronemberger - IBGE
Denise Ribeiro Bueno - MS
Edilson Benedito da Silva Filho - IPEA
Eduardo Santarelo Lucas - SECOM/PR
Elias Begnini - MMA
Elise Sueli Pereira Gonçalves - GSI/PR
Enid Rocha Andrade da Silva - IPEA
Erica Vieira Marcos - Confederação Nacional dos Transportes
Fabiano Colpo Mahl - Consultor PNUD
Fabiano Mezadre Pompermayer - IPEA
Fábio Alves - IPEA
Fabiola Sulpino Vieira - IPEA
Fabrício Silveira - FIOCRUZ
Fani Mamede - MTR
Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira - MDA
Fernanda Rodrigues Machado Farias - Teia Carta da Terra Brasil
Fernanda Yumi Wakayama - Itaipu Binacional
Fernando Peres- IBGE
Filipe Eduardo Piero de Oliveira Borsani - IBGE
Filipe Keuper Rodrigues Pereira- IBGE
Flavia Caheté Lopes- IBGE

Flavia Nico Vasconcelos – MPOR
Flávio José Marques Peixoto– IBGE
Francine Junqueira – Marista do Brasil Union
Frederico França Batista – MDIC
Frederik Dejonghe – UN Global Compact Impact Initiatives
Gabriela Alem Appugliese – Estratégia ODS
Gabriela Drummond Marques da Silva – FIOCRUZ
Gabriela Freitas da Cruz – IBGE
Gesmar Rosa dos Santos – IPEA
Gil Pinto Loja Neto – MCOM
Glauro Avelino Sampaio Oliveira – IPEA
Guilherme Antônio Corrêa Cunha – MAPA
Herbert Borges Paes de Barros – MGI
Inês Eugênia Ribeiro da Costa – MS
Isabel Gouvêa M. Ferreira – Consultor PNUD
Isadora de Oliveira Silva – MIR
Israel de Oliveira Andrade – IPEA
Ivone Lopes Bat Lima Bergamini – IBGE
James Elias Junior – MDIC
Janaína Pochapski Al Odeh – CNC
Jhulio Antônio dos Santos Prando– Itaipu Binacional
Joana Mostafa – IPEA
João Hallak Netoista– IBGE
José Alberto Saraiva – Faculdade Zumbi dos Palmares
José Gustavo Feres – IPEA
José Eduardo Malta de Sá Brandão – IPEA
José Leonardo Maniscalco – MD
Julia de Carvalho Catão Dias – IDEC
Juliana Mendes Rodrigues – MGI
Juliane da Silva Arnaud – MPA
Júlio César Roma – IPEA
Kleber Souza dos Santos – MAPA
Laís Campelo Corrêa Torres – MTUR
Laura Cury – ACT
Lázara Cristina do Nascimento de Carvalho – MJSP
Leonardo Barbosa Rossato – M. Esporte
Leonardo Heller – René Rachou Institute
Leonardo Queiroz Athias – IBGE
Leonardo Santos de Oliveira– IBGE
Leonéa Vitória Santiago – M. Esporte
Leticia Lemos Jardim – FIOCRUZ
Letícia Leobet – Instituto Geledes
Lídia Ferreira – União Brasileira de Mulheres (UBM)
Ligia Leite Soares – Itaipu Binacional
Liliane Cristina Gonçalves Bernardes – IPEA
Lincoln Bernardes Júnior – GSI/PR

Lúcia Regina Florentino Souto - MS
Luciana Bruno - PNUD
Luciana Peres - MDHC
Luis Carlos Garcia Magalhães - IPEA
Luis Claudio Kubota - IPEA
Luiz Gustavo Lo-Buono Moreira de Souza Lima - MDHC
Maira Cristina Chena de Almeida - Itaipu Binacional
Maíra Bonna Lenzi- IBGE
Maíra Luísa Milani de Lima - CGU
Manuella Mirella Nunes da Silva - União Nacional dos Estudantes
Marcela Ayub Brasil - ANA
Marcela Jacominy de Amorim Mendes - CGU
Marcelo Vianna - MPA
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg - MINC
Márcia Regina de Carvalho Sousa Gonçalves Muchagata - MDS
Marco Antonio Ratzsch de Andreazzi - IBGE
Marcos Dantas Hecksher - IPEA
Marcela Ayub Brasil- MS
Marli de Mesquita Silva Montenegro- MS
Maria Auriana Pinto Diniz - MEC
Maria Bernadete Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez - IPEA
Maria Ceicilene Aragão Martins - MME
Maria de Fatima Pereira - MS
Maria Eufrásia de Oliveira - MS
Maria Francisca Santos Abritta Moro - CGU
Maria Jocicleide de Aguiar - MMulheres
Maria Lúcia Franca Pontes Vieira- IBGE
Mariana Barbosa Cirne - AGU
Mariana Belmont - Geledés Institute
Marina Cavalini Bailão - MPOR
Marina Jorge de Miranda - MS
Marina Muniz Cavalcanti - CNODS/SG/PR
Marli de Mesquita Silva Montenegro - MS
Matias Rebello Cardomingo - MF
Maurício Cortez Reis - IPEA
Mauro Oddo Nogueira - IPEA
Mauro Santos Silva - IPEA
Michel Vieira Lapip- IBGE
Milena Karla Soares - IPEA
Milko Matijascic - IPEA
Miriam Salete Licnerski Barreto - Moradia e Cidadania
Murilo Batista de Oliveira Santos - Itaipu Binacional
Nanah Sanches Vieira - IPEA
Natalete Oliveira da Silva - MINC
Natália Massaco Koga - IPEA
Octavio Costa de Oliveira- IBGE

Osvaldo Ljis Leal de Moraes – MCTI
Patricia de Aquino Prudente – Estratégia ODS
Patrícia Maria Santos de Carvalho – CNODS/SG/PR
Patrícia Ravallet – MDA
Paulo Ernani Gadelha – FIOCRUZ
Paulo Wagner Teixeira Marques – IBGE
Pedro Helena Pontual Machado – Casa Civil/PR
Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza – IPEA
Priscila Gonçalves de Oliveira – AGU
Priscila Koeller Rodrigues Vieira- IPEA
Priscila Oliveira da Silva – CNC
Rafael Braz de Oliveira – CNI
Rafael Bruxellas Parra – SRI/PR
Rafaela Junqueira – MRE
Raimunda Caldas Barbosa – União Marista do Brasil
Ranna Mirthes Sousa Correa – IPEA
Raphael Curioso de Lima Silva – MS
Raymundo Pires Monteiro – MD
Renata Alves de Oliveira Carvalho – MIDR
Renata Del Vecchio Gessullo – IBGE
Renata Vargas Amaral – MPO
Renato Nunes Balbim – IPEA
Ricardo Neves Romcy Pereira – MPI
Rita Silvana Santana dos Santos – MEC
Robely Carneiro – Moradia e Cidadania
Rodrigo Dantas da Silva – MS
Rodrigo Fuhr – ABM
Rodrigo Portella Guimarães – MJSP
Rodrigo Ramiro – Consultor PNUD
Rodrigo da Silveira Pereira- IBGE
Rogério Schmidt Campos – MDS
Rômulo Paes de Sousa – FIOCRUZ
Rosa Maria Soares Doria – IBGE
Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira- IBGE
Rubia Quintão – IPEA
Samuel Cruz dos Santos- IBGE
Sandra Silva Pausen – IPEA
Sandro Sacchet de Carvalho – IPEA
Selaide Rowe Camargo – MS
Sérgio Luiz Rodrigues Pereira – MTE
Sônia da Costa – MCTI
Suetônio Queiroz – MS
Synthia Kariny Silva de Santana – IBGE
Tassia Gaze Holguin – IBGE
Tatiana Dias Silva – MIR
Thais de Oliveira Barbosa Mothe – IBGE

Therence Paollielo de Sarti- IBGE
Valcler Rangel Fernandes - MS
Valéria Rezende de Oliveira - IPEA
Valquíria Dias Fonseca - CAA/NM
Vanessa Gapriotti Nadalin - IPEA
Vanja Santos - UBM
Vicente de Azevedo Araujo Filho - MRE
Vilson Santos - CNT
Vinicius de Araújo Oliveira - MS
Virgínia de Angelis Oliveira de Paula - MPO
Walter Antonio Desiderá Neto - IPEA
Wanessa Debôrtoli de Miranda - FIOCRUZ
Wenderson Gasparotto - Rede Unisol Brasil
Yara Resende Marangoni Martinelli - Consultora PNUD
Zorilda Gomes de Araujo - FIOCRUZ

Créditos fotos

P. 12 - Intervenção artística sobre fotos do Flickr da Presidência da República (Divulgação) e foto : Presidente Lula subindo a rampa do Planalto em 2023 - Ricardo Stuckert / PR
P. 29 - Flickr MPI
P. 35 - Flickr MDHC
P. 40 - Flickr MDS
P. 49 - Flickr MPI
P. 61 - Flickr MIR
P. 65 - Flickr MDS
P. 70 - Flickr MPI
P. 71 - Foto 1 MD / Foto 2 -MJSP
P. 76 - Flickr MDHC
P. 86 - Flickr MPI
P. 89 - Flickr MIR
P. 95 - Flickr MDHC
P. 122 - Fotos 1 e 2 - Embrapa
P. 147 - Foto 3 Flickr MDS
P. 155 - Foto 4 - Ricardo Botelho MME
P. 160 - Foto 3 Flickr MDS
P. 168 - Foto 3- Flickr MI - Foto 4- Flickr MT - Marcio Ferreira
P. 176 - Foto 1 - Angelo Miguel/MEC

Agradecimentos

A todos os participantes do grupo de pontos focais e aos membros da Comissão Nacional para os ODS, sem os quais este relatório não teria a qualidade alcançada.

Às instituições do grupo de redação: IPEA, IBGE, Fiocruz, Ministério do Planejamento e Orçamento e Ministério das Relações Exteriores, que trabalharam com dedicação e cuidado para a construção deste relatório.

À equipe de Itaipu Binacional pelo apoio substantivo na realização deste relatório.

Ao PNUD, e toda sua equipe no Brasil, um agradecimento especial pela sólida parceria que tem viabilizado não apenas produtos de impacto como este relatório, assim como pela contribuição à implementação da Agenda 2030 no Brasil



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministros:

Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Paulo Roberto Severo Pimenta

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Advocacia-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Controladoria-Geral da União

Vinicius Marques de Carvalho

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministério das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministério da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministério das Comunicações

José Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministério da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Ministério da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministério do Esporte

André Luiz Carvalho Ribeiro

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministério da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Enrique Ricardo Lewandowski

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministério de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministério das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministério da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministério do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministério de Portos e Aeroportos

Silvio Serafim Costa Filho

Ministério dos Povos Indígenas

Sonia Guajajara

Ministério da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministério das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira

Ministério da Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministério do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministério do Turismo

Celso Sabino de Oliveira





Apresentação Presidencial

Em 2023 foi retomado o compromisso do Brasil com a Agenda 2030. O país está se reconstruindo após os efeitos da pandemia, do negacionismo da ciência e dos ataques ao Estado Democrático, que produziram mortes, desemprego, desinformação, inflação e o retorno da fome em um Brasil que antes era admirado pelo mundo por suas políticas inovadoras de desenvolvimento.

Com relação à Agenda 2030, da qual o Brasil foi intenso participante desde suas primeiras negociações internacionais, o período anterior também foi conturbado. O último Relatório Nacional Voluntário (RNV) data de 2017 e a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi extinta em 2019. Mesmo assim, a sociedade brasileira adotou os ODS como orientação estratégica para criar alternativas e resistência.

Em correção de rota, o Governo Federal reintroduziu a participação social como método de governo e recriou em 2023 a CNODS, uma comissão paritária com a participação de todos os ministérios, de governos estaduais e municipais, e de representações plurais da sociedade civil. Também reorganizou as prioridades internas para o acompanhamento e aceleração da Agenda 2030.

Neste RNV, o Brasil está comprometido com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, que tem definido as escolhas e ações para enfrentar as profundas desigualdades históricas.

O Brasil retomou sua participação ativa em fóruns internacionais, promovendo agendas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como demonstram os temas prioritários de sua presidência no G20: combate à fome e à pobreza; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global. O grande objetivo subjacente a essas prioridades é a redução das desigualdades dentro das nações e entre elas, que o Brasil elegeu como “objetivo-síntese” da Agenda 2030.

Internamente, foram reconstruídas as condições do desenvolvimento sustentável, em seus pilares sociais, econômicos e ambientais.

Na dimensão social, o Programa Bolsa Família foi refundado e ampliado, para aumentar os efeitos das transferências de renda. O emprego, por sua vez, foi recuperado, promovendo o poder de compra popular pela queda da inflação e estimulando o crescimento da economia.

O compromisso histórico com o combate à fome, à pobreza e às desigualdades é complementado com a proposta pioneira de adoção voluntária do 18º objetivo sobre igualdade étnico-racial. O ODS 18 representa o compromisso brasileiro com o enfrentamento às desigualdades étnico-raciais enquanto ponto central para a sustentabilidade. Em linha com os ODS 5 e 10, o Brasil criou o Ministério das Mulheres e o Ministério da Igualdade Racial

e, pela primeira vez na história, passou a contar com um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por uma mulher indígena.

Na dimensão ambiental, as prioridades são o combate ao desmatamento e o enfrentamento das emergências climáticas. Já alcançamos uma diminuição substantiva do desmatamento na Amazônia em 2023, revertendo a tendência de aumento dos anos anteriores. Reconhecemos que os impactos dos eventos climáticos extremos são sentidos, sobretudo, pelas populações socioeconomicamente vulnerabilizadas.

O governo brasileiro tem integrado as ações de mitigação e adaptação e as contribuições nacionalmente determinadas com os ODS. Ressalta-se a realização da COP30, em 2025, na cidade amazônica de Belém, além de ações relacionadas à governança da água, cidades sustentáveis, proteção do oceano e uso de energia renovável.

Na dimensão econômica, a inovação e a sustentabilidade fundamentam a Nova Política Industrial, que tem como missão o fomento à bioeconomia, descarbonização e transição energética justa. Destaca-se, também, o Plano de Transformação Ecológica, que visa a uma transição justa e propõe intersetorialmente parce-

rias com atores estatais e não-estatais.

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, estruturado com participação social, apresenta indicadores e metas que permitirão avaliar e monitorar a execução do orçamento. O referido plano foi aprovado como Lei Federal para o período entre 2024 e 2027 e está conectado com as metas e indicadores da Agenda 2030. Assim, o PPA fortalece os instrumentos de monitoramento dos ODS no Brasil.

A tragédia recente das chuvas intensas, transbordamentos e alagamentos no Rio Grande Sul caracterizam-se como um evento climático extremo. Situações como esta decorrem da emergência climática e serão cada vez mais frequentes e intensas, sinalizando para a urgência de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Este relatório reforça que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão social, instituições sólidas e uma democracia plena. Os próximos anos serão de grandes desafios para o mundo e para a Agenda 2030. O Brasil reafirma seu compromisso com alcançar as metas e indicadores dos ODS, visando alcançar um futuro mais pacífico, justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.



Sumário

Lista de Boxes, Gráficos e Tabelas	18
Lista de Abreviaturas e Siglas	25
Sumário Executivo do RNV Brasil 2024	28
Introdução	44
Capítulo I - Caminho de Construção do RNV 2024	46
1.1. Contexto de realização	48
1.2. Criação do arcabouço institucional	48
1.3. De acordo do Brasil em apresentar o RNV em 2024	48
1.4. Realização de Oficina Metodológica Inaugural	48
1.5. Definição da concepção do RNV Brasil 2024	49
1.6. Estabelecimento das prioridades	49
1.7. Coordenação de produção do relatório	49
1.8. Engajamento internacional para aprender e compartilhar	49
1.9. Metodologia de Construção do RNV 2024	50
1.10. Mobilização do governo e da sociedade	50
1.11. Definição da identidade visual	51
1.12. Produção textual - sistematização, subsídios e escrita do RNV	51
1.13. Finalização do texto do RNV	52
Capítulo II - Institucionalização e Priorização da Agenda 2030 no Brasil	54
2.1. Reconstrução da institucionalidade da Agenda 2030 no Brasil	55
2.2. Retomada da governança brasileira dos ODS	60
2.3. Integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável no Plano Plurianual (PPA) e em políticas multissetoriais estruturantes	62
2.4. Casos de políticas públicas brasileiras que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável	65
2.5. "Não deixar ninguém para trás"	79
2.5.1 Quem são as pessoas deixadas para trás?	79
2.5.2 Mapeando as desigualdades a partir de evidências	82
2.5.3 Combate às desigualdades e promoção da equidade	85
Capítulo III - Progresso nas Metas e Objetivos da Agenda 2030 no Brasil	99
Contexto	100
3.1. Análise geral do Progresso das Metas	101
ODS 1 - Análise do Progresso das Metas	111
ODS 2 - Análise do Progresso das Metas	119
ODS 3 - Análise do Progresso das Metas	130
ODS 4 - Análise do Progresso das Metas	139

ODS 5 - Análise do Progresso das Metas	146
ODS 6 - Análise do Progresso das Metas	154
ODS 7 - Análise do Progresso das Metas	162
ODS 8 - Análise do Progresso das Metas	167
ODS 9 - Análise do Progresso das Metas	175
ODS 10 - Análise do Progresso das Metas	183
ODS 11 - Análise do Progresso das Metas	191
ODS 12 - Análise do Progresso das Metas	198
ODS 13 - Análise do Progresso das Metas	204
ODS 14 - Análise do Progresso das Metas	213
ODS 15 - Análise do Progresso das Metas	219
ODS 16 - Análise do Progresso das Metas	226
Capítulo IV - Meios de Implementação dos ODS no Brasil	235
4.1. Introdução	236
4.2. O Brasil e o ODS 17: os meios de implementação em números	237
4.2.1. A abordagem global brasileira para o tema	237
4.2.2. Análise do progresso das metas	237
4.2.3. Principais políticas e ações governamentais que contribuem para o alcance do ODS 17	244
4.2.4. Análise das recomendações da sociedade civil	246
4.3. Parcerias multissetoriais e financiamento integrado: avanços no Brasil	246
4.3.1. Parcerias do Sistema Nacional de Fomento pelos ODS	248
4.3.2. Meios de implementação da Agenda 2030 no contexto brasileiro	250
4.4. A interligação de metas e a coerência de políticas no Brasil	251
Ações Governamentais e Medidas Institucionais Alinhadas com os ODS	253
Capítulo V - Visão de Futuro e Próximos Passos	259
5.1. Principais realizações	261
5.1.1. Na implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil	261
5.1.2. No enfrentamento de desafios históricos e estruturais	262
5.2. Próximos Passos: rumo a uma Agenda pós-2030	264
Capítulo VI - Anexo Estatístico	267
6. 1. Anexo Estatístico	268

Apêndice - Lista de Boas Práticas para implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, por segmento

Governo Federal	280
Empresas Estatais	325
Governos Locais	328
Setor Privado	339
Sociedade Civil	349

Lista de boxes, gráficos e tabelas

Figura - Síntese da Construção do RNB Brasil 2024	46
Box - Passo a passo para a construção do RNV	53
Box - Empresas Estatais e Agenda 2030	57
Box - Poder Legislativo e Agenda 2030	58
Box - Poder Judiciário e Agenda 2030	58
Box - Governos Subnacionais e Agenda 2030	59
Box - Setor Privado e Agenda 2030	60
Box - Sociedade Civil e Agenda 2030	61
Box - Ações para o desenvolvimento sustentável da Amazônia	73
Tabela 1 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE)	84
Box - Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres	86
Box - Reforma Agrária e os ODS	87
Box - Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)	94
Gráfico 1 - Brasil: Desempenho das metas dos ODS 2016-2022	101
Quadro 1 - Brasil: Desempenho das metas segundo cada ODS 2016-2022	102
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	103
ODS 2 - Erradicar a Fome	103
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	104
ODS 4 - Educação de Qualidade	104
ODS 5 - Igualdade de Gênero	104
ODS 6 - Água Potável e Saneamento	105
ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	105
ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Inclusivo	105
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	106
ODS 10 - Redução das Desigualdades	106
ODS 11 - Cidades Resilientes	107
ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis	107
ODS 13 - Mudanças Climáticas	108
ODS 14 - Vida nos Oceanos	108
ODS 15 - Vida na Terra	109
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	109
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	110
Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	112
Gráfico 1.1 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$2,15 <i>per capita</i> por dia. 2012-2022	113
Gráfico 1.2 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$2,15 <i>per capita</i> por dia, por subgrupos populacionais/2012-2022	
a) Por macrorregião	114
b) Por sexo	114
c) Por cor ou raça	114
d) Por situação do domicílio	114
Gráfico 1.3 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$6,85 <i>per capita</i> por dia 2012-2022	115
Gráfico 1.4 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$6,85 <i>per capita</i> por dia por subgrupos populacionais 2012-2022	115

ODS 01

a) Por macrorregião	115
b) Por sexo	115
c) Por cor ou raça	115
d) Por situação do domicílio	115
Tabela 1.1 - Brasil: Indicadores de pobreza multidimensional, 2008 e 2017	116
Box - A disseminação do Programa Bolsa Família	117
Quadro 1.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 1 - 2016-2022	118

ODS 02

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	120
Gráfico 2.1 - Brasil: Proporção de Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio (%)	121
Tabela 2.1 - Brasil: Prevalência de déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos (%) 2009 e 2019	122
Gráfico 2.2 - Brasil: Prevalência de déficit de altura para idade segundo o IEN (quintos de renda) (%) 2019	123
Tabela 2.2 - Brasil: Prevalência de subalimentação nas crianças menores de 5 anos, baixo peso e excesso de peso para a idade 2006 e 2019	123
Gráfico 2.3 - Brasil: Área plantada de lavouras temporárias (%). 2022	124
Gráficos 2.4 - Brasil: Área plantada para grupos de lavoura selecionados:	125
a) milho e soja e	
b) arroz, feijão e mandioca (em milhões de hectares) 2005-2022	
Gráfico 2.5 - Brasil: Crédito Rural – Percentual dos recursos contratados por tipo de cultivo 2013-2023	125
Gráfico 2.6 - Brasil: Número e área de estabelecimentos agropecuários com sistemas agroflorestais (em milhões de hectares) 2006-2017	126
Gráfico 2.7 - Brasil: Número de produtores orgânicos certificados 2012-2019	126
Gráfico 2.8 - Brasil: Registros de agrotóxicos 2000-2022	126
Gráfico 2.9 - Brasil: Venda de agrotóxicos (em toneladas) 2009-2022	127
Box - A Embrapa e o Banco Genético Brasileiro	127
Quadro 2.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 2 - 2016-2022	128

ODS 03

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	131
Gráfico 3.1 - Brasil: Razão da mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) 2016-2022	132
Gráfico 3.2 - Brasil: Número de nascidos vivos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos por mil mulheres desses grupos etários 2016-2022	133
Gráfico 3.3 - Brasil: Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos e neonatal (óbitos por mil nascidos vivos) 2016-2022	133
Gráficos 3.4 e 3.5 - Brasil: a) Probabilidade de morrer dos 30 aos 69 anos por algumas doenças crônicas e b) taxa de mortalidade por suicídio 2016-2022	134
Gráficos 3.6 e 3.7 - Brasil: Taxa de mortalidade atribuída a a) fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene e b) à intoxicação não intencional (óbitos por cem mil habitantes) 2016 a 2022	135
Box - Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Mais Médicos (PMM)	137
Gráfico 3.8 - Brasil: Cobertura vacinal, por vacina (%) 2016-2022	137
Quadro 3.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 3. 2016-2022	138
Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	140

ODS 04

Gráfico 4.1 – Brasil: Proporção da população em idade escolar que está estudando, segundo a etapa de ensino (%) 2016 e 2022	141
Gráfico 4.2 - Brasil: Índices de paridade entre mulher e homem e entre rural e urbano, aos 5 anos de idade, por UF (estados e distrito federal) 2022	141
Tabela 4.1 - Brasil: Proporção das escolas com infraestrutura por etapa de ensino (%)	142
Tabela 4.2 - Brasil: Proporção de professores com formação adequada em relação às disciplinas em que atua no Brasil segundo as etapas de ensino (%)	142
Box - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	143
Quadro 4.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 4 - 016-2022	144

ODS 05

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	147
Gráfico 5.1 - Brasil: Taxa de homicídio de mulheres no domicílio (por 100 mil habitantes), segundo a cor/raça 2017-2021	148
Gráfico 5.2 - Brasil: Percentual de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência sexual alguma vez na vida, por UF (estados e distrito federal) 2019	148
Box - Delegacias da mulher passam a prestar atendimento 24 horas	149
Gráfico 5.3 – Brasil: Proporção de Casamentos cujo cônjuge feminino tinha idade igual ou inferior a 17 anos (%) 2011-2021	150
Gráfico 5.4 - Brasil: Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo e raça/cor (%) 2016-2022	151
Gráfico 5.5 - Brasil: Proporção de mulheres parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados (%) 2014, 2018 e 2022	152
Gráfico 5.6 - Brasil: Proporção de mulheres em posições gerenciais (%) 2016-2022	152
Gráfico 5.7 - Brasil: Proporção de mulheres e meninas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone celular, por situação do domicílio (%) 2016-2022	153
Quadro 5.1 – Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 5 2016-2022	153

ODS 06

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	155
Gráfico 6.1 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção da população que utiliza serviços de água gerenciados de forma segura – população total (urbana + rural) (%) 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022	156
Gráfico 6.2 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura (%) 2015, 2019 e 2022	157
Gráfico 6.3 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura (%) 2015 e 2019	157
Gráfico 6.4 - Brasil: Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental da água (%) 2010-2022	158
Gráfico 6.5 - Brasil: Nível de estresse hídrico - Proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis (em unidades e faixa de 0-100) 2009, 2014 e 2019	158
Gráfico 6.6 - Brasil: Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (em unidades) 2010-2020	159
Box - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão)	160
Quadro 6.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 6 2016-2022	161
Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	163
Gráfico 7.1 - Brasil: Percentagem da população com acesso à energia elétrica (%) 2011- 2022	163

ODS 07

Box - Programa Luz para Todos	164
Gráfico 7.2: Unidades da Federação (estados e distrito federal): Percentagem da população com dependência primária em combustíveis e tecnologia limpos 2015	164
Gráfico 7.3 - Brasil: Participação das energias renováveis na OIE 2016-2022	165
Gráfico 7.4 - Brasil: Intensidade energética medida em termos de energia primária e do PIB (tonelada equivalente de Petróleo/Mil US\$ PIB PPC 2017) 2016-2022	165
Gráfico 7.5 - Brasil: Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts <i>per capita</i>) 2016-2022	165
Quadro 7.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 7 2016-2022	166

ODS 08

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	168
Gráfico 8.1 - Brasil e Mundo: Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i> (%) 2016-2023	168
Gráfico 8.2 - Brasil e OCDE: Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada (%) 2016-2022	169
Box - Brasil Mais Produtivo	170
Gráfico 8.3 - Brasil: Taxa de informalidade em duas definições (%) 2012-2023	170
Gráfico 8.4 - Brasil: Rendimento médio por hora real (R\$ de 2022) 2012-2023	171
Gráfico 8.5 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas de 15 anos ou mais (%) 2015, 2022, 2023	171
Gráfico 8.6 - Brasil: Percentuais de pessoas de 15 a 24 anos em duas situações (%) 2015-2023	172
Quadro 8.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 8 2016-2022	174

ODS 09

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	176
Gráficos 9.1 - Brasil: Evolução de passageiros transportados por modalidade de transporte 2016-2023	176
a) Aéreo em milhões de RPK	
b) Ferroviário em milhões de RPK	
c) Rodoviário em milhões de RPK	
Gráficos 9.2 - Brasil: Evolução de cargas transportadas por modalidade de transporte 2016-2023	177
a) Aéreo em milhões de RPK	
b) Aéreo em milhões de TKU	
c) Aquaviário em milhões de TKU	
d) Ferroviário em milhões de TKU	
e) Rodoviário em milhões de TKU	
Gráfico 9.3 - Brasil: Investimento público federal em transportes, por modalidade, em relação ao PIB (%) 2016 - 2022	178
Gráfico 9.4 - Brasil: Investimento privado aplicado em concessões federais de transportes, por modalidade, em relação ao PIB (%) 2021 - 2022	178
Gráfico 9.5 - Evolução do valor adicionado das indústrias de transformação, em proporção do PIB (%) 2021 - 2022	178
Gráfico 9.6 - Evolução do valor adicionado das indústrias de transformação <i>per capita</i> (reais de 2010)	179
Gráfico 9.7 - Evolução do Emprego nas indústrias de transformação em proporção do emprego total (%) 2021 - 2022	179
Gráfico 9.8 - Brasil: Taxa de investimento (%) 2016-2023	179
Gráfico 9.9 - Brasil: Emissão de CO2 pelo PIB 2016-2020	180
Box - Taxonomia Sustentável Brasileira	180
Gráfico 9.10 - Brasil: Evolução do dispêndio em P&D em proporção do PIB (%) 2016-2020	181
Gráfico 9.11 - Brasil: Evolução da proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (%) 2016-2022	181

ODS 09

Gráfico 9.12 - Brasil: Evolução do total de domicílios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares). 2016-2022	182
Quadro 9.1 – Evolução dos indicadores das metas globais do ODS 9 2016-2022	182

ODS 10

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	184
Gráfico 10.1 - Brasil: Taxa de crescimento anual do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> da população total e dos 40% mais pobres, entre o ano de referência e 5 anos antes 2012-2021	184
Gráfico 10.2 - Brasil: Distribuição da renda no país (%) 2015-2022	185
Tabela 10.1 - Brasil: Crescimento da renda, por grupos de renda 2001-2015	185
Tabela 10.2 - Brasil: Proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% do rendimento de todas as fontes domiciliar mediano, por sexo, idade e raça (%) 2016 – 2022	185
Gráfico 10.3 - Brasil: Fração das remunerações do trabalho no PIB, compreendendo salários e transferências sociais 2015-2020	187
Tabela 10.3 - Brasil: Indicadores de solidez financeira, médias anuais, 2016 -2022. (%)	188
Tabela 10.4 - Brasil: Gastos do governo federal com a cooperação internacional por modalidade (em R\$ 1 mil) 2019 e 2020	188
Tabela 10.5 - Brasil: Gastos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Internacional por ODS 2021	189
Box - A Cooperação internacional para o desenvolvimento brasileiro	189
Quadro 10.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 10 2016-2022	190

ODS 11

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	192
Gráfico 11.1 - Brasil: Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários (sem contabilizar localização do domicílio em favelas e comunidades urbanas) (%) 2016-2022	193
Gráfico 11.2 - Regiões Metropolitanas: Proporção da população vivendo próxima (num raio de 1 km) a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade (%) – média ponderada pela população das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Distrito Federal e Entorno, Curitiba (PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA), Belém (PA) e Fortaleza (CE) 2016-2021	194
Tabela 11.1 - Brasil: Razão da taxa de consumo de terra pela taxa de crescimento da população (grandes e médias áreas de concentração urbana - ACUs)	194
Gráfico 11.3 - Brasil: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes 2016-2022	195
Box - Ação preventiva aos riscos de desastres naturais	196
Quadro 11.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 11 2016-2022	197

ODS 12

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	199
Figura 12.1 - Eixos Temáticos do PLS	199
Box - Inovações nacionais contra perdas e desperdícios de alimentos	200
Gráfico 12.1 - Brasil e Grandes Regiões: Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado 2015-2021	201
Gráfico 12.2 - Brasil: Percentual de empresas que publicaram relatório de sustentabilidade, segundo o número de empregados 2017	201
Gráfico 12.3 - Brasil: Percentual de empresas que publicaram relatório de sustentabilidade, por setor de atividade 2017	201
Gráfico 12.4 - Brasil: Capacidade instalada de geração de energias renováveis 2016-2021	202
Quadro 12.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 12 2016-2022	203

ODS 13

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	205
Gráfico 13.1 - Brasil e Grandes Regiões: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes 2016-2022	206
Gráfico 13.2 - Brasil e Grandes Regiões: Número de desastres naturais 2016-2022	206
Tabela 13.1 - Brasil: Quantidade de decretos municipais de desastres por Unidades da Federação 2016-2022	207
Quadro 13.1 - Brasil: Implementação de estratégias nacionais de redução de riscos de desastres, em conformidade com as recomendações do Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres (2015-2030) 2018-2021	208
Tabela 13.2 - Brasil: Proporção de governos locais (Unidades da Federação) que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres (%) 2020	209
Box - O Brasil no G20 e a Agenda Clima	209
Gráfico 13.3 - Brasil: Emissões líquidas de GEE por setor (em milhões de toneladas de CO ₂) 2016 - 2020	210
Tabela 13.3 - Brasil: Emissões de gases do efeito estufa diretos, por fonte de emissão de gases (GT CO ₂ equivalentes) (crescimento % ano a ano) 2016-2020	211
Tabela 13.4 - Brasil: Emissões de gases do efeito estufa diretos, por fonte de emissão de gases (GT CO ₂ equivalentes) (crescimento % períodos selecionados) 1990-2020	211
Quadro 13.2 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 13	212

ODS 14

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	214
Box - Planejamento Espacial Marinho (PEM)	215
Figura 14.1- Brasil: Percentual de áreas marinhas e costeiras protegidas 2023	216
Quadro 14.1- Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 14	218

ODS 15

Gráfico 15.1 - Brasil: Área florestal como proporção da área total do território (%) 1990-2020	220
Gráfico 15.2 - Brasil: Proporção de sítios importantes (KBAs) para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por bioma 2015-2023	221
Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	222
Gráfico 15.3: Brasil: Taxa anual de alteração da área florestal (%) 2000-2020	222
Gráfico 15.4 - Brasil: Biomassa acima do solo (tonelada/hectare) 2000-2020	222
Gráfico 15.5: Brasil: Proporção de área florestal dentro de áreas protegidas (% em relação ao ano base de 2015) 2000-2020	223
Gráfico 15.6 - Brasil: Proporção de área florestal sob plano de manejo de longo prazo (% em relação ao ano base de 2015) 2000-2020	223
Gráfico 15.7 - Brasil: Área florestal sob esquema de certificação de manejo florestal verificado de forma independente (em mil hectares) 2000-2018	223
Box - Os PPCDC e seu potencial de implementação em outros países em desenvolvimento	224
Quadro 15.1- Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 15	225

ODS 16

Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	228
Gráfico 16.1 - Brasil: Proporção de despesas primárias do governo em relação ao orçamento original aprovado (%) 2016-2020	230
Gráfico 16.2. Brasil: Proporção de juizes em relação às distribuições nacionais, por sexo e grupos de idade, segundo níveis 2016-2021	231

ODS 16

Gráfico 16.3 - Brasil: Razão entre a proporção de vínculos públicos e proporção na população de 14 anos ou mais de idade, por sexo, cor/raça e condição de deficiência nos poderes 2016 e 2021	232
Box - Avançando a agenda de desenvolvimento sustentável para crianças e adolescentes no Brasil e na América Latina: progresso e aprendizados para uma ação acelerada	233
Quadro 16.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 16	234

ODS 17

Gráfico 17.1 - Brasil: Total das Receitas do Governo em Percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), por fonte 2016-2022	238
Gráfico 17.2 - Brasil: Percentagem do orçamento do Governo Federal financiada por impostos cobrados internamente 2016-2022	238
Box 17.1 - A atuação do Brasil por um monitoramento abrangente e mais adequado do apoio global ao desenvolvimento sustentável	240
Gráfico 17.3 - Brasil: Volume de remessas como proporção do PIB 2016-2021	240
Gráfico 17.4 - Brasil: Serviço da dívida como proporção das exportações de produtos e serviços 2014-2022	241
Tabela 17.1 - Brasil: Subscrições de internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes 2016-2022	242
Tabela 17.2 - Brasil: Proporção de indivíduos de 10 anos de idade ou mais que utilizam a internet por sexo, região e zona do território (%) 019, 2021 e 2022	243
Tabela 17.3 - Brasil: Síntese de recomendações dos Relatórios Luz Sobre o ODS 17 - 2019-2023	246
Box - Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal	247
Tabela 17.4 - Brasil: Desembolsos do Sistema Nacional de Fomento, classificados por ODS (em R\$ milhões correntes) 2020-2022	247
Quadro 17.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 17 2016-2022	248
Tabela 17.5 - Brasil: Missões do Plano ABDE 2030	249
Box - Contribuição das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) à Agenda 2030	251
Tabela 17.6 - Brasil: Metas com papéis de destaque nas interligações dos resultados obtidos na Agenda 2030- 2010-2023	252
Gráfico 1 - Proporção de Indicadores Globais ODS produzidos em relação ao total, por ODS	279
Gráfico 2 - Número de Indicadores Globais ODS produzidos, por ODS	279

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABM	Associação Brasileira de Municípios
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CBS	Contribuição sobre Bens e Serviços
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CNPD	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
CNPI	Conselho Nacional de Política Indigenista
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COP	Convenção das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima das Nações Unidas
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
DESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (do inglês Department of Economic and Social Affairs)
DCNT	doenças crônicas não transmissíveis
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EC	Emenda Constitucional
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EPT	educação profissional e tecnológica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Florestal
EPANB	Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade
ESTADIC	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (do inglês Food and Agriculture Organization)
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNP	Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
GTSC A2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Imposto sobre Bens e Serviços
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM-NM	Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado Dual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais

	orientações sexuais e identidades de gênero
LOA	Lei Orçamentária Anual
LULUCF	Uso da terra, mudança do uso da terra e floresta (do inglês Land use, land-use change, and forestry)
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada (do inglês Nationally determined contributions)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PnSiPn	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPCS	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
PTE	Plano de Transformação Ecológica
RNV	Relatório Nacional Voluntário
Seplan	Secretaria Nacional de Planejamento
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
STF	Superior Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (do inglês United Nations Framework Convention on Climate Change)
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas (do inglês United Nations Population Fund)
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (do inglês United Nations Human Settlements Programme)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (do inglês United Nations Children's Fund)

O BRASIL VOLTOU!

A person wearing a dark jacket and blue jeans is standing on a sidewalk, pointing their right index finger towards a poster on a brick wall. The poster features a large, colorful graphic of a rising sun with rays in shades of orange, red, and yellow. Below the graphic, the text 'RNIV 2024' is displayed in a stylized font, where the letters are filled with various images like a blue sky, green forest, and a cityscape. At the bottom of the poster, the words 'RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO' are written in a simple, sans-serif font.

RNIV 2024

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO

Sumário Executivo do RNV Brasil 2024

1. O Brasil possui um histórico de engajamento nas agendas de meio ambiente, direitos humanos e temas sociais que o credencia como um importante ator global.

Desde o primeiro encontro internacional ambiental de relevo da história, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), o Brasil vem defendendo que a agenda ambiental não pode ser discutida sem também se levar em consideração aspectos econômicos e sociais.

Em 1992, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda 21, um dos importantes frutos da conferência, ao lado das “Convenções do Rio” (Biodiversidade, Mudança do Clima e Desertificação), abrangeu questões ambientais, econômicas e sociais, diversos atores, níveis e esferas de governo, constituindo um importante instrumento de orientação do planejamento para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil implementou com sucesso os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, superando várias de suas metas, inovando na adaptação de metas à realidade nacional. Diversas políticas brasileiras foram reconhecidas internacionalmente como melhores práticas e replicadas em vários países do mundo. Com base nesta experiência e no engajamento de atores estatais e não-estatais nos ODM, o país desempenhou papel decisivo na negociação dos Objetivos de Desenvolvimento Sus-

tentável (ODS), iniciada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, sediada novamente no Brasil, vinte anos depois, em 2012 (a “Rio+20”).

2. Questões como fome zero e combate às desigualdades, além das temáticas de gênero, urbanas e ambientais, possuem o DNA da participação brasileira.

A partir da Rio+20, o Brasil consolidou-se como uma das lideranças diplomáticas dos países em desenvolvimento durante as negociações da agenda pós-2015, com uma participação ativa do governo, da sociedade civil organizada e do setor privado. Estes atores atuaram em conjunto no sentido de aumentar o escopo e a ambição dos ODS em relação aos ODM.

Além de estabelecerem objetivos não apenas para países em desenvolvimento, mas também aos desenvolvidos, os ODS também inovam ao trazer para as discussões internacionais de desenvolvimento sustentável temas até então discutidos separadamente em foros especializados, como a igualdade de gênero, a desigualdade dentro e entre países, instituições eficazes e padrões sustentáveis de consumo e produção.

Neste sentido, temas como fome zero, combate às desigualdades, igualdade de gênero, cidades e comunidades sustentáveis, e aumento do escopo e transversalidade das questões ambientais, possuem o DNA da participação brasileira nas negociações.

3. O Brasil retoma uma postura ativa e ativa no cenário internacional, alinhando suas agendas internacionais aos ODS.

O Brasil construiu seu protagonismo nas agendas de meio ambiente e desenvolvimento implementando ações nacionais e se engajando nos diálogos internacionais. Apesar do intenso envolvimento no processo de negociação e definição dos ODS, o Brasil passava por um período conturbado internamente. A expectativa de liderança do país na Agenda 2030 não se concretizou. O período entre 2016 e 2022 foi marcado por avanços transitórios, como a criação da CNODS, extinta em 2019, e retrocessos na maior parte dos indicadores dos ODS.

A partir de 2023, o novo governo brasileiro se compromete com a retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional. O país tem promovido agendas alinhadas aos ODS, como demonstrado na escolha dos temas prioritários em sua presidência do G20: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global. No mesmo sentido, o governo brasileiro tem priorizado as negociações internacionais sobre mitigação e adaptação climática e sediará em 2025 a COP 30 em Belém do Pará.

A retomada da Agenda 2030 e dos ODS representa um compromisso com o planejamento estratégico de longo prazo no país para o alcance de um desenvolvimento mais sustentável.

4. Desmantelamento: O retrocesso do Brasil no compromisso com a sustenta-

bilidade e com a justiça social, por uma escolha deliberada dos governos entre 2016 e 2022.

O Estado Democrático de Direito esteve sob ameaça em períodos recentes no Brasil. O desfecho de uma tentativa frustrada de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 representou o último ato de um ciclo político que teve como resultado a restrição de instituições públicas na sua capacidade de atuação, a descontinuidade ou descaracterização de políticas públicas e o fechamento dos canais de participação social. Esta situação afetou a capacidade do país de promover a Agenda 2030, cujo ápice foi a extinção da Comissão Nacional para os ODS, em 2019.

Na área ambiental, o desmonte foi caracterizado pelo estímulo à exploração predatória dos recursos naturais brasileiros e pelos ataques à gestão ambiental. São exemplos deste processo: a perseguição a servidores e o esvaziamento dos órgãos públicos de fiscalização, tais como o IBAMA e o ICMBIO; o esvaziamento do CONAMA, com a redução da representação da sociedade civil de 23 para 4 cadeiras; a alteração de normas ambientais, o afrouxamento de regras de licenciamento, entre outras; a contestação infundada de dados ambientais oficiais; e a interrupção do Fundo Amazônia.

O Brasil voltou ao Mapa da Fome, em 2022, devido ao desmonte das políticas públicas voltadas à segurança alimentar, dentre elas a extinção do CONSEA, em 2019, os cortes no orçamento do PAA, passando de cerca de 630 milhões de reais, em 2015, para 327,4 milhões de reais, em 2021; o nú-

mero de cisternas entregues caiu de 149 mil, em 2014, para cerca de 30 mil, entre 2018 e 2019. Além de descontinuidades das políticas de acesso à terra, crédito para produção, assistência técnica e apoio à comercialização. Segundo o IBGE, a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave passou de 7,8% dos domicílios particulares, em 2013, para 12,7%, em 2017-2018 e 9,4% em 2023. A cesta básica encareceu 60% entre 2019 e 2022.

Na área econômica, a regra fiscal da PEC 55/2016, conhecida como “teto de gastos”, em vez de trazer confiança e um horizonte seguro para os investimentos e o crescimento econômico, acabou limitando significativamente os investimentos do governo em áreas como saúde, educação e assistência social que, associadas à desestruturação do mercado de trabalho e à perda do poder de compra do salário mínimo levaram a uma combinação perversa de recessão econômica com aumento da pobreza e retorno da insegurança alimentar.

As reformas ultraliberais não cumpriram seus supostos objetivos de equilíbrio fiscal, geração de emprego e equilíbrio das contas públicas. O teto de gastos foi recorrentemente descumprido, sendo que a dívida pública líquida do setor público passou de 35,6%, em 2015, para 57,2%, em 2021. O PIB ficou estagnado entre 2016 e 2021. O desemprego passou de um patamar de menos de 7%, no início de 2015, para mais de 13% no auge da pandemia, o salário mínimo teve queda real de 1,7% entre janeiro 2019 e dezembro de 2022, e a informalidade cresceu chegando quase à metade da população ocupada no final de 2021.

Na área social, houve estagnação dos gastos em saúde nos patamares de 2015, em torno de 125 bilhões de reais, após um pe-

ríodo de contínuo crescimento que dobrou seu valor real entre 2003 e 2015. Já o orçamento destinado à educação decresceu a partir de 2015, após ter seu valor real triplicado entre 2003 e 2015.

A gestão da pandemia de COVID-19 foi marcada pela desinformação, principalmente em relação às vacinas, às medidas de isolamento social, o incentivo ao uso de medicamentos e tratamentos sem eficácia comprovada, como no caso da cloroquina, e o negacionismo científico. O Brasil se tornou o segundo país em número absoluto de mortes por COVID, mais de 710 mil, grande parte delas evitáveis.

Entre 2019 e 2022, não houve demarcação de Terras Indígenas, nem a criação de nenhuma nova Unidade de Conservação no Brasil. O descaso com a proteção das terras Indígenas, colaborou com o aumento do garimpo ilegal, a exploração de madeira e a invasão dos territórios indígenas, cujo exemplo é a tragédia com o povo Yanomami.

Os investimentos em segurança pública passou de 5,3 bilhões de reais, em 2011, para 2,51 bilhões de reais, em 2021, patamar mais baixo do que no início dos anos 2000. Enquanto isso, uma série de ações do governo foi adotada para flexibilizar o acesso a armas de fogo, o que resultou em um aumento de 91% no registro de armas, entre 2019 e 2020. Além de aumentar o acesso, foi feita a revogação de normativas que permitiam uma maior rastreabilidade de armas e munições.

Por fim, a política externa no período 2019-2022 enfraqueceu os elementos da ordem internacional, como o multilateralismo, o multiculturalismo e o regionalismo presentes na tradição diplomática brasileira. A

cooperação regional foi enfraquecida, tanto no Mercosul, como na Unasul e Celac. O Brasil desistiu de sediar a COP 25, em 2019, e as autoridades brasileiras colocaram em dúvida a gravidade da crise climática, na contramão da comunidade científica. Além disso, Brasil contrariou suas posições históricas ao se colocar contra a pauta de direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, da promoção da igualdade de gênero, nos fóruns internacionais.

Neste contexto de ameaças à democracia, fragilização das instituições e retrocessos em políticas públicas essenciais para o alcance de um desenvolvimento mais sustentável, a capacidade do governo de promover a Agenda 2030 e os ODS foi enfraquecida. Nada obstante, a mudança de rumo está em curso. O processo de reconstrução desta capacidade foi retomado, em 2023, com o retorno da centralidade da participação social, da valorização das experiências de fomento aos ODS. Neste processo contamos com a resistência ao desmonte das políticas sociais realizada pela sociedade civil organizada, academia, setor privado e governos subnacionais.

5. Monitoramento dos ODS: onde estamos?

O Capítulo III do RNV Brasil 2024, “Progresso nas Metas e Objetivos”, analisa individualmente o avanço de cada um dos ODS, com especial atenção às metas identificadas como prioritárias para o Brasil no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. No período compreendido entre 2016 a 2022, que é o intervalo de tempo da disponibilidade estatística dos indicadores nacionais, o Brasil enfrentou desafios significativos e um panorama complexo para o alcance das metas estabelecidas. Destas, apenas 14 (8,3%) foram plenamente alcançadas, enquanto 35 (20,7%) apresentaram uma evolução positiva. Por outro lado, 26 metas (15,4%) não mostraram nenhum progresso, e 23 (13,6%) sofreram retrocessos. Além disso, 71 metas (42%) não puderam ser adequadamente avaliadas devido à falta de dados disponíveis ou a irregularidades e brevidade nas séries de dados coletados. A pandemia de COVID-19 teve um impacto substancial, prejudicando o avanço em 37 das 169 metas (22%). Este evento demonstrou a vulnerabilidade das estratégias de desenvolvimento frente a crises globais e reforçou a necessidade de adaptabilidade



e resiliência nas políticas públicas. Seguem abaixo os principais apontamentos por ODS, visando identificar as áreas que requerem atenção prioritária para intervenções atuais e futuras.

O ODS 1, de Erradicação da Pobreza, apontou a persistência de desigualdades entre regiões, com taxas mais altas nas regiões Norte e Nordeste, e nacionalmente nas áreas rurais nos diferentes indicadores de pobreza. Os dados desagregados apontam para uma afetação maior entre a população negra e parda. Para atender à meta 1.1, de erradicar a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 por dia), o Brasil deverá reduzi-la anualmente cerca de 0,4% até 2030, o que se torna uma meta factível, ainda que desafiadora. O governo está mobilizando diversas políticas para atender tais urgências, incluindo a nova fase do programa de transferência de renda Bolsa Família de 2023, com a ampliação da cobertura e dos valores transferidos. Estes valores desempenham um papel crucial na redução da pobreza e da fome com foco na proteção à primeira infância, colaborando também com as metas de saúde (ODS 3) e educação (ODS 4).

O ODS 2, de Fome Zero e Agricultura Sustentável, mostrou que 9,4% dos domicílios do Brasil estavam em insegurança alimentar moderada ou grave em 2023, uma redução de 3,3 p.p. em relação a 2017-2018, mas 1,6 p.p. acima de 2013. O PPA 2024-2027 enfatiza o enfrentamento da insegurança alimentar e da pobreza como prioridades, além do fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável. Destacam-se os esforços da EMBRAPA para alcance da meta 2.5, através da manutenção da diversidade genética de espécies vegetais e animais, por meio do

banco genético, o maior da América Latina e quinto maior do mundo.

O ODS 3, de saúde e bem-estar, teve uma melhora lenta nos indicadores de mortalidade, como a meta 3.1, de redução da mortalidade materna, e a meta 3.2, de mortalidade neonatal e infantil, precisando de uma aceleração de esforços. A meta 3.3 sobre a incidência de enfermidades transmissíveis oscilou, com destaque para o indicador 3.3.2 que apresentou aumento de novos casos de tuberculose nos dois últimos anos analisados. Há ainda disparidades socioeconômicas e raciais no acesso à saúde, e desafios emergentes da carga contínua de doenças crônicas não transmissíveis. Uma preocupação atual é a performance negativa relativa à meta 3.b, devido à diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos. Desde 2023, o governo brasileiro vem implementando reformas e políticas para fortalecer o SUS, como a ampliação de Estratégia Saúde da Família, Programa Mais Médicos, Programa Nacional de imunizações, e a criação do Movimento Nacional pela Vacinação e do Programa Saúde com Ciência, que combate a desinformação sobre vacinas.

O ODS 4, de educação, traz desafios resistentes apesar da evolução positiva dos indicadores, como o atingimento das metas 4.1 e 4.2 na educação básica, e da meta 4.3 na educação profissional e tecnológica (EPT) e ensino superior. Verificam-se insuficiências no atendimento, baixa qualidade do aprendizado e necessidade de infraestrutura e professores capacitados para lidar com desigualdades sociais. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Pé-de-Meia, a iniciativa Mulheres Mil, a Nova Lei de Cotas, o fortalecimento da Política de Educação Inclusiva e da Es-

estratégia Nacional de Escolas Conectadas e a expansão da rede federal de ensino técnico visam assegurar acesso igualitário à educação para todos os cidadãos.

O ODS 5, de igualdade de gênero, apresenta dificuldade de acompanhamento da maioria das metas devido à falta de dados. Há também um importante recorte de raça a ser endereçado nas desigualdades encontradas. Em 2021, as mulheres negras tinham 30% mais chances do que as mulheres brancas de serem assassinadas dentro de casa, e 114% mais chances de serem assassinadas fora de casa. Ainda assim, percebe-se uma relativa estabilidade do indicador de taxa de mortalidade por homicídios em mulheres, e diminuição dos casamentos precoces. De outro lado, persistem desigualdades no trabalho doméstico não remunerado e na participação das mulheres na liderança política e empresarial. Há novas políticas de gênero sendo implementadas, como a Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a Lei de Igualdade Salarial e a Política Nacional de Cuidados.

O ODS 6, de água potável e saneamento, mostrou melhora nos indicadores, principalmente daqueles que já apresentavam um crescimento histórico, como o indicador 6.1.1, de acesso à água segura, que passou de 95,1% em 2015 para 97,9% em 2022. Apesar disso, o acesso ainda é desigual, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais. Por outro lado, ainda há um longo caminho para o alcance das metas prioritárias 6.2 e 6.3. Em 2022, o indicador 6.2.1a apontou apenas 62,2% da população com saneamento seguro, e o indicador 6.3.1 apenas 50,2% de tratamento do esgoto doméstico. O governo procura aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos, com o fortalecimento do Programa Cisternas, obras de infraestrutura hídrica, além do

controle de reservatórios.

O ODS 7, de energia limpa e acessível, destaca a performance brasileira positiva, principalmente na meta 7.1 com o acesso de 99,8% dos domicílios aos serviços de energia. Programas como o Luz para Todos têm sido fundamentais para reduzir desigualdades regionais e melhorar o acesso em comunidades isoladas, especialmente nas regiões norte e nordeste. Destaca-se também a meta 7.2 com o indicador 7.2.1, que indica 47,4% de fontes renováveis na matriz energética. O governo promove o aumento das fontes limpas via iniciativas como os Leilões de Energia Renovável, e o PPA 2024-2027 que busca garantir a segurança energética e expansão de fontes limpas.

O ODS 8, de trabalho decente e crescimento inclusivo, trouxe um desempenho abaixo da média. Houve estagnação da meta 8.1 de PIB per capita, e declínio na meta 8.2 de PIB por pessoa ocupada, além de aumento na taxa de desocupação, informalidade e queda no rendimento médio. Ainda assim, o país registrou em 2023 um crescimento real do PIB de 2,9%, acompanhado de melhorias no mercado de trabalho, redução no trabalho infantil e no número de jovens que se encontram sem estudar e sem trabalhar. No mesmo ano, houve uma nova edição do Programa Brasil Mais Produtivo, que prevê R\$ 2,037 bilhões para beneficiar 200 mil empresas. Além disso, destacam-se as ações voltadas à retomada da valorização real do salário-mínimo e à erradicação do trabalho análogo ao escravo.

O ODS 9, da Indústria, Inovação e Infraestrutura, também demonstrou um desempenho negativo na maioria dos indicadores. Destaca-se a tendência negativa dos investimentos públicos federais no período, que passou de 0,17%, em 2016, para

0,07% do PIB em 2022. Em busca de superação dos desafios industriais, o governo prioriza uma industrialização inclusiva e sustentável, além do fortalecimento dos encadeamentos produtivos, principalmente com o lançamento do “Plano de Transformação Ecológica” e o “Plano de Neoindustrialização”.

O ODS 10, de Redução das Desigualdades, apontou que os esforços atuais têm se mostrado insuficientes. A meta 10.1, que se refere ao crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional, foi impactada negativamente por ações de austeridade fiscal como a promulgação da EC 95 em 2016. Entre 2016 e 2022 houve queda de quase 33% da renda dos 40% mais pobres, queda muito maior que a de qualquer outro grupo de renda. As políticas públicas têm grande impacto sobre as desigualdades sociais, e indicadores apontam persistentes desigualdades ao longo do tempo. O indicador 10.2.1 mostra que entre 2016 e 2022 a proporção de pessoas vivendo com renda domiciliar abaixo de 50% da mediana aumentou em grande parte do período (2016-2019), e apenas em 2020 e 2022 ocorreu um declínio impulsionado pelo auxílio emergencial e pelo aumento do valor do benefício, respectivamente. A revogação da EC 95 em 2023 e a implementação do novo arcabouço fiscal é uma das medidas que visam assegurar orçamento adequado para os programas de transferência de renda e proteção social, essenciais para o cumprimento das metas do ODS 10.

O ODS 11, de Cidades e Comunidades Sustentáveis, mostrou evolução positiva das metas globais relativas às políticas urbanas nacionais e à adoção de estratégias nacionais de redução de risco de desastres,

exemplo disso é apontado pelo indicador 11.b.6, de estratégias locais de redução de risco de desastres, passando de 33,8% (2017) para 47% (2020). Porém, em relação ao impacto ambiental não houve evolução, como mostra o indicador 11.6.1 de resíduos sólidos urbanos adequadamente coletados, que no período se manteve estável. Em busca de alcançar as metas, uma das ações do governo é a implementação do Novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que está sendo executado desde 2023.

O ODS 12, de Consumo Responsável, não possui alcance satisfatório das metas. A necessidade de redução do uso de matérias-primas e energia e do desperdício nas fontes geradoras, reutilização direta dos produtos e reciclagem de materiais ainda se mantém inalterada, como aponta a meta 12.5.1, em que a taxa média de recuperação de resíduos sólidos recicláveis entre 2016 e 2021 foi de apenas 2%, muito aquém do esperado. Como medida para alcançar parte das metas deste ODS foi instituída a portaria nº8.678 que institui o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) pensado para ser o grande promotor do desenvolvimento nacional sustentável na administração pública.

O ODS 13, Ação contra a mudança global do clima, não apresenta bom desempenho. A nível municipal, o indicador 13.1.3, que fala sobre adoção e implementação de estratégias locais de redução de risco de desastres pelos governos, foi cumprido por apenas 47% dos municípios, em 2020. As emissões totais de gases de efeito estufa (indicador 13.2.2) aumentaram 10,75% entre 1990 e 2020 e no quinquênio 2016 e 2020, 13,73%. Como medidas para alcance das metas, o governo federal vem seguindo as recomendações e estratégias previstas no Marco de

Sendai para a redução do risco de desastres.

O ODS 14, Vida na água, vem apresentando avanços. O Brasil hoje possui uma cobertura de 26,3% de áreas marinhas protegidas em sua Zona Econômica Exclusiva - ZEE, superando em mais de 100% a meta 14.5. Tal meta foi alcançada no ano de 2018. Em relação ao indicador sobre a implementação de instrumentos de combate à pesca ilegal ou não regulamentada, prevista na meta 14.6, em 2022 o país ocupava a posição 3, entendida como o nível médio de implementação dos instrumentos previstos para o acompanhamento desse indicador. Uma ação significativa do governo sobre essa meta diz respeito à inserção do Oceano e da Zona Costeira na política climática nacional. Outras ações destaque para impulsionar o alcance das metas é o investimento no Fundo da Marinha Mercante, cujo objetivo é estimular a construção de embarcações que utilizem tecnologia e combustível sustentáveis para diminuir a poluição dos mares, fortalecer pesquisas e fomentar o uso de novas tecnologias.

O ODS 15, Vida terrestre, avançou pouco no cumprimento das metas. Em 1990 a área total de florestas brasileiras correspondia a 70,46% do território terrestre. Entre 1990 e 2015 houve uma redução, chegando a 60,29%, e, em 2020, a área florestada correspondia a 59,42%, expressando uma diminuição de 0,87%. Um ponto positivo foi a melhora da meta 15.2 de implementação da gestão sustentável, controle do desmatamento, aumento do florestamento e do reflorestamento. O governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente, está atualizando a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), a fim de alinhá-las com o novo Marco Global de Kunming-Montreal de Biodiversidade (2022) que visa deter e

inverter a perda de diversidade biológica tanto terrestre como aquática.

O ODS 16, de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, tem feito progressos. Houve redução entre 2016 e 2022 de 30,7% das taxas de homicídio intencional (indicador 16.1.1). Outro alcance positivo é a redução do indicador 16.3.2 de presos sem sentença, que passa de 34,6%, em 2016, para 24,8%, em 2022, fato atribuído à implementação de audiência de custódia em 2015. Porém, muitas medidas que impactaram na evolução das metas foram interrompidas devido ao rebaixamento institucional das agendas de gênero, raça e direitos humanos, removida dos ministérios e inseridas em pastas diversas, descontinuando as políticas e gerando retrocessos. O governo promoveu o retorno das pautas às agendas ministeriais aumentando a visibilidade, orçamentos, capacidade de articulação e execução de políticas.

O ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação, teve o alcance de suas metas impactadas pela EC 95. Mas mesmo com certa flutuação ao longo dos anos a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas, apresentou melhora quando comparado com 2016 a 2022. O total das receitas do governo em percentagem do PIB, indicador 17.1.1, passa de 27,4% para 28,5% e a percentagem do orçamento do governo financiada por impostos cobrados internamente, indicador 17.1.2, passa de 39,7% para 45,8%. E com a revogação desta emenda e a implementação do NAF, abre-se espaço para a manutenção de alguns benefícios sociais e a retomada de algumas políticas públicas essenciais para o cumprimento das metas deste ODS.

Em síntese, a performance dos indicadores da Agenda 2030 foi severamente impactada nos últimos anos. A partir da crise política e econômica após 2015, houve cortes de financiamento de políticas sociais, aumento do desemprego e da inflação, principalmente dos preços dos alimentos, se somando aos efeitos negativos da pandemia de COVID-19. O Brasil ainda enfrenta desafios significativos, especialmente após retrocessos de gestões anteriores que fragilizaram as políticas ambientais e de combate às mudanças climáticas.

Ainda assim, o governo tem buscado superar estes desafios não apenas mediante políticas internas, como também buscando cumprir o pilar da Agenda de Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. A cooperação técnica internacional promovida pelo Brasil tem se destacado pelo enfoque no desenvolvimento de capacidades em países parceiros, diferenciando-se da abordagem internacional tradicional de assistência técnica. As iniciativas abrangem áreas diversas como educação, agricultura e infraestrutura e incluem projetos humanitários e de intercâmbio de conhecimento. Com atividades realizadas em países da América Latina e da África, a cooperação técnica brasileira tem buscado promover o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e o fortalecimento das capacidades locais. As políticas públicas adotadas visam não apenas combater a pobreza e fome imediatas, mas abordar as disparidades sociais e econômicas que perpetuam exclusões e vulnerabilidades. Além disso, a valorização da defesa civil e a preparação para desastres naturais são áreas prioritárias que não podem prescindir da cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, bem como com a sociedade civil. Estas ações e demais políticas que dialogam com a implementação da Agenda 2030 serão monitoradas e

avaliadas regularmente graças à recriação do CNODS e ao alinhamento do novo PPA 2024-2027 com as metas da Agenda 2030.

6. Governança para implementação da Agenda 2030 no Brasil

A Agenda 2030 fornece um horizonte temporal que possibilita superar as visões de curto prazo tradicionais, particularmente as relacionadas aos ciclos eleitorais, sendo um importante balizador na retomada do planejamento estratégico brasileiro. Os esforços do país nesta segunda metade da implementação dos ODS serão direcionados à aceleração da implementação das metas adaptadas à realidade nacional e ao fomento à mobilização social em torno de uma visão de futuro mais justa e sustentável. O Brasil está comprometido em integrar os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as esferas de sua governança, reconhecendo que apenas por meio de uma abordagem sistêmica e colaborativa pode-se alcançar um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

As prioridades do país na aceleração da implementação da Agenda 2030, consonantes com a Constituição Federal de 1988 e o PPA 2024-2027, são: (i) Combate à fome, pobreza e desigualdades; (ii) Enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; (iii) Fortalecimento da democracia, igualdade racial e trabalho decente.

7. Reinstalação da CNODS e ampliação da participação social

Em um esforço para fortalecer a governança da Agenda 2030, o Brasil procedeu à reconstrução da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Susten-



tável (CNODS) em 2023. Esta reformulação visa promover uma maior sinergia entre as políticas públicas e os objetivos globais, incorporando a participação de múltiplos atores, incluindo governos locais, o setor privado e a sociedade civil. A nova estrutura do CNODS enfatiza a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões, garantindo que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam abrangentes e inclusivas.

8. Construção do ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial

O Brasil introduziu uma inovação na agenda global de desenvolvimento sustentável ao propor o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18, focado em promover a igualdade étnico-racial. O ODS 18 visa eliminar todas as formas de discriminação racial e promover a inclusão social de todas as raças e etnias dentro do país. Essa iniciativa reconhece a diversidade racial do Brasil e busca enfrentar desigualdades históricas, garantindo que políticas públicas efetivas sejam implementadas para melhorar a vida de comunidades marginalizadas e garantir a igualdade de oportu-

nidades para todos. Em 20 de dezembro de 2023, o CNODS instituiu a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial, através da Resolução nº 02/CNODS. As metas e indicadores do novo ODS começaram a ser construídas em 2024 a partir de um processo participativo entre diversas partes interessadas, como o governo, movimentos sociais, academia e setor privado, sendo os esforços liderados pelo Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Povos Indígenas, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9. O Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento para institucionalizar a Agenda 2030 no Brasil

A Agenda 2030 desafia os governos a formular, implementar e monitorar políticas públicas que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. O intuito dessa integração é minimizar sobreposições e fragmentação de iniciativas e coordenar a ação dos diversos setores e atores envolvidos nesse processo.

O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo nacional, sendo chave para a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras. O PPA 2024-2027, elaborado com ampla participação social, foi construído considerando o alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS desde sua dimensão estratégica, passando pelos programas até as metas e os indicadores. Desta forma, será possível avaliar como as políticas públicas implementadas no país impactam o alcance dos ODS. O alinhamento com o PPA também permitirá que os ODS estejam refletidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

10. As organizações da sociedade civil, bem como servidores públicos engajados nas pautas socioambientais, de diferentes níveis e instâncias de governo, mantiveram o compromisso com a Agenda 2030.

O país apresentou apenas um Relatório Nacional Voluntário (RNV) em 2017 e a primeira Comissão Nacional para os ODS (CNODS) foi extinta em 2019. Apesar deste contexto desafiador, a sociedade brasileira adotou os ODS como forma de orientação estratégica, construção de alternativas e resistência, por meio de ações da sociedade civil organizada, do setor privado, dos poderes Judiciário e Legislativo e de governos subnacionais. Neste sentido, destacam-se os esforços dos órgãos produtores de informações brasileiros que, coordenados pelo IBGE, mantiveram, mesmo no período de maior turbulência política e retrocessos na implementação da Agenda 2030, os indicadores públicos por meio plataforma ODS Brasil <<https://odsbrasil.gov.br/>>.

A resiliência de atores brasileiros resultou

em um robusto e diversificado ecossistema de iniciativas relacionadas aos ODS que se encontram fragmentadas e dispersas, mas que possuem enorme potencial a ser mobilizado para a governança e alcance dos ODS no Brasil, em particular por meio da CNODS que recupera a participação social como método de governo e a representa um espaço de concertação para o alcance dos ODS.

11. O Brasil abraça a Agenda 2030 como uma referência para a formulação e implementação de políticas públicas de forma integrada nas dimensões econômica, social e ambiental, sob uma perspectiva territorial.

A renovação do compromisso do Brasil com a Agenda 2030 permitiu uma revigorada adesão aos compromissos nacionais e internacionais de proteção e preservação ambiental, refletida em políticas públicas que abordam simultaneamente as dimensões econômica, social e ambiental sob uma perspectiva territorial. O Capítulo II apresenta exemplos de políticas públicas brasileiras que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a partir da atuação intersetorial (integração horizontal), multinível (integração vertical) e participativa (integração social). Destacam-se a *Reforma Tributária*, o *Novo Programa de Aceleração do Crescimento*, a *Nova Indústria Brasil*, o *Plano de Transformação Ecológica*, e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA). No total, o PPA 2024-2027 prevê 15 programas multisetoriais, para além da coordenação de demais esforços colaborativos.

O planejamento estratégico do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 destaca o Plano de Transformação Ecológica como um importante pilar da interconexão da dimen-

são ambiental com a econômica e social. Lançado na COP 28 em 2023, este Plano visa promover uma transição para uma economia verde e resiliente, abordando diretamente as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. Ele prevê investimentos significativos em áreas como finanças sustentáveis, transição energética e adaptação às mudanças climáticas, por meio de políticas que fomentam o uso sustentável de recursos, a conservação da biodiversidade, a eficiência energética e a economia circular. Assim, além da conservação ambiental, também gera empregos sustentáveis e promove a justiça social, ilustrando uma abordagem integrada que alinha metas econômicas, sociais e ambientais.

Dimensão econômica. Para além da centralidade do *Plano de Transformação Ecológica* para promover a economia verde e empregos sustentáveis, foram implementadas reformas estruturais significativas para fortalecer a economia em alinhamento com os princípios de sustentabilidade. A *Reforma Tributária* de 2023 simplificou o sistema tributário, promovendo a justiça fiscal e permitindo um melhor direcionamento de recursos para áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, o *Novo Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) foi relançado com um orçamento robusto de 1,7 trilhões de reais, focando no desenvolvimento de infraestrutura sustentável e na criação de empregos, promovendo a inclusão social e econômica, enquanto suporta transições ecológicas, como a melhoria da eficiência energética e o uso de combustíveis de baixo carbono.

Há também investimentos no desenvolvimento industrial e tecnológico por meio da política *Nova Indústria Brasil*, que visa de-

envolver cadeias agroindustriais sustentáveis e um complexo industrial de saúde resiliente, abordando desde a segurança alimentar até a inovação em saúde. Estas iniciativas estão interligadas com esforços para promover uma infraestrutura sustentável e a transformação digital da indústria brasileira. A coordenação federal da integração de ações econômicas multidimensionais não apenas busca equilibrar o crescimento econômico equitativo como também desenvolver uma sustentabilidade ambiental.

Dimensão ambiental. O Brasil está passando por uma renovação em sua agenda ambiental e climática, reconhecendo-a como uma prioridade política, social e econômica, e envolvendo diversos atores, como o Estado, a sociedade civil, a academia, a mídia, as empresas e a comunidade internacional. Após um período de desca-so com o meio ambiente, o país está retomando sua posição como líder entre as nações emergentes, trabalhando em várias iniciativas para enfrentar problemas ambientais e mudanças climáticas.

Iniciativas como a revitalização do *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* e do *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado*, a revisão do *Plano Clima*, bem como o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), demonstram um compromisso renovado com a proteção ambiental. O país também enfrenta pressões para cumprir seus compromissos internacionais, especialmente em relação à UNFCCC, já que o Brasil sediará a COP 30 em 2025. Também destaca-se a retomada da *Política Nacional*

de *Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas* (PNGATI) dado o papel na conservação ambiental desempenhado pelas Terras Indígenas.

Dimensão Social. O Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais relacionados à desigualdade social e à insegurança alimentar. A trajetória de saída do Mapa da Fome da ONU, em 2008, com a implementação de políticas progressistas e distributivas, e o posterior retorno ao Mapa, durante os anos de retrocesso em políticas sociais e participação popular, refletem a complexidade dos desafios, agravados por fatores estruturais, sociais, políticos, raciais, de gênero e sexualidade, e pela pandemia de COVID-19. Lidar com as desigualdades e a insegurança alimentar de maneira definitiva é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo. Para isto, o governo brasileiro implementa programas de referência internacional voltados para a transferência de renda, apoio direto às escolas e estratégias de combate à fome.

A reconstrução de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF) e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), fortalecem a agricultura familiar e a segurança alimentar, promovendo práticas de produção sustentável. O PAA conecta pequenos produtores a mercados locais, reduzindo desperdícios e melhorando a nutrição, evidenciando uma operacionalização eficaz das dimensões econômica e social, com um impacto direto na sustentabilidade ambiental. As medidas de ampliação de programas de transferência de renda também refletem o compromisso em promover a inclusão social. O *Programa Bolsa Família do Brasil*, pioneiro e símbolo da efetividade de po-

líticas de transferência de renda, combina critérios transparentes de elegibilidade e baixos custos administrativos, com condicionalidades que contribuem para melhoria da qualidade de vida da população no longo prazo, especialmente para públicos historicamente vulnerabilizados. Em 2023, o Programa expandiu a cobertura e os valores das transferências, priorizando a proteção à primeira infância como estratégia essencial.

A participação social também tem sido um foco importante tanto de inclusão social quanto de governança para a integração das dimensões. Houve a construção do “PPA Participativo”, promovendo interlocução com a sociedade por meio de plenárias em todas as 27 Unidades da Federação, com mais de 34 mil participantes e 309 movimentos e organizações da sociedade. Além disso, o Brasil tem revitalizado conselhos e comissões em temas como direitos humanos, segurança alimentar e meio ambiente, fortalecendo a governança democrática e a transparência. Neste sentido, destaca-se também a retomada das conferências nacionais como espaço de concertação e participação social. Em termos de Segurança Pública e Justiça, o Brasil tem implementado políticas integradas de segurança pública para reduzir a violência e promover uma cultura de paz, como a *Política de Controle de Acesso às Armas* e o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*, que integra justiça e desenvolvimento social.

12. O Brasil está comprometido com o princípio de “Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030.

As marcas multidimensionais das desigualdades, enraizadas na sociedade brasileira, e as interseccionalidades das vul-

nerabilidades envolvem especificidades regionais e históricas. Populações negras, indígenas, ciganas e de comunidades tradicionais enfrentam diversas barreiras para ter acesso a direitos e oportunidades comparáveis aos demais grupos. Nesse sentido, a seção 3.3 apresenta as iniciativas brasileiras para identificar os grupos deixados para trás, e alcançá-los por meio da integração de políticas públicas transversais e multisetoriais, e assim investir no cumprimento do princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”.

Para que essas populações saiam da invisibilidade é necessário que tenhamos acesso a dados socioeconômicos do país de forma desagregada. A plataforma ODS Brasil, fruto da parceria do IBGE com outras instituições apresenta acesso a 129 indicadores, dentre os quais, 53 podem ser desagregados por Unidades da Federação, 48 por Grandes Regiões, 8 por situação de domicílio (urbano/rural), 29 por sexo, 23 por idade, 10 por cor e raça, 3 por existência de deficiência e 24 por outras desagregações. Nesse mesmo contexto, no censo de 2022 foram incluídos campos para a identificação de quilombolas e de povos indígenas. Além disso, as Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e estaduais (ESTADIC) regularmente abordam questões relacionadas aos direitos humanos e políticas direcionadas para grupos vulneráveis, como a população idosa, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIAPN+ e ciganos. Outra importante fonte de dados para inclusão social é o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Esse cadastro, com informações de quase 100 milhões de pessoas, objetiva integrar as políticas sociais não universais e cobrir a maioria da população de baixa renda do país.

Sobre a implementação de políticas de transferência de renda, o *Programa Bolsa Família* (PBF), criado em 2003 e expandido em 2023, é um programa multissetorial para redução da pobreza e da desigualdade social, que atende famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres, considerando as diversas dimensões de sua situação econômica. A segurança alimentar e nutricional também é uma área prioritária que envolve políticas transversais de desenvolvimento. Em agosto de 2023 foi lançado o Brasil sem Fome, com três eixos de ação: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; segurança alimentar e nutricional: alimentação adequada da produção ao consumo e mobilização para o combate à fome. Em 2023, criou-se também o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar que tem fomentado ações para a produção de alimentos saudáveis e com impactos na redução das desigualdades no campo e nas cidades. A ampliação do valor do Fomento Rural beneficiou mais de 300 mil famílias até dezembro de 2023, sendo a maioria nas regiões Nordeste e Norte. Este Programa combina o acompanhamento social e produtivo com a transferência direta do valor de R\$4,6 mil, para que as famílias rurais mais pobres desenvolvam seus projetos produtivos. Entre janeiro e dezembro de 2023, 50,6 mil famílias foram incorporadas ao *Programa Nacional de Reforma Agrária* (PNRA). Ainda, o *Projeto Sertão Vivo*, iniciativa voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e combate à pobreza, conta com um investimento de R\$1,75 bilhão para beneficiar 430 mil famílias no Nordeste.

Outro importante eixo para o desenvolvimento territorial é o acesso equitativo à água e a energia. Em 2023, o *Programa Luz*



Para Todos beneficiou mais de 64,5 mil famílias com investimentos de R\$1,4 bilhão. Para 2024, a meta do programa é atender 75 mil unidades consumidoras com o serviço público de distribuição de energia elétrica, com investimentos previstos de R\$2,5 bilhões, beneficiando mais de 300 mil pessoas em áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar de maneira equânime, com destaque para intervenções que visam reduzir as vulnerabilidades, tais como o *Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras*, a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher* (PNAISM), *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (PnSiPn) e a *Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência*. O *Programa Saúde com Ciência* busca promover a vacinação e combater a desinformação, destacando a importância da ciência e da saúde pública para o bem-estar da população. Uma mobilização nacional está em curso para fortalecer o *Programa Nacional de Imunização* (PNI), garantindo uma ampla e eficaz vacinação

contra doenças infecciosas, enquanto enfrenta ativamente a desinformação.

A desigualdade no acesso à educação é um desafio no contexto brasileiro, sendo necessário esforços localizados e estruturais. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada busca elevar a qualidade da educação básica, enquanto a iniciativa Mulheres Mil e a nova Lei de Cotas reforçam o compromisso com a equidade de gênero e a inclusão social, respectivamente. O fortalecimento da Política de Educação Inclusiva e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas visam assegurar acesso igualitário à educação para todos os cidadãos. Além disso, um significativo reajuste nas bolsas de estudo oferecidas pela Capes e CNPQ, promoveu incentivo mais justo e competitivo para os pesquisadores brasileiros.

Em 2023, a criação do *Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios* teve como objetivo prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade. Vale ressaltar ainda, que desde 2019, o Supremo Tribunal Federal criminaliza a homofobia e

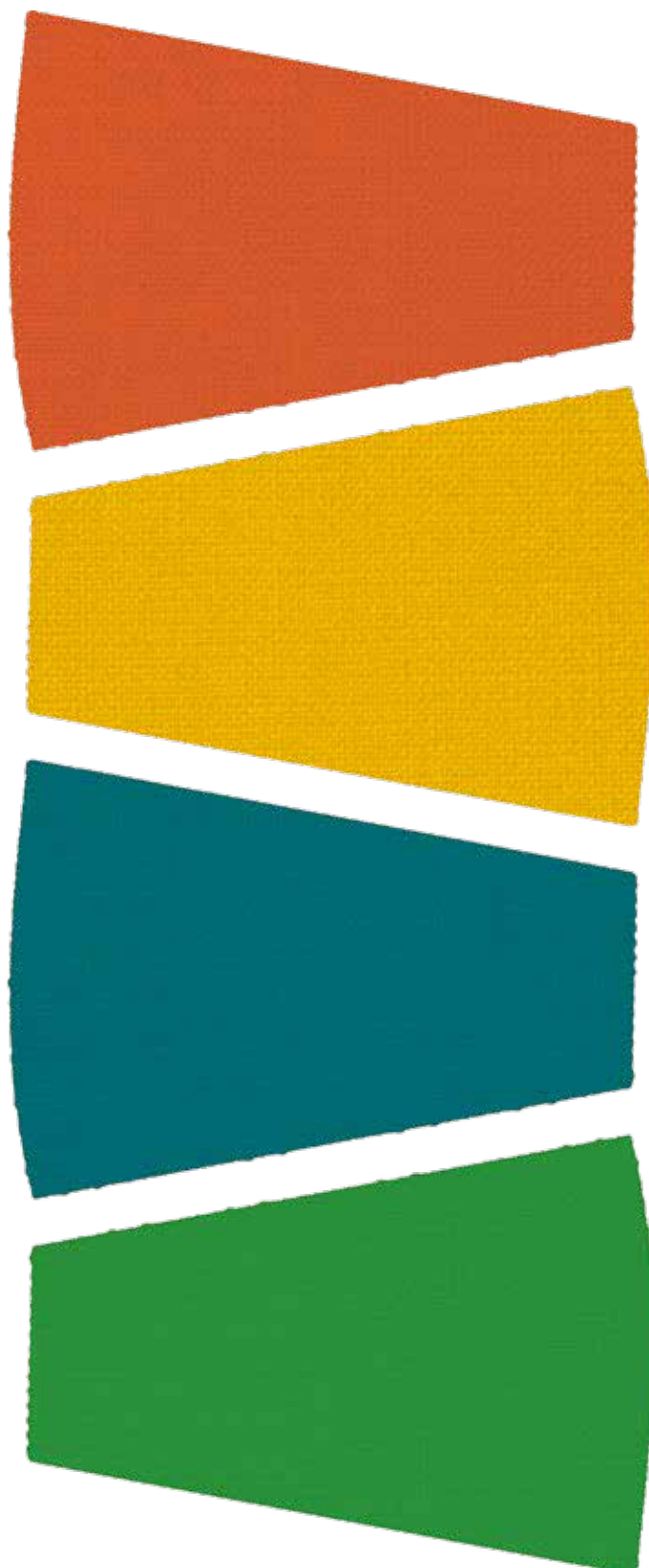
transfobia com aplicação por analogia à Lei do Racismo. Ainda, em consonância com o compromisso de reduzir as desigualdades étnicas e raciais no país, há hoje um conjunto amplo de políticas de inclusão e equidade racial, potencializados pela criação do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, e pela sanção da Lei 14.532, que tipifica a injúria racial como crime de racismo.

As múltiplas iniciativas e políticas atuais evidenciam o compromisso do Brasil com a redução de desigualdades e a inclusão social alinhado aos ODS. Com a implementação de políticas transversais e a expansão de programas direcionados, o país avança na agenda de não deixar ninguém para trás.

13. Visão de futuro

O Brasil está comprometido em integrar os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as esferas de sua governança, reconhecendo que apenas por meio de uma abordagem sistêmica e colaborativa pode-se alcançar um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras. A partir das prioridades do país na aceleração da implementação da Agenda 2030, relacionadas ao combate à fome, pobreza e desigualdades; ao enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; e à defesa da democracia, igualdade racial e trabalho decente; o planejamento da CNODS, para orientar as ações dos diversos atores e instituições para o alcance das ambiciosas metas da Agenda 2030, terá como focos principais: (i) fortalecimento da governança doméstica da Agenda 2030; (ii) adequação das metas e indicadores à realidade

de brasileira e realizar o monitoramento dos ODS; (iii) territorialização dos ODS a partir da promoção da Agenda 2030 e fortalecimento das iniciativas subnacionais e da sociedade civil; (iv) alocação de recursos diversos para o financiamento da Agenda 2030.



Introdução

Em maio de 2024, um desastre sem precedentes atingiu o Rio Grande do Sul, com chuvas torrenciais que resultaram em inundações massivas, destruindo muitas casas e deslocando milhares de pessoas. O governo federal desempenhou um papel crucial na resposta a essa crise, implementando uma série de ações emergenciais para mitigar os impactos econômicos e sociais deste evento devastador, associado às mudanças climáticas. Foi uma resposta coordenada do governo federal, com governos estaduais e municipais, e que contou com a solidariedade de brasileiros e brasileiras com o povo gaúcho..

Esta tragédia tem uma correlação direta com os desafios que a humanidade vive no século 21, especialmente as emergências climáticas, de saúde pública e da fome e pobreza que ainda assolam o mundo. O Brasil tem enfrentado desafios complexos, incluindo crises de saúde pública, mudanças nos direitos dos trabalhadores, revisões nas políticas públicas, tensões institucionais e uma notável escalada no desemprego e insegurança alimentar, decorrente da postura negacionista e antidemocrática adotada nos últimos anos. Este contexto contribuiu para uma das crises mais severas na história recente do Brasil, que desorganizou a capacidade do estado de promover a Agenda 2030.

Após um período de desatenção às questões ambientais e sociais e uma diminuição na atuação internacional, o Brasil está passando por uma revitalização significativa. Esta nova agenda, agora elevada a uma prioridade dentro dos contextos político, social e econômico, mobiliza uma ampla gama de atores, incluindo o Esta-

do, a sociedade civil, a academia, a mídia, as empresas e a comunidade internacional. Desde 2023, o país reforçou seu compromisso com a Agenda 2030 e os ODS, concentrando esforços na erradicação da fome, da pobreza e na redução das desigualdades de renda, raça e gênero.

Além de abordar questões ambientais como o desmatamento através da revitalização de planos específicos para a Amazônia Legal e o Cerrado e o fortalecimento de instituições públicas necessárias, o Brasil também tem direcionado suas ações para enfrentar desafios econômicos e sociais críticos. Estes incluem a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e a ampliação da justiça social, elementos essenciais para construir uma sociedade mais equitativa e garantir um futuro resiliente para as gerações futuras. Com a perspectiva de sediar a COP 30 em 2025, o país se posiciona novamente como um líder entre as nações emergentes, buscando não apenas cumprir seus compromissos internacionais, mas também estimular um crescimento que integre sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e inclusão social.

Este RNV abordará os esforços do Brasil em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando as políticas e programas implementados, bem como os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030.

O relatório se inicia com a apresentação da mensagem presidencial, que renova o compromisso com a Agenda 2030 e foca na correção de rumos para acelerar o progres-

so dos ODS. Ademais, a mensagem aduz que com o plano de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais (proposta do ODS 18) e a recriação de ministérios focados em igualdade, o Brasil se reposiciona como um ator chave no diálogo global para a sustentabilidade e a justiça social.

Logo em seguida, apresentamos os pontos de destaque do relatório e aborda a evolução do Brasil em relação à Agenda 2030, após um período de retrocesso entre 2016 e 2022, durante o qual o país sofreu uma deterioração em seu papel internacional e seu compromisso com a sustentabilidade e a justiça social.

O Capítulo I, por sua vez, aborda o passo-a-passo e a metodologia de construção deste RNV. A construção do Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil de 2024 foi meticulosamente planejada e executada. Iniciou-se com a reestruturação da Secretaria-Executiva da CNODS, no início de 2023, estabelecendo as fundações institucionais para o projeto. Em seguida, uma oficina metodológica organizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) definiu as bases conceituais e metodológicas, elaborando um plano de trabalho e cronograma detalhados. A formulação do relatório envolveu uma abordagem participativa e inovadora, com a colaboração ativa de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, coordenados por grupos de trabalho focais e de redação, que se encarregaram de coletar, integrar e revisar as contribuições para o documento final.

Já os Capítulos II, III e IV trazem o corpo deste Relatório. Neles estão contidas as avaliações das metas e indicadores dos ODS, bem como o preenchimento das lacunas. O princípio de “não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 destaca-se como um compromisso central do governo brasileiro

para promover um desenvolvimento sustentável com foco na inclusão social e redução das desigualdades, especialmente em um contexto de profundas desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Este princípio orienta políticas que visam identificar e superar as barreiras que limitam o acesso equitativo a oportunidades e serviços, focando especialmente nos grupos que enfrentam desigualdades estruturais múltiplas, como gênero, raça, orientação sexual, idade, etnia, condição de deficiência, território, dentre outras.

O Capítulo V do Relatório destaca a visão de futuro e os próximos passos do Brasil em relação à Agenda 2030 e os ODS. Este capítulo detalha o processo de reconstrução e a integração das dimensões sociais, econômicas e ambientais em suas políticas nacionais, com a recriação da CNODS em 2023 como um passo crucial. Além disso, são discutidas as realizações e desafios encontrados durante a revisão da implementação da Agenda 2030 no país e são delineados os próximos passos para acelerar o alcance dos ODS, visando um futuro mais justo, desenvolvido e sustentável.

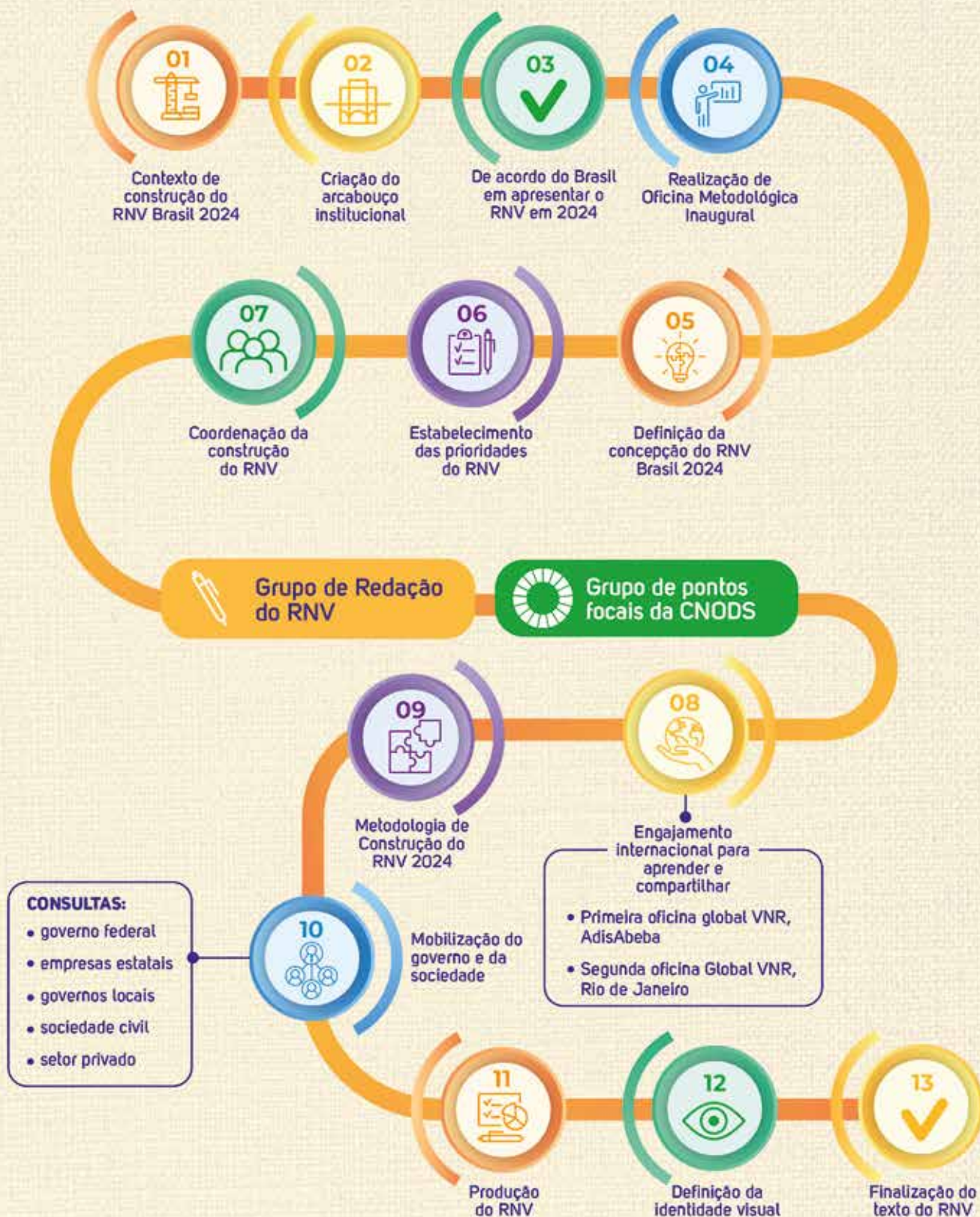
Por fim, o Capítulo VI do Relatório apresenta o Anexo Estatístico, que detalha os indicadores globais com dados brasileiros, disponíveis na Plataforma ODS Brasil, mantida pelo IBGE. Ele apresenta desagregações de dados e instituições responsáveis, refletindo o contexto diverso do Brasil. Os indicadores, produzidos em colaboração com vários órgãos federais, seguem metodologias internacionais da ONU para comparabilidade entre países. As informações são atualizadas continuamente e os dados constantes neste Relatório estão compilados até 15 de abril de 2024. Na parte final do texto se encontra um apêndice com uma lista de boas práticas de implementação dos ODS no Brasil, por segmento.

CAPÍTULO





CAMINHO PARA O RNV 2024



Caminho de Construção do RNV 2024

1.1. Contexto de realização

O Relatório Nacional Voluntário do Brasil (RNV) de 2024 dialoga com a posição da gestão governamental de repactuar o compromisso do país com a Agenda 2030, mediante a mobilização do amplo conjunto do governo e da sociedade, incluindo o setor empresarial, na persecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desmonte de políticas públicas de caráter popular e progressista, efetivado no período de 2016 a 2022, afastaram o Brasil da Agenda 2030, estabelecendo um panorama de profundo retrocesso nas metas dos ODS. A reconstrução com base na união dos diferentes setores da sociedade embaça a retomada e fortalecimento de políticas de combate às desigualdades, a erradicação da fome e da miséria, bem como de uma firme postura de enfrentamento à crise climática e às desigualdades estruturais sobrepostas, de matiz étnico-racial em particular. A decisão pela produção e apresentação do RNV em 2024, portanto, representa esta guinada rumo à sustentabilidade com prosperidade e justiça social.

1.2. Criação do arcabouço institucional

Para uma empreitada dessa magnitude foi essencial o desenvolvimento de um sólido arcabouço institucional, com engajamento de diversos setores para a construção do RNV. A reestruturação da Secretaria-Executiva da CNODS junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, entre janeiro e abril de 2023, e a retomada da coordenação de ações no âmbito do governo e do diálogo com a sociedade brasileira, estabeleceram as bases institucionais para a produção do

Relatório Nacional Voluntário. Além disso, o apoio da SG/PR ao lançamento do Relatório Luz 2023 – principal instrumento das organizações da sociedade civil de monitoramento e avaliação dos ODS no Brasil – demonstrou a disposição de unir forças para avançar na Agenda 2030 e produzir um relatório de país em 2024.

1.3. De acordo do Brasil em apresentar o RNV em 2024

Em carta endereçada ao Presidente do ECOSOC da ONU, de 6 de setembro de 2023, o representante permanente do Brasil na ONU informou o interesse e capacidade do governo brasileiro de apresentar o Relatório Nacional Voluntário no Fórum Político de Alto Nível para Desenvolvimento Sustentável de 2024. Esta oficialização criou o momento institucional necessário para o envolvimento da Secretaria-Executiva da CNODS neste processo, motivando a mobilização interna junto aos distintos órgãos de governo e setores da sociedade.

1.4. Realização de Oficina Metodológica Inaugural

Em outubro de 2023, foi realizada uma Oficina Metodológica, promovida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), e com participação de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nela seriam

definidas as bases conceituais e metodológicas de construção do RNV, incluindo a estratégia de mobilização dos atores, construção do Plano de Trabalho e calendário de atividades.

1.5. Definição da concepção do RNV Brasil 2024

O RNV Brasil 2024 tem duas grandes funções: ser um fator mobilizador da Agenda 2030 no país e consolidar a retomada do papel internacional do Brasil para a Agenda 2030. Conceitualmente o RNV foi amparado em um processo participativo buscando apresentar um relatório de país, com a diversidade da sociedade brasileira, catalisada pelo Estado brasileiro. Enquanto fator mobilizador, refletiu o planejamento do governo federal para os ODS. Em suma, demonstra a retomada da Agenda 2030 no Brasil, apresentando, ao mesmo tempo, os avanços nos temas prioritários de governo e uma avaliação do estágio da implementação dos ODS no país.

1.6. Estabelecimento das prioridades

As prioridades do RNV 2024 seguiram tanto o Plano de Governo da administração Lula da Silva (2023-2026) como as prioridades estabelecidas pelo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável de 2024. Por um lado, traz como foco as temáticas de combate às desigualdades e ao racismo estrutural, Amazônia e sustentabilidade, defesa e fortalecimento da democracia e participação cidadã, promoção do trabalho decente, erradicação da pobreza extrema e da fome. Por outro, incorpora as dimensões de participação social para inclusão de diversas vozes na formulação de políticas, atentando para uma perspectiva regional que possa dar visibilidade às especificidades locais

1.7. Coordenação de produção do relatório

A coordenação do RNV 2024 esteve sob os auspícios da Secretaria-Executiva da CNODS, com colaboração intensa dos membros da Comissão e outros atores governamentais, como autarquias e agências reguladoras, bem como organizações internacionais como PNUD e UNFPA. Com o apoio técnico do IPEA, IBGE e Fiocruz, foram formados duas frentes de acompanhamento e trabalho: o Grupo de Pontos Focais e o Grupo de Redação.

Foram convidados a compor o Grupo de Pontos Focais representantes dos 38 ministérios. Foram realizadas reuniões regulares para acompanhar o processo de formatação do RNV, sendo que todas as contribuições dessas reuniões foram sistematizadas e integradas ao documento. O Grupo de Redação foi formado pelos órgãos de assessoramento técnico da CNODS (IPEA, IBGE e Fiocruz) além dos Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores. Contou ainda com a participação de representantes da Itaipu Binacional.

1.8. Engajamento internacional para aprender e compartilhar

A construção do RNV 2024 valeu-se do engajamento internacional do Brasil primeiro, com o reforço dado pelo Presidente Lula na Assembleia Geral da ONU de 2023, propondo um novo objetivo, o ODS 18, focado na promoção da igualdade étnico-racial. Adicionalmente, a equipe do RNV participou da Primeira Oficina Global para Relatórios Nacionais Voluntários em dezembro de 2023 em Adis Abeba, organizada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. Inspirado nessa experiência, o Brasil sediou a Segunda Oficina Global, em abril de 2024, no Rio de Janeiro. Em seguida, uma delegação

do Brasil participou ativamente da 7ª reunião do Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. Esse evento não apenas reforçou o papel do Brasil na promoção da Agenda 2030, mas também destacou o país como um líder regional na discussão de sustentabilidade global, enfatizando a importância das colaborações multilaterais para a consecução dos ODS.

1.9. Metodologia de Construção do RNV 2024

A metodologia foi concebida para garantir participação ampla de diferentes setores do governo e da sociedade, promovendo o engajamento contínuo de diferentes atores interessados entre os meses de outubro de 2023 e maio de 2024 – período no qual se desenvolveu o trabalho de construção do RNV (Ver box).

1.10. Mobilização do governo e da sociedade

Consulta ao governo federal

Como parte crucial da elaboração do Relatório Nacional Voluntário, houve uma consulta detalhada ao governo federal que buscou garantir a participação e contribuição ativa dos órgãos governamentais. A estratégia incluiu um questionário distribuído aos 38 ministérios para a coleta de informações sobre ações, políticas e programas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O questionário captou detalhes das iniciativas e sua conexão com os ODS, buscando uma visão ampla dos desafios, impactos esperados e resultados obtidos com cada política. Das 38 pastas, 28 encaminharam informações relevantes para a composição deste RNV, destacando-se mais de 400 ações nacionalmente determinadas por suas conexões com os ODS. Essa co-

leta intensiva de dados permitiu um mapeamento abrangente das atividades de desenvolvimento sustentável e destacou tanto os progressos quanto os desafios na implementação dos ODS no Brasil.

Consulta às empresas estatais

A consulta às empresas estatais, coordenada pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI), teve como objetivo avaliar a integração de práticas sustentáveis e o alinhamento destas entidades com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A consulta foi abrangente, alcançando setores variados, de utilidades públicas à infraestrutura e setores financeiros. Visou verificar a incorporação dos ODS nas estratégias, iniciativas de sustentabilidade e métodos de monitoramento e avaliação. A partir das respostas de 44 empresas consultadas, os resultados forneceram uma visão ampla do engajamento de estatais brasileiras na promoção do desenvolvimento sustentável, permitindo avaliar as práticas atuais e identificar desafios e oportunidades para melhor alinhamento com os ODS.

Consulta aos governos locais

Para o segmento dos governos locais, foram empregadas duas abordagens de consulta. Primeiramente, a Secretaria Nacional de Planejamento (Seplan), com suporte do Conseplan, realizou uma pesquisa entre os governos estaduais para avaliar a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas estaduais. A partir de um questionário virtual que recebeu 22 respostas, foram colhidos dados sobre Comissões ou Comitês de ODS, orçamentos, equipe especializada, e integração dos ODS com o planejamento estadual e o *Plano Plurianual* (PPA). No nível municipal, a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e o Governo Federal disseminaram um questionário

virtual para as prefeituras, com foco em apreender a influência e os avanços na implementação da Agenda 2030 nos municípios. O questionário explorou a integração da Agenda em planos e documentos de gestão, conhecimento e relevância percebida da Agenda, e os principais desafios enfrentados. Recebeu 91 respostas, com 79 válidas de 66 cidades diferentes. O questionário demonstrou que, entre as respondentes, a maioria das cidades integra os ODS em seus planejamentos estratégicos e setoriais, sendo notório o desafio da capacitação de servidores e sensibilização política. As respostas e práticas foram analisadas e selecionadas para destacar no relatório as boas práticas de localização dos ODS. Os desafios mais comuns e próximos passos foram identificados, com ênfase na necessidade de aprimorar e ampliar as estruturas de financiamento e o envolvimento político para a sustentabilidade.

Consulta à sociedade civil e setor privado

A participação da sociedade civil e do setor privado foram garantidos por consultas públicas direcionadas mediante formulários estruturados sobre o nível de conhecimento e envolvimento com os ODS, resultando em 178 práticas da sociedade civil e 159 do setor privado, mostrando diversidade geográfica e setorial do Brasil. Buscou-se saber sobre como os ODS se conectam à gestão organizacional e seus possíveis impactos na promoção de políticas públicas. Além disso, foram estabelecidas curadorias com representantes da CNODS para avaliar boas práticas submetidas por cada setor.

1.11. Definição da identidade visual

A identidade visual do Relatório Nacional Voluntário 2024 foi cuidadosamente

desenvolvida para refletir a nova fase de engajamento do Brasil, enfatizando a colaboração intersetorial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os elementos gráficos, as cores e a tipografia foram escolhidos para harmonizar com as identidades visuais da Agenda 2030 e do governo do Presidente Lula da Silva. Buscou-se não apenas apresentar as informações contidas em textos, tabelas e gráficos, mas também inspirar e transmitir a complexidade e importância dos ODS de uma maneira simples, apreensível e impactante. Inspirando-se na diversidade cultural do Brasil, desde a exuberância da Floresta Amazônica até a energia das grandes metrópoles, das diferenças dos grupos populacionais, a identidade visual incorpora cores, formas, e símbolos que refletem a riqueza cultural do país, estabelecendo uma conexão direta com os ODS. Elementos gráficos foram adaptados da marca circular dos ODS para formas mais complexas, incluindo grafismos indígenas, criando uma narrativa visual coesa que integra os símbolos dos ODS com a cultura e geografia brasileiras. Este design motiva uma leitura imersiva, propondo uma jornada visual que celebra a diversidade brasileira enquanto enfatiza a urgência dos ODS para um futuro sustentável e inclusivo. Assim, o relatório visa não apenas ser um documento técnico, mas também um artefato visual que instiga, educa e envolve os leitores globalmente.

1.12. Produção textual - sistematização, subsídios e escrita do RNV

A produção textual seguiu os passos descritos anteriormente na metodologia. Destacamos que o processo de produção textual do Relatório Nacional Voluntário levou em consideração todas as informações coletadas com o conjunto do gover-

no e da sociedade. Acumulando mais de 800 respostas distribuídas, aproximadamente, entre sociedade civil (150), setor privado (120), empresas estatais (44), governos locais (91) e o governo federal (400 ações reportadas), com cada entidade apresentando até três boas práticas. O grupo de redação participou ativamente na elaboração da primeira versão do texto do RNV. A equipe destacada para a produção do RNV realizou uma validação das informações oficiais com pontos focais dos ministérios, bem como procurou alinhar a narrativa do RNV às prioridades destacadas pelo governo. Coube à Secretaria-executiva da CNODS, com apoio da Fiocruz, coordenar a construção do capítulo II sobre a dimensão institucional da Agenda 2030 e das ações de como “não deixar ninguém para trás”. Coube ao IPEA produzir os capítulos III e IV, sobre o estágio de implementação das metas dos 17 ODS no Brasil. Os referidos capítulos são fruto de um mapeamento e análise ampla dos progressos de implementação dos ODS no Brasil e fornece uma visão detalhada sobre o progresso em todos os ODS, descrevendo os principais desafios encontrados e as soluções potenciais. Estes também se aprofundam em políticas públicas e ilustram as práticas com exemplos nacionais significativos, focando especialmente em tendências, sucessos, lacunas de dados e a necessidade de cooperação técnica internacional. A análise reconhece as adaptações nacionais feitas às metas



globais e enfatiza a importância de indicadores nacionais na complementação das metas globais. Por fim, coube ao IBGE produzir o anexo estatístico, contendo dados sobre indicadores globais, regionais e nacionais. As informações são apresentadas para refletir as estatísticas do sistema nacional, identificar lacunas e suprir com informações que garantam uma compreensão abrangente.

1.13. Finalização do texto do RNV

A finalização do texto do Relatório Nacional Voluntário envolveu uma rigorosa revisão interna realizada pela equipe de construção do RNV e pelo grupo de redação, procurando ajustar a linguagem e garantindo um equilíbrio entre as prioridades políticas e as informações técnicas colhidas. Na fase de diagramação aplicou-se a identidade visual construída, utilizando elementos gráficos e infográficos para a comunicação visual dos dados apresentados, bem como utilizando fotografias do banco de dados do IBGE e MDS. Além da revisão em português, o documento foi traduzido para o inglês, uma das línguas oficiais da ONU. Concluídas as etapas de produção, revisão, diagramação e tradução, o RNV passou pela validação do gabinete da Presidência da República. Com a aprovação final, o relatório foi submetido às Nações Unidas, reforçando a posição do Brasil no cenário global como protagonista da Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Passo a passo para a construção do RNV

1. Mobilização e articulação institucional;
2. Levantamento e coleta de dados por meio de questionários estruturados;
3. Estabelecimento de planilhas de organização das informações;
4. Sistematização das informações recebidas consoante as prioridades previamente estabelecidas;
5. Checagem das informações recebidas;
6. Montagem de um banco de informações recebidas por setor consultado;
7. Criação de uma memória institucional de construção do RNV;
8. Organização da informação catalogada: a) curadoria dos casos recebidos; b) seleção de informações para compor a narrativa do RNV; c) construção dos destaques para o RNV; d) montagem de box específicos por temas e segmentos; e) separação de casos e informações para compor o apêndice do RNV;
9. Produção de subsídios com as informações coletadas: a) subsídios à construção das mensagens-chaves encaminhadas à UNDESA; b. subsídios ao sumário executivo e pontos de destaque do RNV; c) subsídios ao Capítulo II - Institucionalização e Priorização da Agenda 2030 no Brasil, com foco nas dimensões institucional e de não deixar ninguém para trás; d) subsídios ao Capítulo V - visão de futuro e próximos passos.
10. Produção textual: a) produção da apresentação presidencial, destaques do RNV, capítulos I, II e VI pelo grupo de redação; b) produção dos capítulos III e IV pelo IPEA; c) produção do anexo estatístico e de texto sobre indicadores pelo IBGE.
11. Finalização do texto: a) checagem das informações perante os representantes ministeriais; b) construção e aplicação da identidade visual; c) revisão, diagramação e tradução; d) validação política; e) envio do RNV 2024 para a UNDESA.

CAPÍTULO



Institucionalização e Priorização da Agenda 2030 no Brasil

O Capítulo II deste relatório aborda política e ambiente propício, com ênfase no processo de apropriação institucional dos ODS e incorporação nos marcos das políticas nacionais, principalmente por meio da reinstalação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) em 2023. Discute-se a integração das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável no Plano Plurianual e na produção de políticas públicas multissetoriais. Por fim, é destacada a centralidade do compromisso do governo brasileiro com a operacionalização do princípio de “não deixar ninguém para trás” durante a implementação da Agenda. Através da robusta capacidade de produção de dados desagregados do país, são apontadas evidências estatísticas dos grupos populacionais brasileiros que se encontram até agora deixados para trás, especialmente em termos de desigualdades de renda, raciais, sociais e entre territórios. São evidenciados os esforços do governo de alcançar tais grupos mais vulnerabilizados, por meio de políticas de combate às desigualdades e promoção de equidade.

2.1. Reconstrução da institucionalidade da Agenda 2030 no Brasil

O marco inicial deste processo foi a criação de uma Comissão Nacional para os ODS (CNODS), compromisso assumido pelo Brasil e fortemente demandado pela sociedade civil brasileira durante a negociação dos ODS. A CNODS foi estabelecida no final de 2016 pelo Decreto nº 8.892/2016.

Durante os anos de 2016 a 2018, o Brasil estabeleceu um plano de implementação dos ODS. A CNODS procurou seguir a diretriz de internalização da Agenda 2030, conforme expresso na Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25/09/2015, de implementação dos ODS com base nos “*instrumentos de planejamento existentes, tais como as estratégias de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento sustentável*”. Também houve esforço de adequação das metas e dos indicadores às realidades locais a partir das “*políticas e prioridades nacionais*”, considerando o nível de ambição global.

Dentre as principais ações da CNODS entre 2016 e 2018 estão o alinhamento entre as metas e iniciativas do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que resultou na criação das “Agendas ODS no PPA”, que vincularam os atributos do PPA aos objetivos e metas da Agenda 2030¹.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) liderou a adequação das metas dos ODS à realidade nacional, um processo que envolveu mais de 600 servidores de 75 instituições públicas federais, e resultou em metas nacionais mais ambiciosas do que as globais, além da quantificação de metas globais qualitativas e da tradução das metas para as especificidades da realidade brasileira.²

1 Ver: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/planos-plurianuais-anteriores/ppa-2016-2019/monitoramento-e-avaliacao-do-ppa/relatorio-anual-de-monitoramento-das-agendas-ods-ano-base-2017>

2 Em 2018 o Ipea lançou os Cadernos ODS a fim de realizar uma análise detalhada das linhas de base dos indicadores de monitoramento das metas dos ODS e avaliar os principais desafios que o país enfrentaria para a implementação efetiva da Agenda 2030 dentro do prazo estipulado. Ver: <https://www.ipea.gov.br/ods/publicacoes.html>

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representou os países do Mercosul e o Chile no Grupo de Especialistas Interagências para os ODS das Nações Unidas (IAEG-SDGs), e coordenou 17 grupos de trabalho no país, um para cada ODS, com a participação de outras instituições produtoras de informação, resultando na plataforma ODS Brasil, que disponibiliza publicamente os indicadores nacionais das metas dos ODS.

Como resultado desse incentivo inicial, o Brasil apresentou seu primeiro Relatório Nacional Voluntário em 2017, destacando a construção de uma institucionalidade dedicada à implementação dos ODS e seu compromisso com o monitoramento e implementação da Agenda 2030.

No entanto, a implementação da Agenda 2030 enfrentou desafios significativos no nível federal entre 2019 e 2022, principalmente devido à falta de comprometimento com as agendas de sustentabilidade durante a administração anterior e aos efeitos de aprofundamento das desigualdades advindas da pandemia de COVID-19. A CNODS foi extinta em 2019, junto a diversos colegiados de participação social (Decretos nº 9.759 e 10.179). Por outro, o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 apresentado ao Congresso Nacional não fazia referência à Agenda e sua menção ocorreu apenas após uma emenda parlamentar que incluiu a diretriz geral de *“persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”*. Mesmo sendo insuficiente para afirmar o compromisso do país com a Agenda 2030, essa menção genérica e isolada ainda foi alvo do único veto presidencial à Lei do PPA. No mesmo ano, o governo também desistiu da apresentação do segundo Relatório Nacional Voluntário, poucos meses antes do Fórum

Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) e recusou-se a sediar a 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 25) no Brasil.

Apesar desse contexto desafiador, a sociedade brasileira manteve o compromisso com a Agenda 2030 e adotou os ODS como forma de orientação estratégica e ativismo institucional para a manutenção de políticas públicas e conquistas sociais. Entes subnacionais, empresas estatais, órgãos dos poderes legislativo e judiciário e, principalmente, a sociedade civil mantiveram atuações complementares ao executivo nacional.

O Poder Legislativo brasileiro tem tido papel relevante na implementação dos ODS, tanto na elaboração, discussão e aprovação de legislações referentes à Agenda 2030, como em avançar as metas estabelecidas. Desde a adoção da Agenda 2030 em 2015, o Poder Legislativo promove debates e ações voltadas à incorporação dos princípios e diretrizes dos ODS nas políticas públicas do país. A realização de audiências públicas, a criação de comissões parlamentares especiais e a elaboração de relatórios de monitoramento são algumas estratégias adotadas para garantir a participação social. A destinação do recurso reservado às Emendas Parlamentares também reflete uma importante responsabilidade do Poder Legislativo na efetiva implementação dos ODS, pela destinação alinhada aos projetos de sustentabilidade.

Igualmente, o Poder Judiciário vem realizando um conjunto de ações favoráveis à implementação da Agenda 2030 no contexto brasileiro. Por um lado, zela pelo cumprimento das leis e normas relacio-

Empresas Estatais e Agenda 2030

As empresas estatais brasileiras, por sua natureza, alcance e atuação como instrumento complementar de entrega de políticas públicas, desempenham papel importante no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas estatais, em suas múltiplas áreas de atuação, incorporam políticas e processos operacionais para estabelecer estratégias, compromissadas com a inclusão social e a redução das desigualdades, em iniciativas de responsabilidade econômica, social e ambiental.

No pilar social, as estatais direcionam esforços para impulsionar o desenvolvimento do agro-negócio e da agricultura familiar, com nítidos impactos positivos na renda das famílias brasileiras. A implementação de programas de microcrédito, o apoio a projetos de segurança alimentar e a consequente geração de renda apoiam o combate à pobreza e a erradicação da fome (ODS 1 e 2). Outros destaques incluem ações de reparação histórica no enfrentamento ao racismo, ampliação do acesso da população a medicamentos essenciais, visibilidade e protagonismo de mulheres, inclusão digital para populações em vulnerabilidade social, prestação de serviços estratégicos para escolas, unidades de saúde nas comunidades indígenas rurais e quilombolas (ODS 3, ODS 5, ODS 7, ODS 10).

No pilar ambiental, as estatais contribuem no apoio à redução das emissões de carbono, no investimento em tecnologias diversas, de usinas nucleares aos parques eólicos, e na gestão de meios de implementação. Em destaque, o Fundo Amazônia contribui de diferentes maneiras para o alcance de pelo menos 10 dos 17 ODS, com ações em 196 Unidades de Conservação, 101 Terras Indígenas, com impactos positivos na redução do desmatamento, fortalecimento do monitoramento via satélite, fomentos a sistemas agroflorestais, tudo isto com base nas parcerias locais e internacionais para salvaguardar o patrimônio cultural e natural da Amazônia.

No pilar econômico, destaca-se a atuação dos bancos públicos, que têm buscado um portfólio sustentável, incentivando investidores a direcionar recursos para companhias que geram externalidades socioambientais positivas; reduzir os impactos climáticos; e impulsionar a transformação econômica para gerar valor para sociedade e meio ambiente.

As empresas estatais brasileiras têm sido agentes de mudança e promotoras do desenvolvimento sustentável, por meio de seus projetos, políticas e investimentos, envidando esforços à luz das premissas da Agenda 2030 global.

*Mais informações sobre o trabalho das empresas estatais brasileiras com os ODS no apêndice.

nadas ao desenvolvimento sustentável, assegurando a aplicação de legislações nas dimensões ambientais, sociais e econômicas. O Judiciário atua na resolução de conflitos e na promoção da transparência e do acesso à informação em áreas correlatas aos ODS como meio ambiente, direitos humanos, proteção de comunidades vulnerabilizadas, preservação e conservação de ecossistemas e promoção de práticas sustentáveis nos setores público e privado.

No âmbito subnacional, os chamados governos locais, estados e municípios, têm realizado uma série de ações pela Agenda 2030 e que impactam na incorporação dos ODS nos processos de planejamento, produção e gestão de políticas públicas locais, a partir da integração das dimensões econômica, social e ambiental. Os entes fede-

Poder Legislativo e Agenda 2030

O Congresso Nacional é responsável pela aprovação do PPA e do orçamento do Poder Executivo, com impacto na implementação e disseminação da Agenda 2030 nas esferas federal, estadual e municipal. Dentre suas ações destacam-se: (i) a criação, em 2016, da Frente Parlamentar de Apoio aos ODS, que foi revitalizada em 2023, envolvendo 200 deputados federais e 9 senadores; (ii) a proposição do PL 1308/2021 que dispõe sobre a criação da Política para Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de promover a inclusão dos ODS nos planos, programas e políticas e de estabelecer mecanismos de transparência e responsabilização em diversos níveis de governo; (iii) a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), que alinhado com a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), promoveu auditorias que cobraram do Poder Executivo Federal ações para implementação da Agenda 2030; (iv) a aprovação do PPA 2024-2027 com o alinhamento integral aos 17 ODS.

rativos do Brasil têm grande experiência na governança de ações relacionadas às agendas internacionais de desenvolvimento sustentável, como na Agenda 21, com os ODM, e agora, especialmente, com o ODS 11, sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis. O diálogo interfederativo e a atuação dos entes subnacionais foi incentivada por redes como a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), a UCLG (Cidades Unidas e Governos Locais), o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade), entre outras.

Poder Judiciário e Agenda 2030

Um exemplo de grande relevância é o estabelecimento, em 2018, do Comitê Interinstitucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinado a avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos ODS e a elaborar um relatório de trabalho com apoio de todos os Tribunais do país. Como resultado deste processo, houve o desenvolvimento de diversas ações, com destaque para o alinhamento do planejamento estratégico do Judiciário à Agenda 2030 e a indexação de sua base de dados, de mais de 80 milhões de processos, aos ODS. Essa ação tem como objetivo a prevenção e desjudicialização de litígios, considerando os impactos sobre os ODS.

As principais ações relativas à Agenda 2030 do Poder Judiciário estão disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/>

No bojo da sociedade brasileira, setor privado e organizações da sociedade civil abraçaram os ODS como parte integral da sua atuação. O setor privado tem desempenhado importante papel para a implementação da Agenda 2030 no Brasil, tanto na incorporação dos ODS em seu funcionamento interno de gestão sustentável, no direcionamento de projetos que colaborem para o alcance das metas brasileiras, quanto na realização de ações de responsabilidade socioambientais e de empoderamento das comunidades próximas de sua área de atuação. Mais de 2 mil empresas e entidades privadas brasileiras, de diversas áreas e portes, estão comprometidas com princípios de sustentabilidade e medidas alinhadas aos ODS, fazendo parte do Pacto Global das Nações Unidas.

Governos Subnacionais e Agenda 2030

No âmbito dos Governos Estaduais, das 27 unidades federativas no Brasil, 24 informam sobre a aplicação da Agenda 2030. Na dimensão de planejamento, 69,6% dos estados possuem uma instituição governamental que acompanha a evolução dos ODS e 93,8% consideram os ODS no planejamento estadual. No monitoramento de indicadores, 13 estados possuem instrumentos de acompanhamento específicos dos ODS. O Rio Grande do Sul e o Pará publicam os “Cadernos ODS” e o Relatório Anual de Avaliação do PPA com a evolução dos ODS, e o Paraná aplicou a estratégia de planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas “Paraná de Olho nos ODS”. Os estados também indicaram realizar mapeamentos cruzados entre PPAs e ODS, sendo que dez estados produziram publicações para acompanhamento. Dentre as boas práticas, destaca-se o Programa Carbono Neutro, no Mato Grosso, que concede Selos de Apoiador, de Financiador e de Compromissário para a Agenda 2030, e o Selo Carbono Neutro para o atingimento das metas voluntárias de redução das emissões de GEE em 80% até 2030, e neutralidade de emissões até 2035 (quinze anos antes da meta nacional de 2050-ONU).

Com relação à institucionalização da agenda nos municípios, é percebido um esforço para a incorporação dos ODS na gestão local por meio de ferramentas de planejamento (como Planos Estratégicos, Planos Intersetoriais, PPAs e Diretrizes Orçamentárias), embora com diferentes graus de relevância e nível de implementação e conhecimento técnico; da inserção dos ODS em Projetos de Lei; e da criação de Observatórios Municipais e Grupos de Estudo e Pesquisa sobre ODS e a Gestão Pública, ou mesmo Fóruns Municipais com a presença da Sociedade Civil Organizada e Academia (conforme boas práticas elencadas no apêndice). Alguns dos desafios para a institucionalização mapeados junto aos governos locais referem-se à capacitação de servidores públicos locais, sensibilização política da Agenda, baixo envolvimento da sociedade civil e setor privado e escassez de financiamento.

Assim, a atuação das entidades municipalistas têm focado na sensibilização e capacitação de gestores(as) e servidores(as) locais, no alinhamento de instrumentos de gestão aos ODS, na territorialização, na promoção de redes para trocas de conhecimento e metodologias, na produção de bancos de melhores práticas e no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação. No monitoramento, destaca-se a Mandala ODS, com 24 indicadores de implementação dos ODS desenvolvida pela CNM em parceria com o PNUD, e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), com 88 indicadores e um ranqueamento dos municípios, desenvolvido pelo Programa Cidades Sustentáveis e a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDSN). Também destaca-se a apresentação de Relatórios Locais Voluntários no âmbito do HLPF, pelos municípios de Barcarena/PA (2017), Santana de Parnaíba/SP (2018), São Paulo/SP (2020, 2021), Niterói/RJ (2020), Rio de Janeiro/RJ (2020), Belo Horizonte/MG (2022), Barueri/SP (2022) e Francisco Morato/SP (2023) e pelos estados do Pará (2020, 2021, 2022 e 2023) e São Paulo (2019 e 2022).

* Mais informações sobre as experiências de governo locais com os ODS no apêndice.

A Sociedade Civil Organizada desempenha um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável, inclusivo e equitativo, tendo se desta-

cado por construir alternativas de resistência, por meio de ações com impacto local, regional e nacional.

A sociedade civil tem papel fundamental para o desenvolvimento sustentável que perpassa a construção participativa dos sentidos e iniciativas locais da sustentabilidade, a localização dos objetivos e metas globais às realidades dos territórios, e as etapas de implementação e acompanhamento, com uma abordagem interseccional e transversal.

2.2. Retomada da governança brasileira dos ODS

Após um hiato de 4 anos, o Brasil retoma a participação social como orientação de governo e seu esforço de governança para a implementação dos ODS. O governo do presidente Lula, com mandato entre 2023 e 2026, está comprometido com o fortale-

Setor Privado e Agenda 2030

O setor privado brasileiro tem procurado atualizar os modelos de gestão e direcionamento estratégico alinhando os ODS a uma internalização de práticas ligadas aos pilares ambientais, sociais e de governança (ESG). As práticas mais destacadas pela consulta pública seriam: a promoção de condições de trabalho justas, seguras e inclusivas, que contribui à criação de empregos dignos e ao crescimento econômico sustentável (ODS 8); a produção mais eficiente e sustentável, que reduz desperdício, promove a reciclagem e minimiza impactos ambientais ao longo das cadeias de valor (ODS 12); a transparência, promoção da integridade e responsabilidade corporativa e respeito aos direitos humanos, em conformidade com a legislação (ODS 16); e as colaborações com governos, sociedade civil e outras partes para fortalecer parcerias para o alcance das metas brasileiras (ODS 17).

Outro foco importante do setor privado é o investimento em inovações tecnológicas (ODS 9) para a reformulação de processos e produtos alinhados às produções sustentáveis (ODS 12) e ao enfrentamento às mudanças climáticas (ODS 13). Estas ações incluem metas de neutralidade de carbono, desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão de gases do efeito estufa, aumento da eficiência energética nas operações, investimento na produção de energia renovável, e produção de bioprodutos que capturam CO² da atmosfera, aumento da produção de polietileno verde, participação ativa em grupos de descarbonização, entre outros.

Empresas também contribuem através de capacitações ofertadas a comunidades para garantia de resiliência e sustentabilidade (ODS 11), pela promoção de sistemas agroflorestais, práticas da agricultura agroecológica e de diversidade de alimentos (ODS 2), e com programas de formação para comunidades vulnerabilizadas, destacando-se o foco na população negra, jovens, mulheres e pessoas com deficiência (ODS 4, ODS 5 e ODS 10), contribuindo para a redução das desigualdades. O setor privado aumentou seu envolvimento no fortalecimento de associações locais e promoção da justiça social (ODS 10, ODS 16), na defesa da dignidade humana e doações relacionados aos desastres e emergências locais e nacionais (ODS 1, ODS 2, ODS 11).

Além disso, destaca-se a atuação de mais de 2 mil empresas e organizações privadas brasileiras, de diversos setores e portes, no âmbito do Pacto Global das Nações Unidas, que reúne empresas e entidades comprometidas com princípios de sustentabilidade e medidas alinhadas aos ODS.

*Mais informações sobre o papel do Setor Produtivo brasileiro com a Agenda 2030 veja no apêndice

Sociedade Civil e Agenda 2030

A participação ativa e engajada da sociedade civil brasileira tem sido, historicamente, fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas na promoção da transparência e no fortalecimento da governança democrática. Organizações da sociedade civil atuam como agentes de mudança e de monitoramento das ações governamentais e privadas. Suas principais contribuições incluem: o *advocacy* e mobilização social; a participação ativa nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas relacionadas aos ODS; o monitoramento da prestação de contas das ações do Estado e do setor privado em relação aos compromissos assumidos na Agenda 2030; a promoção da educação e conscientização para o desenvolvimento sustentável; e as parcerias e colaborações com governos, empresas e outras organizações.

A relevância da participação social em todas as etapas da implementação da Agenda 2030 inclui dimensões de formulação das demandas locais para construção de uma sociedade mais sustentável, da justiça social, racial, ambiental, climática e econômica, contribuindo para validação dos impactos positivos e revisão de impactos negativos, considerando os contextos locais. A elaboração do *Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030*, publicação anual do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 iniciada em 2017, é um exemplo potente de um instrumento de monitoramento e avaliação da Agenda 2030 em nível nacional que acabou ganhando visibilidade internacional. Ele monitora todos os ODS e suas metas e foi crucial na exposição dos retrocessos, principalmente, durante a última gestão federal, identificando e registrando a desmobilização de políticas públicas, a erosão dos orçamentos e dos sistemas de monitoramento. Em sua VII Edição, em 2023, por outro lado, o Relatório Luz indicou também a importância da reestruturação da instância de governança dos ODS no Brasil, a CNODS, e propostas da sociedade civil organizada para reverter os retrocessos e implementar ações efetivas rumo ao desenvolvimento sustentável.

*Mais informações sobre o papel da sociedade civil brasileira com os ODS no apêndice

cimento da Agenda 2030, incentivando diferentes formas de incorporação dos ODS aos marcos nacionais e aos principais mecanismos institucionais. Ainda no primeiro ano de governo a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi reinstituída pelo Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2023.

A CNODS é um colegiado consultivo de representação paritária, atualmente composto por trinta e oito representantes ministeriais, quatro representantes de governos locais e 42 representantes da sociedade civil. Entre esses representantes, estão consórcios regionais de governos do Nordeste e da Amazônia Legal, a Associação Brasileira de Municípios, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos

e organizações, redes e movimentos sociais ligados ao trabalho, populações indígenas, mulheres, educação, antirracismo e meio ambiente, além de entidades do setor privado. No total, 132 entidades se candidataram às vagas de participação da sociedade civil. A presidência é exercida pela Secretaria-Geral da Presidência que também atua como sua secretaria executiva. A responsabilidade do governo federal envolve todos os ministérios e órgãos equivalentes, reforçando o compromisso de todas as pastas da Administração Federal na implementação dos ODS no Brasil. Outras formas de participação são garantidas no âmbito das reuniões de

Câmaras Técnicas, abertas a convidados e outras representações da sociedade.

Como marcos inovadores, destaca-se a Resolução nº 02/CNODS, que institui a Subcomissão para a proposição do ODS 18 sobre Igualdade Étnico-Racial e a Resolução nº 03/CNODS, que cria a Subcomissão de Povos e Comunidades Tradicionais na Agenda 2030, respondendo à prioridade do governo federal de reduzir desigualdades e fortalecer a promoção da sustentabilidade pela perspectiva dos povos e comunidades tradicionais.

A CNODS tem como um dos principais desafios coordenar e articular os diferentes níveis da federação, setores da sociedade e os três poderes da República, visando a formulação e implementação de políticas públicas de maneira integrada e participativa. Além disso, a institucionalização da Agenda 2030 no país pressupõe o mapeamento e a identificação de ações em curso que estão incorporando os ODS em planos, estratégias e políticas nacionais e subnacionais, no sentido de identificar boas práticas e lacunas institucionais.

Outro desafio diz respeito à comunicação e ao engajamento da sociedade com a Agenda 2030. É preciso conectar a agenda e os ODS com realidades práticas. Para isso, é chave envolver e mobilizar partes interessadas, divulgar a agenda via diferentes meios de comunicação, ressaltar a necessidade de agir com urgência e traduzir a agenda de forma que toda a sociedade possa compreendê-la.

Com relação ao acompanhamento da implementação a Agenda 2030, a CNODS é responsável por apoiar o monitoramento das metas, consoante observância das metodologias globalmente acordadas e

seguindo o trabalho desempenhado pelos órgãos de assessoramento técnico levando em consideração a análise de dados desagregados por gênero, cor/raça, etnia, idade, classe e localização geográfica.

Para a construção do Relatório Nacional Voluntário foi desenhada uma metodologia participativa que envolveu o amplo conjunto do governo e da sociedade, tanto por meio de articulações institucionais, reuniões de acompanhamento e consulta pública para levantamento de informações e boas práticas implementadas sobre os ODS no Brasil.

2.3. Integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável no Plano Plurianual (PPA) e em políticas multissetoriais estruturantes

A Agenda 2030 incentiva os governos a formular, implementar e monitorar políticas públicas que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. O intuito dessa integração é minimizar sobreposições e fragmentação de iniciativas e coordenar a ação dos diversos setores e atores envolvidos nesse processo.

O PPA é a ferramenta chave para a integração das três dimensões nas políticas públicas brasileiras por se tratar do único instrumento de planejamento do governo federal que perpassa todos os ministérios, e por constituir o principal instrumento de planejamento de médio prazo previsto pela Constituição Federal. Ele possui vigência de quatro anos, iniciando no segundo ano de mandato do governo eleito e se prolongando até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Estabelecido por lei, o PPA identifica as prioridades e

os investimentos de maior porte a serem realizados, orientando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Todos os planos e programas nacionais, regionais e setoriais são elaborados em consonância com o PPA, assegurando direção e unicidade à atuação do governo federal.

O PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802/2024) foi um marco da retomada da capacidade de planejamento no Brasil, e de seu compromisso com a Agenda 2030. Ele apresenta diversas inovações para aprimorar o planejamento estratégico e garantir os compromissos de sustentabilidade assumidos. Destacam-se: i) visão de futuro associada a valores, três eixos estratégicos e objetivos com indicadores-chaves nacionais e suas metas; ii) definição de seis agendas prioritárias, definidas pelo processo de participação social, e que terão precedência na alocação de recursos e monitoramento específico; iii) definição de cinco agendas transversais para encaminhar problemas abrangentes e complexos de políticas públicas; e iv) participação social, com envolvimento massivo da sociedade na construção das diretrizes e prioridades do planejamento governamental.³ Em relação aos ODS, é importante destacar que a Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, define em seu 26º artigo que “os programas do PPA 2024-2027 devem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030” e que os atributos do PPA foram alinhados aos ODS, permitindo o monitoramento das ações do governo federal que contribuem para a implementação dos ODS.

Além da coordenação eficaz entre diferentes órgãos do governo federal, a elaboração do PPA 2024-2027 promoveu a coordenação entre os entes federativos, com o propósito de alinhar políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Foram realizadas 125 oficinas multidisciplinares para definição de programas finalísticos do plano, com objetivos, metas e entregas, que contaram com mais de 4.400 participantes. Também foram realizadas três oficinas de alinhamento entre os objetivos e programas do PPA e os planos de desenvolvimento regional, com Superintendências de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

O chamado *PPA Participativo*⁴ ampliou e enriqueceu a perspectiva federativa pela interlocução com a sociedade, realizada por meio de plenárias em todas as 27 Unidades da Federação. As plenárias envolveram mais de 34 mil participantes e 309 movimentos e organizações da sociedade, que puderam debater e apresentar suas demandas na plataforma digital Brasil Participativo. A plataforma contou com mais de 1,5 milhão de votos e mais de 4,5 milhões de acessos. Destaca-se a participação de mulheres na plataforma, com cerca de 60% do total de participantes, além da participação expressiva da juventude no processo⁵. A esse diálogo, somou-se a participação da sociedade por meio do Fórum Interconselhos, com representantes dos 36 conselhos nacionais que formam a base de governança das políticas públicas do governo federal.

A abordagem multidimensional, o diálogo federativo e a participação social buscaram garantir que o conteúdo do PPA 2024-2027

³ Ver: Dimensão estratégica do PPA disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/anexo-i-dimensao-estrategica.pdf>.

⁴ Ver: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/ppa-participativo>

⁵ Ver: <https://www.gov.br/planejamento/relatorio-ppaparticipativo> (pgs 20 e 24)



refletisse as necessidades e aspirações de todas as partes interessadas, integrando diferentes perspectivas e conhecimentos para propor soluções aos problemas enfrentados pelo país. No entanto, sua implementação integrada enfrenta obstáculos, incluindo a falta de coordenação entre diferentes setores governamentais, o tratamento setorial de problemas multissetoriais, a competição por recursos limitados e a resistência a mudanças de formas de atuação. Para lidar com as trocas necessárias para promover a integração mais eficaz, o plano enfatiza a importância da articulação e da cooperação interinstitucional na execução de agendas prioritárias e transversais e para o alcance dos objetivos e metas de seus programas.

São seis agendas prioritárias e cinco agendas transversais⁶ que possuem aderência aos ODS e espelham a determinação do governo de enfrentar com foco e seletividade temas cruciais para o desenvolvimento sustentável. As agendas prioritárias são: 1) Combate à fome e redução das de-

sigualdades; 2) Educação básica; 3) Saúde - Atenção Primária e Atenção Especializada; 4) Neoliberalização, trabalho, emprego e renda; 5) Novo PAC; e 6) Combate ao desmatamento e enfrentamento de emergências climáticas. Dentre as agendas transversais destacamos: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos indígenas; e 5) Ambiental. Essas agendas geraram 35 objetivos divididos em três eixos: 1) Desenvolvimento social e garantia de direitos; 2) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; 3) Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Todos eles possuem indicadores-chaves nacionais e metas que permitem avaliar com mais precisão o progresso do país nas três dimensões do desenvolvimento.

A partir dos objetivos do PPA, desdobram-se 88 programas entre os quais destaca-se a existência de 15 programas multissetoriais, que são aqueles implementados por um Ministério coordenador com a participação de outros Ministérios, evidenciando a busca por um modelo sistê-

⁶ Para acessar os relatórios das Agendas Transversais lançados até março/2023: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/relatorios-planejamento-nacional>

mico, transversal, multi e intersetorial, garantindo ampla participação de diferentes atores na implementação das políticas públicas alinhadas aos ODS.

2.4. Casos de políticas públicas brasileiras que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável

Nesta seção são apresentadas algumas das políticas, planos e programas estratégicos do Governo Federal brasileiro que demonstram as potencialidades e o caráter transformador da integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável e da atuação intersetorial (integração horizontal), multinível (integração vertical) e participativa (integração social).

A - Reformas estruturais e políticas inovadoras

O governo brasileiro está comprometido com o investimento simultâneo e integrado entre o desenvolvimento social e econômico por meio de diversas políticas inovadoras e reformas estruturais. Um dos pilares das reformas em andamento se encontra na gestão e regulamentação, como o *Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO REG*, que reforça a infraestrutura regulatória, e o *Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - Litígio Zero*, que procura minimizar disputas fiscais prolongadas, facilitando o ambiente de negócios e investimentos. Além disso, o governo implementou a *correção da Tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)*, aliviando a carga fiscal sobre os trabalhadores médios e de baixa renda, corrigindo as distorções causadas pela inflação acumulada que não havia sido previamente ajustada na tabela de IRPF.

A *Reforma Tributária*, aprovada em 2023 por Emenda Constitucional, desempenha papel fundamental na implementação da Agenda 2030, com potencial de impactar positivamente a promoção do desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e o alcance das metas estabelecidas. Uma das principais contribuições é a revisão e simplificação do sistema tributário, que busca torná-lo mais justo, eficiente, transparente e equitativo, promovendo justiça tributária e atacando a regressividade do sistema vigente, que onera quem detém menor capacidade contributiva.

A simplificação e redução da carga tributária sobre atividades produtivas e sustentáveis podem incentivar o crescimento econômico inclusivo, contribuindo para a redução da pobreza, a promoção do emprego decente e o estímulo à inovação. A proposta substitui cinco tributos – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CoFinS), Programa de Integração Social (PIS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – por um Imposto sobre o Valor Agregado Dual (IVA) de padrão internacional, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional (estados e municípios). Assim, a reforma diminui a quantidade de tributos e determina que a CBS e o IBS terão regras harmônicas, aplicáveis em todo território nacional, beneficiando cidadãos e cidadãs, sobretudo os mais pobres. Além disso, o novo modelo trará mais transparência, permitindo clareza sobre a quantidade de impostos pagos e o consequente acompanhamento de sua aplicação.

A *Reforma Tributária* deve ser uma impor-

tante ferramenta para a promoção da justiça fiscal e da redistribuição de renda. A introdução e aprimoramento de mecanismos de progressividade fiscal e a eliminação de benefícios fiscais, usufruídos apenas pelas pessoas de maior renda, podem contribuir significativamente para a promoção da justiça social e econômica. Outro aspecto relevante é a possibilidade, via *Regime Fiscal Sustentável*, conhecido como *Novo Arcabouço Fiscal*, de direcionar recursos fiscais para áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e proteção social. O *Regime Fiscal Sustentável* permite o crescimento real do gasto público e estabelece um piso de crescimento do gasto, com dinâmica anticíclica, a fim de manter os dispêndios primários em termos per capita constantes. Com isto podemos ter a alocação eficiente e sustentável dos recursos públicos essenciais para garantir o acesso universal a serviços básicos de qualidade, promover o desenvolvimento humano e proteger o meio ambiente.

No escopo da *Reforma Tributária*, se destaca a proposta que altera a tributação sobre produtos da cesta básica e introduz mecanismos de reembolso (*cashback*) para beneficiários do Cadastro Único. Para garantir que os benefícios da desoneração atendam famílias de baixa renda, avançando na implementação dos objetivos de redução das desigualdades, o governo propôs a aplicação de *reembolso* em detrimento de alíquotas reduzidas, visando assegurar uma tributação mais eficaz e justa, para que a redução fiscal beneficie diretamente os consumidores finais.

Neste novo marco da política econômica, destaca-se o Plano de Transformação Ecológica, lançado em 2023 durante a COP 28, que emerge como iniciativa estratégica para promover a transição para

uma economia mais verde, resiliente e de baixo carbono, estabelecendo diretrizes e ações concretas para impulsionar uma economia ambientalmente equilibrada. Por meio de investimentos em energias renováveis, eficiência energética, conservação da biodiversidade, restauração de ecossistemas e promoção da economia circular, o Plano visa mitigar os impactos ambientais e climáticos das atividades humanas e fomentar o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. Colocando o país na vanguarda do desenvolvimento sustentável, é um exemplo inovador de integração das dimensões ambiental, social e econômica.

Conduzido pelo Ministério da Fazenda e presente no PPA 2024-2027, o *Plano de Transformação Ecológica* estrutura-se em três níveis: objetivos (3), eixos (6) e instrumentos (5). No primeiro nível, define três objetivos: a) gerar trabalho decente e aumentar a produtividade, buscando transformar o perfil da matriz de produção brasileira, ampliando sua intensidade tecnológica e de conhecimento; b) promover a justiça ambiental e climática, a partir da implementação de políticas de adaptação e mitigação comprometidas em não deixar ninguém para trás e; c) reduzir desigualdades, incluindo renda e riqueza, pessoais e funcionais, entre regiões do país, raciais e de gênero. No segundo nível, prevê uma atuação em seis eixos: finanças sustentáveis; adensamento tecnológico; bioeconomia; transição energética; economia circular; e nova infraestrutura. Seus programas e ações estão, em maior parte, sob liderança dos demais ministérios do governo, cabendo ao Ministério da Fazenda apoiá-los a partir de instrumentos financeiros, fiscais, regulatórios, administrativos, operacionais e de monitoramento.

Dentre as contribuições mais relevantes, destacam-se: a redução das emissões de gases de efeito estufa e mitigação das mudanças climáticas (ODS 13); a promoção da energia limpa e acessível (ODS 7); a conservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e aquáticos (ODS 15); o estímulo à inovação e infraestrutura sustentável (ODS 9); a promoção do consumo e produção sustentáveis (ODS 12). Além disso, o *Plano de Transformação Ecológica* contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais, para a promoção da inclusão social e para o fortalecimento das capacidades institucionais necessárias para a implementação efetiva da Agenda 2030.

B - Novo Programa de Aceleração do Crescimento

Para lidar com a insuficiência crônica de investimentos em infraestrutura, que limitam a inclusão social, a produtividade e o crescimento econômico de longo prazo do país, em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2011, foi lançado o PAC II, para o período 2011-2014. Nessa nova fase, mantendo as características e modelo de gestão da primeira etapa, o programa incluiu novos setores e ampliou significativamente seu escopo e parcerias com estados e municípios. Em seguida, foi lançado o PAC III, para o período 2015-2018, que teve resultados bem mais modestos, considerando a descontinuidade política.

Em 2023, o *Novo Programa de Aceleração do Crescimento* – Novo PAC foi estabelecido com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,7 trilhão de reais. Realizado em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, o programa está organizado em medidas institucionais e nove eixos de investimento. As medidas institucionais são um conjunto

articulado de atos normativos de gestão e de planejamento que contribuem para a expansão sustentada de investimentos públicos e privados, organizadas em cinco categorias: aperfeiçoamento do ambiente regulatório e do licenciamento ambiental; expansão do crédito e incentivos econômicos; aprimoramento dos mecanismos de concessão e parceria público-privadas (PPPs); incentivos à transição ecológica e planejamento, gestão e compras públicas. Os investimentos têm compromisso com a transição ecológica, a neoindustrialização, o crescimento econômico do país e a geração de empregos de forma sustentável.

O Novo PAC atende ao desafio da transição e segurança energética, com aportes da ordem de R\$ 596 bilhões, sendo R\$ 105,7 bilhões especificamente em projetos de geração e eficiência energética e combustível de baixo carbono. O Água para Todos, outro eixo que aqui merece destaque, investe R\$ 30,2 bilhões para promover o acesso à água, visando fortalecer as comunidades frente aos desafios hídricos e climáticos. Além disso, no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, com investimento de R\$ 601,1 bilhões, são previstas ações que influenciam diretamente o dia a dia da população, beneficiada com mais saneamento básico, prevenção a desastres, mobilidade urbana e urbanização. Para a infraestrutura de transportes são R\$ 399,4 bilhões nas dimensões logísticas e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. O programa aumentou o índice de conservação das estradas federais de 52% em 2022 para 67% em 2023. O Novo PAC terá a construção de 868 km de novas ferrovias. Nove portos receberam investimentos públicos e foram realizados 10 leilões de arrendamentos portuários. Onze aeroportos recebem investimentos, e outros 15 estão sendo transferidos para operação privada.

Ademais, a intervenção do governo federal com a criação de um programa de segurança viária justifica-se, principalmente, na preservação de vidas e redução do sofrimento humano com impactos diretos nos ODS 3, ODS 11 e ODS 16, que possuem metas específicas sobre estas questões.

C - Nova Indústria Brasil

A nova política industrial do Brasil, alinhada aos princípios estabelecidos pelo governo do Presidente Lula, busca promover inclusão socioeconômica, equidade de gênero, trabalho decente e sustentabilidade. Este modelo orientado por missões define objetivos específicos e metas até 2033, visando um desenvolvimento industrial sustentável e melhor qualidade de vida no Brasil.

Entre as prioridades da política estão a promoção de cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para fortalecer a produção nacional e desenvolver tecnologias que melhorem a qualidade e segurança alimentar; a criação de um complexo econômico industrial da saúde para reduzir vulnerabilidades e impulsionar pesquisas e inovações; o desenvolvimento de infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para integrar a produção e melhorar o bem-estar nas cidades; a transformação digital da indústria para aumentar a competitividade e reduzir a dependência tecnológica em áreas críticas; e a expansão sustentável da capacidade produtiva, valorizando a biodiversidade e garantindo a segurança energética e a defesa nacional.

O *Programa de Mobilidade Verde e Inovação* (Mover), de 2023, prevê créditos financeiros para que as empresas invistam em descarbonização. Os incentivos deverão promover a expansão de investimentos

em eficiência energética, incluir limites mínimos de reciclagem na fabricação dos veículos e cobrar menos imposto de quem polui menos, criando o IPI Verde.

A retomada do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores* (PADIS) marca um esforço significativo do Brasil para fomentar a inovação tecnológica e fortalecer sua competitividade industrial. O novo *Programa Brasil Mais Produtivo* tem como objetivo elevar a produtividade e promover a gestão estratégica e a transformação digital das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, assim como apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias no País. As empresas recebem atendimento direto para aperfeiçoamento da força de trabalho, requalificação, melhores práticas de gestão, digitalização, otimização de processos produtivos e aumento de eficiência energética.

D - Políticas de Mitigação e Adaptação Climática

O Brasil retoma a agenda ambiental como estratégica e prioritária, reforçando as institucionalidades nacionais e seus compromissos internacionais. A emergência climática pressiona por maior integração de políticas federais e uma governança cada vez mais efetiva e inclusiva, com participação de estados, municípios, sociedade civil, pesquisadores e setor privado. Medidas como a reativação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) em 2023; a elaboração em curso de um Plano Clima que oriente e impulse a mitigação e a adaptação no país até 2035; a redução do desmatamento na Floresta Amazônica; e a disponibilização de recursos pelo Fundo Clima são exemplos das diversas iniciativas em andamento para que o Brasil possa cumprir suas metas e liderar

o esforço global na COP30, que ocorrerá em Belém/PA, em 2025.

Conservação e preservação

A revitalização do *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* e do *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado*, bem como o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – com a ampliação da força de trabalho dos órgãos ambientais federais – reconstroem os pilares da proteção e conservação dos biomas brasileiros. Neste ponto, a Advocacia-Geral por meio do grupo de atuação estratégica AGU *Recupera* acompanha de maneira prioritária o acervo de 281 ações civis públicas, que buscam a recuperação de 314.735,3 hectares de áreas desmatadas e a condenação por danos decorrentes da degradação ambiental no montante de R\$ 4.582.015.123,61. O bloqueio judicial dos bens de responsáveis pela degradação e o embargo judicial das áreas visa impedir a continuidade de danos ambientais e recuperar áreas degradadas.

Prevenção de riscos e desastres

Na prevenção de riscos e desastres, o Brasil tem buscado adequar-se sistematicamente ao Marco de Sendai. Apesar das disparidades regionais na adoção de estratégias pelos governos locais, a valorização da defesa civil e políticas preventivas para lidar com desastres naturais têm constituído áreas prioritárias na cooperação interfederativa, bem como junto à sociedade civil. A *Política Pública de Proteção e Defesa Civil* estabelece uma abordagem de articulação interfederativa para ampliação da resiliência de infraestruturas, desenvolvimento de sistemas de alerta precoce, implementação de projetos de

infraestrutura adaptativa e o fortalecimento das políticas de uso do solo. Busca garantir a redução nos custos associados à resposta e recuperação de desastres, minimizando o número de pessoas afetadas e a quantidade de população exposta a riscos, atenuando perdas socioeconômicas provocadas por desastres.

Oceanos e sociobiodiversidade costeira

Os oceanos e a sociobiodiversidade marinha são cruciais para a manutenção da vida terrestre e para a regulação climática global. Nesta agenda de conservação e uso sustentável, o governo brasileiro tem implementado políticas estruturais, como a criação e implementação das áreas costeiras e marinhas protegidas e a inclusão do oceano e zona costeira na política climática do país. Está sendo revisto o Plano Clima com a integração do oceano e zona costeira, elaborados programas específicos de conservação dos ecossistemas mais vulneráveis às mudanças do clima, como os manguezais e os recifes de coral e criados projetos e estratégias de minimizar os principais vetores de degradação da zona costeira e marinha.

Para apoiar essas políticas públicas foi criado o *BNDES Azul*, que apresenta o compromisso financeiro com a transição energética e utilização sustentável do espaço marinho. O *Programa Floresta Viva*, está implementado a maior iniciativa de restauração de manguezais do Brasil com a aplicação de aproximadamente R\$ 56 milhões para projetos em todas as regiões da zona costeira em 2023, 1.700 hectares de restauração, e geração de renda, inclusive para comunidades locais, capturando carbono e preservando a sociobiodiversidade. O *Programa BNDES Corais*, que possibilita investimentos de R\$ 30 milhões

para projetos de monitoramento, preservação e reparação de corais, habitats críticos para a biodiversidade marinha, visa enfrentar as ameaças de acidificação oceânica, poluição, e mudanças climáticas, apoiando ações de manejo sustentável e resiliência dos corais, favorecendo o desenvolvimento econômico sustentável de comunidades costeiras.

No âmbito da *Comissão Interministerial para os Recursos do Mar* (CIRM), o *Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro* (GI-GERCO) foi recriado, após ser descontinuado de 2019 até 2023, para fortalecer a coordenação de políticas de gerenciamento costeiro. A criação do *Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas* (INPO) e a implementação do *Programa Ciência no Mar* demonstram também esforços para respaldar a tomada de decisões ancorada em conhecimento científico, assim como a instalação de dispositivos de observação contínua do oceano em Unidades de Conservação em ilhas oceânicas, para fornecer dados essenciais para políticas de preservação e uso de recursos marinhos.

A *Portaria Interministerial MPA/MMA nº 10/2024*, que limita a captura de espécies de peixes consumidos na culinária brasileira, demonstra a disposição em adotar um manejo responsável dos recursos marinhos, promovendo a sustentabilidade das atividades de pesca. O *Prêmio Mulheres das Águas*, por sua vez, incentiva a participação feminina em atividades voltadas para a conservação dos recursos hídricos e sustentabilidade marinha, fortalecendo a igualdade de gênero no setor ambiental e promovendo um envolvimento interseccional nas políticas de mitigação e adaptação à mudança climática.

Com relação à preservação dos mangues, foram criadas duas novas Unidades de Conservação, as Reservas Extrativistas ‘Filhos do Manguê’, com 40.537 hectares, abrigando cerca de 4 mil famílias, e ‘Viríandeua’, com 34.191 hectares, abrangendo aproximadamente 3.100 famílias. As reservas representam território crítico para a conservação de aves migratórias e habitat de espécies endêmicas. A gestão comunitária das áreas ampliará a capacidade das populações locais no manejo sustentável de manguezais. A retomada da *Comissão de Gestão de Florestas Públicas* (CGFlop), que coordena ações integradas para enfrentar ameaças aos ecossistemas costeiros, e a *Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais*, bem como a parceria com o MapBiomas para atualizar os atlas dos recifes de coral e dos manguezais, fornecem dados essenciais para a conservação marinha e fortalecimento das comunidades costeiras.

Ainda sobre os manguezais, o *Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais* (PROManguezal), lançado em 2024, representa um importante passo na proteção de ecossistemas vitais. O PROManguezal visa garantir a conservação, recuperação e uso sustentável dos manguezais brasileiros, cruciais para a sociobiodiversidade costeira e mitigação climática. O Brasil também aderiu à iniciativa global *Mangrove Breakthrough*, participando ativamente do seu Conselho, com a missão de acelerar financiamentos e ações para a preservação e restauração dos manguezais em todo o mundo.

O Brasil possui os únicos ambientes recifais do Atlântico Sul e quanto ao tema de proteção dos recifes de corais, o retorno do Brasil ao *International Coral Reef Initiative* (ICRI), a adesão ao *Coral Reef Brea-*

through e ao Coral Research & Development Accelerator Platform (CORDAP) destacam o comprometimento do país em colaborar internacionalmente na coleta e análise de dados sobre a saúde de corais, bem como da preservação deste ecossistema marinho, apontado como o possível primeiro ecossistema a ser extinto funcionalmente dado o aquecimento global. Em 2023/2024, o MMA organizou um *hub* de monitoramento do 4º evento global de branqueamento dos corais, que está em curso, reunindo os Programas de Pesquisa de Longa Duração mantidos pelo CNPq e está desenvolvendo uma Estratégia Nacional de Conservação dos Recifes de Coral.

O Brasil também está engajado na formulação de uma *Estratégia Nacional de Combate ao Plástico no Oceano*, como parte das negociações do Tratado do Plástico, que visa reduzir a poluição marinha. Outra iniciativa importante é, frente a presidência do G20, a definição do oceano como um dos temas prioritários a serem trabalhados no GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática. Além disso, foi lançado pelo Brasil em 2024 o grupo de engajamento *Oceans20* (O20) no contexto do G20. Nas reuniões anteriores, a relevância da preservação dos oceanos havia sido destacada, mas durante a presidência do Brasil o compromisso foi consolidado. Eventos como o “*Ampliando a Ação e as Soluções Oceânicas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)*” e os “*Diálogos Oceânicos*” foram realizados para discutir o papel dos oceanos para a vida no planeta, a sociobiodiversidade e a construção de resiliência climática. A inauguração do O20 no Brasil, uma progressão dos esforços promovidos pela Indonésia e Índia, marca um ponto histórico na inclusão do oceano nas agendas globais e no engajamento da sociedade civil.

Ademais, o MCTI, com apoio financeiro do Fundo Global de Meio Ambiente (GEF) implementará projetos piloto em cidades litorâneas do país em que o turismo constitui um pilar econômico, incentivando práticas de economia circular, gestão de resíduos e conservação. Este projeto visa combater a poluição por plásticos ao promover práticas sustentáveis em cidades litorâneas, e fortalecer iniciativas de reciclagem. Ademais, instalação de dispositivos tecnológicos para observação contínua do oceano em Unidades de Conservação em ilhas oceânicas, visa fornecer dados essenciais para influenciar políticas de preservação e uso consciente dos recursos marinhos, respaldando a necessidade emergente de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Antártica

O governo também tem empreendido esforços significativos para avançar na ciência polar e na preservação dos oceanos por meio de políticas estratégicas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Com a implementação do *Plano Decenal Ciência Antártica 2023–2032*, o Brasil se compromete com a realização de pesquisas fundamentais na região Antártica, vinculando-se diretamente ao objetivo de permanecer como Parte Consultiva no Tratado da Antártica. Este plano, alinhado com a *Política Nacional para Assuntos Antárticos* (Polantar) e a *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, define diretrizes para abordagens científicas em áreas que ligam a Antártica ao oceano Atlântico, América do Sul, e Ártico, contribuindo para o conhecimento global e apoiando políticas setoriais brasileiras em defesa, meio ambiente e saúde.

E - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Brasil, comprometido com a promoção da segurança alimentar, da agricultura sustentável e da redução da pobreza, implementa o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) que, por meio de suas ações de incentivo à produção familiar, fortalecimento da agricultura de base agroecológica e promoção do acesso a alimentos saudáveis, desempenha um papel estratégico na construção de um sistema alimentar mais justo, inclusivo e sustentável, implementando diretamente os ODS 2, 3, 1 e 10, e impactando positivamente os ODS 5, 8, 12 e 13.

O Programa teve desde seu início, em 2003, uma concepção inovadora ao propiciar, ao mesmo tempo, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso à alimentação das populações em insegurança alimentar, contribuindo para o desenvolvimento local ao dinamizar as economias rurais de milhares de municípios. O programa tem propiciado uma renda de até 1 salário mínimo a mais por mês para os agricultores familiares e é porta de entrada para comercialização e acesso a mercados. O PAA atende em média cerca de 15 mil entidades por ano (rede socioassistencial, escolas e outras) e mais de 50% dos recursos são destinados a municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes; O programa fortalece redes locais de comercialização (impactos ambientais) e fomenta a produção de alimentos em âmbito local (combate desertos alimentares) e garante melhores condições de alimentação dos produtores e demais famílias do município. Pelas regras atuais, o PAA adquire os alimentos prioritariamente de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais e de mulheres (ao menos 50%)

O PAA é intersetorial, amparado por um Comitê Gestor coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS) e com a participação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), da Fazenda e da Companhia Nacional de Abastecimento e que conta com um comitê de assessoramento composto pela sociedade civil e mais 12 órgãos públicos. O MDA efetiva a compra de alimentos da agricultura familiar, e o MDS financia e promove a distribuição às pessoas em insegurança alimentar e nutricional. Os Ministérios da Saúde, da Educação e da Justiça e Segurança Pública interagem para promover compras de alimentos para hospitais, restaurantes universitários e presídios por meio da modalidade PAA Compra Institucional. Ao final do PPA 2024-2027, espera-se ampliar a participação das compras de grupos prioritários para 70% e aumentar para 26.500 o número de famílias agricultoras que vendem para o mercado institucional do PAA.

O PAA contribui para diversos objetivos e metas da Agenda 2030. Destacam-se a Eradicação da Pobreza (ODS 1); Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2); Consumo e produção sustentáveis (ODS 12); Redução das desigualdades (ODS 10); Promoção da saúde e bem-estar (ODS 3); e o Fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento sustentável (ODS 17). Além disso, o PAA contribui para a redução do desperdício de alimentos, promoção da inclusão social e fortalecimento da resiliência das comunidades rurais frente às mudanças climáticas e aos desafios econômicos.

F - Defesa da Democracia

O governo brasileiro tem implementado diversas políticas integradas visando a defesa e fortalecimento da democracia. A

Ações para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Quando falamos de políticas públicas e ODS na Amazônia, nos referimos a dois conceitos: Amazônia Legal e Floresta Amazônica. A Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, abrange mais de 7 milhões de quilômetros quadrados e oito países (Brasil, Bolívia, Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia). A Amazônia Legal, que corresponde a quase 60% da Amazônia dentro das fronteiras do Brasil, contempla os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos municípios do Maranhão. O bioma amazônico é vital para a sociobiodiversidade global, com papéis ecológicos e climáticos indispensáveis. A Amazônia representa um terço das florestas tropicais ainda preservadas, abrigando metade da biodiversidade e a maior variabilidade genética do mundo. Possui um quinto da reserva de água potável do planeta, sendo fundamental para a regulação do clima e dos padrões de precipitação na América do Sul. Além disso, é um espaço ancestral que abriga uma riqueza cultural sociobiodiversa, de aproximadamente 400 povos indígenas e comunidades tradicionais com suas mais de 200 línguas e saberes.

Em resposta aos múltiplos desafios ambientais, econômicos e sociais, o Governo Federal do Brasil reativou uma série de iniciativas nacionais para a Amazônia, em que se destacam o relançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a retomada do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o Plano Amazônia: Segurança e Soberania e a criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável. O Projeto Integrado para a Produção e Manejo Sustentável do Bioma Amazônia (PIAmz), coordenado pela Embrapa, atua nos nove estados amazônicos do território brasileiro, por meio de 19 projetos. O objetivo principal é promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltadas para a recuperação, conservação e uso sustentável da Amazônia por ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas.



Ademais, o Projeto Sanear Amazônia, por sua vez, implementa tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, produção de alimentos e inclusão social e produtiva na Amazônia, com objetivo de garantir a qualidade da água consumida pela população rural. O programa já atendeu mais de 6,5 mil famílias e cerca de 7 mil famílias de extrativistas e quilombolas serão beneficiadas até 2025. Também, o Programa Energias da Amazônia, criado pelo Decreto nº 11.648/2023, visa a transição a uma matriz energética mais limpa e sustentável, pela substituição da dependência do óleo diesel e da geração de energia renovável. O Programa também objetiva garantir energia elétrica segura aos amazônidas, promovendo o desenvolvimento e a inclusão social sustentáveis. (ODS 6; ODS 7)



O fortalecimento do trabalho realizado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), alocado no Ministério da Defesa, também desempenha papel crucial na proteção e monitoramento da região amazônica através de tecnologias avançadas e integração de dados. Destacam-se os sistemas SIPAMHidro, uma inovação que permite a emissão de boletins e alertas sobre eventos extremos, como alagamentos, fundamentais para ação preventiva em áreas vulneráveis, e SipamSAR que permite um monitoramento preciso do desmatamento usando dados de radar de abertura sintética. O Censipam também reforça operações de monitoramento de atividades ilícitas, como garimpo ilegal, e oferece suporte de comunicação em comunidades que habitam regiões remotas, facilitando a integração. O Painel do Fogo, vinculado ao monitoramento, representa uma ferramenta estratégica, que fornece dados sobre incêndios e queimadas, e fortalece as capacidades de resposta e gestão ambiental do Brasil na Amazônia (ODS 13, ODS 15, ODS 16).

Destaca-se também a criação de novas iniciativas, como o Plano Amazônia: Segurança e Soberania (AmaS), estabelecido pelo Decreto nº 11.614/2023, que objetiva coordenar esforços para combater crimes na Amazônia Legal, articulando programas e ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública às especificidades da região, e o Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que busca expandir a presença do Poder Judiciário e outras entidades públicas para abordar questões ambientais complexas, além de garantir o acesso à justiça para os povos da floresta e coletar informações para aprimorar suas atividades (ODS 16).



Mais ainda, em 2023 foi lançada a iniciativa Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável, desenvolvida pelo MDS, MDA, MMA e BNDES, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com atuação de organizações da sociedade civil da região. O objetivo é fortalecer, de forma integrada, a capacidade de oferta de alimentos de base sustentável produzidos por agricultores familiares, incluindo Povos Indígenas, Quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais. A ação contempla 56 municípios da região e aprimora a alimentação escolar de base sustentável e sociobiodiversa, promovendo a geração de renda, justiça social, segurança alimentar, a melhoria da educação e a conservação da biodiversidade. O (ODS 1, 8, 10, 13 e 15).

Por fim, o Programa Norte Conectado tem como objetivo instalar infraestrutura de fibra óptica em ambiente subfluvial e de antenas em Instituições públicas em áreas remotas, promovendo integração com os países que compõem a Pan Amazônia. O Programa é realizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização Social do MCTI, em parceria interministerial com outros órgãos e empresas públicas, e impacta milhões de pessoas em áreas remotas, garantindo infraestrutura com a floresta em pé (ODS 4, ODS 10, ODS 17).



Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República tem atuado pela promoção da integridade da informação, com campanhas específicas de combate às *fake news* que afetam direitos, a execução de políticas públicas e prejudicam toda sociedade. Soluções de informação e transparência ativa, como o site *Brasil Contra Fake*, o portal *ComunicaBr* e os canais de whatsapp, com interlocução direta e regionalizada nos celulares, promovem informações sobre a atuação do Governo Federal em cada município do país. Com o objetivo de promover a liberdade de expressão e o acesso à informação, junto a organismos internacionais e órgãos de governo, soluções eficientes têm sido implementadas para divulgar informações e ações institucionais e políticas públicas. Políticas para garantia da integridade da informação, tendo em vista a precisão, consistência e confiabilidade da informação, e o combate ao discurso de ódio, têm impacto direto, por exemplo, nas metas do ODS 16.

No âmbito da segurança pública, destaca-se a Política de Controle de Acesso às Armas e de Desarmamento da População, que visa regulamentar o porte e a posse de armas no país, reduzindo a violência armada e promovendo uma cultura de paz. Paralelamente, o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (Pronaspi) apresenta uma abordagem inovadora para a segurança pública, integrando políticas de justiça e desenvolvimento social para atacar as raízes da criminalidade e fortalecer os órgãos de segurança com formação e recursos. Em complementaridade, o *Programa de Enfrentamento às Organizações Criminosas* intensifica as operações contra o crime organizado, com especial atenção aos modus operandi em fronteiras, portos e aeroportos. Em um esforço para abordar as questões raciais e de marginalização na

política antidrogas, a *Estratégia Nacional para a População Negra e Periférica na Política de Drogas* promove abordagens mais justas e eficazes, reconhecendo as desproporcionais taxas de criminalização e os impactos negativos das políticas de drogas sobre comunidades vulneráveis.

G - Incentivo à cultura

O compromisso do governo com a agenda de cultura como uma dimensão essencial da dignidade humana e direito inalienável tem sido abordado por uma série de programas e políticas. Uma dessas políticas é a *Lei Paulo Gustavo*, que apoiou a indústria cultural afetada pela pandemia por meio de recursos destinados a projetos culturais e artísticos em todo o país. De forma mais estruturante, a *Política Nacional Aldir Blanc* visa proporcionar um suporte contínuo à cultura, para além dos momentos de crise, assegurando uma rede de segurança financeira para os artistas e instituições culturais. Esse apoio é vital para a manutenção e desenvolvimento das expressões culturais brasileiras, especialmente quando se considera o forte impacto do setor cultural na economia brasileira, que representou 3,11% do PIB do país em 2020.

O *Programa Funarte Retomada* foi lançado para revitalizar os espaços artísticos e culturais, proporcionando incentivos para a retomada das atividades culturais após períodos de inatividade forçada, como os impostos pela pandemia de COVID-19. Na esfera internacional, o Brasil renovou o envolvimento no *Programa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Audiovisual*, fortalecendo as relações culturais e colaborações no setor audiovisual entre os países de língua portuguesa, fomentando a diversidade cultural e o intercâmbio artístico.

Adicionalmente, houve uma reorganiza-

ção e simplificação das regras de fomento à cultura, visando tornar o acesso aos recursos mais ágil e menos burocrático. Esta medida é essencial para democratizar o apoio estatal e incentivar a maior participação e acesso das comunidades locais no panorama cultural do país. Outro destaque é a *Política Nacional Cultura Viva*, que promove iniciativas locais, estimula a autonomia de coletivos e redes culturais e geram impacto socioeconômico em suas comunidades. Sua efetividade inspirou a adoção de políticas semelhantes em 13 países da América Latina. O Governo também tem dado especial atenção à cultura Hip-Hop, reconhecendo sua influência significativa na juventude e fomentando seu potencial criativo e inovador das realidades sociais, políticas e culturais das periferias brasileiras, essa é também uma medida prevista como ação pela igualdade racial, devido a seus elementos e fatores artísticos e sociais, criados, desenvolvidos e agrupados pelas comunidades periféricas afro-americanas e latinas

Essas iniciativas ilustram o comprometimento do Brasil em promover uma política cultural inclusiva e sustentável, ressaltando o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento, para o combate às desigualdades estruturais e para transformações sociais e econômicas de justiça e inclusão.

H - Trabalho decente e dignidade

As ações multidimensionais do governo federal tem visado promover o trabalho decente e a dignidade para trabalhadores e trabalhadoras, sem deixar de olhar para as dimensões econômica e ambiental do desenvolvimento. Uma das políticas fundamentais neste contexto é a *Política de Valorização do Salário-Mínimo*, que se concentra em correções regulares do salário

mínimo acima da inflação para garantir que todos os trabalhadores tenham um poder de compra mais adequado e possam atender às suas necessidades básicas, implementando diretamente os ODS 1, 2, 5, 10 e 12. Esta ação fortalece o poder econômico dos trabalhadores de baixa renda e promove um crescimento econômico inclusivo, estimulando o consumo e impulsionando a economia local.

O governo brasileiro tem atuado com prioridade no combate ao trabalho análogo à escravidão, alinhado ao ODS 8. Destaca-se neste esforço a implementação do *Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo*, que visa identificar e liberar trabalhadores em condições degradantes e coercitivas, e oferecer mecanismos de reinserção social e econômica para as vítimas. Promove a criação de centros de apoio integral ao trabalhador resgatado, que oferecem assistência jurídica, psicológica, social e educacional, assim como oportunidades de qualificação profissional para a reintegração ao mercado de trabalho em condições dignas. O governo também ampliou o escopo de atuação da *Lista Suja do Trabalho Escravo*, um instrumento de transparência pública que nomeia empresas e indivíduos autuados por envolvimento com trabalho análogo à escravidão. O governo desenvolveu um sistema integrado de monitoramento e alerta para identificar e intervir em situações potenciais de trabalho escravo, a partir de uma rede ampla de inspeção trabalhista. Também foi fortalecida a parceria com organismos internacionais, demonstrando o compromisso do Brasil com padrões globais de trabalho decente.

Outras reformas direcionadas vêm sendo implementadas, como o *Reajuste dos Servidores* e a reinstalação da *Mesa Nacional de Negociação*, que buscam valorizar o traba-



lho dos servidores públicos e criar espaços contínuos de diálogo sobre questões salariais e de condições de emprego. Destacam-se a retomada dos concursos para servidores federais, a criação do *Concurso Nacional Unificado (CNU)*, a implementação de cotas sociais e para negros em cargos de comissão no Executivo Federal, e de cotas para mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas.

Ademais, a recomposição do *Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT)*, a *Política do Marco de Garantias*, para facilitar o acesso ao crédito empresarial, e o *Desenrola – renegociação de dívidas*, programa destinado a ajudar cidadãos e empresas a reestruturarem suas dívidas financeiras, vêm aprimorando a saúde financeira e o consumo no Brasil. Também existem intervenções setorializadas, como o *Programa Hackers do Bem*, que visa capacitar profissionais em cibersegurança, o *Programa Conheça o Brasil: Voando*, que incentiva o turismo interno e impulsiona a economia local; e o *Programa Pró-Catadores*, que busca a inclusão social e econômica na coleta e

reciclagem de resíduos, e acesso a melhores condições de trabalho e integração na cadeia de valor ambiental.

I - Participação social

Como resposta à extinção dos espaços de participação social durante a gestão anterior, o governo Lula da Silva buscou recriar conselhos e comissões em diversos temas de interesse nacional, tais como Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), comitês voltados para os direitos de grupos LGBTQIA+, crianças e adolescentes, bem como conselhos dedicados à ciência, tecnologia e inovação (CCT), segurança alimentar e nutricional (CONSEA, CAISAN) e meio ambiente (CONAMA, Comitê Interministerial de Mudança do Clima). Há ainda importante participação social nos novos órgãos para promover práticas ambientais sustentáveis, como a Comissão Nacional de REDD+, que foca na redução de emissões através da conservação florestal, e o Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono, que orienta a transição das indústrias para operações com menor emissão de carbono.

Além disso, a retomada das Conferências Nacionais em áreas críticas como Saúde, Assistência Social, Saúde Mental, Segurança Alimentar e Nutricional, e Juventude, permitiram a criação de plataformas inclusivas de engajamento e participação social para a construção de políticas públicas e definição de soluções aos desafios comuns. Também foram instaladas Assessorias de Participação Social e Diversidade em todos os Ministérios, criando uma rede de interlocução entre governo e organizações da sociedade civil. O ambiente institucional de participação foi aprimorado com a criação da Plataforma Brasil Participativo, uma iniciativa governamental que visa promover a colaboração cidadã no processo decisório do governo, através de um espaço virtual. A plataforma amplia o diálogo entre governo e sociedade, permitindo o envio de propostas e *feedbacks* em relação a políticas públicas e projetos governamentais, em ambiente online acessível ao andamento das discussões e tomadas de decisão. Ademais, o governo buscou fortalecer as bases normativas e executivas da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), mediante a alteração do Decreto 8.726/2016 – pela edição do Decreto nº 11.948 (12/03/2024) que atualiza as regras de fomento das parcerias entre a administração pública e a sociedade civil – e pela instalação do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (CONFOCO).

A juventude também recuperou espaços de escuta no governo. A realização da Conferência Nacional de Juventude em dezembro de 2023, que não ocorria desde 2015, marcou um ponto crucial nesse movimento. Além disso, a reinstalação do Comitê Interministerial de Política de Juventude e a instituição do Fórum Na-

cional de Gestores Estaduais de Juventude colocam ênfase política nas questões que afetam os jovens. A ampliação do Conselho Nacional de Juventude e a realização de Oficinas Nacionais para a instituição do Plano Nacional da Juventude são passos concretos em direção a uma abordagem mais inclusiva e participativa para lidar com as demandas e aspirações das juventudes no Brasil. O engajamento internacional no Fórum de Juventude dos BRICS e na Reunião Especializada de Juventude do Mercosul sedimentam a agenda de juventude como estratégica. Além disso, tem-se mobilizado parceiros nacionais e internacionais na produção de evidências com o Observatório da Juventude e para soluções em torno da inclusão produtiva e do empreendedorismo jovem. Essas medidas reconhecem nas juventudes uma força vital para a reconstrução do país, criando oportunidades reais para que os jovens contribuam ativamente para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

J - Incentivo ao esporte

O reconhecimento do esporte como um direito fundamental e um meio essencial para a promoção da saúde, do desenvolvimento social e pessoal, levou o governo a adotar diversas políticas para promoção do acesso. Entre as políticas implementadas, destacam-se as que consideram a interseccionalidade de gênero, como o *Licença Maternidade no Bolsa Atleta*, um programa pioneiro que visa assegurar que atletas femininas possam continuar recebendo apoio financeiro durante o período de maternidade, sem prejuízo à sua carreira esportiva, e a *Estratégia Nacional do Futebol Feminino*, que objetiva fortalecer o futebol feminino no Brasil, desde a base até o nível profissional. A estratégia inclui a formação de novas atletas, a melhoria das condições

de treinamento e competição, e o aumento da visibilidade do futebol feminino.

O fortalecimento do *Programa Bolsa Atleta*, iniciado pelo governo brasileiro em 2005, impulsiona um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas no mundo. Suas principais linhas de ação incluem o fornecimento de apoio financeiro direto aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínios privados, abrangendo modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas. O programa visa garantir uma condição estável para que os atletas possam se dedicar ao treinamento e à participação em competições nacionais e internacionais. O *Programa Skate por Lazer*, desenvolvido para incentivar a prática do skate como uma forma acessível de esporte e lazer, promove também a construção de espaços públicos adequados para esta atividade. Já o Programa Esporte e Lazer na Cidade e o Programa Segundo Tempo oferecem atividades esportivas e de lazer para crianças, adolescentes e adultos em comunidades vulnerabilizadas, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento físico e psicológico através do esporte.

O *Programa Paradesporto Brasil em Rede* foca no fomento ao esporte adaptado, oferecendo oportunidades para atletas com deficiência participarem de atividades esportivas, competições e eventos, assegurando assim a inclusão e a igualdade no acesso ao esporte. Essas políticas refletem uma abordagem inclusiva e abrangente que visa não só a promoção da saúde física e mental, mas a integração social, a formação de valores e a construção de sociedades mais justas e igualitárias por meio do esporte.

2.5. “Não deixar ninguém para trás”

O princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” é uma aspiração fundamental que visa garantir um desenvolvimento sustentável verdadeiramente equitativo. Afinal, o direito ao desenvolvimento é um direito humano universal, que prevê que todas as pessoas e todos os povos podem participar e devem usufruir do desenvolvimento econômico, social, cultural e político da sociedade. Em um país marcado por profundas desigualdades, colocar este princípio em prática é urgente. Essa visão tem orientado a ação do atual governo brasileiro, que tem como lema “União e Reconstrução”. Operacionalizar o princípio de “não deixar ninguém para trás” requer uma compreensão profunda das barreiras que impedem o acesso equitativo às oportunidades e serviços, especialmente para aquelas pessoas que enfrentam múltiplas formas de marginalização. A interseccionalidade é um conceito-chave desse objetivo. Ela se refere à sobreposição de desigualdades, ou seja, quando determinados grupos atravessam situações de maior vulnerabilidade por sofrerem formas sobrepostas de discriminação e exclusão social e econômica e ambiental.

2.5.1 Quem são as pessoas deixadas para trás?

O Brasil enfrenta desafios persistentes na busca pela equidade, considerando os principais marcadores das desigualdades estruturais existentes: renda, sexo, gênero, raça, orientação sexual, idade, etnia, deficiência e território. As marcas de desigualdades, enraizadas na sociedade, se refletem em políticas públicas inadequadas. Assim, determinados grupos populacionais enfrentam diversas barreiras para acessar oportunidades e ter acesso a uma vida digna, com direitos e oportunidades iguais ou mesmo comparável aos demais grupos.

A - Renda

A década de 2012 a 2022 foi marcada por oscilações na desigualdade de renda. O Índice de Gini, em tendência de alta desde 2015, apontou estabilidade entre 2018 e 2019, mas em 2020 registrou uma forte queda devido às transferências de renda voltadas à mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19. Ainda que em 2021 tenha crescido novamente, em 2022 o índice diminuiu para o menor valor da série (0,518). Segundo o IBGE, em 2018, 46 milhões de pessoas viviam na pobreza e 132 milhões eram consideradas vulneráveis. Em uma década, a pobreza no Brasil caiu de 44% para 22% da população.

A pobreza no Brasil envolve especificidades regionais e dimensões históricas, como a concentração fundiária, o processo histórico de invasão colonial e escravidão, o processo de urbanização acelerado, o êxodo rural, a falta de investimento em educação, o grande número de trabalhadores informais, a insuficiência de políticas de combate à pobreza e, sobretudo, a concentração de renda, que precisa ser tratada com um sistema tributário progressivo.

Dados da ONU revelaram que o país apresentava a segunda pior distribuição de renda no mundo, apenas à frente do Catar, em 2019. O grupo dos 1% mais ricos da população concentrava 28,3% da renda total do país, enquanto os 10% mais pobres possuíam menos de 1% do total de rendimentos. Em 2022, os 10% mais ricos ganhavam 32,5 vezes o salário dos 50% mais pobres nas regiões metropolitanas.

De acordo com diagnóstico preliminar realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em agosto de 2023, com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e

sistemas do governo federal, a população em situação de rua tem aumentado significativamente no Brasil. Entre 2018 e julho de 2023, o número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico quase dobrou, chegando a 221.113 pessoas. O número de municípios brasileiros com pessoas em situação de rua cadastradas também quase dobrou, passando de 1.215 (22%), em 2015, para 2.354, em 2023 (42% dos municípios do país). Vale ressaltar que, justamente por não terem domicílio fixo, esse grupo não é alcançado pelo Censo demográfico, sendo o CadÚnico uma forma de estimar essa população.

B - Cor, raça e etnia

O recorte racial é o maior exemplar do tamanho dos desafios para a igualdade no país. Segundo o IBGE, em 2019, entre os 10% de pessoas com maior rendimento per capita, 70,6% eram brancas, enquanto 27,7% eram negras. Já entre os 10% mais pobres, isso se inverte: 75,2% eram negras e 23,7%, brancas. Cargos gerenciais são mais ocupados por pessoas brancas, com 68,6%. Em 2021, a taxa de informalidade entre a população branca era de 32%; entre a população preta, de 43%; e entre a população parda, de 47%. Além disso, o rendimento médio das pessoas trabalhadoras brancas foi quase o dobro das pretas e pardas. Ressalta-se que as pessoas pretas e pardas (negras) representam 55,5% da população do país, segundo dados do Censo de 2022.

Estas evidências nos colocam diante do desafio de ampliar as condições de igualdade para população negra no país, a começar pela questão educacional, tendo em vista a representação dessa população em atividades com menor escolaridade e salário. Apesar dos avanços nas últimas décadas, em 2018, 36,1% de jovens entre 18-24



anos da cor/raça branca já tinham concluído ou estavam matriculados em curso de nível superior, contra apenas 18,3% de jovens da cor/raça negra. Uma das metas da Política Nacional de Educação é ter 33% das juventudes neste nível educacional, o que exigirá ainda um esforço considerável de inclusão educacional.

As desigualdades étnicas e raciais têm sido abordadas de maneira mais integrada e interseccional, fato impulsionado pela observação das piores condições de vida experienciadas por populações negras, indígenas, ciganas e de comunidades tradicionais. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2020, os povos indígenas têm quase três vezes mais chances de viver em situação de extrema pobreza, além de estarem principalmente alocados na economia informal, sem acesso a políticas tradicionais de proteção social, e com renda cerca de 18% inferior aos seus pares não-indígenas. Considerando os registros do Cadastro Único do Governo Federal, 48% da população indí-

gena está em situação de vulnerabilidade.

C - Território

As desigualdades também se expressam em termos espaciais. Em 2020, a região Nordeste apresentou um PIB per capita equivalente a apenas 53% da média nacional e, a região Norte, de cerca de 73%. Isso se reflete e também é consequência da má distribuição da infraestrutura e cobertura de serviços públicos no território nacional. Enquanto 99,8% da população tem acesso à rede de energia elétrica, na região Amazônica quase um milhão de pessoas permanecem sem acesso a esse serviço, pouco mais de 32% delas residindo em terras indígenas, territórios quilombolas homologados, unidades de conservação ou assentamentos rurais. Observou-se, em 2022, a persistência do analfabetismo em alguns estados do país, sobretudo no Nordeste, com uma taxa média de 11,7%, enquanto valores menores do que 3% foram observados no Sul (2,3%) e Sudeste (2,9%). A taxa de mortalidade neonatal, indicador relacionado às condições da gestação e do

parto, por sua vez, foi igual a 6,8 óbitos/mil nascidos vivos no Sul e 10,8 na região Norte, em 2020. As regiões Norte e Nordeste são as que têm os menores índices de segurança alimentar, respectivamente de 60,3% e 61,2%, enquanto no Sul esse índice é de 83,4%,

2.5.2 Mapeando as desigualdades a partir de evidências

O Brasil conta com um rico ecossistema de dados e informações geográficas e estatísticas advindas de pesquisas e fontes administrativas. A construção de indicadores nacionais para os ODS é liderada pelo IBGE e realizada em cooperação com as várias outras instituições produtoras de dados no país. Os resultados desse trabalho conjunto podem ser vistos na plataforma ODS Brasil, ferramenta que permite ao público ter acesso a 115 indicadores, dentre os quais, 92 podem ser desagregados por regiões, 26 por sexo, 18 por idade, 7 por cor e raça, 2 por grupo de deficiência e 9 por outras desagregações.

O esforço para a disponibilização de mais indicadores e de avanços na desagregação dos dados, sobretudo a espacial, é contínuo. A desagregação por sexo, raça ou cor, pessoas com deficiência, idade, etnia, identidade de gênero e orientação sexual, entre outras, é o que garantirá a inclusão de todos os segmentos da sociedade nas estatísticas nacionais. Esse desafio não se restringe aos inquéritos, mas também inclui as informações nas bases de registros administrativos. Além disso, avançar na atualização e periodicidade das informações é essencial no acompanhamento das mudanças dinâmicas nas condições de vida das populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, é importante registrar algumas inovações recentes nas estatísti-

cas e registros administrativos brasileiros. Desde 2022, a principal fonte de dados socioeconômicos do país, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), inclui a investigação de pessoas com deficiência. No levantamento censitário de 2022 foram incluídos campos para a identificação de quilombolas e de povos indígenas. Mais ainda, o IBGE tem colaborado com outros órgãos na identificação de políticas direcionadas a grupos específicos em nível municipal e estadual. As Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e estaduais (ESTADIC) regularmente abordam questões relacionadas aos direitos humanos e políticas direcionadas para grupos vulneráveis, como a população idosa, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIAPN+ e ciganos. Em 2024, a partir de uma parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), estará em campo um conjunto de perguntas específicas sobre desigualdades étnico-raciais na MUNIC/ESTADIC, como parte dos esforços do Brasil para cumprir o compromisso de identificar e não deixar ninguém para trás. Igualmente, o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, vigente desde 1991, pelos termos “Favelas e Comunidades Urbanas”, a partir de um diálogo amplo com movimentos sociais, comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais.

Em 2022, o IBGE também estabeleceu um grupo de trabalho transversal, com objetivo de estudar formas eficazes de captar a população LGBT+ em suas pesquisas domiciliares. Em 2023, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, permitirá a análise de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, representando um passo significativo para ampliar a visibilidade e compreensão das

necessidades desses grupos. Ademais, o questionário da amostra da PNADC incorporou quesitos sobre o tema, refletindo o compromisso do país em incluir o tema da diversidade nas pesquisas nacionais com coleta recorrente de dados.

Outro exemplo de avanço no mapeamento e monitoramento da Agenda 2030 reside do trabalho realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Nº 9433/1997) e pela regulação dos serviços públicos de saneamento básico (Lei Nº 14.026/2020). A ANA promove a gestão da água por meio de ações regulatórias, de capacitação, estímulo e produção de informação, sendo ponto focal para 7 dos 11 indicadores do ODS 6 no Brasil. Os relatórios sobre os indicadores do ODS 6 são referência para outros países no acompanhamento das metas, especialmente sobre acesso à água, saneamento, qualidade da água e gestão hídrica. Em 2020, a ANA firmou parceria com a Universidade das Nações Unidas para o uso da ferramenta SAP-ODS, que apoia a tomada de decisão para alcançar as metas do ODS 6.

Outra importante fonte de dados para inclusão social é o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Esse cadastro, estabelecido com abrangência praticamente censitária, visa integrar as políticas sociais não universais e cobrir a maioria da população de baixa renda do país. Atualmente este cadastro abriga informações de 43,8 milhões de famílias brasileiras, abrangendo quase 100 milhões de pessoas com rendimento mensal menor ou igual a meio salário-mínimo (cerca de US\$285). Para continuar a ter acesso aos programas sociais, as famílias devem atualizar suas informações a cada dois anos, o que faz do

CadÚnico um instrumento dinâmico e que permite a focalização de ações de maneira muito precisa.

Desde sua implementação em 2004, o CadÚnico tem sido utilizado como instrumento de seleção para mais de 20 programas federais e subnacionais. São programas que contemplam, entre outros, segurança alimentar, habitação, fomento, educação, acesso à energia e conservação ambiental, além de decisões alocativas, como programas de saúde e instalação de creches. O CadÚnico funciona em uma lógica interfederativa, com gestão descentralizada a partir do mecanismo da busca ativa – identificação e mapeamento. Os municípios têm um papel fundamental na identificação e cadastramento das famílias de baixa renda, enquanto os estados coordenam as capacitações e oferecem suporte aos municípios. O Ministério do Desenvolvimento Social atua como gestor nacional do cadastro.

Mais que isso, o CadÚnico consegue diferir entre 15 Grupos Tradicionais e Específicos (GPTE), abarcando, entre outros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, população em situação de rua, povos de terreiro, etc. O esforço de alcançar essas pessoas, por meio de busca ativa, faz com que essas populações saiam aos poucos de sua invisibilidade, reconhecendo também a importância de estratégias específicas para atender esses segmentos. Atualmente, cerca de 4,8 milhões de famílias, representando aproximadamente 11,6 milhões de pessoas, estão registradas como GPTE, como pode ser visto na tabela 1.

Por vezes, o Estado possui dificuldades para acesso aos grupos que não podem ser deixados para trás, tanto para o fornecimento de serviços quanto para o monitoramento da sua

qualidade de vida. A colaboração das instituições produtoras de dados com a sociedade civil e a academia é uma medida importante para que o aprimoramento da coleta de dados e uso dos indicadores, promova um am-

biente colaborativo para o enfrentamento das lacunas de dados.

Tabela 1 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE)

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF**
Indígenas	279.431	218.911
Ciganos	18.021	8.912
Quilombolas	343.248	243.248
Ribeirinhos	195.628	143.852
Extrativistas	64.448	50.904
Pescadores artesanais	438.136	336.825
Agricultores familiares	2.690.883	1.872.275
Assentados da Reforma Agrária	205.655	93.843
Acampados	54.346	25.046
Pessoas em situação de rua	270.533	209.474
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	15.913	9.046
Coletores de material reciclável	448.051	362.092
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	4.718	1.953
Famílias de presos do sistema carcerário	38.491	24.283
Famílias pertencentes a comunidade de terreiro	11.856	7.149
Total	4.735.590	3.335.445

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para programas sociais (Março/2024), **Folha de pagamento do Programa Bolsa Família (Abril/2024)

2.5.3 Combate às desigualdades e promoção da equidade

A - Promoção dos Direitos Humanos

A promoção dos Direitos Humanos é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. No Brasil, diversas políticas nacionais têm sido implementadas com o intuito de assegurar e proteger os direitos de todos os cidadãos. Destaca-se o Programa Nacional de Direitos Humanos, que estabelece diretrizes e ações para garantir a promoção e a defesa dos direitos fundamentais. A promoção dos Direitos Humanos e da justiça no Brasil está ancorada na construção e implementação de políticas inclusivas, principalmente a partir da participação social. Espaços de diálogo e participação são essenciais para a implementação de ações que garantam direitos e promovam a igualdade, com destaque ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, instituído pela Lei nº 4.319/1964 como Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), e transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986/2014, com objetivos de promoção e defesa dos Direitos Humanos através de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras de ameaças ou violações destes direitos.

Um conjunto de ações do Ministério dos Direitos Humanos está alinhado ao propósito de combater desigualdades e promover a equidade, direcionadas aos grupos populacionais vulnerabilizados. Como exemplos, destacam-se o ‘Novo Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência’, o Programa ‘Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes’, o ‘Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte’, o ‘Programa de Proteção

a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas’, o ‘Programa Viva Mais Cidadania’, o ‘Projeto Viva+ Periferia’, o ‘Programa Envelhecer nos Territórios’, o ‘Projeto Vida Digna em Casa’, o ‘Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+’, entre outras iniciativas.

O Ministério da Cultura também adotou, no processo de desconcentração de recursos para estados e municípios, ações afirmativas e medidas de acessibilidade, por meio de mecanismos como cotas, bonificações, reserva de vagas e editais específicos o estímulo à participação e o protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e outros grupos vulnerabilizados socialmente.

No âmbito da política externa brasileira, destaque para a Implementação do Sistema de Monitoramento de Recomendações em Direitos Humanos (SIMORE) e para a resolução no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a Promoção e o Pleno Respeito dos Direitos Humanos dos Afrodescendentes. Ainda no CDH/ONU o Brasil tem realizado intervenções no sentido de garantir a ampliação do direito à educação em escala global. Ademais, a diplomacia brasileira tem negociado a formulação de protocolo adicional à Convenção dos Direitos das Crianças. Desde 2023 o país assumiu compromissos prioritários na cooperação sul-sul para reduzir brechas na realização do ODS 5, bem como participa ativamente na negociação de instrumento vinculante sobre empresas e direitos humanos.

B - Erradicação da pobreza

O Brasil possui histórico de grande sucesso na implementação de políticas de transferência de renda com grande impacto. O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, é um exemplo bem-sucedido de programa para redução da pobreza e da desigualdade social, frequentemente utilizado como modelo em diversos programas de combate à pobreza no mundo.

Outro importante exemplo de política transversal de inclusão e combate à pobreza de populações urbanas vulneráveis em andamento é a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009. A política tem como objetivos o atendimento humanizado e acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços; direito à convivência familiar e comunitária; respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa; e respeito à vida, dignidade e cidadania da pessoa em situação de rua, incluindo assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer.

Além de poderem acessar serviços públicos universais em qualquer localidade, existem serviços e infraestruturas específicas para seu atendimento, como os 250 Centros POP da rede socioassistencial, que oferecem refeições, espaços para higiene, e acesso a direitos para a população em situação de rua. A saúde também possui serviços especializados para este e outros grupos populacionais vulnerabilizados, destacando-se os Consultórios na Rua, serviço com equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde de modo itinerante na rua, nos locais de concentração de população em situação de rua, e que acompanham os

Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres

Desde sua criação em 2003, o Programa Bolsa Família tem sido um importante instrumento para reduzir a pobreza e a desigualdade social no país. O programa atende famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres, considerando as diversas dimensões de sua situação econômica.

Um dos aspectos centrais do PBF é a **priorização das mulheres como beneficiárias e administradoras dos recursos**. Isso tem impactos positivos no empoderamento feminino, promovendo maior autonomia decisória dentro da família e maior visibilidade na comunidade. Além disso, estudos indicam que as mulheres beneficiárias têm maior poder de compra, acesso ao crédito e realização de pequenos projetos, contribuindo para sua ascensão social e autoestima.

O programa também influencia positivamente a percepção das beneficiárias sobre si mesmas, fortalecendo sua identidade como cidadãs e ampliando seus espaços de liberdade pessoal. Ademais, a maior participação das mulheres na administração dos recursos contribui para o cuidado com a educação e saúde dos filhos, promovendo o bem-estar familiar.

Esses resultados destacam a importância do PBF não apenas como um mecanismo de transferência de renda, mas também como uma ferramenta para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, alinhado aos objetivos da Agenda 2030.

Fonte: MDS, 2024.

usuários nas redes de serviços de saúde e da assistência social.

C - Segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional é uma

área prioritária que envolve políticas transversais de desenvolvimento. Os retrocessos decorrentes das crises entre os anos de 2016 e 2022 fizeram com que os índices de pobreza e fome voltassem a subir. A resposta do Brasil foi contundente. Como a questão da fome só pode ser tratada de maneira intersetorial, em agosto de 2023 foi lançado o *Plano Brasil Sem Fome*, gestado no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que reúne 24 ministérios e sob controle social do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com secretaria executiva na Secretaria-Geral da Presidência da República.⁷

O esforço realizado para a superação da fome já mostra resultados. Dados do 2º Vigisan, de 2002 e da PNAD contínua, de dezembro de 2023 mostram a queda da insegurança alimentar, moderada e grave, que em 2022 atingia 33 milhões de brasileiros e brasileiras, número que caiu para 8,7 milhões de pessoas em 2023, Contribuíram para essa queda o aumento do valor repassado às famílias no âmbito do Programa Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo, bem como a retomada dos programas de segurança alimentar e nutricional e do reforço às políticas de apoio à agricultura familiar.

Em 2023, cria-se também o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura

Reforma Agrária e os ODS

O Programa de Reforma Agrária no Brasil é uma iniciativa histórica para promoção da justiça agrária e territorial, e do desenvolvimento social. O programa é fundamental para proporcionar acesso à terra e meios de produção aos trabalhadores rurais, visando reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover o desenvolvimento sustentável, com impactos em múltiplos ODS como ODS 1, ODS 2 e ODS 10. Em 2023, o programa tem focado em ações como a redistribuição de terras, a legalização de territórios quilombolas, e o incentivo à agricultura familiar através de suporte técnico e financeiro. As medidas visam aumentar o acesso à terra, o uso sustentável da terra e o fortalecimento da produção agrícola local, para garantir a segurança alimentar e o sustento de comunidades vulneráveis.

Uma série de ações têm sido implementadas, com foco na redistribuição de terras para proporcionar o cultivo familiar, o combate à pobreza rural e a autonomia econômica das famílias beneficiadas. A legalização de territórios quilombolas foi ampliada com objetivo de promover a segurança e estabilidade para comunidades tradicionais, garantindo a proteção de culturas e identidades, e contribuindo para a diversidade cultural do país. Também tem sido abordada a ampliação do suporte técnico e financeiro à agricultura familiar, um pilar essencial do ODS 2. Esse apoio inclui assistência técnica para melhorar a produtividade e a sustentabilidade dos métodos de cultivo, além de linhas de financiamento que permitam investimentos em infraestrutura e em tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

A integração de estratégia coordenada para Reforma Agrária também contribui para o ODS 15, promovendo o manejo sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e a biodiversidade. A Reforma Agrária é um vetor de transformação social, cultural e econômica, que incide diretamente na qualidade de vida, segurança alimentar, sustentabilidade e respeito à diversidade cultural

⁷ O Plano Brasil Sem Fome apresenta três eixos de ação: 1. Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania: A fome está fortemente associada à extrema pobreza e às dificuldades de acesso às políticas públicas. Este eixo reúne ações para identificar as pessoas em insegurança alimentar e nutricional, ampliar sua renda disponível com inclusão socioeconômica e cadastrá-las nos programas sociais. 2. Segurança alimentar e nutricional: alimentação adequada da produção ao consumo: Para promover o direito humano à alimentação adequada, este eixo aponta para a necessidade de ampliar a produção, a disponibilidade interna e o acesso à alimentação saudável no país. 3. Mobilização para o combate à fome: Este eixo agrega iniciativas de mobilização, articulação e fortalecimento do protagonismo da sociedade civil e dos esforços públicos (Estados, municípios e poderes públicos) direcionados ao combate à fome através do SISAN, fortalecendo a democracia e a formação cidadã. Ver: DECRETO Nº 11.679, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, Institui o Plano Brasil Sem Fome. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11679.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.679%2C%20DE%2031,0%20Plano%20Brasil%20Sem%20Fome.

Familiar, que tem fomentado ações para a produção de alimentos saudáveis e com impactos na redução das desigualdades no campo e nas cidades. Com apoio da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma série de ações de segurança alimentar e nutricional vem impulsionando o desenvolvimento rural sustentável. No mesmo ano, o Programa RenovAgro, que financia práticas sustentáveis de produção com o objetivo de incentivar à Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, ampliou seu apoio à recuperação de áreas degradadas, com foco na sua conversão para a produção agrícola.

Em relação aos sistemas sustentáveis de produção agropecuária, sob a coordenação do Ministério da Agricultura e Pecuária, com apoio da Embrapa, ocorreram avanços na implementação de série de programas que visam a sustentabilidade nos sistemas produtivos, como o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao Desenvolvimento Sustentável, conhecido como Plano ABC+. Também foram retomadas e reestruturadas diversas políticas públicas sob a coordenação do MDA, como a *Política Nacional de Reforma Agrária*, *Programa Selo Biocombustível Social* da agricultura familiar, a *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*, a *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*, dentre outras. Estas políticas buscaram atender grupos vulnerabilizados, dentre os quais se destacam mulheres rurais, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

O *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf) é destinado

ao apoio financeiro a pequenos produtores rurais, com objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo pequeno agricultor. Em 2023 foi estabelecida uma nova faixa no Pronaf Custeio para produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e agroecológicos, com juros de 3% ao ano, bem como novas Linhas de Créditos nos Programas de Crédito Fundiário e no Crédito de Instalação. Para os agricultores familiares enquadrados no Pronaf, os programas Agroamigo e Crediamigo atuam por meio da orientação, acompanhamento e microcrédito para desenvolvimento de atividades de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo.

A ampliação do valor do *Fomento Rural* beneficiou mais de 300 mil famílias até dezembro de 2023, sendo a maioria nas regiões Nordeste e Norte. Este Programa combina o acompanhamento social e produtivo com a transferência direta do valor de R\$4,6 mil, para que as famílias rurais mais pobres desenvolvam seus projetos produtivos. Ainda, por meio de linhas de crédito direcionadas, o programa Mais Alimentos tem como objetivo aumentar a produção de alimentos no Brasil, estimular a indústria nacional, diminuir a penosidade do trabalho no campo e facilitar o acesso às máquinas e implementos para a agricultura familiar, especialmente para as mulheres e jovens rurais.

Entre janeiro e dezembro de 2023, 50,6 mil famílias foram incorporadas ao *Programa Nacional de Reforma Agrária* (PNRA), um aumento 58,6% superior aos números registrados em todo o período de 2016 a 2022. O programa teve um reajuste nos valores de créditos de R\$ 6,4 mil a R\$ 16 mil por unidade familiar, com objetivo de auxiliar na implementação de projetos produtivos direcionados à promoção da segurança alimentar e nutricional, além de

trabalho e renda nas modalidades: Apoio Inicial, Fomento, Fomento Jovem, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional. O *Projeto Sertão Vivo*, também é uma iniciativa voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e combate à pobreza. O projeto conta com um investimento de R\$1,75 bilhão para beneficiar 430 mil famílias no nordeste. Algumas dessas iniciativas têm recebido prêmios como o *FAO Champion Award*, da Organização para a Alimentação e Agricultura da ONU. Ainda no âmbito internacional, o Brasil apresenta proposta inovadora de criação de aliança global contra a fome e realização de gestões para sua concretização no âmbito do G20, no contexto da presidência brasileira.

D - Saúde e bem-estar

A garantia dos direitos à saúde e bem-estar é base para a promoção do desenvolvimento social sustentável, da redução das desigualdades e do princípio de ‘não deixar ninguém para trás’, que guia a Agenda 2030. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar da população brasileira. As políticas de saúde nacionais têm avançado na direção de uma saúde mais inclusiva, com a ampliação do acesso a serviços básicos e ações preventivas. Por meio do SUS se assegura o direito de todas as pessoas à saúde, com garantia de acesso às ações e serviços,, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais. O acesso é equânime e considera as pessoas em sua integralidade. Ao longo da trajetória do SUS, destacam-se intervenções que visam reduzir as vulnerabilidades, tais como o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras, a Política Nacional de Atenção

Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PnSiPn) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

O governo brasileiro visa garantir um sistema de saúde mais eficiente e acessível para todos os cidadãos, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida. Destacamos o relançamento do Programa Mais Médicos, que visa suprir demandas por profissionais de saúde em áreas carentes, proporcionando atendimento médico de qualidade onde mais é necessário. Além disso, a regulamentação das profissões de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE) busca assegurar melhores condições de trabalho e reconhecimento para esses profissionais fundamentais na promoção da saúde nas comunidades. Medidas como a regulamentação do piso salarial da enfermagem e da profissão de sanitarista demonstram o reconhecimento do governo pelo trabalho essencial desses profissionais e seu papel crucial no sistema de saúde.

O programa Brasil Sorridente continua a expandir seu alcance, oferecendo tratamentos odontológicos gratuitos e promovendo a saúde bucal em todo o território nacional. A ampliação do Farmácia Popular facilita o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, beneficiando milhões de brasileiros. Além disso, o governo atua para o fortalecimento da atuação para o Atenção Primária à Saúde com o aumento de equipes de saúde da família, proporcionando cuidados abrangentes e preventivos às comunidades. Mais ainda, medidas têm sido tomadas para reduzir as filas de espera por cirurgias eletivas, exames e consultas especializadas, garantindo um acesso mais rápido e eficiente aos serviços de saúde. Além

disso, iniciativas como o Programa Dignidade Menstrual visam garantir o acesso a produtos de higiene menstrual, promovendo a saúde e dignidade das mulheres. A conscientização e o incentivo à doação de órgãos e tecidos são prioridades, assim como a ampliação da assistência psicológica à mulher durante os períodos de gravidez, pré-natal e puerpério.

O Complexo Industrial da Saúde (CEIS), em composição com o MDIC e integrada à NIB, prevê investimentos públicos e privados de R\$ 42 bilhões, buscando fortalecer a produção nacional de medicamentos, equipamentos e insumos médicos. O Programa Saúde com Ciência busca promover a vacinação e combater a desinformação, destacando a importância da ciência e da saúde pública para o bem-estar da população. Uma mobilização nacional está em curso para fortalecer o Programa Nacional de Imunização (PNI), garantindo uma ampla e eficaz vacinação contra doenças infecciosas, enquanto enfrenta ativamente a desinformação. Vale pontuar o esforço da diplomacia brasileira de coordenar nossa posição nas negociações de Instrumento sobre Pandemias no âmbito do Órgão de Negociação Intergovernamental da OMS.

E - Educação

A educação é uma dimensão estruturante do desenvolvimento sustentável. A desigualdade no acesso à educação é um desafio no contexto brasileiro, em particular no ensino superior, que tradicionalmente exclui as pessoas mais pobres, e em maior proporção a população negra. O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece 10 diretrizes-guias para a educação brasileira e 20 metas com seus respectivos indicadores. Até abril de 2024, apenas três metas foram parcial-

mente cumpridas, com destaque ao aumento da participação da rede pública em matrículas de profissionais técnicos de nível médio (EPTNM) e dos professores da educação básica com pós-graduação.

O governo lançou uma série de políticas ambiciosas para transformar o cenário educacional, com destaque à implementação do programa de *Escola em Tempo Integral*, que visa proporcionar um ambiente educacional mais completo e enriquecedor para os estudantes. Além disso, houve um significativo reajuste nas bolsas de estudo oferecidas pela Capes e CNPQ, promovendo um incentivo mais justo e competitivo para os pesquisadores. O *Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia na Educação Básica, Profissionalizante e Saúde* demonstra o compromisso em aprimorar infraestruturas das instituições educacionais em todo o país. O *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada* e o reajuste do valor per capita transferido pelo PNAE refletem a priorização do governo na promoção da educação básica de qualidade. A iniciativa *Mulheres Mil* e a *Nova Lei de Cotas* evidenciam o comprometimento com a equidade de gênero e a inclusão social. O fortalecimento da *Política de Educação Inclusiva* e a implementação da *Estratégia Nacional de Escolas Conectadas* buscam garantir o acesso igualitário à educação para todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças. A política *Escolas Conectadas* é coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) com apoio do Ministério das Comunicações (MCOM) por meio da Anatel, e visa garantir a inclusão digital nas escolas públicas brasileiras através de múltiplas frentes de atuação, como a provisão de infraestrutura tecnológica, capacitação de professores e desenvolvimento de conteúdos digitais educativos. Esse esforço conjunto é instrumental para transformar o ambiente edu-

cacional, permitindo que alunos e educadores se beneficiem de recursos online para o ensino. No âmbito da conectividade, o *Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas* (GAPE) desempenha papel central na coordenação de iniciativas, alinhando as ações dos ministérios envolvidos para assegurar o acesso eficiente e equitativo à internet nas escolas.

Na educação superior, o *Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações* (FUST) é uma ferramenta crucial, que destina recursos para a conexão de escolas e outras localidades, com uma recente colaboração entre o MCOM e o BNDES resultando em um crédito de R\$ 1,1 bilhão destinado ao setor de telecomunicações, ampliando ainda mais o alcance e a qualidade da conectividade no Brasil. Além disso, foram estabelecidas condições mais favoráveis para a amortização de contratos do *Fies*, visando aliviar o ônus financeiro dos estudantes e facilitar o acesso ao ensino superior.

O *Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE* aplica a governança descentralizada com participação da comunidade na definição de prioridades e alocação de recursos, com objetivo de suplementar as necessidades financeiras de escolas públicas e privadas na educação básica no Brasil. O Programa promove melhorias significativas na infraestrutura e nas condições de ensino das escolas, impactando diretamente metas de universalização e qualidade da educação básica. Essas medidas refletem o compromisso do novo governo em promover uma educação de qualidade, inclusiva e acessível para todos os brasileiros.

F - Acesso à água e energia

Outro importante eixo para o desenvolvimento territorial é o acesso equitativo

à água e a energia. Em 2023, o *Programa Luz Para Todos* beneficiou mais de 64,5 mil famílias com investimentos de R\$ 1,4 bilhão. Esse programa, retomado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é o maior programa de universalização de acesso à energia elétrica do mundo. Para 2024, a meta do programa é atender 75 mil unidades consumidoras com o serviço público de distribuição de energia elétrica, com investimentos previstos de R\$ 2,5 bilhões, beneficiando mais de 300 mil pessoas em áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal.

Se a pobreza rural na região do semiárido brasileiro é frequentemente atribuída à escassez e má distribuição dos recursos hídricos, a população dessa região é um público-alvo importante para o *Programa Cisternas*, que beneficia mais de 1,2 milhão de famílias por meio da captação e armazenamento de água da chuva para consumo e produção de tecnologias sociais para o armazenamento de água em pequenas áreas agrícolas. O programa é coordenado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, estados e municípios e tem como público-alvo exclusivo as famílias cadastradas no CadÚnico. É notável que 80% das famílias beneficiadas têm como responsáveis pessoas negras. A instalação de cisternas representa um meio de autonomia para as famílias rurais vulneráveis do semiárido, reduzindo sua dependência de fontes de água intermitentes, como carros-pipa ou poços. Avaliações do programa demonstram melhorias significativas na qualidade da água consumida, redução de doenças transmitidas pela água e diminuição do tempo gasto diariamente para obter água. Além disso, o acesso à água impacta positivamente outras áreas, como a frequência escolar e a saúde das crianças, evidenciando a interseccionalidade

das políticas sociais. Em 2017, o Programa Cisternas foi reconhecido como a segunda política pública mais eficaz no combate à desertificação, recebendo o Prêmio Política para o Futuro, concedido pelo *World Future Council* em parceria com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

G - Igualdade de gênero

No campo da igualdade de gênero, destaca-se que, em novembro de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.795/2023, que regulamenta a Lei nº 14.611 de 3 de julho de 2023, de Igualdade Salarial entre homens e mulheres, sancionada pelo presidente Lula da Silva em julho do mesmo ano. Empresas com 100 ou mais pessoas empregadas deverão elaborar Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios e, em caso de descumprimento, terão que implementar ações de mitigação.

Além disso, vale pontuar que existem atualmente três programas de agricultura importantes voltados para mulheres rurais: Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais. Tais iniciativas visam construir uma sociedade genuinamente mais justa e equitativa,

Já entre as políticas de saúde sexual e reprodutiva, destacam-se o programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que assegura a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos relativos à saúde menstrual; e o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes, que visa garantir que as mulheres tenham autonomia sobre seus corpos e planejem suas famílias de acordo

com seus desejos e necessidades.

Para reduzir a violência de gênero, um conjunto de dispositivos legais foram implementados para endurecer penas, atenuar o sofrimento de vítimas e garantir proteção imediata à mulher que denuncia violência. Atualmente, o Brasil possui serviços especializados no combate à violência e promoção da igualdade de gênero, como as Casas da Mulher Brasileira e os Centros de Referência da mulher, que trabalham conjuntamente com outros órgãos, como a Delegacia Especializada, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Alojamento de Passagem, entre outros serviços de assistência psicossocial e promoção da autonomia econômica. Foi estabelecido relatório vinculante da Advocacia-Geral da União (AGU) que define a prática de assédio sexual como conduta passível de punição com demissão, bem como a concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica. Há ainda, a retomada do programa “*Mulher Viver sem Violência*” e as *Patrulhas Maria da Penha*, que reforçam o suporte abrangente a mulheres vítimas de violência, proporcionando recursos de emergência, apoio jurídico e psicossocial. Além disso, a concessão de auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica oferece um suporte financeiro essencial para aquelas que necessitam de moradia segura e imediata. Em 2023, a criação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios teve como objetivo prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade. Vale ressaltar, ainda, que desde 2019, o Supremo



Tribunal Federal criminaliza a homofobia e transfobia com aplicação por analogia à Lei do Racismo.

H - Igualdade étnico-racial

A garantia formal e material do direito à igualdade racial é um compromisso constitucional do Estado brasileiro, que vem sendo implementado pela adequação da legislação e criação de políticas públicas, como o Estatuto da Igualdade Racial e as ações afirmativas para ingresso nas instituições de ensino e cargos públicos. Apesar dessas iniciativas, a discriminação racial e as desigualdades persistem e ainda precisam ser superadas. A sociedade brasileira é marcada por dinâmicas profundamente arraigadas no racismo sistêmico, estabelecendo uma complexa relação entre práticas discriminatórias que perpetuam as desigualdades e violam sistematicamente os direitos humanos da população afrodescendente.

O Estado tem dialogado com outros atores em espaços intergovernamentais e com a sociedade civil, assumindo compromissos no âmbito internacional, como a Convenção Internacional sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e a Declaração e Programa de Ação de Durban (2001). Um dos desafios na implementação da Agenda 2030 é justamente partir desse arcabouço normativo como chave de interpretação. Da erradicação da pobreza (ODS 1) às parcerias e meios de implementação (ODS 17), isso significa considerar a interdependência dos direitos humanos e as barreiras que o racismo impõe na sua efetiva garantia.

A criação do Ministério da Igualdade Racial, em 2023, foi um passo importante nessa direção, demonstrando a vontade política do Estado em enfrentar desigualdades étnico-raciais. Contudo, o desafio de superar o racismo sistêmico deve ser seguido por uma estratégia de estruturação de políticas interseccionais das questões raciais nas políticas públicas. Integrar o enfoque racial implica, dentre outros aspectos, dispor de orçamento, produzir dados desagregados e definir indicadores para avaliar a transversalização.

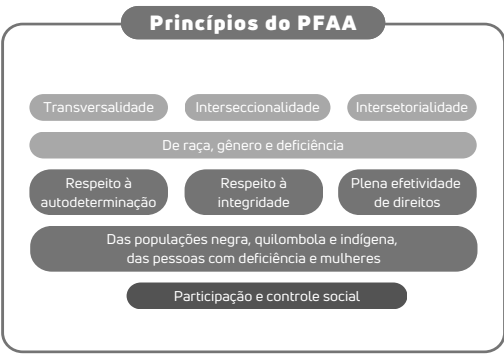
Em consonância com o compromisso de

Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)

Ministério da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023).

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) visa promover direitos e a equiparação de oportunidades na administração pública federal direta por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades. O Decreto nº 11.785/2023 define as ações afirmativas como “os programas e as medidas adotadas pelo Poder Público para corrigir as desigualdades e promover a equidade e os direitos de grupos sociais historicamente discriminados”. No caso do PFAA foram previstos como grupos prioritários de suas ações: pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres.

Combate e Superação do Racismo. Brasília, 2024.



MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Políticas de cotas ou reservas de vagas	As políticas de cotas mais conhecidas são as de reserva de vagas nas universidades públicas, com base em critérios sociais, raciais e étnicos.
Bonificações ou critérios diferenciados de pontuação em processos seletivos	Com base em diagnóstico prévio, pode-se definir que alguns grupos podem ter seus critérios de seleção alterados para a equidade de sua participação em processos competitivos. A ampliação de prazos para contagem de pontos é adotada por algumas universidades para pessoas que tiveram licença maternidade, por exemplo.
Estabelecimento de metas destinadas a ampliar a participação e a inclusão dos referidos grupos	O Decreto nº 11.443/2023 define como meta que os órgãos da administração federal tenham no mínimo 30% de seus cargos e funções comissionadas ocupadas por pessoas negras até o dia 31 de dezembro de 2025.
Critérios de desempate em processos competitivos, com vistas a ampliar a participação dos referidos grupos	Em concursos públicos, a idade mais elevada é utilizada como critério de desempate, por exemplo.
Cursos preparatórios voltados para processos seletivos	O Programa Esperança Garcia, da Advocacia Geral da União em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, prevê a oferta de curso preparatório para concursos das carreiras da Advocacia Pública.
Programas de assistência financeira, incluída a concessão de bolsas e auxílios para garantir o acesso e a permanência em instituições de ensino ou de qualificação profissional	O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, desenvolvido desde 2002, é um exemplo. As bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas nas Universidades Federais são outro exemplo.
Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática	As políticas de acessibilidade têm por objetivo garantir a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições físicas.
Destinação de parcela de recursos e fundos existentes para ações afirmativas ou criação de fundos específicos para ações afirmativas	Reserva de recursos financeiros ou ativos específicos destinados ao financiamento de políticas específicas para determinado grupo. Os fundos oferecem suporte financeiro para o desenvolvimento, a sustentabilidade, o fortalecimento e o impulsionamento destes grupos. Um exemplo é a destinação, desde as eleições de 2020, de 30% dos recursos para campanha eleitoral às candidaturas femininas e de pessoas negras.

Fonte: BRASIL (2024) Programa Federal de Ações Afirmativas: Modelo de Plano de Ação. Ministério da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo. Brasília, 2024.

reduzir as desigualdades étnicas e raciais no país, há hoje um conjunto amplo de políticas de inclusão e equidade racial, potencializados pela criação do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas,, e pela sanção da Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, de 11 janeiro de 2023, que tipifica a injúria racial como crime de racismo, com pena aumentada para dois a cinco anos de reclusão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo. A norma é entendida como um passo fundamental para a eliminação do racismo estrutural no país.

O *Plano Juventude Negra Viva*, que envolve estratégias voltadas para o grupo geracional mais atingido pela violência e programas de ação afirmativa que estabelecem medidas especiais, por meio de cotas e programas específicos, com metas de acesso de pessoas negras a cargos de direção no governo federal ou através de bolsas para mulheres negras, quilombolas, ciganas e indígenas, é um exemplo relevante de política étnico-racial. Estas políticas atuam também em nível subnacional, em que o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) exerce papel estruturante na coordenação de políticas e capacidades nos diferentes níveis federativos governamentais.

O *Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana* estabelece um diálogo transversal entre ações de promoção da igualdade étnico-racial. Visa a preservação do meio ambiente, a transição agroecológica, a inclusão socioeconômica de famílias agricultoras urbanas e a atuação de mulheres e jovens. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e juventude rural passam a ter prioridade de acesso ao PAA e estão sendo incentivados a acessar programas de acesso ao crédito através do Plano

Safr da Agricultura Familiar 2023/2024.

Outra política de grande impacto para os povos indígenas e comunidades tradicionais é o reconhecimento formal dos territórios, com cumprimento de todo processo de regularização fundiária desde a identificação, delimitação, demarcação e registro em cartório. Atualmente, constam 736 terras indígenas nos registros da Funai, das quais 477 encontram-se plenamente regularizadas. Além disso, cerca de 490 reivindicações de povos indígenas estão em análise. A Advocacia-Geral da União obteve, junto ao Supremo Tribunal Federal, a homologação judicial dos planos de desintrusão das Terras Indígenas Yanomami, Trincheira-Bacajá e Apiterewá. Em especial, o governo brasileiro enfrentou a crise Yanomami com ações de assistência social, bem como desencadeando operações sistêmicas para extrusão de garimpeiros. Neste ponto, criou-se o Comitê Intermistrial de Desintrusão de Terras Indígenas, sob coordenação do recém-criado e inovador Ministério dos Povos Indígenas.

O processo de demarcação de TI deve ser complementada pela Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), que objetiva garantir a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, para assegurar a integridade do seu patrimônio, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Na implementação da PNGATI, recortes específicos de gênero e intergeracionais têm sido observados, fortalecendo o papel de mulheres, jovens e anciões como sujeitos

das políticas públicas. A participação desses grupos será intensificada por meio de espaços de governança e participação social onde organizações representativas dos povos possuem assento com voz e voto, como o Comitê Gestor da PNGATI e do Conselho Nacional da Política Indigenista, reinaugurados pelo Ministério dos Povos Indígenas. Além disso, a criação do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas visa evidenciar os desafios vividos pelos povos nas distintas esferas governamentais, e buscar soluções que integrem distintos setores.

Oito em cada dez pescadores artesanais brasileiros são do Norte e Nordeste. Essa população é formada principalmente por pescadores indígenas, mulheres negras, comunidades caiçaras, marisqueiras, jagadeiros, vazanteiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores quilombolas. Nesse sentido, o *Programa Povos da Pesca Artesanal* objetiva beneficiar mais de 1 milhão de pescadores e pescadoras em todas as regiões do país, sendo composto por sete diferentes ações, que abrangem desde as condições mínimas de trabalho até a valorização da cultura das comunidades.

Entre os povos tradicionais brasileiros, reconhece-se a importância de alcançar as comunidades quilombolas enquanto um grupo étnico histórico deixado para trás. Além das iniciativas transversais do MIR que incluem este grupo populacional, há também programas específicos, como o *Programa Aquilomba Brasil*, que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão de comunidades quilombolas através de políticas integradas que abrangem educação, saúde e infraestrutura. É estimado que cerca de 214 mil famílias sejam beneficiadas direta ou indiretamente pelo programa.

Por fim, também há a preocupação de viabilizar a inclusão social destas minorias étnico-raciais no fortalecimento da produção de conhecimento brasileiro. Neste sentido, aponta-se o *Programa Abdias Nascimento*, que proporciona oportunidades de pesquisa para indivíduos de grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, facilitando o acesso e progresso na carreira acadêmica e promovendo a inclusão e a equidade na educação superior. Há também intervenções com recorte de gênero, como do *Programa Atlânticas*, que oferece bolsas de doutorado e pós-doutorado para mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas, aumentando sua representatividade acadêmica e fortalecendo suas perspectivas em pesquisas científicas. Juntos, esses programas formam diversas estratégias multidimensionais para combater desigualdades e promover a inclusão desses povos deixados para trás.

O *Plano Juventude Negra Viva*, que envolve estratégias voltadas para o grupo geracional mais atingido pela violência e programas de ação afirmativa que estabelecem medidas especiais, por meio de cotas e programas específicos, com metas de acesso de pessoas negras a cargos de direção no governo federal ou através de bolsas para mulheres negras, quilombolas, ciganas e indígenas, é um exemplo relevante de política étnico-racial. Estas políticas atuam também em nível subnacional, em que o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) exerce papel estruturante na coordenação de políticas e capacidades nos diferentes níveis federativos governamentais.

O *Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana* estabelece um diálogo transversal entre ações de promoção da igualdade étnico-racial. Visa a preservação do meio

ambiente, a transição agroecológica, a inclusão socioeconômica de famílias agricultoras urbanas e a atuação de mulheres e jovens. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e juventude rural passam a ter prioridade de acesso ao PAA e estão sendo incentivados a acessar programas de acesso ao crédito através do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024.

Outra política de grande impacto para os povos indígenas e comunidades tradicionais é o reconhecimento formal dos territórios, com cumprimento de todo processo de regularização fundiária desde a identificação, delimitação, demarcação e registro em cartório. Atualmente, constam 736 terras indígenas nos registros da Funai, das quais 477 encontram-se plenamente regularizadas. Além disso, cerca de 490 reivindicações de povos indígenas estão em análise. A Advocacia-Geral da União obteve, junto ao Supremo Tribunal Federal, a homologação judicial dos planos de desintrusão das Terras Indígenas Yanomami, Trinchreira-Bacajá e Apiterewá. Em especial, o governo brasileiro enfrentou a crise Yanomami com ações de assistência social, bem como desencadeando operações sistemáticas para extrusão de garimpeiros. Neste ponto, criou-se o Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas, sob coordenação do recém-criado e inovador Ministério dos Povos Indígenas

O processo de demarcação de TI deve ser complementada pela Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras



Indígenas (PNGATI), que objetiva garantir a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, para assegurar a integridade do seu patrimônio, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

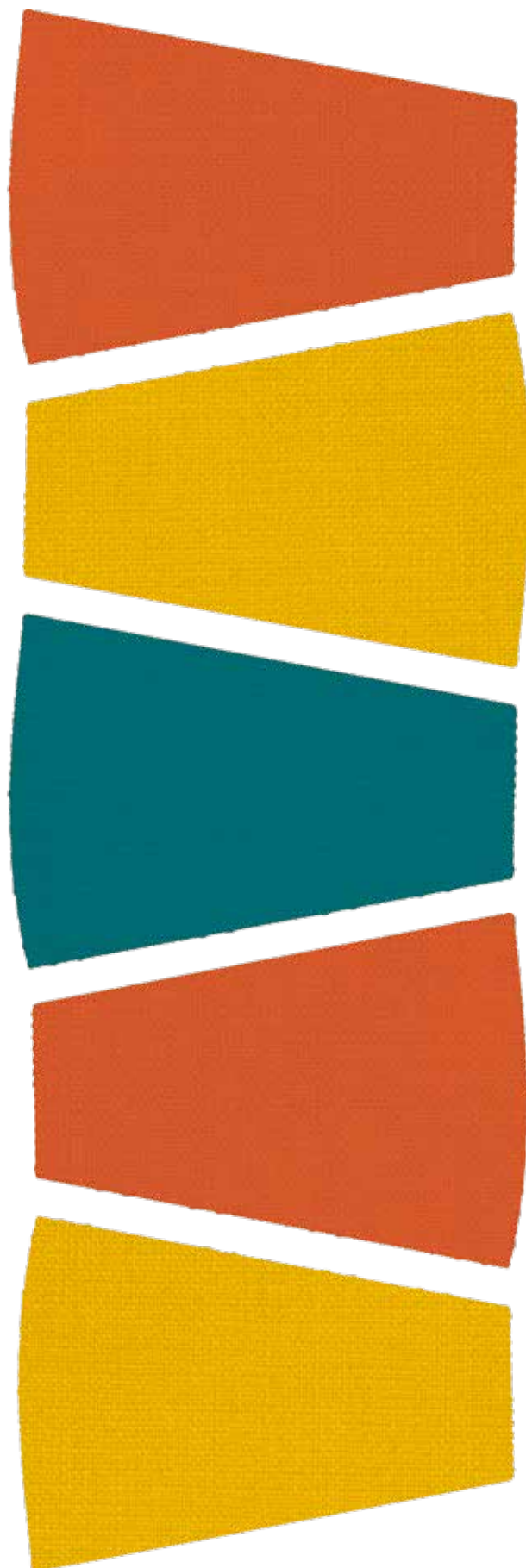
Na implementação da PNGATI, recortes específicos de gênero e intergeracionais têm sido observados, fortalecendo o papel de mulheres, jovens e anciões como sujeitos das políticas públicas. A participação desses grupos será intensificada por meio de espaços de governança e participação social onde organizações representativas dos povos possuem assento com voz e voto, como o Comitê Gestor da PNGATI e do Conselho Nacional da Política Indigenista, reinaugurados pelo Ministério dos Povos Indígenas. Além disso, a criação do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas visa evidenciar os desafios vividos pelos povos nas distintas esferas governamentais, e buscar soluções que integrem distintos setores.

Oito em cada dez pescadores artesanais brasileiros são do Norte e Nordeste. Essa população é formada principalmente por pescadores indígenas, mulheres negras, comunidades caiçaras, marisqueiras, jagadeiros, vazanteiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores quilombolas. Nesse sentido, o *Programa Povos da Pesca Arte-*

sanal objetiva beneficiar mais de 1 milhão de pescadores e pescadoras em todas as regiões do país, sendo composto por sete diferentes ações, que abrangem desde as condições mínimas de trabalho até a valorização da cultura das comunidades.

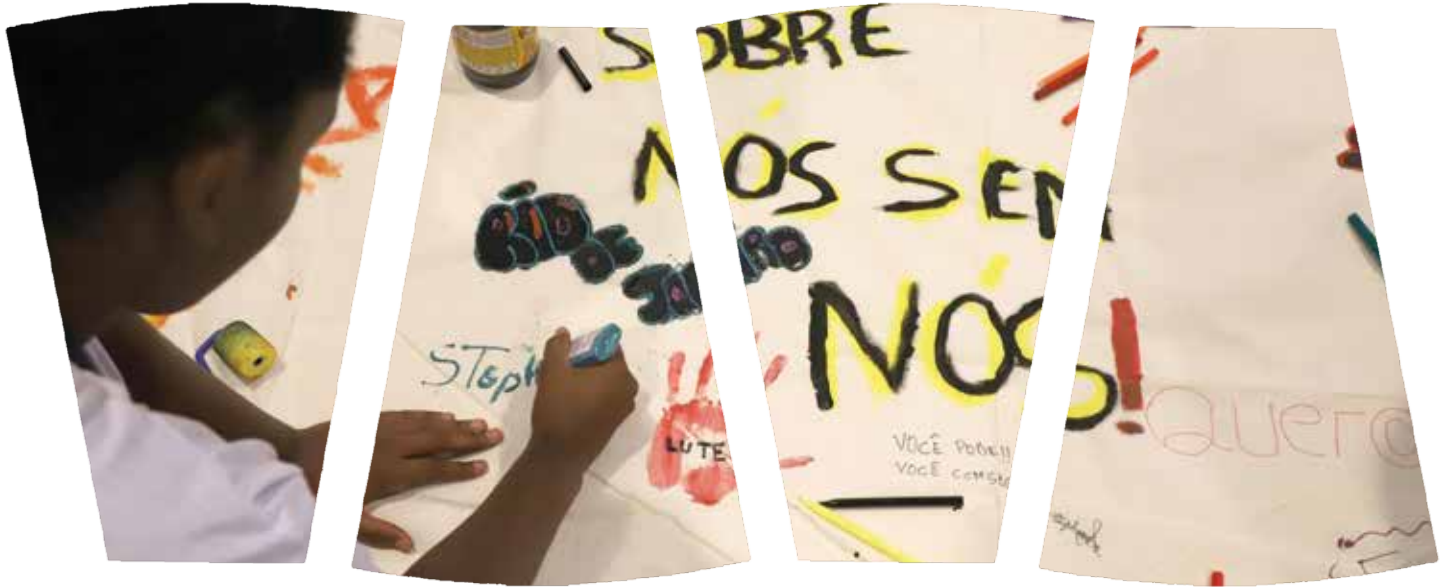
Entre os povos tradicionais brasileiros, reconhece-se a importância de alcançar as comunidades quilombolas enquanto um grupo étnico histórico deixado para trás. Além das iniciativas transversais do MIR que incluem este grupo populacional, há também programas específicos, como o *Programa Aquilomba Brasil*, que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão de comunidades quilombolas através de políticas integradas que abrangem educação, saúde e infraestrutura. É estimado que cerca de 214 mil famílias sejam beneficiadas direta ou indiretamente pelo programa.

Por fim, também há a preocupação de viabilizar a inclusão social destas minorias étnico-raciais no fortalecimento da produção de conhecimento brasileiro. Neste sentido, aponta-se o *Programa Abdias Nascimento*, que proporciona oportunidades de pesquisa para indivíduos de grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, facilitando o acesso e progresso na carreira acadêmica e promovendo a inclusão e a equidade na educação superior. Há também intervenções com recorte de gênero, como do *Programa Atlânticas*, que oferece bolsas de doutorado e pós-doutorado para mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas, aumentando sua representatividade acadêmica e fortalecendo suas perspectivas em pesquisas científicas. Juntos, esses programas formam diversas estratégias multidimensionais para combater desigualdades e promover a inclusão desses povos deixados para trás.



CAPÍTULO





Progresso nas Metas e Objetivos da Agenda 2030 no Brasil

Contexto

Este capítulo analisa o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas globais, com especial atenção às metas identificadas como prioritárias para o Brasil e seu Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. No caso das metas globais que já foram alcançadas ou que não refletem adequadamente os desafios enfrentados pelo país, também foram consideradas as metas adaptadas à realidade brasileira. Especificamente a análise do ODS 17 encontra-se no capítulo VII, que se dedica aos meios de implementação e parcerias.

O período de análise compreende o ano de 2016 (início da implementação da Agenda 2030) a 2022 ou 2023 (último ano em que os dados estavam disponíveis). Além da apresentação dos dados dos indicadores,

é feita uma contextualização dos problemas abordados nas metas, buscando elucidar as razões por trás do desempenho evidenciado. É importante ressaltar que, sempre que possível, os indicadores foram desagregados por critérios de cor ou raça, sexo e situação de domicílio. Ao final da análise de cada ODS, encontra-se um quadro ilustrativo que sintetiza a situação de todos os indicadores globais de suas respectivas metas.

Adicionalmente, cada seção foi enriquecida com dois boxes. O primeiro dialoga com as recomendações da sociedade civil dirigidas ao governo federal, apresentadas no Relatório Luz dos ODS de 2023 produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. O segundo destaca iniciativas que

exemplificam políticas ou programas que demonstram viabilidade para serem transformados em políticas de Estado e possuem potencial para replicação em outros países. Essas iniciativas são particularmente importantes por seu foco no lema “não deixar ninguém para trás”, baseado nos princípios orientadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5 P).

Por fim, é relevante esclarecer que esta análise constitui apenas uma parte de um documento analítico mais abrangente sobre os 17 ODS, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para subsidiar a realização deste Relatório Nacional Voluntário (RNV). No referido documento, além da análise do desempenho dos indicadores, são fornecidas informações relativas ao diagnóstico, às políticas públicas, planos e programas implementadas, assim como aos desafios críticos e prioridades governamentais. As versões

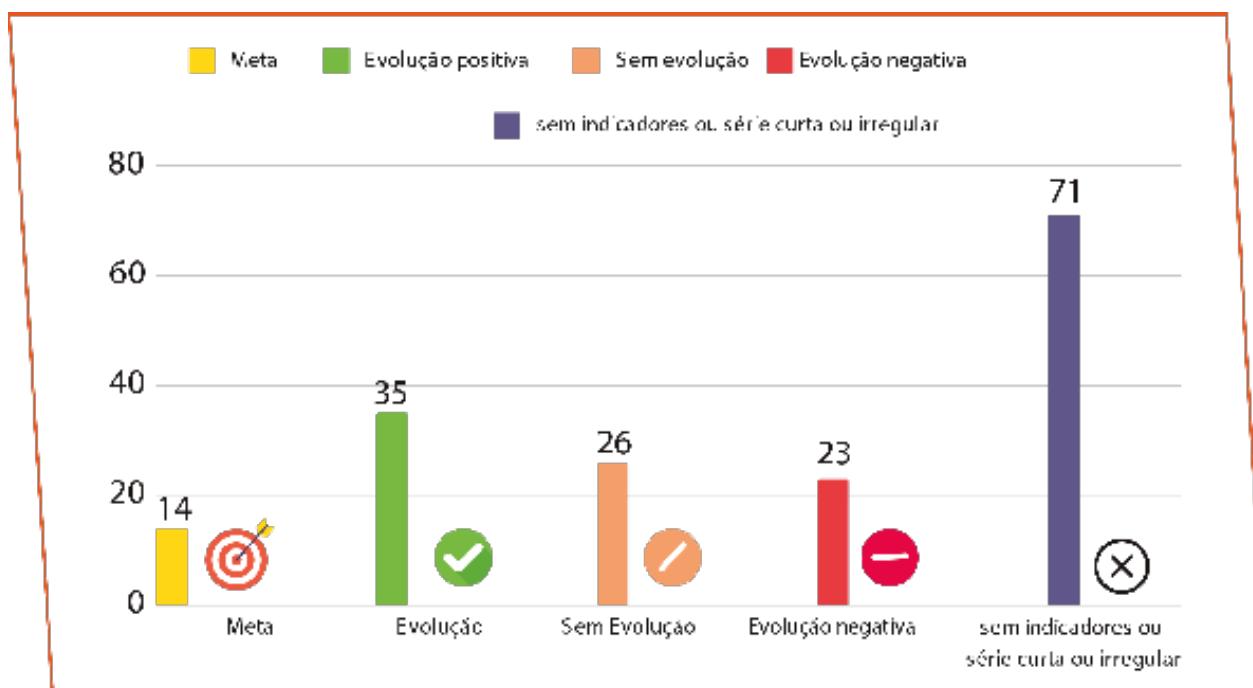
completas para cada um dos ODS podem ser acessadas no site do IPEA.

3.1. Análise geral do progresso das Metas

De modo geral, o Brasil não apresentou avanços significativos nas metas dos 17 ODS no período de 2016 a 2022. O gráfico 1 e o quadro 1 ilustram a evolução das metas globais para todos os objetivos. Nota-se que do total das 169 metas, o país alcançou 14 (8,3%); mostrou evolução positiva em 35 (20,7%); não mostrou qualquer evolução em 26 (15,4%); teve evolução negativa em 23 (13,6%); e 71 metas (42%) não puderam ter seu progresso avaliado por indisponibilidade dos dados ou porque apresentaram séries irregulares ou muito curtas.

Nota-se ainda, que entre as metas analisadas, a pandemia de COVID-19 (2020 e 2021) impactou negativamente o desempenho de 37 (22%) metas.

Gráfico 1 - Brasil: Desempenho das metas dos ODS - 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil. <<https://odsbrasil.gov.br/>>
Elaboração: IPEA

Quadro 1 - Brasil: Desempenho das metas segundo cada ODS 2016-2022

							
1  POBREZA	1	0	2	0	2	4	7
2  SEGURANÇA ALIMENTAR	1	0	1	3	1	3	8
3  Saúde	2	2	2	3	4	4	13
4  Educação	2	4	1	0	7	3	10
5  IGUALDADE DE GÊNERO	0	3	0	1	1	5	9
6  ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO	0	2	4	2	3	0	8
7  Energia	3	1	0	0	0	1	5
8  CRESCIMENTO ECONÔMICO	0	3	1	3	4	5	12
9  Indústria, Inovação e Infraestrutura	0	1	3	3	4	1	8
10  IGUALDADE SOCIAL	0	0	6	2	2	2	10
11  Assentamentos Humanos	2	2	3	1	2	2	10
12  Consumo responsável e produção	0	3	1	0	0	7	11
13  Meio ambiente	1	0	0	1	3	3	5
14  Oceanos	2	1	0	0	0	7	10
15  Terrestre	0	2	0	1	0	9	12
16  Justiça social	0	1	1	3	1	7	12
17  Parceiros	0	10	1	0	3	8	19

 Todas as metas

 Desafio por tra

 Evolução negativa

 Impacto da COVID-19

 Sem indicadores ou não consta na meta

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil. <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Elaboração: IPEA.

Nota: A coluna das metas afetadas pela pandemia de COVID-19 não se soma às demais, pois cada meta pode ter tido uma evolução independente, seja negativa, positiva, sem evolução ou alcançada, e ainda assim ter sido afetada pela pandemia.

A seguir apresenta-se um resumo do desempenho de cada ODS e de seus principais desafios.

ODS 1 - Erradicação da Pobreza



Houve poucos avanços na redução da pobreza extrema nos últimos dez anos. A pandemia teve um impacto negativo notável no ODS 1. Com uma breve queda da pobreza extrema em 2020 por causa do Auxílio Emergencial, houve um aumento significativo em 2021, após a interrupção desse auxílio. A recuperação do mercado de trabalho e a retomada das transferências sociais contribuíram para uma nova queda em 2022. No entanto, para que as metas do ODS 1 sejam atingidas até 2023, o Brasil ainda precisa reduzir anualmente a taxa de pobreza extrema em cerca de 0,4 ponto percentual (p.p.). As disparidades na incidência da pobreza persistem entre diferentes regiões e grupos. As taxas mais altas estão nas regiões norte e nordeste, entre a população preta e parda e nas áreas rurais. A redução da pobreza multidimensional tem sido mais positiva do que a redução da pobreza monetária, embora haja desafios na obtenção de dados regulares para monitoramento. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, desempenham um papel crucial na redução da pobreza. A nova fase do Bolsa Família, iniciada em 2023, amplia a cobertura e os valores transferidos, com foco na proteção à primeira infância, representando uma iniciativa inspiradora para outros países em desenvolvimento na luta contra a pobreza.

ODS 2 - Erradicar a Fome



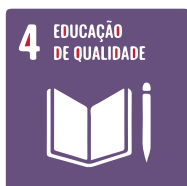
O Brasil enfrenta desafios significativos em relação ao ODS 2. Embora a fome seja uma questão antiga no país, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional surgiu nos anos 1980. Desde então, foram desenvolvidas políticas e programas para combater a fome e promover a segurança alimentar ao mesmo tempo, como o Programa Fome Zero, lançado em 2003. Com isso, entre 2004 e 2013, houve progresso significativo na redução da fome e o Brasil, em 2014, saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez. No entanto, os anos seguintes foram marcados por uma crise econômica e política, que resultou no aumento da insegurança alimentar, agravado pela pandemia. Os dados mais recentes mostram que 9,4% dos domicílios do Brasil estavam em insegurança alimentar moderada ou grave em 2023, indicando uma redução de 3,3 p.p. em relação a 2017-2018, mas 1,6 p.p. acima de 2013. Portanto, é necessário ainda um esforço conjunto do governo, da sociedade civil e do setor privado para promover políticas e programas que garantam o acesso a alimentos nutritivos e suficientes para toda a população, especialmente a mais vulnerável. Por essa razão, o PPA 2024-2027 enfatiza o enfrentamento da insegurança alimentar e da pobreza como prioridades, além do fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável.

ODS 3 - Saúde e Bem-estar



Apesar de avanços, como a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil e melhora discreta da mortalidade por doenças não transmissíveis, persistem desafios para que o Brasil garanta uma vida saudável para todas as pessoas. Os indicadores abaixo das metas estabelecidas são consequência das disparidades socioeconômicas e raciais no acesso à saúde e dos desafios emergentes da pandemia e da carga contínua de doenças crônicas não transmissíveis. Desde 2023, o governo brasileiro vem implementando reformas e políticas que promovem o desenvolvimento social, melhoram as condições de vida da população e fortalecem o Sistema Único de Saúde (SUS), como o Programa Nacional de Imunização e o Programa Mais Médicos.

ODS 4 - Educação de Qualidade



No Brasil, a educação enfrenta insuficiências no atendimento, baixa qualidade do aprendizado e necessidade de infraestrutura e professores capacitados para lidar com desigualdades sociais. Embora tenha havido evolução positiva na maioria dos indicadores globais do ODS 4, entre 2016 e 2022, o Brasil enfrenta desafios, especialmente em áreas como creches, ensino médio, educação profissional e tecnológica e ensino superior. Além disso, nos últimos anos, políticas como escolas cívico-militares foram priorizadas em detrimento do foco nas desigualdades e aprendizagem, agravadas pela pandemia, quando escolas foram fechadas e houve dificuldades no ensino remoto. Para reverter essa situação, desde 2023, as novas políticas públicas em educação buscam reduzir desigualdades por meio de medidas como jornada integral de estudos e apoio adicional para estudantes com dificuldades.

ODS 5 - Igualdade de Gênero



De 2019 a 2022, o Brasil enfrentou desafios para avançar na igualdade de gênero devido à crise política, à pandemia e ao crescimento de movimentos conservadores. Isso levou à substituição do termo "gênero" por "mulheres" em documentos oficiais e à remoção de conteúdos sobre igualdade, autonomia e diversidade. Embora o poder judiciário tenha desempenhado um papel importante em barrar retrocessos, os avanços foram limitados. Os indicadores do ODS 5 mostram uma redução da taxa de mortalidade por homicídios em mulheres e dos casamentos precoces, mas persistem desigualdades no trabalho doméstico não remunerado e na participação das mulheres na liderança política e empresarial. O acesso das mulheres à tecnologia aumentou, mas disparidades persistem, especialmente entre as mulheres moradoras das áreas rurais. O governo brasileiro atual implementou importantes medidas para retomar os avanços na igualdade de gênero no país, entre essas citam-se: políticas como a Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a Lei de Igualdade Salarial e a elaboração do Plano Nacional de Cuidado.

ODS 6 - Água Potável e Saneamento



Os dados revelam melhorias no alcance do ODS 6 no Brasil. Em 2022, 97,9% da população tinha acesso à água segura. Apesar disso, o acesso ainda é desigual, especialmente nas regiões norte e nordeste e nas áreas rurais. No saneamento básico, apenas 52,08% da população tinha acesso ao tratamento de esgoto, em 2019, com evolução mais lenta entre 2019 e 2022 e desafios significativos, especialmente na região norte. A gestão integrada dos recursos hídricos enfrenta obstáculos, incluindo a participação limitada das comunidades e a implementação insuficiente de políticas públicas. Apesar dos avanços, o país precisa enfrentar questões como a queda nos recursos federais para saneamento, incertezas na regulação técnica, desafios na gestão integrada da água e a necessidade de maior capacitação municipal para operações nessas áreas.

ODS - 7 Energia Limpa e Acessível



Houve avanço na implementação do ODS 7, destacando-se pela alta participação de fontes renováveis em sua matriz energética e pelo acesso universal aos serviços de energia. Apesar das tarifas de energia ainda serem elevadas, a meta de garantir acesso universal a preços acessíveis tem sido em grande parte alcançada. No entanto, é necessário avaliar o impacto dessas tarifas sobre pessoas de baixa renda e melhorar o acesso em comunidades isoladas, especialmente nas regiões norte e nordeste. Programas como o Luz para Todos têm sido fundamentais para reduzir desigualdades. O PPA 2024-2027 está alinhado com as metas do ODS 7, buscando garantir a segurança energética e expandir fontes limpas. Nesse sentido, outro desafio é lidar com possíveis impactos socioambientais da energia eólica.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Inclusivo



Entre 2016 e 2022, globalmente, os indicadores do ODS 8 enfrentaram desafios, agravados pela pandemia. No Brasil, os impactos da pandemia se somaram a crises internas, resultando em desempenho abaixo da média. Embora tenha havido melhorias em três das sete metas, o núcleo do ODS 8, relacionado ao "trabalho decente e crescimento econômico", não refletiu essa tendência. Houve estagnação no Produto Interno Bruto (PIB) per capita e declínio no PIB por pessoa ocupada, além de aumento na taxa de desocupação, informalidade e queda no rendimento médio. No entanto, em 2023, o país registrou um crescimento real do PIB de 2,9%, acompanhado de melhorias no mercado de trabalho, redução no trabalho infantil e no número de jovens que se encontram sem estudar e sem trabalhar. Fatores como a desaceleração da inflação e iniciativas de reformas contribuíram para esses resultados.

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura



A pandemia provocou um impacto significativo no alcance do ODS 9, especialmente nas esferas empresarial, no emprego e no setor de transportes. A análise das metas revelou um desempenho negativo em vários indicadores até 2022, evidenciando a urgência de avanços na infraestrutura e na transformação econômica. O PPA 2024-2027 prioriza a neoindustrialização, alinhando-se com os princípios do ODS 9, que busca promover uma industrialização inclusiva e sustentável. Contudo, os investimentos em infraestrutura de transporte permanecem desafiadores, especialmente para diminuir a dependência do modal rodoviário. A taxa de investimento registrou uma queda entre 2022 e 2023, dificultando a mobilização de recursos para enfrentar desafios críticos, como a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além disso, os prazos prolongados entre o início dos projetos de infraestrutura e seus impactos nos indicadores finais representam um desafio adicional. Avançar nas metas de redução de emissões de GEE é imperativo. Por fim, destaca-se a importância da concertação entre diferentes atores da sociedade, incluindo iniciativa privada e sociedade civil, para enfrentar os desafios relacionados ao ODS 9.

ODS 10 - Redução das Desigualdades



O ODS 10 tem como propósito assegurar um crescimento progressivo na renda dos 40% mais pobres da população, ultrapassando a média nacional até 2030. O Brasil enfrentou consideráveis retrocessos nesse aspecto desde 2015, com diminuição na participação da renda desses grupos no contexto nacional, alcançando apenas 4,4% em 2022. As Metas 10.2 e 10.4, voltadas para fomentar a inclusão social e econômica, e implementar políticas visando uma maior igualdade, também se depararam com desafios nesse período, com progressos limitados e até mesmo retrocessos. Apesar da implementação do Auxílio Emergencial em 2020, que reduziu expressivamente a proporção de pessoas com renda abaixo da metade da mediana, seu término em 2021 acarretou um novo aumento neste indicador. As metas relacionadas às desigualdades entre países também não registraram avanços significativos. Embora o Brasil seja elogiado pela ONU por suas políticas de migração e pelos custos reduzidos de envio de remessas financeiras, suas iniciativas de cooperação internacional enfrentam restrições financeiras. O papel do Estado na redução das desigualdades, por meio de políticas de transferência de renda, tributação direta e oferta de serviços públicos, é enfatizado como essencial. Contudo, desafios como a alta concentração de riqueza e a regressividade dos impostos indiretos ainda representam obstáculos para alcançar as metas do ODS 10. A capacidade financeira do Estado será fundamental para superar esses desafios, especialmente em um contexto de incerteza econômica e de necessidade de ampliar o financiamento das políticas sociais.

ODS 11 - Cidades Resilientes

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



O Brasil está diante de desafios significativos no tocante ao ODS 11. A urbanização desigual resultou em áreas com carência de moradia digna e infraestrutura adequada, enquanto outras permanecem subutilizadas. O programa Minha Casa, Minha Vida visa reduzir o déficit habitacional, mas enfrenta obstáculos para mitigar as disparidades socioespaciais em razão da localização periférica dos empreendimentos. O ODS 11 está integrado ao eixo estratégico 2 do PPA 2024-2027, tratando de questões como transporte sustentável e combate à pobreza. Apesar dos avanços normativos e dos investimentos em infraestrutura, mudanças político-institucionais impactaram negativamente o desenvolvimento urbano, mas já estão sendo revertidas desde 2023. Destaca-se o fortalecimento de iniciativas econômicas para preservar o patrimônio cultural e o papel crucial da Defesa Civil na prevenção de desastres. Porém, existem desafios significativos na adaptação às mudanças climáticas e na gestão de resíduos sólidos. A persistência da violência urbana representa também um grande obstáculo.

ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Apesar dos esforços iniciais, como a criação do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável e o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), o país não conseguiu dar continuidade a essas iniciativas. Um indicador-chave, a pegada material, revela um aumento preocupante nos padrões de consumo e produção. Além disso, o Brasil apresenta a maior pegada material per capita entre os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), especialmente em relação à biomassa. O consumo interno de materiais também cresceu significativamente, indicando uma necessidade urgente de adotar práticas mais eficientes e responsáveis. O Brasil aderiu ao Processo de Marrakesh em 2007 e elaborou o PPCS para o período de 2011 a 2014, mas a falta de continuidade nesse plano é um desafio. As políticas públicas, como as compras públicas sustentáveis e as leis de combate ao desperdício de alimentos, representam passos importantes, mas é necessário um esforço contínuo para promover mudanças efetivas. A educação para o consumo sustentável, tanto por meio de políticas públicas quanto de ferramentas digitais, é fundamental para avançar nessa meta. Além disso, é necessário desenvolver soluções tecnológicas sustentáveis e promover a inovação nesse sentido, envolvendo tanto o setor privado quanto o público. No âmbito governamental, a criação da agenda transversal ambiental no PPA 2024-2027 é um passo inovador e positivo. Por último, é essencial desenvolver metodologias e indicadores nacionais para monitorar o progresso em relação às metas do ODS 12, visto que muitas delas carecem de indicadores atualmente.

ODS 13 - Mudanças Climáticas



O Brasil está passando por uma renovação em sua agenda climática, reconhecendo-a como uma prioridade. Destaca-se o Plano de Transformação Ecológica, apresentado na COP 28, que visa promover o desenvolvimento sustentável e proteger o meio ambiente, com investimentos significativos em áreas como finanças sustentáveis, transição energética e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, iniciativas como a revitalização do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado, bem como o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), demonstram um compromisso renovado com a proteção ambiental. Apesar das estratégias de redução de risco de desastres em conformidade com o Marco de Sendai, existem disparidades regionais na adoção dessas estratégias pelos governos locais, destacando a necessidade de cooperação e esforços conjuntos para enfrentar os desafios. O Brasil ainda enfrenta desafios significativos, especialmente após decisões anteriores que fragilizaram as políticas ambientais e de combate às mudanças climáticas. A valorização da defesa civil e a preparação para desastres naturais são áreas prioritárias que não podem prescindir da cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, bem como com a sociedade civil. O país também enfrenta pressões para cumprir seus compromissos internacionais, especialmente em relação à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), já que o Brasil sediará a COP 30 em 2025.

ODS - 14 Vida nos Oceanos



O ODS 14 destaca a importância dos oceanos para a sustentabilidade global. O Brasil, reconhecendo essa importância, possui programas e políticas dedicados aos oceanos, refletidos no PPA 2024-2027 com destaque para programas como "Oceano, Zona Costeira e Antártica" e "Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios". A implementação dessas políticas é essencial para promover a conservação marinha, a pesca sustentável e a proteção dos direitos dos pescadores artesanais. O país tem alcançado resultados positivos, como a superação da meta de conservação marinha e o alto grau de implementação de instrumentos de combate à pesca ilegal. Além disso, programas governamentais abordam questões como emergência climática, turismo sustentável e desenvolvimento econômico, todos interligados ao ODS 14. O governo brasileiro, por meio de iniciativas coordenadas por ministérios como Defesa e Meio Ambiente, busca não apenas conservar os ecossistemas marinhos, mas também promover um desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável relacionado aos oceanos.

ODS 15 - Vida na Terra



No Brasil, um país naturalmente rico em biodiversidade, as principais causas de degradação incluem perda de habitats, introdução de espécies invasoras e eventos climáticos extremos, especialmente na região nordeste, onde a desertificação é um desafio significativo, afetando tanto aspectos sociais quanto econômicos. O Brasil reafirmou seu compromisso com a Agenda 2030, destacando o combate ao desmatamento e a conservação ambiental como prioridades no PPA 2024-2027. No entanto, persistem desafios, como o desmatamento e a conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas, apesar da extensa cobertura vegetal do país. Embora haja melhorias notáveis em indicadores como proteção da biodiversidade e gestão florestal sustentável, refletidos nos indicadores 15.1.2 e 15.2.1, respectivamente, ainda existem desafios significativos. A implementação da agenda de Acesso e Repartição de Benefícios teve avanços com a Lei nº 13.123, de 2015, mas ainda há desafios para sua plena implementação. Apesar das políticas e ações ambientais implementadas ao longo das últimas décadas, o Brasil enfrenta obstáculos como a falta de informações atualizadas e a presença do crime organizado na região norte. Com menos de sete anos para o término da vigência dos ODS, a consecução do ODS 15 no Brasil demanda mais recursos e uma intensificação das ações de cooperação internacional.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



O ODS 16 é de crucial importância no contexto brasileiro, especialmente diante das recentes ameaças à democracia no país. Questões como a integridade do sistema eleitoral, a independência do poder judiciário e a participação social foram desafiadas, enquanto políticas públicas voltadas para garantir e promover direitos foram descontinuadas. Para alcançar este objetivo, é fundamental enfrentar as consequências do passado colonial e escravista do Brasil, refletidas em profundas desigualdades, especialmente em relação à raça e gênero. Isso porque a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil requer a redução das diversas formas de desigualdade, que impactam grupos marginalizados de diferentes maneiras. Uma análise detalhada dos indicadores revela desafios específicos em relação à redução da violência, promoção do Estado de Direito, desenvolvimento de instituições transparentes e garantia da participação social. Embora haja avanços em algumas áreas, como a redução da proporção de presos sem sentença, ainda persistem desafios significativos em outras, como a desigualdade racial na vitimização pela violência e o retrocesso no desenvolvimento das instâncias de participação social. Apesar dos desafios, há esforços em curso para avançar em direção aos objetivos do ODS 16, destacando-se iniciativas recentes de reconstrução das estruturas participativas e ampliação de políticas de ação afirmativa para promover leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação



As metas do ODS 17 no Brasil mostram um progresso positivo em áreas como financiamento, mobilização de recursos adicionais, redução da dívida externa, digitalização e desenvolvimento de capacidades nacionais. Além disso, o país está comprometido com a integração regional na América do Sul, buscando estratégias para avançar nessa integração por meio de projetos de infraestrutura e cooperação multilateral. Na Cúpula da Amazônia, os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica reforçaram seu compromisso com o desenvolvimento integrado da região, com o apoio de bancos públicos de desenvolvimento que se comprometeram a oferecer financiamentos para negócios sustentáveis na região. A reativação da cooperação regional, aliada ao compromisso com o desenvolvimento sustentável, atraiu financiamento multilateral e iniciativas como a Coalizão Verde, que promete até US\$ 20 bilhões em crédito para negócios sustentáveis na região amazônica até 2030. Essas iniciativas representam esforços iniciais para atrair mais parcerias e recursos internacionais, visando a consecução dos objetivos da Agenda 2030.



ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

ODS 1 - Análise do Progresso das Metas

O Brasil é um país historicamente marcado por altos níveis de desigualdade e péssimos indicadores sociais. Por isso, o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, elaborada após mais de duas décadas de ditadura militar, incluiu a erradicação da pobreza entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Felizmente, o país superou a meta global do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 1, cujo foco era acabar com a fome e a miséria. Dessa forma, esperava-se que o excelente ritmo de progresso continuasse e fosse possível erradicar a pobreza extrema antes de 2030.

A expectativa não se confirmou por causa de uma profunda recessão entre 2014 e 2016, que foi seguida por anos de cres-

cimento fraco e concentrador e pela crise econômica, social e sanitária aprofundada pela pandemia de COVID-19. Além disso, apesar do aumento da pobreza provocado pelas más condições do mercado de trabalho, houve a erosão de programas bem-sucedidos de proteção social para as pessoas mais vulneráveis no período 2019 e 2022.

O reengajamento com os ODS a partir de 2023 sinaliza a retomada do objetivo de erradicação da pobreza no Brasil. É inegável a importância de todas as metas do ODS 1. No entanto, a redução da pobreza, tal como formulada pelas metas 1.1 e 1.2, é indiscutivelmente o maior desafio atual para o Brasil. Por isso, essas foram as metas analisadas em detalhe.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Em suas recomendações para o ODS 1, o relatório registrou grande preocupação com a reconstrução das políticas públicas do país e seu financiamento. Pelo menos quatro das 10 recomendações pleiteiam maior dotação orçamentária para políticas sociais e serviços públicos direcionados para a população mais vulnerável.

Notadamente, as recomendações sobre recursos manifestam preocupação tanto com a expansão do acesso a serviços e da proteção social quanto a recuperação do orçamento necessário para o bom funcionamento dos programas. Os dois aspectos refletem a percepção de deterioração das condições de vida e desorganização das políticas públicas nos últimos anos.

No primeiro caso, enquadram-se, por exemplo, as recomendações para mais investimentos em saneamento básico, de modo a ampliar a cobertura nos territórios mais vulneráveis, e em proteção social, saúde e educação. Já a segunda preocupação fica explícita nas recomendações para recomposição do orçamento dedicado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), bem como na demanda por recursos para monitoramento e avaliação de políticas públicas de proteção social, saúde e educação.

Do ponto de vista orçamentário, a promulgação da Emenda Constitucional 126 permitiu o aumento em R\$ 145 bilhões do teto de gastos para 2023, fornecendo margem ao governo federal para bancar mais despesas com políticas sociais como o Bolsa Família, o Auxílio Gás e a Farmácia Popular. Ainda em 2023, a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal substituiu a rigidez do teto de gastos, que congelava o gasto público real, por um sistema mais flexível, capaz de melhorar a conciliação entre a priorização dos gastos sociais e a contenção do endividamento público. Para isso, prevê-se aumento real do gasto público entre 0,6% e 2,5% ao ano, a depender do resultado primário e do crescimento real da receita.

Portanto, caso a retomada econômica mostre fôlego, haverá margem para crescimento substantivo do gasto real, restando o desafio político de canalizar esses recursos para o combate à pobreza, entendido em sentido amplo.

Metas em Destaque

Meta 1.1. - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

A primeira meta do ODS 1 é medida pela linha internacional de pobreza. Seu texto faz referência explícita à linha de \$1,25 *per capita* por dia, definida pelo Banco Mundial (curador da meta) em 2015. No entanto, esse valor foi atualizado duas vezes, em resposta à disponibilização de informações mais recentes sobre a paridade de poder de compra (PPC) entre países.

Assim, a análise considerou o valor de \$2,15 *per capita* por dia, em dólares internacionais de 2017 (PPC\$ 2017). Esse valor foi estimado pelo Banco Mundial para representar a linha de pobreza típica em alguns dos países mais pobres do mundo. Trata-se da meta mais conhecida da Agenda 2030, correspondendo a uma das prioridades atuais do país, como atesta seu PPA 2024- 2027.

O gráfico 1.1 apresenta a trajetória do indicador 1.1.1, isto é, a taxa de pobreza de 2012 a 2022, conforme a linha internacional. As estimativas não mostram qualquer progresso duradouro na redução da pobreza extrema nesse período. Os avanços que permitiram ao país atingir as metas do ODM 1 antes do prazo foram revertidos a partir de 2014. A pobreza extrema aumentou 1,5 pontos percentuais (p.p.) durante a severa recessão entre 2014 e 2016 e seguiu em alta em 2017, estabilizando-se em patamar acima de 7% em 2018 e 2019, anos de frágil recuperação econômica.

Em 2020, apesar da pandemia e contrariamente às expectativas, a pobreza extrema caiu. Isso se deu graças aos efeitos do Auxílio Emergencial, programa de transferência de renda à população mais pobre aprovado pelo Congresso Nacional.

O auxílio foi pago em cinco parcelas entre abril e agosto de 2020, sendo substituído por uma nova iteração menos generosa que garantiu pagamentos até dezembro do mesmo ano. Juntas, as duas versões do Auxílio Emergencial transferiram ao longo de nove meses um montante quase dez vezes maior do que o do auxílio do Programa Bolsa Família em 2019.

Gráfico 1.1 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$2,15 *per capita* por dia. 2012-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador11>>
Elaboração: IPEA

Notas: a linha internacional de \$2,15 *per capita* por dia, em dólares internacionais com fator de paridade de poder de compra de 2017, equivale a cerca de R\$ 200 *per capita* por mês, em reais de 2022

Infelizmente, em 2021 houve outra reviravolta. Mesmo com o agravamento da pandemia no início de 2019, o Auxílio Emergencial não foi renovado, reduzindo abruptamente as transferências sociais em um momento de crise sanitária, alto desemprego e inflação desenfreada. Somente em abril uma nova versão do Auxílio Emergencial foi criada, com critérios e benefícios ainda mais restritos. Esse auxílio não foi suficiente para conter a escalada da pobreza extrema, que deu seu maior salto em décadas, pulando de 6% em 2020 para 9% em 2021.

Felizmente, esse salto foi temporário. A recuperação do mercado de trabalho e a nova rodada de expansão das transferências sociais permitiram a queda da taxa de pobreza em 2022. Como será explicado adiante,

essa expansão foi comprometida por sérios problemas de gestão, mas ainda assim ela foi essencial para trazer a pobreza extrema de volta ao patamar de 6% – valor ainda superior ao observado na década anterior, entre os anos 2013 e 2015.

Dessa forma, considerando os resultados de 2022, para atender à meta 1.1, o Brasil terá que registrar uma redução média anual de cerca de 0,4 p.p. na taxa de pobreza extrema até 2030. Trata-se de esforço ainda factível, porém exigente. Ele demandará que o país retome ritmo de progresso médio semelhante ao observado entre 1990 e 2015, período em que o país implementou programas de transferência de renda que desempenharam papel fundamental no processo de inclusão econômica e social da população mais pobre. Importante esclarecer que, por erros de mensuração, questões amostrais e outros problemas, a erradicação da pobreza normalmente é definida como a redução do percentual de pessoas pobres para um valor residual, não idêntico a zero.

O gráfico 1.2 mostra a evolução da pobreza extrema para diferentes grupos da população. As estimativas sugerem duas conclusões. Primeiro, a trajetória da pobreza para a maior parte dos grupos seguiu o mesmo padrão do Brasil como um todo. Em 2022, apenas as taxas de pobreza em áreas rurais e, em menor grau, entre pessoas pretas e pardas atingiram valores próximos ou menores do que os mínimos históricos registrados em 2014.

Segundo, segue a permanência de desigualdades históricas nas taxas de pobreza entre grupos. Os percentuais são muito mais elevados nas regiões Norte e Nordeste, entre pessoas pretas e pardas e em áreas rurais. Sendo assim, erradicar a pobreza extrema até 2030 dependerá sobre-

tudo do progresso obtido por esses grupos, pois os percentuais já são residuais nas categorias mais privilegiadas do gráfico 1.2.

Como já mencionado no capítulo anterior e observado no relatório de adequação das metas globais à realidade brasileira¹, as desvantagens sociais não são independentes e desconectadas entre si. Nesse sentido, abordagens interseccionais para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade no Brasil são de extrema importância.

Meta 1.2 - Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

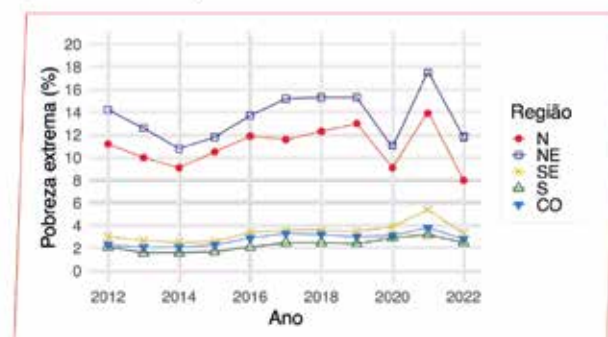
Em complemento à erradicação da pobreza extrema, a meta global 1.2 prevê a redução pela metade da pobreza definida por critérios nacional e multidimensionais. O gráfico 1.3 reporta o indicador 1.2.1 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional para o Brasil entre 2012 e 2022. Como o Brasil não possui uma linha nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota como referência a mais elevada entre as três linhas internacionais comumente utilizadas pelo Banco Mundial, que corresponde a \$6,85 *per capita* por dia, em dólares internacionais de 2017. Em 2022, isso era equivalente a aproximadamente R\$ 640 *per capita* por mês.

A evolução do indicador foi semelhante à da pobreza extrema medida pelo indicador 1.1.1. Houve um período de melhora entre 2012 e 2014, uma reversão da tendência em meio à recessão ocorrida entre 2014 e 2016, uma estagnação durante a lenta recuperação econômica entre 2016 e 2019 e flutuações abruptas a partir da pandemia entre 2020 e 2022. Com isso, o percentual

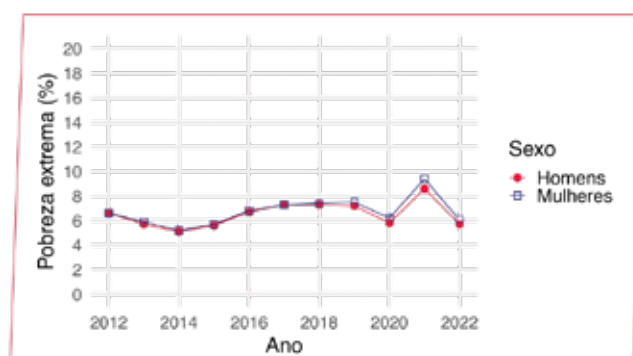
Gráfico 1.2 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$2,15 *per capita* por dia, por subgrupos populacionais. 2012-2022

a) Por macrorregião

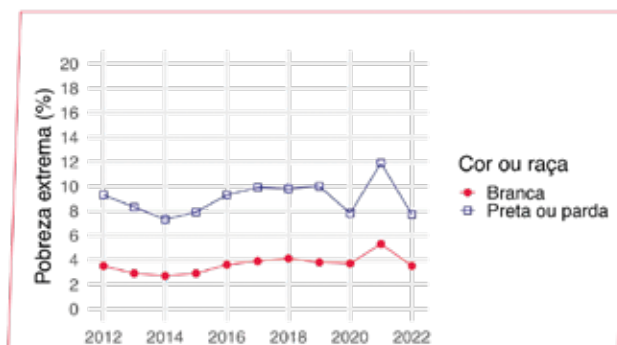
a) Por macrorregião



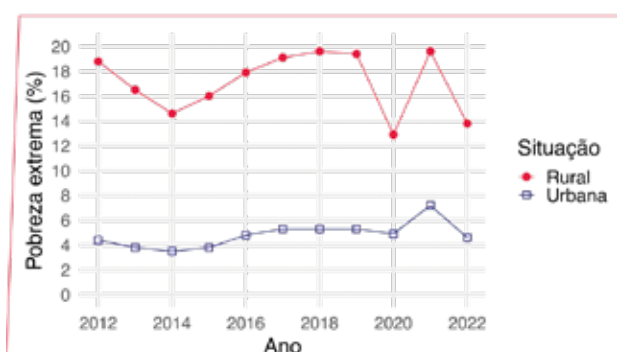
b) Por sexo



c) Por cor ou raça



d) Por situação do domicílio



Fonte: IBGE, PNADC <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111>>

Elaboração: IPEA

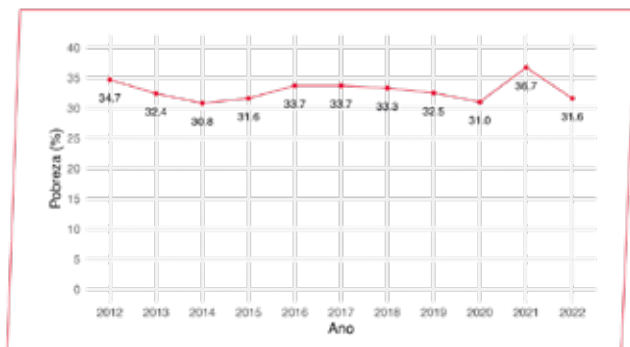
Notas: a linha internacional de \$2,15 *per capita* por dia, em dólares internacionais com fator de paridade de poder de compra de 2017, equivale a cerca de R\$ 200 *per capita* por mês, em reais de 2022.

¹ ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de adequação. IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636>

registrado em 2022 foi idêntico ao de 2015 e pouco superior ao de 2014.

Ou seja, com o triste período de uma década sem avanços sociais, para que a meta de redução da pobreza pela metade seja atingida, será preciso passar de quase 32% para 16% até 2030. Isso implica um ritmo médio de diminuição de cerca de 2 p.p. por ano. Vale ressaltar, que esse cenário só é factível com a combinação de crescimento vigoroso e redistribuição de renda. Afinal, se a distribuição de renda permanecer idêntica à de 2022, o crescimento da renda *per capita* teria que ultrapassar 6% ao ano em média até 2030 para que a meta de redução seja cumprida. O desafio é tão grande que não será nada fácil alcançá-lo mesmo que o Brasil consiga replicar o ciclo virtuoso de crescimento econômico pró-pobre visto nos anos 2000.

Gráfico 1.3 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$6,85 *per capita* por dia 2012-2022



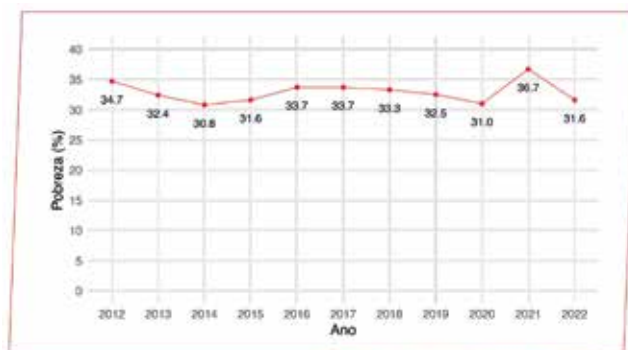
Fonte: IBGE, PNADC
Elaboração: IPEA

Notas: a linha internacional de \$6,85 *per capita* por dia, em dólares internacionais com fator de paridade de poder de compra de 2017, equivale a cerca de R\$ 640 *per capita* por mês, em reais de 2022.

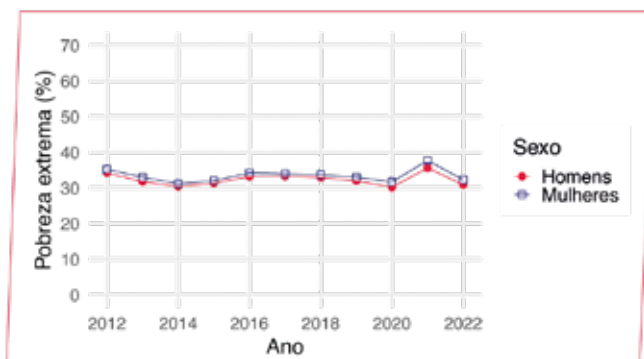
O gráfico 1.4 desagrega a linha de PPC de \$ 6,85 por subgrupos populacionais. Mais uma vez, observa-se que a maior parte dos grupos seguiu a trajetória nacional, com pouco ou nenhum progresso acumulado desde 2015. Igualmente, reiterou-se a persistência das disparidades de condições de vida entre grupos, com taxas de pobreza muito mais elevadas nas regiões Norte e Nordeste, entre as pessoas pretas e pardas e em áreas rurais.

Gráfico 1.4 - Brasil: Incidência da pobreza para a linha de \$6,85 *per capita* por dia por subgrupos populacionais 2012-2022

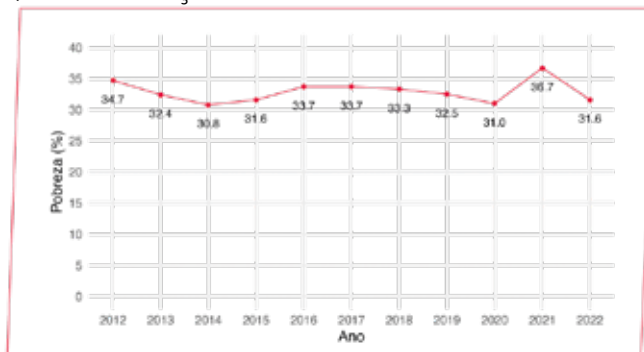
a) Por macrorregião



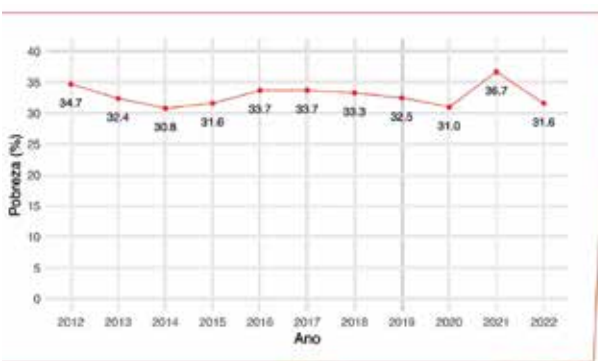
b) Por sexo



c) Por cor ou raça



d) Por situação do domicílio



Fonte: IBGE, PNADC. Elaboração: IPEA.

Notas: a linha internacional de \$6,85 *per capita* por dia, em dólares internacionais com fator de paridade de poder de compra de 2017, equivale a cerca de R\$ 640,00 *per capita* por mês, em reais de 2022.

A pobreza vai além da dimensão monetária. Ela é um fenômeno genuinamente multidimensional. O ODS 1 reconhece essa característica na meta 1.2, em especial no indicador 1.2.2 – Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais. Até o momento de elaboração deste relatório, os indicadores construídos pelo IBGE estavam disponíveis somente para os anos de 2008 e de 2017, pois dependem de in-

formações sobre o consumo das famílias brasileiras e, portanto, só podem ser estimados para anos em que há dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

A tabela 1.1 reporta a evolução entre 2008 e 2017 para duas métricas: o percentual da população com algum grau de pobreza multidimensional e o índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM). Nos dois casos, a metodologia do IBGE considera privações em seis

Tabela 1.1- Brasil: Indicadores de pobreza multidimensional 2008 e 2017

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	População com algum grau de pobreza multidimensional			Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário (IPM-NM)		
	2008 (%)	2017 (%)	Variação (p.p.)	2008 (%)	2017 (%)	Variação (p.p.)
a) Por macrorregião						
Norte	73,3	43,8	-29,5	13,8	5,2	-8,6
Nordeste	69,2	38,2	-31,0	12,4	4,3	-8,1
Sudeste	29,2	12,6	-16,6	3,2	1,1	-2,1
Sul	22,8	8,9	-13,9	2,2	0,6	-1,6
Centro-oeste	44,4	20,1	-24,3	5,3	1,7	-3,6
Brasil	44,2	22,3	-21,9	6,7	2,3	-4,4
b) Por sexo						
Homens	44,8	22,9	-21,9	6,9	2,4	-4,5
Mulheres	43,6	21,8	-21,8	6,4	2,2	-4,2
Brasil	44,2	22,3	-21,9	6,7	2,3	-4,4
c) Por cor ou raça						
Branca	28,9	13,0	-15,9	3,5	1,2	-2,3
Preta ou parda	58,5	29,9	-28,6	9,6	3,2	-6,4
Brasil	44,2	22,3	-21,9	6,7	2,3	-4,4
d) Por situação de domicílio						
Urbana	37,3	17,3	-20,0	4,8	1,6	-3,2
Rural	77,8	51,1	-26,7	15,7	6,4	-9,3
Brasil	44,2	22,3	-21,9	6,7	2,3	-4,4

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, POF. <<http://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador122>>

Elaboração: IPEA

Nota: A "população com algum grau de pobreza multidimensional" corresponde à população cuja soma ponderada de privações está acima de 1/3, considerando seis dimensões (moradia; acesso a serviços de utilidade pública; saúde e alimentação; educação; acesso a serviços financeiros e padrão de vida; transporte e lazer). O IPM-NM representa o grau médio de pobreza da população.

dimensões: moradia; acesso a serviços de utilidade pública; saúde e alimentação; educação; acesso a serviços financeiros e padrão de vida; e transporte e lazer.

Os resultados para a pobreza multidimensional são mais positivos do que os sugeridos pelos indicadores monetários. Pela métrica multidimensional, que não leva em conta a renda, a proporção de pessoas pobres caiu de 6,7% para 2,3% em pouco menos de uma década, com reduções consideráveis para todos os grupos populacionais. O indicador experimental do IBGE sugere inclusive reduções pro-

nunciadas nas disparidades entre grupos, especialmente no caso das disparidades regionais. O IPM-NM, por sua vez, revela o mesmo padrão.

Por se tratar de uma série curta e irregular, é difícil extrapolar essas tendências para o período de referência do ODS. Na ausência de resultados mais recentes para a pobreza multidimensional, é impossível fazer uma avaliação sobre a trajetória dos indicadores, dado que a meta do ODS estipula a redução das taxas pela metade em comparação com os valores observados em meados dos anos 2010.

A disseminação do Programa Bolsa Família

O Brasil foi um dos países pioneiros em programas de transferência de renda com condicionalidades, que se espalharam por dezenas de países em vários continentes a partir dos anos 2000. Novamente, ressalta-se o Programa Bolsa Família, que foi particularmente influente por se tratar de um programa com ampla cobertura, ao contrário da maior parte das iniciativas do tipo. Ele obteve excelentes resultados combinando critérios mais transparentes para elegibilidade e baixos custos administrativos.

No Brasil, o Programa Bolsa Família efetivou na prática o princípio de “não deixar ninguém para trás” ao estender pela primeira vez a proteção social a públicos vulneráveis até então completamente desprotegidos, como famílias pobres em idade ativa e crianças. Para além do alívio imediato da pobreza por meio das transferências monetárias, a existência de condicionalidades contribuiu para melhorar as condições de vida no longo prazo graças a uma abordagem de gestão não punitiva, isto é, orientada para facilitar o acesso efetivo das famílias pobres aos seus direitos sociais em educação e saúde. Com governança intersetorial e descentralizada, o Programa Bolsa Família foi um sucesso também do ponto de vista institucional, o que despertou o interesse sobre seu funcionamento em muitos países em desenvolvimento.

A nova fase do Programa Bolsa Família, inaugurada com sua recriação em 2023, possui potencial análogo para disseminação internacional, pois inova em relação ao programa original. Ela amplia tanto o escopo do programa – consolidando uma cobertura superior a 20 milhões de famílias –, quanto eleva substancialmente os valores transferidos, com foco na proteção à primeira infância.

Diante de todas as turbulências trazidas pela pandemia, a expansão de transferências sociais nos moldes do Programa Bolsa Família deve desempenhar um papel crucial para que o mundo possa atingir a meta de erradicação da pobreza até 2030. Nesse sentido, o pioneirismo brasileiro em expandir os gastos assistenciais de combate à pobreza pode servir de inspiração para muitos países em desenvolvimento.

Quadro 1.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 1
2016-2022

Meta	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação da meta
1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia	1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)		
1.2 - Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).		
	1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais		
1.3 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	1.3.1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis		
1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	1.4.1 - Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos		
	1.4.2 - Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse		
1.5 - Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais	1.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes		
	1.5.2 - Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global		
	1.5.3 - Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030		
	1.5.4 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres		

Fonte: Elaboração IPEA.

Notas: Para os indicadores com múltiplas desagregações, a avaliação da meta baseia-se nas estimativas nacionais, comparando os dados mais recentes com as informações mais próximas a 2016, ano da linha de base do ODS.



FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 2 - Análise do Progresso das Metas

O ODS 2 é fundamental para o Brasil, dada a histórica desigualdade e os altos níveis de pobreza no país. O *Programa Fome Zero* (2003) foi a primeira política nacional abrangente para combater a fome. Entre 2004 e 2013, o Brasil avançou significativamente, saindo do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. No entanto, a crise econômica entre 2015 e 2018, aliada ao desmonte das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), resultou no retrocesso dos avanços obtidos, que estão sendo retomados a partir de 2023, com o lançamento do Plano Brasil sem Fome.

Uma vez que o ODS 2 concilia a produção e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, a análise focou nas quatro primeiras metas. As duas primeiras se relacionam diretamente à SAN, enquanto as seguintes se referem à agricultura sustentável.

Dados da última PNAD contínua, de 2023, indicam que ainda 4,1% da população está em insegurança alimentar grave e 5,3% convivem com insegurança alimentar moderada. O único indicador que atingiu a meta foi o 2.b.1, que mede a prevenção de restrições ao comércio internacional. Seis dos 14 indicadores propostos não puderam ser calculados devido à falta de dados ou dificuldades metodológicas. A meta 2.1.2, que mede a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, teve os últimos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizados em 2023.

A meta 2.1 busca acabar com a fome e garantir acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos. A meta 2.2 pretende acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo a desnutrição crônica e infantil. A meta 2.3 visa dobrar a produtividade agrí-

cola e a renda dos pequenos produtores, enquanto a meta 2.4 propõe garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes.

Em 2023, o PPA 2024-2027 deu início a um novo processo de reconstrução das políticas de SAN, priorizando o combate à fome e a redução das desigualdades. As principais estratégias incluem o fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável, a ampliação de programas de transferência de renda e a promoção de sistemas alimentares sustentáveis. O monitoramento contínuo dos indicadores é um instrumento importante para fornecer dados mais recentes e apoiar a formulação de políticas.

Metas em Destaque

Meta 2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

No Brasil, a segurança e insegurança alimentar são analisadas por pesquisas que utilizam a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para mensuração. Essas pesquisas mostram que, em 2013, o Brasil atingiu o maior nível de segurança alimentar (77,4% dos domicílios brasileiros) e o menor patamar de insegurança alimentar grave (3,2%). Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 revelaram um processo de deterioração da SAN

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Em relação ao ODS 2, o relatório aponta para o retrocesso de oito metas e levanta questões importantes que foram decisivas para levar o país de volta ao Mapa da Fome, dentre as quais se destacam: 1) o desmonte de programas de segurança alimentar, 2) a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), e 3) o orçamento insuficiente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Abaixo, destacam-se como essas questões foram tratadas no primeiro ano do atual governo, em 2023.

1) Desmonte de programas de segurança alimentar e nutricional: Houve a recriação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o aumento dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos pelo governo federal em julho de 2023, fortalecendo os circuitos curtos locais e redes de comercialização da produção da agricultura familiar. Outros programas como o Programa Cisternas e Programa de Fomento Rural também foram reconstruídos e voltaram a apoiar os pequenos produtores rurais, tendo como público prioritário, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Em agosto de 2023, o governo lançou o Plano Brasil sem Fome, cuja execução cabe à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, reinstalada e atualmente composta por 24 ministérios. E será implementado com o apoio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ganha destaque e conta com uma estrutura de câmaras governamentais intersetoriais nas três esferas governamentais.

2) Extinção do Consea: Uma das primeiras ações do governo federal em 2023 foi a reativação do Consea. Em dezembro foi realizada a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com ampla participação de diferentes segmentos da sociedade civil e foi renovado o compromisso com o direito humano à alimentação adequada.

3) Orçamento do PNAE: Após seis anos sem reajuste, os valores per capita do PNAE foram aumentados em índices que variaram de 28% e 39% em março de 2023 e houve o aumento em cerca de 37% dos recursos destinados ao programa.

mesmo antes da pandemia de covid-19. Isso se deu por causa da crise econômica, que gerou recessão e aumento do desemprego e da inflação dos preços dos alimentos, e do esvaziamento das principais políticas para essa área, em um contexto de ajuste fiscal contracionista. A situação se agravou durante a pandemia. Em 2020, houve uma queda de 3,3% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Além da perda de renda em função da pandemia e da desaceleração econômica, registrou-se uma inflação dos alimentos de 37,5% entre o final de 2019 e o final de 2022. No mesmo período, o índice geral de preços ao consumidor subiu 21,7%. Somado a isso, houve o fechamento das escolas em um primeiro momento, com a suspensão do PNAE em várias partes do país.

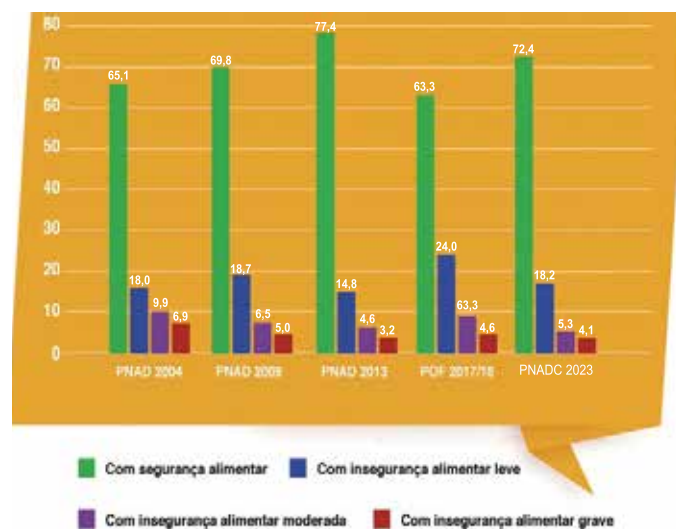
Em 2020, segundo pesquisa domiciliar Vigilância da segurança alimentar e nutricional (VIGISAN I), realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, houve um agravamento da insegurança alimentar grave, cujo indicador subiu de 4,6% para 9,0% dos domicílios brasileiros, enquanto a condição de segurança alimentar caiu 18,5 p.p.

Os dados da VIGISAN II, realizada em 2022, mostram um cenário ainda mais grave. A segurança alimentar, que era de 63,3% em 2017 e 2018, reduziu para 41,3% dos domicílios brasileiros. Por outro lado, a insegurança alimentar moderada subiu de 8,1% para 15,2%. Entre a primeira e segunda VIGISAN o número de pessoas residentes de domicílios afetadas por insegurança alimentar grave passaram de 19 para 33 milhões.

Esse quadro de deterioração da segurança alimentar começou a se reverter a partir de 2023, entre outras causas, por causa

do aumento real do salário mínimo e do substantivo aumento do valor das transferências de renda do *Programa Bolsa Família*. Assim, no quarto trimestre de 2023, 9,4% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, indicando uma redução de 3,3 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2017–2018, mas 1,6 p.p. acima de 2013 (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 - Brasil: Proporção de Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio (%) 2004-2023



Fonte: IBGE, e Rede PENSSAN. Elaboração: MDS.

Nota: Entre 2004 e 2013 os dados foram captados pela PNAD, em 2017-2018 pela POF, em 2020 e 2022 pela Vigisan e em 2023 pela PNAD. A pesquisa Vigisan 2020 e 2021-2022 utilizou a versão reduzida do questionário da EBIA, de 8 perguntas.

O indicador 2.1.2 calculado pelo IBGE –prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseada na EBIA– mostra que, em 2023, 21,6 milhões de domicílios brasileiros (27,6%) atravessavam algum grau de insegurança alimentar, sendo 9,4% na forma moderada ou grave. A insegurança alimentar grave atingiu um total de 8,7 milhões de pessoas em domicílios (4,1% do total de moradores em domicílios particulares).

Entre 2013 e 2018 a condição de segurança alimentar da população brasileira reduziu de 77,4% para 63,3%. Essa condição foi parcialmente recuperada em 2023, com

72,4% da população em segurança alimentar e 18,2% em insegurança alimentar leve, situação na qual as pessoas adotam a estratégia da substituição de produtos para continuarem se alimentando. A insegurança alimentar moderada significa a redução na quantidade de alimentos entre pessoas adultas e/ou ruptura no padrão alimentar pela falta de alimentos. Ela aumentou de 4,6% para 8,1% dos domicílios em 2018 e melhorou para 5,3% em 2023. Por fim, a insegurança alimentar grave, subiu de 3,2% para 4,6% dos domicílios em 2018 e em 2023 caiu para 4,1%. Considera-se grave quando a redução na quantidade de alimentos atinge também as crianças e pode-se dizer que há fome no domicílio.

Com relação à situação do domicílio, observa-se que, ao longo de toda a série histórica, as áreas rurais sempre apresentaram índices piores de segurança alimentar. Em 2023, 73,3% dos domicílios urbanos e 65,5% dos rurais estavam em segurança alimentar. A insegurança alimentar moderada e grave atingiram 8,9% dos domicílios urbanos e 12,7% dos rurais.

Os dados de 2023 revelaram que as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas possuem mais chance de estarem em insegurança alimentar de qualquer nível quando comparadas às que se autodeclararam brancas. Considerando a insegurança alimentar moderada, em 73,9% dos domicílios a pessoa de referência se declarou como preta ou parda, enquanto em 25% dos domicílios a pessoa de referência se declarou como branca. Para a insegurança alimentar grave, os domicílios com pessoas de referência pretas e pardas representavam 74,6%, enquanto os domicílios com pessoas de referência brancas, 23,4%.

Além disso, observa-se que as regiões Norte e Nordeste apresentaram índices

mais baixos de segurança alimentar quando comparadas com as outras regiões. Enquanto 39,7% dos domicílios da região Norte e 38,7% do Nordeste estavam em insegurança alimentar, esse percentual era de 16,5% na região Sul, de 22,9% no Sudeste e 24,3% no Centro-Oeste.

Meta 2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Como os dados disponíveis dos indicadores da meta são anteriores à agenda 2030, para uma análise comparativa, optou-se por utilizar dados complementares mais recentes do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006. Apesar das fontes serem diferentes, os dados permitem comparações.

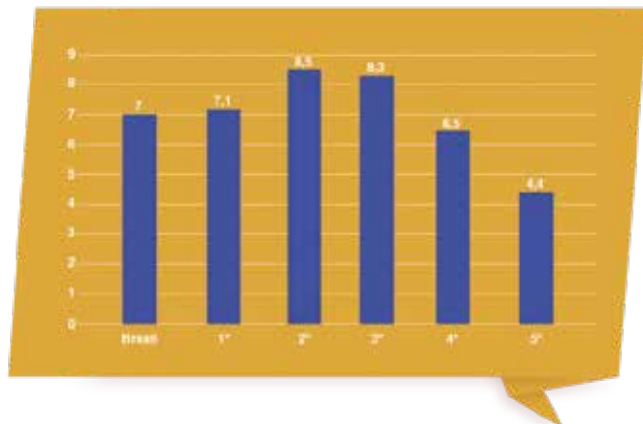
Tabela 2.1 - Brasil: Prevalência de déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos (%) 2009 e 2019

IDADE	2009*	2019**
Total	60	70
0 a 11 meses	38	50
12 a 23 meses	57	102
24 a 35 meses	44	65
36 a 47 meses	57	68
48 a 59 meses	47	34

Fonte: *IBGE, POF 2008-2009, com base na distribuição de referência relativa a crianças de famílias com rendimento total e variação patrimonial mensal de mais de 1 salário mínimo per capita e **ENANI (UFRJ, 2019)
Elaboração: IPEA

A partir dos dados da tabela 2.1, observa-se uma pequena elevação no déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos, revelando que em média 7,0% das crianças brasileiras tinham algum atraso no crescimento em 2019. A análise do déficit de altura para idade, segundo o Indicador Econômico Nacional (IEN), revela que as prevalências foram decrescentes nos 3 últimos quintos. Isso mostra que, entre as 20% com maior nível de renda, há uma prevalência de déficit de altura em apenas 4,4% das crianças menores de 5 anos, valor inferior à média nacional de 7,0%. Por sua vez, as crianças das famílias mais pobres apresentam problemas no desenvolvimento, com índices acima da média nacional, em torno de 8,5%.

Gráfico 2.2 - Brasil: Prevalência de déficit de altura para idade segundo o IEN (quintos de renda) (%) 2019



Fonte: ENANI (UFRJ, 2019)

Elaboração: IPEA

Os indicadores relativos à prevalência de subalimentação nas crianças com menos de 5 anos, seja de déficit de peso para altura (magreza) ou de excesso de peso (sobrepeso), podem ser visualizados na tabela 2.2.

A prevalência de baixo peso em crianças menores de 5 anos cresceu 1,6% p.p., entre 2006 e 2019, quando atingiu 3,0% das crianças menores de 5 anos. Embora não

seja um dado alarmante, chama atenção a sua elevação ao longo do tempo. Por sua vez, a prevalência do excesso de peso de crianças menores de 5 anos cresceu 2,8% p.p. no mesmo período, indicando uma problemática mais preocupante que o baixo peso no Brasil. O excesso de peso atingiu 10,1% das crianças menores de 5 anos em 2019. Esse aspecto traz à tona a questão da qualidade da alimentação, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e seus impactos sobre a saúde com a elevação de riscos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Tabela 2.2 - Brasil: Prevalência de subalimentação nas crianças menores de 5 anos, baixo peso e excesso de peso para a idade 2006 e 2019

	Prevalência de subalimentação nas crianças menores de 5 anos, por tipo de má nutrição		Prevalência de baixo peso em crianças menores de 5 anos (Percentual)		Prevalência de excesso de peso para idade segundo IMC em crianças menores de 5 anos (Percentual)	
Sexo	2006*	2019**	2006*	2019**	2006*	2019**
Brasil	14	3	73	101		
Homens	18	32	69	111		
Mulheres	11	27	77	91		

Fonte: *IBGE, PNDS 2006 e **ENANI
Elaboração: IPEA

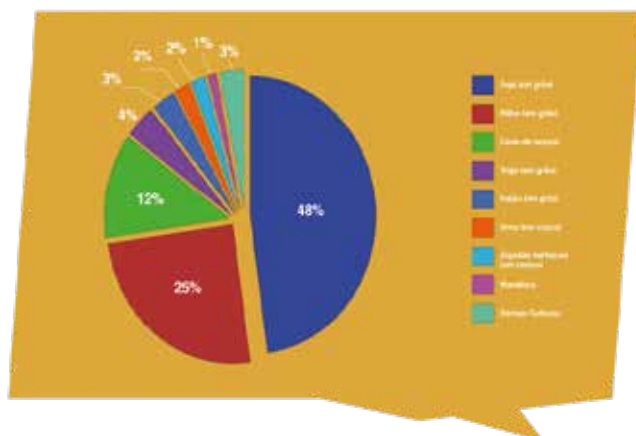
Nota: Embora o IBGE tenha calculado os indicadores utilizando o índice peso para altura, de acordo com o ENANI (UFRJ, 2019), todas as prevalências utilizando o índice peso para altura são similares às apresentadas utilizando o IMC para idade, medida que foi utilizada pelo estudo.

O sobrepeso e a obesidade infantil são fatores que reforçam a preocupação com as questões decorrentes em pessoas adultas. A Vigitel é o inquérito telefônico utilizado pelo Ministério da Saúde para monitorar a frequência e distribuição dos principais determinantes das DCNT. Segundo essa pesquisa, entre 2006 e 2021, o excesso de peso passou de 42,6%, em 2006, para 57,2% em 2021. Entre as mulheres, a elevação foi maior, passando de 38,5% em 2006 para 54,4% em 2021 (Vigitel, 2022).

Meta 2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Apesar da centralidade da meta 2.3, focada no pequeno produtor e alinhada com o espírito da Agenda de não deixar ninguém para trás, poucos países conseguiram publicar os indicadores 2.3.1 e 2.3.2, sobre produtividade e renda, respectivamente. Como esses indicadores globais não estão disponíveis, serão apresentadas a seguir informações do comportamento da produção de culturas agrícolas importantes, como soja, milho, feijão, arroz e mandioca. As duas primeiras constituem as principais *commodities* agrícolas da pauta de exportação brasileira. As demais são elementos essenciais na composição da dieta alimentar da população brasileira, em geral cultivadas pela agricultura familiar. Em 2022, dos 85,6 milhões de hectares de área destinada a lavouras temporárias, soja e milho responderam, juntas, por 73% da área plantada. Em contrapartida, as áreas destinadas às culturas de feijão, arroz e mandioca, somaram apenas 6% do total.

Gráfico 2.3 - Brasil: Área plantada de lavouras temporárias (%). 2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal
Elaboração: IPEA

Analisando o comportamento dessas lavouras no decorrer dos anos, observa-se tendências opostas entre os dois grupos de culturas. Enquanto soja e milho apresentaram evolução ascendente tanto na quantidade produzida quanto na área plantada, feijão, arroz e mandioca sofreram redução da quantidade produzida e da área destinada ao plantio. Em 2005, soja e milho foram cultivados, em uma área de 35,7 milhões de hectares, atingindo produção conjunta de 86,3 milhões de toneladas. Em 2022, alcançaram uma área plantada de 62,4 milhões de hectares e produção de 230 milhões de toneladas. Por sua vez, em 2005, os cultivos de arroz, feijão e mandioca, ocuparam quase 10 milhões de hectares, com produção de 42 milhões de toneladas. Em 2022, a área destinada para seu plantio reduziu para pouco mais da metade, 5,6 milhões de hectares, enquanto a produção decresceu para 31,2 milhões de toneladas (gráficos 2.5).

Esses dados evidenciam o avanço da produção de *commodities* agrícolas voltadas para o comércio exterior e a decaída de produtos destinados à alimentação local, em função da perda de área de plantio. Sob a perspectiva da SAN, a produção agropecuária deveria priorizar o atendimento do mercado interno de alimentos, incrementando a oferta de alimentos a serem consumidos pela população.

No entanto, ao observar o histórico recente do crédito rural, principal política agrícola brasileira, nota-se que as culturas de soja e milho vêm aumentando seu predomínio no volume de recursos contratados no custeio agrícola. Em 2013, os financiamentos para esses dois cultivos representavam 54% do volume total. Em 2023, essa participação atingiu 68%, sendo que somente a soja representou a metade de todo o valor negociado no país.

Gráficos 2.4 - Brasil: Área plantada para grupos de lavoura selecionados: milho e soja e Arroz, feijão e mandioca (em milhões de hectares) 2005-2022

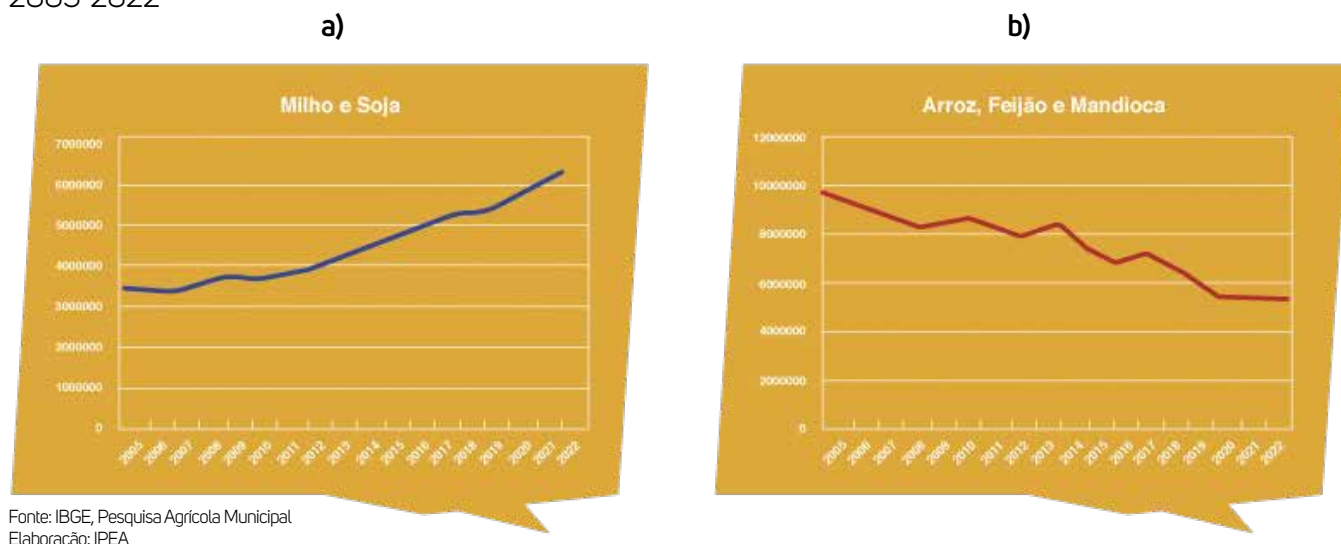
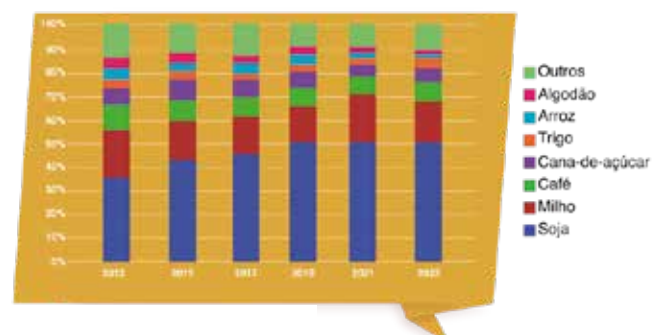


Gráfico 2.5 - Brasil: Crédito Rural – Percentual dos recursos contratados por tipo de cultivo 2013-2023



Esse cenário inercial, no qual a agricultura, financiada pela política de crédito rural, avança na produção de *commodities* visando, sobretudo, ao mercado externo exige mudança. Torna-se necessário articular as políticas agrícola e de SAN, uma vez que a produção interna de alimentos para o abastecimento da população é estratégica para enfrentar crises globais.

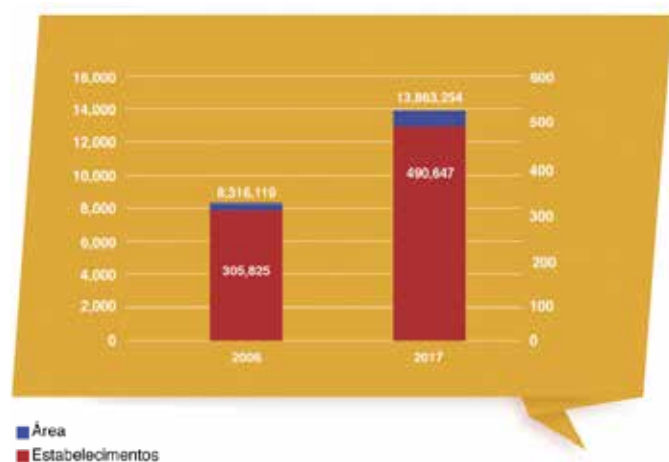
Meta 2.4 - Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação

às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

O único indicador global é o 2.4.1 – Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável. Originalmente, o indicador foi proposto com 11 subindicadores, abordando dimensões econômicas, sociais e ambientais da agricultura. Entretanto, menos de 2% dos países conseguiram publicá-lo e a metodologia do indicador está sob revisão. De forma semelhante aos indicadores da meta 2.3, não há informações para acompanhá-lo no Brasil. Dessa forma, buscou-se dados sobre duas práticas agrícolas relacionadas à sustentabilidade socioambiental: as áreas destinadas para sistemas agroflorestais (SAFs) e os produtores orgânicos. Os SAFs compreendem consórcios em uma mesma área de terra entre cultivos arbóreos, arbóreos com lavouras temporárias e/ou com criação animal. Para o território brasileiro, a informação mais recente está contida no Censo Agropecuário de 2017. De acordo com essa pesquisa, há crescimento tanto do número de estabelecimentos

agropecuários, quanto da área destinada a SAFs. Em 2006, eram quase 306 mil estabelecimentos, ocupando uma área de 8,3 milhões de hectares. Em 2017, o número de estabelecimentos passou para 490 mil, ocupando uma área de 13,9 milhões de hectares. Houve, portanto, incremento de 60% no número de estabelecimentos e de 67% na área destinada a SAFs.

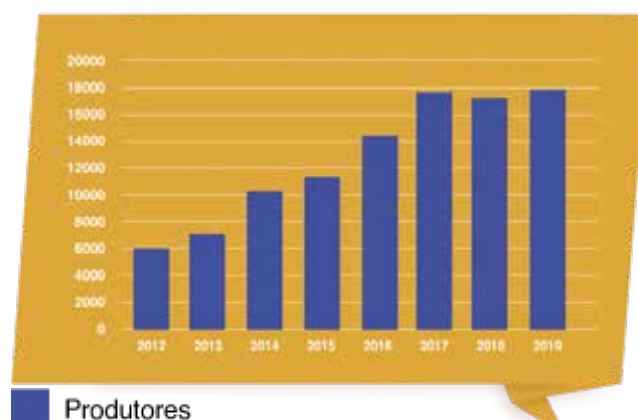
Gráfico 2.6 - Brasil: Número e área de estabelecimentos agropecuários com sistemas agroflorestais (em milhões de hectares) 2006-2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário
Elaboração: IPEA

Os dados referentes a produtores orgânicos são fornecidos pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura e Pecuária. Até fevereiro de 2024, havia 22,8 mil produtores orgânicos registrados no país, enquanto em 2012 esse número estava abaixo de 6 mil. O avanço da quantidade de registros é resultado de um crescimento contínuo observado nos últimos doze anos da certificação de produtores em função do aumento do número de entidades certificadoras e da viabilização da certificação participativa por meio dos Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) e das Organizações de Controle Social.

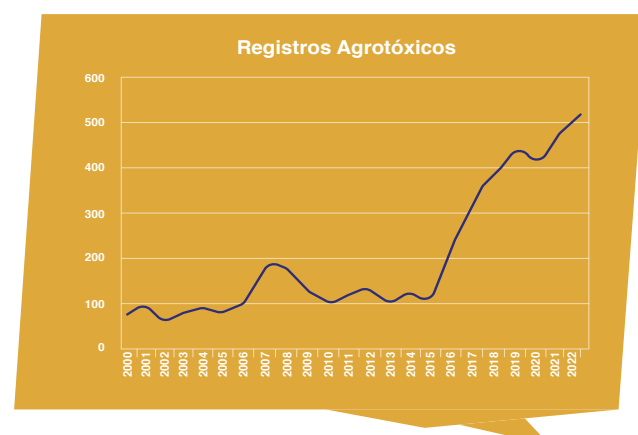
Gráfico 2.7 - Brasil: Número de produtores orgânicos certificados 2012-2019



Fonte: MAPA. <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-sete-anos-tripla-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa>>
Elaboração: IPEA

Os dados sobre o avanço de SAFs e da certificação de orgânicos são positivos. No entanto, quando relacionados à magnitude dos mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de mais 350 milhões de hectares, tais modelos ainda seguem residuais. Ademais, o uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários vem aumentando significativamente. As informações de registro e consumo de agrotóxicos mostram tendência de aumento. A partir de 2016, houve intensificação da concessão de registros e, em 2022 chegou-se à marca recorde de 516 novos registros de agrotóxicos.

Gráfico 2.8 - Brasil: Registros de agrotóxicos 2000-2022

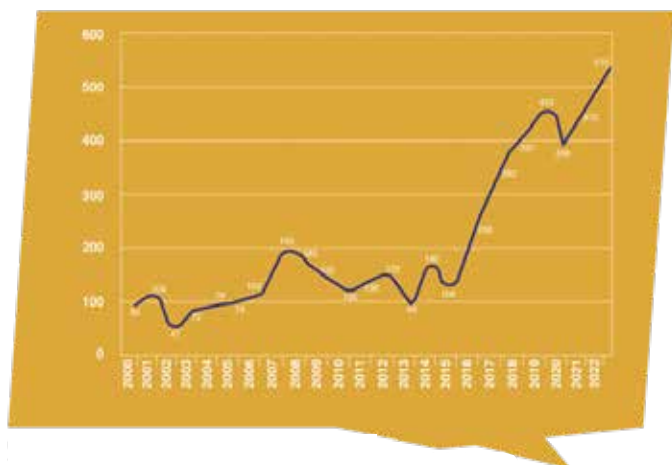


Fonte: MAPA, Agrotóxicos – Informações Técnicas. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/RegistrosConcedidos2000202309_01_2023.xlsx>
Elaboração: IPEA

Nota: excluídos os registros referentes a produtos biológicos e destinados à produção orgânica.

Com esses números, o Brasil se configura como o maior consumidor mundial de agrotóxicos na atualidade. Entre 2009 e 2022, a quantidade consumida no país aumentou 161%. Ela passou de 306,8 mil toneladas em 2009 para 800,7 mil toneladas em 2022. A elevação do consumo de agrotóxicos por área de lavouras elevou-se em quase 150%, passando de 5,06 Kg/ha em 2009 para 12,61 Kg/ha em 2022. Esses números consideram a área destinada a lavouras segundo os Censos Agropecuários de 2006 (em relação ao consumo de 2009) e de 2017 (em relação ao consumo de 2022).

Gráfico 2.9 - Brasil: Venda de agrotóxicos (em toneladas)
2009-2022



Fonte: IBAMA, Painel de Informações sobre a Comercialização de Agrotóxicos e Afins no Brasil – série histórica 2009-2022. <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos#Painel-comercializacao>>
Elaboração: IPEA

Portanto, houve avanços positivos em práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, como a produção de orgânicos e os SAFs, porém essas práticas ainda são incipientes frente ao modelo agrícola baseado em grandes monocultivos e no uso intensivo de insumos químicos. Esse modelo é predominante e vem avançando sobre áreas de vegetação natural. Além dos riscos ambientais, tal modelo possui um caráter socioeconômico antidistributivo, dada a estrutura fundiária acentuadamente concentrada.

A Embrapa e o Banco Genético Brasileiro

A meta 2.5 estabelece o compromisso global de manutenção da diversidade genética de espécies vegetais e animais, tanto domésticas como selvagens. Seu intuito é garantir o acesso justo aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Nesse sentido, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mantém, desde 1974, um banco genético gerido pelo Centro Nacional de Pesquisa em Recursos Genéticos (CENERAGEN).

O Banco preserva uma grande variedade de espécies vegetais, animais e de microorganismos. Para conservação, utiliza métodos como câmaras frias com temperaturas de 20°C negativos, plântula in vitro para plantas que não se propagam por sementes ou sementes que não suportam baixas temperaturas e criobancos que mantêm o material genético conservado numa temperatura de 180° abaixo de zero. Atualmente, estão armazenados cerca de 140 mil acessos, em sua maioria espécies vegetais. Esse é o maior banco genético da América Latina e o quinto maior do mundo. A Embrapa desenvolve intercâmbios nacionais e internacionais, como o Banco Global de Sementes de Svalbard, na Noruega, para o qual contribuiu com centenas de acessos de grãos, como variedades de feijão, arroz e milho. O Banco Global, apelidado de “Arca de Noé” ou “Cofre do Fim do Mundo”, armazena cerca de um milhão de grãos de importância agrícola e visa salvaguardar a biodiversidade, evitando a extinção de diversas espécies.

Quadro 2.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 2
2016-2022

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
META GLOBAL	Indicadores	Evolução dos indicadores	Avaliação da meta
2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.	2.1.1 - Prevalência de subalimentação na população total em %		
	2.1.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em escala de insegurança alimentar em % de domicílios		
2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas	2.2.1 Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade		
	2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)		
	2.2.3 - Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo estado de gravidez		
2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.	2.3.1 - Volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal		
	2.3.2 - Renda média dos pequenos produtores de alimentos, por sexo e condição de indígena		
2.4- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	2.4.1 - Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável		
2.4- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	2.5.1 - Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação		
	2.5.2 - Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.		

continua >>>

2.4- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do sol	2.5.1 - Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação		
	2.5.2 - Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.		
2.a - Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo	2.a.1 - Índice de orientação agrícola para a despesa pública		
	2.a.2 - Total de fluxos oficiais (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) para o setor agrícola		
2.b - Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha	2.b.1 - Subsídios às exportações agrícolas		
2.c - Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos	2.c.1 - Indicador de anomalias dos preços de alimentação		

Legenda

Evolução positiva



Sem evolução



Meta global atingida



Evolução negativa



Impactado pela covid-19



sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPEA.



SAÚDE E BEM ESTAR



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

ODS 3 - Análise do Progresso das Metas

O ODS 3 alcançou alguns progressos entre 2016 e 2022, porém, a melhoria foi lenta e alguns dos indicadores ainda estão muito aquém das propostas para 2030. Assim, nos próximos anos, será necessário um esforço intensificado para se atingir várias das metas estabelecidas. Além disso, dentre os 28 indicadores globais, 11 estão em fase de construção e avaliação, pois apresentam uma metodologia bastante complexa que exige a produção de informações muito específicas para sua construção. Esse ODS apresenta 13 metas, todas cruciais para o país, mas a análise se concentrou em seis delas, consideradas fundamentais neste momento por sua importância na superação das desigualdades de acesso à saúde.

De forma geral, houve avanço positivo nos indicadores de mortalidade, com o alcance da meta global 3.1 relacionada à mortalidade materna em 2022, após um período de aumento substancial do indicador 3.1.1 – Razão de mortalidade materna, ocorrido nos anos pandêmicos. Também reduziu a mortalidade em menores de 5 anos e a mortalidade neonatal, meta 3.2. Essas taxas de mortalidade apresentaram valores abaixo da meta global, apesar do aumento da primeira nos anos de 2021 e 2022, possivelmente em decorrência da pandemia de COVID-19. O número de nascidos vivos de mães adolescentes (10 a 19 anos) por 1.000 mulheres desse grupo etário, também melhorou no período, indicador 3.7.2. Houve ligeira melhora no indicador 3.4.1

com a redução da probabilidade de morte prematura por doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes ou doenças respiratórias crônicas. A meta 3.3 sobre a incidência de enfermidades transmissíveis oscilou no período, com destaque para o indicador 3.3.2 que apresentou aumento da incidência de tuberculose nos dois últimos anos analisados. Quanto à meta 3.6, as mortes causadas por acidentes de trânsito diminuíram, embora não o suficiente para o alcance da meta global.

Por outro lado, a cobertura vacinal ficou abaixo do desejado, meta 3.b, reflexo da interrupção, por gestões passadas, de políticas sanitárias nacionais bem-sucedidas. Houve aumento na mortalidade atribuída à intoxicação não intencional, indicador 3.9.3. A mortalidade por suicídio, indicador 3.4.2, apresentou tendência de crescimento desde o início do período analisado, com aceleração nos anos da pandemia. O consumo de álcool per capita, por sua vez, permaneceu estável – meta 3.5.

Metas em Destaque ODS 3

Meta 3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

Há situações no Brasil em que as metas globais não estão adequadas aos problemas nacionais. Algumas são dirigidas a países menos desenvolvidos e outras se referem a parâmetros que o Brasil já alcançou, fazendo com que o país possa assumir uma meta mais ambiciosa. Esse é o caso da meta global 3.1. Por ser prioritária para o Brasil, a meta foi atingida já em 2015, quando a razão de mortalidade materna foi de 62 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Assim, atendendo ao compromisso assumido, em 2018, na Comissão Nacional

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

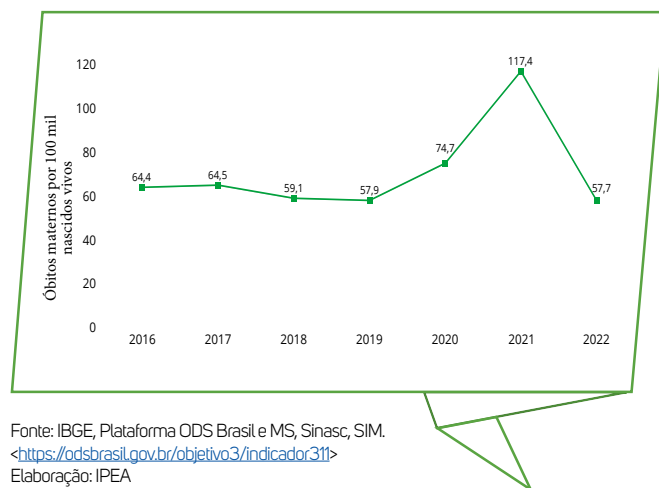
Análise do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 sobre o ODS 3 revelou que as restrições orçamentárias impostas ao financiamento federal do Sistema Único de Saúde (SUS) devido à regra fiscal em vigor entre 2017 e 2022, juntamente com os impactos da pandemia, resultaram no retrocesso ou na ameaça à maioria das metas estabelecidas para esse objetivo. Diante desse cenário desafiador, o grupo propôs uma série de medidas ao governo, das quais se destacam três: 1) assegurar, no mínimo, sete consultas de pré-natal a todas as pessoas gestantes, para reduzir a mortalidade materna, e aumentar o orçamento para atenção básica e serviços de saúde obstétrica; 2) fortalecer os programas de tratamento e diagnóstico precoce e ações de promoção à saúde especialmente na atenção primária e 3) assegurar e ampliar a cobertura vacinal da população brasileira, além de desmistificar fake news em relação à segurança e eficácia de vacinas. Para enfrentar os desafios apontados nas recomendações, o governo tem adotado as seguintes iniciativas: Reconstrução da Rede Cegonha, fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, ampliação do Programa Mais Médicos, fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, ampliação do financiamento das equipes de atenção primária nos municípios e fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Movimento Nacional pela Vacinação e do Programa Saúde com Ciência.

de Combate à Mortalidade Materna e no lançamento da Semana Nacional de Mobilização pela Saúde das Mulheres, foi proposta uma meta nacional de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Como mostra o gráfico 3.1, entre 2016 e 2019, houve uma sequência de reduções na razão de mortalidade materna. No entanto, a tendência de queda foi interrompida pelo aumento expressivo da mortalidade durante a pandemia de COVID-19, quando a taxa alcançou mais de 117 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2021.

A escassez de leitos para gestações de alto risco, a falta de terapia intensiva especializada para gestantes e a interrupção de serviços essenciais de saúde sexual, reprodutiva e materna durante esse período explicam essa piora. Em 2022, a tendência de redução da mortalidade materna foi retomada e a taxa diminuiu para 57,7 mortes por 100 mil nascidos vivos, número inferior à meta global determinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas ainda distante da meta nacional.

Gráfico 3.1 - Brasil: Razão da mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) 2016-2022



Dessa forma, para alcançar a meta nacional até 2030 será necessário intensificar a tendência de redução. Isso significa a diminuição de 27,7 pontos nos próximos seis anos, com uma queda de cerca de 4,6 por ano, o que representa um ritmo de diminuição muito superior à observada en-

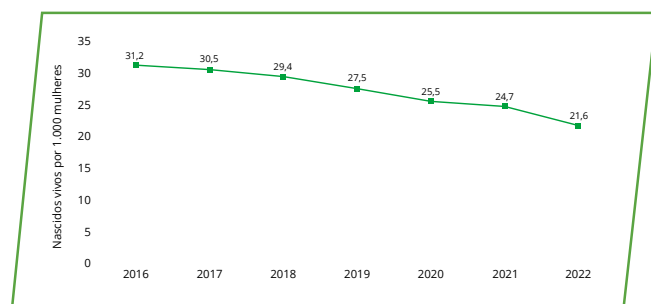
tre 2016 e 2022. Nesse período, a queda foi de apenas 6,7 pontos em todo o período. Tais dados evidenciam uma lacuna substancial entre os progressos realizados até o momento e a trajetória necessária para alcançar a meta nacional mais ambiciosa.

A desagregação dos dados de mortalidade materna por cor ou raça sinaliza qual deverá ser o maior esforço para avançar e não deixar ninguém para trás. No Brasil, existe uma desigualdade da mortalidade materna entre as mulheres pretas, cujo risco de óbito é de aproximadamente o dobro em comparação com o das mulheres brancas. A razão de mortalidade materna entre indígenas também supera a média nacional, com menor realização de consultas pré-natais em comparação com mulheres brancas. As diferenças regionais também contribuem para variações na mortalidade materna, sendo os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste os mais afetados em comparação com os estados das regiões Sul e Sudeste, que são mais ricos.

Meta 3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Entre 2016 e 2022, o Brasil avançou no indicador 3.7.2, que mede o número de nascidos vivos de mães adolescentes (10 a 19 anos). Houve redução de 31,2 nascidos vivos por mil mulheres para 21,6 (gráfico 3.2). No entanto, nada se pode dizer ainda sobre o desempenho do indicador 3.7.1 - Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar, pois ele ainda está em construção.

Gráfico 3.2 - Brasil: Número de nascidos vivos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos, por mil mulheres desses grupos etários 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 (ano de referência 2018) e MS, Sinasc
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador372>>
Elaboração: IPEA

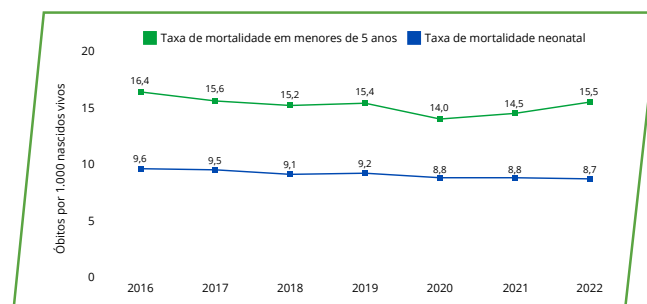
Meta 3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.

Em 2022, o Brasil já havia alcançado a meta global 3.2. O país diminuiu a mortalidade neonatal de 9,6 em 2016 para 8,7 em 2022 e, nesse mesmo ano, registrou uma mortalidade de crianças menores de 5 anos de 15,5 óbitos por mil nascidos vivos.

Em relação à meta nacional 3.2, houve progresso na redução da mortalidade de crianças menores de 5 anos e neonatal, como mostra o gráfico 3.3. Contudo, nos anos da pandemia, ocorreu piora do indicador de mortalidade de crianças menores de 5 anos, que passou de 14,0 em 2020 para 15,5 óbitos por mil nascidos vivos em 2022. Já o indicador de mortalidade neonatal manteve a trajetória decrescente. Em percentagens, o número de nascidos vivos apresentou queda de 6,2% e o de óbitos de crianças menores de 5 anos teve aumento de 7,0%, havendo redução dos óbitos neonatais (crianças de 0 a 27 dias, -3,8%) e aumento dos óbitos infantis (meno-

res de 1 ano, 2,6%) e de crianças entre 1 e 4 anos (37%). Esses resultados mostram que a piora do indicador de mortalidade de crianças menores de 5 anos se deveu notadamente ao aumento do número de óbitos de crianças com idade entre 1 e 4 anos.

Gráfico 3.3 - Brasil: Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos e neonatal (óbitos por mil nascidos vivos) 2016-2022



Fonte: IBGE Plataforma ODS Brasil e MS, Sinasc, SIM. Dados estimados utilizando a metodologia do Busca Ativa.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador32>>
Elaboração: IPEA

O aumento observado no indicador de mortalidade de menores de 5 anos é explicado, em grande parte, pelo agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas durante a pandemia e pela fragilização das políticas sociais existentes, que poderiam minimizar os efeitos da crise econômica e a própria pandemia, cuja vacina foi aplicada mais tardiamente ao público infantil. Tratou-se da combinação do crescimento dos óbitos (7,0%) e da queda dos nascidos vivos (-6,2%, na comparação 2022 e 2020). Não obstante, é importante reconhecer que persistem expressivas desigualdades nos níveis de mortalidade em menores de 5 anos entre as regiões do país, havendo níveis mais elevados no Norte e menores no Sul e Sudeste.

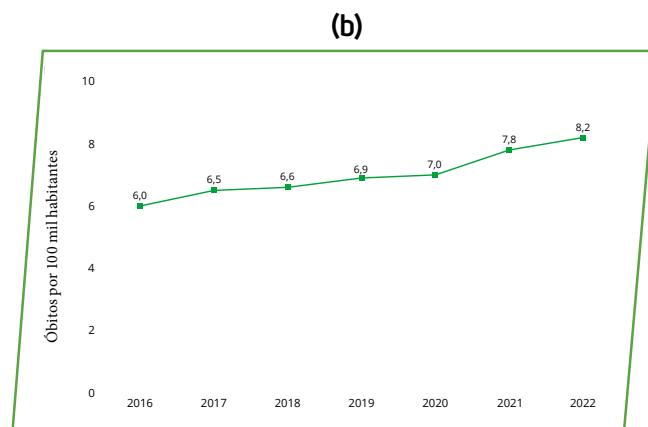
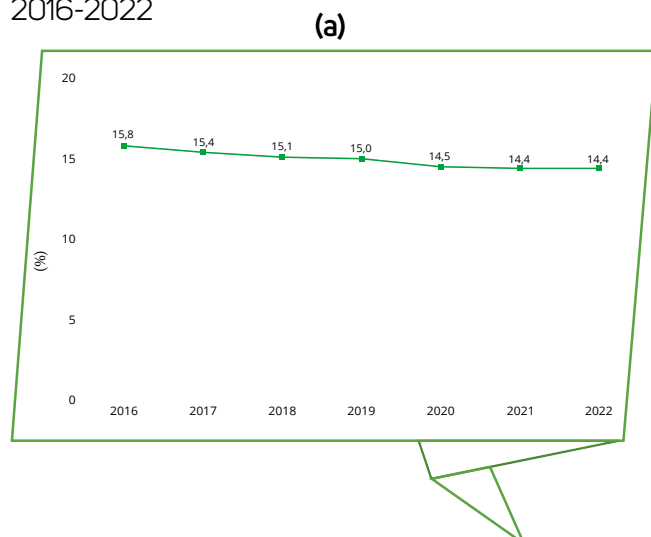
A meta 3.2 nacional somente será alcançada se o Brasil obtiver: i) taxa de diminuição do indicador de mortalidade de menores de 5 anos seis vezes maior entre 2023 e 2030 (0,93 óbitos por mil nascidos vivos por ano)

do que a observada entre 2016 e 2022 (0,15 óbitos por mil nascidos vivos por ano); e ii) taxa de diminuição do indicador de mortalidade neonatal três vezes maior entre 2023 e 2030 (0,46 óbitos por mil nascidos vivos por ano) do que a observada entre 2016 e 2022 (0,15 óbitos por mil nascidos vivos por ano). Ainda que o governo esteja empreendendo esforços para melhorar as condições de vida da população por meio do reforço de políticas existentes e da implementação de novas políticas econômicas, sociais e ambientais, parece pouco provável o alcance desta meta em sete anos.

Meta 3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

A meta global 3.4 teve discreta melhoria no indicador de óbitos por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias e piora no indicador de taxa de mortalidade por suicídio. Entre 2016 e 2022, a probabilidade de uma pessoa entre 30 e 69 anos morrer em decorrência das doenças mencionadas reduziu de 15,8% para 14,4%, enquanto a taxa de mortalidade por suicídio subiu de 6,0 para 8,2 por 100 mil habitantes (gráficos 3.4 e 3.5).

Gráficos 3.4 e 3.5 - Brasil: (a) Probabilidade de morrer dos 30 aos 69 anos por algumas doenças crônicas e (b) taxa de mortalidade por suicídio 2016-2022

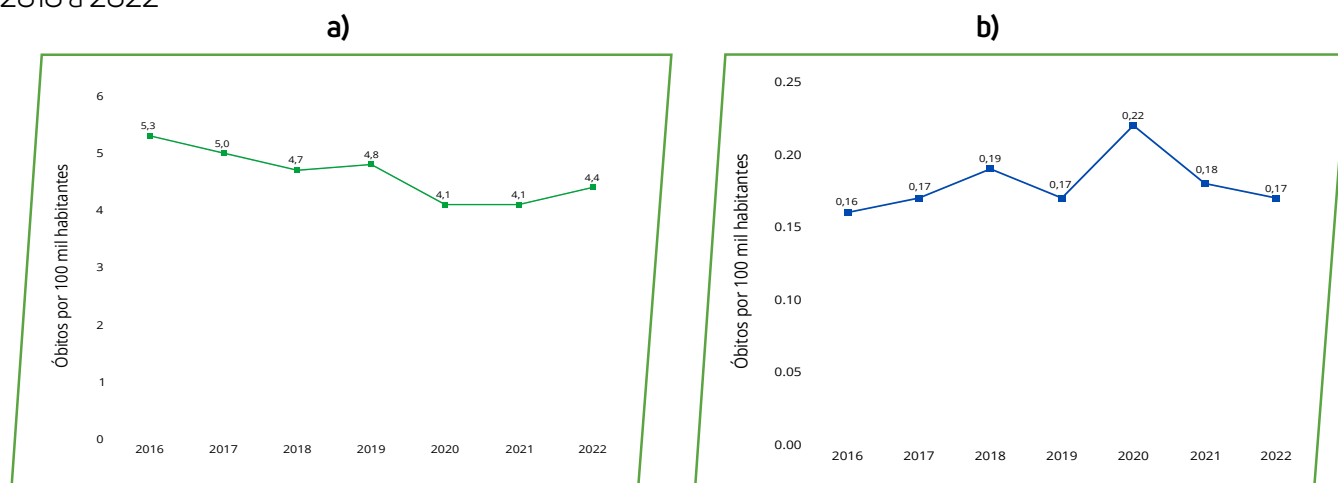


Fonte: IBGE, Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 (ano de referência 2018) e MS, SIM. <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador341>> e <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador342>> Elaboração: IPEA

O cumprimento da meta 3.4 até 2030 está ameaçado, pois, seria preciso reduzir a probabilidade de morrer prematuramente (30 a 69 anos) pelas doenças citadas de 15,8% para 10,5%. Para isso, a diminuição da taxa de 0,23 pontos percentuais ao ano observada de 2016 a 2022 deve acelerar e passar para 0,5 pontos percentuais ao ano a partir de 2023. Para a meta nacional, que inclui a saúde das pessoas trabalhadoras e a prevenção do suicídio, o desafio é ainda maior porque ela considera também a mortalidade por suicídio, para a qual se almejava alterar significativamente a tendência de aumento de anos recentes.

Fatores como a recessão econômica brasileira de 2014 a 2016, que resultou em aumento da taxa de desemprego e piora das condições de vida e de saúde de parte expressiva da população, associada à implementação de uma agenda de austeridade fiscal de 2015 a 2022 com impactos negativos sobre as políticas de proteção social, são fatores de grande influência nesses resultados. Ademais, a pandemia foi um fator importante para a deterioração da saúde mental da população, mas esse efeito não pôde ser adequadamente mitigado em razão de uma série de reformas realizadas na política nacional de saúde mental entre

Gráficos 3.6 e 3.7 - Brasil: Taxa de mortalidade atribuída a **a)** fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene e **b)** à intoxicação não intencional (óbitos por cem mil habitantes) 2016 a 2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 (ano de referência 2018) e MS, SIM. <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador392>> e <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador393>>
Elaboração: IPEA

2019 e 2022. Chamada de contra reforma psiquiátrica, em razão da oposição ao modelo que vinha sendo adotado no Brasil de base comunitária e caracterizado pela desinstitucionalização dos pacientes, o governo federal passou a promover o retorno ao modelo centrado em hospitais especializados (manicômios), incentivando a internação e o uso da obsoleta eletroconvulsoterapia (eletrochoque), além de separar a saúde mental da política sobre álcool e outras drogas.¹

Meta 3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo.

A meta 3.9 também é prioritária, porém há muitas incertezas acerca da possibilidade do Brasil atingi-la. Entre 2016 e 2022, houve redução da taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene, ainda que nos anos da pandemia esse indicador tenha apresentado piora. Entretanto, o maior empecilho para o cumprimento

to dessa meta está relacionado aos óbitos por intoxicação não intencional, que não apresentaram redução expressiva no período analisado (gráfico 3.6 e 3.7).

Produtos químicos são amplamente utilizados nos domicílios como materiais de limpeza. Apesar disso, o maior risco atrelado a esses produtos é o de intoxicação no ambiente de trabalho, em setores como agricultura e construção civil. Na agricultura, esse risco foi intensificado nos últimos anos por causa da flexibilização da regulamentação sobre uso de agrotóxicos no Brasil. O número de ingredientes ativos comercializados passou de 377 em 2016 para 416 em 2022, o que representa um aumento de 10,3% na oferta de substâncias ativas. Em termos de quantidade vendida, o aumento foi mais expressivo, alcançando 36,6% - nesse passou-se da comercialização de 535,5 mil toneladas em 2016 para 731,7 mil toneladas em 2022. O governo vem adotando ações para regular o uso desses produtos e frear a liberação dos mais perigosos à saúde. No entanto, é pouco provável que haja uma reversão da

1 IPEA. Saúde. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, n. 29, 2022

quantidade de agrotóxicos consumidos no país no médio prazo e, por isso, dificilmente se conseguirá reduzir substancialmente os óbitos por intoxicação não intencional.

Fatores ambientais são a causa principal de uma elevada carga de doenças que afetam particularmente os países em desenvolvimento. Segundo o IBAMA, estima-se que 25% das mortes e doenças globais estão relacionadas a riscos ambientais, que incluem, entre outros: água poluída; poluição do ambiente doméstico por combustíveis sólidos (por exemplo, madeira e carvão); poluição urbana gerada por veículos, indústrias e produção de energia, que estima-se matar 800 mil pessoas anualmente; e intoxicação aguda não intencional, geralmente por exposição excessiva e uso inadequado de produtos químicos tóxicos e pesticidas presentes em ambientes de trabalho e domésticos.²

No Brasil, muitos óbitos são atribuídos a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene. Ainda assim, o país enfrenta grandes desafios para assegurar o acesso a serviço de esgotamento sanitário a toda a população. Em 2017, 25,6 milhões de domicílios brasileiros não tinham acesso a esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica, havendo desigualdades significativas de acesso entre as regiões.³

Importante considerar, também, que nem todo esgoto coletado por rede é direcionado a estações de tratamento. Dados de 2017 revelam que quase metade do volume de esgoto coletado por rede não recebeu tratamento antes de sua disposição final.

A despeito da redução dos investimentos diretos em saneamento básico e da con-

cessão de empréstimos aos municípios e estados pelo governo federal para financiamento de projetos nessa área, houve diminuição da mortalidade atribuída a fontes inseguras de água, saneamento inseguro e falta de higiene de 2016 a 2021.

Esse resultado pode estar relacionado a um esforço maior dos estados e municípios para ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico. Contudo, entre 2021 e 2022, observou-se um aumento da mortalidade por essas causas, o que pode ser explicado pela ampliação do número de pessoas vivendo em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica, com acesso mais precário aos serviços de saneamento básico durante a pandemia.

Meta 3.b - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

A meta global 3.b foi adaptada para a seguinte meta nacional: Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população. A mudança de “vacinas e medicamentos” para “tecnologias e inovações em saúde” foi realizada visando a uma abordagem mais abrangente. A inclusão de “incorporadas ao SUS” se justifica pelo compromisso do governo brasileiro em garantir acesso apenas às tecnologias incorporadas ao SUS. É importante destacar que o número

² Fonte dos dados citado: IBAMA, Painel de Informações sobre a Comercialização de Agrotóxicos e Afins (série 2009 - 2022). Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos#Painel-comercializacao>>.

³ Fonte dados: IBGE, Censo Demográfico 2022. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6805>>

Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Mais Médicos (PMM)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é um modelo de atenção básica à saúde que opera por meio de equipes multiprofissionais em áreas específicas. Essas equipes são encarregadas de até 4 mil pessoas, dependendo do nível de vulnerabilidade da população local. A equipe inclui profissionais de medicina e enfermagem e agentes comunitários de saúde.

Um dos aspectos essenciais da ESF são as visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde, conforme as necessidades das famílias e do território. Durante as visitas, é feita a primeira assistência e, quando necessário, são agendadas consultas em unidades básicas de saúde ou em instalações especializadas.

A ESF abrange aproximadamente 62,6% da população brasileira e estudos indicam que municípios que a adotam experimentam benefícios como a redução da mortalidade infantil e das hospitalizações, além de uma melhoria na qualidade de vida e na equidade em saúde.

No âmbito da atenção primária à saúde, a ESF é o modelo estruturante de um conjunto de ações para o fortalecimento do acesso a serviços de saúde, sendo uma ferramenta para "não deixar ninguém para trás". Na mesma direção, encontra-se o Programa Mais Médicos (PMM), que busca melhorar o atendimento do SUS, por meio da disponibilização de profissionais de medicina em regiões onde há escassez ou ausência de profissionais. O governo vem reforçando o programa com a ampliação do número de médicos(as) e da oferta de vagas de residência médica.

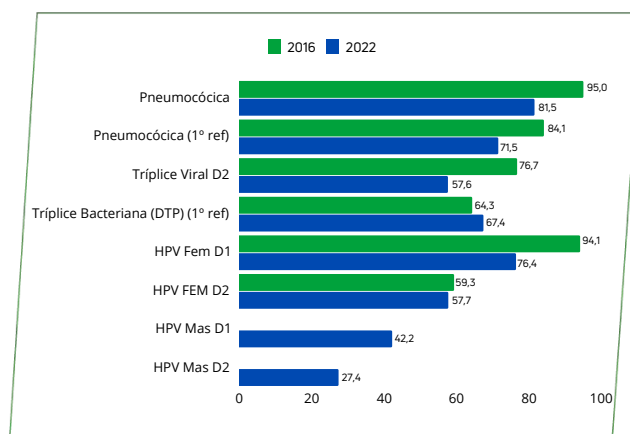
Esses dois programas têm grande impacto na melhoria da saúde sexual e reprodutiva e na redução da mortalidade materna e infantil. Ambos proporcionam o atendimento integral e longitudinal da população, além de estimular a fixação de profissionais na rede de atenção à saúde.

das tecnologias incorporadas ao SUS é superior ao número de vacinas e medicamentos essenciais considerados na meta global.

O Brasil destaca-se como um país que disponibiliza, por meio de sua rede pública de

saúde, acesso gratuito a medicamentos de diferentes linhas de cuidado, inclusive para tratamentos de custo elevado de doenças raras, definidos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Entretanto, apesar da ampla oferta de imunizantes, a cobertura vacinal, que já alcançou mais de 90%, diminuiu nos últimos anos, ainda que haja sinais de recuperação com o crescimento da cobertura vacinal infantil entre 2021 e 2022 (gráfico 3.8). Além disso, houve ampliação da imunização em crianças com um ano de idade contra hepatite A, poliomielite, pneumonia, meningite, DTP (difteria, tétano e coqueluche) e tríplice viral 1ª dose e 2ª dose (sarampo, caxumba e rubéola) em 2023. A alta foi registrada em todos os estados do país.

Gráfico 3.8 - Brasil: Cobertura vacinal, por vacina (%) 2016-2022



Fonte: Sistema de Informação do PNI - número de doses aplicadas. Sinasc - menor de 1 ano e 1 ano. IBGE - população de mulheres de 15 anos. Elaboração: IPEA

Medidas que estão em curso para reverter o cenário de queda na vacinação incluem o *Movimento Nacional pela Vacinação*, que possui campanhas de vacinação abrangentes e direcionadas a públicos específicos, e o *Programa Saúde com Ciência*, que combate a desinformação sobre vacinas. O microplanejamento, estratégia de regionalização por meio de oficinas com secretarias de saúde estaduais e municipais para buscar soluções com base na realidade local, também tem sido fundamental para que a estratégia de

imunização seja adaptada conforme a população e a estrutura de saúde local.

É importante destacar que o Brasil considera a saúde como direito universal. Os cuidados de saúde primários abrangem o acesso à saúde reprodutiva, materna e infantil, incluindo doenças transmissíveis e não transmissíveis em geral. Eles são disponibilizados à população por meio de um conjunto de políticas públicas de caráter universal. No período de 2019 a

2022, registrou-se aumento das equipes de saúde da família e de atenção primária à saúde, que são compostas por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e agentes comunitários de saúde e financiadas pelo Ministério da Saúde, estados e municípios atuando em todo território nacional. O aumento foi de mais de 18%, passando de 44.447 para 52.529 equipes. O contingente de agentes comunitários de saúde também foi ampliado, passando de 260.373 para 278.209, o que significa um incremento de 6,9%.

Quadro 3.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 3. 2016-2022

PROGRESSO DAS METAS		
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades		
Meta	Indicadores Globais	Avaliação da Meta
3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menores de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos	3.1.1 - Razão de mortalidade materna	✓
	3.1.2 - Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado	—
	3.2.1 - Taxa de mortalidade em menores de 5 anos	✓
	3.2.2 - Taxa de mortalidade neonatal	✓
3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis	3.3.1 - Número de novas infecções por HIV por 1.000 habitantes, por sexo, idade e populações específicas	✗
	3.3.2 - Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes	✗
	3.3.3 - Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes	—
	3.3.4 - Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes	✓
	3.3.5 - Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (DTN)	✗
3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	3.4.1 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias	✗
	3.4.2 - Taxa de mortalidade por suicídio	✗
3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	3.5.1 - Cobertura das intervenções (farmacológicas, psicossociais, de reabilitação e de pós-tratamento) para o tratamento do abuso de substâncias	✗
	3.5.2 - Consumo nocivo de álcool, tendo por referência o limiar nacional definido para o consumo de litros de álcool puro per capita (pessoas com 15 ou mais anos) por ano	—
	3.6.1 - Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito	✓
3.6 - Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas	3.7.1 - Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar	✗
	3.7.2 - Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1.000 mulheres destes grupos etários	✓
3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	3.8.1 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por indicadores relativos a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas)	✗
	3.8.2 - Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares	✗
	3.9.1 - Taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar	✗
	3.9.2 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene	✓
	3.9.3 - Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional	✗
	3.a.1 - Prevalência de fumantes na população de 15 ou mais anos	✗
3.a - Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado	3.b.1 - Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação	✗
	3.b.2 - Ajuda oficial ao desenvolvimento total líquida para a investigação médica e para os setores básicos de saúde	✗
	3.b.3 - Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível numa base sustentável	✗
	3.c.1 - Número de profissionais de saúde por habitante	✗
3.d - Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.	3.d.1 - Capacidade para o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências de saúde	✗
	3.d.2 - Porcentagem de infecções da corrente sanguínea devido a organismos resistentes a antimicrobianos selecionados	✗

Legenda

✓ Evolução positiva	— Sem evolução	🎯 Meta global atingida
✗ Evolução negativa	☠ Impactado pela covid-19	⊗ Sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPEA.



EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

ODS 4 - Análise do Progresso das Metas

A maioria dos indicadores globais teve uma evolução positiva entre 2016 e 2022. O atendimento melhorou para as populações em idade escolar no ensino fundamental nos anos iniciais (EF 1 ou primário), nos anos finais (EF 2) e no ensino médio (EM). As metas globais foram atingidas, em parte. No caso da educação básica, foram atingidas as metas 4.1 e 4.2. Para a educação profissional e tecnológica (EPT) e ensino superior, foi atingida a meta 4.3. Já nos quesitos de desempenho dos alunos, metas 4.1 e 4.2, os indicadores globais não foram calculados.

A meta 4.5 voltada para a redução das desigualdades no âmbito da educação apre-

sentou avanço por meio de maior presença de pessoas negras, com menor renda *per capita* familiar, residentes de regiões rurais e de estados mais vulneráveis. Com relação à meta 4.6, o analfabetismo caiu, mas continua elevado para um país com níveis de renda *per capita* como a do Brasil. Por outro lado, não existem indicadores para medir o analfabetismo funcional. A meta 4.7 não possui indicador oficial apurado até o momento.

A meta 4.a, referente à infraestrutura escolar, teve pouca evolução no acesso à energia elétrica e água tratada, pois já estavam disponíveis em mais de 95% das escolas em 2016. Por outro lado, o acesso à internet

e computadores para fins pedagógicos se elevou. A infraestrutura adaptada para pessoas com deficiência evoluiu com vigor. Por fim, a meta 4.c mostrou que a proporção de professores que recebeu a qualificação mínima por nível de ensino se elevou, com destaque para o EF 1 e o EM.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Entre as importantes sugestões ao governo no campo da educação, está a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem efeitos positivos para a elevação da escolarização no Brasil. A EJA é necessária, pois a repetência e o abandono dos estudos geram forte defasagem idade/série no país. Essa ordem de problemas, nas últimas décadas, se dá, com mais vigor, no ensino médio. O atual governo enfrenta tais problemas por meio da criação do *Programa Pé-de-Meia*, destinado a estudantes do ensino médio, entre 14 a 24 anos de idade, ou EJA, entre 19 a 24 anos, integrantes de famílias beneficiárias do *Programa Bolsa Família*. O Pé de Meia consiste em estimular a conclusão do ensino médio, por meio do pagamento de oito parcelas de R\$ 200,00 aos alunos para cada mês do ano letivo em que tiver frequência escolar comprovada de 80%, totalizando R\$ 1.600 por ano; mais parcela única de R\$ 200,00 por ano ao se matricular em cada uma das três séries do ensino médio. Esses valores podem ser utilizados livremente pelos estudantes. Além disso, ao final de cada um dos três anos do ensino médio que for aprovado, serão depositados R\$ 1.000,00 em uma conta poupança do estudante, que somente poderão ser sacados após a formatura dessa última etapa da educação básica.

Metas em Destaque ODS 4

Meta 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

Desde 2016, houve uma melhora no atendimento da população em idade escolar, com destaque para o EM, seguido do EF 2 e do EF 1. Esse movimento seguiu a lógica da universalização da educação, iniciada em meados dos anos 1990, com foco no EF como um todo, e, nos anos 2000, com foco no ensino básico (gráfico 4.1).

Meta 4.2 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

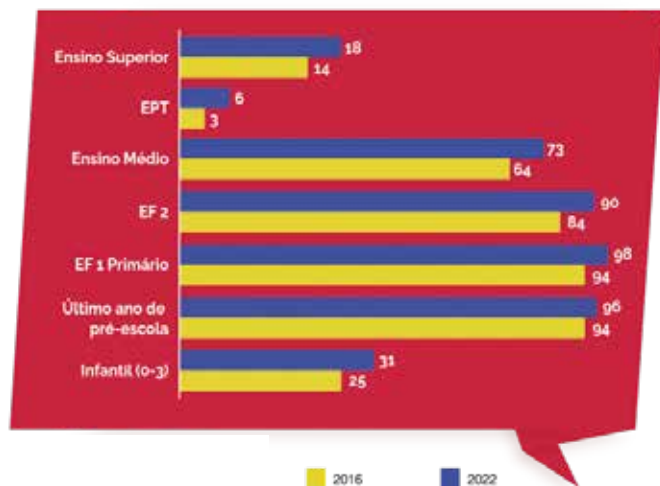
Na educação infantil, existe uma parcela preponderante das crianças do ano anterior ao primário que estava escolarizada. Entretanto, quando o foco é a população com até três anos de idade, o percentual de 31% não atinge o 50% estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (gráfico 4.1).

Meta 4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.

Em relação à meta 4.3, também houve progresso, mas as parcelas da população que frequentam a EPT e o ensino superior ainda são bastante reduzidas, com ênfase para a primeira.

O gráfico 4.1 apresenta os resultados para a evolução das metas 4.1, 4.2 e 4.3 entre 2016 e 2022. Isso permite verificar como está a escolarização segundo a faixa etária de cada etapa do ensino no Brasil.

Gráfico 4.1 – Brasil: Proporção da população em idade escolar que está estudando, segundo a etapa de ensino (%) 2016 e 2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNADC, Suplemento da PNADC.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=4>
 Elaboração: IPEA

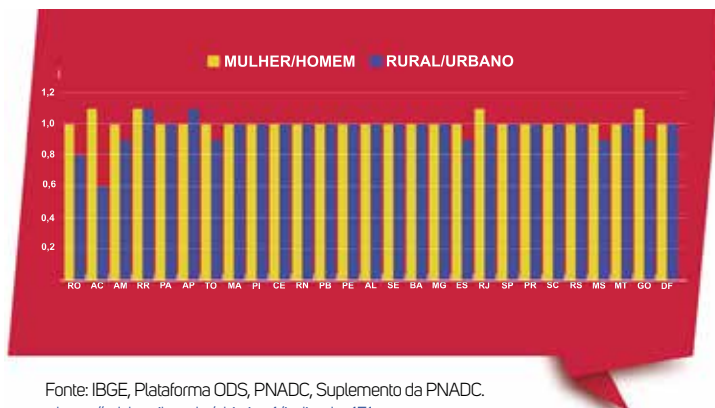
Meta 4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

Para a meta 4.5, o indicador global escolhido é o 4.5.1 – Índices de paridade mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, povos originários e aqueles afetados por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis. No caso brasileiro, os índices de paridade estão disponíveis e desagregados por estados e distrito federal (unidades da federação – UF).

Os dados revelam (gráfico 4.2) que, no Brasil, a proporção entre mulheres e homens e a proporção entre residentes de áreas rurais e urbanas estão equilibradas na frequência escolar. Das 27 UF, 17 estavam em equilíbrio. Os desequilíbrios se concentram na região norte, dominada pela Amazônia, onde a disponibilidade de professores e o deslocamento de estudantes é muito difí-

cil em relação à paridade rural e urbana. Além disso, a maior presença de mulheres ocorre pelo fato delas frequentarem as escolas de forma mais assídua. Essa é uma tendência histórica, mas as diferenças são moderadas.

Gráfico 4.2 - Brasil: Índices de paridade entre mulher e homem e entre rural e urbano, aos 5 anos de idade, por UF (estados e distrito federal) 2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNADC, Suplemento da PNADC.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador45i>
 Elaboração: IPEA

Meta 4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

A tabela 4.1 mostra que o acesso à eletricidade e ao abastecimento de água eram elevados em 2016 e mantiveram os mesmos patamares em 2022. Os aspectos mais relevantes são: acesso à internet, computadores para fins pedagógicos e infraestrutura adaptada para pessoas com deficiência. O acesso à internet se elevou muito no EF 1, mas foi menos vigoroso no EF 2 e no EM, pois neles já se aproximavam mais do patamar de 100%. Esse aumento foi favorecido pela pandemia de COVID-19 e a adoção do ensino remoto em quase todas as escolas em 2020 e grande parte de 2021. A chegada do 5G para a telefonia celular, aprovada em 2021, deve dar um forte impulso de

Tabela 4.1 - Brasil: Proporção das escolas com infraestrutura por etapa de ensino (%)

Infraestrutura escolar por etapa de ensino		2016	2022
Acesso à eletricidade	EF - Iniciais	95,0	97,3
	EF - Finais	97,9	98,0
	Médio	99,9	99,6
Acesso à internet	EF - Iniciais	58,9	83,4
	EF - Finais	80,2	91,5
	Médio	94,6	96,8
Computador para fins pedagógicos	EF - Iniciais	53,1	61,1
	EF - Finais	75,1	76,1
	Médio	87,8	90,5
Infraestrutura adaptada para alunos com deficiência	EF - Iniciais	20,1	62,5
	EF - Finais	30,5	72,5
	Médio	37,0	75,8
Abastecimento de Água	EF - Iniciais	93,8	97,3
	EF - Finais	97,2	98,5
	Médio	99,6	99,6

Fonte: IBGE, Plataforma ODS e INEP, Censo Escolar.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4a1>>

Elaboração: IPEA

qualidade para a banda larga, favorecendo também as escolas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2021)⁴. Outra melhoria foi a infraestrutura de acesso para pessoas com deficiência. O número mais do que triplicou para o EF 1 e duplicou para o EF 2 e o EM. Esses resultados são os melhores para o ODS 4, deixando entrever uma boa situação para 2030 (tabela 4.1).

Meta 4.c - Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

A tabela 4.2 indica que a melhor situação de qualificação é a do EM, pois mais de 65% dos professores possuem a for-

Tabela 4.2 - Brasil: Proporção de professores com formação adequada em relação às disciplinas em que atua no Brasil segundo as etapas de ensino (%) 2016 e 2022

Educação Infantil		EF-1		EF-2		Ensino Médio	
2016	2022	2016	2022	2016	2022	2016	2022
44,6	62,0	56,6	75,3	48,9	47,4	58,9	67,6

Fonte: IBGE, Plataforma ODS e INEP, Censo Escolar.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4c1>>

Elaboração: IPEA

4 IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília: Ipea, 2017.

mação necessária. Isso também vale para a educação infantil. No EF, a situação do EF 2 é pior que a do EF1. Nesse universo, os professores possuem formação universitária, mas, infelizmente, muitos ministram disciplinas que não se relacionam à sua formação. No EF 2, a situação é pior do que a do EM, mas os resultados não permitem afirmar que os dois cenários se aproximam do que foi preconizado pelo PNE. Cabe destacar que em nenhuma das etapas de ensino a evolução até 2022 teve um ritmo de evolução que permita atingir o patamar de 100% até 2030.

Esse relatório somente analisou as metas globais do ODS 4. No entanto, cabe registrar que, em abril e maio de 2018, o IPEA coordenou uma reunião com representantes do Ministério da Educação (MEC) e de instituições de federais relacionadas à educação, na qual compareceram 28 servidores para adaptar as metas ao cenário brasileiro (exceto a meta 7).⁵ Isso se deu porque a forma de organizar o ensino no Brasil é diferente da prevista pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU). Assim, além das alterações de redação, foi necessário estabelecer parâmetros para o Brasil. Essas adequações foram bastante ousadas e ultrapassaram as metas do PNE.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O PDDE é um exemplo de sucesso no Brasil. Desde 1995, o programa vem atendendo de forma suplementar as necessidades financeiras das escolas da educação básica, públicas e privadas conveniadas com o poder público.

Os recursos financeiros disponibilizados anualmente podem ser empenhados em reparos e pequenas obras, na compra de materiais e bens de consumo ou em atividades pedagógicas. O MEC também utiliza o PDDE para financiar ações específicas, como o PDDE Emergencial, que financiou adaptações na volta às aulas no contexto da pandemia, e o PDDE Novo Ensino Médio, destinado à implementação do novo modelo de ensino. Outras modalidades do PDDE financiam ações continuadas, como: o PDDE Escola Conectada, voltado para o acesso à internet de alta velocidade, o PDDE Escola Acessível, destinado a estudantes com deficiência, entre outros.

A governança é o diferencial do PDDE, pois ela envolve a transferência em dinheiro às contas das escolas. A participação da comunidade se dá via assembleias, com o objetivo de elencar as necessidades da escola e definir como o recurso será utilizado. O MEC define as regras, mas as escolas têm muita liberdade, sendo responsabilizadas pelas suas ações. Esse modelo favorece o engajamento e o controle social dos recursos.

Longe de ser suficiente para sanar as múltiplas carências existentes, o PDDE contribui de forma decisiva para atender as necessidades mais urgentes das escolas. Decorre daí o seu potencial para servir de referência para outros países. Ele impacta de forma direta as metas 4.1 e 4.2, que buscam assegurar a universalização e o aprendizado no ensino básico, e, de forma indireta as metas 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7, por gerar melhores condições de ensino nas escolas. No entanto, a sua relação mais direta é com a meta 4.a, por seu foco na infraestrutura física e pedagógica das escolas.

⁵ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 2018.

Quadro 4.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 4
2016-2022

Objetivo 4 : Educação de Qualidade			
META GLOBAL	Indicadores	Evolução dos indicadores	Avaliação da meta
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do EF; (b) no final dos anos iniciais do EF; e c) no final do EF 2, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo	 	 
	4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e médio	  	
4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo	 	
	4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no EF), por sexo	  	
4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo	  	  
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade		
4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados	 	 
4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo	  	 

continua >>>

4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes	×	×
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)	  	  
4.b - Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento	4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo	×	×
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino	 	 

Legenda

Evolução positiva



Sem evolução



Meta global atingida



Evolução negativa



Impactado pela covid-19



sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPEA.



IGUALDADE DE GÊNERO



Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

ODS 5 - Análise do Progresso das Metas

Diante da falta de dados adequados para o acompanhamento da maior parte das metas do ODS 5, serão destacados os avanços e retrocesso das metas 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.b. Esse destaque também se deve à importância do enfrentamento à violência no debate da igualdade de gênero no Brasil, que é um tema prioritário no objetivo estratégico 1.7 do PPA 2024-2027. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou séries temporais de quatro indicadores globais para aferir a evolução das metas 5.4, 5.5 e 5.b e indicadores aproximados, que não seguem a metodologia dos indicadores globais, mas que auxiliam na análise das metas 5.2 e 5.3. Assim, no total, foram analisados sete indicadores referentes a cinco metas globais, porém só foi possível avaliar quatro das nove metas globais.

Metas em Destaque ODS 5

Meta 5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

O Brasil é um país extremamente violento e essa violência é marcada pelas relações raciais, de classe e de gênero. Em relação à violência letal, o país está no topo dos rankings internacionais de homicídios intencionais, tanto no número absoluto, quanto na taxa por 100 mil habitantes. A maioria das vítimas são homens, jovens, negros, solteiros e com até sete anos de estudo. O maior número de homicídios contra os jovens do sexo masculino é determinado pelos padrões sociais de gênero, pois combinam as expectativas da masculinidade provedora com as barreiras quase intransponíveis da segmentação racial e de classe no Brasil. O mesmo acontece com as altas

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

A sociedade civil acertadamente diagnosticou que a violência contra a mulher é um fenômeno endêmico, estrutural e fortemente perpassado pelas desigualdades étnico-raciais. Por isso, deve ser enfrentada com maior vigor. Além de revogar retrocessos dos governos de extrema direita, seria preciso cumprir a legislação de prevenção e enfrentamento da violência para além de seu aspecto penal. Ou seja, assegurar proteção integral à vítima com tratamento humanizado e não revitimizante, ampliar a efetividade de grupos reflexivos e de responsabilização para homens autores de violência, entre outras possibilidades. Por isso, também seria preciso aprimorar a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito do judiciário, para além do executivo. Suas recomendações centram-se principalmente: no aumento do orçamento federal para “políticas públicas baseadas em evidências, promotoras da igualdade, para prevenir e pôr fim às violências contra as mulheres e meninas, em toda sua diversidade”, fazendo “valer a Lei Maria da Penha em todos os casos de violência doméstica –relações paternas, fraternais, lésbicas, trabalhistas– e no trabalho doméstico, assegurando também sua aplicação a violências contra mulheres trans”, além de “retomar a avaliação e replanejamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual conduzido pela sociedade civil/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) desde 2020”.

Em 2023, o governo federal, em pactuação com outros entes federados, por meio do Ministério das Mulheres e do Ministério da Justiça e Segurança Pública já retomou obras, iniciou construções e aprovou recursos para mais 40 novas Casas da Mulher Brasileira (CMBs), principal equipamento de combate à violência contra a mulher do país. Em dezembro de 2023 a oitava casa foi inaugurada em Salvador, as obras das unidades de Ananindeua (PA), Teresina (PI), Palmas (TO) e Macapá (AP) foram iniciadas ou retomadas, e serão as próximas a serem inauguradas. Também foram destinados R\$ 250 milhões para as próximas 13 CMBs em: Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Natal (RN), Belém (PA), Porto Velho (RO), Dourados (MS), Cuiabá (MT), Maringá (PR), Rio de Janeiro (RJ), Serra (ES), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). O atendimento integral e humanizado das CMBs supre algumas das lacunas apontadas pela sociedade civil. No total, de acordo com o PPA 2024-2027, estão planejadas 117 novas CMBs a serem construídas e equipadas até 2028, o que promoverá um salto quantitativo e qualitativo no atendimento às mulheres vítimas de violência.

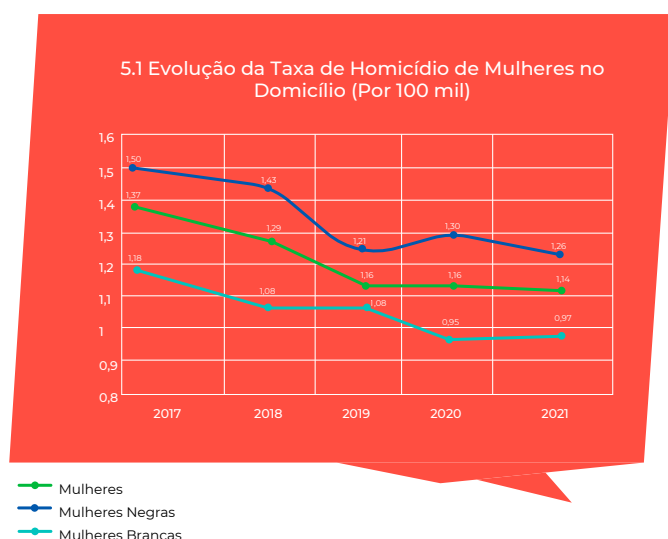
taxas de homicídio de mulheres, que também são determinadas pelos padrões sociais de gênero, classe e cor. Sendo assim, tanto para os homens, quanto para as mulheres, as relações de gênero são fatores relevantes para explicar o nível de violência que vivemos. Ademais, em ambos os casos, o componente racial e de classe modulam de forma decisiva a incidência e a experiência da violência e morte no Brasil.

A tipificação do feminicídio, definida em lei desde 2015, foi um avanço importante para o país. A partir desse marco, a cole-

ta de informações policiais, realizada de forma descentralizada pelas gestões estaduais e municipais, vem sendo cada vez mais qualificada, mas ela ainda não permite a leitura da evolução do fenômeno no tempo. O indicador utilizado como *proxy* de feminicídio, construído a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, corresponde aos homicídios ocorridos no domicílio da vítima. Os dados mostram uma redução da taxa de homicídios de mulheres de 1,37 em 2017 para 1,14 em 2021. Apesar disso, desde 2019, as taxas se mantiveram re-

lativamente estáveis (gráfico 5.1). Essa é uma tendência extremamente preocupante, que teve entre seus fatores explicativos: (i) os menores rendimentos e a perda de trabalho proporcionalmente maior entre as mulheres ao longo da pandemia de COVID-19, uma vez que menores rendimentos levam à menor autonomia, inclusive para sair de relações amorosas violentas; (ii) o isolamento familiar e o fechamento de diversos serviços de apoio às mulheres em situação de violência durante a pandemia; e (iii) o aumento dos divórcios e separações desde a pandemia.

Gráfico 5.1 - Brasil: Taxa de homicídio de mulheres no domicílio (por 100 mil habitantes), segundo a cor/raça 2017-2021



Fonte: IBGE a partir dos dados do MS, SIM. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>

Elaboração: IPEA

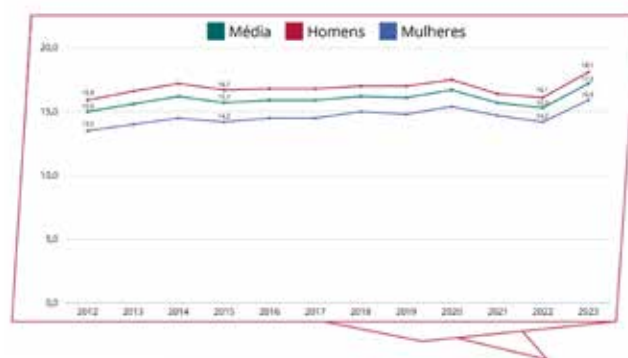
Nota: O grupo de mulheres negras é composto por mulheres pardas e pretas.

Os dados também mostram que, no Brasil, a violência letal contra a mulher tem cor. Em 2021, no domicílio, as mulheres negras tinham 30% mais chance de serem assassinadas do que as mulheres brancas e, fora dele, 114% mais chance. No que se refere às violências não letais, como as violências físicas, sexuais e psicológicas, há sérias dificuldades de mensuração. Ainda assim, embora provavelmente com dados subestimados, a Pesquisa Nacional de Saúde do

IBGE (PNS) 2019 mostra que 6% das mulheres de 18 anos ou mais relataram sofrer violência psicológica, sexual ou física, nos últimos 12 meses antes da aplicação da pesquisa.

A PNS 2019 ainda revela que aproximadamente 9% de todas as mulheres de 18 anos ou mais declararam já haver sofrido ao menos uma violência sexual na vida. Esse percentual foi mais alto nos estados de Roraima (11,7%), Espírito Santo (11,7%), Maranhão (10,9%) e São Paulo (10,5%) (gráfico 5.2). Especificamente no caso da violência sexual, a mesma pesquisa mostrou que a violência ocorreu majoritariamente na residência (62%), seguida da via pública ou outro local público (19%), do trabalho, estabelecimento de ensino, bar ou restaurante (15%), e outros (5%). A violência sexual perpetrada por cônjuge ou companheiro, ex-cônjuge ou ex-companheiro, parceiro ou ex-parceiro e namorado ou ex-namorado contra as mulheres, nos últimos 12 meses, corresponde a 85% dos casos. Ou seja, a violência sexual ocorre majoritariamente nos relacionamentos afetivos das mulheres.

Gráfico 5.2 - Brasil: Percentual de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência sexual alguma vez na vida, por UF (estados e distrito federal) 2019



Fonte: IBGE, PNS 2019

Elaboração: IPEA

Delegacias da mulher passam a prestar atendimento 24 horas

Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar têm direito a atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher. A obrigatoriedade do funcionamento ininterrupto desse tipo de delegacia passou a valer imediatamente, a partir da Lei 14.541, sancionada pelo presidente Lula em abril de 2023. O final de semana é quando as mulheres mais precisam desse atendimento. No entanto, antes da vigência dessa lei, uma mulher que era vítima de uma violência numa sexta-feira à noite teria que esperar até segunda-feira para receber um atendimento especializado.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados aos estados podem ser utilizados para a criação das Deams em conformidade com as normas técnicas de padronização estabelecidas pelo Poder Executivo. O atendimento deve ser feito, preferencialmente, em sala reservada e por policiais do sexo feminino. Às Deams compete a análise também de crimes contra a dignidade sexual e feminicídios.

Meta 5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

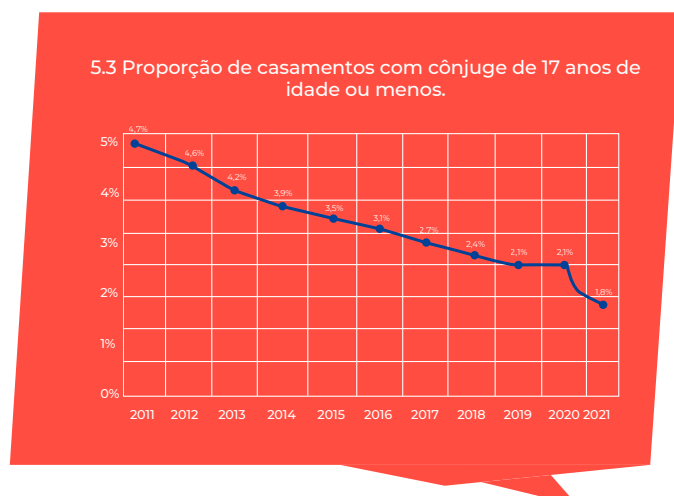
O indicador previsto para acompanhar a evolução da meta global 5.3 mais adequado para o Brasil, é o 5.3.1 – Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que se casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade. O casamento precoce é um fe-

nômeno preocupante. A última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde do IBGE, apurou que, em 2006, 10,5% das jovens brasileiras entre 20 e 24 anos haviam se casado antes dos 15 anos, formal ou informalmente, e 36,5% antes dos 18 anos.

Apesar de ainda não existirem dados atualizados, é possível inferir que o indicador evoluiu de forma positiva ao longo dos anos, pois as estatísticas de registro civil, que só captam uniões formalizadas em registro cartorial, mostram a redução de casamentos antes dos 18 anos. No Brasil, a legislação só autoriza casamentos formais para pessoas com 18 anos ou mais de idade, mas permite o casamento entre 16 e 18 anos com a autorização expressa da mãe e do pai ou da pessoa legalmente responsável. Esse é indicador frágil para medir o fenômeno, mas, ainda assim, ele contribui para sinalizar uma tendência.

O gráfico 5.3, mostra que o percentual de uniões formais de jovens menores de 18 anos de idade apresentou uma queda persistente, passando de 4,7% em 2011 para 1,8% em 2021. Uma série longa, neste caso, é relevante para dar consistência à análise, uma vez que o registro civil padece da subnotificação apontada acima, bem como por ser um percentual pequeno. Importante estabelecer que esse fenômeno sempre foi irrisório para os cônjuges masculinos abaixo de 18 anos — 0,4% em 2011 e 0,2% em 2021. A região Norte detinha a maior proporção das jovens que se casaram abaixo de 18 anos, 3,0%. Já a Sul (2,3%), Centro-Oeste (2,2%) e Nordeste (2,2%) apresentaram proporções muito parecidas, e o Sudeste apresentou o menor percentual (1,2%).

Gráfico 5.3 – Brasil: Proporção de Casamentos cujo cônjuge feminino tinha idade igual ou inferior a 17 anos (%) 2011-2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil
Elaboração: IPEA

Meta 5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

Atingir a meta de eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, particularmente o trabalho doméstico e de cuidados, envolve romper estruturas patriarcais e coloniais. No Brasil, essas práticas têm como raízes as desigualdades de gênero e raça. O maior tempo despendido pelas mulheres nas atividades de cuidados e afazeres domésticos, em especial pelas negras e pobres, consiste em uma poderosa barreira para sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Essa precária inserção laboral gera pobreza e desigualdades salariais, afeta a saúde das mulheres e sua participação política e assunção de posições de liderança.

Dentre as inúmeras consequências das medidas de isolamento durante a pandemia, destaca-se o impacto no aumento do trabalho doméstico e de cuidado nos domicí-

lios. O que antes era parcialmente suprido pelo mercado ou pelas instituições do Estado, a exemplo de creches e escolas, ficou majoritariamente sob responsabilidade das mulheres. Portanto, a pandemia teve um duplo impacto sobre o indicador 5.4.1 – Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização. O impacto se deu no aumento da desigualdade de horas semanais dedicadas a esse tipo de trabalho entre homens e mulheres e no aumento da visibilidade e importância do tema diante da grave emergência sanitária, em que a maior parte da população precisou receber ou oferecer algum tipo de cuidado.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do IBGE não coletou dados sobre o trabalho não remunerado nos anos da crise pandêmica, 2020 e 2021. Apesar disso, alguns estudos mostraram que, em 22 países na Ásia-Pacífico, Europa e Ásia central, a pandemia ampliou a carga de trabalho reprodutivo, tanto para homens quanto para mulheres, sendo a ampliação mais acentuada entre as mulheres. Esse aumento algumas vezes chegou ao limite de possibilidade de conciliação com outras atividades, inclusive remuneradas.

A proporção de tempo que mulheres gastam em trabalho doméstico não remunerado e de cuidados entre 2016 e 2022 teve um pequeno retrocesso, passando de 11,4% para 11,7%. A desagregação racial também mostrou retrocesso, denunciando que as mulheres brancas dedicavam 11,1% de horas diárias realizando tarefas domésticas de cuidado, enquanto as mulheres negras dedicavam 12,2%, em 2022. A desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras aumentou, enquanto

entre os homens houve razoável equilíbrio em níveis extremamente baixos. Em 2022, homens brancos dedicaram 5,7% das horas diárias para realizar essas atividades e homens negros, 5,6% (gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 - Brasil: Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo e raça/cor (%) 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNADC.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador541>>

Elaboração: IPEA

Nota: O grupo de mulheres negras é composto por mulheres pardas e pretas.

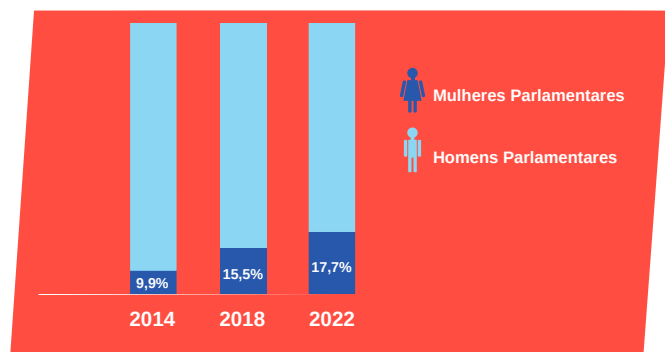
A mesma tendência de aumento na desigualdade na desagregação por cor ou raça se verifica entre as mulheres com maiores e menores rendimentos. Em 2022, o IBGE levantou que as mulheres no quintil de menores rendimentos (20% mais pobres) realizavam 24,9 horas de trabalho não remunerado por semana, enquanto as mulheres no quintil de maiores rendimentos (20% mais ricas) realizavam apenas 17,6 horas. Para os homens, esse dado era de 12,2 e 11,2 horas, respectivamente. Em 2016, essa desigualdade entre as mulheres mais pobres e mais ricas era menor: o quintil mais pobre da distribuição realizava 23,5 horas semanais e o quintil mais abastado, 18,4 horas.

Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

No Brasil, verifica-se uma persistente sub-representação feminina em cargos de poder e decisão nas esferas pública e privada. No caso das carreiras políticas, vale destacar a resistência dos partidos às candidaturas femininas, a despeito da obrigatoriedade legal de destinação de 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para as mulheres. Os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que houve uma ligeira ampliação na proporção de mulheres entre as candidaturas a cargos eletivos dos poderes legislativo e executivo estaduais e federal. Em 2022, 9.891 mulheres eram candidatas a algum cargo eletivo, representando 34% do universo das candidaturas. Nas eleições anteriores, em 2018, as mulheres representaram 32% das candidaturas, indicando que a reserva percentual de no mínimo 30% tornou-se, até o momento, um teto.

No âmbito federal, as informações apresentadas no gráfico 5.5 apontam que, entre 2014 e 2022, houve progresso na participação de mulheres no parlamento. Contudo, nesse período, o número de mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados permanece notadamente reduzido, crescendo de 9,94% para 17,74%. Após o pleito eleitoral de 2022, 91 cadeiras foram ocupadas por mulheres parlamentares, sendo 58 mulheres brancas (11,31%), 29 negras (5,65%) e quatro indígenas (0,78%). Destaca-se o aumento no número de deputadas federais indígenas (eleitas pelos estados do Amapá, Minas Gerais e São Paulo) diante da articulação política das mulheres indígenas, que seguem ampliando a capacidade de atuação como protagonistas na defesa dos seus direitos.

Gráfico 5.5 - Brasil: Proporção de mulheres parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados (%) 2014, 2018 e 2022



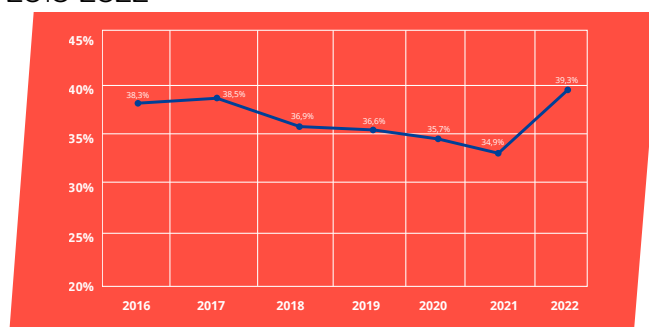
Fonte: IBGE com dados do portal de dados abertos do TSE
<https://dadosabertos.tse.jus.br/>
 Elaboração: IPEA

Ainda de acordo com o IBGE, o indicador 5.5.1 mostra a evolução da proporção de mulheres eleitas para os parlamentos municipais (vereadoras). Essa proporção foi positiva, mas ainda mais discreta que a do nível federal —subiu de 13,5% em 2016 para 16,1% nas eleições de 2020. Segundo os dados do TSE, no poder executivo também se verifica a baixa presença de mulheres. Em 2018, somente uma mulher foi eleita como governadora (no estado do Rio Grande do Norte), dentre os 27 governadores eleitos no Brasil. Em 2022, apenas duas mulheres (no Rio Grande do Norte e em Pernambuco). Em cargos de prefeitura, em 2020, foram eleitas 663 mulheres do total de 5.496 homens eleitos, um percentual de apenas 12,1%.

A participação feminina na magistratura (considerando os diferentes ramos da justiça) continua baixa, mesmo tendo aumentado de 24,6%, em 1988, a 40% em 2022, segundo informam os dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça. Nos Tribunais Superiores, as ministras representam 23% do quantitativo total de ministros do Superior Tribunal de Justiça, 22% do Tribunal Superior do Trabalho e 17% do Superior Tribunal Militar. Na história do Superior Tribunal Federal, por sua vez, de um total de 168 ministros, apenas três mulheres já foram ministras, todas brancas. Atualmente, en-

tre os 11 ministros, há apenas uma mulher. Assim, em todas as instâncias e poderes há uma participação muito baixa das mulheres nos cargos de decisão e poder, ainda que tenha havido uma evolução positiva nos últimos anos. O indicador 5.5.2 - Percentual de mulheres em posições gerenciais aborda a participação de mulheres em posições de liderança no setor público e no setor privado, como cargos de diretorias ou gerenciais. Os números revelam as dificuldades que as mulheres enfrentam tanto para se inserirem em espaços de tomadas de decisão, quanto de ascensão em suas trajetórias profissionais, situação correlacionada às significativas desigualdades salariais entre homens e mulheres. De acordo com o IBGE, em 2022, 60,7% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 39,3% por mulheres. Em 2016, eram 61,7% contra 38,3%. Em 2022, a proporção de mulheres em cargos gerenciais era menor na região Centro-Oeste (33,8%) e maior na região Sudeste (42,2%). A evolução desse indicador tem se mostrado errática, com tendência de queda entre 2018 e 2021 e súbita elevação em 2022, retomando a tendência anterior a 2018. A pandemia afetou sobremaneira a participação das mulheres em cargos de chefia. Como eram as responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e de cuidados durante o isolamento social, elas perderam mais empregos e foram alijadas dos melhores cargos em 2020 e 2021.

Gráfico 5.6 - Brasil: Proporção de mulheres em posições gerenciais (%) 2016-2022

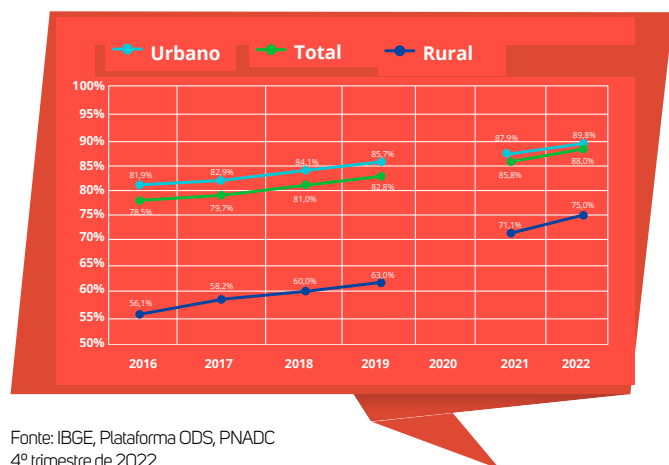


Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNADC 2022 (acumulado de quintas visitas).
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador552>
 Elaboração: IPEA

Meta 5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

O acesso e habilidades no uso das tecnologias, em particular de informação e comunicação, é decisivo para o usufruto de uma vida plena na sociedade contemporânea. Seu acesso e tipos de uso permeiam desde a inserção no mercado de trabalho até o acesso a informações e a atuação em atividades políticas, sociais e interpessoais, incluindo encontros afetivos. O único indicador global proposto para medir esses fenômenos é o 5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo. Esse indicador teve evolução positiva no Brasil entre 2016 e 2022. A proporção de mulheres que possuía telefone celular aumentou de 78,5% em 2016 para 88% em 2022. Já entre os homens, 85% possuía celular em 2022. Dentre as maiores disparidades, permanece o menor acesso das mulheres rurais. Apenas 75% delas possuíam telefone celular em 2022.

Gráfico 5.7 - Brasil: Proporção de mulheres e meninas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone celular, por situação do domicílio (%) 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNADC 4º trimestre de 2022.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador5b1>>

Elaboração: IPEA

Quadro 5.1 – Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 5 2016-2022

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			
Meta	Indicador Global	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes	5.1.1 Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo	×	×
5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	5.2.1 Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	×	×
	5.2.2 Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência	×	
5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas	5.3.1 Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade	✓	✓
	5.3.2 Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário	×	
5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência doméstica não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais	5.4.1 Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização	×	×
5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	5.5.1 Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais	✓	✓
	5.5.2 Proporção de mulheres em posições gerenciais	✓	
5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão	5.6.1 Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva	×	×
	5.6.2 Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva	×	
5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais	5.a.1 (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse	×	×
	5.a.2 Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra	×	
5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres	5.b.1 Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo	✓	✓
5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis	5.c.1 Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres	×	×
Legenda evolução positiva evolução negativa impactos pela covid-19			

Fonte: Elaboração IPEA



ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todas e todos

ODS 6 - Análise do Progresso das Metas

As metas que tratam do acesso à água segura (6.1), dos sistemas de esgotamento sanitário seguro e condições de higiene (6.2) e do monitoramento da qualidade da água no meio ambiente, controle de poluição e reciclagem (6.3) são prioritárias para o Brasil, pois elas foram as mais impactadas pela redução do investimento público no setor e pelas incertezas no ambiente político-institucional no período 2015-2022, desacelerando os avanços já alcançados.

As metas 6.4 (uso eficiente, retiradas sustentáveis e redução do número de pessoas afetadas pela escassez), 6.5 (gestão integrada dos recursos hídricos) e 6.6 (proteger e restaurar ecossistemas ligados à água) também foram afetadas por ações contrá-

rias à proteção ambiental no país. No entanto, os indicadores globais do ODS 6 permitem observar apenas parte dos impactos nessas metas, assim como nas metas 6a (cooperação e saneamento e recursos hídricos) e 6b (participação comunitária na gestão da água e saneamento). A razão disso são limitações de escopo, qualidade dos dados e metodologia dos indicadores, que não captam integralmente a complexidade dos desafios envolvidos.

Metas em Destaque ODS 6

Meta 6.1 - Até 2030, alcançar o acesso

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

No Relatório Luz de 2023 constam duas recomendações importantes com as quais a iniciativa descrita abaixo dialoga fortemente: Recomendação 1: Priorizar a população sem nenhum acesso adequado e Recomendação 2: Considerar soluções descentralizadas e adaptadas aos territórios de difícil acesso ou sem atendimento, envolvendo atores locais e com menos custos (em relação à expansão contínua das redes tradicionais).

A Gestão Comunitária da Água (GCA) no Brasil é um exemplo de implementação do saneamento rural fortemente alinhado ao ODS 6. As iniciativas partem da organização e mobilização comunitária e de parcerias junto a organizações sociais, companhias estaduais de saneamento, universidades, prefeituras e governos. São soluções possíveis para até 12 milhões de residentes rurais, inclusive para vilarejos e aglomerados afastados das cidades, que dependem de soluções de saneamento rural. Se beneficiam grupos como: pequenos agricultores, seringueiros, extrativistas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

Duas iniciativas de gestão comunitária da água têm tido grande destaque no país: a *Articulação Semiárido / Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)* e atualmente, *Programa Cisternas* e o *Sistema Integrado de Saneamento Rural no Estado do Ceará (Sisar/CE)*. Cada um ultrapassa um milhão de pessoas beneficiadas com sistemas de água. O P1MC sofreu cortes orçamentários e de projetos federais entre 2015 e 2022, sendo retomado em 2023, enquanto o Sisar/CE e modelos semelhantes continuam em expansão, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

O Sisar/CE, criado em 1996, desenvolve com sucesso um modelo iniciado no estado da Bahia e que se espalha pelo país. Trata-se de um conjunto de associações regionais autônomas, que apoia projetos de sistemas de GCA, fornecendo capacitação e insumos para manutenção e tratamento da água. No final de 2023, o Sistema alcançou 164 dos 184 municípios do estado do Ceará, que tem 80% da sua área situada no semiárido. A Rede Sisar conta com mais de 350 estações de tratamento de água e 690 poços. Os investimentos são obtidos junto aos governos estadual, federal e a bancos parceiros. A Fundação Nacional de Saúde, ONGs, universidades e empresas completam as parcerias. A tarifa é acessível e visa cobrir somente os custos operacionais.

universal e equitativo à água potável e segura para todos

O Indicador utilizado para o acompanhamento dessa meta é o 6.1.1 – Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura. Ele é calculado anualmente no país, nas escalas nacional e estadual, e considera a população urbana e rural residente em domicílios abastecidos por rede geral e por outras formas de acesso à água, como captação por poços e cisternas, com canalização interna. O cálculo segue a metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU), porém sem registrar as intermitências.

O gráfico 6.1 indica uma trajetória de melhoria no indicador. O acesso da população total (rural e urbana) à água “gerenciada de forma segura”, ou seja, sem considerar as intermitências, passou de 95,1% em 2015 para 97,9% em 2022. As piores taxas ocorrem nas regiões Norte e Nordeste, por razões econômicas, de capacidade organizacional e porque enfrentam maiores desafios financeiros e ambientais. Na área rural, por sua vez, a proporção da população com acesso à água “gerenciada de forma segura” é de 87,4%, cerca de 10 pontos percentuais

menos que a população que vive nas áreas urbanas.

6.1 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção da população que utiliza serviços de água gerenciados de forma segura – população total (urbana + rural) (%) 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNAD, PNADC e ANA (cálculos atualizados para este RNV). Para os anos 2020 e 2021 não há dados.
Elaboração: IPEA

Destaca-se também que a qualidade da água para o consumo humano não é uniforme no país, como mostram os dados do Ministério da Saúde, que cobrem, por amostragem, 82% da população. A ausência da bactéria que indicaria contaminação fecal da água (bactéria *Escherichia coli*) é de 99% para as áreas urbanas, denotando padrão adequado. Por sua vez, no meio rural, o índice de adequação para *E. Coli* é de apenas 75%.

É ilustrativo complementar a análise com dados do o *Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene (JMP)*, iniciativa da Organização Mundial de Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, sigla em inglês). O JMP compila dados sobre o estágio dos países no contexto das metas 6.1, 6.2 e 6.3. Ele compara as trajetórias de atendimento e de qualidade da água nos meios urbano e rural, a partir dos conceitos de “água melhorada” (*improved water*), que evolui para “sistemas de água gerenciados de forma segura” (*safely managed drinking water*) e para “água segura para consumo humano”. De acordo com esse recorte, os valo-

res alcançados para a água segura para o consumo humano ainda evidenciam um grande desafio principalmente no meio rural, onde o índice alcançou 76% em 2022, frente a 88,9% no meio urbano.

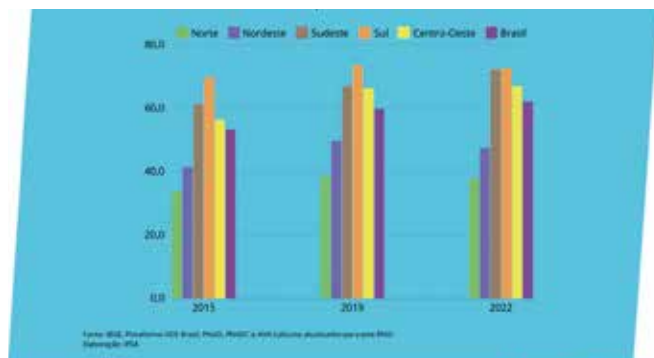
Meta 6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

Em todo o Brasil há sistemas precários de coleta, tratamento e destinação final dos esgotos, o que representa outro desafio para o avanço do saneamento básico no país. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios (PNAD) 2019, apenas 52,08% da população teve coleta e algum tipo de tratamento de esgotos domésticos lançados em rede pública (incluindo fossas sépticas ligadas à rede), enquanto 20,2% da população utilizava fossas sépticas não ligadas à rede. Há uma grande disparidade no índice por regiões. A estimativa é de que há cerca de cinco milhões de pessoas sem as condições básicas de higiene, ou seja, sem banheiros e equipamentos para lavar as mãos com água e sabão regularmente.

O indicador de acompanhamento dessa meta é o 6.2.1 (a) – Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura. Esse indicador evoluiu positivamente entre 2015 e 2022, em todas as regiões. No período 2015 a 2019 houve crescimento da proporção da população que utiliza serviços de saneamento (esgotamento sanitário) de forma segura, passando de 53,3% para 60% no Brasil como um todo. Tal aumento foi reflexo da expansão dos serviços ocorrida a partir da metade dos anos 2000. Já entre os anos de 2019 a 2022, a evolução foi mais lenta,

passando de 60% em 2019 para 62,2% em 2022 (gráfico 6.2). Observa-se que os piores índices são os da região Norte, que passou de 33,9% de atendimento para apenas 38%.

Gráfico 6.2 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura (%) 2015, 2019 e 2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNAD, PNADC e ANA (cálculos atualizados para este RNV)
Elaboração: IPEA

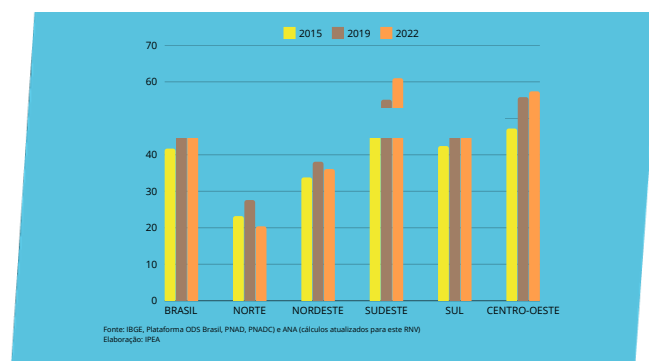
O indicador 6.2.1 (b) - Proporção da população que utiliza instalações para lavagem das mãos com água e sabão carece de dados no Brasil, não sendo apresentado neste relatório. Contudo, os dados do Censo 2022 apontam que mais de 8,5 milhões de pessoas no Brasil (24,2% da população total) não contavam com, pelo menos, o básico do esgotamento sanitário, declarando utilizar valas, corpos hídricos e outras formas não adequadas. Dessa população sem o acesso básico, 56,7% são pessoas pretas, 12,7% pardas, 28,7% brancas, 1,8% indígenas e 0,1% amarelas.

Meta 6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

Essa meta possui dois indicadores já calculados no Brasil: o Indicador 6.3.1 – Proporção do fluxo de águas residuais domés-

tica e industrial tratadas de forma segura e o indicador 6.3.2 – Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental. O primeiro tem por base as Unidades da Federação e o segundo as grandes bacias hidrográficas. O tratamento de esgotos é prioridade ambiental no país, aspecto convergente com a gestão por bacias hidrográficas e seus usos múltiplos. O índice de tratamento de esgoto doméstico no Brasil foi de 50,2% em 2022, tendo evolução positiva, já que em 2015 esse índice era de 41,7%. Como se nota no indicador 6.3.1 (gráfico 6.3), as regiões Norte e Nordeste apresentam os piores indicadores, 20,4% e 36,1% respectivamente, em 2022. Esse cenário configura uma enorme desigualdade regional do ponto de vista do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura.

Gráfico 6.3 - Brasil e Grandes Regiões: Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura (%) 2015 e 2019



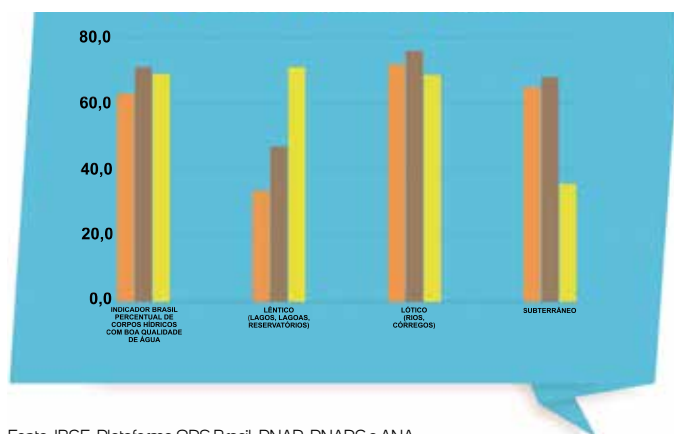
Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNAD, PNADC e ANA (cálculos atualizados para este RNV)
Elaboração: IPEA

Sobre a qualidade ambiental da água, o Brasil conta com 8.946 pontos de monitoramento localizados em 3.000 corpos hídricos (rios, reservatórios e aquíferos) com uma média de 44.393 registros anuais. No entanto, o monitoramento de produtos industriais e agroindustriais perigosos lançados nos rios é feito por meio de cadastro e fiscalização local esporádica e a qualidade dos esgotos e dos corpos receptores não

é acompanhada uniformemente em todas as bacias hidrográficas.

Com essas ressalvas, o indicador 6.3.2, que é medido em ciclos não periódicos, apontou que 69% dos corpos hídricos possuíam boa qualidade ambiental das águas no ciclo 2019-2022. Os valores têm oscilado, nas diversas bacias hidrográficas, entre 52,46% e 96,83%, refletindo situações de escassez regionalizadas. Quanto aos tipos de fluxos, forma oficial de apresentação do indicador 6.3.2, observa-se melhora nos resultados, desde o ciclo 2010-2016 até 2019-2022, no caso de lagos, lagoas e reservatórios. Contudo, há uma piora nos indicadores de rios e córregos (de 71,8 para 68,6 pontos) e água subterrânea (de 64,9 para 35,7 pontos). Essa piora ocorreu, principalmente, entre os ciclos 2017-2018 e 2019-2022 (gráfico 6.4).

Gráfico 6.4 - Brasil: Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental da água (%) 2010-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNAD, PNADC e ANA (cálculos atualizados para este RNV)
Elaboração: IPEA

Meta 6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

A meta possui os indicadores 6.4.1 – Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo e 6.4.2 – Nível de stress hídri-

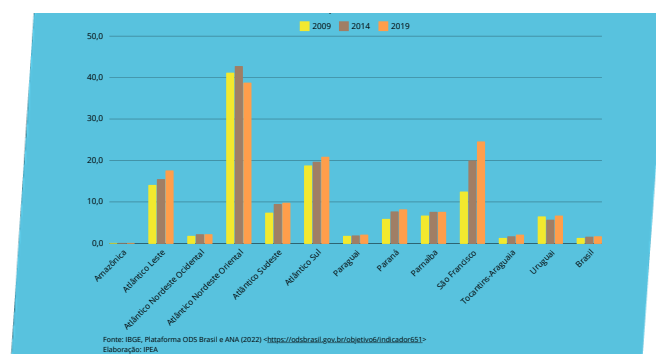
co: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis.

Entre 2015 e 2018 houve estabilidade com leve melhora na eficiência no uso da água, que passou de R\$ 72,1 /m³ para R\$ 78,0 /m³. O destaque foi o setor de serviços, que passou de R\$ 243,6 /m³ para R\$ 256,5 /m³ nesse período.

O nível de estresse hídrico ficou estável desde 2014 na escala Brasil (oscilou de 1,6 para 1,7), tendo aumentado em relação ao índice 1,3, de 2009. Entretanto, é importante observar os dados por bacias hidrográficas (gráfico 6.5). Se verifica piora em seis das 11 bacias com dados justamente onde há grande densidade populacional e atividades demandantes de água, nas bacias do Atlântico (Nordeste Oriental, Sul, Leste e Sudeste) e do Rio São Francisco.

Ademais, o Brasil ainda não adotou, de forma ampla, a vazão ecológica (fluxo de água nos corpos hídricos necessário para garantir as suas funções ecossistêmicas, a vida aquática e as paisagens naturais) como regra para outorgas e para o cálculo de estresse hídrico. Considerando que conjunto das bacias do Atlântico e a do rio São Francisco são as de maior estresse hídrico, são necessárias ações de governança e controle dos usos.

Gráfico 6.5 - Brasil: Nível de estresse hídrico - Proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis (em unidades e faixa de 0-100) 2009, 2014 e 2019

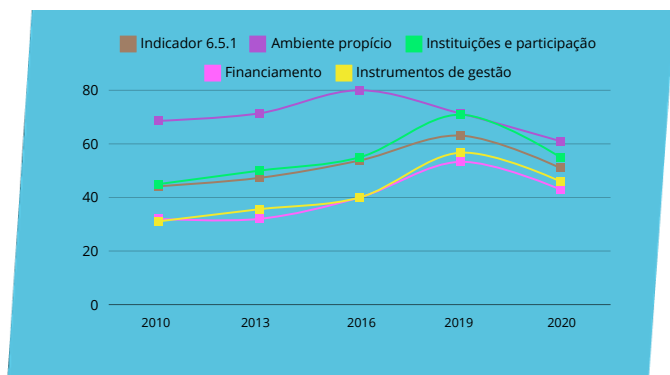


Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e ANA (2022) <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador651>>
Elaboração: IPEA

Meta 6.5 - Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

São adotados para a meta 6.5 os indicadores 6.5.1 – Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0–100) e 6.5.2 – Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica. Destaca-se que o primeiro indicador evoluiu positivamente entre 2010 e 2019, saindo de 44,2 para 63,1 pontos. Entretanto, a trajetória foi negativa de 2019 para 2020, quando o índice caiu para 51. O quesito “Ambiente Propício” registrou queda desde 2016 (de 80 pontos para 61), refletindo as mudanças contrárias à Agenda 2030 na condução da política de recursos hídricos (gráfico 6.6).

Gráfico 6.6 - Brasil: Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (em unidades) 2010-2020



Fonte: Plataforma ODS Brasil e ANA (2022)
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador651>
 Elaboração: IPEA

Meta 6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

Nesta meta, o indicador 6.6.1 – Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados à água ao longo do tempo é de grande relevância e um desafio que reúne esforços de diversas entidades e metodologias de aferição, incluindo a análise de dados de satélites.

A região Nordeste vivenciou entre 2012 e 2016 uma grande seca, impactando a produção agrícola e as condições de vida no meio rural. De fato, os dados disponibilizados para o período 2017–2019 apontam que os rios e lagos permanentes que sofreram as maiores perdas estão no Nordeste, particularmente no semiárido do Brasil (estados de Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará). Em seu conjunto, 21% das bacias hidrográficas brasileiras sofreram alterações entre 2015 e 2020, com perdas na extensão de rios e lagos permanentes, e aumento sazonais e em reservatórios artificiais, de acordo com os registros da Agência Nacional de Água. A extensão dos reservatórios artificiais registrou as maiores perdas, de 38% a 63% da linha de base, nos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

As ações do Estado, com iniciativas anteriores à Agenda 2030, como o *Programa Cisternas* (armazenagem de água de chuvas em residências rurais) e obras de infraestrutura hídrica, além do controle de reservatórios, foram fundamentais para a população. Em 2017, a emergência hídrica afetou 38 milhões de pessoas, sendo mais de 80% delas residentes em cerca de 800 municípios da região Nordeste.

Meta 6a - Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

O indicador 6.a.1 – Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa reporta a ajuda oficial ao desenvolvimento para água e saneamento (*Official Development Assistance*

– ODA, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/*Creditor Reporting System*). O indicador evidencia que o Brasil tem recebido menos recursos da iniciativa ODA a cada ano: em 2011 recebeu 240 milhões de dólares e chegou a apenas 68 milhões em 2022.

Meta 6b - Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

O indicador 6.b.1 – Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento abrange aspectos institucionais relacionados à existência ou não de leis com previsão de foros participativos na gestão da água para abastecimento, esgotamento, condições de higiene e recursos hídricos. O Brasil tem previsão legal de participação da população em todos os itens deste indicador. No entanto, apesar do indicador global ter sua relevância, para analisar de forma adequada a iniciativa de “apoiar e fortalecer a participação”, é importante desenvolver indicadores capazes de mensurar os resultados da participação das comunidades. Nesse sentido, é importante verificar se essa participação ocorre de forma democrática e representativa e se as pessoas participantes são protagonistas nas decisões.

A participação social na gestão da água é prevista na legislação nacional por meio dos comitês de bacia hidrográfica e dos conselhos do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Contudo, a participação das comunidades locais ainda é limitada nesses fóruns em razão das dificuldades representativas, operacionais, culturais, de suporte, de poder econômico e de capacitação. Paralelamente, vêm sendo construídos outros arranjos locais voltados à participação coletiva local, onde se

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão)

O Progestão é uma iniciativa dos governos federal e estaduais, estruturado e executado pela ANA. Trata-se de um acordo político e institucional para o fortalecimento dos sistemas estaduais e sua integração com o sistema nacional. Estabelecido em 2011, foi repactuado em 2015 e 2017. Seus recursos financeiros se baseiam na Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, além de pequena contrapartida dos estados (no 2º ciclo do Programa). A iniciativa colabora fortemente com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

O Progestão tem como objetivos: promover a articulação mais efetiva entre os processos nacional e estadual de gestão das águas e de regulação dos usos múltiplos; fortalecer o modelo de governança das águas, com ações integradas, descentralizadas e participativas e; colher dados sobre a gestão e informações físicas dos estados para o cumprimento de obrigações dos entes da Federação e da ANA perante a legislação.

O programa constitui-se em experiência-modelo de alocação de recursos da União para outros níveis de governo, com mecanismo próprio de repasses, simplicidade operacional de empenho e execução e facilidade de prestação de contas. Assim, oferece garantia de alocação dos recursos, superando uma dificuldade na gestão das águas no Brasil.

Outros destaques do Progestão são: o sistema ancorado em metas pactuadas por estado; possibilidade de maior articulação entre atores; flexibilidade de parcerias na definição das metas e do foco em cada situação; metas mais desafiadoras conforme se avança no aperfeiçoamento da gestão do sistema. Assim, o programa vem contribuindo para a melhora das unidades estaduais responsáveis pela gestão da água, criando novas capacidades. Além disso, há significativa produção e transferência de informações relevantes dos estados para o SINGREH. Destaca-se a necessidade de avançar na participação dos conselhos estaduais (em deliberações e avaliações) como passo importante para o aperfeiçoamento de programas dessa natureza.

discutem demandas e se encaminham soluções, a exemplo do saneamento rural e da gestão comunitária da água.

Quadro 6.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 6
2016-2022

Meta	Indicadores Globais	Evolução dos indicadores	Avaliação da Meta
6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos	6.1.1 - Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura		
6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	6.2.1a - Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura		
	6.2.1b - Proporção da população que utiliza instalações para lavagem das mãos com água e sabão		
6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	6.3.1 - Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura		
	6.3.2 - Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental		
6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água	6.4.1 - Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo		
	6.4.2 - Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis		
6.5 - Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme	6.5.1 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100)		
	6.5.2 - Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica		
6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos	6.6.1 - Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados a água ao longo do tempo		
6a - Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	6.a.1 - Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa		
6b - Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento	6.b.1 - Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento		

Legenda

Evolução positiva

Evolução negativa

Sem evolução

Impactado pela COVID-19

Sem indicadores ou série curta ou irregular

Meta global atingida

Elaboração: IPEA



ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todas e todos

ODS 7 - Análise das Metas

O Brasil se destaca por um sistema energético com mais de 45% de sua matriz composta por energias renováveis, superando a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa característica coloca o país em uma posição privilegiada em termos de emissões de gases de efeito estufa (GEE), com o setor de energia sendo responsável por apenas 18% das emissões, contra a média de 37% dos países da OCDE. Tais méritos são o resultado de políticas públicas eficazes e programas governamentais que solidificaram o Brasil como referência mundial em renovabilidade energética. No entanto, é importante reconhecer que o sistema energético brasileiro tem enfrentado desafios significativos do ponto de vista social,

como desapropriações, impactos negativos na saúde e renda, entre outros.

Apesar dos avanços significativos na universalização do acesso à energia e na promoção de fontes renováveis, o desafio das altas tarifas de energia persiste, afetando especialmente as pessoas de baixa renda. A análise também contemplou o acesso energético nas comunidades isoladas fora do Sistema Interligado Nacional (SIN), com ênfase especial nas regiões Norte e Nordeste.

Considerando a amplitude do ODS 7, que inclui cinco metas com dados disponíveis para quatro delas, optou-se por uma análise abrangente de todas, a fim de fornecer

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

O VII Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030 destaca a necessidade de avançar na diversificação da matriz energética brasileira, enfatizando a importância do investimento em fontes renováveis de energia, como solar, eólica e biocombustíveis, para reduzir a dependência do país de combustíveis fósseis. Essa abordagem visa mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e promover um desenvolvimento energético mais sustentável e inclusivo.

Nesse sentido, o governo federal promove os Leilões de Energia Renovável, uma política pública que busca aumentar a participação de fontes limpas na matriz energética brasileira. Esses leilões facilitam a venda de créditos de energia renovável para empresas comprometidas com a construção e operação de usinas de energia solar, eólica, biomassa, entre outras fontes renováveis. Tal medida se alinha com os ODS, trazendo benefícios como a redução das emissões de GEE, diversificação da matriz energética, geração de empregos e estímulo ao desenvolvimento tecnológico. O maior leilão de energia renovável do país, realizado em 2023, vendeu mais de 50 GW de potência e atraiu investimentos significativos, marcando um passo importante na expansão da geração de energia limpa no Brasil

um panorama detalhado do progresso e dos desafios remanescentes na jornada do Brasil rumo à sustentabilidade energética.

Metas em Destaque ODS 7

Meta 7.1 - Até 2030, garantir o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

De acordo com estudo do IPEA⁶, o acesso aos serviços públicos de energia elétrica foi planejado em 2002 por meio do Plano de Universalização aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Em 2003, foi criado o *Programa Luz para Todos*, voltado para o meio rural, com o objetivo de assegurar a provisão de energia elétrica a essa parcela da população, contribuindo para a universalização gradual dos serviços. Em 2022, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 99,8% dos domicílios brasileiros tinham acesso à energia elétrica, com apenas 140 mil unidades residenciais ainda sem acesso à eletricidade (gráfico 7.1).

Gráfico 7.1 - Brasil: Percentagem da população com acesso à energia elétrica (%) 2011- 2022



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: IPEA

Observa-se a ausência de dados para o período da pandemia de COVID-19, 2020-2021, e a pequena variação desse indicador ao longo do período. Dessa forma, optou-se por manter o período completo, incluído na tabela de dados atualizada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para evidenciar os dois aspectos. Importa ressaltar a evolução positiva, mantendo-se níveis elevados ao longo do período 2011 a 2022. Como se pode obser-

⁶ Cadernos ODS: O que mostra o retrato do Brasil? Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190502_cadernos_ODS_objetivo_7.pdf

Programa Luz para Todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos tem como objetivo prover energia elétrica à população do meio rural e à população localizada em regiões remotas do Norte e da Amazônia Legal, que ainda carecem de acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica.

O programa busca democratizar o acesso e o uso da energia elétrica, reduzindo a pobreza energética e permitindo a inclusão produtiva e o desenvolvimento socioeconômico de comunidades vulneráveis. Também é prevista a utilização de fontes de energia limpa e renovável para a geração de energia elétrica, contribuindo para a preservação do bioma Amazônia.

Desde sua criação em 2003, mais de 3,6 milhões de residências foram atendidas. Na nova etapa lançada em 2023, até 500 mil famílias serão beneficiadas. O sucesso do programa demonstra seu potencial como referência internacional em inclusão energética.

var, 99,8% dos domicílios permanentes em 2022 tinham acesso à eletricidade, o que atesta o sucesso dos dois programas anteriormente mencionados.

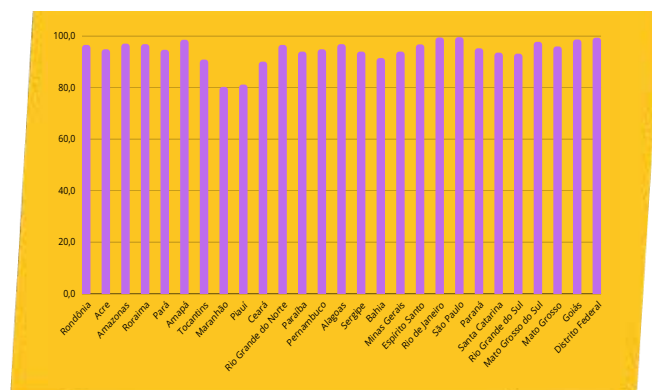
O Brasil teve êxito na universalização do serviço de energia, com 99,8% dos domicílios tendo acesso à eletricidade em 2022. Entretanto, a tarifa de energia no Brasil é uma das mais altas do mundo, comprometendo sua acessibilidade, especialmente para pessoas de baixa renda.

Dessa forma, embora a meta 7.1 tenha sido alcançada, é necessário observar outras dimensões, como o impacto das tarifas elevadas no orçamento familiar e o acesso das comunidades isoladas fora do SIN. No entanto, faltam dados disponíveis para uma análise mais completa dessas questões.

O indicador 7.1.2, que mostra a percentagem da população com dependência pri-

mária em combustíveis e tecnologia limpos (%), só tem dados disponíveis até 2015. Neste ano, o país apresentou um valor de dependência elevado, 96,1% (gráfico 7.2). Destaca-se que o estado do Maranhão apresentava o menor valor, 80,3 %, seguido do Piauí, com 81,2%. Os demais estados apresentaram valores superiores a 90%.

Gráfico 7.2: Unidades da Federação (estados e distrito federal): Percentagem da população com dependência primária em combustíveis e tecnologia limpos 2015

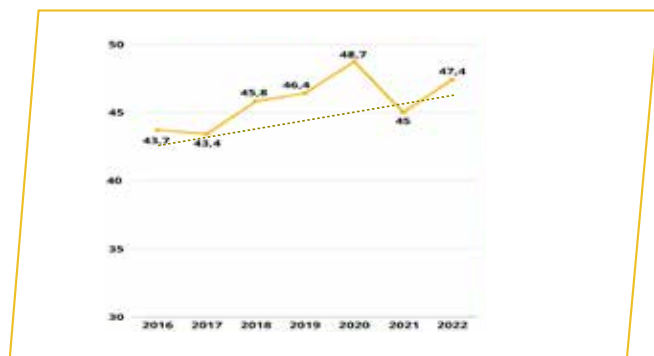


Fonte: IBGE, Plataforma ODS, PNAD
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador712>>
Elaboração: IPEA

Meta 7.2 - Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética

A geração de energia elétrica por fontes renováveis alcançou 80,4% em 2017, com a participação predominante da fonte hídrica (65,2%). Esse resultado posiciona o Brasil de forma destacada, considerando-se que no mundo a participação de fontes renováveis na geração de energia elétrica foi de 26,5% em 2017. Os dados do indicador 7.2.1 (gráfico 7.3) mostram uma evolução favorável da participação das energias renováveis na matriz energética nacional no período 2016-2022. A participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE) passou de 43,7% para 47,4%, um valor bastante elevado quando comparado com o correspondente aos países da OCDE.

Gráfico 7.3 - Brasil: Participação das energias renováveis na OIE - 2016-2022

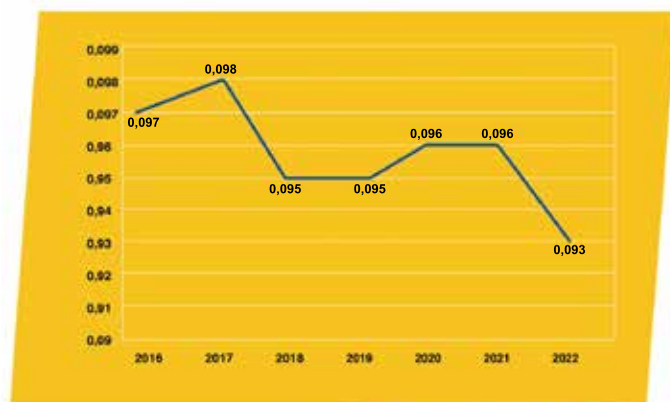


Fonte: Plataforma ODS Brasil, Empresa de Pesquisa Energética.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador721>>
Elaboração: IPEA

Meta 7.3 - Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética da economia brasileira

De forma simplificada, mais eficiência energética permite mais produção de bens e serviços com menos energia, sendo uma variável importante na avaliação de um sistema energético. Na avaliação da meta 7.3, foi utilizado como variável o nível de intensidade energética da economia, indicador bastante utilizado como *proxy* da eficiência energética de um país, o que permite comparações internacionais. O gráfico 7.4 mostra a evolução recente do indicador intensidade energética por unidade de Produto Interno Bruto (PIB).

Gráfico 7.4 - Brasil: Intensidade energética medida em termos de energia primária e do PIB (tonelada equivalente de Petróleo/Mil US\$ PIB PPC 2017) 2016-2022



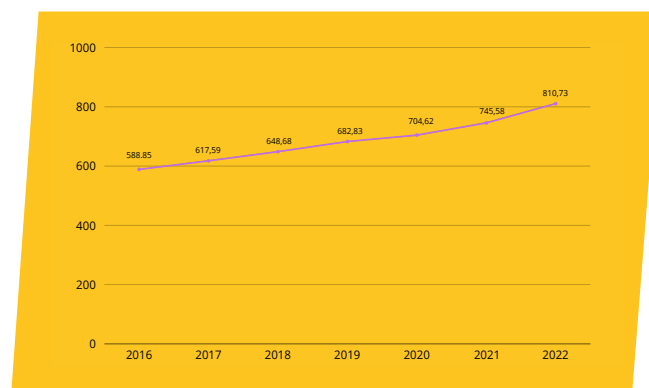
Fonte: IBGE, Plataforma ODS e Empresa de Pesquisa Energética.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador731>>
Elaboração: IPEA

No período de 2016 a 2022, observa-se melhoria na evolução da intensidade energética, que passou de 0,097 para 0,093. Esse resultado aponta para maior eficiência energética da economia brasileira e foi alcançado por meio de diversos programas implementados pelo governo federal, como o *Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica* e o *Programa Brasileiro de Etiquetagem*.

Meta 7.b - Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

O acesso a tecnologias modernas de geração de energia é um aspecto fundamental de um sistema energético. Ele está diretamente relacionado à adoção de fontes de energia limpas e, portanto, à qualidade de vida das populações atendidas. Dessa forma, a meta 7.b, procura medir a extensão da utilização de tecnologias limpas pela população brasileira para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis. O gráfico 7.5 mostra a evolução recente do indicador 7.b.1.

Gráfico 7.5 - Brasil: Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita) 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS e Empresa de Pesquisa Energética.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador7b1>>
Elaboração: IPEA

Os dados mostram uma evolução bastante importante. De 588,8 *watts per capita* em 2016 passou-se para 810,7 *watts per capita* em 2022 – um crescimento de 38%. Esse resultado deve-

–se à entrada das fontes solar e eólica de forma muito expressiva na matriz elétrica brasileira, como resultado dos vários programas governamentais para incentivar as fontes renováveis.

Quadro 7.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 7 2016-2022

Meta	Indicadores Globais	Avaliação dos indicadores	Avaliação da Meta
7.1 – Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.	7.1.1 – Percentagem da população com acesso à eletricidade		 
	7.1.2 – Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas		
7.2 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	7.2.1- Participação de energia renovável no consumo final de energia.		 
7.3 – Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.	7.3.1- Intensidade energética medida em termos de energia primária e do produto interno bruto (PIB)		 
7.a – Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa	7.a.1 – Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos		
7.b – Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.	7.b.1 – Investimentos em eficiência energética, em percentagem do PIB, e montante de investimento direto estrangeiro em transferências financeiras para infraestruturas e tecnologias para serviços de desenvolvimento sustentável		

Legenda



Evolução positiva



Sem evolução



Impactado pela COVID-19



Sem indicadores ou série curta ou irregular



Evolução negativa



Meta global atingida

Fonte: Elaboração IPEA



TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico e sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

ODS 8 - Análise do progresso das metas

O período de 2016 a 2022 foi desafiador para o avanço dos indicadores do ODS 8 em todo o mundo. No Brasil, os efeitos da pandemia de COVID-19 se somaram a uma sucessão de crises internas e recuperações parciais, que resultaram em desempenhos econômicos acumulados abaixo da média do mundo.

O país possui indicadores globais para sete, das 12 metas deste ODS. Entre essas sete metas, houve melhora em três.

Ressalta-se as reduções observadas nas frequências de jovens sem trabalho, estudo ou treinamento (meta 8.6) e de crianças

submetidas a trabalho infantil (meta 8.7). São sinais positivos sobre o aproveitamento do tempo de grupos etários que comporão a força de trabalho do país por várias décadas futuras. Além disso, houve expansão do acesso a serviços financeiros, aumentando o número e a proporção de pessoas com conta bancária, apesar da redução nos números de agências e postos de autoatendimento causada pela intensa digitalização do setor.

Entre 2016 e 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi praticamente o mesmo do ano-base de 2015 e o PIB por pessoa ocupada caiu. A taxa de desocupação

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Dentre as recomendações para o ODS 8, duas se destacam: 1) Ampliar centros de treinamento para jovens profissionais e criar linhas de crédito de financiamento para empreendimentos propostos e liderados por jovens; 2) Promover atividades e produções culturais em espaços públicos das comunidades.

Nesse sentido, o governo federal financia iniciativas locais pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como o projeto “Galpão Aplauso”, desenvolvido pela organização não governamental brasileira Stimulus Brasil. O projeto atende jovens em situação de risco na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo ensino de competências básicas (incluindo matemática e português) e profissionais (construção, soldadura, dentre outras). Seu diferencial consiste em transmitir os conteúdos por meio das artes. O curso tem 600 horas de formação a um custo médio, em 2013, de US\$ 810 por aluno e, desde sua criação, já atendeu 14 mil jovens. Avaliação de impacto em um experimento aleatório controlado demonstra que os jovens beneficiados obtiveram significativos impactos positivos em empregabilidade, qualidade da ocupação e rendimentos.¹

1. CALERO, C. et al. Can arts-based interventions enhance labor market outcomes among youth? Evidence from a randomized trial in Rio de Janeiro. *Labour Economics*. N. 45 (2017), pg. 131-142. Amsterdam: Elsevier

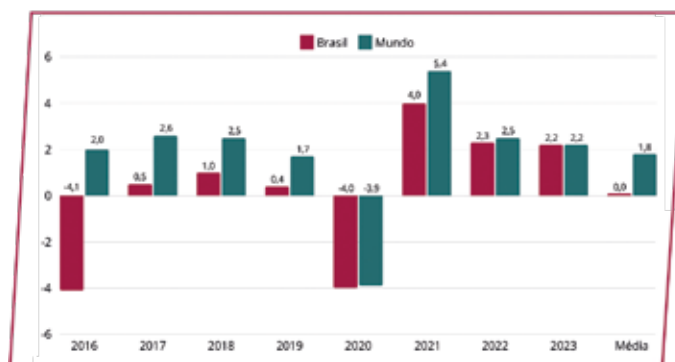
aumentou e, entre as pessoas com trabalho, houve uma proporção mais alta de informalidade e um rendimento médio com poder de compra menor.

Metas em Destaque ODS 8

Meta 8.1 - Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos

O indicador para acompanhamento dessa meta é o 8.1.1 – taxa de crescimento real do PIB per capita. O gráfico 8.1 mostra que, entre 2016 e 2022, o PIB per capita brasileiro registrou variações menores do que a média mundial. Após fortes oscilações, o PIB per capita de 2022 (na paridade de poder de compra de 2017, PPC\$ 15.112) ainda não superava o nível de 2015 (PPC\$ 15.138). O pico histórico foi atingido em 2013 (PPC\$ 15.887) e não voltou a ser alcançado em 2023 (PPC\$ 15.447).

Gráfico 8.1 - Brasil e Mundo: Taxa de crescimento real do PIB per capita (%) 2016-2023



Fonte: IBGE (Brasil) e Banco Mundial (mundo até 2022).
Para o crescimento de 2,2% do PIB *per capita* mundial em 2023, FMI (3,1% do PIB) e (ONU) (0,9% da população)
Elaboração: IPEA

O Brasil é classificado pelo Banco Mundial como um país de renda média alta e, em 1995, seu PIB per capita chegou a ser 13,4% maior do que a média mundial. No entanto, o país foi ultrapassado pela média mundial em 2015 e, após isso, prosseguiu se afastando dessa média. Em 2022, o PIB per capita do Brasil já era 13,8% menor do que a média mundial. Nesse contexto, é importante que o PIB per capita brasileiro tenha crescido 2,2% em 2023.

Considerando a média dos anos 2016-2022, o PIB per capita do Brasil teve crescimento nulo (0,0%). Embora tenha crescido muito pouco, a América Latina e Caribe teve uma taxa positiva (0,3% a.a.). Já os países atualmente classificados no grupo

de renda média alta, acumularam um forte crescimento (3,2% a.a.), o qual foi mais intenso do que o mundial (1,8% a.a.). O resultado brasileiro nesse indicador foi pior que os de 147 (ou seja, 78,6%) dos outros 187 países com dados disponíveis na base do Banco Mundial.

A rigor, a avaliação de que o indicador da meta 8.1 permaneceu sem evolução é a melhor interpretação possível. É fato que o PIB per capita praticamente não variou na média anual (no acumulado de sete anos, houve uma oscilação de -0,2%), porém a taxa de crescimento desacelerou em relação a períodos anteriores. Além disso, oscilar bruscamente e retornar ao nível inicial não é o mesmo que “sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais”⁷, como diz a meta global.

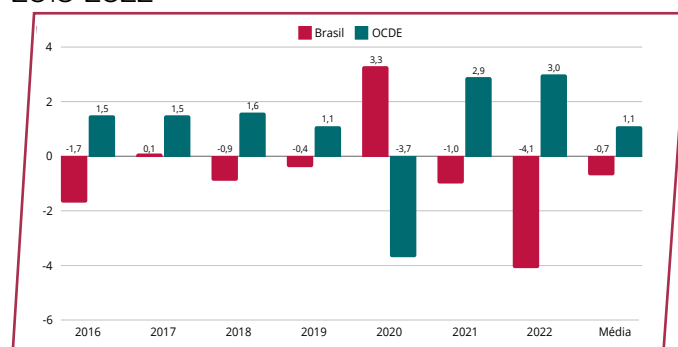
Em 2019, quando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o Caderno ODS 8, a proposta de adaptação nacional da meta 8.1 era “registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030”. No PPA 2024-2027, o limite inferior do intervalo considerado factível para o crescimento do PIB per capita nesse período é uma taxa média de 0,9% ao ano, enquanto o limite superior –chamado de resultado desejado– é de 2,9% ao ano.

Meta 8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

⁷ Circunstância nacionais significa que o crescimento econômico per capita deve ser sustentado levando em consideração as condições específicas de cada país. Isso implica que as políticas e as estratégias para promover o crescimento econômico devem ser adaptadas às características, recursos, desafios e oportunidades únicas de cada nação.

No caso da meta 8.2, não há dúvida de que a evolução foi negativa, pois o indicador 8.2.1, taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada, na média do período 2016-2022, foi 0,7%. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) calcula esse indicador para a média de seus países-membros, um grupo economicamente mais desenvolvido do que o Brasil. A distância se ampliou no período, pois, enquanto a produtividade do trabalho caía no Brasil, ela crescia 1,1% ao ano na OCDE (gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 - Brasil e OCDE: Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada (%) 2016-2022



Fontes: IBGE, Plataforma ODS Brasil (Brasil) e OCDE.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador821>>
Elaboração: IPEA

Nos sete anos analisados, o Brasil só não teve um desempenho pior do que a OCDE em 2020, quando a taxa brasileira foi positiva porque a população ocupada caiu mais fortemente (-6,4%) do que o PIB (-3,3%) por causa do impacto inicial da pandemia de COVID-19.

Meta 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

A taxa de informalidade das pessoas com idade de 15 anos ou mais ocupadas na semana de referência também piorou nos

Brasil Mais Produtivo

O Brasil lançou, em 2016, o *Programa Brasil Mais Produtivo*, à época um “piloto”, que beneficiou 3.000 pequenas e médias empresas industriais, por meio do fornecimento de consultoria para a otimização de processos produtivos e gerenciais. As empresas participantes tinham direito a uma reserva de vagas no *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec) para atender às necessidades de qualificação de seus funcionários. O custo estimado por empresa beneficiária era de R\$ 18 mil, cabendo a cada participante uma contrapartida de R\$ 3 mil. Em 2018, o IPEA e a Cepal fizeram uma avaliação de desempenho do Brasil Mais Produtivo. Em que pese algumas recomendações de ajuste, a avaliação foi positiva, especialmente no aumento da produtividade das empresas atendidas. Tendo atravessado governos com características muito distintas, o programa tem conseguido chegar ao cerne da baixa produtividade das empresas de pequeno porte. Se aplicado em maior escala, um programa dessa natureza pode ter impactos expressivos e diretos no alcance das metas 8.1 e 8.2 e contribuir indiretamente para todas as demais metas do ODS 8, bem como para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Em 2023, uma nova edição do Brasil Mais Produtivo prevê R\$ 2,037 bilhões para beneficiar 200 mil empresas. Além da consultoria em boas práticas produtivas e de gestão, a transformação digital das empresas deverá ocupar papel central no processo. Dadas as similaridades entre a realidade dos pequenos negócios no Brasil e em muitos outros países do sul global, o programa possui elevado potencial de replicação.

anos 2016–2022. O IBGE publica duas taxas de informalidade. A escolhida para monitoramento da meta 8.3 considera que os empregadores e os trabalhadores por conta própria são formais quando possuem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, informação que só começou a ser coletada no último trimestre de 2015 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNA-DC). Já a série da Síntese de Indicadores Sociais, que o IBGE publica também a partir da PNADC, começa em 2012 e

considera formais os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para algum instituto de previdência. Pessoas empregadas no setor público ou com registro em carteira de trabalho são consideradas formais nos dois indicadores.

Ambas as séries indicam aumento da informalidade entre 2016 e 2022 (gráfico 8.3). A taxa da SIS subiu mais desde 2016 e teve alta em relação ao ano de 2015, confirmando a piora no período de análise. No momento de fechamento deste relatório, a SIS de 2023 ainda não havia sido publicada, mas o indicador 8.3.1 recuou de 39,4% para 39,1%.

Gráfico 8.3 - Brasil: Taxa de informalidade em duas definições (%) 2012-2023



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC e Síntese de Indicadores Sociais (SIS-IBGE) <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador831>>
Elaboração: IPEA

Meta 8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

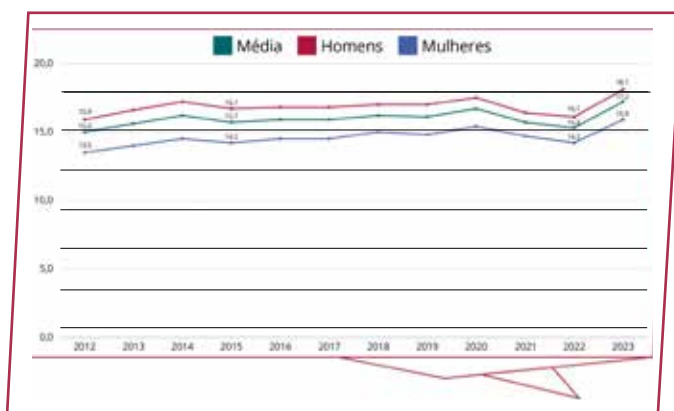
Essa meta tem dois indicadores, o 8.5.1 – Rendimento médio por hora real das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos e o 8.5.2 – taxa de desocupação.

O rendimento médio por hora real (indicador 8.5.1) caiu 2,5% nos anos 2016–2022. Esse resultado foi puxado pela queda de

3,6% no rendimento médio dos homens e pela volta do das mulheres ao mesmo nível de 2015 (gráfico 8.4). Assim, a razão entre o rendimento por hora de mulheres e homens subiu de 85,0% para 88,2%. A melhora é positiva pelo aspecto da redução de desigualdade entre homens e mulheres, porém, está relacionada a uma queda na renda dos homens, e não a uma alta na renda das mulheres.

Em 2023, o rendimento médio por hora trabalhada registrou forte crescimento real (12,4%), recuperando as perdas dos anos anteriores e atingindo o maior valor médio da série histórica (R\$ 17,20). Os valores reais foram os maiores da série tanto entre as mulheres (R\$ 15,90), como entre os homens (R\$ 18,10). Se comparamos 2023 (em vez de 2022) com 2015, a queda do rendimento médio converte-se em expansão, com taxa real média de 1,6% ao ano no período 2016-2023.

Gráfico 8.4 - Brasil: Rendimento médio por hora real (R\$ de 2022)
2012-2023

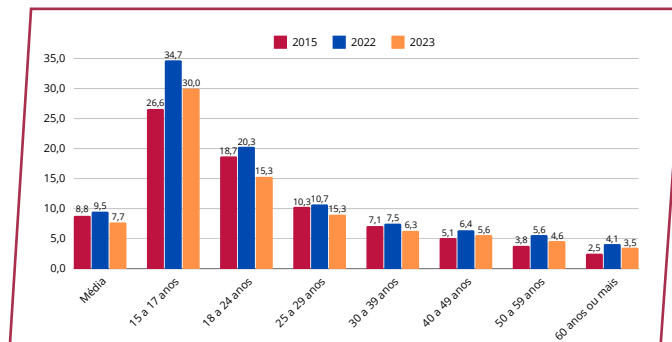


Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador851>>
Elaboração: IPEA

A taxa de desocupação (indicador 8.2.5) subiu 0,7 ponto percentual de 2015 (8,8%) para 2022 (9,5%) (gráfico 8.5). A piora ocorreu em todas as faixas etárias. No grupo de 15 a 17 anos de idade, a desocupação saltou 8,1 pontos percentuais, ultrapas-

sando um terço (34,7%) das pessoas que participaram da força de trabalho nessa faixa etária em 2022.

Gráfico 8.5 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas de 15 anos ou mais (%)
2015, 2022, 2023



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador852>>
Elaboração: IPEA

Assim como no caso da renda média, a piora de 2015 para 2022 se torna uma melhora se o ano de 2023 é incluído na análise. Afinal, a taxa de desocupação caiu de 9,5% em 2022 para 7,7% em 2023, nível mais baixo do que os 8,8% de 2015. A melhora ocorreu em todos os grupos etários de 2022 para 2023, mas concentrou-se nas pessoas com idade entre 18 a 39 anos em relação a 2015.

No terceiro trimestre de 2022, o IBGE incluiu na PNADC um suplemento especial com uma questão identificadora de pessoas com deficiência. Observou-se que as pessoas com deficiência tinham taxa de desocupação 0,5 ponto percentual maior que a das demais pessoas e, quando ocupadas, obtinham rendimento por hora 26,4% menor que o das demais pessoas.

Inserção da Meta 8.7 depois da Meta 8.6 e transferência desse parágrafo para lá. Os melhores resultados do ODS 8, como já mencionado, referem-se ao uso do tempo de crianças e jovens. No caso das crianças, o indicador de trabalho infantil foi publicado

pelo IBGE como estatística experimental, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, IBGE). A publicação aponta um recuo da proporção de crianças em trabalho infantil entre 2016 (5,2%) e 2022 (4,9%). A melhora se deu progressivamente em 2017, 2018 e 2019, quando a proporção chegou a 4,5%. A pandemia da COVID-19 impediu a coleta da informação em 2020 e 2021. Ela é considerada uma das causas para o retorno, em 2022, ao mesmo percentual que havia sido observado em 2017.

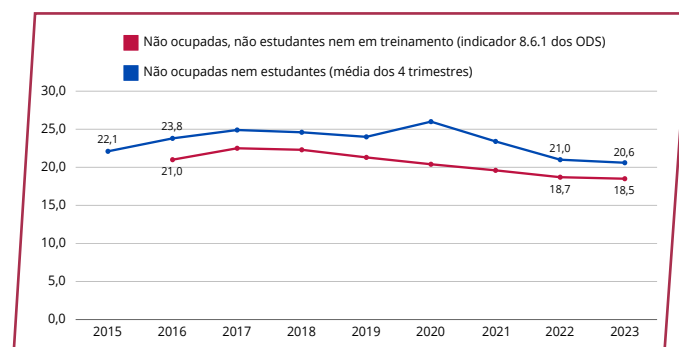
Meta 8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

Para avaliar essa meta, o indicador é o 8.6.1 – Percentual de jovens (15 a 24 anos) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho. O IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, começou a investigar em 2016 se as pessoas frequentam cursos de treinamento profissional. Entretanto, por causa da pandemia, não foi possível coletar essa informação em 2020 e 2021.

O gráfico 8.6 mostra que, de 2016 para 2022, esse percentual caiu 2,3 pontos percentuais, de 21,0% para 18,7% e, em 2023, chegou a 18,5%. Assim como no caso do trabalho infantil, boa parte da melhora nesse indicador de jovens está associada ao aumento continuado da proporção que frequenta o ensino regular. O gráfico também mostra, além do indicador 8.6.1 usado para monitorar a meta, um indicador alternativo que independe de informação sobre treinamento profissional e considera, simplesmente, a proporção que não trabalhou nem frequentou o ensino básico ou superior. Esse indicador pode ser

estimado para o ano de 2015, quando os ODS foram firmados. Com ele, é possível observar que a melhora também ocorreu na comparação entre 2015 e 2022 e prosseguiu em 2023, quando o percentual diminuiu de 21,0% para 20,6%.

Gráfico 8.6 - Brasil: Percentuais de pessoas de 15 a 24 anos em duas situações (%) 2015-2023



Fontes: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador861>
 Elaboração: IPEA

Em 2019, o IPEA incluiu uma adaptação nacional da meta 8.6, que propunha alcançar uma redução de três pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional. Para reduzir 10 pontos percentuais em 15 anos (entre 2015 e 2030), seria preciso um ritmo médio de redução de 0,67 ponto percentual ao ano. O indicador 8.6.1 caiu em média 0,38 ponto percentual ao ano entre 2016 e 2022, o que representa uma conquista e, ao mesmo tempo, evidencia o desafio de acelerar até o ritmo pretendido.

Jovens indígenas e de cor/raça parda e preta, de modo geral, sofrem mais com a falta simultânea de estudo e trabalho, o que indica a pertinência e a necessidade de medidas específicas para esse grupo. O mesmo vale para as jovens mães, cujas trajetórias laborais e educacionais são sistematicamente prejudicadas pela desigualdade de

gênero no mercado de trabalho e na divisão do trabalho doméstico e de cuidados.

Meta 8.7 - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

Os melhores resultados do ODS 8, como já mencionado, referem-se ao uso do tempo de crianças e jovens. No caso das crianças,

o indicador de trabalho infantil foi publicado pelo IBGE como uma estatística experimental, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, IBGE). A publicação aponta um recuo da proporção de crianças em trabalho infantil entre 2016 (5,2%) e 2022 (4,9%). A melhora se deu progressivamente em 2017, 2018 e 2019, quando a proporção chegou a 4,5%. A pandemia de COVID-19 impediu a coleta da informação em 2020 e 2021. Ela é considerada uma das causas para o retorno, em 2022, ao mesmo percentual que havia sido observado em 2017.



Quadro 8.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 8 2016-2022

PROGRESSO DAS METAS			
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos			
Meta	Indicadores Globais	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
8.1 - Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos	8.1.1 - Taxa de crescimento real do PIB per capita		
8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	8.2.1 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada		
8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	8.3.1 - Taxa de informalidade das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, setor de atividade do trabalho principal e existência de deficiência		
8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	8.4.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB		
	8.4.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB		
8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor	8.5.1 - Rendimento médio por hora real das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, por sexo, grupo de idade, agrupamento ocupacional do trabalho principal e existência de deficiência		
	8.5.2 - Taxa de desocupação, por sexo, grupo de idade e existência de deficiência		
8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação	8.6.1 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos não ocupadas, não estudantes e que não estão em treinamento para um trabalho		
8.7 - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas	8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade		
8.8 - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários	8.8.1 - Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração		
	8.8.2 - Nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e situação de migração		
8.9 - Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	8.9.1 - Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação		
8.10 - Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos	8.10.1 - (a) Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos		
	8.10.2 - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro		
8.a - Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos	8.a.1 - Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio		
8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]	8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego		

Legenda

Evolução positiva

Sem evolução

Meta global atingida

Evolução negativa

Impactado pela covid-19

Sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPEA



INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

ODS 9 - Análise do Progresso das Metas

O ODS 9 é fundamental para o país, pois é a partir dele que será possível garantir a adequação da infraestrutura e da estrutura produtiva às mudanças climáticas. A preocupação com um processo inclusivo e sustentável leva a um processo de adequação abrangente e pervasiva para todas as atividades econômicas, regiões e pessoas do país. Além disso, a preocupação com a inovação assegura o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias que permitem essa adequação, gerando mais produtividade e empregos de melhor qualidade.

O ODS 9 possui oito metas que são acompanhadas por meio de doze indicadores globais, dos quais dez já estão calculados e disponibilizados, além de serem divulgados regularmente. Ainda que se considere que

todas as metas do ODS 9 sejam importantes para o alcance do objetivo, foram selecionadas para serem analisadas as cinco metas que estão relacionadas diretamente ao PPA 2024-2027: 9.1; 9.2; 9.4; 9.5; e 9.c. Além disso, essas metas destacadas estão alinhadas com o Plano de Transformação Ecológica e o Plano de Neoindustrialização. Dois indicadores (9.1.1 e 9.a.1) não foram apurados em razão da ausência de dados.

Importante destacar que o ODS 9 teve impacto significativo da pandemia de COVID-19, com destaque especial para empresas, empregos e transportes, sobretudo de passageiros. Para cerca da metade dos indicadores o desempenho, comparando o último ano de informação com 2016, foi negativo ou sem evolução.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Dentre as 12 importantes recomendações, destaca-se a recomendação de “Investir na expansão da infraestrutura de telecomunicações assegurando a disponibilidade de redes móveis e de fibra óptica em áreas remotas, bem como identificando e eliminando barreiras que dificultam a ampliação dos serviços de internet”.

Para responder ao desafio colocado pela meta 9.c, relativa ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, o governo federal adotou uma série de medidas. Especificamente sobre o acesso à internet em áreas remotas, destaca-se o *Programa Norte Conectado*, que tem o objetivo de expandir a infraestrutura de comunicações da Amazônia por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial. Inicialmente, serão interligadas as cidades de Macapá e Tabatinga, passando por Manaus, incluindo ramificações em 59 municípios. O programa contará com oito infovias, representando 12 mil km de extensão, e beneficiará 10 milhões de pessoas.

Além desse programa, foi estabelecida a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, visando à inclusão de crianças e adolescentes. A estratégia é um esforço para definir a conectividade adequada para as escolas, de modo a assegurar o uso pedagógico da tecnologia em sala de aula e coordenar todos os recursos e atores do governo federal envolvidos no tema. O intuito de conectar todas as escolas públicas da educação básica do Brasil até 2026.

Metas em Destaque ODS 9

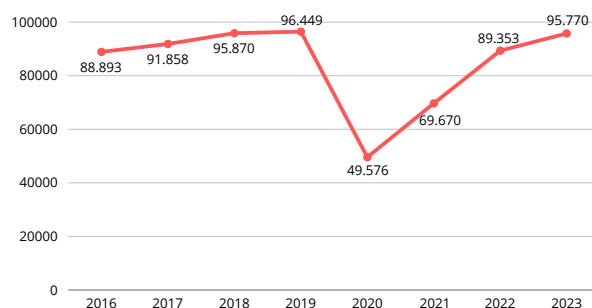
Meta 9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

O transporte de passageiros teve suas tendências de crescimento interrompidas

pela pandemia em todos os modais para os quais há informação disponível. De acordo com os gráficos 9.1, as modalidades aérea e ferroviária mostraram recuperação a partir de 2022 e sustentação do crescimento em 2023, superando os patamares de 2016. Por outro lado, a modalidade rodoviária mostrou alguma recuperação entre 2012 e 2022, mas ainda apresentou índices inferiores aos de 2016.

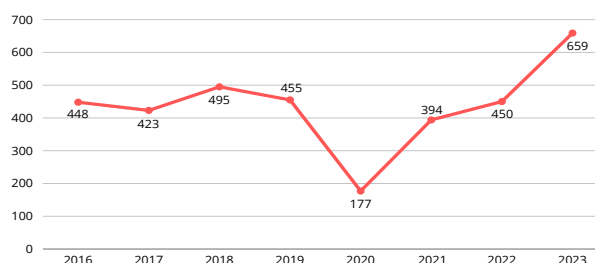
Gráficos 9.1 - Brasil: Evolução de passageiros transportados por modalidade de transporte 2016-2023

a. Aéreo em milhões de RPK



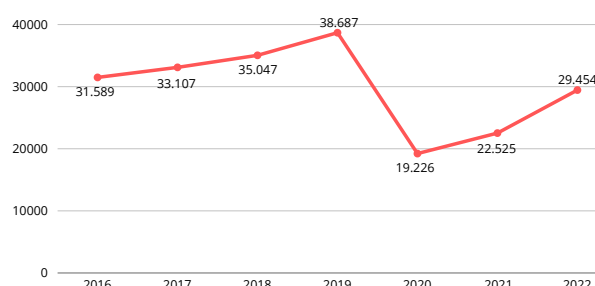
Fonte: IBGE, ANAC. Elaboração dos autores.

b. Ferroviário em milhões de RPK



Fonte: IBGE, ANAC. Elaboração dos autores.

c. Rodoviário em milhões de RPK



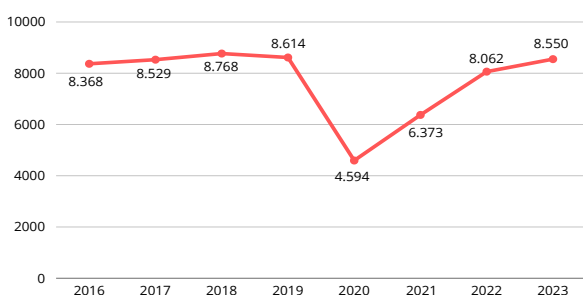
Fonte: IBGE, ANAC. Elaboração dos autores.

Para o transporte de cargas (gráficos 9.2), a única modalidade de transporte que manteve tendência crescente durante todo o período, inclusive durante a pandemia, foi o transporte aquaviário. Destaca-se também o transporte rodoviário, que apresentou recuperação em 2020 em relação a 2019, mesmo sendo esses os anos de pico da pandemia. De 2021 a 2023 houve crescimento em relação aos anos anteriores, com superação do valor de 2016. Igualmente, a modalidade rodoviária chama a atenção por sua magnitude superior, em toneladas, quilômetro, útil.

Para cumprir as metas global e nacional, além dos indicadores definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), é importante considerar os indicadores de investimento em infraestrutura de transportes. A meta 9.1 nacional recebeu o seguinte enunciado: Aprimorar o sistema viário do país, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando

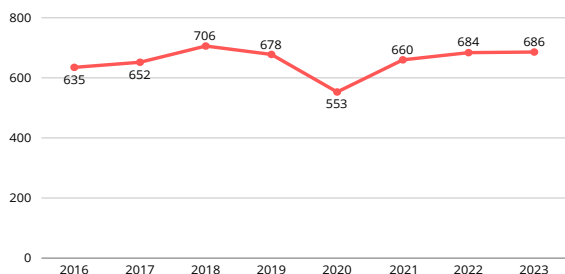
Gráficos 9.2 - Brasil: Evolução de cargas transportadas por modalidade de transporte 2016-2023

a. Aéreo em milhões de RTK



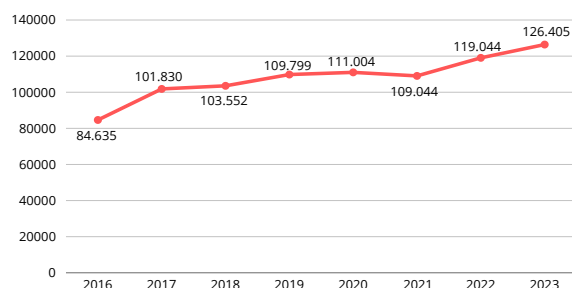
Fonte: IBGE, ANAC. Elaboração dos autores.

b. Aéreo em milhões de TKU



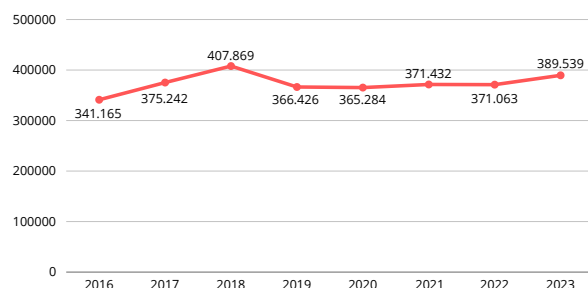
Fonte: IBGE, ANAC. Elaboração dos autores.

c. Aquaviário em milhões de TKU



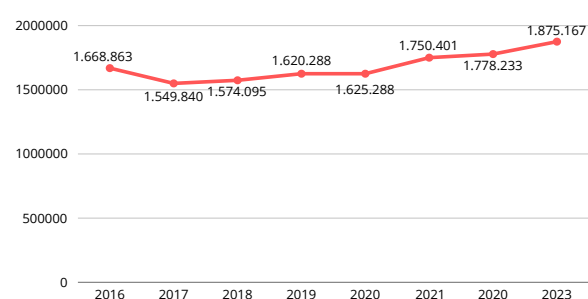
Fonte: IBGE, ANATAQ. Elaboração dos autores.

d. Ferroviário em milhões de TKU



Fonte: IBGE, ANTT. Elaboração dos autores.

e. Rodoviário em milhões de TKU



Fonte: IBGE, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação. Elaboração dos autores.

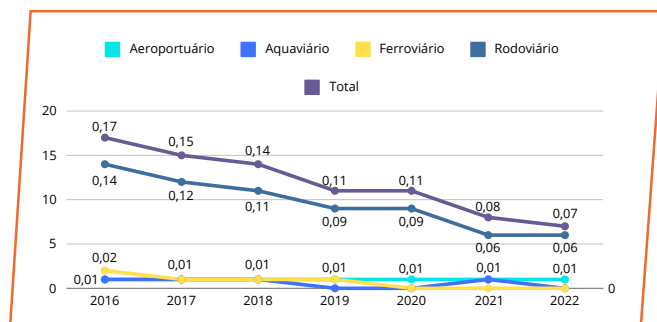
as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

O gráfico 9.3 mostra a evolução da participação do investimento público federal em transporte, por modalidade, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Já o gráfico

9.4 mostra a participação do investimento privado aplicado em concessões federais de transportes, por modalidade, em relação ao PIB.

Como mostram as informações, o investimento, tanto público quanto privado, por modalidades de transporte teve participação muito baixa nos anos apresentados, não chegando a 0,2% do PIB. Além disso, destaca-se a tendência negativa dos investimentos públicos federais no período, que passou de 0,17%, em 2016, para 0,07% do PIB em 2022, em relação ao total dos investimentos. No caso das informações relativas ao investimento privado em concessões federais, ainda que só haja dois anos, para o total dos investimentos, observa-se aumento no segundo ano, passando de 0,13%, em 2021, para 0,16%, em 2022.

Gráfico 9.3 - Brasil: Investimento público federal em transportes, por modalidade, em relação ao PIB (%) 2016 - 2022



Fonte: MT, InfraSA, Siga Brasil e IBGE.
Elaboração: IPEA

Gráfico 9.4 - Brasil: Investimento privado aplicado em concessões federais de transportes, por modalidade, em relação ao PIB (%) 2021 - 2022

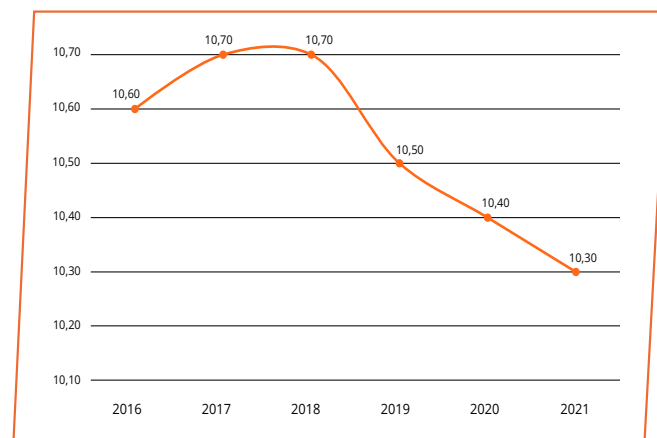


Fonte: ANAC, ANTAQ, ANTT, adaptado pelo MT e IBGE.
Elaboração: IPEA

Meta 9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.

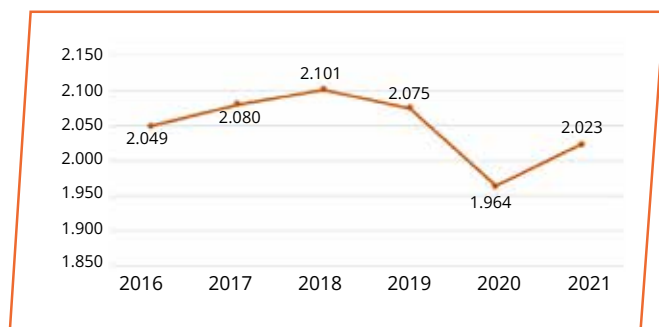
A meta 9.2 mostrou desempenho negativo no período 2016-2022, confirmando a tendência de anos anteriores para dois dos três indicadores definidos pela ONU (gráficos 9.5 e 9.6). O valor adicionado da indústria em relação ao PIB passou de 10,6%, em 2016, para 10,3%, em 2021. Já o valor adicionado das indústrias de transformação per capita passou de R\$ 2.049,00, em 2016, para R\$ 2.023,00, em 2021. No entanto, somente o valor adicionado das indústrias de transformação per capita sinalizou possibilidade de reversão da tendência negativa, uma vez que houve crescimento entre 2020 (R\$ 1.964,00) e 2021 (R\$ 2.023,00). Em contraposição, a evolução do emprego nas indústrias de transformação em proporção do emprego total mostrou-se positiva entre 2016 (10,6%) e 2021 (10,8%) (gráfico 9.7).

Gráfico 9.5 - Evolução do valor adicionado das indústrias de transformação, em proporção do PIB (%) 2016 - 2021



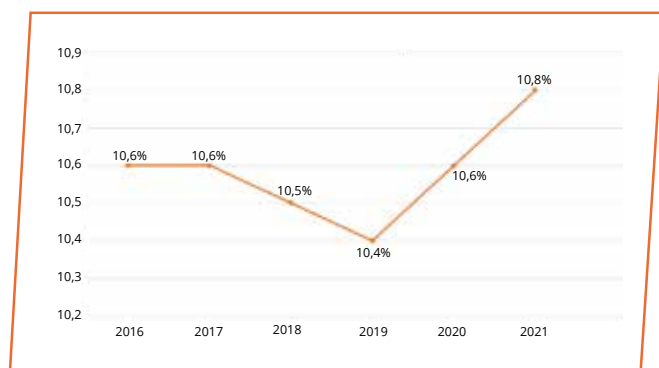
Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Sistema de Contas Nacionais, Estimativas da População - COPIS
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador921>> e
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador922>>
Elaboração: IPEA

Gráfico 9.6 - Evolução do valor adicionado das indústrias de transformação, em proporção do PIB (%) 2016 - 2021



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Sistema de Contas Nacionais, Estimativas da População - COPIS
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador921> e
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador922>
 Elaboração: IPEA

Gráfico 9.7 - Evolução do valor adicionado das indústrias de transformação, em proporção do PIB (%) 2016 - 2021

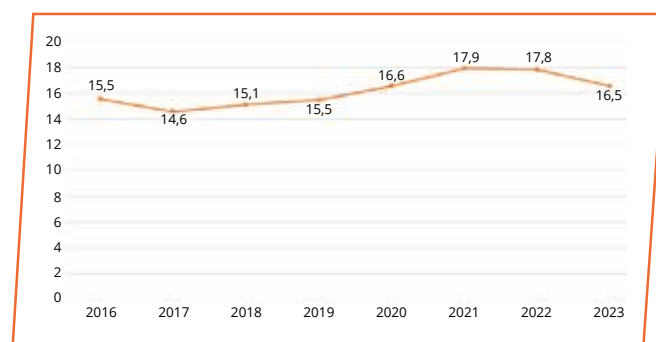


Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Sistema de Contas Nacionais, Estimativas da População - COPIS
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador921> e
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador922>
 Elaboração: IPEA

A meta 9.2 nacional amplia o desafio de inclusão e sustentabilidade para todas as atividades econômicas, não se restringindo às indústrias de transformação: Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do produto interno bruto, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos. Ela se associa principalmente ao eixo 2.5. do PPA 2024-2027, que prevê ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.

Para esse eixo, entre os indicadores de acompanhamento adotados pelo PPA 2024-2027, está a taxa de investimento, definida pela razão da Formação Bruta de Capital Fixo pelo PIB. Essa taxa de investimento apresentou crescimento quando se compara 2016 (15,5%) e 2023 (16,5%). Contudo, chama a atenção o fato de ter havido queda entre 2022 (17,8%) e 2023 (16,5%) (gráfico 9.8).

Gráfico 9.8 - Brasil: Taxa de investimento (%) 2016-2023



Fonte: IBGE
 GE, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.
 Elaboração: IPEA

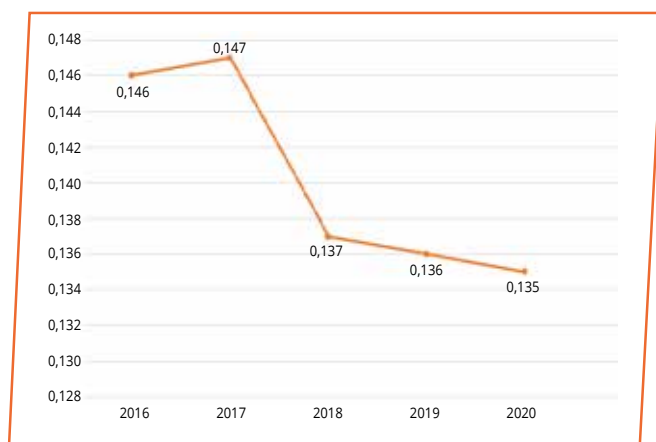
Meta 9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

A meta 9.4, tem como indicador a emissão de gás carbônico (CO₂) em relação ao PIB. No período 2016-2020 (último dado disponível) houve evolução negativa, o que neste caso é desejável e parece confirmar a tendência de reversão observada entre os anos 2014 e 2015 (gráfico 9.8).

Esta meta também foi adequada no processo de nacionalização dos ODS visando incluir o conjunto de atividades econômicas e recebeu a seguinte redação: Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para tor-

ná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. Nesse sentido, o indicador de emissão de CO₂ pelo PIB, definido pela ONU, continuou sendo utilizado, pois ele não se restringe apenas às indústrias e contempla o conjunto das atividades econômicas.

Gráfico 9.9 - Brasil: Emissão de CO₂ pelo PIB 2016-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS e MCTI.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador941>>

Elaboração: IPEA

Estimativas Anuais de Emissões de GEE.

<<https://www.gov.br/mcti/pt-br/sirene/emissoes/emissoes-de-gee-por-setor-1>>

Dados PIB. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.KD?end=2019&locations=BR&name_desc=false&start=1990&view=chart>

A conexão com o PPA 2024-2027 está no eixo 2.4 - Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia. No entanto, diferentemente da meta nacionalizada, os três indicadores utilizados para o acompanhamento do PPA se restringem à indústria: razão da emissão de gases de efeito estufa da indústria pelo PIB industrial; evolução das exportações de manufaturados de média e alta intensidade tecnológica; e valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB. Destaca-se que os dois primeiros indicadores não são calculados e divulgados pelas estatísticas oficiais de forma regular e o terceiro é o mesmo utilizado para mensurar a meta 9.2.

Taxonomia Sustentável Brasileira

O plano de ação da taxonomia sustentável brasileira foi posto em consulta pública em setembro de 2023. Essa taxonomia pode servir de inspiração para outros países que ainda precisam avaliar se seus futuros investimentos estão alinhados com os ODS. Os três objetivos estratégicos estabelecidos pelo plano são relativos à mobilização e reorientação de investimentos públicos e privados sustentáveis; à promoção do adensamento tecnológico em bases sustentáveis, com elevação de produtividade e competitividade; e à criação de bases para geração de informações confiáveis sobre fluxos das finanças sustentáveis. Esses objetivos pretendem alinhar o estímulo à transformação ecológica e o processo de acompanhamento e avaliação. A intenção é que a taxonomia reoriente os investimentos públicos do governo federal e que ela possa ser adotada pelos outros níveis de governo e por organizações privadas.

Os objetivos ambientais, climáticos e sociais envolvem: mitigação e adaptação às mudanças climáticas; proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas; uso sustentável do solo e de recursos hídricos e marinhos; conservação, manejo e uso sustentável das florestas; proteção de recursos hídricos e marinhos; transição para economia circular; e prevenção e controle de contaminação. Os objetivos econômico-sociais que serão abordados pela taxonomia são: geração de trabalho decente e elevação da renda; redução de desigualdade socioeconômicas, considerando aspectos raciais e de gênero e das desigualdades regionais e territoriais do país; e promoção da qualidade de vida, com ampliação do acesso a serviços sociais básicos. Esses objetivos estão diretamente relacionados ao lema dos ODS de "não deixar ninguém para trás". Por fim, o desenho dos critérios gerais da taxonomia prevê a identificação de possíveis inter-relações entre as atividades elegíveis, pretendendo potencializar aquelas que contribuem para mais de um objetivo e minimizar a seleção de atividades que possam trazer prejuízo a algum outro objetivo.

Fonte: MF. <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasil/taxonomia-sustentavel-brasil.pdf>>

Meta 9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

A meta 9.5 mantém uma associação importante com o eixo 2.6 do PPA 2024-2027: Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação.

O indicador global definido para o acompanhamento de progresso dessa meta é o mesmo utilizado para o acompanhamento do eixo no PPA: Dispendio em produção e desenvolvimento (P&D) em proporção do PIB. Os dados indicam tendência decrescente no período 2016-2020, quando o dispendio passou de 1,29%, em 2016 para 1,14%, em 2020 (gráfico 9.9).

Gráfico 9.10 - Brasil: Evolução do dispendio em P&D em proporção do PIB (%) 2016-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS e MCTI.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador95>>
Elaboração: IPEA

Meta 9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países de menor desenvolvimento relativo, até 2020.

O indicador 9c.1 adotado pela ONU para acompanhar esta meta refere-se ao percentual da população residente em municípios com cobertura da rede móvel, por tecnologia, independentemente de serem elas assinantes ou não do serviço de telecomunicações.

Apesar de o indicador dos dados brasileiros apresentar uma evolução negativa, a avaliação exige cautela, uma vez que houve alterações na metodologia de predição em 2019 e, por isso, uma quebra da série histórica. Dessa maneira, a análise da evolução do indicador deve se concentrar no período 2019-2022. Nesse caso, conforme o gráfico 9.10, considera-se que o indicador se manteve estável (92,5%).

Gráfico 9.11 – Brasil: Evolução da proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (%) 2016-2022

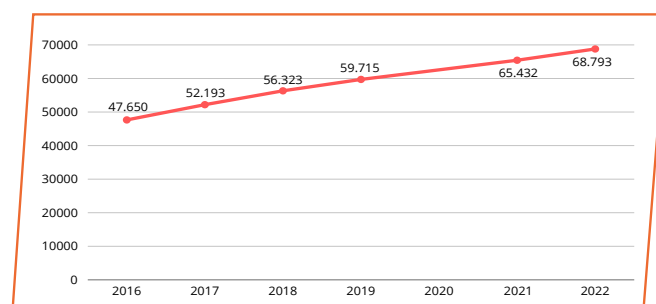


Fonte: IBGE, Plataforma ODS e Agência Nacional de Telecomunicações.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador9c1>>
Elaboração: IPEA

A meta 9.c também está espelhada no eixo 2.9 do PPA 2024-2027: Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade. Para acompanhar esse eixo, o PPA adota como indicador o total de domicí-

lios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares). Esse indicador complementa o utilizado pela ONU, uma vez que ele trata especificamente dos domicílios que utilizam internet em vez da população potencialmente coberta por essas tecnologias. Esse detalhamento mostra evolução positiva no período 2016-2022, passando de 49 milhões de domicílios, em 2016, para 69 milhões, em 2022 (gráfico 9.11).

Gráfico 9.12 - Brasil: Evolução do total de domicílios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares). 2016-2022



Fonte: IBGE
Elaboração: IPEA

Quadro 9.1 – Evolução dos indicadores das metas globais do ODS 9
2016-2022

Metas, Indicadores 2016-2022 e Avaliação			
Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura			
META	Indicadores	Desempenho	Avaliação da Meta
9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	9.1.1 - Proporção de população residente em áreas rurais que vive num raio de 2 km de acesso a uma estrada transitável em todas as estações do ano	⊗	⊗
	9.1.2 - Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte	🦠 ⊗	⊗
9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo	9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita	🦠 ⊗	⊗
	9.2.2 - Emprego na indústria em proporção do emprego total	🦠 ✓	⊗
9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados	9.3.1 - Proporção do valor adicionado das empresas de "pequena escala" no total do valor adicionado da indústria	🦠 ⊗	—
	9.3.2 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito	🦠 ✓	—
9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades	9.4.1 - Emissão de CO2 pelo PIB	🦠 ✓	🦠 ✓
9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	9.5.1 - Dispendio em P&D em proporção do PIB	🦠 ⊗	🦠 ⊗
	9.5.2 - Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes	⊗	🦠 ⊗
9.a - Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	9.a.1 - Total de apoio internacional oficial (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura	⊗	⊗
9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities	9.b.1 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total	🦠 —	🦠 —
9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	9.c.1 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia	🦠 —	🦠 —
Legenda Evolução positiva Impacto pela COVID-19 Sem indicadores ou série curta ou irregular Evolução negativa Sem evolução			

Fonte: Elaboração IPEA



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

ODS 10 - Análise do Progresso das Metas

A desigualdade da renda e a distribuição da riqueza dentro dos países têm, de modo geral, crescido consideravelmente desde os anos 1980. Entre os países, também. Durante a pandemia de COVID-19 as diversas formas de desigualdades existentes foram evidenciadas e exacerbadas, especialmente em países emergentes e de baixa renda. Vale notar que a pandemia comprovou também o quanto políticas públicas mais ousadas podem ser eficazes no combate às desigualdades.

Esse cenário cria imensas dificuldades para que os esforços voltados para o desenvolvimento e a expansão de oportunidades, especialmente das pessoas mais vulneráveis, logrem êxito. O alcance das metas do ODS 10 possui um peso fundamental para a realização de forma duradoura de todos os outros ODS.

As metas que foram selecionadas para a análise são as consideradas centrais para o alcance da visão de futuro do PPA 2024-2027: Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades. Entre os atributos dessa visão, está a equidade (inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades), essencialmente ligada às metas 10.2 e 10.3. Igualmente, esses atributos se associam com metas de 10.1 até 10.4, as quais são complementadas pela 10.5, que é decisiva para o país, pois a regulação e o fortalecimento dos mercados financeiros globais são essenciais para financiar políticas. Já a meta 10.b, trata da promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Entre as recomendações para o ODS 10, cabe ressaltar a revogação da Emenda Constitucional 95 (EC 95) como medida crucial para ampliar o investimento público e garantir um orçamento adequado para os programas de transferência de renda e proteção social. A EC 95 foi revogada em 2023 e substituída pelo novo arcabouço fiscal (NAF). Ela impunha um congelamento em termos reais dos gastos públicos, o que, na prática, reduziu a proporção dos gastos sociais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). O NAF também apresenta desafios para o financiamento dos gastos públicos que mais contribuem para a redução da desigualdade. No entanto, o NAF também apresenta desafios para o financiamento dos gastos públicos que mais contribuem para a redução da desigualdade.

Concretamente, o NAF estipula um limite para o aumento dos gastos públicos, estabelecendo que eles não podem exceder 70% do aumento das receitas reais, com um acréscimo máximo anual limitado a 2,5% a.a. No caso de ausência de crescimento das receitas, o NAF garante um aumento de 0,6% das despesas. Isso significa que, apesar de garantir um aumento mínimo das despesas, o NAF segue impondo penalidades em caso de descumprimento das metas fiscais. Ao atrelar o aumento das despesas ao aumento de receitas, pode-se temer que na ausência de um crescimento econômico contínuo, o financiamento adequado das políticas sociais fique dependente de aumentos de receitas não recorrentes, tornando o impacto redistributivo da política fiscal mais incerto e o alcance das metas do ODS 10 mais difícil.

Mesmo assim, em comparação a EC 95, a NAF apresenta alguns avanços, além da possibilidade de crescimento real dos gastos sociais como indicado acima. O estabelecimento de uma banda para a meta de resultado primário pode diminuir os contingenciamentos que afetam muitos gastos sociais. Os parâmetros principais que regulam a potência da política fiscal poderão ser alterados a cada quatro anos. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e o piso da enfermagem ficam excluídos dos limites de reajuste das despesas e o NAF vai respeitar o critério dos "mínimos constitucionais", pelo qual a União é obrigada a aplicar pelo menos 15% da sua receita corrente líquida em saúde e 18% de sua receita líquida de impostos em educação.

Metas em Destaque ODS 10

Meta 10.1 - Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

A meta 10.1 é fundamental para a análise da desigualdade no Brasil. O gráfico 10.1 exibe o único indicador global recomendado para o acompanhamento dessa meta, o 10.1.1. Ele ilustra a taxa de crescimento quinquenal da renda domiciliar per capita entre os 40% mais pobres da população em comparação com a média nacional. Os dados mostram que, entre 2017 e 2021, o crescimento da renda dos 40% mais pobres da população foi inferior ao da população total em todos os anos, exceto em 2020. O resultado de 2020 é um reflexo da pandemia e do auxílio emergencial, o que logo foi revertido com a forte queda da renda em 2021.

Gráfico 10.1 - Brasil: Taxa de crescimento anual do rendimento médio domiciliar per capita da população total e dos 40% mais pobres, entre o ano de referência e 5 anos antes. 2012-2021



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1011>
 Elaboração: IPEA

Uma crítica à informação sobre rendimentos no topo da distribuição em pesquisas domiciliares é a possível subestimação da renda nesse grupo. Assim, para a avaliação do alcance da meta 10.1, foram considerados os dados do *World Income Database* (WID), que agregam outras fontes de

informação. O gráfico 10.2 mostra a distribuição de renda no Brasil entre 2015 e 2022, a partir de dados do WID, que combinam as informações disponíveis nas pesquisas domiciliares com as obtidas em declarações de impostos de renda. Esse gráfico, ilustra que a participação dos 40% mais pobres se reduziu ininterruptamente nesse período, alcançando somente 4,4% em 2022.

Gráfico 10.2 - Brasil: Distribuição da renda no país (%) 2015-2022



Fonte: WID. <<https://wid.world/data/>>
Elaboração: IPEA

Na tabela 10.1, apresenta-se o crescimento da renda para os períodos de 2001 a 2015 e de 2016 a 2022. Os dados revelam que, para o período dos Objetivos do Milênio (2001-2015), a meta da Organização das Nações Unidas (ONU) relativa à redução monetária da pobreza extrema pôde ser cumprida sem mudanças significativas na distribuição de renda. A renda dos 40% mais pobres da população cresceu 27,8%, um valor bem acima da média nacional de 10%. Com isso, os 40% mais pobres aumentaram sua participação na renda de 5,6%, em 2001, para 6,2%, em 2015. Entretanto, a participação dos 10% mais ricos subiu de 60% para 61,6% e a do 1% mais rico se elevou de 29,9% para 32%. Para o período dos ODS, ou seja, após 2015, pode-se notar entre 2016 e 2022 uma queda de quase 33% da renda dos 40% mais pobres, queda muito maior que qualquer outro grupo de renda e anulando totalmente o

crescimento da renda no período anterior.

Tabela 10.1 - Brasil: Crescimento da renda, por grupos de renda - Brasil (2001-2015 e 2016-2022)

		40% mais pobres	10% mais ricos	Média nacional	1% mais rico	50% do meio
Crescimento médio anual	2001 - 2015	1,9	1,2	1	1,8	0,4
	2016-2022	-4,7	-1,3	-0,6	-2,5	1,4
Crescimento Total	2001 - 2015	27,8	17,5	14,0	24,4	4,5
	2016 - 2022	-32,9	-9,2	-4,3	-17,1	9,7

Fonte: WID. <<https://wid.world/data/>>
Elaboração: IPEA

Meta 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

A meta 10.2 também atravessou um período de retrocesso, mostrando algum avanço apenas em 2022. O indicador global 10.2.1, encontra-se calculado por sexo e idade pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabela 10.2 mostra uma elaboração própria incluindo dados por raça.

Tabela 10.2 - Brasil: Proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% do rendimento de todas as fontes domiciliar mediano, por sexo, idade e raça (%) 2016 - 2022

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Homens	23,1	23,4	23,8	24,4	21,6	23,2	21,7
Mulheres	23,7	23,9	24,3	24,9	22,7	24,8	22,8
Menores de 25 anos	34,2	34,1	35,1	36,0	32,3	35,0	33,5
Entre 25 e 39 anos	22,0	22,2	22,5	23,5	20,9	23,3	20,8
Entre 40 e 59 anos	17,2	17,7	18,0	18,4	17,3	19,4	17,7
60 anos ou mais	6,5	6,8	7,0	7,5	8,3	8,2	7,9
Amarelo	7,6	12,2	16,7	15,5	14,0	14,8	11,6
Branco	13,9	14,2	14,4	14,6	13,9	15,0	14,1
Indígena	34,4	34,3	41,9	37,7	46,6	31,9	36,4
Pardo	32,3	31,6	32,0	32,9	29,2	32,2	29,6
Preto	26,7	27,9	28,2	28,5	25,7	27,7	25,3

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, PNADC.
<<https://odsbrazil.gov.br/objetivo10/indicador1021>>
Elaboração: IPEA

Nota: 2016 a 2019 (acumulado de primeiras visitas) e 2020 a 2022 (acumulado de quintas visitas).

A partir da tabela, nota-se as diferenças por raça e idade. A proporção de pessoas vivendo com renda abaixo da metade da renda domiciliar mediana é decrescente conforme a idade aumenta. Ela é em torno de 35% para as crianças e jovens (menores de 25 anos) e 7% para as pessoas mais velhas (maiores de 60). Por outro lado, tal proporção é muito mais elevada para pessoas pretas, pardas e indígenas do que para brancas e amarelas.

Considerando a renda domiciliar, não há diferenças substanciais entre os sexos. Contudo, isso mascara diferenças ainda expressivas no mercado de trabalho, tanto em termos de renda, como de participação. Quando se considera o ano de 2023, os dados da PNADC do terceiro trimestre, mostram que, enquanto 11% dos homens recebiam menos da metade da renda do trabalho mediana (ou seja, menos de R\$ 900,00), entre as mulheres, a proporção era de 16%. Essas são essencialmente as mesmas proporções observadas no mesmo trimestre de 2016. Para a renda média, no terceiro trimestre de 2023, as proporções eram 31,4% e 41,4% para homens e mulheres, respectivamente.

Um aspecto geral da tabela 10.2 merece ser destacado. Após o aumento observado entre 2016 e 2019, há uma queda quase generalizada da proporção de pessoas vivendo com menos da metade da renda mediana em 2020, seguido de um novo aumento em 2021 e uma nova queda substancial em 2022. Tal fato é reflexo do auxílio emergencial fornecido durante a pandemia em 2020 e o aumento do valor do benefício em 2022. Isso demonstra como políticas públicas possuem impacto significativo sobre as desigualdades. Já os dados disponibilizados pelo IBGE por idade e sexo para o ano de 2023 mostram uma continua

melhora no indicador, com maior redução entre homens e pessoas acima de 40 anos.

Meta 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Não existem dados oficiais para analisar o progresso da meta 10.3. Seu único indicador global, o 10.3.1, não tem metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos. Apesar disso, deve-se ressaltar que a discriminação é apenas uma parte das circunstâncias que geram a desigualdade de oportunidades. Além disso, uma maior igualdade de resultados relacionada à renda, por exemplo, pode ser obtida por políticas compensatórias. Por sua vez, essas políticas não necessariamente afetam o impacto das causas nos resultados. Nesse sentido, existe uma literatura brasileira que busca medir quantitativamente o peso das desigualdades de oportunidades no Brasil. De modo geral, essa literatura aponta que os papéis das circunstâncias são expressivos, ou seja, as desigualdades de oportunidades influenciam substancialmente a desigualdade de resultados.⁸

Na ausência de dados para o cálculo do indicador global, cita-se que, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania⁹, foram registradas cerca de 310 mil denúncias de violações de direitos humanos em 2021, 380 mil em 2022 e 530 mil em 2023. Embora não se possa afirmar que as violações de direitos humanos aumentaram a partir desses dados, o aumento das denúncias é um sinal preocupante. Cabe destacar que mais

⁸ A desigualdade de resultado refere-se às diferenças efetivas nos resultados alcançados, enquanto a desigualdade de oportunidades aborda as disparidades no acesso às oportunidades que podem influenciar esses resultados.

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>.

de 60% das vítimas são mulheres, 23% são menores de idade e 44% são pessoas pretas ou pardas.

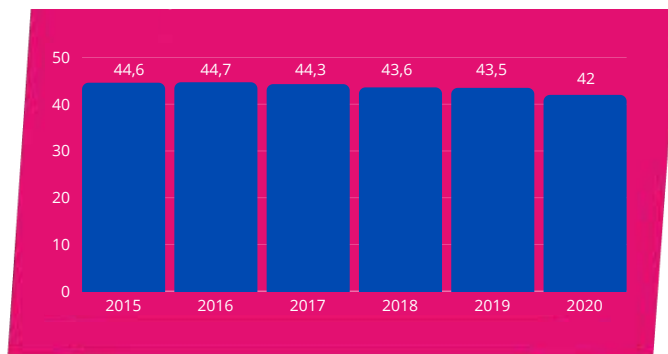
Meta 10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

O indicador global 10.4.1, mostrado no gráfico 10.3 para os anos entre 2015 e 2020 (último dado disponível) revela a queda da participação da renda do trabalho como proporção do PIB. A queda da participação da remuneração do trabalho no PIB foi de 2,2 pontos percentuais no período considerado. Esse resultado empírico deve ser avaliado com cuidado em razão do curto período de quatro anos. Ademais, as evidências de longo prazo sugerem que não é possível identificar uma tendência clara da participação da remuneração do trabalho no PIB. O que se identifica é um movimento cíclico associado às mudanças estruturais e institucionais da economia brasileira e da orientação da política econômica. Em particular, as evidências de longo prazo sugerem a importância, no caso brasileiro, da adoção de políticas públicas de elevação ou contenção salarial (como a política de não reajuste real do salário-mínimo ou mesmo o reajuste abaixo da inflação). Da mesma forma, as condições econômicas e políticas que aumentem o poder de barganha das pessoas trabalhadoras também são reconhecidas como fatores importantes para explicar a queda da remuneração do trabalho na renda nacional.

Adicionalmente, a reforma trabalhista de 2017 e a permissão para a expansão da terceirização, também nesse mesmo ano, enfraqueceram o poder de barganha das pessoas trabalhadoras. Essas mudanças institucionais de regulação do mercado de

trabalho ocorreram em um contexto macroeconômico no qual se verificava a retomada do crescimento do PIB, mas com taxas bastantes reduzidas –1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,1% em 2019–, o que mantinha o mercado de trabalho enfraquecido e a taxa de desemprego elevada. Esse conjunto de fatores ajudam a explicar a queda da participação do rendimento do trabalho no PIB, conforme mostra o gráfico 10.3.

Gráfico 10.3 - Brasil: Fração das remunerações do trabalho no PIB, compreendendo salários e transferências sociais 2015-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Sistema de Contas Nacionais.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1041>>
Elaboração: IPEA

Meta 10.5 - Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações

Para a meta 10.5 a maior parte dos indicadores de solidez financeira mostraram-se estáveis entre 2016 e 2022, revelando não ter havido elevação do risco às instituições financeiras no Brasil. Como mostra a tabela 10.3, em síntese, o sistema financeiro nacional não apresentou piora significativa na sua robustez no período de 2017 a 2022. O sistema continuou com indicadores de solidez patrimonial, baixo nível de inadimplência, alta lucratividade e de liquidez e aceitável exposição à moeda estrangeira. Não obstante, o sistema financeiro doméstico continua a operar com altos *spreads* bancários, que são repassa-

Tabela 10.3 - Brasil: Indicadores de solidez financeira, médias anuais, 2016 -2022. (%)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Patrimônio de Referência Nível I sobre Ativos Totais Ajustados	9,0	9,2	9,2	9,7	8,9	9,2	9,1
Índice de Patrimônio de Referência Nível I	13,0	13,9	14,1	14,8	14,0	14,7	14,2
Índice de Inadimplência líquida de provisões sobre capital	+12,2	+13,1	+13,2	+12,7	+16,5	+15,5	n.d.
Índice de Inadimplência da carteira de crédito	3,9	3,7	3,3	3,1	2,7	2,3	n.d.
Retorno sobre ativos	1,3	1,3	1,6	1,8	1,6	1,4	1,5
Ativos líquidos sobre passivos de curto prazo	216,1	228,7	225,7	235,7	249,4	218,7	n.d.
Posição aberta líquida em moeda estrangeira sobre capital	0,4	0,3	0,8	0,6	0,7	2,2	3,6

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Banco Central do Brasil.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1051>
 Elaboração: IPEA

dos para as famílias e empresas na forma de altas taxas de juros nominais e reais que dificultam o consumo de bens duráveis e o investimento. Isso, sem dúvida, tem efeitos distributivos negativos.

Meta 10.b - Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

A meta 10.b foi adaptada ao Brasil substituindo a expressão assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) por cooperação internacional ao desenvolvimento (CID). AOD é um conceito que se aplica aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto a CID é mais ampla, e na qual o Brasil possui inúmeras iniciativas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em colaboração com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vem produzindo uma série de relatórios que visam mapear a cooperação internacional do Brasil com dados entre 2005 e 2021. De acordo

com análise de 2022, a evolução dos valores envolvidos não seguiu uma trajetória linear, havendo momentos de auge em 2013 e 2014, com variações anuais de 80% ou mais, nos valores em dólares. O decréscimo observado desde se deu por conta da crise econômica que o país enfrentou.

Tabela 10.4 - Brasil: Gastos do governo federal com a cooperação internacional por modalidade (em R\$ 1 mil) 2019 e 2020

Modalidade de cooperação	2019	2020	Total
Contribuições para OIs	2.604.298	1.467.011	4.071.309
Cooperação humanitária	20.770	93.611	114.381
Cooperação técnica	62.973	52.977	115.951
Cooperação científica e tecnológica	31.411	2.412	33.823
Cooperação educacional	9.762	8.082	17.846
Total	2.729.214	1.624.093	4.353.310

Como mostra a tabela 10.4, no biênio 2019 e 2020 foram gastos R\$ 4,3 bilhões, dos quais 93% se referem às contribuições das organizações internacionais. Nas demais modalidades de cooperação, foram dispensados R\$ 282 milhões. Os R\$ 115 milhões registrados como cooperação técnica operacionalizaram iniciativas em diversos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, especialmente na África e na América Latina e Caribe, em setores, como desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde.

A partir de 2021, nos relatórios da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, o IPEA, em parceria com a ABC e o IBGE, passou a fazer uma maior aproximação do acompanhamento dos gastos da CID brasileira com a Agenda 2030 e os ODS. Com o compromisso de participação na Força Tarefa do *Total Official Support for*

Sustainable Development (TOSSD), ampliou-se o escopo da investigação. Por exemplo, pela primeira vez, foram levantados gastos da saúde pública em atendimento a imigrantes, tanto em termos de instituições participantes, quanto de iniciativas.

A tabela 10.5 mostra os gastos da CID brasileira avaliadas a partir desse esforço, por ODS, em 2021. Cabe destacar que do total de R\$ 6,6 bilhões, R\$ 3,45 bilhões se referem ao aporte do então Ministério da Economia ao Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Por isso, o destaque dos gastos no ODS 9. Excluído o valor desse aporte, o total de gastos em 2021 com a CID alcança R\$3,2 bilhões.

Tabela 10.5 - Brasil: Gastos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Internacional por ODS 2021

ODS	Gasto Total (R\$)	Nº de iniciativas
ODS 1	10.316.278,27	7
ODS 2	187.454.196,44	41
ODS 3	356.741.259,36	260
ODS 4	374.553.427,17	6443
ODS 5	301.055,10	4
ODS 6	1.765.710,93	4
ODS 7	1.759.298,81	5
ODS 8	343.462.483,38	71
ODS 9	3.993.914.260,65	677
ODS 10	106.948.547,43	8
ODS 11	18.426.465,74	15
ODS 12	2.110.486,30	3
ODS 13	3.992.766,05	7
ODS 14	6.146.117,92	11
ODS 15	9.214.564,92	12
ODS 16	264.890.544,87	197
ODS 17	951.558.619,62	109
Total Geral	6.633.556.082,94	7874

Fonte: IPEA (2022)

A Cooperação internacional para o desenvolvimento brasileiro

A maior parte dos valores dispensados para cooperação internacional brasileira envolvem a contribuição para organizações internacionais e a integralização de capital em bancos, tendo essas iniciativas multilaterais absorvido cerca de 75% dos recursos a cada ano.

Contudo, os gastos envolvidos na cooperação técnica, científica e tecnológica, ou ainda na cooperação humanitária são relevantes e agregam centenas de iniciativas diferentes que merecem ser destacadas. Uma característica da CID brasileira é o foco em projetos de desenvolvimento de capacidades, sendo uma resposta à tradicional visão de assistência técnica associada à cooperação prestada pelos países desenvolvidos. Ademais, o desenvolvimento de capacidades é o elemento orientador da cooperação prestada e da cooperação recebida.

Tais atividades de cooperação envolveram 49 países em 2019 e 39 países em 2020. No tocante às iniciativas de cooperação técnica sob supervisão da ABC, de acordo com IPEA (2022a), foram realizadas 176 iniciativas em 2019 e 112 em 2020. Os países africanos que mais receberam cooperação técnica por meio da ABC foram Guiné-Bissau (R\$ 5,7 milhões), São Tomé e Príncipe (R\$ 2,4 milhões), Moçambique (R\$1,4 milhões) e Senegal (R\$ 1 milhão). Na América Latina, destacam-se Paraguai e Suriname, além de Bolívia e Equador.

Um projeto de destaque em Guiné-Bissau foi na área da educação, feito em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), cujo objetivo era contribuir para a inserção profissional da população guineense no mercado de trabalho.

No ano de 2021, permanecem iniciativas na coticultura no Senegal e no Zimbábue, além do projeto de inserção profissional na Guiné-Bissau. Destaca-se o envio de missão humanitária ao Haiti após o sismo que atingiu aquele país, gerando uma ajuda total de R\$ 5,7 milhões.

Destaca-se também o gasto de R\$ 32 milhões com cooperação humanitária no envio de quatro toneladas de arroz para o Líbano e para Moçambique, além do projeto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no valor de R\$ 221 milhões para a construção de ponte entre Porto Xavier no Brasil e San Xavier na Argentina.

Quadro 10.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 10
2016-2022

META	INDICADORES GLOBAIS		AVALIAÇÃO DA META
10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.	10.1.1 - Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total.	✗	✗ 
10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	10.2.1 - Proporção das pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência.	—	— 
10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis políticas e ações adequadas a este respeito.	10.3.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.	⊗	⊗
10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	10.4.1 - Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social.	✗	✗
	10.4.2 - Impactos redistributivo da política fiscal.	⊗	
10.5 - Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.	10.5.1a - Índice de Patrimônio de Referência Nível I sobre Ativos Totais Ajustados (B1B2).	—	—
	10.5.1b - Índice de Patrimônio de Referência Nível I.	—	
	10.5.1c - Índice de Inadimplência da carteira de crédito.	—	
	10.5.1d - Índice de Inadimplência da carteira de crédito.	✓	
	10.5.1e - Retorno sobre ativos (B1B2).	—	
	10.5.1f - Ativos líquidos sobre passivos de curto prazo.	—	
	10.5.1g - Posição aberta líquida em moeda estrangeira sobre capital.	✗	
10.6 - Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.	10.6.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.	—	—
10.7 - Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.	10.7.1 - Custo de recrutamento suportado pelo empregado em proporção do rendimento mensal auferido no país de destino.	⊗	⊗
	10.7.2 - Número de países com políticas migratórias que facilitam a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável.	⊗	
	10.7.3 - Número de pessoas que morreram ou desapareceram no processo de migração internacional.	⊗	
	10.7.4 - Proporção da população de refugiados, por país de origem.	⊗	
10.a - Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.	10.a.1 - Proporção de linhas tarifárias com tarifa zero aplicadas às importações provenientes dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.	—	—
10.b - Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.	10.b.1 - Total de fluxo de recursos para o desenvolvimento, por beneficiário e país doador, e tipo de fluxo (ex. ajuda pública ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro e outros fluxos).	—	—
10.c - Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.	10.c.1 - Custos das remessas em proporção do valor remetido.	—	—
Legenda  Evolução positiva  Sem evolução  Meta global atingida  Evolução negativa  Impactado pela covid-19  Sem indicadores ou série curta ou irregular Fonte: Elaboração IPEA.			

Fonte: Elaboração IPEA



CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

ODS 11 - Análise do Progresso das Metas

As 10 metas do ODS 11 desdobram-se em 15 indicadores globais, sendo que nove deles contam com séries que permitem a análise de sua evolução. Quanto aos demais, um deles já foi calculado, mas não conta com dados atualizados, e cinco não foram calculados.

As metas de habitação (11.1), transporte urbano (11.2), urbanização (11.3) e perdas por desastres (11.5) foram selecionadas para serem analisadas em detalhe por integrarem a estratégia chave do PPA 2024-2027, o qual incorporou os indicadores globais. A meta 11.5 também se destaca por sua relação com outros ODS, principalmente o ODS 1 e ODS 13. Já a meta 11.3 tem destaque adicional por sua influência nas outras metas do ODS 11 e necessidade de monitoramento aprimorado.

De modo geral, houve evolução positiva dos indicadores relacionados à habitação (meta 11.1), à mobilidade e ao transporte urbano (11.2), à urbanização (11.3) e à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural (11.4). Dentre as metas de implementação, houve evolução positiva do indicador 11.b.2, estratégias locais de redução de risco de desastres. Outros dois indicadores, apresentados com resposta “sim” para todos os quesitos, mostram que o Brasil já teria atingido as metas globais quanto à existência de políticas urbanas nacionais (meta 11.a) e à adoção de estratégias nacionais de redução de risco de desastres (meta 11.b).

Por sua vez, o indicador que mede o desempenho relacionado ao impacto ambien-

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

O relatório avaliou que não houve progresso nas metas do ODS 11, indicando que as políticas habitacionais e de mobilidade urbana são frágeis e que o acesso ao saneamento básico e a várias outras políticas setoriais são insuficientes e desiguais. A política habitacional se sobressai pelo enorme déficit de moradias, principalmente aquelas de interesse social, e pelo seu potencial de redução das múltiplas e colossais desigualdades que atravessam o espaço das cidades.

Entre as recomendações estão a revisão do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, a conclusão das obras paralisadas e a ampliação dos programas habitacionais para além da produção de novas moradias, incluindo alternativas para o déficit qualitativo (melhorias habitacionais com assistência técnica, aluguel social e retrofit).

Nesse sentido, o Novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que está sendo executado desde 2023, contempla novas linhas de financiamento, além daquelas voltadas para a aquisição de novas unidades habitacionais, que vão ao encontro das recomendações: locação social de imóveis em áreas urbanas; provisão de lotes urbanizados e melhorias habitacionais. A assistência técnica é tanto uma diretriz do novo MCMV, como um item que pode compor o investimento de operações nas demais modalidades. As melhorias habitacionais com assistência técnica pública e gratuita destinam-se às famílias com renda mensal de até três salários-mínimos e busca contribuir para a redução do “déficit qualitativo”, ou seja, reparar inadequações nos domicílios. Uma vez executadas as reformas e complementações de infraestrutura, tais famílias seguirão morando na mesma localização, reforçando princípios como permanência e consolidação da urbanização.

tal causado pelos resíduos sólidos (meta 11.6), não mostrou evolução no período, causando preocupação pela continuidade do descarte inapropriado de resíduos com potencial danoso. É também preocupante a tendência de evolução negativa, ainda que muito volátil, das perdas humanas e econômicas causadas por desastres (meta 11.5).

Por fim, cabe apontar que, no mínimo, os resultados de duas metas (11.1 e 11.5) possuem fortes interações com a pandemia de COVID-19: a habitação inadequada, que não foi capaz de prover as condições necessárias para que as pessoas ficassem em casa e a quantidade de pessoas afetadas por desastres, especialmente pela perda de moradia durante a pandemia.

Metas em Destaque ODS 11

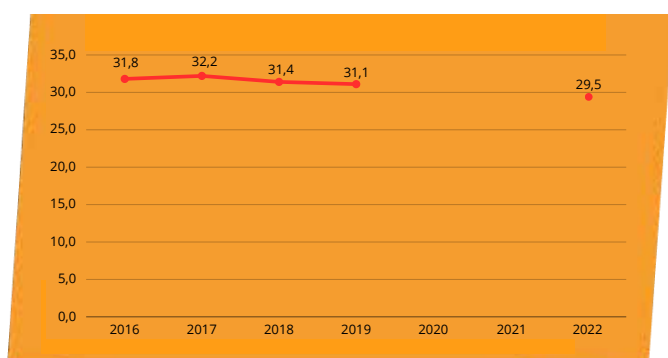
Meta 11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

O indicador 11.1.1 – Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados cobre a maioria das dimensões de habitação inadequada propostas pela ONU: (i) abastecimento de água, (ii) esgotamento sanitário, (iii) coleta de resíduos sólidos, (iv) densidade de moradores por cômodos servindo como dormitório (métrica disponível do tamanho da moradia), (v) ônus excessivo com o pagamento de aluguel (capacidade de pagamento ou *affordability*) e (vi) condição de domicílio localizado em favelas e comunidades Urbanas¹⁰, que pode ser entendida como *proxy* de insegurança da posse do imóvel.

¹⁰ O termo “favelas e comunidades urbanas” foi adotado pelo IBGE para substituir o termo aglomerado subnormal (AGSN) e já foi utilizado no Censo Demográfico de 2022.

Como o levantamento das favelas e comunidades urbanas é atualizado apenas nos censos demográficos, recorreu-se ao indicador alternativo de domicílios precários, utilizado no PPA 2024-2027, que abarca cinco das seis dimensões de inadequação habitacional. Apenas a insegurança da posse não é abarcada.

Gráfico 11.1 - Brasil: Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários (sem contabilizar localização do domicílio em favelas e comunidades urbanas) (%)
2016-2022



Fonte: IBGE, PNADC e MPO, PPA 2024-2027.

Elaboração: IPEA

Nota: A pandemia de COVID-19 acarretou a diminuição da taxa de aproveitamento da amostra da PNADC, o que dificultou a mensuração de dados correspondentes às características gerais dos domicílios nos anos de 2020 e 2021, que não foram divulgados.

As informações contidas no gráfico 11.1 mostram um pequeno declínio da proporção da população vivendo em domicílios precários. Houve diminuição de 31,8% em 2016 para 29,5% em 2022, o que pode ser interpretado como positivo. Contudo, se a mesma tendência continuar, o Brasil ainda terá cerca de um quarto dos domicílios urbanos inadequados em 2030.

O número de domicílios em ônus excessivo com o pagamento de aluguel urbano merece atenção especial por ser a única dimensão a ter apresentado tendência de crescimento. No período de 2016 a 2019, o indicador variou de 2,81 milhões para 3,04 milhões de unidades habitacionais, crescimento médio geométrico de 2,6% ao ano. Assim, pode-se dizer que o crescimento do ônus com o aluguel estaria “anulando” o

relativo decréscimo das outras dimensões do indicador composto.

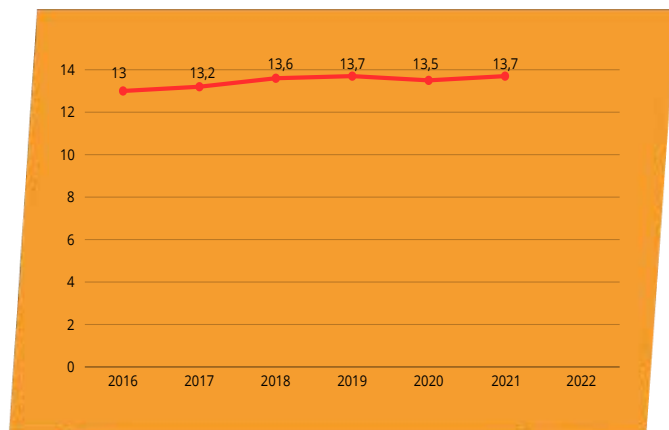
Meta 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

A meta 11.2 destaca as necessidades de públicos-alvo prioritários, além de focar em aspectos de segurança e acessibilidade física e financeira ao transporte público. O indicador global 11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público por sexo, idade e pessoas com deficiência, considera como adequado um sistema em que uma parada ou estação está a uma distância de até 0,5 km de um ponto de referência como um local de moradia. Além disso, a parada deve ser segura e os serviços devem ser frequentes e acessíveis para pessoas com deficiência, idosas e crianças. No entanto, por indisponibilidade de dados, esse indicador ainda não foi calculado.

Por essa razão, a análise foi feita a partir da proposta de indicador nacional utilizado no PPA 2024-2027: Proporção da população vivendo próxima (num raio de 1 km) a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade. Seu cálculo é feito anualmente pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) e considera a proximidade da população aos corredores de transporte de média e alta capacidade. Nas grandes cidades, onde o tempo de deslocamento é maior, o transporte público de média e alta capacidade contribui para diminuir esse tempo, além de ser mais eficiente em termos de emissão de gases de efeito estufa.

O gráfico 11.2 mostra variação positiva do indicador, ainda que pequena. Nas projeções do PPA 2024-2027, o cenário desejável é chegar a cerca de 15% da população de nove regiões metropolitanas vivendo próximo das estações de transporte. Estendendo-se a projeção até 2030, o indicador chegaria a 16% da população. Contudo, cabe reiterar que, ao selecionar apenas redes de transporte de média e alta capacidade, este não poderia ser o único indicador no acompanhamento do acesso a todas as pessoas, pois existem outras linhas alimentadoras e modos de transporte. Além disso, a população das cidades menores, em que não há escala para esse tipo de solução, também não é considerada ao analisar este indicador.

Gráfico 11.2 - Regiões Metropolitanas: Proporção da população vivendo próxima (num raio de 1 km) a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade (%) – média ponderada pela população das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Distrito Federal e Entorno, Curitiba (PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA), Belém (PA) e Fortaleza (CE). 2016-2021



Fonte: Elaboração do IPEA com dados do ITDP para o PPA 2024-2027

Meta 11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

A meta 11.3 engloba as dimensões física-territorial e de planejamento-gestão da

urbanização. A noção de sustentabilidade urbana sugere que, se as áreas urbanas fossem mais intensamente ocupadas, as cidades seriam mais compactas e os deslocamentos seriam mais curtos e menos poluentes. Assim, um crescimento urbano em que a área urbanizada aumenta menos que a população indicaria um uso eficiente da infraestrutura urbana.

Atualmente, com base nos dados do IBGE, não é possível calcular o indicador 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população. Dessa maneira, as sugestões da UN-Habitat foram utilizadas para a análise, as quais permitem analisar a eficiência do uso do solo nas cidades brasileiras. A razão entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento populacional fornecida na tabela 11.1 indica uma melhoria na eficiência do uso do solo entre 2015 e 2020, especialmente nas grandes áreas urbanas.

Tabela 11.1 - Brasil: Razão da taxa de consumo de terra pela taxa de crescimento da população (grandes e médias áreas de concentração urbana - ACUs)

Áreas de Concentração Urbana	2010-2015	2015-2020
Médias ACUs	1,22	1,05
Grandes ACUs	1,01	0,88
Brasil (Médias + Grandes ACUs)	1,12	0,98

Fonte: Elaboração do IPEA com dados do Global Human Settlement Layer (GHSL)

A tabela 11.1 evidencia mudanças entre os períodos 2010-2015 e 2015-2020. Ela revela que as médias e grandes cidades brasileiras, vistas em conjunto, têm apresentado um uso mais intensivo do solo urbano com o passar do tempo. Entre 2015 e 2020, a taxa de consumo da terra foi inferior à taxa de crescimento populacional (o que está expresso pela razão inferior a 1). No entanto, os resultados não foram homogêneos. Registrou-se uma diferença entre grandes e

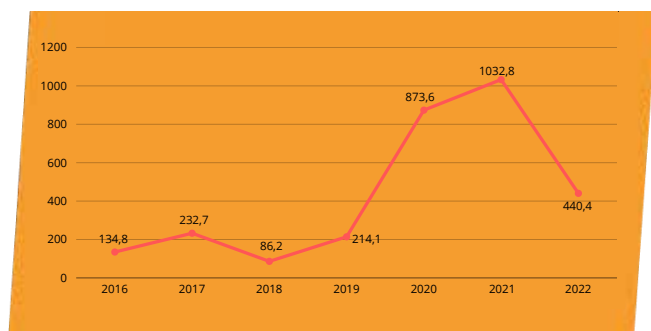
médias áreas de concentração Urbana, com as grandes apresentando uma taxa de consumo do solo 5% superior à taxa de crescimento populacional entre 2015 e 2020.

Quanto à dimensão de planejamento, gestão e controle da expansão urbana, a série histórica disponível do indicador 11.3.2 – Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática foi interrompida em 2012, impedindo avaliar a sua evolução no período de vigência da Agenda 2030.

Meta 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

O indicador 11.5.1 – Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes está retratado no gráfico 11.3.

Gráfico 11.3 - Brasil: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes 2016-2022



Fonte: IBGE, DPE, COPIS, Plataforma ODS Brasil e MIDR, SEDEC, S2ID. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação. <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1151>> Elaboração: IPEA

Entre 2016 e 2022, seu comportamento foi bastante volátil, o que também ocorreu

com o indicador 11.5.2 – Perdas econômicas diretas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos. Os dados do indicador 11.5.2 não estão diretamente apresentados dada a curta série histórica disponível, que abrange apenas até 2020. Tal volatilidade se deve à incerteza do período de recorrência de eventos climáticos extremos. Vale comentar que a ocorrência de eventos extremos está intimamente ligada à instalação de situação de “emergência climática” e, portanto, esses eventos deverão ser mais inconstantes, além de mais severos. Assim, é temerário analisar a tendência da série histórica deste indicador como contrapartida das políticas públicas que deveriam agir sobre ele.

Sabe-se que, na realidade brasileira, os danos mais graves às pessoas costumam ocorrer em situações de inundações, alagamentos e deslizamentos de terra. Assim, os grupos mais vulneráveis socioeconomicamente são os mais expostos ao risco, em decorrência da construção de moradias em áreas impróprias. Apesar dos avanços da provisão direta de moradia nas políticas habitacionais, ainda não interferiu na situação instalada de ocupação de áreas de risco.

Meta 11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

Essa meta busca aumentar o número de cidades que possuem políticas e planos

Ação preventiva aos riscos de desastres naturais

Em 2017, a Defesa Civil, junto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e outros parceiros, iniciou um projeto de sucesso que se mantém desde então, que consiste no cadastro de telefones celulares para receberem alertas da iminência de desastres, por mensagem de texto (SMS). O número de linhas cadastradas cresceu rapidamente e, atualmente, 6,3% dos usuários de telefones celulares do país recebem esses alertas. Esse percentual pode parecer pequeno, entretanto, constata-se que os alcances dos alertas são maiores do que a média nacional em estados que estão mais expostos a riscos de movimentos de massa, ou seja, deslizamentos de encostas causados por chuvas muito intensas e com alto potencial de causar perdas humanas e econômicas. É o caso de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, sendo que, no último, o percentual chega a 12,1% do total de usuários. Isso mostra a maior abrangência desse projeto nas localizações onde é mais necessário.

Tal projeto, que parte do governo federal e conta com as informações de um sistema federativo de Defesa Civil, pode ser complementado por ações locais, de mobilização comunitária.

desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres. Nesse sentido, o indicador 11.b.2 – Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres mostrou um aumento notável entre 2017 e 2020, passando de 33,8% para 47%. Contudo, em 2020, a situação era mais crítica nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, onde oito estados ainda não haviam chegado ao patamar nacional observado em 2017. Elas tinham menos de um terço de seus municípios dispondo de estratégias de redução de risco de desastres.

Quadro 11.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 11 2016-2022

PROGRESSO DAS METAS			
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
META	INDICADORES GLOBAIS	AVALIAÇÃO DO INDICADOR	AVALIAÇÃO DA META
11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas	11.1.1 - Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados. (Em razão do cálculo do IBGE estar baseado no Censo 2010, optou-se por indicador mais recente de 2022 usado no PPA 2024-2027 - Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários)	—	— 
11.2 – Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência. (Dado que não foi apurado pelo IBGE, decidiu-se pelo indicador do PPA 2024-2027 - Proporção da população vivendo próxima (num raio de 1 km) a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade)	✓	✓
11.3 – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população	—	—
	11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática.	⊗	
11.4 – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios)	✓	✓
11.5 – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade	11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes.	✗	✗ 
	11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos (% do PIB)	✗	
11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros	11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com destino final adequado no total de resíduos sólidos urbanos gerados por cidades	—	—
	11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)	⊗	
11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	11.7.1 - Proporção da área construída das cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência	⊗	⊗
	11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses	⊗	
11.a – Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	11.a.1 - Existência de políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal	—	— 
11.b – Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis	11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030	—	✓ 
	11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres	✓	
11.c – Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais	11.c.1 - Proporção do apoio financeiro aos países menos desenvolvidos destinado à construção e modernização de edifícios sustentáveis, resistentes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais.	⊗	⊗
 Evolução positiva  Sem evolução  Meta global atingida  Evolução negativa  Impactado pela covid-19  Sem indicadores ou série curta ou irregular			

Fonte: Elaboração IPEA



CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Consumo responsável. Assegurar padrões de consumo e produções sustentáveis

ODS 12 - Análise do Progresso das Metas

O desenvolvimento sustentável, essencial para a preservação dos recursos naturais, é impulsionado pelo ODS 12, que estabelece 11 metas focadas em promover padrões de produção e consumo responsáveis. A gestão coordenada, transparência e responsabilização são decisivas para atingir essas metas, que são monitoradas por 13 indicadores. No entanto, a regularidade na produção desses indicadores ainda é um desafio para o país.

Dessa forma, foram analisadas as metas 12.1, que aborda as estratégias nacionais para produção e consumo sustentáveis, a 12.4, focada nos acordos internacionais

sobre resíduos perigosos, a 12.5, que visa reduzir os resíduos por meio da prevenção, reciclagem e reuso, a 12.6, que incentiva as empresas a adotarem práticas sustentáveis e incluírem informações sobre sustentabilidade em seus relatórios e, por fim, a 12.a, que visa fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas para que haja padrões mais sustentáveis de produção e consumo, com foco nas energias renováveis.

O Brasil alcançou a meta 12.4 ao aderir a cinco convenções internacionais, incluindo a Convenção de Minamata em 2018. A meta 12.1 foi parcialmente atingida com a implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) para 2011-2014, embora a falta de novos ciclos tenha

revelado uma lacuna na continuidade das ações. A meta 12.5 ainda não foi alcançada, com a taxa de recuperação de resíduos sólidos recicláveis secos e orgânicos estagnada em 2% e a meta 12.6 mostrou um progresso que precisa ser ampliado, com 25% das grandes empresas no país publicando relatórios de sustentabilidade. Por fim, a meta 12.a apresentou crescimento de 26,9% na capacidade instalada de energias renováveis, mas requer mais esforços para apoiar países em desenvolvimento na transição para padrões mais sustentáveis.

Metas em Destaque ODS 12

Meta 12.1 - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

O indicador global da primeira meta do ODS 12 é o 12.1.1 - Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais.

O Brasil aderiu formalmente ao Processo de Marrakesh em 2007, comprometendo-se a elaborar seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). A meta foi inicialmente cumprida, uma vez que o país publicou documento referente ao primeiro ciclo de implementação do PPCS para o quadriênio 2011–2014. Nele, foram estabelecidos objetivos, elencadas prioridades e definidas ações para este período. No entanto, este esforço não teve continuidade, uma vez que não foi implementado o segundo ciclo do PPCS.

O indicador oficial do país é de natureza

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Entre as recomendações relativas ao ODS 12 está a regulamentação da Nova Lei de Licitações para as contratações públicas sustentáveis. O país tem apresentado avanços nessa direção.

A Portaria da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da administração pública federal. Seu artigo 5º define como uma das diretrizes de governança a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com a estratégia federal de desenvolvimento e com os ODS. A portaria lista ainda, como instrumento de governança nas contratações públicas, o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS). O PLS foi pensado como um grande promotor do desenvolvimento nacional sustentável na administração pública, pois é capaz de estabelecer novos paradigmas para gestão interna e influenciar o mercado fornecedor, fomentando negócios de impacto, inovação e padrões de consumo, produção e descarte mais responsáveis.

Já o artigo 7º, estabelece a elaboração e a implementação do PLS como obrigatórias.

O PLS deve orientar a elaboração do Plano de Contratações Anual. Em setembro de 2023, o “Caderno de Logística – Plano Diretor de Logística Sustentável” apresentou um modelo de referência para a elaboração e implementação de um PLS preconizando que as ações do PLS devem contemplar seis eixos temáticos, conforme mostra a figura 12.1.

Figura 12.1 - Eixos Temáticos do PLS



Fonte: Caderno de Logística – Plano Diretor de Logística Sustentável (SEGES/ME).

Inovações nacionais contra perdas e desperdícios de alimentos



Meta 12.3 - Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

O Brasil ainda não instituiu processos para calcular adequadamente seus índices de perdas e desperdício alimentar, imprescindíveis para monitorar o cumprimento dessa meta. Apesar disso, há iniciativas importantes em algumas cadeias produtivas que, embora ainda incapazes de enfrentar o problema em toda a sua complexidade e escala, podem ser ampliadas e servir de modelo para novas ações, inclusive em outros países.

Merecem destaque inovações desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Em 1992, a Embrapa deu início ao projeto “Perdas Pós-Colheita – Estratégias para sua Redução”, sua primeira incursão institucional no tema que, décadas mais tarde, comporia a citada meta 12.3.

Desde os primeiros anos, os estudos nessa área reuniram pesquisadores de diversas unidades da empresa e de universidades do Brasil e do exterior, tendo produzido e acumulado conhecimento por mais de três décadas. A Embrapa recebeu prêmios internacionais de inovação ao desenvolver, em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e o Instituto de Macromoléculas (IMA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), embalagens anatômicas reutilizáveis que reduzem em até 80% as perdas de frutas e hortaliças, como mamão, manga, caqui, morango e palmito de pupunha. Foram registrados 30 pedidos de patentes para diferentes formatos e tamanhos, com índices de perdas inferiores a 2%.

Há também projetos em execução sobre revestimentos comestíveis, fitossanidade em cereais, grãos, frutas e hortaliças, entre outros, geralmente concentrados em um produto ou uma etapa da cadeia produtiva. A Embrapa destaca, entre as principais causas de perdas e desperdícios alimentares no país, “o manuseio inadequado no campo, a comercialização de produtos a granel, embalagens impróprias, veículos supercarregados, estradas deficientes, excesso de toques dos consumidores nos produtos e o acúmulo de produtos nas gôndolas de exposição no varejo”.

Fonte: SOARES, Antonio Gomes; FREIRE JUNIOR, Murillo (2018). Perdas de frutas e hortaliças relacionadas às etapas de colheita, transporte e armazenamento. In: Desperdício de alimentos [recurso eletrônico]: velhos hábitos, novos desafios / org. Marcelo Zaro. – Caxias do Sul, RS: Educ, 2018. Dados eletrônicos (1 arquivo). Págs. 21 a 37. Disponível em <https://www.ufrj.br/educs/livro/desperdicio-de-alimentos-velhos-habitos-novos-desafios/>

qualitativa (não/sim) e, por isso, desde o ano de 2011 indica que a meta foi cumprida ao registrar o valor “sim”. Por ser binário, ele não é capaz de acompanhar a descontinuidade do PPCS. Desta forma, ele é inconclusivo com relação à sua efetividade da implementação.

Meta 12.4 - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

A quarta meta do ODS 12 tem como indica-

dor global (12.4.1) o número de partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante.

Para o cumprimento dessa meta, a ONU estabeleceu a adesão de um país a cinco convenções internacionais: (i) a Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos; (ii) a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; (iii) a Convenção de Roterdã

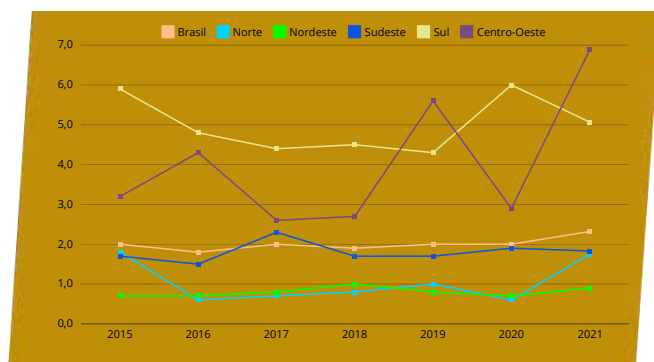
sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional; (iv) a Convenção de Minamata para o Mercúrio; e (v) o Protocolo de Montreal.

O Brasil já era signatário de quatro das cinco convenções internacionais em 2016. No ano de 2018, o país aderiu à Convenção de Minamata, completando assim os requisitos definidos. Considera-se, portanto, que a meta apresentou boa evolução no período 2016-2021.

Meta 12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

O indicador 12.5.1- Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado mostra que houve pouca evolução do percentual de material reciclado entre 2016 e 2021. A média nacional ficou estável em 2% e nenhuma macrorregião do país apresentou variações significativas no período (gráfico 12.1). Esse resultado sugere que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010, teve um impacto limitado no fomento à reciclagem.

Gráfico 12.1 - Brasil e Grandes Regiões: Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado 2015-2021



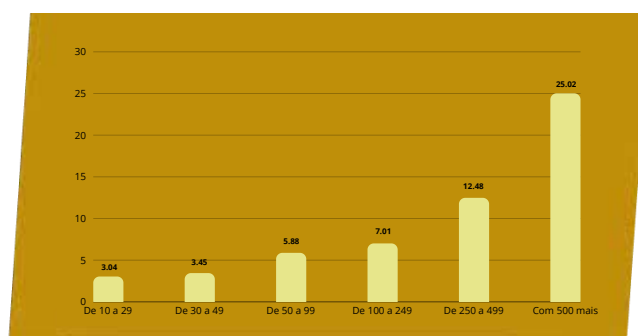
Fonte: Elaboração do IPEA, a partir de dados do SNIS
<http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/rs/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VI-SAO_GERAL_RS_SNIS_2021.pdf>

Meta 12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes

e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

A responsabilidade socioambiental empresarial parece estar se consolidando entre as empresas brasileiras. O indicador permite identificar algumas tendências, como as práticas de sustentabilidade que começaram a ser mais difundidas entre empresas de grande porte. Segundo a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC), aproximadamente 25% das empresas do setor industrial com mais de 500 pessoas empregadas reportaram publicar relatório de sustentabilidade, (gráfico 12.2). No caso das empresas de eletricidade, gás e outras utilidades, pouco mais da metade afirmou publicar relatórios de sustentabilidade (gráfico 12.3).

Gráfico 12.2 - Brasil: Percentual de empresas que publicaram relatório de sustentabilidade, segundo o número de empregados 2017



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e PINTEC 2017.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1261>>
Elaboração: IPEA

Gráfico 12.3 - Brasil: Percentual de empresas que publicaram relatório de sustentabilidade, por setor de atividade 2017



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e PINTEC 2017.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1261>>
Elaboração do IPEA, a partir dos dados da

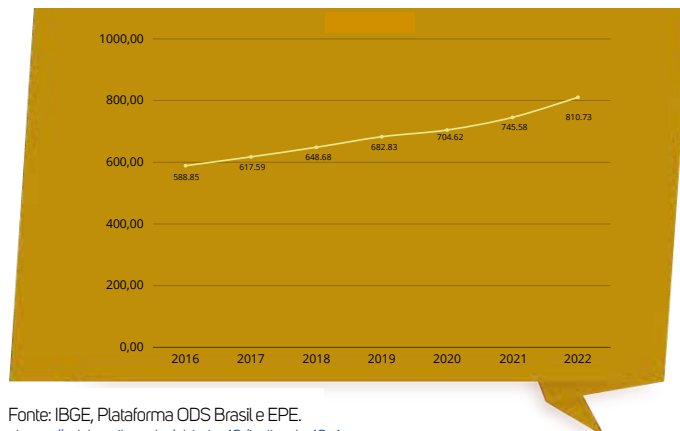
Ainda que o indicador da meta 12.6 não seja produzido com regularidade, é possível dizer que ela tem apresentado evolução positiva. O que permite essa conclusão é a incorporação das práticas de sustentabilidade no setor industrial brasileiro nos anos recentes. No entanto, não é possível fazer uma análise conclusiva, pois não há dados disponíveis para todos os setores.

Meta 12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

O indicador global para essa meta é a capacidade instalada de geração de energias renováveis. A evolução do indicador mostra-se satisfatória no Brasil, com a capacidade de geração aumentando de 588 watts per capita em 2016 para 746 watts per capita em 2021, o que representa um cresci-

mento de 26,9% no período (gráfico 12.4). A evolução está em linha com as medidas indicativas definidas pelo país no âmbito dos compromissos firmados no Acordo de Paris: alcançar uma participação estimada de 45% das energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

Gráfico 12.4 - Brasil: Capacidade instalada de geração de energias renováveis 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e EPE.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador12a1>
 Elaboração: IPEA

Quadro 12.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 12 2016-2022

ODS 12 - Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis			
Meta	Indicador Global	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento	12.1.1 Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais		
12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	12.2.1 Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB		
	12.2.2 Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB		
12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita	12.3.1 (a) Índice de perdas alimentares e (b) Índice de desperdício alimentar		
12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	12.4.1 Número de partes em acordo multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante		
	12.4.2 Quantidade de resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento		
12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	12.5.1 Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado		
12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios	12.6.1 Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade		
12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	12.7.1 Grau de implementação de políticas e planos de ação para compras públicas sustentáveis		
12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	12.8.1 Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) círculos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes		
12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo	12.a.1 Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)		
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	12.b.1 Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo		
12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas	12.c.1 Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo)		
Legenda Evolução positiva Sem evolução Meta global atingida Evolução negativa Impactado pela covid-19 Sem indicadores ou série curta ou irregular			

Fonte: Elaboração IPEA



AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

ODS 13 - Análise do Progresso das Metas

O Brasil encontra-se em um momento de retomada da agenda ambiental como prioridade política, social e econômica, com o envolvimento e cooperação de atores do Estado, da sociedade civil, da academia, da mídia, de empresas e da comunidade internacional. Após um período de sensível descaso com o tema do meio ambiente e da atuação internacional do país, como líder e articulador entre as nações emergentes, o Brasil tem recuperado paulatinamente essas posições atuando em várias frentes de iniciativas, globais e nacionais, para enfrentamento dos problemas ambientais e das mudanças climáticas. Para tanto, seus ativos e credenciais permanecem consistentes: além de deter em seu território o controle de 60% da Amazônia, a maior área florestal do mundo, e uma riqueza em biodiversidade sem par, o país também se

destaca pela matriz energética renovável e pela capacidade de harmonizar o progresso econômico com a preservação de seus recursos naturais.

A análise realizada teve como foco as metas 13.1 e 13.2, em razão da disponibilidade de dados, aplicabilidade e importância para ao Brasil.

Metas em Destaque ODS 13

Meta 13.1 - Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Os três indicadores globais da meta 13.1 estão relacionados ao risco e ocorrência de desastres naturais. Importante destacar que indicadores similares foram introdu-

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

Ao analisar a trajetória do ODS 13, o relatório apresenta uma avaliação negativa em razão da expansão desenfreada da exploração econômica predatória nos biomas ao longo da última década, da vulnerabilidade social nas periferias urbanas e da baixa efetividade das políticas públicas voltadas para o meio ambiente e o enfrentamento dos eventos climáticos extremos. Tudo isso tem levado a ampliação dos impactos deletérios de eventos climáticos extremos, assim como ao aumento no volume de emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos últimos anos. Em que pese o panorama de riscos descrito, é preciso ressaltar que o meio ambiente voltou a ocupar destaque na agenda de políticas públicas brasileiras.

Entre as recomendações, está aumentar os níveis de transparência e desagregação de dados orçamentários relativos a mudanças climáticas, além de criar uma taxonomia e metodologia para integração das mudanças climáticas nos gastos públicos do país de forma transversal.

Com relação à transparência, o atual governo criou a Agenda Transversal Ambiental no âmbito do PPA 2024-2027, abrangendo a metade dos programas do Plano (44).

Com relação à taxonomia, foi elaborado o Plano de Transformação Ambiental, coordenado pelo Ministério da Fazenda e apresentado na COP 28, em 2023. O Plano está organizado em seis eixos, entre eles, Finanças Sustentáveis, Transição Energética, e Infraestrutura e adaptação à mudança do clima. Ele contempla um vasto conjunto de ações, que inclui a criação do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira. O comitê tem como objetivo apresentar uma proposta de um sistema de classificação de atividades, ativos ou categorias de projetos que contribuam para a consecução de objetivos climáticos, ambientais e sociais.

zidos no relatório apresentado pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres para o acompanhamento do progresso das metas estabelecidas pelo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, conforme as recomendações do grupo IAEG-SDG.

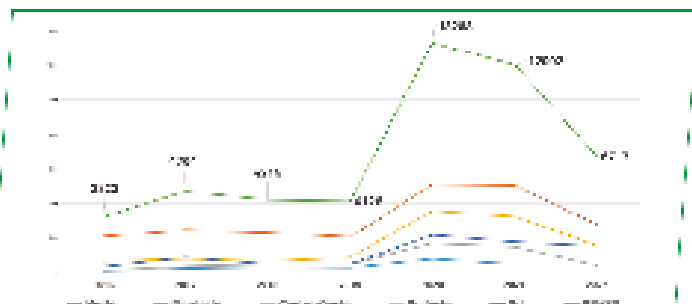
O primeiro indicador é o 13.1.1 - número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas, atribuído a desastres por 100 mil habitantes. O Brasil apresentou, no período de 2016 a 2022, crescimento em praticamente todas as regiões do país (gráfico 13.1). A região norte se destaca como a mais impactada. Por um lado, grande parte de sua população vive em situação de pobreza e precariedade em termos de acesso à habitação, saúde e saneamento básico. Por outro, seu território concentra os impactos dos eventos climá-

ticos extremos sobre a região amazônica, como inundações e alagamentos após fortes chuvas e secas prolongadas. Entre 2016 e 2022, nessa região, foi computada uma média de 1.060,6 pessoas mortas, desaparecidas e afetadas por desastres por 100 mil habitantes, frente à média nacional de 430,7. Esse número foi bastante superior ao observado nas regiões centro-oeste (135), nordeste (385,1), sudeste (426,3) e sul (257,5).

Cabe destacar também o aumento dos números no biênio 2020-2021 em quatro das cinco as regiões brasileiras, sendo exceção a região centro-oeste. Esse biênio coincide com o período de maior severidade dos impactos da pandemia de COVID-19 no país. Embora o aumento nas quatro regiões te-

na retrocedido em 2022, os números ainda permanecem em um patamar bastante superior ao observado no início da série.

Gráfico 13.1 - Brasil e Grandes Regiões: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes - 2016-2022



Fontes: IBGE, Plataforma ODS Brasil, DPE, COPIS e MIDR, SEDEC, S2ID.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1311#>>
Elaboração: IPEA

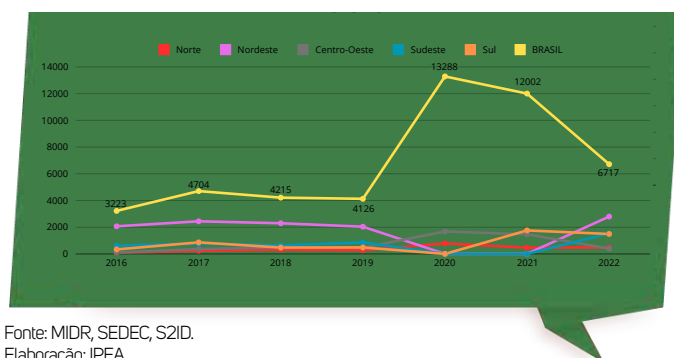
O detalhamento dos dados a nível regional revela ainda profundas desigualdades dentro das regiões, tanto entre estados e distrito federal (Unidades da Federação – UFs), quanto entre suas populações. Por exemplo, na região norte, enquanto Acre e Amazonas tiveram, respectivamente, uma média de 1.899,8 e 2.017,0 pessoas mortas, desaparecidas ou impactadas diretamente por desastres por 100 mil habitantes, Rondônia e Roraima apresentaram médias de 105,8 e 95,5, respectivamente. Na região nordeste, de um lado, Alagoas e Rio Grande do Norte apresentaram, respectivamente, médias de 1.026,4 e 1.128,1, por outro lado, as médias de Ceará e Paraíba foram de 162,0 e 78,5, respectivamente.

Exemplos durante a pandemia também ilustram desigualdades. No biênio 2020-2021, Acre, Amazonas, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro atingiram, respectivamente, picos de 4.660,5, 3.828, 4.755,2 e 3.203,2 mortes, desaparecimentos e impactos diretos de desastres por 100 mil habitantes, patamares muito superiores aos observados nos anos anteriores. Já Ceará

(246,6), Pernambuco (290,4) e Rio Grande do Sul (212,9) não tiveram explosão de casos reportados no mesmo período.

O gráfico 13.2 indica que o número de desastres naturais vem crescendo ao longo dos últimos anos, não obstante o senso comum de que o país apresenta uma menor incidência de eventos climáticos ou meteorológicos extremos em comparação a outras nações do mundo. De um total de 48.275 desastres registrados entre 2016 e 2022, dois terços ocorreram apenas no triênio 2020-2022. Além dos efeitos da pandemia, esse incremento muito provavelmente está relacionado também com as mudanças climáticas, cujos efeitos destrutivos foram mais intensos na última década. Exemplos são as longas estiagens no norte e nordeste e as tempestades no sul e sudeste, ambas provocadas pelo fenômeno El Niño (aquecimento das águas do oceano pacífico nas regiões equatoriais).

Gráfico 13.2 - Brasil e Grandes Regiões: Número de desastres naturais 2016-2022



Fonte: MIDR, SEDEC, S2ID.
Elaboração: IPEA

Em termos de distribuição por UFs verifica-se, novamente, além das discrepâncias regionais, um aumento significativo e generalizado dos casos de desastres durante o período de maior gravidade da pandemia(2020-2021) (tabela 13.1).

A análise da distribuição dos desastres naturais reportados ilustra também discrepâncias entre os municípios. É no âmbito

Tabela 13.1 - Brasil: Quantidade de decretos municipais de desastres por Unidades da Federação 2016-2022

UF	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
AC	9	8	3	8	53	35	14	130
AL	53	163	86	75	232	54	146	809
AM	28	76	46	62	77	98	88	475
AP	1	16	7	4	60	34	6	128
BA	392	553	531	482	1.210	1.027	344	4539
CE	335	271	300	195	440	315	131	1987
DF	1	2	0	1	3	8	0	15
ES	101	89	107	143	306	260	257	1263
GO	8	21	14	147	558	533	105	1386
MA	30	6	20	53	479	454	510	1552
MG	408	542	354	424	2.348	2.448	998	7522
MS	50	235	359	227	474	463	235	2043
MT	46	107	106	88	647	463	65	1522
PA	19	103	235	176	207	188	210	1138
PB	397	407	388	356	608	1.040	482	3678
PE	211	303	271	350	620	802	496	3053
PI	195	170	232	134	548	345	48	1672
PR	59	39	16	17	130	186	204	651
RJ	45	86	131	213	400	201	136	1212
RN	342	529	416	344	771	803	609	3814
RO	1	4	4	15	78	64	15	181
RR	26	7	8	6	5	18	6	76
RS	140	424	150	170	928	736	454	3002
SC	140	403	313	300	1.087	837	837	3917
SE	113	43	53	51	190	206	33	689
SP	61	76	52	81	528	348	141	1287
TO	12	21	13	4	301	36	147	534
Total	3.223	4.704	4.215	4.126	13.288	12.002	6.717	48.275

Fonte: MIDR, SEDEC, S2ID
Elaboração: IPEA

local que fica evidente as diferentes naturezas e letalidades dos desastres naturais e os fatores que contribuem para ampliar a gravidade e os efeitos danosos desses eventos. Entre esses fatores estão a ocupação urbana sem planejamento, o desmatamento de encostas, o assoreamento de rios e a falta

de acesso à moradia em locais adequados e providos de serviços públicos essenciais.

Um estudo da Confederação Nacional de Municípios publicado em 2023¹¹, relatou que, entre 2016 e 2022, mais de 90% dos municípios brasileiros reportaram a ocorrência de algum tipo de desastre natural ou causado por atividade humana. Os danos patrimoniais, no período, foram estimados em mais de R\$ 22 bilhões e cerca de 4 milhões de pessoas foram desabrigadas ou desalojadas por força desses desastres. O número total de moradias danificadas ou destruídas em decorrência de eventos climáticos extremos, tais como tempestades, alagamentos, incêndios e deslizamentos de terra, atingiu cerca de 2 milhões de unidades residenciais.

Buscando prevenir e mitigar esses impactos, o governo federal criou em 2021 o Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos. Esse cadastro identificou um total de 1.580 municípios prioritários para ações e políticas públicas de defesa civil, planejamento urbano e habitação.

Com respeito ao indicador 13.1.2 – Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030, o quadro 1 apresenta a evolução recente do Brasil. Trata-se de um indicador qualitativo (sim/não), que informa se o país está adotando as estratégias e ações para redução de risco de desastres, em conformidade com os entendimentos e os acordos pactuados pelo país.

¹¹ Desastres obrigam mais de 4,2 milhões de pessoas que foram negligenciadas pelas políticas públicas a buscarem alternativas de moradia nos últimos dez anos.

Quadro 13.1 - Brasil: Implementação de estratégias nacionais de redução de riscos de desastres, em conformidade com as recomendações do Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres (2015-2030) 2018-2021

REQUISITOS	2018	2019	2020	2021
Existência de conhecimento dos riscos de desastres no Brasil (Nenhuma)	SIM	SIM	SIM	SIM
Existência de sistema de monitoramento e alerta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	SIM	SIM	SIM	SIM
Existência de Força Tarefa Nacional para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	SIM	SIM	SIM	SIM
Existência de difusão e comunicação para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	SIM	SIM	SIM	SIM
Existência de capacidade de resposta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e MCTI, Cemaden.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1312>
 Elaboração: IPEA

As informações do quadro 13.1 demonstram que o Brasil vem seguindo as recomendações e estratégias previstas no Marco de Sendai para a redução do risco de desastres. O governo federal junto com os estados e demais unidades subnacionais vêm colaborando para a implementação dessas estratégias, sobretudo após o desastre ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Esse desastre, causado por fortes chuvas, ocasionou enchentes e deslizamentos de terra que resultaram na morte de 905 pessoas.

Já o indicador global 13.1.3 – Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastre, foi calculado pelo IBGE a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2017, base de dados disponível mais recente. Os dados correspondem à participação dos municípios na adequação de suas estratégias de prevenção e mitigação dos efeitos de desastres às diretrizes estabelecidas pelo governo federal. Para ser computado neste indicador, um município deve implementar ao menos três das seguintes cinco iniciativas

de gestão de riscos e resposta a desastres: i) instrumentos de planejamento (Lei de Uso do Solo, plano diretor ou outro instrumento que contemple a prevenção de desastres); ii) gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes, inundações e enxurradas; iii) gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de movimentos de massa; iv) cadastro para realocação de população de baixa renda residente em área de risco; e v) equipes de gestão (corpo de bombeiro ou defesa civil).

Conforme se observa pelos dados apresentados na tabela 13.2, em 2020, menos da metade (47%) dos municípios brasileiros cumpriam os requisitos. Ademais, verifica-se novamente a presença de grande heterogeneidade entre as UFs. Enquanto Espírito Santo e Rio de Janeiro, localizados na região sudeste, tinham quase a totalidade dos municípios com estratégias locais de redução de risco de desastres, Maranhão, Rondônia e Roraima, localizados nas regiões nordeste e norte, tinham menos de um terço de seus municípios com ações locais adequadas. Além da profunda desigualdade em termos de capacidade institucional desses estados,

essa disparidade também pode ser, em parte, explicada pela frequência e letalidade dos desastres que atingiram a região sudeste nos últimos anos.

Tabela 13.2 - Brasil: Proporção de governos locais (Unidades da Federação) que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres (%)
2020

Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal)	%
Rondônia	21,2
Acre	59,1
Amazonas	75,8
Roraima	33,3
Pará	48,6
Amapá	50
Tocantins	15,8
Maranhão	23
Piauí	14,7
Ceará	41,3
Rio Grande do Norte	28,1
Paraíba	25,1
Pernambuco	55,7
Alagoas	53,9
Sergipe	45,3
Bahia	34,3
Minas Gerais	48,5
Espírito Santo	93,6
Rio de Janeiro	97,8
São Paulo	53,3
Paraná	69,2
Santa Catarina	79,7
Rio Grande do Sul	56,7
Mato Grosso do Sul	57
Mato Grosso	29,1
Goiás	17,1
Distrito Federal	100
Brasil	47

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Munic 2017.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1313>>
Elaboração: IPEA

O Brasil no G20 e a Agenda Clima

Considerando a importância do ODS 13, o Brasil decidiu aproveitar a oportunidade gerada pelo tempo na Presidência do Grupo das 20 maiores economias do mundo (G20) para fazer avançar a luta pela mitigação das mudanças climáticas, assim como pela adaptação dos países a seus efeitos e pelo financiamento das ações dos países menos desenvolvidos.

Sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” e reconhecendo a emergência climática divulgada no 6º Relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), o Brasil estabeleceu como prioridades: a inclusão social e o combate à fome, à pobreza e às diferentes formas de desigualdade; a promoção das transições energéticas e do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (social, econômica e ambiental); e a reforma das instituições de governança global. Estas prioridades marcam a retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional e dialogam diretamente com o lema da Agenda 2030 de ‘Não deixar ninguém para trás’.

O G20 se organiza em duas faixas paralelas de atuação, que conversam entre si: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças. É prioridade do governo brasileiro fazer com que ambas trilhas possam convergir, aumentando também a participação social nessa instância que originalmente tratava fundamentalmente de questões macroeconômicas. Assim, o Brasil propôs ao G20 a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, o estabelecimento de uma Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança Climática e a Iniciativa sobre Bioeconomia.

A Força Tarefa contra a Mudança Climática tem o objetivo de estabelecer uma agenda orientada para políticas que favoreçam transformações estruturais rumo ao alcance do Acordo de Paris. A Força Tarefa une as Trilhas de Sherpas e de Finanças para avançar em direção à uma maior integração dos países no combate à mudança clima, em duas áreas prioritárias, restabelecimento de planos de transição nacionais críveis, robustos e justos; e redefinição das estruturas de financiamentos para alinhamento com Acordo de Paris.

Meta 13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

O indicador global 13.2.1 - Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação, corresponde ao número de países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês) que vêm honrando seus compromissos.

Entre esses compromissos, está o de desenvolver e atualizar, periodicamente, inventários nacionais das emissões antrópicas dos GEE não controlados pelo Protocolo de Montreal e o de fornecer uma descrição geral das providências para implementar a convenção. Essas informações são reunidas em um documento oficial denominado Comunicação Nacional. O Brasil já submeteu à UNFCCC quatro Comunicações Nacionais, nos anos de 2004, 2010, 2016 e 2020. Além disso, em outubro de 2023, o Brasil submeteu à UNFCCC uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), no âmbito do Acordo de Paris. Vale ressaltar que a NDC é o principal compromisso internacional sobre mudanças climáticas. A primeira NDC do Brasil foi submetida em setembro de 2016, com atualização em dezembro de 2020.

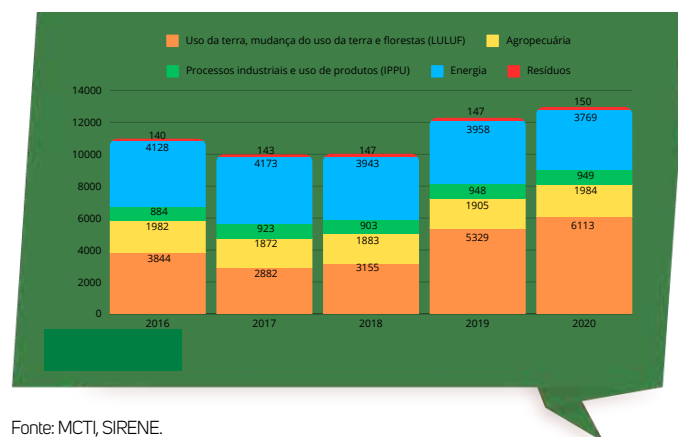
O indicador 13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano é apurado desde 1990 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Essas informações são publicadas periodicamente pelo MCTI, sendo a mais recente a 6ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil (2022) com dados de 2020.

O gráfico 13.3 e a tabela 13.3 mostram a evolução anual das emissões líquidas de GEE e o crescimento percentual anual, por setor, entre 2016 e 2020.

O gráfico 13.3, mostra que a principal fonte de emissões de GEE (CO₂ equivalente) no Brasil continua sendo os setores uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (LULUCF, da sigla em inglês) e agropecuária. Essas duas atividades representavam, juntas, 66% das emissões em 2020, um aumento de 6% em relação à 2016, quando ambas somaram 60%, mas uma queda substancial em relação a 1990, primeiro ano da série, quando ambas somavam 80% das emissões de GEE no Brasil.

A tabela 13.3 mostra o crescimento percentual anual, ano a ano, por setor, das emissões de GEE estufa diretos, deixando explícito o forte crescimento de emissões do LULUF, entre 2018 e 2020.

Gráfico 13.3 - Brasil: Emissões líquidas de GEE por setor (em milhões de toneladas de CO₂) 2016 - 2020



Fonte: MCTI, SIRENE.
Elaboração: IPEA

A tabela 13.4 apresenta cálculos para o crescimento entre 1990-2020 e 2016-2020. Ela reafirma a mudança entre as fontes de emissão ao longo de períodos de tempo maiores. As emissões totais aumentaram 10,75% entre 1990 e 2020,

Tabela 13.3 - Brasil: Emissões de gases do efeito estufa diretos, por fonte de emissão de gases (GT CO₂ equivalentes) (crescimento % ano a ano) 2016-2020

ANO	FONTE DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA					
	TOTAL	PROCESSOS INDUSTRIAIS E USO DE PRODUTOS (IPPU)	AGROPECUÁRIA	USO DA TERRA, MUDANÇA DO USO DA TERRA E FLORESTAS (LULUF)	RESÍDUOS	ENERGIA
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	-7,49	4,78	-4,85	-24,24	1,79	1,12
2018	0,42	-1,62	-0,07	9,18	3,47	-5,29
2019	17,05	5,06	0,90	96,46	1,21	0,38
2020	4,87	0,47	-1,99	14,41	3,21	-4,62

Fonte: Relatório da 6ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil 2022.
Elaboração: IPEA

13,73% entre 2016 e 2020, mas existem variações importantes nos componentes. Entre 2016 e 2020, o LULUF cresceu 57%, embora tenha decaído 29,8% desde 1990. Já a agropecuária cresceu 44,9% desde o início da série, embora tenha decrescido 1,44% entre 2016-2020. Os demais setores (processos industriais e uso de produtos, resíduos e

energia) também cresceram muito em relação a 1990, mas a partir de bases menores, se comparados ao LULUF e à agropecuária. Destaque para o setor de energia, que apesar do crescimento de 102% desde o início da série, teve um decréscimo de 8,3% entre 2016 e 2020, indicando um possível aumento da eficiência energética nos últimos anos.

Tabela 13.4 - Brasil: Emissões de gases do efeito estufa diretos, por fonte de emissão de gases (GT CO₂ equivalentes) (crescimento % períodos selecionados) 1990-2020

ANO	FONTE DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA					
	Total	Processos industriais e uso de produtos (IPPU)	Agropecuária	Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF)	Resíduos	Energia
1990 - 2020	10,75	79,08	44,92	-29,80	165,82	102,00
2016 - 2020	13,73	8,79	-1,95	57,49	10,01	-8,30

Fonte: Relatório da 6ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil 2022.
Elaboração: IPEA

Quadro 13.2 – Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 13

Meta	Indicador	Avaliação dos Indicadores	Avaliação da Meta
13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países	13.1.1. Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes	 	
	13.1.2. Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030	 	
	13.1.3. Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres	 	
13.2. Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	13.2.1. Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação		
	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano		
13.3. Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	13.3.1. Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes		
13.a. Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível	13.a.1. Quantidades fornecidas e mobilizadas em dólares dos Estados Unidos por ano em relação à meta continuada de mobilização coletiva existente do compromisso de US\$100 bilhões até 2025		
13.b. Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas	13.b.1. Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação		

Legenda

 evolução positiva  meta global atingida  sem indicadores ou série curta irregular

 evolução negativa  impactado pela covid-19

Fonte: Elaboração IPEA



VIDA NA ÁGUA



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

ODS 14 - Análise do Progresso das Metas

O oceano é fundamental para a manutenção da vida no planeta. Dentre outras funções, atua como um dos reguladores de calor do globo, no funcionamento do ciclo de chuvas e na absorção de dióxido de carbono.

O ODS 14, voltado para a vida nos oceanos, está estruturado em 10 metas globais. Até o momento, porém, o Brasil possui indicadores com dados disponíveis para três metas apenas (14.5, 14.6 e 14.b); duas metas têm seus indicadores em construção (14.a e 14.b) e as demais não possuem dados disponíveis. As metas 14.1 e 14.3 ainda não possuem dados disponíveis, no entanto, foram destacadas por sua importância quanto à poluição dos mares e seus efeitos globais no oceano. Vale destacar

que os indicadores que medem a eutrofização e a acidificação do oceano, embora não estejam apurados, são bastante importantes para a implementação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, às comunidades locais e à economia da zona marítima.

Metas em Destaque ODS 14

Meta 14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

O indicador dessa meta é o 14.1.1 – a) Índice de eutrofização costeira; e (b) densidade de detritos plásticos. Conforme já alertava o relatório “Agenda 2030 – ODS – Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimen-

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

O relatório indicou um retrocesso no combate à poluição no mar, já que o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar ainda não possui resultados substantivos. Além disso, não há dados constantes e confiáveis suficientes para uma política preventiva contra as diversas formas de poluição no mar. As grandes embarcações que se ocupam da pesca, do transporte de mercadorias e do turismo, por suas características podem interferir na vida marinha, gerando ruído e poluição pela inclusão de espécies invasoras (por causa da água de lastro) e pela utilização de combustível proveniente dos hidrocarbonetos.

Como recomendação, destaca-se a necessidade de assegurar o compromisso do Estado brasileiro com o Tratado Global contra a Poluição Marinha do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além da implementação de estratégias para melhor gerir os recursos marinhos e sua biodiversidade de maneira sustentável. Em consonância com essa recomendação, em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou uma linha de crédito com cerca de R\$ 2 bilhões, do Fundo da Marinha Mercante, destinada à indústria naval. Seu objetivo é estimular a construção de embarcações que utilizem tecnologia e combustível sustentáveis para diminuir a poluição dos mares, fortalecer pesquisas e fomentar o uso de novas tecnologias.

to sustentável: proposta de adequação” (2018), persiste a falta de dados monitorados de forma contínua sobre o problema da poluição marinha no Brasil. Isso dificulta a mensuração de indicadores e o adequado acompanhamento da meta. Contudo, é possível afirmar que, geralmente, há maior eutrofização de zonas costeiras densamente povoadas, embora não se tenha dados históricos disponíveis para comparação (Cotovicz Jr., Marins e Abril, 2022)¹².

Meta 14.3 - Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

O indicador 14.3.1 – Acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta também não dispõe de dados que permitam sua apuração, pois há carência de dados históricos sobre a acidificação do oceano costeiro. No entanto, pesquisadores (Cotovicz Jr., Marins e Abril, 2022) indicam que as zonas de águas

mais frias devem sofrer uma acidificação maior, sendo que a correlação entre maior eutrofização e maior acidificação depende da reação de cada ecossistema. Assim, só seria possível conhecer a situação de cada ecossistema se houvesse um acompanhamento constante.

No Brasil, ainda não há medição contínua nem da eutrofização, nem da acidificação do oceano ao longo de toda a extensão costeira. O monitoramento desses parâmetros, quando ocorre, é realizado por institutos de pesquisas ligados a universidades locais e não possui abrangência nacional. Dessa maneira, para o acompanhamento das metas 14.1 e 14.3 seria necessário construir uma proposta conjunta entre municípios, estados e União para a construção de um sistema de monitoramento integrado. Apesar de vários estudos indicarem que os níveis de eutrofização e poluição por plástico têm aumentado no nível global, não há dados históricos nacionais disponíveis a respeito.

¹² Cotovicz Jr, L.C., Marins, R.V., Abril, G. Coastal Ocean Acidification in Brazil: a brief overview and perspectives. Arquivos de Ciências do Mar, vol. 55, n. Especial, 2022. Universidade Federal do Ceará.

Planejamento Espacial Marinho (PEM)

O PEM é um instrumento de gestão do oceano que possibilita promover a conservação dos ambientes e serviços ecossistêmicos costeiros e marinhos, induzindo o desenvolvimento social e econômico sustentável das comunidades relacionadas às atividades do mar. Segundo a Unesco (2009 e 2021), o PEM é um processo público de análise e alocação de distribuição espacial e temporal das atividades humanas em áreas marinhas, visando alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais, geralmente especificados por meio de processo político.

No Brasil, o PEM está sendo co-coordenado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, como uma ação do Plano Setorial para os Recursos do Mar. Ele é um compromisso assumido pelo governo brasileiro na Conferência da ONU para os Oceanos, em 2017, onde o país se propôs a apresentar seu PEM até 2030.

Com grande extensão de área marítima, o Brasil possui diversos recursos e atividades a serem geridos, como: exploração de petróleo e gás, minerais (como os nódulos polimetálicos), pesca industrial, pesca de pequena escala, aquicultura, exploração de petróleo e gás, minerais (como os nódulos polimetálicos), transporte marítimo, construção naval, infraestrutura de portos, cabos submarinos para comunicação, turismo, exploração de áreas para produção de energia limpa (como a eólica), além da necessidade de defesa do território e do espaço marinho brasileiro.

Nesse sentido, é importante que a gestão e a governança do espaço oceânico brasileiro considerem todas essas atividades econômicas, assim como as questões sociais envolvidas e a preocupação com a conservação do meio ambiente e da biodiversidade marinha e costeira. O PEM auxilia a gestão de uso múltiplo do espaço, enfatiza a conservação do meio ambiente e a diminuição de situações de conflito de agendas e interesses econômicos, promovendo emprego e renda e dinamizando a economia azul sustentável, justa e equitativa.

Atualmente, há duas iniciativas de execução do PEM no Brasil. A primeira é o Brasil está desenvolvendo um projeto piloto do PEM no sul do país, incluindo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com financiamento do BNDES. O projeto corresponde a mais de 10% da área marítima total brasileira e é executado junto à fronteira com o Uruguai. Também está em andamento a contratação A segunda é a contratação de estudos técnicos para a da Região Sudeste Nordeste, com recursos orçamentários do Ibama e da compensação ambiental da Petrobras, por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e para a Região Sudeste também com apoio do BNDES.

Em conjunto com o PEM o Brasil também desenvolve o Gerenciamento Costeiro Integrado (GERCO) instituído pela Lei Federal 7.661/88. O GERCO abarca os 443 municípios considerados costeiros pela Portaria 34 de 2021 do MMA em terra e até 12 milhas náuticas no mar, tendo uma intensa relação com o PEM, em uma escala regional

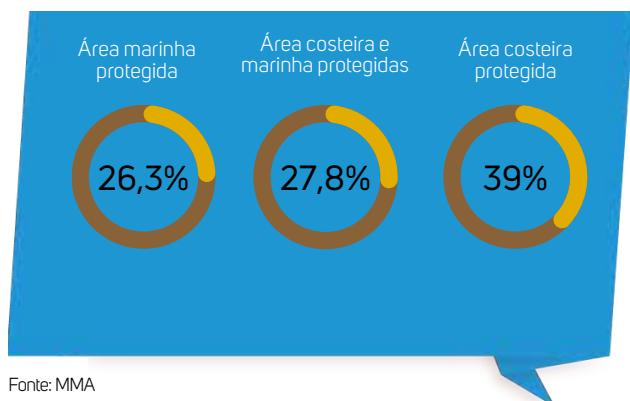
Fonte: Baseado em: <https://www.funbio.org.br/compras_contratacoes/funbio-seleciona-empresas-para-servico-de-consultoria-pessoa-juridica-especializada-para-e-laborar-o-estudo-tecnico-voltado-a-implementacao-de-projeto-piloto-do-planejamento-espacial-marinho/>

Meta 14.5 - Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

Essa meta tem um único indicador, o 14.5.1 – Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas. Em 2023, o Brasil chegou a 26,3% de áreas marinhas

protegidas, superando em mais de 100% a meta de proteger 10% até 2020 (figura 14.1). Em uma abordagem mais abrangente e explicativa, oferecida pelo MMA, há uma diferenciação desse percentual quando se considera o mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva e a área costeira.

Figura 14.1- Brasil: Percentual de áreas marinhas e costeiras protegidas
2023



Levando-se em consideração os dados atuais que constam no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, o percentual de área protegida no bioma marinho é de 26,32%.

Meta 14.6 - Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.

O único indicador da meta é p 14.6.1 - Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (IUU fishing). Ele é medido por meio de questionário realizado pela FAO e se baseia em cinco variáveis, focadas principalmente na adequação de determinados instrumentos internacionais considerados importantes para a atividade responsável e sustentável da pesca: 1) adesão e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982); 2) ade-

são e implementação do Acordo das Nações Unidas sobre Estoques Pesqueiro, Transzonais e Altamente Migratórios (1995); 3) desenvolvimento e implementação de um Plano Nacional de Ação para Prevenir, Deter e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (NPOA - IUU, sigla em inglês) em conformidade com o Plano de Ação Internacional para Prevenir, Deter e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (IPOA-IUU); 4) adesão e implementação do Acordo de Portos da FAO (2009); e, 5) implementação das Responsabilidades do Estado de Bandeira no contexto do Acordo de Conformidade da FAO (1993) e Diretrizes Voluntárias da Performance do Estado de Bandeira da FAO.

Essa meta também está relacionada à 14.4, que trata do estoque de peixes no oceano. Segundo a FAO, em 2019¹³, os estoques do espaço marítimo brasileiro estavam abaixo dos níveis considerados biologicamente sustentáveis. No entanto, essa era a única área do planeta que estava no caminho da restauração e mais próxima de alcançar a meta.

Nessa linha, é importante que se adote e implemente as regras internacionais relativas à pesca ilegal, não registrada e não regulamentada. Isso porque muitos incentivos (subsídios) dados por alguns países à pesca ainda permitem que as embarcações busquem áreas pesqueiras distantes ou fora de seus limites, tenham maior permanência no mar e pratiquem a sobrepesca. Segundo a Fundação Oceana, em 2018, o total de subsídios dados pelas dez principais nações pesqueiras para a pesca em águas de outros países chegou aos US\$ 5,4 bilhões e para a pesca em alto mar a US\$ 800 milhões.

¹³ "Acompanhamento do progresso nos indicadores dos ODS para alimentação e agricultura 2023". Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3a8baf8c-960d-4105-9538-e4bd9bd4503/content/index.html>> Acesso em 01/03/2024.

Para o Brasil, 2022 foi o primeiro ano em que o indicador foi calculado pelo IBGE. O resultado de 0,53 (entre 0 e 1) situa o país em uma faixa de média implementação de instrumentos de combate à pesca ilegal ou não regulamentada. Isso significa que ainda há espaço para melhoria. De modo geral, a FAO (2022)¹⁴ considera que houve um aprimoramento na aplicação desses instrumentos desde 2018, quando a média global era 3, em uma escala de 0 a 5. Em 2022, a média global e a média do Brasil subiram para 4.

Meta 14.b - Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

Essa meta tem o seguinte indicador: 14.b.1 - Progresso dos países quanto ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal, regulamentar, política e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala. No caso brasileiro, em 2022, o resultado de 0,97 (em uma escala de 0 a 1) demonstra alto grau de implementação de instrumentos de acesso a recursos e mercados para a pesca de pequena escala ou artesanal.

O indicador é baseado no Código de Conduta da FAO para Pesca Responsável (CCPR ou CCRF, sigla em inglês). Ele é o primeiro instrumento acordado em nível internacional inteiramente dedicado ao setor da pesca de pequena escala. Ele é construído a partir de três variáveis: 1) existência de leis, regulamentações, políticas, planos ou estratégias que visam ou abordam especifi-

camente o setor da pesca de pequena escala; 2) iniciativas específicas em andamento para implementar as Diretrizes da Pesca de Pequena Escala; e 3) existência de mecanismos que permitam que pessoas que trabalham com a pesca de pequena escala contribuam para processos de tomada de decisão.

Por ser uma meta de implementação, o resultado reflete mais o estado do arcabouço estrutural criado pela regulamentação para o setor do que a efetividade da política pública em dinamizar o mercado para as pescas de pequena escala e artesanal. Assim, pode-se considerar que o Brasil foi bem-sucedido nessa meta, pois, em 2022, o país atingiu o nível 5 (em uma escala na qual 0 indica a deterioração e 5 o atendimento da meta). Esse resultado acompanha a tendência mundial e supera a média da América Latina e Caribe, que está no nível 4.

Apesar do arcabouço legal das normas de gestão e governança da atividade pesqueira ser bem estruturado, ele necessita ser revisto, pois a dinamização proposta pela economia azul – consideradas Atividades econômicas baseadas na sustentabilidade dos recursos oceânicos e na preservação dos ecossistemas marinhos – deve priorizar a sustentabilidade. Nesse sentido, as estatísticas relacionadas à pesca e demais atividades no espaço marítimo são fundamentais para o aperfeiçoamento do arcabouço legal e para a formulação e implementação de políticas públicas sobre o tema.

¹⁴ “Acompanhamento do progresso nos indicadores dos ODS para alimentação e agricultura 2023”. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3a8baf8c-960d-4105-9538-e4b-d9b1d4503/content/index.html>. Acesso em 01/03/2024.

Quadro 14.1- Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 14

ODS 14 - Vida na Água			
Meta	Indicador Global	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	14.1.1 a) Índice de eutrofização costeira; e (b) densidade de detritos plásticos	⊗	⊗
14.2 - Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos	14.2.1 Número de países que utilizam abordagens baseadas em ecossistemas para gerenciar áreas marinhas	⊗	⊗
14.3 - Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis	14.3.1 Acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta	⊗	⊗
14.4 - Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas	14.4.1 Proporção da população de peixes (fish stocks) dentro de níveis biologicamente sustentáveis	⊗	⊗
14.5 - Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível	14.5.1 Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas	✓	✓ 
14.6 - Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobre pesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio	14.6.1 Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (IUU fishing)	✓	✓
14.7 - Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo	14.7.1 Pesca sustentável como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB) de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, (Small Islands Developing States), de países menos desenvolvidos e todos os países	⊗	⊗
14.a - Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos	14.a.1 Proporção do total do orçamento de pesquisas alocado para pesquisas na área da tecnologia marinha	⊗	⊗
14.b - Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	14.b.1 Progresso dos países relativamente ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal/ regulamentar/político e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala	✓	✓ 
14.c - Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que prevê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"	14.c.1 Número de países com progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de quadros legais, políticos e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos	⊗	⊗
Legenda  Evolução positiva  Sem evolução  Meta global atingida  Evolução negativa  Impactado pela covid-19  Sem indicadores ou série curta ou irregular			

Fonte: Elaboração IPEA



VIDA TERRESTRE



Proteger a vida terrestre

ODS 15 - Análise do Progresso das Metas

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade do planeta, que inclui pelo menos 13% de todas as espécies mundiais. Muitas delas são endêmicas, ou seja, encontradas exclusivamente no território brasileiro. Dessa maneira, a perda da biodiversidade do Brasil pode levar à extinção definitiva de espécies, levando a um empobrecimento da biodiversidade global.

Infelizmente, é preocupante o contexto do Brasil com relação às principais causas de perda de biodiversidade: perda e destruição de habitats para as espécies por causa de desmatamentos, incêndios, construção de grandes obras de infraestrutura, mineração, urbanização, poluição, introduções de espécies exóticas invasoras advindas de outros países e eventos climáticos extremos. Como se percebe, essas causas decorrem, direta ou indiretamente, de ações humanas. Por essa razão, é necessário avaliar ao longo do tempo, e de forma

constante, se as atividades humanas estão causando perdas de biodiversidade e reduções na oferta de serviços ecossistêmicos.

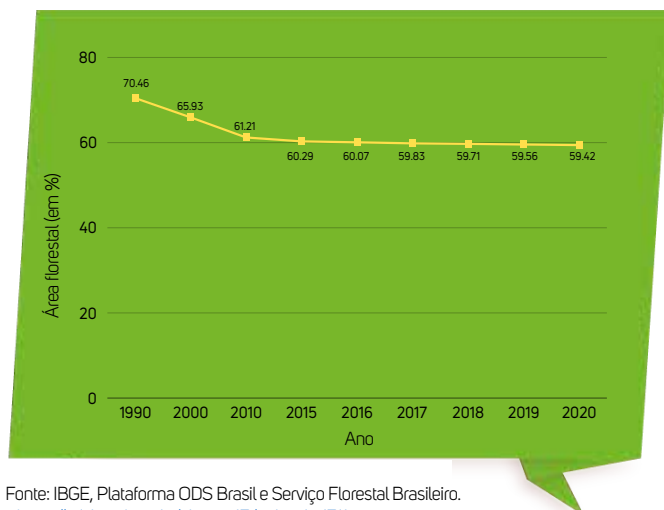
O ODS 15 possui 12 metas e 14 indicadores globais, que podem ser subdivididos em três grandes temas correlacionados: “conservação e uso sustentável da biodiversidade”, “combate à desertificação e à degradação de terras” e “gestão sustentável de florestas”. No entanto, foi feita a análise de três metas – 15.1, 15.2 e 15.6, que apresentaram algum tipo de evolução recente em seus indicadores.

Metas em Destaque ODS 15

Meta 15.1 - Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

De acordo com o critério para a definição de florestas da FAO, adotado também pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Brasil é um país de cobertura vegetal predominantemente florestal. O território brasileiro abrange uma área de 8.358.140 Km². Segundo o IBGE, com base em cálculos produzidos pelo SFB, em 1990, as florestas naturais e plantadas recobriam 70,46% da área terrestre do país. Entre 1990 e 2015, houve uma redução de 10,17% na área total de florestas brasileiras, passando para 60,29%. Essa redução corresponde a aproximadamente 850 mil Km². A partir de 2015, a redução foi freada, e, em 2019, a área florestada correspondia a 59,42%. Em 2020, essa área diminuiu para 59,05%, representando uma redução de 0,87% em relação a 2015, o que equivale a aproximadamente 72,7 mil km² (gráfico 15.1).

Gráfico 15.1 - Brasil: Área florestal como proporção da área total do território (%) 1990-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1511>
 Elaboração: IPEA

Vale ressaltar que 98,07% da área florestal brasileira corresponde a florestas nativas, que estão presentes nos seus seis biomas terrestres (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal). Apenas 1,93 % (área estimada pelo IBGE em 2020 de 9,6 milhões de ha ou 96 mil Km²) refere-se a florestas plantadas.

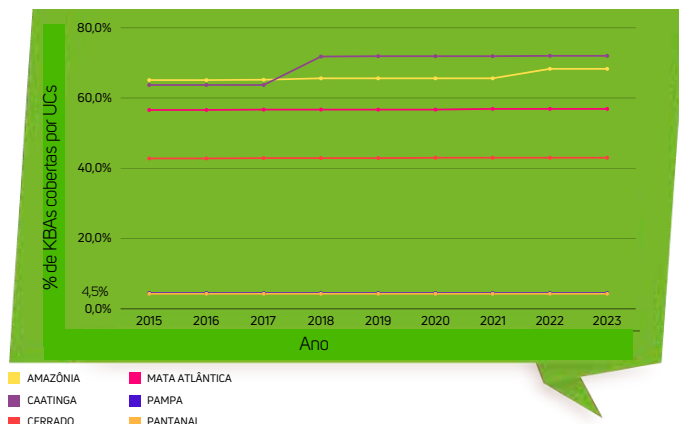
O Indicador 15.1.2 - Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema mede o avanço no percentual dos sítios importantes definidos pelas Áreas-Chave para a Biodiversidade (Key Biodiversity Areas - KBAs, sigla em inglês), as quais são protegidas por unidades de conservação (UCs) ou por terras indígenas (TIs) (IUCN, 2016).¹⁵ No Brasil, atualmente, são reconhecidas 273 KBAs. As UCs são aquelas integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído por meio da Lei nº 9.985, de 2000.

O cálculo do indicador é feito a partir da intersecção dos limites georreferenciados das UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e das TI homologadas com as KBAs. Em consonância com as políticas públicas ambientais, os seis biomas terrestres brasileiros foram adotados como recorte para a desagregação dos dados. Como referência para definição dos biomas, foi utilizado o Mapa de Biomas do Brasil compatível com a escala 1:250.000, publicado pelo IBGE em 2019.

O gráfico 15.2 evidencia que, em 2023, o bioma Caatinga apresentava 72% de suas KBAs cobertas por UCs, o maior percentual entre todos os biomas terrestres brasileiros. Na região intermediária do gráfico, estão a Mata Atlântica e o Cerrado, com 56,9% e 43% das suas KBAs em áreas protegidas por UCs. No extremo inferior estão os biomas Pampa e Pantanal, com apenas 4,5% e 4,3% de suas KBAs protegidas por UCs, respectivamente. Como se vê, com exceção dos biomas Amazônia e Caatinga, não houve avanços no percentual de KBAs protegidas por UCs, entre 2015 e 2023.

¹⁵ International Union for Conservation of Nature). Fonte Completa: IUCN (2016). A Global Standard for the Identification of Key Biodiversity Areas. IUCN, Gland, Switzerland. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/46259>

Gráfico 15.2 - Brasil: Proporção de sítios importantes (KBAs) para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por bioma 2015-2023



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e MMA.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1512>>

Nota: o valor de 4,5% em 2023, em destaque, refere-se ao bioma Pampa, cuja linha no gráfico apresenta-se sobreposta pela do Pantanal.

Alguns fatos chamam a atenção. A Caatinga, onde 72% das KBAs encontram-se cobertas por UCs, tem apenas 9,32% de sua extensão protegida por UCs, o que é um valor baixo. Isso ocorre porque poucas áreas da Caatinga integram o Banco de Dados Global das KBA. No entanto, a Caatinga apresenta rica biodiversidade com muitas espécies endêmicas e é o único bioma terrestre que está 100% contido no território brasileiro. Além disso, a maior parte do bioma se encontra em áreas semiáridas, com risco de se tornarem áridas e desertificadas em decorrência da redução de chuvas ocasionada pela mudança do clima. Isso certamente aumentará o risco de perda da biodiversidade local. Dessa forma, os 72% de KBAs em UCs poderiam indicar que a biodiversidade da Caatinga se encontra suficientemente protegida, o que não parece ser o caso, quando se leva em conta outros indicadores.

Isso também ocorre com a Mata Atlântica, uma das florestas tropicais com maior biodiversidade e número de endemismos do planeta. Esse bioma conta com apenas 11,46% de sua área protegida por UCs, que

contém 56,9% de suas KBAs. O mesmo ocorre ainda com o bioma Cerrado, considerado a savana tropical mais biodiversa do mundo, rica em espécies endêmicas, e que atualmente sofre forte pressão de desmatamentos. Apenas 9,05% de sua área encontra-se protegida por UCs, que contém 43% das KBAs indicadas para o bioma.

No gráfico 15.2 destacam-se também os 4,5% e 4,3% de KBAs cobertas por UCs nos biomas Pampa e Pantanal, respectivamente. Esses números são próximos dos percentuais de cobertura de UCs nesses biomas. Apenas 3,03% da área do Pampa e 4,66% da área do Pantanal encontram-se legalmente protegidos por UCs, os menores percentuais entre todos os biomas brasileiros.

Diante dessa análise, os dados do indicador 15.1.2 devem ser analisados com cuidado, no Brasil e nos demais países. Sua interpretação deve sempre levar em consideração outros indicadores. Caso contrário, pode-se concluir que biomas ou ecossistemas com elevados percentuais de KBAs em UCs estão suficientemente protegidos, o que não necessariamente representa a realidade.

Meta 15.2 - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento

O indicador 15.2.1 – Progressos na gestão florestal sustentável é composto por cinco subindicadores que medem o progresso em todas as dimensões do manejo florestal sustentável. A seguir, são apresentados gráficos da evolução dos cinco subindicadores utilizados para avaliar os progressos na gestão florestal sustentável do Brasil, em todas as suas dimensões.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

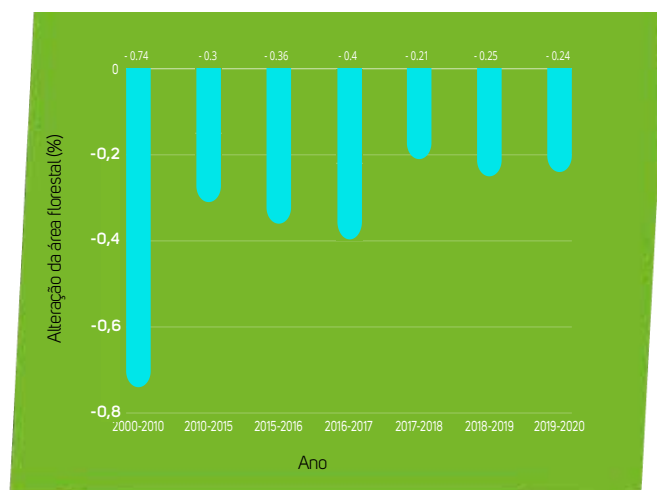
Entre as recomendações do relatório, destacam-se: 1) Reforçar as políticas públicas de gestão sustentável de recursos naturais, reativando programas descontinuados e estabelecendo metas mensuráveis; alocando recursos adequados para o seu monitoramento (inclusive via satélite) e fiscalização ambiental contínua de práticas de manejo e reflorestamento, desmatamento ilegal, redes de tráfico e expansão da mineração e da agropecuária. 2) (...) Implementar a Convenção sobre Diversidade Biológica de 2022, estabelecer e garantir a manutenção urgente de áreas protegidas, desenvolver planos de manejo com participação de comunidades locais e indígenas, demarcar terras indígenas e titular comunidades quilombolas.

A retomada da elaboração e execução dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPDCD) nos biomas, tem o potencial de contribuir sobremaneira para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Tais planos incluem ações de monitoramento e controle, de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Entretanto, de fato são necessários mais recursos, sobretudo de orçamentos governamentais perenes, destinados ao monitoramento da cobertura vegetal em todos os biomas brasileiros realizado pelo INPE. Atualmente, os recursos são fornecidos por fontes extra orçamentárias, resultantes de cooperações internacionais.

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) encontra-se em atualização pelo MMA, a fim de alinhá-las com o novo Marco Global de Kunming-Montreal de Biodiversidade, de 2022. O estabelecimento e a manutenção de áreas protegidas é sempre uma ação da máxima relevância e, conforme mencionado, são necessárias novas e criativas maneiras de mobilização e cooperação com áreas privadas, que constituem a maioria nos biomas extra-amazônicos. Ademais, a participação de comunidades locais e indígenas no desenvolvimento de planos de manejo, assim como a demarcação de terras indígenas e a titulação das comunidades quilombolas, são bastante relevantes e devem ser priorizadas. Isso inclui o estabelecimento de ações do eixo regularização fundiária dos PPDCDs nos biomas, que também estão em fase de elaboração.

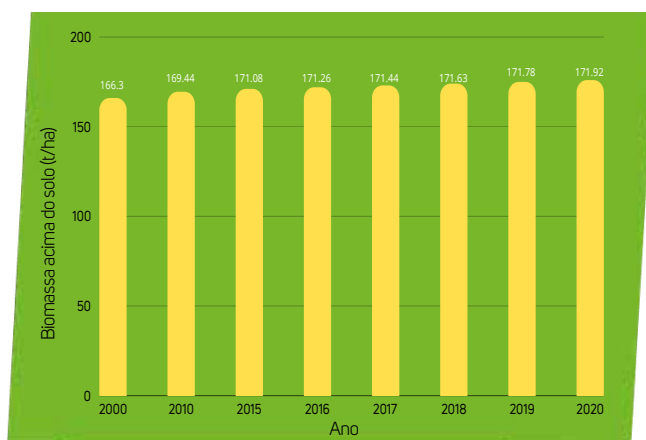
Os três subindicadores de valores ambientais estão centrados na extensão da área florestal, na biomassa dentro da área florestal e na proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados. São eles: 1) Taxa anual de alteração da área florestal (gráfico 15.3), 2) Biomassa acima do solo na floresta (gráfico 15.4), e 3) Proporção de área florestal dentro de áreas protegidas legalmente estabelecidas (gráfico 15.5).

Gráfico 15.3: Brasil: Taxa anual de alteração da área florestal (%) - 2000-2020



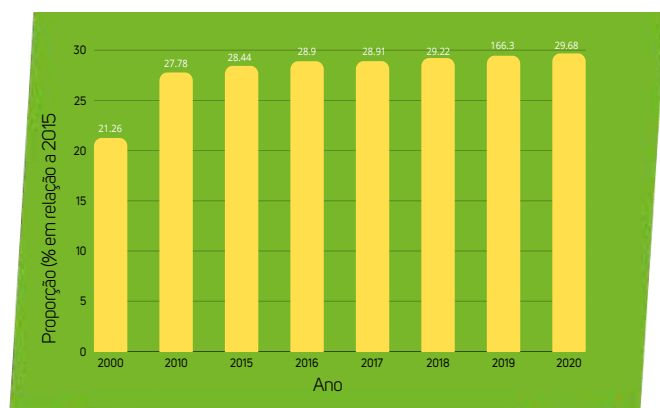
Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>>
Elaboração: IPEA

Gráfico 15.4 - Brasil: Biomassa acima do solo (tonelada/hectare) 2000-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>>
Elaboração: IPEA

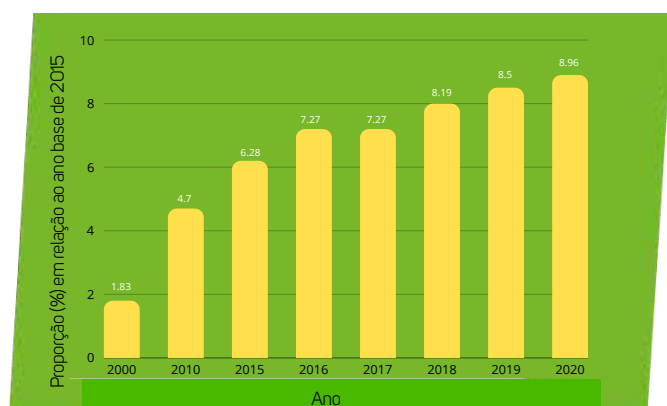
Gráfico 15.5: Brasil: Proporção de área florestal dentro de áreas protegidas (% em relação ao ano base de 2015) 2000-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>>
Elaboração: IPEA

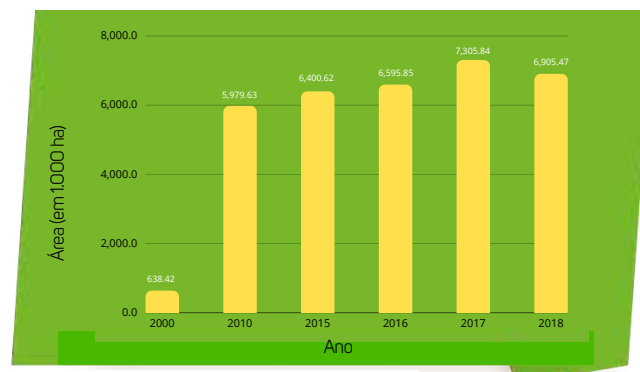
Os valores sociais e econômicos das florestas, por sua vez, são conciliados com os valores ambientais por meio de planos de gestão sustentável, medidos pelo quarto subindicador - Proporção de área florestal sob um plano de manejo de longo prazo (gráfico 15.6). Por fim, o quinto subindicador - Área florestal sob um esquema de certificação de manejo florestal verificado de forma independente, proporciona qualificação adicional ao manejo de áreas florestais. Ele avalia áreas que são verificadas de forma independente quanto à conformidade com um conjunto de padrões nacionais ou internacionais (gráfico 15.7).

Gráfico 15.6 - Brasil: Proporção de área florestal sob plano de manejo de longo prazo (% em relação ao ano base de 2015) 2000-2020



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>>
Elaboração: IPEA

Gráfico 15.7 - Brasil: Área florestal sob esquema de certificação de manejo florestal verificado de forma independente (em mil hectares) 2000-2018



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Serviço Florestal Brasileiro.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>>
Elaboração: IPEA

De modo geral, os dados dos cinco subindicadores apontam que houve melhora na gestão florestal sustentável no Brasil ao longo das últimas duas décadas, com as maiores alterações tendo ocorrido a partir de 2010.

Meta 15.6 - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

Essa meta corresponde à implementação nos países da chamada agenda de Acesso e Repartição de Benefícios, ou agenda ABS (do inglês *Access and Benefit Sharing*). No Brasil, sua regulamentação iniciou-se em 2001 e passou por avanços consideráveis a partir da Lei nº 13.123, em 2015. Desde então, a agenda ABS passou a focar na regulação de resultados, isto é, as obrigações legais passaram a ser exigidas, na maioria dos casos, apenas quando houvesse um resultado, como um estudo, uma patente ou um produto acabado.

A mudança na regulamentação facilitou o uso dos recursos, desburocratizou a relação com o Estado e criou um ambiente regulatório mais adequado à geração de valor, produtos, riqueza e desenvolvimento

Os PPCDC e seu potencial de implementação em outros países em desenvolvimento

O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi elaborado em resposta às elevadas taxas de desmatamento do bioma Amazônia no início dos anos 2000. Segundo dados de monitoramento da cobertura vegetal por satélite realizados pelo INPE, foram desmatados 25,4 mil Km² ao ano em 2003. Foi instituído um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações para reduzir os índices de desmatamento na Amazônia Legal. A partir de um diagnóstico, as ações do PPCDAm foram organizadas nos três eixos temáticos dos PPCs: Ordenamento Fundiário e Territorial, Monitoramento e Controle e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.

A extensão do monitoramento da cobertura vegetal para o restante do território brasileiro revelou que o desmatamento não é um problema restrito à Amazônia Legal. Em 2009, foi desenvolvido o Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, resultante de cooperação entre o MMA, o Ibama e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Assim, seguindo os passos adotados para a Amazônia Legal, foi instituído, em 2010, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado). O PPCerrado foi implementado inicialmente em três fases: 1ª Fase (2010-2011), 2ª Fase (2014-2015) e 3ª Fase (2016-2020), e suas ações foram igualmente organizadas nos três eixos.

A larga e exitosa experiência acumulada pelo MMA e outras instituições governamentais na elaboração desses planos (em fase de expansão para os demais biomas brasileiros), associada à expertise técnica do INPE e do Ibama, fazem com que eles tenham elevado potencial para serem replicados por outros países, sobretudo aqueles em desenvolvimento.

econômico. Outros instrumentos criados a partir de 2015 foram o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SIS-Gen) e o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB).

Portanto, pode-se afirmar que o Brasil fez progressos, embora ainda existam desafios a serem superados para que a agenda ABS esteja plenamente implementada no país.



Quadro 15.1- Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 15

ODS 15- Vida Terrestre			
Meta	Indicador Global	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais	15.1.1 Área florestal como proporção da área total do território	✗	✗
	15.1.2 Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema	—	
15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	15.2.1 Progressos na gestão florestal sustentável	✓	✓
15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	15.3.1 Proporção do território com solos degradados	⊗	⊗
15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável	15.4.1 Cobertura de áreas protegidas de sítios importantes para a biodiversidade das montanhas	⊗	⊗
	15.4.2 (a) índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha	⊗	⊗
	(b) proporção de áreas montanhosas degradadas		
15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas	15.5.1 Índice das listas vermelhas	⊗	⊗
15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos	15.6.1 Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios	✓	✓
15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem	15.7.1 Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito	⊗	⊗
15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias	15.8.1 Proporção de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras	⊗	⊗
15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas	15.9.1 (a) Número de países que estabeleceram metas nacionais em conformidade com a Meta 2 de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 ou metas similares em suas estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade e o progresso	⊗	⊗
	(b) integração da biodiversidade nas contas nacionais e sistemas de relatoria, definidos como implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais	⊗	
15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas	15.a.1 (a) Assistência oficial ao desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade	⊗	⊗
	(b) receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade	⊗	
15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento	15.b.1 (a) Assistência oficial ao desenvolvimento para conservação e uso sustentável da biodiversidade	⊗	⊗
	(b) receita gerada e financiamento mobilizado de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade	⊗	
15.c Reforçar o apoio global para os esforços no combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável	15.c.1 Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito	⊗	⊗
Legenda  Evolução positiva  Sem evolução  Meta global atingida  Evolução negativa  Impactado pela covid-19  Sem indicadores ou série curta ou irregular			

Fonte: Elaboração IPEA



PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso da justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

ODS 16 - Análise do Progresso das Metas

No Brasil, a relevância do ODS 16 é ampliada diante das ameaças à democracia, com questionamentos sobre o sistema eleitoral e o poder judiciário, além da redução da participação social e descontinuação de políticas públicas de direitos. Alcançar esse ideal requer o enfrentamento das marcas do passado colonial e escravista e das raízes da sociedade patriarcal. Assim, o progresso das metas deste ODS no país exige políticas inclusivas que atuem na redução das desigualdades de raça, gênero, orientação sexual, idade e capacidade, que impactam os grupos marginalizados.

A retomada recente da trajetória de fortalecimento da institucionalidade demo-

crática e de promoção da sociedade pacífica e justa é fundamental para o alcance do compromisso com o desenvolvimento sustentável, reafirmado pelo PPA 2024-2027. No entanto, há desafios a serem enfrentados em diferentes frentes, muitas das quais perpassam questões estruturais e históricas de difícil resolução em curto e médio prazos.

As metas analisadas são aquelas que têm mais forte alinhamento com os programas do PPA 2024-2027 e outras políticas públicas prioritárias do país e para as quais há disponibilidade de indicadores globais ou dados oficiais correlatos. As metas 16.1 e 16.3 relacionam-se às dimensões de paz e

de justiça, ao passo que as metas 16.6, 16.7 e 16.b refletem diretamente e de forma mais abrangente os desafios relacionados ao fortalecimento das instituições nas dimensões da eficácia, responsabilidade e inclusão.

Metas em Destaque ODS 16

Meta 16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares

A meta 16.1 prevê quatro indicadores globais, sendo que o segundo indicador (16.1.2 – Óbitos relacionados com conflitos por 100.000 mil habitantes, por sexo, idade e causa) não se aplica ao Brasil. Nos últimos anos, o Brasil apresentou progresso no indicador 16.1.1 – Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade. A comparação da taxa nacional de homicídios por 100 mil habitantes entre 2016 e 2022 revela uma redução de 30,7% durante esse período.

No entanto, essa diminuição deve ser interpretada com cautela. A desagregação dos dados indica que a redução dos homicídios não tem beneficiado igualmente todas as pessoas.

Ao desagregar as taxas por sexo e idade, observa-se que a retração foi mais acentuada entre homens (-31,4%) e entre pessoas jovens nas faixas de 10 a 14 anos (-52,6%) e de 15 a 19 anos (-47,1%). Já a retração da taxa de homicídios de mulheres foi de 22,7%, um percentual bastante menor quando comparado ao dos homens. Uma parte significativa dos homicídios de mulheres está relacionada à violência doméstica cometida por um companheiro, ex-companheiro ou familiar. Dessa forma, a redução da violência contra as mulheres como um todo depende também de políticas customizadas para esses contextos e

dinâmicas.

Embora o indicador global não traga previsão de desagregação por cor ou raça, no Brasil, esse fator é essencial para a compreensão das dinâmicas da violência. Pessoas negras têm aproximadamente o triplo de chance de serem vítimas de homicídio, em comparação a pessoas não negras. Além disso, as pessoas negras representaram 83,1% das vítimas decorrentes de intervenções policiais apenas no ano de 2022¹⁶.

Outro fator contextual também exige cautela com relação à tendência. A flutuação da taxa de homicídios tem se mostrado fortemente associada às disputas e às treguas entre as grandes facções prisionais. Em 2016 e 2017, houve uma explosão da violência ocasionada pela expansão territorial do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho, facções originárias da região Sudeste, rumo às demais regiões do país. O armistício entre as facções, operado a partir de 2018, é o principal fator explicativo para a queda dos homicídios. Nesse sentido, o futuro incerto do equilíbrio entre as facções não permite afirmar a permanência da melhora do número de homicídios. Igualmente, a despeito da recente redução em 2021, o Brasil ainda ocupava a décima segunda posição no ranking de maiores taxas de homicídios no mundo, segundo os dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês).

O indicador 16.1.3 – Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses está disponível apenas para o ano de 2019, em que a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE

16 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 65.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

No capítulo do ODS 16 do relatório, encontra-se a seguinte recomendação: Elaborar e implementar Agenda Intersectorial e Transversal de Prevenção Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, que inclua avaliação e revisão do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, recursos adequados e a promoção de sinergia entre os Planos Setoriais, com destinação financeira para intervenções de prevenção primária e específicas, baseadas no Pacote INSPIRE⁵¹ da ONU.

O estudo sobre o desenvolvimento institucional da política da infância no Brasil mostra que sua implementação sempre ocorreu de forma fragmentada. Nunca existiu um órgão coordenador, com força política, responsável pela integralidade das ações e políticas voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente (C&A). Por ser considerada uma política transversal, que tem grande parte de suas ações executada por ministérios setoriais, o órgão gestor da política não conta com orçamento suficiente para executar suas ações. Assim, a implementação da política fica dependente da prioridade a ser concedida por outros ministérios. O arranjo institucional, encabeçado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda), não detém poder formal para alocar orçamentos dos outros ministérios que executam ações na área da infância. Sua atuação, nesse caso, é de articulação e gestão para que haja recursos e programas focados em C&A. Com o PPA 2024-2027 e a criação da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes, o Brasil dá um importante passo para garantir que as políticas públicas atendam ao princípio da prioridade absoluta dada aos meninos e meninas pela Constituição Brasileira. Essa agenda possui 83 objetivos específicos, 178 entregas e 93 medidas institucionais e normativas, incluídos em 41 programas. Todas as entregas previstas contribuem com uma das seguintes dimensões: alimentação e renda; educação e informação; trabalho infantil, violências e direitos; moradia, água e saneamento; saúde; cultura, esporte e lazer; e capacidade institucional.

incluiu questões sobre vitimização por motivos físicos, sexuais e violência psicológica sofrida por pessoas com 18 anos ou mais. Nesse ano, os dados demonstraram que 18,3% da população havia sofrido violência nos últimos 12 meses. A taxa de vitimização foi maior entre as pessoas do sexo feminino (19,4%), pretas (20,6%), pardas (19,3%) e jovens de 18 a 29 anos (27%).

O indicador 16.1.4 – Proporção da população de 15 anos ou mais de idade que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive também não conta com série histórica, estando disponível apenas para o ano de 2021. Neste ano, menos da metade (48,3%) da população em geral relatou sentir-se segura. Para fins de comparação, entre os 42 países que reportaram o indicador 16.1.4 em 2021, em média, 63,6% da população relatou sentir-se segura quando caminha sozinha na área onde vive. Os indicadores de sensação de segurança são piores para as mulheres (apenas 41,1% sentem-se seguras) e pessoas pretas e pardas (apenas 46,7% sentem-se seguras). Tais dados corroboram com o cenário de maior vitimização desses grupos também mostrado pelo indicador 16.1.3.

Em síntese, os indicadores, em conjunto, indicam que há um longo caminho a ser percorrido na construção de uma sociedade pacífica e inclusiva no Brasil, sendo as facções de base prisional e a super-representação de pessoas negras e mulheres pontos essenciais a serem enfrentados.

Meta 16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

A meta 16.3 possui três indicadores globais, para dois dos quais há informação produzida pelo Brasil.

O indicador 16.3.1 – Proporção de vítimas

de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos está disponível apenas para 2021, para o crime de roubo, com dados da Pesquisa Nacional de Vitimização. Nesse ano, 71,4% das vítimas de roubo relataram ter reportado o crime às autoridades competentes. Embora não exista série histórica, o Brasil está bem posicionado em comparação aos demais países que reportaram esse indicador. Considerando o dado mais recente de cada país entre 2016 e 2021, o Brasil está na terceira posição entre os 31 para os quais há informação.

Dessa forma, pelo menos em relação a roubo, os dados evidenciam razoável confiança nas instituições de segurança pública. Entretanto, cabe destacar a ausência de dados sobre a proporção de vítimas que reportaram os crimes de agressão física e de violência sexual às autoridades, o que impossibilita uma análise mais refinada sobre o acesso à justiça e confiança nas instituições.

Para o segundo indicador, 16.3.2 - Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral), há série histórica disponível. A proporção de presos sem sentença reduziu de 34,6%, em 2016, para 24,8%, em 2022. O bom resultado pode ser atribuído à implementação das audiências de custódia, criada em 2015 por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essas audiências consistem na rápida apresentação da pessoa que foi presa a um/a juiz/a onde também são ouvidos o Ministério Público, a Defensoria Pública ou a pessoa constituída como advogada da pessoa detida.

A audiência de custódia é o momento no

qual o/a juiz/a aprecia se a prisão ocorreu dentro da lei, se houve violência policial e há requisitos para sua manutenção. A implementação desse tipo de audiência está prevista em pactos e tratados internacionais de direitos humanos internalizados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Mesmo assim, dada a magnitude do encarceramento no Brasil, a quantidade de prisões provisórias ainda surpreende em números absolutos. Em junho de 2023, havia 180.167 pessoas presas sem sentença condenatória, representando cerca de um terço do contingente de 649.592 pessoas presas em celas físicas. De qualquer forma, a evolução desse indicador é positiva e sinaliza o fortalecimento dos direitos fundamentais, em especial, a presunção de inocência e o devido processo legal.

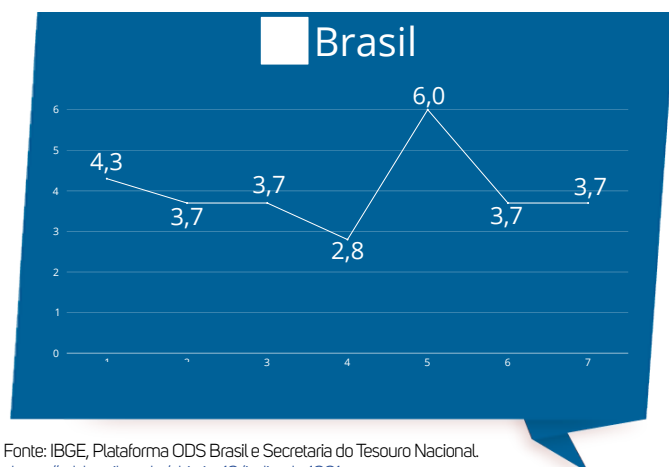
Meta 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

A meta 16.6 é retratada por meio de dois indicadores. Há dados disponíveis para o 16.6.1 - Despesas públicas primárias como proporção do orçamento aprovado, por setor ou por códigos de orçamento ou similares. No entanto, é preciso destacar que, entre 2016 a 2022, houve mudanças significativas no arcabouço normativo que regula a política fiscal do Brasil.

Em 2016 aprovou-se a EC 95, que estabeleceu o “Novo Regime Fiscal” e impôs restrições à aprovação de despesas públicas. Quatro anos depois, em 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, houve a dispensa do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho. Já em 2022, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 126, chamada de “PEC

da Transição”, que exigiu a criação de um regime fiscal sustentável. Esse regime foi consolidado em 2023 com a edição da Lei Complementar nº 200, chamada de “Novo Arcabouço Fiscal (NAF)”. A mudança de regimes normativos afeta a comparabilidade dos dados em séries históricas mais longas e a mensuração dos esforços para cumprimento dos objetivos pactuados. Dessa forma, ainda que os dados do gráfico 16.1 não indiquem grandes oscilações (com exceção do aumento em 2020, em razão de excepcionalidade do contexto da pandemia), não é possível afirmar que houve progresso ou estabilidade. Ao contrário, o cenário é de retrocesso.

Gráfico 16.1 - Brasil: Proporção de despesas primárias do governo em relação ao orçamento original aprovado (%) - 2016-2020



Todos os anos apresentam valores abaixo dos 4,3% do início da série, com exceção de 2020, em razão da pandemia. Além disso, uma parcela significativa do orçamento público federal continua comprometida com despesas financeiras. Em 2023, mais de 50% dos recursos orçamentários aprovados foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Enquanto os encargos e serviços da dívida pública continuarem a pressionar a disponibilidade orçamentária, a possibilidade de aumento significativo do percentual

dedicado às despesas primárias é baixa, mesmo com a ampliação dos valores totais do orçamento.

O indicador 16.6.2 - Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos ainda não foi produzido pelo IBGE. Contudo, dados do Painel de Monitoramento de Serviços Federais demonstram que houve ligeira melhora na avaliação dos serviços digitalizados, que correspondem a 90% dos serviços federais. Em fevereiro de 2024, o índice de qualidade alcançou 4,41 pontos de um total de 5. Em de abril de 2023 e 2021, o percentual de satisfação era de 4,37 e 4,26, respectivamente.

É necessário considerar a ausência de dados sistematizados sobre os serviços prestados presencialmente e pelos serviços prestados pelos estados e municípios, que têm contato mais direto com a população. A iniciativa de digitalização de serviços públicos busca facilitar e aprimorar o acesso e a prestação dos serviços, porém é necessário conhecer os contextos locais e atentar para os limites do processo de digitalização. A digitalização não pode inviabilizar ou dificultar o atendimento de pessoas com dificuldades de acessar ou manejar as tecnologias utilizadas.

Meta 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

Para a meta 16.7 foram definidos dois indicadores globais. O primeiro é o 16.7.1 - Proporções de cargos por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais em instituições públicas legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais. Em 2024, o IBGE passou a divulgar a representação proporcional de juízes na população em idade de trabalhar

(14 anos ou mais), porém o gráfico 16.2 abaixo apresenta os dados mais recentes disponíveis no momento de fechamento deste RNV (2021).

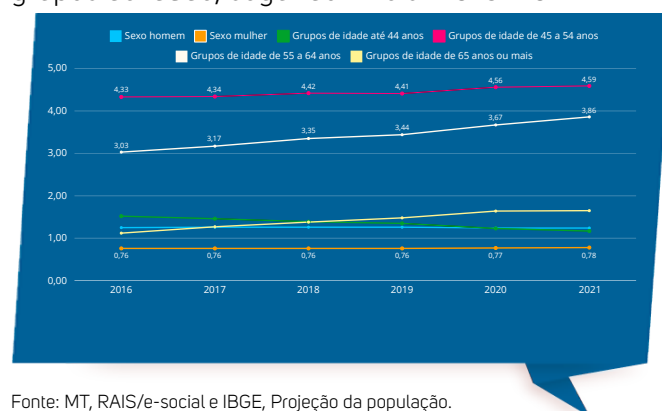
A série histórica desde 2016 aponta que a diferença entre homens e mulheres não apresentou mudanças significativas e que a proporção de mulheres juízas se manteve inferior. No quesito idade, nota-se aumento da representação das faixas etárias mais elevadas, especialmente acima de 55 anos.

Dados do Atlas do Estado Brasileiro, plataforma mantida pelo IPEA para o acompanhamento de dados do serviço público no Brasil, permitem complementar esse diagnóstico no quesito cor/raça. Os dados indicam que a presença de juízes brancos aumentou de 1,75 para 1,78. Já a de pardos e pretos, aumentou de 0,41 para 0,42 e de 0,18 para 0,15, respectivamente.

Embora tenha havido um ligeiro aumento da presença de pardos entre os magistrados no período, a presença de pessoas negras (pretas mais pardas) apresentou uma queda mais expressiva, em razão da queda maior na presença de pessoas pretas entre com o cargo de juiz. Esses resultados questionam os efeitos da política de cotas raciais implementada no poder Judiciário desde 2015. O pouco tempo de implementação da medida, os altos custos para preparação para os concursos, o caráter tardio da validação da autodeclaração racial e a fragmentação das vagas são algumas das possíveis explicações levantadas por estudos para a ainda baixa efetividade da política.

Os dados reforçam a homogeneização interna da magistratura, fenômeno apontado em estudo do IPEA para o conjunto de carreiras jurídicas¹⁷. O envelhecimento das pessoas já com carreira e a lenta incorporação de mulheres e pessoas negras restringe a diversidade e tende a intensificar a coesão interna desse quadro profissional.

Gráfico 16.2. Brasil: Proporção de juízes em relação às distribuições nacionais, por sexo e grupos de idade, segundo níveis 2016-2021



Fonte: MT, RAIS/e-social e IBGE, Projeção da população.
Elaboração: IPEA

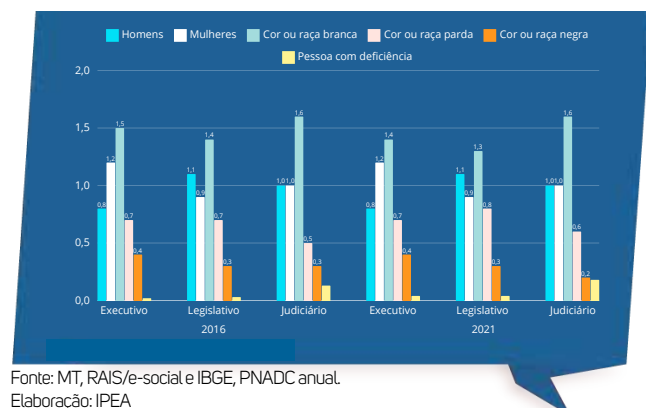
Os dados do IBGE para acompanhamento do mesmo indicador para os parlamentares ou decisores do Poder Executivo não estavam disponíveis. Entretanto, foi possível calcular o indicador para o conjunto de pessoas empregadas nos três poderes usando a mesma metodologia do IBGE por meio do Atlas do Estado Brasileiro, conforme o gráfico 16.3.

O quadro geral é de pouca mudança, com exceção de um pequeno aumento da razão no quesito cor/raça no Executivo e no Legislativo e de pessoas com deficiência no Executivo e no Judiciário. Também, de uma queda da razão no quesito sexo no Judiciário. Os dados revelam os desafios para acelerar

¹⁷ AQUINO, Lusení. Carreiras jurídica, profissionalismo e estado: um olhar a partir do cenário federal. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12045>

a ampliação da diversidade no serviço público brasileiro.

Gráfico 16.3 - Brasil: Razão entre a proporção de vínculos públicos e proporção na população de 14 anos ou mais de idade, por sexo, cor/raça e condição de deficiência nos poderes 2016 e 2021



A qualidade da tomada de decisão pública busca ser refletida também pelo indicador global 16.7.2 - Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional). Embora ainda não haja dados para a construção desse indicador, informações coletadas e pesquisas realizadas pelo IPEA indicam expressivo retrocesso no desenvolvimento e aperfeiçoamento de instâncias de participação voltadas a promover a tomada de decisão inclusiva e responsiva.

Essas pesquisas mostram que o período posterior ao ano de 2016 foi desafiador para a permanência e resiliência das instituições participativas nacionais. O cenário foi marcado por tentativas explícitas de desmantelamento dessas instâncias, como decretos extinguindo conselhos e colegiados nacionais, cancelamento de conferências nacionais já convocadas e alterações no funcionamento dos espaços participativos para controle governamental.

A pandemia, ao inviabilizar a realização de

eventos presenciais, também contribuiu para o retrocesso da participação social no Brasil. Contudo, o ano de 2023 foi marcado pela retomada e reconstrução dos arranjos participativos extintos e enfraquecidos no período de 2019-2022. No período de um ano (2023), por exemplo, já foram realizadas cinco edições de conferências nacionais e recriados todos os conselhos nacionais de políticas públicas que haviam sido extintos, de forma arbitrária, em anos anteriores. Essas iniciativas demonstram que o Brasil retomou sua trajetória de participação social nas políticas públicas para tornar as decisões públicas mais inclusivas.

Nessa mesma direção, é relevante destacar o amplo processo de participação social na elaboração do PPA 2024-2027. Esse processo envolveu uma série de iniciativas participativas, como consultas públicas, audiências regionais e mesas de diálogo com representantes da sociedade civil, organizações não governamentais e setor privado. Por meio desse processo, foi possível coletar contribuições e garantir que as políticas e diretrizes do PPA refletissem as necessidades e demandas reais da população brasileira. Essa abordagem inclusiva fortaleceu a legitimidade e a eficácia do plano e a transparência e prestação de contas do processo de formulação de políticas públicas.

Meta 16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

A meta 16.b não apresenta dados para o indicador global 16.b.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos. No entanto, é possível afirmar que, no perío-

Avançando a agenda de desenvolvimento sustentável para crianças e adolescentes no Brasil e na América Latina: progresso e aprendizados para uma ação acelerada

Apoiar a plena realização dos direitos da criança em todos os contextos é uma obrigação legal de todos os Estados membros da Convenção sobre os Direitos da Criança. Tal ato não é apenas uma atitude imperativa ética, mas também de extrema importância para quebrar os persistentes ciclos de pobreza e desigualdade e para construir sociedades equitativas e justas. À medida que nos aproximamos do ponto intermediário da visão da Agenda 2030, é crucial avaliar o progresso em relação às metas dos ODS centradas nas crianças, a exemplo da meta 16.2 que propõe “Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças”. Utilizar dados para monitorar e analisar o progresso é fundamental para progredir no diálogo de políticas baseadas em evidências, aperfeiçoar estratégias, acelerar ações e ajustar a alocação eficaz de recursos para realizar nossa visão para cada criança. O UNICEF lançou em 2023 o relatório “Progresso no Bem-Estar das Crianças: Colocando os direitos das crianças no centro da Agenda 2030”. São dados de 48 indicadores em vários países para avaliar o progresso em cinco áreas: Sobreviver e Prosperar, Aprendizagem, Proteção contra Lesões, Ambiente Seguro e Limpo e Vida Livre da Pobreza. A comparação das metas dos ODS relacionadas às crianças pode ajudar os países a entender o esforço e o nível de ambição necessários para alcançar seus objetivos. Os dados permitem avaliar o progresso em termos absolutos, em relação a parceiros regionais e em nível global. Essas métricas também podem ser usadas em países onde as metas nacionais dos ODS foram estabelecidas para ponderar se essas metas são de fato ambiciosas e realistas. Para o Brasil, o desempenho é mostrado em comparação com três parâmetros de referência distintos: (i) Global - onde todos os países são comparados igualmente; (ii) Por outros países de renda média alta; ou (iii) Por outros países na região da América Latina e do Caribe.

Fonte: UNICEF (2023)
<https://data.unicef.org/resources/sdg-report-2023/>

do de 2016 a 2022, o Brasil atravessou um processo de desmonte de políticas públicas promotoras de equidade, que distanciou o país do cumprimento da meta. O rebaixamento da posição institucional das agendas de gênero, raça e direitos humanos, que deixaram de ter políticas conduzidas em nível ministerial para serem reduzidas a áreas dentro de outras pastas, teve implicações de diversas naturezas para a descontinuidade de políticas e o retrocesso nesta meta. A redução da visibilidade dessas agendas, a queda nos orçamentos e a redução da capacidade de articulação, do cumprimento das leis e regulamentos e da execução de políticas foram alguns dos desdobramentos.

Antes fundamentadas na lógica da transversalidade, intersetorialidade e participação social, políticas voltadas para a equidade de gênero e racial sofreram intenso processo de deslegitimação, reinterpretção e redução de abrangência. Alguns exemplos: a implementação da lei de cotas raciais nas universidades não teve acompanhamento, a violência letal contra pessoas indígenas apresentou progressivo crescimento, poucos instrumentos da política para as mulheres sobreviveram, as ações de inclusão perderam relevância e as instâncias de diálogo com a sociedade foram desmobilizadas.

Conforme mencionado, os obstáculos para o acesso igualitário ao trabalho e ao estudo permaneceram e as demandas de trabalho doméstico e de cuidados se intensificaram durante a pandemia. Segundo o IBGE, 22,3% dos jovens entre 15 e 29 anos não estavam estudando nem ocupados em 2022, o que equivale a um em cada cinco pessoas nesta faixa etária. Desse percentual, 43,3% eram mulheres

pretas ou pardas, 24,3% eram homens pretos ou pardos, 20,1% eram mulheres brancas e 11,4% eram homens brancos.

pele Brasil em anos recentes, o alcance da meta 16b demanda que sejam retomadas e ampliadas as políticas de ação afirmativa,

assim como reconhecida a importância de considerar os diferentes marcadores sociais para analisar e construir estratégias. Ações nesse sentido estão sendo implementadas desde 2023, com a volta do projeto democrático participativo no governo federal.

Quadro 16.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 16

PROGRESSO DAS METAS			
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
Meta	Indicadores Globais	Avaliação do Indicador	Avaliação da Meta
16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	16.1.1 - Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade	✓	—
	16.1.2 - Óbitos relacionados com conflitos por 100 000 habitantes, por sexo, idade e causa	⊗	
	16.1.3 - Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses	⊗	
	16.1.4 - Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive	⊗	
16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	16.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês	⊗	⊗
	16.2.2 - Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100 000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração	⊗	
	16.2.3 - Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos	⊗	
16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos	16.3.1 - Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos	⊗	✓
	16.3.2 - Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral	✓	
	16.3.3 - Proporção da população que teve alguma disputa nos últimos dois anos, e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo	⊗	
16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado	16.4.1 - Valor total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (em dólares americanos correntes)	⊗	⊗
	16.4.2 - Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente, em linha com instrumentos internacionais	⊗	
16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	16.5.1 - Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses	⊗	⊗
	16.5.2 - Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses	⊗	
16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	16.6.1 - Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares)	✗	✗ ☀
	16.6.2 - Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos	⊗	
16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	16.7.1 - Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais	✗	✗
	16.7.2 - Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional	⊗	
16.8 - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global	16.8.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.	⊗	⊗
16.9 - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento	16.9.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade	⊗	⊗
16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	16.10.1 - Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses	⊗	⊗
	16.10.2 - Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação	🎯	
16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	16.a.1 - Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris	⊗	⊗
16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	16.b.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos	⊗	✗

Legenda



Evolução positiva



Sem evolução



Meta global atingida



Evolução negativa



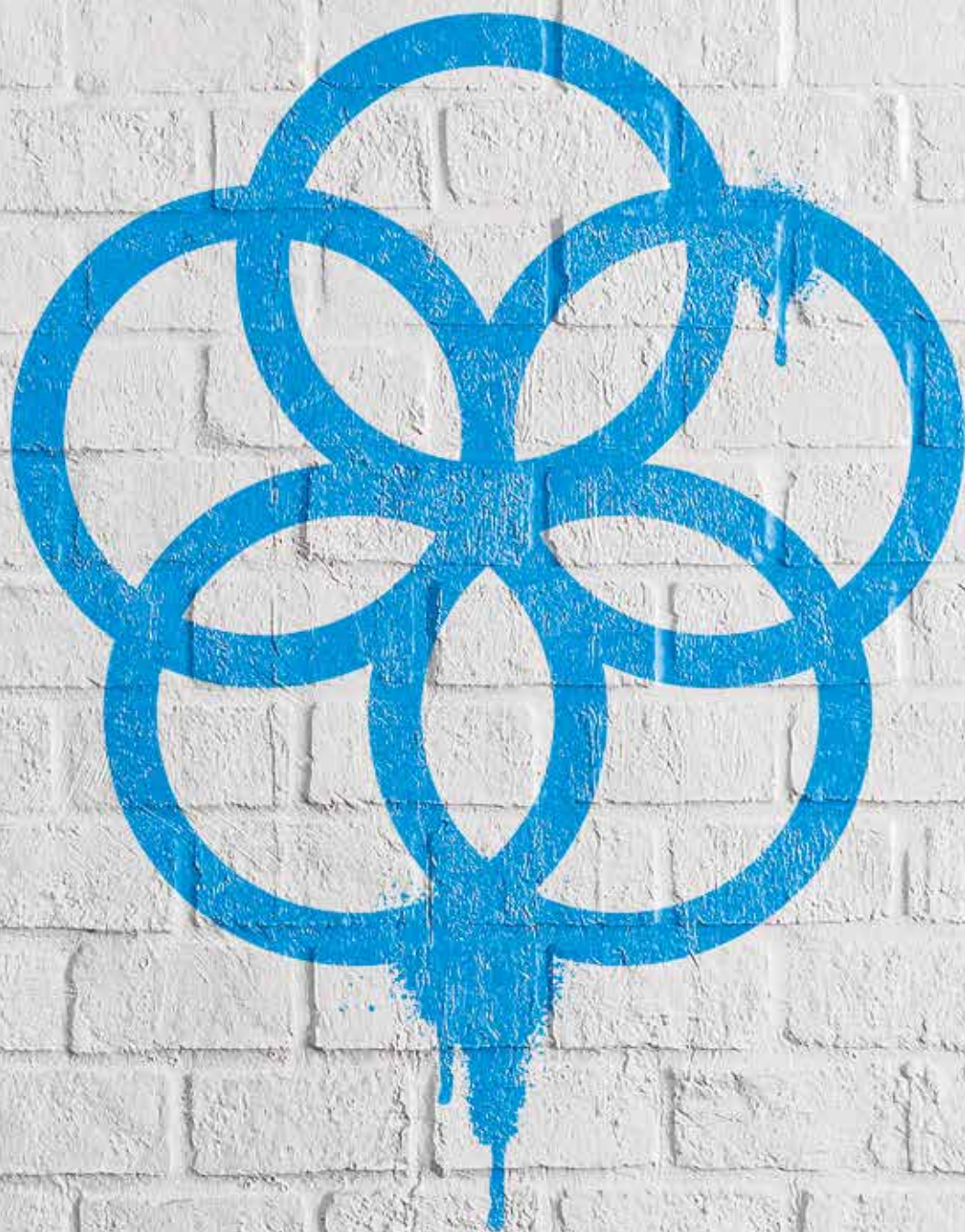
Impactado pela covid-19



Sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPEA

CAPÍTULO **IV**





PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Meios de Implementação dos ODS no Brasil

4.1. Introdução

Em recente relatório especial sobre o progresso global da Agenda 2030, o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) expressou uma advertência tão evidente quanto alarmante: sem que haja um forte incentivo financeiro, os ODS não serão alcançados, especialmente onde sua urgência é maior. Naquele documento, o Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, defendeu a necessidade de haver um intenso e alargado redirecionamento de recursos aos países mais carentes, sugerindo três vias de ação simultâneas: a) gestão de dívidas com redução de custos; b) ampliação do financiamento de longo prazo, liderado por bancos públicos nacionais e multilaterais; c) e elevação da disponibilidade de crédito emergencial, em auxílio a países gravemente endividados devido à pandemia.

Concretamente, o apoio financeiro constitui um meio de implementação indispen-

sável para que as metas acordadas pela humanidade possam progredir em direção ao desenvolvimento sustentável. De toda forma, não se pode afirmar que a mobilização de recursos seja instrumento suficiente. Ela deve vir acompanhada da transferência de tecnologias, cooperação técnica, desenvolvimento de capacidades nacionais, produção de dados estatísticos, e aplicação de conhecimento científico para o monitoramento e avaliação das políticas públicas. Visando garantir o reforço dessas e outras ferramentas fundamentais para a concretização do pacto global, o último dos dezessete ODS contém o maior conjunto de metas de toda a Agenda 2030.

Dada sua singularidade, sua transversalidade e seu vínculo com o tema dos meios de implementação, o ODS 17 teve seu exame transferido para este sétimo capítulo. Para assegurar a sequência lógica do con-

teúdo apresentado anteriormente, a análise do progresso das metas a ele vinculadas se introduz imediatamente na seção a seguir. A discussão elaborada serve como fundamentação para responder aspectos da questão central que orienta o tópico presente: como as metas podem ser efetivamente alcançadas até o final desta década? Para dar sequência às reflexões, o capítulo se desdobra em duas seções adicionais: a terceira seção examina os avanços brasileiros no contexto das recomendações acordadas na Agenda de Ação de Adis Abeba, enquanto a última foca nas lições que foram e ainda podem ser aprendidas pelo país.

4.2. O Brasil e o ODS 17: os meios de implementação em números

4.2.1. A abordagem global brasileira para o tema

A destinação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos é indispensável para o cumprimento das metas dos ODS, e constitui um dos seus maiores desafios, especialmente para um país em desenvolvimento e de renda média como o Brasil. Conforme antecipado, o ODS 17 representa um objetivo diagonal, necessário para o cumprimento dos demais dezesseis objetivos. Ele trata, além dos meios de implementação, das parcerias cruciais para cumprir a missão de “não deixar ninguém para trás”. Conforme a letra do acordo, o ODS 17 se descreve como “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

Desde o início deste século, o Brasil tem se destacado dentre os países emergentes que estabelecem projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento, trocando suas experiências e fornecendo

recursos técnicos, conforme suas capacidades e mediante a demanda de nações parceiras. Seja na América Latina, seja na África, a cooperação técnica sul-sul brasileira se expandiu nos anos 2000, tanto em termos do montante de recursos empregados pelo país como do alcance temático das iniciativas empreendidas. No âmbito dessa atuação, o Brasil tem advogado por uma cooperação estruturante. Essa ideia se originou de experiências com projetos e parcerias no setor de saúde, mas pode ser aplicada a todas as áreas.

A cooperação defendida pelo país denota um tipo de relacionamento que busca a transformação sistêmica de longo prazo e a construção de capacidades nos países parceiros por meio do fortalecimento institucional, da construção de autonomia, com foco na coletividade e com sustentabilidade. Para além da defesa desses pontos, o Brasil tem exercido liderança em negociações internacionais na promoção de princípios e práticas particulares adicionais da cooperação implementada entre países do Sul Global, como a horizontalidade, os benefícios mútuos, a priorização da demanda e a ausência de condicionais econômicas ou políticas. Essas ideias orientam, de uma maneira geral, a maneira como o país analisa e monitora a conquista dos seus objetivos na Agenda 2030, especialmente no caso das parcerias e meios de implementação.

4.2.2. Análise do progresso das metas

As metas do ODS 17 estão agrupadas ao redor de cinco temas complementares: recursos financeiros, transferência de tecnologia, construção de capacidades, acesso a mercados e questões sistêmicas. Aquelas associadas às questões sistêmicas se subdividem, por sua vez, em três grupos: a coerência de políticas e institucional; as parcerias mul-

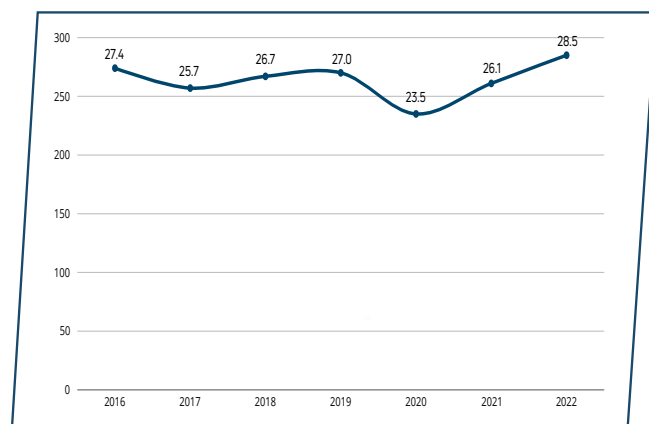
tissetoriais; os dados, o monitoramento e a prestação de contas.

No que se refere à elaboração de dados por parte do Brasil, seis indicadores estão produzidos, significando que um quarto do total de indicadores (25%) se encontra pronto para ser empregado no monitoramento, na avaliação e na extração de lições. Decorrente disso, o exame do progresso se concentrou nas metas às quais se reportam tais dados.

Meta 17.1 - Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

A meta 17.1 insere-se no grupo de “financiamento” e estabelece um compromisso em prol da melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas. Seu monitoramento é feito a partir de dois indicadores, 17.1.1 e 17.1.2 (gráficos 17.1 e 17.2).

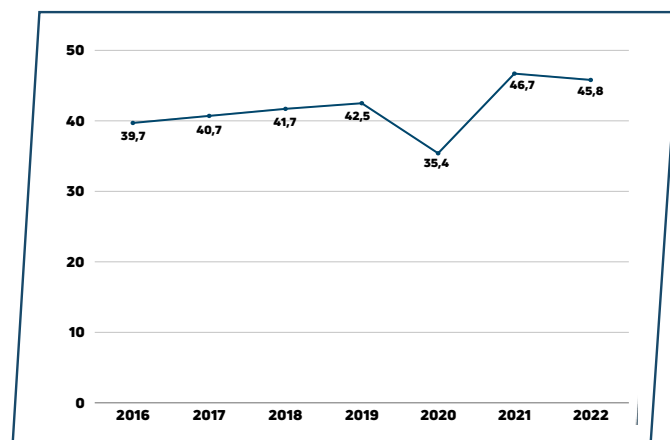
Gráfico 17.1 - Brasil: Total das Receitas do Governo em Percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), por fonte 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil, Contas Nacionais e Secretaria do Tesouro Nacional.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador171>>
Elaboração: IPEA

Embora com flutuações relevantes, para os dois indicadores houve melhora do valor observado no Brasil na comparação entre 2016 e 2022. Considerando somente estes

Gráfico 17.2 - Brasil: Percentagem do orçamento do Governo Federal financiada por impostos cobrados internamente 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador172>>
Elaboração: IPEA

dados, em ambas as frentes orçamentárias o progresso da meta pode ser avaliado positivamente. É importante assinalar que a trajetória esteve associada a alguns fatores negativos experimentados pelo país. Inauguradas pela recessão econômica e a crise política que se instalaram no Brasil a partir de 2015, as dificuldades em avançar foram sacramentadas no ano seguinte, devido a aprovação de uma emenda constitucional¹ que congelava por 20 anos o crescimento das despesas públicas. A iniciativa objetivava garantir a responsabilidade fiscal e o controle dos gastos governamentais.

Com a crise da pandemia de COVID-19, em 2021 a regra foi suspensa para que o socorro financeiro à população e a compra de vacinas fossem permitidos. No final do ano seguinte, o dispositivo constitucional foi revogado, sendo substituído pelo chamado Novo Arcabouço Fiscal², que abriu espaço para a manutenção de alguns benefícios

1 Emenda Constitucional 95/2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

2 Lei Complementar 200/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm

sociais e a retomada de algumas políticas públicas em 2023. De todo modo, a coalizão política governante segue comprometida com o controle dos gastos, preocupada com o elevado endividamento público. A margem para a obtenção de progressos adicionais na meta 17.1 até 2030, portanto, é bastante pequena.

Meta 17.2 - Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

A meta 17.2 – e seu indicador 17.2.1 – não se aplica ao caso brasileiro, pois se refere a compromissos dos países desenvolvidos, membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em matéria da prestação de sua Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), especialmente a países de menor desenvolvimento relativo. O Brasil não é fornecedor desses recursos e, embora se enquadre como destino, não pertence ao grupo de foco principal da meta.

Meta 17.3 - Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

Mais abrangente do que a anterior, a meta 17.3 versa sobre a mobilização de recursos adicionais e em múltiplas fontes para a implementação da Agenda 2030. Desse modo, ao mesmo tempo em que o Brasil se classifica como parceiro, que envia sua

contribuição, também precisa receber recursos para alavancar seu desenvolvimento. Dois indicadores monitoram a conquista da meta. O primeiro (17.3.1). Recursos financeiros adicionais mobilizados para países em desenvolvimento de múltiplas fontes), contou com ativo envolvimento brasileiro na elaboração da sua metodologia. Vale apontar que ele foi substituído por uma nova concepção em 2023 (box 1). Diante das mudanças, os dados de todos os componentes que cabem ao Brasil reportar ainda estão em construção. Conforme seja aprovado em definitivo o Quadro Conceitual da Cooperação Sul-Sul, o Brasil preferencialmente divulgará seus dados para o indicador, de acordo com a metodologia internacionalmente aprovada.

O indicador 17.3.2, por seu tudo, refere-se às remessas pessoais recebidas unilateralmente do exterior (gráfico 17.3)³. Elas incluem todas as transferências correntes de indivíduos não-residentes a residentes, além das remunerações líquidas de empregados. Como está estampado claramente no gráfico, após uma tendência de ligeira estabilidade, o dado praticamente triplicou de valor de 2019 a 2020 no Brasil, continuando no novo patamar no ano seguinte. Desagregando os indicadores, confirma-se que o recebimento de transferências pessoais cresceu 15% nesses anos. De um lado, a ajuda recebida de parentes nos anos da pandemia foi parte dos fatores que influenciaram o movimento. De outro, o aumento da população de brasileiros no exterior, que cresceu 23% entre 2018 e 2021. De acordo com os levantamentos do Itamaraty, em torno de 800 mil brasileiros deixaram o país nesses anos, um valor expressivo em termos absolutos.

³ Os dados das remessas como proporção do PIB estão sendo revisados e poderão apresentar diferenças nos próximos relatórios.

A atuação do Brasil por um monitoramento abrangente e mais adequado do apoio global ao desenvolvimento sustentável

Respondendo a demandas de diversos atores, em 2020 a Comissão de Estatística das Nações Unidas criou o Grupo de Trabalho sobre Medição do Apoio ao Desenvolvimento. Sua missão se traduzia no aprimoramento das ferramentas disponíveis para acompanhar o progresso da meta 17.3 da Agenda 2030, envolvendo ampla reavaliação do indicador 17.3.1. Essa decisão dava vazão a pleitos para que os dados coletados a respeito do apoio financeiro de múltiplas fontes ao desenvolvimento sustentável reflitam conceitos, demandas e práticas dos países aos quais os recursos se destinam.

O Brasil é destacado defensor dessa agenda, e participou do grupo na condição de observador ativo. As atividades concluídas em 2021 buscaram garantir o alinhamento do indicador aos dispositivos da Agenda de Ação de Adis Abeba (2015).

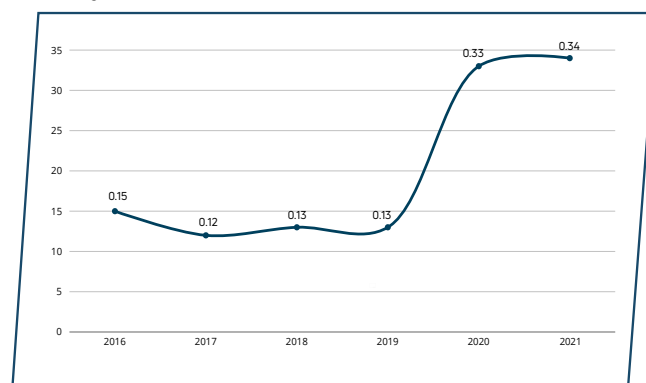
No novo indicador, a complementaridade entre os aportes da cooperação sul-sul e os oferecidos pelos países desenvolvidos passou a estar refletida. Como possuem naturezas distintas, em 2020 foi criado o Subgrupo de Cooperação Sul-Sul, para aconselhar sobre a melhor maneira de abordá-la.

O envolvimento brasileiro com essas atividades foi bastante ativo, desenvolvendo, junto com o México, a proposta base da medição da Cooperação Sul-Sul. A metodologia apresenta três grupos de contribuições. O primeiro grupo trata de recursos financeiros. O segundo grupo traz a medição dos gastos com atividades de cooperação não financeira. Enquanto o último grupo apresenta as múltiplas métricas da cooperação por meio das atividades estritamente não financeiras.

O Brasil buscou garantir que o quadro acolhesse a variedade de concepções e práticas dos países parceiros, com abertura e flexibilidade para a inclusão posterior de visões adicionais. O modelo piloto vai passar por rodadas de teste e de construção de capacidades nos países em desenvolvimento.

Dentro dessa construção coletiva, o Brasil foi anfitrião do Primeiro Encontro de Especialistas, evento organizado pela Unctad. Realizada na sede do Ipea em Brasília, a reunião foi muito proveitosa para o esclarecimento de várias questões e a convergência de visões. Contou com representantes de países e instituições regionais de todos os continentes, com 29 apresentações distribuídas em sete sessões temáticas. O país segue engajado com esta agenda.

Gráfico 17.3 - Brasil: Volume de remessas como proporção do PIB 2016-2021



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Banco Central do Brasil.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1732>>

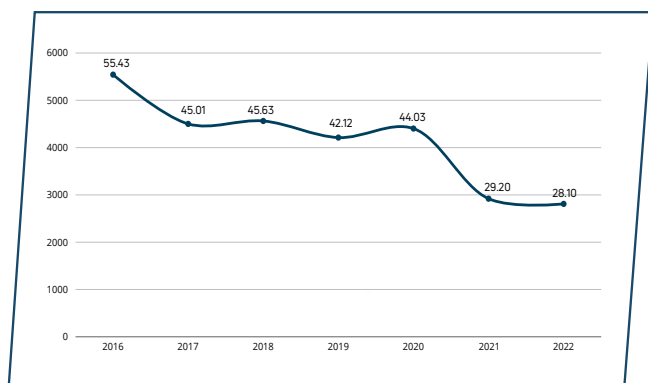
Elaboração: IPEA

Apesar disso, a redução do envio de remessas pessoais de brasileiros para o exterior (-30%) teve uma contribuição muito maior para que, em termos líquidos, houvesse aumento das transferências. As remunerações de empregados, por sua vez, não contribuíram para o movimento, caindo tanto do ponto de vista das recebidas do exterior quanto em termos líquidos. Significa que outra grande parcela da explicação se encontra no numerador: a taxa de câmbio e a queda do PIB. A desvalorização da moeda brasileira foi contundente entre 2019 e 2020, quando o dólar ficou 30% mais caro. O valor corrente do PIB brasileiro em dólares, utilizado no cálculo do indicador, sofreu uma redução nominal que passa de 20%. Assim, o movimento é um progresso fictício da meta. Mesmo que fosse positivo, a expressividade do volume desses recursos no conjunto das fontes de financiamento para o desenvolvimento do Brasil segue irrisória.

Meta 17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

Dando sequência ao tema, a meta 17.4 tem por objeto a dívida externa, visando promover qualquer iniciativa que ajude a diminuir o tamanho da limitação que exerce sobre o orçamento público dos países devedores, bem como evitar a sua insolvência. Seu acompanhamento é responsabilidade de apenas um indicador, 17.4.1 (gráfico 17.4)⁴.

Gráfico 17.4 - Brasil: Serviço da dívida como proporção das exportações de produtos e serviços - 2016-2022



Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Banco Central do Brasil.
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1741>
 Elaboração: IPEA

Conforme se pode visualizar, o valor observado no Brasil em 2016 caiu pela metade em 2022. O denominador do indicador teve maior peso para o movimento observado. Quando houve a redução mais acentuada, de 2020 a 2021, enquanto o serviço da dívida decresceu ao redor de 13%, o crescimento das exportações de bens e serviços, beneficiado pela forte desvalorização da moeda brasileira (iniciada em 2020 e aprofundada ainda mais em 2021), passou dos 30%. Embora seja uma métrica que contém duas informações importantes para a implementação do que se pretende, ela é insuficiente para monitorar e até mesmo compreender a trajetória da meta. Ao privilegiar somente juros e amortizações, o montante da dívida fica descoberto, informação fundamental para

que se analise o progresso com visão de longo prazo, questão presente de forma literal no texto da meta. No caso do Brasil, ao mesmo tempo que houve a queda abrupta do indicador de 2020 a 2021, o endividamento externo aumentou.

Meta 17.5 - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Fechando o grupo dos recursos de natureza financeira, a meta 17.5 está associada com a promoção de investimentos, sobretudo o direcionamento a países menos desenvolvidos. Ela tem apenas um indicador, o qual, do ponto de vista de cada país reportante, apresenta perfil nominal: verificar se regimes especiais de crédito com esse propósito são adotados formalmente e implementados na prática. No caso brasileiro, o dado está em construção, com consultas iniciadas junto aos distintos órgãos responsáveis pelas informações necessárias.

Meta 17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

A meta 17.6 inaugura o tema da tecnologia. O progresso é acompanhado por apenas um indicador, o 17.6.1 – Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (tabela 17.1). Ele permite visualizar a parte infraestrutural, dimensão altamente relevante para o assunto, porém insuficiente para o monitoramento efetivo do cumprimento da meta. As mudanças tecnoló-

⁴ Os dados apresentados incluem o serviço de dívida externa pública e privada.

gicas, especialmente para o acesso móvel de alta velocidade à internet, como o 5G já implantado no Brasil, tornam o acesso por rede fixa insuficiente para esse indicador. Colocada essa ressalva, os dados apontam para um progresso positivo da digitalização no Brasil, tanto do ponto de vista da população atendida por banda larga como do aumento da velocidade de acesso que em média está contratada (tabela 17.1).

Tabela 17.1 - Brasil: Subscrições de internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes 2016-2022

	Velocidade de ligação					
	Total	Até 512 Kbps	De 512 Kbps até 2 Mbps	De 2 Mbps até 12 Mbps	De 12 Mbps até 34 Mbps	Maior que 34 Mbps
2016	12,98	0,51	3,26	4,65	3,15	1,41
2017	13,92	0,36	2,88	4,81	3,80	2,07
2018	14,98	0,20	2,25	4,73	3,89	3,90
2019	15,66	0,19	1,65	3,87	3,57	6,38
2020	17,16	0,19	1,19	2,85	2,81	10,12
2021	19,53	0,06	0,63	1,64	1,71	15,49
2022	21,10	0,05	0,57	1,27	1,08	18,12

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil e Anatel.
<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador176>>
Elaboração: IPEA

Meta 17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

A meta 17.7 dos ODS se refere à promoção do desenvolvimento, à transferência, à disseminação e à difusão de tecnologias ambientalmente corretas. Contudo, seu único indicador, 17.7.1, que busca medir o montante total de financiamento para países em desenvolvimento voltado para esse propósito, ainda se encontra em construção no Brasil.

Meta 17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de

capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Última do tema da tecnologia, a meta 17.8 também tem texto genérico, adicionando a preocupação com a capacitação da população para utilizar de forma eficaz os recursos oferecidos pelas tecnologias computacionais. Seu indicador 17.8.1, nessa direção, complementa o acompanhamento da digitalização efetuada pelo 17.6.1, sofisticando os dados ao trazer informações a respeito da distribuição do acesso na população, conforme o gênero das pessoas, a zona e a região do território em que vivem. Mantidas as ressalvas colocadas no exame do indicador da meta 17.6, cabe pontuar que, a despeito da variação no ritmo, o progresso tem sido positivo no Brasil, tomando em conta ambas as categorizações (tabela 17.2). O acesso nas regiões Norte e Nordeste se aproximaram da média nacional ano a ano, reduzindo o fosso regional. Tomando pelo prisma de gênero, é um raro tema em que as mulheres estão mais bem atendidas que os homens no Brasil, sobretudo considerada a zona rural, na qual o acesso entre as mulheres é quase 7% maior. Esse diferencial, que nas cidades é apenas de 0,5%, seguiu estável nesses três anos nas duas zonas (tabela 17.2).

Meta 17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

A meta 17.9 é a única diretamente dedicada ao tema da construção de capacidades nacionais. O seu texto aponta especificamente para o apoio técnico na construção

Tabela 17.2 - Brasil: Proporção de indivíduos de 10 anos de idade ou mais que utilizam a internet por sexo, região e zona do território (%) 2019, 2021 e 2022

ZONA URBANA	2019			2021			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Brasil	83,6	83,3	83,9	87,4	87,0	87,7	89,4	89,1	89,6
Norte	78,6	77,1	80,0	81,9	80,9	82,9	87,3	86,4	88,1
Nordeste	76,8	75,6	77,8	82,2	81,1	83,1	86,8	85,7	87,8
Sudeste	86,4	86,7	86,2	89,9	90,0	89,9	90,4	90,6	90,2
Sul	86,0	86,0	86,0	88,4	88,4	88,4	89,7	89,5	89,8
Centro-Oeste	87,5	87,2	87,8	90,9	90,3	91,5	92,3	91,9	92,7
ZONA RURAL	2019			2021			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Brasil	54,5	51,3	58,0	67,5	64,0	71,4	72,7	69,5	76,2
Norte	40,7	37,2	44,7	54,8	51,1	59,4	63,8	60,7	67,4
Nordeste	49,7	46,0	53,7	65,2	61,0	69,6	71,2	67,2	75,5
Sudeste	64,4	61,9	67,1	72,1	68,9	75,9	75,3	72,4	78,5
Sul	65,7	63,8	67,9	76,2	74,4	78,2	78,7	77,2	80,2
Centro-Oeste	69,4	65,6	73,9	79,3	76,4	82,8	83,8	81,6	86,4

Fonte: IBGE, Plataforma ODS Brasil.

<<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador178>>

Elaboração: IPEA

dos planos nacionais das nações de menor desenvolvimento relativo. Desde 2016, o Brasil desenvolveu projetos com alguns parceiros que demandaram a troca de experiências sobre essa tarefa específica, dos quais podem ser mencionados os exemplos de Angola e Guiné-Bissau. A absorção das capacidades pelos beneficiários é um princípio adicional que, na visão brasileira, desempenha a função de critério avaliativo nos projetos executados. Esta questão, e outras adicionais, foram organizadas no Manual de Gestão da Cooperação Sul-Sul elaborado pela Agência Brasileira de Cooperação, as quais passaram a ter força de norma desde 2017. Quanto ao indicador 17.9.1, dedicado a acompanhar o progresso da meta, com o processo de elaboração progressiva do Quadro Conceitual da Cooperação Sul-Sul, os dados sobre a assistência técnica também estão em construção. De todo modo, cabe salientar que, para monitorar o cumprimento da meta, os dados financeiros não são os mais adequados.

Conjunto de metas de comércio

As três metas subsequentes dizem respeito ao papel do comércio internacional como motor do desenvolvimento.

A meta 17.10 busca garantir que o sistema multilateral de comércio seja universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo. O indicador 17.10.1 é constituído pela “média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial”. A meta 17.11 defende o aumento das exportações dos países em desenvolvimento, monitorada pelo indicador 17.11.1, o qual mede a sua participação global. A meta 17.12 advoga pelo acesso preferencial das exportações das nações de menor desenvolvimento a todos os mercados do planeta. O acompanhamento se dá pela média das tarifas aduaneiras cobradas pelos importadores (indicador 17.12.1). São metas que, na visão brasileira, não se aplicam ao país, pois o seu sucesso depende de variáveis exógenas ao escopo de ação disponível às políticas públicas nacionais.

Conjunto de metas de questões sistêmicas

As metas 17.13, 17.14 e 17.15 concernem ao tema das coerências de políticas e institucional.

Meta 17.13 - Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

A meta 17.13 busca aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas. O indicador 17.13.1 baseia-se no painel macroeconômico do Banco Mundial que inclui ao menos 25 importantes indicadores, que cobrem os setores externo, financeiro, fiscal, as contas nacionais, além dos indicadores de preço e do emprego. Muitos dos indicadores do painel já fazem parte do bloco de indicadores oficiais apresentado em ou-

tros objetivos e/ou metas, como a taxa de crescimento do PIB, o volume de remessas, a taxa de desemprego, entre outros. Embora o indicador 17.13.1 se encontre em construção, o Brasil pretende dar sua contribuição de maior impacto em 2024, ano em que preside o G-20, com o objetivo de conciliar os países a agir de forma coerente em prol da Agenda 2030.

Meta 17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

A coerência também é o propósito específico da meta 17.14, e o seu indicador 17.14.1, da perspectiva nacional, tem caráter nominal: verificar se existem mecanismos vigentes com a função de reforçar a coerência pretendida. Sem dados brasileiros para o indicador, a seção 7.4 deste capítulo contém um exercício que, em condição preliminar, dedica-se a prover um diagnóstico que forneça elementos para o acompanhamento do progresso dessa meta em particular, mas não somente.

Meta 17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

A meta 17.15, por último, traduz-se em um propósito geral em defesa da apropriação nacional das capacidades desenvolvidas nas parcerias estabelecidas, sem imposição de condições de qualquer natureza e em estrito atendimento à demanda colocada pela nação beneficiária. O Brasil não produz dados para o indicador 17.15.1.

Conjunto de metas das parcerias multissetoriais

Passando para o penúltimo grupo dos meios de implementação, as metas 17.16 e 17.17 demonstram a preocupação com o estabelecimento de parcerias entre os múltiplos setores. Ambas estão vinculadas a recomendações fundamentais da Agen-

da de Adis Abeba. Os indicadores das duas estão em construção, mas a análise do seu progresso está contemplada pelo conteúdo da próxima seção deste capítulo (7.3).

As duas últimas metas da Agenda 2030, 17.18 e 17.19, são complementares e concernem aos dados, ao monitoramento e à prestação de contas. Embora os cinco indicadores estejam em construção, cabe apontar que a análise do progresso indica, genericamente, a retomada de uma tendência positiva para sua conquista. Essa avaliação pode ser aferida tomando como base o engajamento do país representado pela própria produção do presente relatório. Em termos específicos, a última seção deste capítulo se caracteriza como reforço adicional dessa conclusão. O anexo estatístico do relatório traz os quadros e avanços do país no desenvolvimento dos indicadores.

4.2.3. Principais políticas e ações governamentais que contribuem para o alcance do ODS 17

Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado: este é o compromisso colocado pelo objetivo estratégico 3.5 do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Reflete o empenho renovado do Brasil com a integração sul-americana, considerada caminho fundamental e necessário para a conquista dos ODS. Concretamente, essa perspectiva está documentada no Consenso de Brasília, declaração emitida pelos líderes das nações da América do Sul, a partir da qual se recompôs o ímpeto integracionista no continente. Naquele encontro, foi restaurada a importância da coordenação internacional entre as nações da região, sobretudo ante os desafios globais e os custos que as múltiplas crises impõem ao desenvolvimento sustentável, à democracia, aos direitos humanos e à justiça social.

Para fazer frente à agenda de tarefas colocadas naquele consenso, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) estabeleceu o Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano (SIDSA), o qual carrega a missão de elaborar estratégias que materializem o avanço da integração continental. Alinhado com as diretrizes do planejamento nacional, mediante consultas a dezenas de atores interessados de todas as regiões, o estudo efetuado recomendou uma agenda de obras para estabelecer ou aprimorar a interconexão viária entre as distintas regiões do continente. A equipe demonstrou que a superação dos obstáculos geográficos e infraestruturais constituem caminho imprescindível para alavancar um impulso sinérgico de crescimento, seja para cada um dos países sul-americanos, seja para o enraizamento da integração, fruto do contato dos povos. Aproveitando em partes o trabalho anterior efetuado pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e pelo Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), foram propostas cinco Rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano. Elas objetivam aprimorar a conectividade entre o Brasil e seus vizinhos, ao mesmo tempo destacando a necessidade de uma abordagem integrada que reúne desenvolvimento de infraestrutura, preservação ambiental e impactos socioeconômicos⁵.

A reativação da tradicional cooperação dos países da América do Sul, aliada ao compromisso da agenda regional com a sustentabilidade ambiental, compuseram atributos chamativos ao despertar da confiança no setor financeiro. Com efeito, a negociação levada à frente pelo BNDES resultou na assinatura de um acordo de cooperação com

bancos multilaterais de desenvolvimento do hemisfério em apoio à carteira das cinco Rotas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) se comprometeram com a mobilização de recursos que, somados ao aporte do banco brasileiro, totalizam a oferta de US\$ 10 bilhões, crédito programado a se desembolsar ainda nos próximos dois anos.

O suporte do financiamento multilateral também havia sido conquistado, meses antes, no contexto de outro mecanismo institucional voltado ao desenvolvimento regional cooperativo. Na ocasião da Cúpula da Amazônia, os oito países pertencentes à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se reuniram em Belém do Pará e deram novo fôlego institucional à organização. Os membros encomendaram uma série de atividades e compromissos a serem efetuados nos próximos anos sob a responsabilidade do órgão sediado em Brasília, tendo como mote a garantia do desenvolvimento integrado entre os povos e para os povos da floresta.

Ainda durante a cúpula, dezenove bancos públicos de desenvolvimento de países amazônicos firmaram um acordo para oferecer, em princípio, R\$ 4,5 bilhões em financiamento para negócios considerados sustentáveis ambientalmente na região amazônica. O BNDES e o BID assinaram carta de intenções, lançando a denominada Coalizão Verde, que promete viabilizar a implementação do *Programa de Acesso ao Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Pequenos Empreendedores* (Pró-Amazônia). Em seu plano de ação, o grupo aspira como meta inicial a oferta de US\$ 10 a US\$ 20 bilhões em créditos para a região amazônica até 2030.

⁵ O primeiro relatório do referido Subcomitê está disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/integracao-vai-reforçar-comércio-com-vizinhos-e-reduzir-tempo-e-custo-das-exportações-para-a-ásia/relatorio-final-subcomite-do-mpo.pdf>

Embora o equacionamento da carência de recursos permaneça distante, essas experiências demonstram a simbiose entre a integração regional da América do Sul, o desenvolvimento sustentável e a catalisação, embora preliminar, dos meios de implementação. Os resultados são parcerias em vários setores, entre governos, povos, instituições, empresas e organizações, constituindo esforços iniciais para atrair o comprometimento de ainda mais parcerias. Não obstante, a missão somente se cumprirá quando for conquistado o apoio de toda comunidade internacional, sobretudo dos atores detentores dos recursos capazes de prover o impulso que a Agenda 2030 reque (quadro 17.1).

4.2.4. Análise das recomendações da sociedade civil

A sociedade Civil, por meio do Relatório Luz, tem feito análises e recomendações a respeito das parcerias e dos meios de implementação (tabela 17.3). Uma das recomendações e um anseio de diversos setores da sociedade brasileira era a recriação da Comissão Nacional dos ODS, extinta em 2019. A comissão foi final-

mente recriada em 2023, com uma participação governamental e social bem maior do que a original.

Outra recomendação que merece destaque foi a necessidade de reformas tributárias, com mudanças administrativa e política. Nesse ponto, o país tem aprovado e implantado mudanças profundas na legislação, visando a aceleração do desenvolvimento sustentável nacional, mas mantendo a responsabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica.

Não obstante, como pôde ser observado, a atuação recente do Brasil tem dado respostas convergentes com o conjunto geral das recomendações colocadas pelos Relatórios Luz desde 2019 (tabela 17.3).

4.3. Parcerias multissetoriais e financiamento integrado: avanços no Brasil

A Agenda para a Ação de Adis Abeba, documento final endossado pela Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (2015), estabeleceu o quadro referencial sobre os meios de implementação do desenvolvi-

Tabela 17.3 - Brasil: Síntese de recomendações dos Relatórios Luz Sobre o ODS 17 2019-2023

17 PARCERIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO	TOTAL	Recomendações por áreas temáticas					
		Reforma tributária	Ciência e tecnologia	Cooperação internacional	Acesso à Internet	Políticas comerciais e econômicas	Medidas administrativas
2019	8	Alinhamento à agenda de progressividade fiscal	Aumento substancial do investimento	Novas parcerias de cooperação Sul-Sul			
2020	5	Progressiva e abrangente, voltada à redução das desigualdades	Aumento substancial em linhas de crédito para setores de inovação	Estabelecer novas parcerias, principalmente com países menos desenvolvidos		Incentivo ao comércio com maior valor agregado, fora da "armadilha da commodity"; Desenvolvimento de capacidade financeira; Reverter política macroeconômica de endividamento;	Reinstalar Comissão Nacional dos ODS Recuperar prioridade do Censo Demográfico
2021	10	Progressiva, com maior arrecadação sobre renda e riqueza		Retorno à política de cooperação internacional, facilitando financiamento direto	Criar um provedor público de acesso e desconcentrar o mercado privado.	Fomento a novas parcerias comerciais, principalmente com África Subsaariana e Caribe;	
2022	5			Aumento dos recursos para projetos de cooperação tecnológica internacional		Captura de capital privado para projetos sustentáveis	
2023	9	Mudanças administrativa, política e tributária		Amplificar e diversificar a política de cooperação internacional, adequando-a à perspectiva de país doador	Criar uma rede pública de acesso e transformá-la em direito fundamental	Negociar mudanças de tarifas comerciais com países do BRICS e formular política de integração comercial com países menos desenvolvidos;	Criar sistema de Administração de Informação (AIMS)

Fonte: elaborado pelo IPEA.

Diálogo entre as Recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

As recomendações apresentadas pelo Relatório Luz a respeito da cooperação internacional do Brasil, são em geral pertinentes e bem-vindas. O aumento das parcerias com países menos desenvolvidos e sua diversificação são bandeiras históricas do país.

Contudo, em 2023 o Relatório Luz apresentou a recomendação de “amplificar e diversificar a política de cooperação internacional, adequando-a à perspectiva de país doador”, que difere da prática da cooperação internacional do Brasil. Não é considerado pertinente que o Brasil se adeque à posição de doador, uma vez que o país continua sendo um país em desenvolvimento, com responsabilidades e visões distintas das grandes potências sobre a cooperação para o desenvolvimento. O modelo de Cooperação Sul-Sul praticado pelo Brasil é não financeira e implica em parcerias e benefícios mútuos, divergindo dos conceitos de doador e beneficiário. As práticas e modalidades da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional podem ser consultadas no conjunto de relatórios Cobradi, disponíveis no site <https://www.ipea.gov.br/portal/cobradi>.

mento sustentável que foi incorporado, meses depois, pela Agenda 2030. Naquela ocasião foram definidas, originalmente, sete áreas interligadas desses instrumentos: recursos públicos nacionais; negócios e finanças privadas nacionais e internacionais; cooperação internacional para o desenvolvimento; comércio internacional como um motor; dívida e sustentabilidade da dívida; questões sistêmicas; e ciência, tecnologia, inovação e capacitação. Com alguns ajustes progressivos, concepções defendidas e elaboradas pelo Sul Global – como a singular importância do desenvolvimento de capacidades – conquistaram espaço, dando a tônica para a definição de metas sobre pontos priorizados pelos países destinatários dos projetos.

Entre as diretrizes constantes na agenda que foi definida na Etiópia, destaca-se a recomendação de que todos os países fortaleçam suas estratégias de ação mediante a criação das denominadas Estruturas Nacionais de Financiamento Integrado (INFF, na sigla inglesa). A formalização de quadros institucionais desse perfil tem como norte central a promoção do encontro entre parceiros de múltiplos setores,

otimizando ações, evitando a duplicação de esforços e diversificando a natureza dos recursos mobilizados – seja a financeira, seja a não-financeira. No contexto pós-pandemia, a harmonização dessas estruturas se tornou crucial para garantir a recuperação dos países mais pobres e para a aceleração do progresso das metas.

Tabela 17.4 – Brasil: Desembolsos do Sistema Nacional de Fomento, classificados por ODS (em R\$ milhões correntes) 2020-2022

ODS	2020	2021	2022	2020-2022
1	7.310,00	8.089,00	10.912,00	26.311,00
2	26.742,00	40.468,00	56.972,00	124.182,00
3	1.567,00	1.514,00	1.079,00	4.160,00
4	584,00	286,00	1.174,00	2.044,00
5	81,00	128,00	145,00	354,00
6	1.956,00	2.170,00	3.179,00	7.305,00
7	17.456,00	19.606,00	22.684,00	59.746,00
8	38.930,00	34.380,00	43.930,00	117.240,00
9	40.358,00	37.346,00	56.956,00	134.660,00
10	15.193,00	16.019,00	18.177,00	49.389,00
11	16.783,00	19.272,00	25.810,00	61.865,00
12	4.322,00	3.707,00	4.376,00	12.405,00
13	5.066,00	7.545,00	15.206,00	27.817,00
14	859,00	632,00	769,00	2.260,00
15	2.832,00	2.564,00	3.056,00	8.452,00
16	215,00	196,00	445,00	856,00
17	6.338,00	2.764,00	4.398,00	13.500,00
Agenda 2030	186.592,00	196.686,00	269.268,00	652.546,00

Fonte: elaborado pelo IPEA com base em ABDE (2022).

Quadro 17.1 - Brasil: Metas, indicadores e avaliação ODS 17/2016-2022

Meta	Indicador	Avaliação dos Indicadores	Avaliação da meta
17.1 - Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas	17.1.1 - Total das receitas do Governo em percentagem do PIB, por fonte	✓	✓
	17.1.2 - Percentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente	✓	✖
17.2 - Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento	17.2.1 - Assistência oficial ao desenvolvimento líquida, total e para os países menos desenvolvidos, como proporção do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	✖	✖
17.3 - Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes	17.3.1 - Recursos financeiros adicionais mobilizados para países em desenvolvimento de múltiplas fontes	⊗	✓
	17.3.2 - Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total	✓	✓
17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento	17.4.1 - Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços	✓	✓
	17.5.1 - Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos	⊗	⊗
17.5 - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos	17.5.1 - Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos	⊗	⊗
17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global	17.6.1 - Subscritores de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação	✓	✖
17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	17.7.1 - Montante total de financiamento para países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais	⊗	⊗
17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação	17.8.1 - Proporção de indivíduos que utilizam a Internet	✓	✖
17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular	17.9.1 - Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento	⊗	⊗
17.10 - Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha	17.10.1 - Média ponderada das tarifas aduaneiras a escala mundial	⊗	⊗
17.11 - Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020	17.11.1 - Participação das exportações provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações globais	⊗	⊗
17.12 - Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado	17.12.1 - Média ponderada de tarifas aduaneiras aplicadas aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	⊗	⊗
17.13 - Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	17.13.1 - Painel de indicadores macroeconômicos	⊗	⊗
17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	17.14.1 - Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável	✓	✓
17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável	17.15.1 - Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planejamento delineados pelos beneficiários (country ownership), por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento	✓	✓
17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento	17.16.1 - Número de países que reportam progressos na eficácia dos quadros de monitoramento de múltiplos atores que apoiam o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável	✓	✓
17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	17.17.1 - Montante de dólares nos Estados Unidos destinados a parcerias público-privadas para infraestrutura	⊗	⊗
17.18 - Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	17.18.1 - Indicador de capacidade estatística para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	✓	✓
17.19 - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento	17.18.2 - Número de países que possuem legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais	✓	✓
	17.18.3 - Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento	✓	✓
17.19 - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento	17.19.1 - Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento	✓	✓
	17.19.2 - Proporção de países que (a) realizaram pelo menos um Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos; e (b) atingiram 100% de registros de nascimento e 80% de registros de óbitos	✓	✓

Legenda

Evolução positiva
 Evolução negativa
 Impactado pela COVID-19
 Meta global atingida
 Sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: Elaboração IPSEA

4.3.1. Parcerias do Sistema Nacional de Fomento pelos ODS

No Brasil, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) constitui a agremiação que representa o Sistema Nacional de Fomento (SNF). Ao redor dela estão reunidos bancos públicos federais, bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento, bancos de desenvolvimento controlados por entes federativos, agências de fomento, bancos cooperativos, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em 2022, em resposta às pressões impostas pela crise sanitária global, os sócios desenvolveram metodologia para mapear e categorizar os investimentos e produtos financeiros oferecidos por essas instituições conforme sua aderência temática com cada ODS. A partir desse quadro, 24 entidades aferiram o montante e a distribuição dos recursos de suas carteiras destinados à agenda nos anos 2020, 2021 e 2022 (ver Tabela 17.5).

Conforme se pode observar, os dados revelaram que mais da metade dos recursos financiados (58%) tiveram destinação concentrada nos ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) ou 8 (Crescimento Econômico). Ao mesmo tempo, o estudo aponta as duas áreas menos contempladas no triênio: Gênero (ODS 5) e Educação (ODS 4). Com a produção de tais evidências empíricas, propiciou-se que os credores apontem para qual área e com qual intensidade seus recursos, e os dos demais setores de fomento, podem e/ou precisam ser encaminhados.

No ano anterior, a associação havia concluído a elaboração do chamado Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento no qual foram definidas sua abordagem e suas pretensões na con-

Tabela 17.5 - Brasil: Missões do Plano ABDE 2030

Missão	Descrição	Temas	Objetos potenciais
Futuro digital, inteligente e inclusivo	Elevar o valor agregado na economia e gerar empregos decentes em bases inclusivas, promovendo a digitalização e a igualdade de oportunidades	ODS 5 ODS 8 ODS 9 ODS 10 ODS 11	Digitalização 5G Negócios e pesquisas liderados por mulheres Cadeias produtivas digitalizadas (smart networks)
Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia	Promoção de crescimento econômico e geração de empregos sustentáveis, melhoria da qualidade de vida e proteção do meio ambiente	ODS 4 ODS 8 ODS 10 ODS 11 ODS 13 ODS 15	Mitigação de riscos Programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia Ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia
Agronegócio engajado	Redução das emissões de gases de efeito estufa e promoção de padrões de consumo e produção responsáveis no setor agropecuário	ODS 12 ODS 13	Padrões sustentáveis de produção Redução de custos e perdas nas cadeias de valor alimentares Segurança alimentar com foco na agricultura familiar
Infraestrutura e cidades sustentáveis	Redução das desigualdades regionais através da urbanização inclusiva e sustentável, com financiamento para cidades resilientes e inclusivas	ODS 7 ODS 9 ODS 11 ODS 13	Fontes energéticas renováveis e eficiência energética Acesso à água e gestão de resíduos Mobilidade urbana inclusiva
Saúde como motor do desenvolvimento	Fortalecimento da demanda e oferta de saúde no Brasil, investindo no CEIS para o desenvolvimento econômico	ODS 3	Produção e inovação no CEIS Infraestrutura associada à saúde Digitalização e melhoria da gestão da saúde

Fonte: elaborado pelo IPEA com base em ABDE (2021)

tribuição com os desafios mundiais. Nessa etapa anterior, um estudo-base se dedicou à realização de um primeiro ciclo de coleta de dados, o qual serviu como teste preliminar da metodologia que vinha sendo desenvolvida, bem como subsídio para nortear o planejamento).

Uma vez concluída a metodologia, essa quantificação dos recursos conforme o ODS vinculado passou a servir ao monitoramento e avaliação dos objetivos organizados em torno das cinco missões do plano (tabela 17.6).

Com essas iniciativas, o Brasil satisfaz relevantes compromissos, sobretudo os assumidos no contexto das conferências sobre o financiamento do desenvolvimento. Por um lado, o trabalho reflete um engajamento nacional na construção de parcerias entre atores de setores distintos. Por

outro lado, reforça a necessidade e revela a existência de espaço para um envolvimento mais intenso e mais amplo de atores da iniciativa privada. Por fim, a partir dos dados produzidos, observa-se uma tendência de recuperação, porém em ritmo e com dimensão ainda aquém do que seria necessário para os associados suprirem as insuficiências de financiamento. Nesse sentido, o caso corrobora a constatação de que, no Brasil, o impulso está condicionado ao apoio internacional que venha a ser recebido nos anos que restam até 2030.

4.3.2. Meios de implementação da Agenda 2030 no contexto brasileiro

A transição para um modelo de economia e sociedade mais sustentáveis são um compromisso global, mas ao mesmo tempo um grande desafio que demanda uma estrutura específica de financiamento. Para superar esse desafio, o Brasil elaborou o Plano

de Transformação Ecológica⁶, o qual está incluído no orçamento federal, por meio do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

O *Plano de Transformação Ecológica*, como apresentado no capítulo V, estabelece princípios e eixos, alinhados à Agenda 2030. No eixo de finanças sustentáveis estão previstas, por exemplo, a regulamentação do mercado de carbono, a emissão dos títulos soberanos sustentáveis e a apresentação de uma taxonomia sustentável nacional. Para a entrega deste último instrumento, em 2023 foi publicado um plano de ação, que contou com uma grande participação da sociedade através de consulta pública e a colaboração dos principais atores do governo, da academia e do setor financeiro nacional.

O *Plano de Ação da Taxonomia Brasileira Sustentável*⁷, de dezembro de 2023, “traz um itinerário promissor e factível, construído coletivamente pela sociedade do país, em prol do desenvolvimento ambientalmente inclusivo e socialmente sustentável” (Brasil, 2023). Ele é um importante instrumento para direcionar investimentos a projetos que têm vinculação com a Agenda 2030, porém conforme metas e critérios adequados à realidade brasileira.

Ainda na linha de finanças sustentáveis, cabe destacar a proposta de criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que visa a regulamentação do mercado de carbono. O projeto de lei está em análise no Congresso Nacional do Brasil.⁸

6 <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica>

7 <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/arquivos-taxonomia/taxonomia-sustentavel-brasileira-dezembro-v2.pdf>

8 O projeto de lei (PL) 412/2022, que regulamenta o SBCE no Brasil, foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) em outubro de 2023, com objetivo de incentivar a redução das emissões, atendendo a determinações da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187, de 2009) e acordos internacionais firmados pelo Brasil. Na sequência, o PL 412/ 2022 foi apensado ao 2148/ 2015 e aprovado em 21 de dezembro de 2023 na Câmara dos deputados. O projeto de lei agora está em análise no Senado.

O *Arcabouço dos Títulos Soberanos Sustentáveis*, publicado em 2023, propôs a emissão de títulos de dívida pública lastreados em programações orçamentárias do Orçamento Geral da União destinadas ao desenvolvimento sustentável e definidas como elegíveis, incluindo ações e projetos associados com a temática ambiental ou à social. A primeira emissão ocorreu ainda no ano passado, no montante de US\$ 2 bilhões, sendo que significativa parte desses recursos foi destinada ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, vinculado ao MMA e operado pelo BNDES, para financiar projetos que visem à mitigação e adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

O Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) é uma iniciativa pioneira que apoia a estruturação e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura em todo o Brasil, com um foco especial em áreas carentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FDIRS destina-se a estruturar projetos de concessão e parcerias público-privadas sustentáveis e resilientes que avancem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nos setores de saneamento básico, transportes e infraestrutura urbana, visando ao desenvolvimento equitativo e à mitigação das mudanças climáticas. Com um aporte inicial de aproximadamente um bilhão de reais pela União, o fundo tem o potencial para alavancar entre 20 e 50 vezes o valor investido nos projetos em investimentos privados, impactando positivamente uma vasta gama de territórios e comunidades, melhorando o acesso a serviços essenciais e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável. O FDIRS está em fase de aprovação de suas políticas operacionais para iniciar suas atividades, previstas para o primeiro semestre de 2024.

4.4. A interligação de metas e a coerência de políticas no Brasil

Além das análises e ações apresentadas ao longo desse relatório, faz-se necessária uma avaliação adicional, a fim de indicar como o desenvolvimento das metas estão, no caso do Brasil, conectadas entre si.

Para isso, foi adotada a metodologia de análise de redes. A aplicação ao caso brasileiro, com base nos dados apresentados no presente relatório, revelou a influência total, tanto positiva quanto negativa, que cada meta exerce e/ou recebe dentro da rede. Com base nessa análise, é possível classificar e ranquear as metas de acordo com seu papel na rede.

Efetivamente, as metas que difundem a maior quantidade e a maior intensidade de efeitos positivos no espectro da rede representam áreas em que as ações têm colaborado transversal e amplamente para o progresso da agenda, no quadro elas são denominadas de “colaboração transversal”. Por outro lado, as metas que consistentemente recebem os maiores impactos negativos indicam áreas da agenda que sistematicamente vem sendo negligenciadas no conjunto das ações formuladas e no quadro recebem o nome de “Descuido Transversal”. A Tabela 7.7 apresenta a lista das três principais metas identificadas para cada uma dessas posições específicas no caso do Brasil⁹. Considerando o período aos quais se referem os dados, no caso das metas desatendidas, deve-se ponderar como a primeira delas, “até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos”, está fortemente impactada pelas consequências da pandemia. O mesmo pode ser afirmado sobre

⁹ Baseando-se na aplicação de dois métodos distintos para garantir a confiabilidade dos resultados. Deve-se atentar para o fato de que há uma enorme complexidade em determinar a existência e a direção da causalidade no pareamento das centenas de metas existentes na Agenda 2030. Os dados anuais, em um período com quinze observações no máximo, são insuficientes para um exercício dessa natureza. Por isso, na metodologia do IGES aqui replicada, tais questões são definidas preliminarmente, mediante consulta à literatura disponível. De todo modo, para eliminar vieses inerentes, efetuou-se a combinação de medidas distintas na análise de redes para confirmar as informações. Na comparação de tais resultados, considera-se para as metas que não mudam de posição bruscamente a confiabilidade do posicionamento observado é reforçada. Assim, somente estas foram selecionadas.

Contribuição das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) à Agenda 2030

Ao reconhecer o papel fundamental do setor financeiro no avanço da Agenda 2030 no Brasil, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveram, em 2021, a Metodologia ABDE-PNUD. O *framework* mensura a contribuição das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) à Agenda 2030, a partir do mapeamento e classificação dos recursos disponibilizados pelo SNF nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir da identificação de palavras-chave alinhadas às metas dos ODS, a metodologia foi aplicada a linhas e produtos financeiros de 24 instituições associadas à ABDE. No total, foram classificados R\$ 652,5 bilhões em recursos do SNF dentro do *framework* dos ODS entre os anos de 2020 e 2022. Como resultado da aplicação da metodologia, os três principais ODS financiados pelo SNF no período foram: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura (R\$ 134,6 bilhões), ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável (R\$ 124,1 bilhões) e ODS 8 – Crescimento Econômico (R\$ 117,2 bilhões). Esses três objetivos concentraram 58% do total de recursos direcionados aos ODS pelo SNF no período.

Também foram destaque no levantamento o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 7 – Energia limpa e acessível e o ODS 10 – Redução das Desigualdades. Além disso, foi possível identificar que os recursos direcionados ao ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima triplicaram entre 2020 e 2022, período em que o montante total direcionado ao desenvolvimento sustentável aumentou 44%, o que ilustra o alinhamento crescente do SNF com essa agenda global. É preciso reconhecer, por outro lado, a necessidade da incorporação da transversalidade dos ODS no desenho das linhas de financiamento, como uma forma de direcionar recursos aos ODS pouco financiados, como o ODS 5 – Igualdade de Gênero e o ODS 4 – Educação de Qualidade.

Tabela 17/6 - Brasil: Metas com papéis de destaque nas interligações dos resultados obtidos na Agenda 2030 - 2010-2023

PAPEL	ODS	META
Colaboração transversal	1. Erradicação da pobreza	1.3. Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, a até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
Colaboração transversal	4. Educação de qualidade	4.1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
Colaboração transversal	5. Igualdade de gênero	5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
PAPEL	ODS	META
Descolida transversal	3. Saúde e bem-estar	3.1. Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
Descolida transversal	5. Igualdade de gênero	5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
Descolida transversal	9. Indústria, inovação e infraestrutura	9.1. Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

Fonte: elaborado pelo IPEA

a terceira, “desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos”, a qual tem seu indicador medido pelo fluxo anual de transporte de cargas e passageiros. Independentemente dos efeitos da pandemia, essas são áreas em que o

Brasil experimentou retrocessos, refletindo a necessidade de uma mudança de rumos no sentido de sua repriorização transversal. O planejamento nacional, nesse panorama, consiste em um instrumento no qual estão sintetizadas, de um lado, as prioridades eleitas pelas lideranças do país e, de outro lado, a forma que os distintos meios de implementação são mobilizados, com destaque para a alocação dos recursos públicos.

Ações Governamentais Alinhadas aos ODS



PROTEÇÃO SOCIAL E COMBATE À FOME

Programa Bolsa Família
Correção e qualificação do Cadastro Único
Recomposição do orçamento do SUAS
Programa Cozinha Solidária
Plano Brasil Sem Fome
Programa Mais Alimentos
Pensão para órfãos de vítimas de feminicídio
Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo
Lista Suja do Trabalho Escravo
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte
Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)
Programa Acredita
Cataforte
Procatadores
Conexão Cidadã



SAÚDE E BEM-ESTAR

Programa Mais Médicos
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PnSiPn)
Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência
Regulamentação das profissões de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias
Regulamentação do Piso da Enfermagem
Regulamentação da Profissão de Sanitarista
Brasil Sorridente
Farmácia Popular
Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde
Programa Nacional de Redução das Filas
Programa Dignidade Menstrual
Regulamentação da Profissão de Sanitarista
Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos
Ampliação da Assistência Psicológica à Mulher na Gravidez, Pré-Natal e Puerpério
Programa Saúde com Ciência
Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS)
Programa Nacional de Imunização (PNI)
Consultórios na Rua



EDUCAÇÃO

Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo
Programa Pé de Meia
Ampliação das Universidades e Institutos Federais
Escola em Tempo Integral
Reajuste de Bolsas de Estudo (Capes e CNPQ)
Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, Profissionalizante e à Saúde
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Reajuste do valor per capita transferido pelo PNAE Mulheres Mil
Nova Lei de Cotas
Fortalecimento da Política de Educação Inclusiva
Estratégia Nacional de Escolas Conectadas
Condições Favoráveis para Amortização de Contratos do FIES
Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE
Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco
Programa Esperança Garcia



ESPORTE, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

Licença Maternidade no Bolsa Atleta
Programa Skate por Lazer
Estratégia Nacional do Futebol Feminino
Programa Esporte e Lazer na Cidade
Programa Segundo Tempo
Programa Paradesporto Brasil em Rede
Lei Paulo Gustavo
Política Nacional Aldir Blanc
Programa Funarte Retomada
Retorno ao Programa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Audiovisual
Reorganização e simplificação das regras de fomento à cultura
Política Nacional Cultura Viva
Fomento à Cultura Hip-Hop
Política de Escola Conectada
Programa Computadores para Inclusão
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
Programa de Acesso à Internet para Todos



INFRAESTRUTURA

Programa Novo PAC
Programa Minha Casa Minha Vida
Programa Luz Para Todos
Programa Cisternas
Tarifa Social de Energia Elétrica



SEGURANÇA

Política de Controle de Acesso às Armas e de Desarmamento da População
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Novo Pronasci
Enfrentamento à Violência nas Escolas
Programa Aeroportos + Seguros
Programa de Enfrentamento às Organizações Criminosas
Combate ao Crime Organizado: ampliação da atuação em fronteiras, portos e aeroportos
Programa AMAS – Amazônia, Segurança e Soberania
Estratégia Nacional para População Negra e Periférica na Política de Drogas



SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
 Programa Mais Alimentos
 Ampliação do valor do Fomento Rural
 Reajuste nos valores do Crédito de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária
 Programa Selo Biocombustível Social da agricultura familiar
 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
 Programa Povos da Pesca Artesanal
 Adoção de critérios ambientais para a concessão de Crédito Rural (Plano Safra)
 Nova Linha de Crédito para jovens no Programa Nacional de Crédito Fundiário e no Crédito de Instalação
 Nova Linha de Crédito para custeio de produtos da sociobiodiversidade no PRONAF
 Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais
 RenovAgro
 Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
 Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais
 Programa Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais
 Projeto Sertão Vivo



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

Plano Clima
 Plano de Transformação Ecológica
 Programa Ciência no Mar
 Fechamento Humanizado de Lixões
 Lei de Incentivo à Reciclagem
 Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais
 Plano Decenal Ciência Antártica 2023/2032
 Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono
 Fundo de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
 Pacto Interfederativo pela Prevenção e o Controle de Incêndios
 Relançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)
 Retomada do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)
 Plano Amazônia: Segurança e Soberania
 Criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável
 Projeto Integrado para a Produção e Manejo Sustentável do Bioma Amazônia (PIAmz)
 Programa Sanear Amazônia
 Programa Energias da Amazônia
 Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável



EQUIDADE DE GÊNERO

Lei de Igualdade Salarial
Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
Casas da Mulher Brasileira
Centros de Referência da Mulher
Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual
Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)
Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais
Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras
Retomada do Mulher Viver sem Violência
Patrulhas Maria da Penha
Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios
Ampliação da assistência psicológica à mulher nos períodos da gravidez, do pré-natal e do puerpério



EQUIDADE DE RAÇA

Estatuto da Igualdade Racial
Lei nº 14.532 de Tipificação da Injúria Racial como Crime de Racismo
Programa Abdias Nascimento
Programa Aquilomba Brasil
Atlânticas – Programa de Bolsa de Doutorado e Pós-Doutorado para Mulheres Negras, Indígenas, Quilombolas e Ciganas
Conselho de Defesa da Pessoa Humana
Criação do Observatório da Democracia
Plano Juventude Negra Viva
Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)
Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI)
Programa de Defesa da População Negra e Periférica
Cotas para Negras e Negros em Cargos em Comissão no Executivo Federal



DIREITOS E IGUALDADE

Novo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco
Programa Envelhecer nos Territórios
Programa Esperança Garcia
Programa Nacional de Direitos Humanos
Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+
Programa Viva Mais Cidadania
Concessão de Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
Cotas em Contratações Públicas para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
Implementação do Sistema de Monitoramento de Recomendações em Direitos Humanos (SIMORE)
Operação Yanomami
Retomada da Demarcação de Terras Quilombolas



TRABALHO E RENDA

Política de Valorização do Salário-Mínimo
Correção da Tabela do IRPF
Reajuste dos Servidores e Reinstalação da Mesa Nacional de Negociação
Retomada dos Concursos para Servidores Federais
Criação do Concurso Nacional Unificado (CNU)
Implementação de Cotas Sociais e para Negros em Cargos de Comissão no Executivo Federal
Programa de Política do Marco de Garantias



ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Programa Economia Popular e Solidária Sustentáveis
Novo Arcabouço Fiscal
Desenrola – renegociação de dívidas
Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – Litígio Zero
Reforma Tributária – imposto sobre consumo
Nova Política de Preços da Petrobras
Estímulos à indústria automotiva com desconto para aquisição de veículos
Nova Política Industrial
Retomada do PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)
Programa Pró-Catadores
Recomposição do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT)
Programa Hackers do Bem
Marco de Garantias
Brasil Mais Produtivo
Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO REG
Programa Voa Brasil
Programa de Mobilidade Verde e Inovação



GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Reinstalação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)
Plano Plurianual (PPA) participativo
Diálogos Amazônicos
Cúpula Social do Mercosul
G20 Social
Plataforma Brasil Participativo
Recriação/Reestruturação de Conselhos e Comissões (ex: CNAPO, CIISC, CONFOCO, Conselho Econômico e Social, Conselho da Federação)
Retomada das Conferências Nacionais (Saúde, Assistência Social, Saúde Mental, Segurança Alimentar e Nutricional, Juventude)
Fórum Interconselhos
Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal



CAPÍTULO V



Visão de Futuro e Próximos Passos

O Brasil reafirma seu compromisso com a Agenda 2030, a participação social e o multilateralismo como melhores caminhos para fazer frente aos desafios globais contemporâneos. Tendo como guia e propósito o princípio de “*não deixar ninguém para trás*”, especialmente em um contexto de profundas desigualdades, marcado pelos retrocessos vividos no país entre 2016 e 2022, o governo brasileiro tem atuado de maneira ativa, desde 2023, na implementação de um desenvolvimento mais sustentável, diverso, inclusivo e equitativo.

Superando os desafiadores períodos de turbulência política, pandemia e retrocessos na atuação internacional e na implementação dos ODS, o país iniciou em 2023 um processo de retomada do protagonismo no cenário internacional, principalmente em agendas de justiça ambiental e climática, combate às desigualdades, à fome e à pobreza.

O caminho para a retomada do país frente a Agenda 2030 e os ODS está expresso na Constituição Federal de 1988, principalmente em seus objetivos fundamentais, em que os valores da justiça social e de um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e equitativo estão expressos. Em consonância com a Carta Magna, e visando ao desenvolvimento sustentável, o PPA 2024-2027 aponta a construção de “um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.”

Este Relatório Nacional Voluntário retrata os processos de auge, declínio e retomada do

país na agenda internacional do desenvolvimento sustentável e neste capítulo são apresentadas as principais realizações, achados e os desafios encontrados no processo de revisão da implementação da Agenda 2030 no país e os próximos passos para a aceleração para o alcance dos ODS no Brasil.

O Brasil, em seu compromisso contínuo com a Agenda 2030, está avançando de forma proativa e sistemática na promoção de políticas e iniciativas que garantam um desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo. A reestruturação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e a construção propositiva do ODS 18, que aborda a igualdade étnico-racial, são exemplos da determinação do país em enfrentar as desigualdades profundas e garantir que nenhuma comunidade seja deixada para trás. Este esforço é acompanhado pela elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que promoverá uma política abrangente de adaptação e mitigação, envolvendo todos os níveis de governo e segmentos da sociedade.

Além disso, o Brasil está fortalecendo a integração da Agenda 2030 em sua governança através do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que espelha a visão de um país justo e sustentável. A implementação deste plano é um passo crucial para a realização dos ODS, alinhando ações federais, estaduais e municipais com os objetivos globais. Este alinhamento é essencial para assegurar que as políticas públicas não apenas respondam às necessidades imediatas, mas também contribuam para soluções duradouras que abordem as causas fundamentais da pobreza, da desigualdade e da degradação ambiental.

Por fim, a participação ativa do Brasil no cenário internacional, como demonstrado pela sua liderança em conferências globais e pela implementação de políticas internas que refletem compromissos globais, reafirma seu papel como um parceiro essencial na busca por soluções sustentáveis e justas. O engajamento contínuo em diálogos multilaterais e o reforço das capacidades institucionais para o cumprimento dos ODS são prioritários. Estes esforços são complementados por iniciativas que promovem a inclusão social, a diversidade cultural e a equidade econômica, configurando-se como pilares de um futuro resiliente e sustentável para todas as camadas da sociedade brasileira.

5.1. Principais realizações

5.1.1. Na implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil

Reconstrução de espaços de participação social: Após um período de desconstrução dos espaços de participação social, o governo brasileiro reestabeleceu em 2023, os principais fóruns e conselhos, tomando a participação social como método e princípio para governar. No escopo da Agenda 2030, destaca-se a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) em 2023. A CNODS atua como um colegiado consultivo, composto por representantes ministeriais, de governos locais e da sociedade civil, com o objetivo de coordenar e articular ações em todos os níveis da federação para a implementação dos ODS. Esse esforço inclui a instituição de várias subcomissões para abordar temas específicos como igualdade étnico-racial e povos e comunidades tradicionais.

Integração e Participação Social no PPA: O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 foi ela-

borado com uma abordagem participativa, envolvendo mais de 34 mil pessoas em plenárias regionais e com contribuições de 309 movimentos e organizações da sociedade civil. Este plano integrador buscou alinhar políticas públicas nacionais, estaduais e municipais com os ODS, promovendo a coordenação entre diversos envolvidos e garantindo que as metas globais sejam adaptadas às especificidades locais.

Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Lançado em 2023, este programa prevê um investimento de R\$ 1,7 trilhão em infraestrutura. O Novo PAC é organizado em nove eixos e inclui medidas para transição ecológica, expansão do crédito e incentivos econômicos, visando a segurança energética, o acesso à água, saneamento básico, mobilidade urbana e urbanização. Este programa promete contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Nova Indústria Brasil: A Política Industrial do Brasil foi reformulada para promover a sustentabilidade, equidade de gênero, trabalho decente e inclusão socioeconômica. O foco está em cadeias agroindustriais sustentáveis, transformação digital e a criação de um complexo econômico-industrial da saúde. Iniciativas como o *Programa de Mobilidade Verde* incentivam investimentos em descarbonização e a inovação tecnológica na indústria.

Mitigação e Adaptação Climática: No âmbito nacional, a agenda de enfrentamento à mudança do clima desde 2023 está trabalhando em colaboração com as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Brasil. Houve a reformulação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); está em curso a elaboração do Plano Clima; a redução do desmata-

mento na Floresta Amazônica e no Cerrado; e a disponibilização de recursos pelo Fundo Clima além de fortalecer instituições como o IBAMA. A política Pública de Proteção e Defesa Civil está sendo fortalecida para prevenir desastres naturais.

Plano de Transformação Ecológica: O Plano de Transformação Ecológica, lançado em 2023, promove a transformação estrutural, em termos produtivos, financeiros, tecnológicos e culturais para uma economia sustentável, redirecionando investimentos de finanças sustentáveis para a transição energética, bioeconomia e uso sustentável dos solos, adensamento tecnológico, economia circular e nova infraestrutura de adaptação,

Conservação Marinha e Sociobiodiversidade Costeira: Políticas como a criação do *BNDES Azul* e o *Programa BNDES Corais* estão direcionadas à conservação dos oceanos e à utilização sustentável dos recursos marinhos. O Brasil está investindo na preservação de recifes de coral e manguezais, enquanto avança no Planejamento Espacial Marinho para organizar o uso do espaço marinho sustentável. A criação do grupo *Oceans20* durante a presidência brasileira no G20 reforça o compromisso global com a preservação dos oceanos.

Fomento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): O PAA fortalece a agricultura familiar e promove segurança alimentar ao adquirir alimentos diretamente de produtores familiares e doá-los às populações vulneráveis. Este programa contribui para a erradicação da pobreza, agricultura sustentável e redução das desigualdades, ao mesmo tempo que dinamiza economias rurais e combate desperdício de alimentos. Também foi lançado o PAA sementes, que leva as sementes aos produtores, especial-

mente indígenas e quilombolas.

Defesa e fortalecimento da Democracia: Campanhas contra desinformação e notícias falsas são um esforço do governo para promover a integridade da informação. Políticas para controle de armas e desarmamento da população, e o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (Pronasci) estão em vigor para reduzir a violência armada e fortalecer a cultura da paz. A inclusão da população negra nas políticas de segurança e desenvolvimento social também é priorizada.

Incentivo à Cultura: Políticas como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc apoiam a indústria cultural e garantem suporte contínuo para artistas e instituições culturais. A promoção da autonomia de coletivos e redes culturais por meio da Política Nacional Cultura Viva, assim como a valorização da cultura Hip-Hop e intercâmbios internacionais, reforçam a diversidade cultural e a inclusão social.

Trabalho Decente e Dignidade: A valorização do salário mínimo, combate ao trabalho análogo à escravidão, reajuste dos servidores públicos e programas de renegociação de dívidas são algumas das ações do governo para promover trabalho decente e reduzir desigualdades. Políticas direcionadas a setores específicos como cibersegurança, turismo interno e reciclagem contribuem ainda mais para um desenvolvimento sustentável abrangente.

5.1.2. No enfrentamento de desafios históricos e estruturais:

Desigualdades de Renda e Pobreza: O Brasil enfrentou oscilações na desigualdade de renda na última década, com o Índice de Gini alterando-se devido, em grande parte, às políticas de transferência de renda

implementadas durante a pandemia de COVID-19. Em 2022, o índice caiu para 0,518, o menor valor da série. No entanto, a concentração de renda permanece um desafio, com os 10% mais ricos ganhando 32,5 vezes o salário dos 50% mais pobres. A população em situação de rua quase dobrou entre 2018 e 2023, evidenciando a necessidade de políticas mais efetivas.

Desigualdades Raciais e Étnicas: Desigualdades por cor, raça e etnia continuam a ser uma barreira significativa no Brasil. Os negros representam 55,5% da população, mas têm rendimentos e acesso a oportunidades muito inferiores aos brancos. A informalidade é maior entre negros e pardos, e a taxa de escolaridade superior também é desproporcionalmente mais baixa, refletindo desafios no acesso a educação e emprego de qualidade. As populações indígenas e quilombolas enfrentam ainda mais dificuldades, frequentemente vivendo em situações de extrema pobreza e com pouco acesso a políticas de proteção social.

Desigualdades Territoriais: As disparidades regionais estão fortemente presentes, com o PIB per capita no Nordeste sendo apenas 53% da média nacional. Acesso desigual a infraestrutura e serviços públicos, como energia elétrica, saúde e educação, agrava ainda mais a situação. A taxa de analfabetismo e mortalidade neonatal são mais elevadas nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de segurança alimentar também são mais baixos.

Mapeamento de Desigualdades: O Brasil tem investido em melhorar suas estatísticas e registros administrativos para monitorar e enfrentar desigualdades com precisão. A plataforma ODS Brasil e inovações na coleta de dados, como a inclusão de quilombolas e indígenas nos censos de 2022, aju-

dam a mapear vulnerabilidades. O *Cadastro Único para Programas Sociais* (CadÚnico) é crucial, abrangendo informações sobre 43,8 milhões de famílias.

Ações de Combate à Pobreza e Promoção dos Direitos Humanos: Programas como o *Bolsa Família*, que priorizam mulheres como beneficiárias, não apenas reduzem a pobreza mas também promovem a igualdade de gênero. A Política Nacional para a População em Situação de Rua foca no atendimento humanizado e à criação de infraestruturas específicas como Centros POP e Consultórios na Rua para prover alimentação, higiene e acesso a direitos básicos. Outro destaque é o *Programa de Reforma Agrária*, reativado em 2023, centrado em redistribuição de terras e suporte à agricultura familiar.

Segurança Alimentar e Nutricional: O Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, integrou ações de 24 ministérios para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, com resultados já perceptíveis na redução da insegurança alimentar grave. Políticas agrícolas como o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf) e o apoio a práticas sustentáveis na agropecuária (Plano ABC+) ajudam a garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Acesso à Saúde e Bem-Estar: O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental na promoção da saúde e bem-estar no Brasil. Programas como *Mais Médicos*, *Brasil Sorridente*, e a expansão da *Farmácia Popular* aumentam o alcance dos serviços de saúde. Medidas recentes incluem a valorização dos profissionais de saúde e a mobilização nacional para fortalecer a imunização, enfrentando também a desinformação sobre vacinas.

Educação: A desigualdade no acesso à edu-

cação, especialmente no ensino superior, permanece um desafio. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas ambiciosas, mas poucas foram plenamente alcançadas. Iniciativas como o *Escola em Tempo Integral* e o reajuste das bolsas de Capes e CNPQ buscam transformar o ambiente educacional, com destaque para políticas de inclusão digital e apoio à educação básica de qualidade.

Igualdade de Gênero e Raça: A criação do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério das Mulheres, do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, e a promulgação de legislações específicas como a lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres, evidencia o compromisso do Brasil com a promoção da equidade. Programas como o Plano Juventude Negra Viva, bem como a tipificação da injúria racial como crime de racismo, fortalecem as ações afirmativas e a proteção de grupos vulneráveis.

Desafios na Implementação: Apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na implementação efetiva de suas políticas de desenvolvimento sustentável. A disparidade regional, a necessidade de dados desagregados mais completos e atualizados, e a garantia de inclusão das populações vulneráveis permanecem questões centrais. Além disso, coordenar a execução das políticas em todos os níveis federativos e garantir orçamento adequado são obstáculos contínuos no caminho para “não deixar ninguém para trás”.

5.2. Próximos Passos: rumo a uma Agenda pós-2030

1. Potencializar a integração de iniciativas através da mobilização e ampliação da governança participativa dos ODS através da CNODS: Existe no país um ecossistema robusto e

diversificado de iniciativas relacionadas aos ODS, que atualmente se encontram fragmentadas e dispersas entre diversas partes interessadas e todos os níveis de governo. Este cenário apresenta uma oportunidade de mobilização e integração dos esforços para melhorar a governança e o alcance dos ODS no Brasil. O governo se compromete com a expansão da estratégia de retomada da participação social enquanto método de governança para ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.

A partir de 2023, a CNODS torna-se o principal pilar de deliberação participativa e governança dos ODS no Brasil. No planejamento da CNODS para os próximos anos estão previstas ações para acelerar a implementação dos ODS no Brasil, em todos os níveis e com intensa participação social, de forma integrada, considerando as prioridades do país: (i) Combate à fome, pobreza e desigualdades; (ii) Enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; (iii) Defesa e fortalecimento da democracia, igualdade racial e trabalho decente. Para tanto, foram definidas ações para:

- Retomar e fortalecer a Governança da Agenda 2030, contendo atividades como: a recriação da CNODS, com ampla participação, tanto de atores estatais, como de não-estatais; e o alinhamento/institucionalização dos ODS nas legislações, no planejamento e na produção de políticas públicas nacionais e subnacionais.
- Monitorar a Agenda 2030, a partir de ações como: a elaboração e apresentação do Relatório Nacional Voluntário em 2024, a partir de um processo de ampla participação; a adequação das metas e indicadores

globais à realidade nacional, considerando especificidades regionais e locais e interseccionalidades; e a criação do Observatório Nacional dos ODS, plataforma de boas práticas e articulação entre ações em andamento.

- Territorializar os ODS, com base no fortalecimento das iniciativas estaduais e municipais, incluindo o compromisso com a Agenda 2030 nos debates sobre as eleições municipais de 2024; o fortalecimento e incentivo das redes de movimentos sociais nos territórios; realizar ações de territorialização em consonância com as ações da SRI/PR, e a realização da Conferência Nacional dos ODS em 2025.

- Financiar a implementação dos ODS, por meio de ações voltadas à ampliação da presença de políticas e projetos voltados ao alcance dos ODS nos orçamentos públicos, em todos níveis e esferas de governo, incluindo das empresas estatais; o fomento à criação e ao incremento das linhas de bancos de desenvolvimento públicos para projetos voltados à aceleração dos ODS; e o uso da cooperação internacional para apoiar as prioridades definidas pelo país.

2. Garantir a convergência das políticas de desenvolvimento econômico e industrial com os ODS: As políticas, planos, programas e ações públicas brasileiras demonstram uma grande convergência com os objetivos e metas da Agenda 2030, facilitando os esforços atuais de acelerar a implementação dos ODS em sua metade final. Esta convergência foi evidenciada pela apresentação das políticas atuais ao longo deste relatório, com destaque para a nova visão de futuro que trata a sustentabilidade como o novo fio condutor das ações econômicas brasileiras. Isto implica na continuação da implementação das diversas reformas estruturais, como: (i)

o novo arcabouço fiscal sustentável, que visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável, (ii) a reforma tributária que visa assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos; (iii) as ações estruturantes de infra-estrutura, social e produtiva, e de fomento à indústria presentes no PAC e na Nova Indústria Brasil, que busca promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia, e (iv) o Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo alcançar uma transição socioecológica justa.

3. Fortalecer a centralidade de “não deixar ninguém para trás” nas políticas públicas:

O Brasil tem fortalecido seu sistema de políticas sociais alinhado ao princípio fundador da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, enfatizando perspectivas interseccionais e territoriais, como: (i) erradicação da pobreza, promoção da segurança alimentar e nutricional, e combate às desigualdades, notadamente o *Programa Bolsa Família*; (ii) garantia da saúde e do bem-estar, por meio de ações de fortalecimento e aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas ao acesso da população à saúde pública de qualidade; (iii) acesso e a qualidade do sistema educacional, em parceria com Estados e Municípios (iv) promoção dos direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões, como as mulheres, os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, combate ao racismo e promoção da igualdade racial e de gênero de modo estruturante e transversal.

4. Implementar a renovação do compromisso ambiental: O compromisso ambiental do Brasil é renovado a partir do reforço das medidas de combate ao desmatamento, o avanço em iniciativas de economia verde, a promoção de energias renováveis e práticas de produção sustentável, e fortalecimento das instituições e legislações ambientais para garantir a proteção efetiva dos ecossistemas e a participação da sociedade na tomada de decisões ambientais. Entre as ações voltadas ao meio ambiente, destacam-se: (i) a diminuição do desmatamento dos biomas brasileiros, em particular da Amazônia, (ii) o combate às mudanças climáticas, seja por ações de adaptação, ampliando as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres, como de mitigação; (iii) a conservação e uso sustentável dos oceanos; (iv) a transversalidade da temática ambiental no PPA 2024-2027, presente em 50 dos 88 programas do PPA, abrangendo 113 objetivos específicos, 372 entregas e 150 medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 25 órgãos do Governo Federal, refletindo a urgência e a complexidade dos problemas ambientais e climáticos.

5. Potencializar a atuação do Brasil no ambiente internacional para a viabilização do desenvolvimento sustentável e das parcerias globais: O Brasil tem demonstrado uma expansão significativa e estratégica de sua presença no cenário internacional desde 2023. O governo preza por uma abordagem proativa em fóruns globais, onde o Brasil tem defendido agendas prioritárias que incluem o combate à fome, à pobreza e às desigualdades, além de enfatizar as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética. A atuação estratégica do Brasil visa promover uma governança global mais justa e sustentável, alinhada com os ODS e as necessidades específicas dos

países em desenvolvimento. Pretende-se manter uma postura ativa e ativa da política externa brasileira, representada: (i) na escolha dos temas prioritários da presidência do Brasil no G20, combate à fome, à pobreza e às desigualdades; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global; (ii) na presidência do BRICS+, em 2025; (iii) na presidência da COP 30 que será realizada em Belém do Pará, também em 2025; (iv) na própria decisão de apresentar o presente RNV e o compromisso de apresentar novo relatório em 2026. Há ainda iniciativas como os Diálogos Amazônicos, a Cúpula Social do Mercosul e o G20 Social demonstram o esforço contínuo do Brasil em fomentar uma participação social mais ampla, em discussões que transcendem fronteiras nacionais.

6. Protagonismo na construção da agenda pós-2030: Considerando o engajamento do Brasil na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), Década dos Oceanos (2021-2030), no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, na aceleração da implementação dos ODS e no engajamento na Cúpula do Futuro, vale destacar os próximos passos rumo à construção de uma Agenda pós-2030. Estes envolvem os esforços integrados na aceleração da realização das metas pactuadas; a organização do debate político, conceitual e operacional, junto a Comissão Nacional para os ODS; a priorização no enfrentamento ao racismo, no combate às múltiplas desigualdades sobrepostas, as ameaças à Amazônia e a emergência climática, em paralelo com a promoção da decência e dignidade nas relações trabalhistas; e a condução de uma política externa ativa, preparando assim o país para a conclusão da Agenda 2030 e alavancando nosso protagonismo nas negociações e implementação de uma agenda pós-2030.

CAPÍTULO VI



Anexo Estatístico

6. 1. Anexo Estatístico

Este anexo apresenta a lista dos Indicadores Globais ODS com dados nacionais produzidos e disponibilizados na Plataforma ODS Brasil (<https://odsbrasil.gov.br>). A plataforma é mantida e atualizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Optou-se pela listagem das desagregações disponíveis para estes indicadores e pela apresentação das instituições produtoras das séries estatísticas. As desagregações enriquecem as análises e trazem detalhamentos relevantes, especialmente no contexto brasileiro, diverso e desigual. A amplitude da produção dos Indicadores ODS é somente possível devido às parcerias estabelecidas pelo IBGE com diversos Ministérios e Órgãos do Governo Federal.

O anexo também traz uma síntese da produção dos indicadores, tanto relativa quanto absoluta. São listados, do maior ao menor, a proporção dos indicadores produzidos em relação ao total, por objetivo (gráfico 1). Além disso, são listados o número total de indicadores produzidos, por objetivo (gráfico 2).

Esses indicadores são denominados de indicadores *globais*. Essa denominação, mesmo se tratando de estatísticas brasileiras, faz referência à metodologia internacional acordada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e base para a comparabilidade entre os países.

O conteúdo foi produzido com informações atualizadas e disponibilizadas na Plataforma ODS Brasil (<https://odsbrasil.gov.br>), até 15.04.2024.

6.2. Listagem Indicadores Globais ODS Produzidos com Dados Nacionais

ODS 1 Erradicação da Pobreza

1.1.1 Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111>

Desagregação: Cor ou raça; Grupo de Idade; Sexo; Condição perante o trabalho; Situação do domicílio (Urbana ou rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

1.2.1 Proporção da população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador121>

Desagregação: Cor ou raça; Grupo de Idade; Sexo; Condição perante o trabalho; Situação do domicílio (Urbana ou rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador122>
Desagregação: Cor ou raça; Grupo de Idade; Sexo; Situação do domicílio (Urbana ou rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

1.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador151>
Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

1.5.2 Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres

em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador152>

Desagregação: Não

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

1.5.3 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador153>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

1.5.4 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador154>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável

2.1.1 Prevalência de subalimentação

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador211>

Desagregação: Não

Produtor: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

2.1.2 Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseada em escala de insegurança alimentar

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador212>

Desagregação: Situação do domicílio (Urbana ou Rural)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2.2.1 Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador221>

Desagregação: Idade; Sexo; Situação do domicílio (Urbana ou Rural); Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador222>
Desagregação: Sexo; Unidade Territorial (Grande Região)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

2.5.1 Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador251>
Desagregação: Não
Produtor: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

2.a.1 Índice de orientação agrícola para a despesa pública

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador2a1>
Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2.a.2 Total de fluxos oficiais (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) para o setor agrícola

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador2a2>
Desagregação: Não
Produtor: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

2.b.1 Subsídios às exportações agrícolas

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador2b1>
Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ODS 3 Saúde e Bem-Estar

3.1.1 Razão de mortalidade materna

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador311>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.1.2 Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador312>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.2.1 Taxa de mortalidade em menores de 5 anos

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador321>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador322>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.3.2 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador332>
Desagregação: Idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador333>
Desagregação: Unidade Territorial (Unidades da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador334>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.3.5 Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (DTN)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador335>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.4.1 Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador341>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.4.2 Taxa de mortalidade por suicídio

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador342>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.5.2 Consumo de álcool em litros de álcool puro per capita (com 15 anos ou mais) por ano

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador352>
Desagregação: Não
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador361>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador372>
Desagregação: Grupo de idade; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.8.2 Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador382>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador392>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador393>
Desagregação: Grupo de idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

3.a.1 Prevalência do consumo atual de tabaco na população de 15 anos ou mais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador3a1>
Desagregação: Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Ministério da Saúde (MS)

ODS 4 Educação de Qualidade**4.1.2 Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio**

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador412>
Desagregação: Grupo de idade e nível de ensino; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

4.2.2 Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador422>
Desagregação: Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador451>
Desagregação: Classe de Rendimento Domiciliar; Sexo; Situação do domicílio (Urbana ou Rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4a1>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

4.c.1 Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4c1>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

ODS 5 Igualdade de Gênero

5.4.1 Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador541>

Desagregação: Cor ou raça; Grupos de Idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

5.5.1 Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador551>

Desagregação: Cor ou raça; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

5.5.2 Proporção de mulheres em posições gerenciais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador552>

Desagregação: Cor ou raça; Grupos de Idade; Setor de Atividade; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

5.b.1 Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador5b1>

Desagregação: Cor ou raça; Grupos de Idade; Sexo; Situação do Domicílio (Urbana ou Rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ODS 6 Água Potável e Saneamento

6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador611>

Desagregação: Cor ou raça; Grupos de Idade; Sexo; Situação do Domicílio (Urbana ou Rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

6.2.1 Proporção da população que utiliza (a) serviços de saneamento gerenciados de forma segura e (b) instalações para lavagem das mãos com água e sabão

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador621>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

6.3.1 Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador631>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.3.2 Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador632>

Desagregação: Região Hidrográfica

Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.4.1 Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador641>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação); Setor de Atividade

Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.4.2 Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador642>

Desagregação: Região Hidrográfica

Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador651>

Desagregação: Não
Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.5.2 Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador652>

Desagregação: Não
Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.6.1 Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados a água ao longo do tempo

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador661>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)
Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.a.1 Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador6a1>

Desagregação: Não
Produtor: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

6.b.1 Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador6b1>

Desagregação: Não
Produtor: Organização Mundial da Saúde (OMS)

ODS 7 Energia Limpa e Acessível

7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador711>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador712>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

7.2.1 Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador721>

Desagregação: Não
Produtor: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador731>

Desagregação: Não
Produtor: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

7.b.1 Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador7b1>

Desagregação: Não
Produtor: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

8.1.1 Taxa de crescimento real do PIB per capita

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador811>

Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.2.1 Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador821>

Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.3.1 Taxa de informalidade das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, setor de atividade do trabalho principal e existência de deficiência

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador831>

Desagregação: Existência de Deficiência; Sexo; Atividade do Trabalho Principal (Agrícola ou Não-agrícola); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.5.1 Rendimento médio por hora real das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos,

por sexo, grupo de idade, grupamento ocupacional do trabalho principal e existência de deficiência

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador851>

Desagregação: Existência de Deficiência; Grupo de Idade; Sexo; Grupamento ocupacional do trabalho principal (Agrícola ou Não-agrícola); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.5.2 Taxa de desocupação, por sexo, grupo de idade e existência de deficiência

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador852>

Desagregação: Existência de Deficiência; Grupo de Idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.6.1 Percentual de pessoas de 15 a 24 anos não ocupadas, não estudantes e que não estão em treinamento para um trabalho

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador861>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

8.10.1 (a) Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador8101>

Desagregação: Não

Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

8.10.2 Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador8102>

Desagregação: Sexo

Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura

9.1.2 Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador912>

Desagregação: Tipo de Meio de Transporte

Produtor: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

9.2.1 Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador921>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9.2.2 Emprego na indústria em proporção do emprego total

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador922>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9.3.1 Proporção do valor adicionado das empresas de “pequena escala” no total do valor adicionado da indústria

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador931>

Desagregação: Atividades da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionados

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9.3.2 Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador932>

Desagregação: Não

Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

9.4.1 Emissão de CO2 pelo PIB

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador941>

Desagregação: Não

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9.5.1 Dispendio em P&D em proporção do PIB

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador951>

Desagregação: Não

Produtor: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

9.5.2 Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador952>

Desagregação: Não

Produtor: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

9.b.1 Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador9b1>
Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9.c.1 Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador9c1>
Desagregação: Tipo de cobertura da telefonia móvel
Produtor: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

ODS 10 Redução das Desigualdades

10.1.1 Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1011>
Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

10.2.1 Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1021>
Desagregação: Grupo de Idade; Sexo
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

10.4.1 Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1041>
Desagregação: Não
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

10.5.1 Indicadores de Solidez Financeira (7 indicadores)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=10>
Desagregação: Não
Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis

11.1.1 Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1111>
Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

11.3.2 Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1132>
Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

11.4.1 Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/ de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1141>
Desagregação: Tipo de patrimônio; Nível de governo
Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

11.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1151>
Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)
Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

11.5.2 Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1152>
Desagregação: Não
Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas pelo total de resíduos urbanos gerados, por cidades

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1161>

Desagregação: Disposição final (Aterro controlado, Lixão, Aterro sanitário); Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Secretaria Nacional de Saneamento/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SNS/MIDR)

11.a.1 Número de países que possuem políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador11a1>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

11.b.1 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador11b1>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

11.b.2 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador11b2>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis

12.1.1 Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1211>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

12.4.1 Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1241>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

12.5.1 Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1251>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

12.6.1 Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador1261>

Desagregação: Faixas de pessoal ocupado; Setor de atividade; Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

12.a.1 Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo12/indicador12a1>

Desagregação: Não

Produtor: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima

13.1.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1311>

Desagregação: Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

13.1.2 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de

Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1312>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR)

13.1.3 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1313>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

13.2.1 Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1321>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo13/indicador1322>

Desagregação: Fonte de emissão

Produtor: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

ODS 14 Vida na Água

14.5.1 Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo14/indicador1451>

Desagregação: Não

Produtor: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

14.6.1 Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (IUU fishing)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo14/indicador1461>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

14.b.1 Progresso dos países relativamente ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal/ regulamentar/político e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo14/indicador14b1>

Desagregação: Não

Produtor: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

ODS 15 Vida Terrestre

15.1.1 Área florestal como proporção da área total do território

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1511>

Desagregação: Não

Produtor: Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SFB/MMA)

15.1.2 Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1512>

Desagregação: Biomas

Produtor: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

15.2.1 Progressos na gestão florestal sustentável

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1521>

Desagregação: Não

Produtor: Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SFB/MMA)

15.4.2 Índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1542>

Desagregação: Classe de montanha

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

15.6.1 Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1561>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

15.9.1 (a) Número de países que estabeleceram metas nacionais em conformidade com a Meta 2 de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011–2020 ou metas similares

em suas estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade e o progresso relatado no alcance dessas metas; e (b) integração da biodiversidade nas contas nacionais e sistemas de relatoria, definidos como implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo15/indicador1591>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Ministério do Meio Ambiente

ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

16.1.1 Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1611>

Desagregação: Grupo de Idade; Sexo; Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Ministério da Saúde (MS)

16.1.3 Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1613>

Desagregação: Cor ou raça; Grupo de Idade; Sexo; Nível de instrução; Rendimento domiciliar; Situação do domicílio (Urbana ou rural); Unidade Territorial (Grande Região, Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

16.1.4 Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1614>

Desagregação: Cor ou raça; Sexo; Nível de instrução; Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

16.3.1 Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1631>

Desagregação: Não

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

16.3.2 Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1632>

Desagregação: Sexo

Produtor: Secretaria Nacional de Políticas Penais/ Ministério da Justiça e da Segurança Pública (SENAPPEN/MJSP)

16.6.1 Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares)

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1661>

Desagregação: Não

Produtor: Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Fazenda (STN/MF)

16.7.1 Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1671>

Desagregação: Grupo de Idade; Sexo; Nível na Instituição Pública

Produtor: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador1691>

Desagregação: Unidade Territorial (Unidade da Federação)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

16.10.2 Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo16/indicador16102>

Desagregação: Não se aplica

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação

17.1.1 Total das receitas do Governo em percentagem do PIB, por fonte

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1711>

Desagregação: Não

Produtor: Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Fazenda (STN/MF)

17.1.2 Percentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1712>

Desagregação: Não

Produtor: Secretaria do Tesouro Nacional/
Ministério da Fazenda (STN/MF)

17.3.2 Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1732>

Desagregação: Não

Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

17.4.1 Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1741>

Desagregação: Não

Produtor: Banco Central do Brasil (BCB)

17.6.1 Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1761>

Desagregação: Velocidade de ligação

Produtor: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo17/indicador1781>

Desagregação: Sexo; Situação do domicílio (Urbana ou rural); Unidade Territorial (Grande Região)

Produtor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Síntese da produção dos Indicadores Globais ODS com Dados Nacionais

Gráfico 1 - Proporção de Indicadores Globais ODS produzidos em relação ao total, por ODS

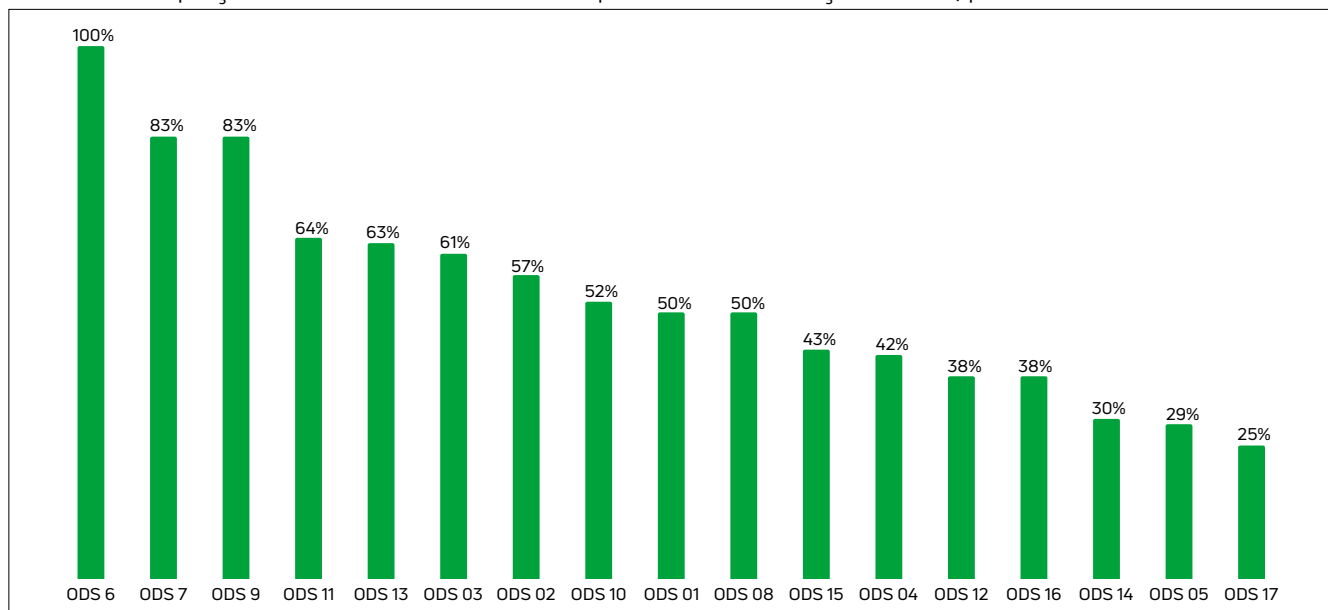
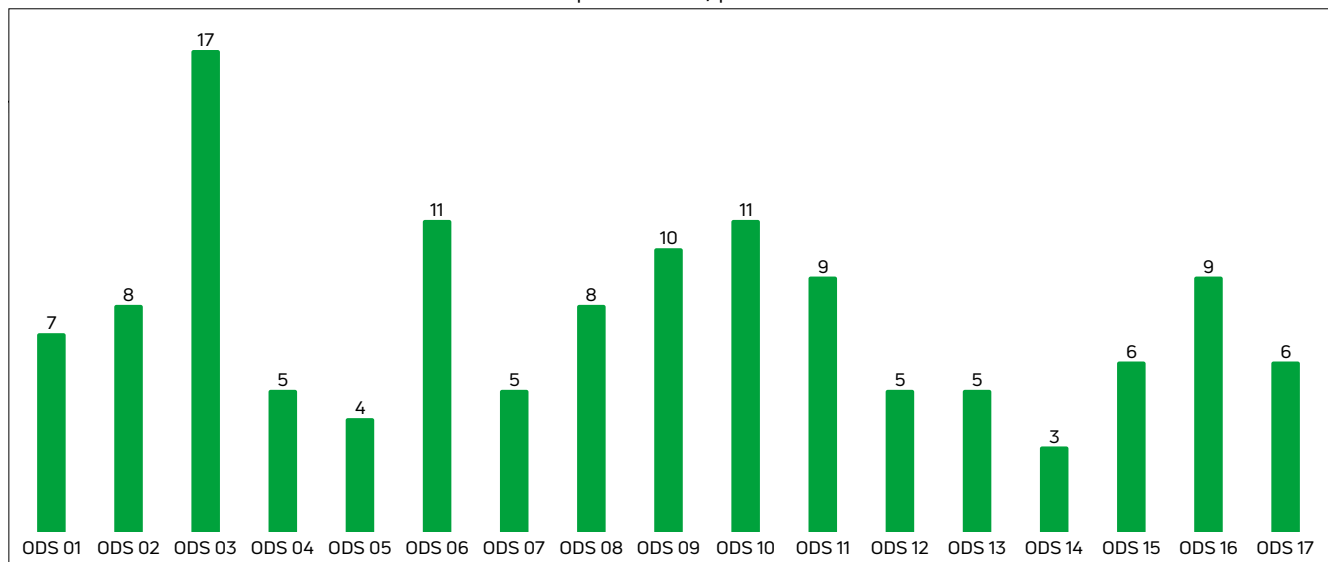


Gráfico 2 - Número de Indicadores Globais ODS produzidos, por ODS



Apêndice

Lista de Boas Práticas para implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, por segmento

Governo Federal

Programa “Petróleo, gás, Derivados e Biocombustíveis: (MME)

Objetivo deste programa é alcançar um aumento da oferta de gás natural.

<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/qualidade-de-produtos/biocombustiveis>

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) (MME)

Programa visa introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/biodiesel/pnpb>

Selo Biocombustível Social (SBS)

Com foco em aumentar o suporte à agricultura familiar das regiões Norte, Nordeste e Semiárido, de forma que o programa se consolide como vetor de inclusão social e de redução das desigualdades regionais.

<https://www.gov.br/mda/pt-br/ProgramaseEditais/selo-biocombustivel-social/selo-biocombustivel-social>

Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) (MME)

Objetivo de expandir a produção de biocombustíveis, fundamentada na previsibilidade e sustentabilidade ambiental, econômica e social. Este programa visa o aprimoramento das políticas e dos aspectos regulatórios dos biocombustíveis.

<https://www.renovabio.org/?w=fuga-schoenen-n-L6960xuY>

Programa Combustível do Futuro (MME)

Promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/programa-combustivel-do-futuro>

Programa Luz Para Todos (LPT) (MME)

Prioriza a universalização na prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, enfrentando, atualmente, os desafios de levar o atendimento a comunidades rurais, remotas e de difícil acesso.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos>

Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) (MME)

A Tarifa Social de Energia Elétrica confere benefícios a famílias em situação de vulnerabilidade social, visando ampliar o acesso a um serviço básico com preços mais acessíveis.

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>

Programa Nacional do Hidrogênio (MME)

Programa foi concebido no contexto em que o Brasil possui uma combinação de fatores que o coloca em posição de destaque no mercado global de hidrogênio. A adoção do hidrogênio como parte da matriz energética e industrial do Brasil tem o potencial de impulsionar significativamente o desenvolvimento industrial do país.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/programa-nacional-do-hidrogenio-1>

Política Nacional de Transição Energética (MME)

Projeto legislativo brasileiro que visa estabelecer diretrizes e princípios para a transição do Brasil para uma matriz energética mais sustentável.

[prop_mostrarintegra \(camara.leg.br\)](prop_mostrarintegra_camara.leg.br)

Grupo de Trabalho Eólica Offshore (MME)

O desenvolvimento de projetos eólicos offshore traz novas oportunidades de investimentos para o país. Até o momento, o Brasil já reúne mais de 80 projetos anunciados, que juntos totalizam mais de 200 GW de capacidade instalada prevista.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-participa-de-evento-para-discutir-energia-eolica-offshore>

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel (MME)

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877 em 30 de dezembro de 1985 com o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/procel>

Programa Investimentos Transformadores em Eficiência Energética na Indústria - PotencializeEE (MME)

Investimentos Transformadores em Eficiência Energética é uma iniciativa de Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de realizar mil diagnósticos energéticos e implementar 425 projetos de eficiência energética com financiamento de instituições financeiras e um Fundo Garantidor.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/ee/potencializee>

Programa Energias da Amazônia (MME)

Objetivo de fortalecer a transição energética no fornecimento de energia elétrica à população da região amazônica.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/programa-energias-da-amazonia>

Mineração e Sociedade (MME)

promover a mineração sustentável, com foco na sustentabilidade da mineração artesanal e em pequena escala, na responsabilidade social e na sustentabilidade empresarial no setor de minerais e metais.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/desenvolvimento-sustentavel-na-mineracao-1>

Projeto Ouro Sem Mercúrio (MME)

O objetivo do projeto é apoiar o Brasil na elaboração de um Plano de Ação Nacional para reduzir e, se possível, eliminar a poluição causada pelo uso de mercúrio na extração de ouro.

<https://www.ourosemmercúrio.com.br/>

Mapeamento das ODS na Mineração Brasileira (MME)

Objetivo do documento é incentivar as empresas

de mineração de todos os portes a incorporar os ODS em seus negócios e operações.

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-e-pnud-lancam-relatorio-atlas-mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-mineracao>

Plano Amas (MJ)

O objetivo geral do Plano Amas é combater os diferentes crimes que acontecem na Amazônia Legal, adequando e focalizando os programas e ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública às especificidades da região.

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/plano-amas-fortalece-presenca-do-estado-na-regiao-amazonica>

Programa Justiça Itinerante Cooperativana Amazônia Legal (MJ)

O Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal é uma iniciativa que busca ampliar a atuação do Poder Judiciário e de outras instituições públicas na região da Amazônia Legal.

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/direitos-humanos/justica-itinerante/amazonia-legal-2/>

O Foco nos Crimes Ambientais a Partir da 21ª Reunião Plenária da ENCCLA (MJ)

Na 21ª Reunião Plenária da ENCCLA, realizada de 20 a 23 de novembro de 2023, em Brasília-DF, foram aprovadas seis ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro para o ano de 2024. Essas ações abordarão duas temáticas: a ambiental e as novas tecnologias.

<https://enccla.camara.leg.br/>

Observatório da Violência Contra Jornalistas e Comunicadores Sociais (MJ)

O Observatório foi estabelecido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em janeiro de 2023 e atua no acompanhamento de ataques a jornalistas e veículos de comunicação, acionando as autoridades competentes e auxiliando nas investigações para identificar os autores dos crimes.

<https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/jornalistas-e-comunicadores>

Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres – (M. Mulheres)

Este edital é parte de um esforço mais amplo para garantir a participação plena das mulheres

em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/editais-1/edital-2-2024-formacao-para-mulheres-igualdade-de-decisao-e-poder-para-as-mulheres/SEI_4209381Edital2.2024.pdf

Mulher Viver sem Violência – SENAEC (M. Mulheres)

O Programa Mulher Viver sem Violência é uma iniciativa do Ministério das Mulheres no Brasil, que foi retomada em março de 2023 com a publicação do Decreto nº 11.4311. Este programa faz parte da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e tem como objetivo ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/programa-mulher-viver-sem-violencia>

Grupo de Trabalho sobre Empoderamento de Mulheres – SENAEC (M. Mulheres)

O Grupo de Trabalho sobre Empoderamento de Mulheres foi criado durante a presidência da Índia no G20 em 2023 e está tendo sua primeira reunião sob a presidência do Brasil em 20241. O objetivo do grupo é apoiar os países membros do G20 a abordar a desigualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres em diversas dimensões.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/g20-mulheres>

Seminário sobre filantropia de gênero – SENAEC (M Mulheres)

Seminário sobre Filantropia de Gênero aborda questões importantes relacionadas à igualdade de gênero, empoderamento econômico das mulheres e estratégias para promover a filantropia com foco em gênero.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/composicao/secretarias/senaec>

Organização e análise de informações geoespaciais (MGI)

A organização e análise de informações geoespaciais com base em inteligência territorial estratégica são essenciais para subsidiar políticas e serviços públicos eficientes. Essa abordagem envolve a compreensão de um território em sua totalidade e permite o planejamento e a gestão

de ações integradas visando ao desenvolvimento sustentável.

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/190597/1/cap3-ODS11.pdf>

Conta gov.br (MGI)

A Conta GOV.BR é uma identificação que comprova em meios digitais que você é você. Com ela, você se identifica com segurança na hora de acessar serviços digitais. Ela é gratuita e está disponível para todos os cidadãos brasileiros.

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/conta-gov-br>

Observatório de Pessoal (MGI)

O Observatório de Pessoal é um portal de pesquisa de acesso público na plataforma GOV.BR que reúne informações sobre os dados de pessoal do Governo Federal. Ele foi lançado oficialmente pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e oferece uma visão detalhada sobre a gestão de pessoas no serviço público.

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/>

Fábrica de Digitalização (MGI)

O processo de digitalização é dividido em seis etapas principais: triagem, numeração e higienização, digitalização, conferência de qualidade, remontagem, certificação digital e inserção dos arquivos no sistema. O objetivo é transformar os assentamentos funcionais de físicos para digitais, oferecendo maior segurança, praticidade e transparência no acesso às informações.

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/gestao-inaugura-fabrica-de-digitalizacao-de-documentos-funcionais-que-emprega-50-pessoas-com-deficiencia>

Sistema de Carreiras - SGP (MGI)

O Sistema de Gestão de Carreiras (SGC) é uma plataforma que centraliza de maneira simplificada os procedimentos de movimentação e seleção de integrantes das carreiras supervisionadas pela Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/gestao-de-carreiras/sistema-de-gestao-de-carreiras>

Política de Gestão de Desempenho (MGI)

Essa instrução normativa complementa as regras do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que é uma iniciativa para otimizar o desempenho organizacional e valorizar os servidores públicos através de uma gestão focada em resultados e entregas, em vez de controle de frequência e assiduidade.

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mgi-complementa-regras-do-programa-de-gestao-e-desempenho>

PNDP Reformulada - SGP (MGI)

O documento fornece diretrizes para o levantamento e planejamento do desenvolvimento de pessoal no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC).

www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas/pndp/paginas/Guia para a elaboração do PDP 2024 versão CGDES_03.07.2023vf.pdf

Concurso Público Nacional - SGP (MGI)

O Concurso Público Nacional organizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional>

Dimensionamento da força de trabalho - SGP (MGI)

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) é uma ferramenta de planejamento utilizada para estabelecer a quantidade ideal de pessoal necessária para realizar determinadas tarefas em uma unidade ou organização.

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas/dimensionamento-da-forca-de-trabalho/>

Programa de Democratização da Destinação de Imóveis da União (MGI)

O Programa de Democratização da Destinação de Imóveis da União, também conhecido como Programa Imóvel da Gente, foi lançado pelo governo brasileiro com o objetivo de destinar o patrimônio da União para políticas públicas prioritárias, voltadas ao interesse social.

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/governo-lanca-programa-imovel-da-gente-com-33-imoveis-ja-destinados-a-regiao-norte>

Agenda socioambiental da gestão dos imóveis públicos federais (MGI)

O Programa Imóvel da Gente, lançado pelo governo, que tem como objetivo destinar o patrimônio da União para políticas públicas prioritárias, considerando a função social e ambiental.

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/governo-lanca-programa-imovel-da-gente-com-33-imoveis-ja-destinados-a-regiao-norte>

Plano Nacional de Caracterização de Imóveis (MGI)

O Plano Nacional de Caracterização (PNC) é uma iniciativa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasil, que visa a identificação, demarcação e caracterização das áreas inalienáveis da União.

[Plano Nacional de Caracterização — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/plano-nacional-de-caracterizacao)

Levantamento das ações já empreendidas pelas empresas estatais federais de controle direto da União relacionadas aos ODS; (MGI)

Realizar o levantamento coordenado e sistematizado das ações que possam contribuir para o atingimento das metas previstas para os 17 objetivos.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais>

Centro de Serviços Compartilhados - ColaboraGov – SSC (MGI)

O ColaboraGov visa estruturar um novo modelo de compartilhamento de atividades de suporte administrativo, realizadas de forma colaborativa entre os ministérios.

<https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/conheca-o-colaboragov>

Formação de Iniciativas Antirracistas – ENAP

O objetivo principal do programa é combater o racismo e promover a igualdade racial na Administração Pública Federal, por meio da capacitação de recursos humanos e do desenvolvimento de competências específicas.

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/>

[diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/fiar](#)

Escola Virtual de Governo – EVG – ENAP

A Escola Virtual de Governo (EVG), associada à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), oferece uma plataforma de cursos a distância com uma variedade de temas e competências.

<https://www.escolavirtual.gov.br/>

Gestão Informada por Evidências – ENAP

protocolo de intenções para a melhoria da gestão pública por meio de evidências. A iniciativa visa aprimorar a efetividade das políticas públicas, melhorar o planejamento e a qualidade do gasto público através do uso de dados e evidências.

<https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/enap-ministerio-da-gestao-e-ipea-firmam-parceria-para-a-melhoria-da-gestao-publica-por-meio-de-evidencias>

Fortalecimento das Capacidades Federativas – ENAP

O Fortalecimento das Capacidades Federativas é um tema relevante no contexto brasileiro e tem sido objeto de estudo e pesquisa. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio de seus cadernos e publicações, contribui para a compreensão e aprimoramento das capacidades estatais.

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7875/1/caderno_enap_capacidades_estatais%20%286%29.pdf

Transformação Governamental – ENAP

A Transformação Governamental na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é um esforço para transformar o Estado público brasileiro através do conhecimento e inovação. A ENAP atua no desenvolvimento de competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas.

<https://www.enap.gov.br/pt/servicos/transformacao-governamental>

Formação de Servidores e Empregados Públicos – ENAP

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) oferece uma ampla gama de cursos destinados à formação e ao desenvolvimento de competências dos servidores e empregados

públicos. Eles incluem programas de pós-graduação, especialização, MBA, mestrado e doutorado, todos alinhados às melhores práticas de mercado e reconhecidos pelo MEC.

<https://www.enap.gov.br/pt/cursos>

Programa de Requalificação do Arquivo Nacional e melhoria das ações de suporte à gestão - Arquivo Nacional

O Programa de Requalificação do Arquivo Nacional tem como objetivo a recuperação dos edifícios e do entorno paisagístico para melhorar o valor econômico agregado e o atendimento da função institucional do Arquivo Nacional. Este programa inclui a atualização cadastral e modelagem geométrica parametrizada, elaboração de projetos, vistoria e consultoria técnica.

<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-1/licitacoes-1/arquivos/arquivos-2021/arquivos-pregao-11-2021/02-estudo-tecnico-preliminar-da-contratacao.pdf>

Programa de Aceleração do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga) - Arquivo Nacional

Criado em 2003 pelo Decreto n. 4.915, o Siga tem como objetivo estruturar de forma sistêmica a gestão de documentos e arquivos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal.

<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/siga/o-siga>

Ações de preservação, processamento técnico, acesso e difusão do acervo - Arquivo Nacional

As ações de preservação, processamento técnico, acesso e difusão do acervo no Arquivo Nacional do Brasil são fundamentais para a manutenção e disponibilização do patrimônio documental do país. A Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo (DPT) é responsável por coordenar essas atividades

<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/composicao/diretoria-de-processamento-tecnico-preservacao-e-acesso-ao-acervo>

Reestruturação e implementação da estratégia de fortalecimento da política nacional de arquivos e do Conarq - Arquivo Nacional

Este projeto visa facilitar o desenvolvimento de ações estratégicas, contribuindo para o aperfeiçoamento de políticas públicas e para o incremento da estrutura e requalificação do

funcionamento organizacional das autoridades arquivísticas em todos os níveis da federação https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canal-atendimento/imprensa/copy_of_noticias/arquivo-nacional-assina-acordo-com-pnud-para-apoio-a-arquivos-e-a-memoria

Estruturação da estratégia de reposicionamento do Arquivo Nacional

Este processo inclui a implementação de uma nova estratégia de reposicionamento que visa fortalecer a instituição como líder no desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa em gestão de documentos e arquivos. <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/planejamento-estrategico-2024-2027>

Reestruturação de estratégias para ações de internacionalização do Arquivo Nacional - Arquivo Nacional

Este plano inclui ações para ampliar o acesso aos documentos da administração pública federal e promover a implementação da Política Nacional de Arquivos.

<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/plano-estrategico-an-2020-2023-final-pdf>

Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023 – MIR

O Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023, dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11443.htm

GTI para elaboração do Plano Nacional de Comunicação Antirracista - MIR

Instituído pelo decreto nº 11.787 com o objetivo de criar o Plano Nacional de Comunicação Antirracista na Administração Pública do Brasil¹. O GTI é formado pelo Ministério da Igualdade Racial e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/gti-comunicacao-antirracista>

Programa Federal de Ações Afirmativas – MIR

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) tem como objetivo promover direitos

e equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres.

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas>

Programa Caminhos Amefricanos – MIR

O programa tem como objetivo estimular e promover a socialização de conhecimentos e experiências que contribuam para o combate e a superação do racismo no Brasil, bem como para a educação das relações étnico-raciais.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-caminhos-amefricanos>

Observatório AmeÁfrica – MIR

Este observatório visa promover o diálogo sobre políticas e práticas entre países africanos, latino-americanos e caribenhos, contribuindo para a promoção da igualdade racial

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias>

Programa Nacional de Atendimento Psicossocial para Mães e outros Familiares de Vítimas da Violência

O Ministério da Saúde destinou R\$ 8 milhões para o atendimento psicossocial dessas mães e familiares que foram vítimas de violência¹. Essa medida faz parte do 2º Pacote pela Igualdade Racial, lançado pelo governo federal, e envolve ações conjuntas de dez ministérios e órgãos.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-da-saude-destina-r-8-milhoes-para-o-atendimento-psicossocial-de-vitimas-de-violencia>

Programa Esperança Garcia – Trajetórias Negras na Advocacia Pública – MIR

O Programa Esperança Garcia é uma iniciativa conjunta entre a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da Igualdade Racial e o Instituto de Referência Negra Peregrum. Seu objetivo é combater as desigualdades no acesso a espaços na advocacia pública para pessoas negras.

<https://programas.peregrum.org.br/esperanca-garcia>

Programa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia – MIR

O Programa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia é uma iniciativa do Instituto Rio Branco (IRBr) em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), entre outras instituições. O programa tem como objetivo promover a inclusão de negros, pretos e pardos na carreira diplomática, oferecendo bolsas-prêmio para o custeio de estudos preparatórios para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/bolsa-premio-de-vocacaopara-a-diplomacia>

Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência

O Programa Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência é uma iniciativa que visa ampliar a participação de mulheres negras, ciganas, quilombolas e indígenas na ciência. O programa oferece bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior para pesquisadoras. <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/inscricoes-abertas-para-a-chamada-atlanticas-programa-beatriz-nascimento-de-mulheres-na-ciencia>

Protocolo de Intenções entre MIR e Banco do Brasil - MIR

O Protocolo de Intenções entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Banco do Brasil é uma iniciativa significativa para combater o racismo e promover a diversidade e a equidade. Este protocolo visa desenvolver diretrizes e ampliar ações afirmativas de raça e gênero, com foco especial na inclusão e valorização das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-assina-protocolos-de-intencoes-para-combate-e-superacao-do-racismo-e-promocao-da-diversidade-e-da-equidade-com-banco-do-brasil-e-conselhao

Protocolo de Intenções entre CEF e MIR para implementar ações de diversidade e inclusão e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 - MIR

O Protocolo de Intenções entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) é uma iniciativa para promover ações de diversidade e inclusão. [Este protocolo visa](#)

criar um ambiente de trabalho que valorize a diversidade e a inclusão, além de combater todas as formas de preconceito e discriminação. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-e-caixa-assinam-protocolo-de-intencoes-para-a-promocao-de-acoes-de-diversidade-e-inclusao-social>

Acordo de Cooperação Técnica entre MIR e SEBRAE para criação de políticas públicas de empreendedorismo - MIR

O Acordo de Cooperação Técnica entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem como objetivo promover o compartilhamento e desenvolvimento de informações técnicas, entendimentos, experiências, metodologias e tecnologias. Esse acordo visa fomentar ações de integridade, ética, compliance empresarial, transparência, prevenção e combate à corrupção, além de estimular as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) a adotarem ou aprimorarem seus programas de integridade. https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/78255/1/ACT_3_2024_CGU_SEBRAE.pdf.pdf

Plano Juventude Negra Viva - MIR

O Plano Juventude Negra Viva (PJNV) é uma iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) que visa reduzir as vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e a violência letal fundamentada no racismo estrutural. <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/>

Caravana Brasil Cigano - MIR

A Caravana Brasil Cigano é uma iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) que visa promover a escuta ativa e o apoio às comunidades ciganas no Brasil. https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/caravana-brasil-cigano-mir-realiza-momento-de-escuta-em-riachinho-minas-gerais

Pesquisa em rede "Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos" - MIR

O projeto "Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de

territórios e rotas dos povos” - MIR é uma iniciativa importante que visa documentar e entender melhor a distribuição e as rotas das famílias ciganas no Brasil. Aqui estão algumas informações relevantes que encontrei:

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/BoletimSemestralBrasilCigano.pdf

Evento Roda de Conversa junto a lideranças ciganas (Brasília, 23-08-2023) - MIR

“Roda de Conversa” que reuniu lideranças ciganas e órgãos do estado de Santa Catarina para discutir políticas públicas para os povos ciganos

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/roda-de-conversa-reune-liderancas-ciganas-e-orgaos-do-estado-de-santa-catarina-para-discutir-politicas-para-povos-ciganos

Boletim Semestral “Brasil Cigano” – MIR

O “Boletim Semestral Brasil Cigano” é uma publicação que visa comunicar às comunidades ciganas as ações e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) para atender às necessidades dessa população. A primeira edição do boletim, lançada em 25 de outubro de 2023, destaca a Caravana Brasil Cigano, uma iniciativa que busca criar políticas públicas eficazes para os povos ciganos com base em dados, informações e experiências vividas

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/BoletimSemestralBrasilCigano.pdf

Validação do Bloco de Igualdade Racial Cooperação MIR e IBGE (24/11/2023) – MIR

Esse bloco inédito tem como finalidade coletar dados que ajudarão a discutir e aprimorar estratégias de promoção da igualdade racial no Brasil, além de elaborar estudos técnicos e fortalecer o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). A iniciativa também visa a coleta de mais informações sobre populações negras e quilombolas, contribuindo para uma análise mais assertiva de como as políticas públicas estão sendo implementadas

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-investe-em-pesquisa-monitoramento-e-avaliacao-de-dados-sobre-populacoes-negra-e-quilombola

Encontros Regionais Abre Caminhos – MIR

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, iniciou os Encontros Regionais Abre Caminhos pelo Brasil na cidade de Salvador, Bahia. Durante o evento, Anielle Franco destacou a importância desse primeiro encontro regional para o combate ao racismo religioso no Brasil. Ela enfatizou a necessidade de ouvir as vozes dos negros, favelados e povos de terreiro para formular políticas eficazes.

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/anielle-franco-inicia-encontros-regionais-abre-caminhos-pelo-brasil-na-bahia-nao-poderia-ser-em-outro-lugar-diz

Titulação de 10 territórios Quilombolas – MIR

Foram entregues títulos de regularização para comunidades quilombolas, marcando um passo significativo na garantia de seus direitos territoriais. Além disso, o Incra publicou portarias de reconhecimento de 29 territórios quilombolas, abrangendo 16 estados e beneficiando aproximadamente 4,3 mil famílias.

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/governo-entrega-titulos-de-regularizacao-de-territorios-quilombolas>

Plano Nacional de Titulação – MIR

O Plano Nacional de Titulação é uma iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) que visa promover a titulação de territórios quilombolas no Brasil.

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/informe-mir-monitoramento-e-avaliacao-no-1-edicao-censo-quilombola-2022_31-08.pdf

Programa Aquilomba Brasil – MIR

Lançada recentemente com o objetivo de promover a igualdade racial e melhorar a qualidade de vida da população quilombola no Brasil.

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/aquilomba-brasil>

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) - MIR

Essa política tem como objetivo apoiar e promover práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, fomentar a conservação e o uso sustentável

da sociobiodiversidade, proteger o patrimônio cultural material e imaterial dessas comunidades, fortalecer seus direitos territoriais e ambientais.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11786.htm

Memorando de Entendimento entre MIR e Ministério de Igualdad y Equidad da República da Colômbia - MIR

O Memorando de Entendimento entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) do Brasil e o Ministério de Igualdad y Equidad da República da Colômbia é um documento que estabelece as bases para a cooperação entre os dois países na luta contra a discriminação e promoção da igualdade racial.
https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/2023725MemorandodeEntendimentointreBrasilColombiaportuguesversaofinal1.pdf

Memorando de Entendimento com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Moçambique, a Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo) e a Universidade

Púnguê (Uni-Púnguê) - MIR
 Memorando de Entendimento foi estabelecido entre o Ministério da Igualdade Racial da República Federativa do Brasil e a Universidade Púnguê da República de Moçambique, com o objetivo de estabelecer e desenvolver relações de cooperação internacional para o combate à discriminação e promoção da igualdade racial.
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/acesso-a-informacao/memorandos-de-entendimento/separ>

Inclusão do Bloco Racial nas Pesquisas de Informações Básicas Municipais e Estaduais do IBGE – MIR

O objetivo é coletar dados sobre a população, território e governança relacionados à igualdade racial em níveis municipais e estaduais. Esses dados serão utilizados para elaborar estudos técnicos, aprimorar painéis temáticos e fortalecer o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), além de outras ações.
https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-e-ibge-fortalecem-cooperacao-para-inclusao-de-bloco-de-igualdade-racial-em-pesquisas-municipais-e-estaduais

CIEDDS – MSaude

É uma iniciativa do governo brasileiro que envolve diversos ministérios com o objetivo de promover ações para a eliminação da tuberculose e outras doenças socialmente determinadas como problemas de saúde pública no Brasil até 2030
<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/ciedds>

ODS 18 – MIR

Foi apresentado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) do Brasil ao Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do G20. Este objetivo foi anunciado voluntariamente pela presidência brasileira na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2023
https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-apresenta-ods-18-ao-grupo-de-trabalho-e-desenvolvimento-do-g20

Projeto Redes: TED UNB/ TED IFB/MIR - MIR

Visa promover ações antirracistas com foco na proposição e aperfeiçoamento de políticas públicas de promoção da Igualdade Racial
https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-firma-parceria-com-ifb-para-execucao-do-projeto-redes-da-igualdade-racial

FIAR - Formação e iniciativas antirracistas – MIR

O principal objetivo do FIAR é elaborar, executar e promover programas e projetos de capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de competências para combater o racismo e promover a igualdade racial na Administração Pública Federal.
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/fiar>

Avaliação SINAPIR – MIR

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) é uma estrutura criada para organizar e articular a implementação de políticas e serviços destinados a superar o racismo em todo o território nacional.
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/sinapir>

JurisRacial – MIR

Trata-se de um repositório jurídico digital que foi criado para compilar e disponibilizar documentos jurídicos relacionados à temática racial. A plataforma tem como objetivo democratizar informações e estimular a conscientização de servidores públicos e da sociedade na promoção da igualdade racial

<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/jurisracial-governo-lanca-plataforma-de-documentos-para-enfrentamento-ao-racismo/>

Hub da Igualdade Racial – MIR

O Hub da Igualdade Racial é uma iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) do Brasil. Ele representa um ponto central para consultas sobre dados desagregados por cor ou raça e outras interseccionalidades. O objetivo do Hub é promover a publicização e transparência de dados, informações e evidências relacionadas a políticas públicas de Igualdade Racial.

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial>

Monitoramento do Planejamento e Orçamento Governamental por gênero e Raça – MIR

O Monitoramento do Planejamento e Orçamento Governamental por gênero e Raça (MIR) é uma iniciativa que visa aprimorar a alocação de recursos do governo com sensibilidade às questões de gênero e raça

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/projeto-revisao-de-orcamentacao-sensivel-a-genero-no-brasil-reune-mpo-e-ocde-e-comeca-no-dia-26-2>

Protocolo de gênero e raça para implementação e avaliação de políticas públicas e de projetos – MIR

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é uma iniciativa do Ministério das Mulheres que visa promover práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, especialmente nas áreas de gestão e recursos humanos.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca>

Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) - MMA

O Bolsa Verde busca estimular a preservação ambiental, promover cidadania e melhorar a condição de vida das comunidades. Além disso, visa à capacitação socioambiental, educacional, técnica e profissional dos beneficiários

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dpct/bolsa-verde>

Acesso ao patrimônio genético – MMA

O acesso ao patrimônio genético no Brasil é regulamentado pela Lei 13123 de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. O patrimônio genético (PG) é o conjunto de informações genéticas contidas em plantas, animais e microrganismos, vivos ou mortos, e em substâncias produzidas por esses organismos, como resinas e venenos.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico>

Concessão florestal - MMA

A concessão florestal é uma política implementada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil, com o objetivo de conservar as florestas públicas, promover a produção sustentável, estimular o desenvolvimento econômico regional e melhorar a qualidade de vida das populações locais.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/servico-florestal-brasileiro/concessoes-e-monitoramento/o-que-e-concessao-florestal>

Inventário Florestal Nacional – MMA

O Inventário Florestal Nacional (IFN) é um dos principais levantamentos realizados pelo governo federal para produzir informações sobre os recursos florestais brasileiros. Esse inventário tem como diferencial a coleta de dados diretamente nas florestas, tanto naturais quanto plantadas.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/servico-florestal-brasileiro/inventario-florestal-nacional>

Plano Clima e Planos setoriais de mitigação e adaptação – MMA

O Plano Clima e os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação são iniciativas fundamentais do

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil.

Eles representam o compromisso do país com a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação às mudanças climáticas.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/mitigacao>

Oceanos e Zona Costeira – MMA

Metas do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do MMA é elaborar o Planejamento Espacial Marinho (PEM) na costa brasileira, junto à Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM). A Visão do Brasil para o PEM é a de contribuir para um território marinho brasileiro saudável.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/oceano-e-zona-costeira>

Recuperação das florestas e demais formas de vegetação nativa – MMA

A Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa do Brasil tem como objetivo a recuperação ou recomposição de ecossistemas degradados. Isso envolve a restituição da cobertura vegetal nativa através de várias abordagens, como a implantação de sistemas agroflorestais, reflorestamento, condução da regeneração natural, reabilitação ecológica ou restauração ecológica.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/conservacao-1/politica-nacional-de-recuperacao-da-vegetacao-nativa>

Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos – MMA

O Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB) é uma iniciativa que visa propor e planejar ações estratégicas de curto, médio e longo prazos para combater a desertificação, mitigar os efeitos das secas e prevenir e reverter os quadros de degradação da terra no Brasil.

<https://www.pabbrasil.ufrpe.br/>

Redução do desmatamento, os incêndios e a degradação da vegetação nativa – MMA

o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia prevê investimentos de R\$ 730 milhões para promover o desenvolvimento sustentável e

combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-parceria-com-municipios-para-combater-o-desmatamento-e-incendios-florestais-na-amazonia>

Logística reversa – MMA

Ela é definida como um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/presidente-da-republica-institui-o-sistema-de-logistica-reversa-para-embalagens-de-vidro-1>

Monitoramento da qualidade do Ar - MMA

Tem como objetivo promover ações para melhorar a gestão e a qualidade do ar no país. Isso inclui a implantação da Rede Nacional de Monitoramento, que fornece estações de monitoramento de qualidade do ar para estados que ainda não possuem monitoramento de partículas inaláveis.

<https://conama.mma.gov.br/conama-em-pauta/91-guia-tecnico-para-o-monitoramento-e-avaliacao-da-qualidade-do-ar>

Fiscalização Ambiental – MMA

A fiscalização ambiental é o exercício do poder de polícia previsto na legislação ambiental. Consiste no dever que o Poder Público tem de fiscalizar as condutas daqueles que se apresentem como potenciais ou efetivos poluidores e utilizadores dos recursos naturais, garantindo a preservação do meio ambiente para a coletividade.

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/fiscalizacao-ambiental/o-que-e-fiscalizacao>

Ampliação e Efetividade de Unidades de Conservação Federais – MMA

O Governo Federal do Brasil tem tomado medidas significativas para a ampliação e efetividade das Unidades de Conservação (UCs) Federais. Recentemente, foi assinado um decreto que resultou na criação e ampliação de mais 151.263 mil hectares de UCs no país¹. Este avanço é parte de um esforço contínuo que já adicionou cerca de 20 milhões de hectares de UCs nos últimos quatro anos e meio, dos quais 11 milhões são de proteção integral

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/fiscalizacao-ambiental/o-que-e-fiscalizacao>

Programa Transporte Ferroviário - M. Transportes
O Governo Federal promoveu o renascimento dos trilhos através de investimentos privados. Este avanço é considerado o maior dos últimos 100 anos e é baseado em concessões, renovações antecipadas de contratos, autorizações e obras de infraestrutura.

<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/governo-federal-moderniza-infraestrutura-ferroviaria-e-abre-caminho-renascimento-dos-trilhos-com-investimentos-privados>

Programa Segurança Viária - M. Transportes

O Programa Vias Seguras, instituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tem como objetivo melhorar a segurança das rodovias e ferrovias federais concedidas no Brasil.

<https://www.gov.br/antt/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/programa-prorev/programa-vias-seguras>

Novo Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – MDHC

O plano tem como objetivo assegurar mais dignidade às pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades em todo o território nacional.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-novo-viver-sem-limite>

Avaliação biopsicossocial unificada da deficiência – MDHC

A Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência é uma iniciativa do governo brasileiro que visa verificar e avaliar os direitos de pessoas com deficiência. O objetivo é identificar individualmente como a deficiência afeta a autonomia plena na vida cotidiana e profissional.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/decreto-cria-gt-sobre-a-avaliacao-biopsicossocial-unificada-da-deficiencia>

Acessibilidade em prédios da Administração Pública Federal – MDHC

O Manual de Adaptações de Acessibilidade tem

como objetivo orientar os gestores de órgãos e entidades da administração pública federal, tanto direta quanto indireta, a implementar quesitos de acessibilidade em edificações sob sua gestão.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/manual-de-adaptacoes-de-acessibilidade>

Enfrentamento à violência e ao capacitismo – MDHC

Em parceria com o Ministério da Saúde, o MDHC disponibiliza a cartilha “Combata o capacitismo”, lançada em 2023 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O documento, com linguagem simples e direta, apresenta dicas destinadas a toda a população brasileira para o enfrentamento ao preconceito.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/capacitismo-o-que-e-como-combater-e-por-que-e-tao-importante-falar-sobre-o-tema>

Reconhecimento de Centrais de Interpretação de Libras para fins de monitoramento e apoio técnico – MDHC

permite o monitoramento e o apoio técnico às CILs. Isso inclui a verificação dos intérpretes vinculados às centrais por órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-reconhece-centrais-de-interpretacao-de-libras-para-fins-de-monitoramento-e-apoio-tecnico>

Promoção da autonomia da pessoa com deficiência visual por meio do uso de cão-guia – MDHC

Os cães-guia oferecem suporte prático e emocional significativo, aumentando a confiança e a autoestima de seus parceiros humanos. Eles são treinados para executar uma variedade de comandos e tomar decisões independentes para manter a segurança de seus tutores, como avaliar quando é seguro atravessar uma rua.

<https://www.otempo.com.br/pets/entenda-a-importancia-do-cao-guia-para-pessoas-com-deficiencia-visual-1.3450133>

Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua - MDHC

O “Plano Ruas Visíveis” é uma iniciativa do governo federal do Brasil, lançada com o objetivo

de promover os direitos e o futuro da população em situação de rua. Com um investimento inicial de cerca de R\$ 1 bilhão, o plano foi lançado em dezembro de 2023 e envolve a mobilização de 11 ministérios.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao>

Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – MDHC

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) O SGDCA é uma rede que envolve a articulação e integração de diversos atores sociais, incluindo instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, como conselhos tutelares, promotores, juizes, defensores públicos, educadores sociais, e outros profissionais e voluntários que trabalham em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/abrace-o-marajo/sgdca>

Encontros Regionais SINASE PRA VALER! – MDHC

O projeto “Encontros Regionais: Sinase Pra Valer” é uma iniciativa promovida com objetivo central em fomentar ações de integração entre os programas de atendimento socioeducativo e contribuir para a retomada do levantamento de dados e informações sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/conheca-o-sinase-pra-valer-uma-serie-de-encontros-regionais-promovidos-pelo-mdhc-para-aprimorar-o-sistema-socioeducativo>

Projeto Sankofa na Socioeducação: Enfrentando e combatendo o racismo no SINASE – MDHC

O projeto visa qualificar a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo através de ações estratégicas, como a formação continuada sobre os impactos do racismo e o letramento racial para profissionais do sistema, além de trabalhar com adolescentes e jovens estratégias de valorização e reconhecimento da diversidade racial.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/Sankofa.pdf>

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM - MDHC

Ele consiste em uma política de proteção à vida de crianças e adolescentes que estão em ameaça iminente de morte, bem como seus familiares. O objetivo é prevenir a letalidade infanto-juvenil em todo o Brasil, garantindo a proteção integral e a inserção segura na sociedade em novo território.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados-de-morte-ppcaam>

Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) - MDHC

O Programa foi criado para oferecer proteção a indivíduos que estão em situação de risco, vulnerabilidade ou sofrendo ameaças devido à sua atuação na defesa dos direitos humanos

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-aos-defensores-de-direitos-humanos-comunicadores-e-ambientalistas-ppddh>

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA - MDHC

O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) consiste no conjunto de medidas adotadas pela União com o objetivo de proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas devido à sua colaboração com investigações ou processos criminais.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita>

Programa Viva Mais Cidadania - MDHC

Foi instituído pela Portaria Nº 627, de 2 de outubro de 2023, com o objetivo de promover os direitos humanos e fortalecer a cidadania de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e de discriminação

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-627-de-2-de-outubro-de-2023>

Projeto Viva + Periferia – MDHC

O Projeto Viva + Periferia, uma iniciativa

do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), tem como objetivo fornecer equipamentos de apoio assistencial para pessoas idosas acamadas e domiciliadas nas periferias brasileiras¹. O projeto inclui o mapeamento dessas pessoas idosas, a entrega dos equipamentos necessários e a avaliação do impacto do projeto na vida delas.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/edital-viva-periferia-busca-organizacao-civis-interessadas-em-mapear-e-entregar-equipamentos-para-pessoas-idosas-acamadas-nas-periferias>

Programa Envelhecer nos Territórios - MDHC

O Programa Envelhecer nos Territórios é uma iniciativa da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)¹. Foi instituído em setembro de 2023 com o objetivo de promover o direito de envelhecer e garantir os direitos humanos para as pessoas idosas no Brasil. O programa considera a importância do local onde as pessoas vivem e suas referências de vida.

[Programa do MDHC, Envelhecer nos Territórios, é lançado em dois municípios de Goiás com presença do secretário Alexandre da Silva — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/edital-viva-periferia-busca-organizacao-civis-interessadas-em-mapear-e-entregar-equipamentos-para-pessoas-idosas-acamadas-nas-periferias)

Projeto Vida Digna em Casa – MDHC

O Projeto Vida Digna em Casa é uma iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), implementada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI). O projeto tem como objetivo promover a garantia dos direitos e da cidadania das pessoas idosas que estão acamadas e domiciliadas, bem como dos seus cuidadores.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/mdhc-realiza-oficina-para-implantacao-de-programa-vida-digna-em-casa-no-rio-grande-do-norte>

Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (Acolher+) –

O Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (Acolher+), criado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), tem como objetivo fortalecer e implementar casas de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade

social¹. O programa é parte da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+ e visa proteger, promover e defender os direitos dessa comunidade

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/acolher-conheca-o-programa-do-mdhc-criado-para-fortalecer-e-implementar-casas-de-acolhimento-lgbtqia>

Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Pessoas LGBTQIA+ - MDHC

A Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Pessoas LGBTQIA+, instituída pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), é uma política pública que visa combater as violências motivadas pela condição sexual e identidade de gênero¹. Ela inclui ações como o mapeamento de equipamentos públicos e da sociedade civil, capacitação de agentes públicos, e fomento à produção de conhecimento junto a universidades e instituições de pesquisa

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mdhc-institui-estrategia-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contr-pessoas-lgbtqia>

Criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - CNLGBTQIA+ - MDHC

Conselho irá atuar na construção de ações governamentais e no acompanhamento de matérias legislativas que tenham implicações sobre as pessoas LGBTQIA+.

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvultou/respeito-e-dialogo/criacao-do-conselho-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia>

Criação da Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+ - MDHC

Este encontro marcou um momento significativo para a política LGBTQIA+ no Brasil, possibilitando um diálogo amplo entre gestores municipais, estaduais e distrital de políticas LGBTQIA+ e o governo federal

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/comissao-nacional-intergestores-da-politica-lgbtqia-se-reune-pela-primeira-vez-em-brasilia>

Fomento a empregabilidade e renda para pessoas LGBTQIA+ - MDHC

A estratégia incluirá ações afirmativas de empregabilidade, como capacitação, oferta de bolsas de estudos, profissionalização e formalização de postos de trabalho para a população LGBTQIA+ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/mdhc-elabora-politica-para-promover-emprego-e-renda-para-pessoas-lgbtqia> MDHC elabora política para promover emprego e renda para pessoas LGBTQIA+ — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br)

Comitê Nacional de Respeito à Liberdade Religiosa (CNRLR) – MDHC

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) instituiu o Comitê Nacional de Respeito à Liberdade Religiosa (CNRLR) com o objetivo de promover, reconhecer e respeitar o direito à liberdade e diversidade religiosa <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mdhc-institui-comite-nacional-de-respeito-a-liberdade-religiosa>

Promoção do Registro Civil de Nascimento- MDHC

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) promoveu o 11º Encontro Nacional de Promoção do Registro Civil de Nascimento e do Acesso à Documentação Básica <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mdhc-promove-o-11o-encontro-nacional-de-promocao-do-registro-civil-de-nascimento-e-do-acesso-a-documentacao-basica-a-partir-de-terca-19>

SIMORE Brasil - MDHC

SIMORE Brasil se refere ao Sistema de Monitoramento de Recomendações (SIMORE), uma ferramenta online que sistematiza as recomendações feitas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos <https://www.oas.org/ext/pt/direitos-humanos/simore>

Rede Nacional de Implementação de Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos - RNID/SIDH – MDHC

A Rede Nacional de Implementação de Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos (RNID/SIDH) foi criada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) com o

objetivo de assegurar o cumprimento de decisões proferidas por órgãos internacionais de direitos humanos, conforme previsto nos tratados dos quais o Brasil é signatário

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-cria-rede-nacional-para-monitorar-o-cumprimento-de-sentencas-internacionais-sobre-direitos-humanos>

Caravanas dos Direitos Humanos - MDHC

Elas têm como objetivo percorrer complexos penitenciários e unidades socioeducativas para avaliar a situação da população carcerária e combater a tortura¹. A previsão é que as caravanas comecem na segunda quinzena de agosto.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/caravanas-dos-direitos-humanos-do-mdhc-irao-percorrer-complexos-penitenciarios-e-unidades-socioeducativas-a-partir-de-agosto>

Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami - MDHC

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Brasil divulgou um relatório final sobre a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. O documento aponta oito violações graves de direitos humanos que afetaram significativamente as condições de vida do povo Yanomami, com impactos maiores sobre crianças, mulheres e idosos.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/relatorio-final-de-acoes-do-mdhc-aponta-diversas-e-graves-violacoes-de-direitos-humanos-dos-povos-indigenas-yanomami>

Cidadania Marajó - MDHC

O Programa Cidadania Marajó foi instituído pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) através da Portaria nº 292, de 17 de maio de 2023. O programa tem como objetivo desenvolver ações para o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, além de promover direitos humanos e acesso a políticas públicas no Arquipélago de Marajó, no Estado do Pará.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cidadania-marajo>

ObservaDH - MDHC

O Observatório Nacional dos Direitos Humanos

(ObservaDH) é uma iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no Brasil. Essa plataforma tem como objetivo reunir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no país, fornecendo evidências para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas aos direitos humanos.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-institui-observatorio-de-direitos-humanos-para-reunir-indicadores-ineditos-sobre-grupos-vulnerabilizados>

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – Disque 100 - MDHC

O Disque Direitos Humanos - Disque 100 é um serviço do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que tem como objetivo disseminar informações sobre direitos de grupos vulneráveis e receber denúncias de violações de direitos humanos

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

EquipaDH+ - MDHC

O EquipaDH+ é um programa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Brasil, que visa a aquisição e doação de bens e equipamentos para apoiar o funcionamento de órgãos e entidades públicas atuantes na promoção e defesa dos direitos humanos

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/programa-de-equipagem-equipadh>

Projeto de Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória de Africanos Escravizados no Brasil - MDHC

O Projeto de Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória de Africanos Escravizados no Brasil é uma iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em parceria com a UNESCO e outros ministérios, como o da Igualdade Racial (MIR), Educação (MEC) e Cultura (MinC)

<https://cultura.prefeitura.rio/noticias/memoria-africanos-escravizados/>

Ações de Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfrentamento ao discurso de ódio - MDHC

o Governo Federal publicou um relatório com

estratégias e recomendações para combater o discurso de ódio e o extremismo.

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/governo-publica-estrategias-e-recomendacoes-para-o-combate-ao-discurso-de-odio-e-ao-extremismo>

Ações de segurança pública em direitos humanos – MDHC

Uma dessas iniciativas é o programa FortaleceDH, lançado em dezembro de 2023, que visa apoiar organizações nas periferias para ampliar sua capacidade institucional. O programa foca em organizações com baixo nível de formalização, mas com histórico de atuação na área de direitos humanos e cidadania.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mdhc-lanca-programa-para-fortalecer-acoes-de-promocao-dos-direitos-humanos-nas-periferias>

Ações de promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas - MDHC

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Brasil está realizando várias ações para promover os direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas/acoes>

Ações voltadas para a prevenção e erradicação do trabalho escravo - MDHC

Nosso objetivo é promover a garantia dos direitos e da cidadania das pessoas idosas que estão acamadas e domiciliadas e dos seus cuidadores, e garantir vida mais digna a essa parcela da população com mais de 60 anos que é a que mais sofre violações de direitos humanos.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/mdhc-realiza-oficina-para-implantacao-de-programa-vida-digna-em-casa-no-rio-grande-do-norte>

Criação de Centros de Atendimento Integrado – MDHC

A criação de Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência têm como objetivo oferecer atendimento especializado e protegido a crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/equipagem-de-centros-de-atendimento-integrado-para-criancas-e-adolescentes-vitimas-ou-testemunhas-de-violencia>

Lei Paulo Gustavo – MINC

A Lei Paulo Gustavo, também conhecida como Lei Complementar nº 195, foi criada em 8 de julho de 2022 e dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo>

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) - MINC

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) é um programa lançado pelo Ministério da Cultura (MinC) com o objetivo de estabelecer uma política de fomento para a cultura de médio prazo.

<https://radar.ibegesp.org.br/a-politica-nacional-aldir-blanc-de-fomento-a-cultura-pnab/>

Programa Nacional de Comitês de Cultura - MINC

O Programa Nacional dos Comitês de Cultura é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) que visa ampliar o acesso da população brasileira à cultura.

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/programa-nacional-dos-comites-de-cultura>

Conselho Superior de Cinema com composição Paritária de Gênero – MINC

O Conselho será composto por 12 representantes de órgãos da administração pública federal e 12 da indústria cinematográfica nacional e da sociedade civil com atuação de destaque no segmento.

Essa é uma conquista significativa, pois garante que haja o mesmo número de mulheres e homens no conselho.

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/pautas-e-releases-1/minc-define-nova-composicao-do-conselho-superior-de-cinema>

Editais Ruth de Souza – MINC

Este edital tem como objetivo investir R\$ 20

milhões para selecionar 10 projetos inéditos de longas-metragens dirigidos por mulheres estreadas.

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-abre-inscricoes-de-propostas-para-o-edital-ruth-de-souza>

Editais Carolina Maria de Jesus de Literatura - MINC

O prêmio tem como objetivo reconhecer trabalhos inéditos escritos por mulheres e é o maior desse tipo na história do país.

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-premio-carolina-maria-de-jesus-o-maior-do-pais-na-area-de-literatura-produzida-por-mulheres>

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - MINC

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é um órgão colegiado do Ministério da Cultura no Brasil. Sua função é subsidiar as decisões relacionadas aos incentivos fiscais e ao enquadramento de programas, projetos e ações culturais nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, também conhecida como Lei Rouanet

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/comissao-nacional-de-incentivo-a-cultura-define-calendario-para-2024>

Programa Olhos d'Água- MINC

O Programa Olhos D'Água visa estimular e promover a descentralização dos processos de formação no campo artístico-cultural em todo o território nacional. Ele fomenta atividades formativas realizadas por espaços de educação não formais e aquelas propostas por artistas independentes, coletivos e grupos da sociedade civil. O objetivo é ampliar os repertórios e a oferta de formação no campo artístico-cultural.

<http://pnc.cultura.gov.br/2023/08/04/ministerio-da-cultura-lanca-programa-olhos-dagua-na-fundacao-bienal-de-sp/>

Programa Rouanet nas Favelas - MINC

visa promover uma distribuição mais equânime de investimentos em projetos culturais. Ele oferece apoio a projetos nos territórios de favela de cinco cidades brasileiras:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-em-andamento/edital-programa-rouanet-nas-favelas>

Programa Rouanet Norte – MINC

O Programa Rouanet Norte é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) que visa promover uma distribuição mais equânime de investimentos em projetos culturais entre os estados brasileiros. Ele oferece apoio a projetos na região norte do Brasil por meio de um mecanismo de incentivo fiscal, com ações específicas para os estados historicamente menos favorecidos pela Lei Rouanet <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-em-andamento/edital-rouanet-norte>

Investimentos no Audiovisual - MINC

Em 2023, o Ministério da Cultura (MinC) e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) fizeram um balanço dos investimentos no setor audiovisual no Brasil. [Os aportes somaram R\\$ 2,4 bilhões e foram resultado das Chamadas Públicas do Fundo Setorial do Audiovisual \(FSA\) e dos recursos disponibilizados pelas Leis de Incentivo](https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/minc-e-ancine-fazem-balanco-dos-investimentos-no-audiovisual-em-2023) <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/minc-e-ancine-fazem-balanco-dos-investimentos-no-audiovisual-em-2023>

Promoção do acesso ao livro e à leitura e Implantação e Modernização de Bibliotecas – MINC

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) é uma estratégia permanente de promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil <http://snbp.cultura.gov.br/pnle/>

Política Nacional de Cultura Viva - MINC

Seu objetivo é valorizar a cultura de base comunitária, apoiando, reconhecendo e dimensionando as culturas e os fazeres culturais em diferentes territórios. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_Nacional_de_Cultura_Viva

Cultura Viva do Tamanho do Brasil – MINC

Seu objetivo é valorizar a cultura de base comunitária, apoiando, reconhecendo e dimensionando as culturas e os fazeres culturais em diferentes territórios. [O que é a Política Nacional de Cultura Viva? — Cultura Viva \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lancado-em-salvador-programa-patrimonio-cidadao-ultrapassa-r-70-milhoes-em-investimentos)

Política Nacional de Patrimônio Cultural - MINC

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento

à Cultura (PNAB) é uma das maiores e mais estruturantes políticas culturais da história do Brasil. Ela foi instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, e tem como destinatários os trabalhadores da cultura, as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuam na produção, difusão, promoção, preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, incluindo o patrimônio cultural material e imaterial¹².

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/pautas-e-releases-1/maior-politica-cultural-da-historia-minc-lanca-a-politica-nacional-aldir-blanc-no-dia-25-10-em-brasilia>

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – MINC

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, com o objetivo de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro.

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi>

Patrimônio Cidadão – MINC

O Programa Patrimônio Cidadão, lançado pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é um conjunto de iniciativas e projetos em todo o país que visa proteger locais, bem como comunidades e territórios historicamente marginalizados em áreas tombadas como patrimônio cultural. [O investimento previsto ultrapassa R\\$ 70 milhões](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lancado-em-salvador-programa-patrimonio-cidadao-ultrapassa-r-70-milhoes-em-investimentos) <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lancado-em-salvador-programa-patrimonio-cidadao-ultrapassa-r-70-milhoes-em-investimentos>

Recuperação e conservação de museus e Pontos de Memória. - MINC

Seu objetivo é identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social que se baseiam na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território.

<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria>

Retomada e Fortalecimento da Fundação Palmares – MINC

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) que tem como objetivo promover e preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

<https://cnpq.cultura.gov.br/2023/07/11/reconstrucao-da-palmares-e-prioridade-diz-ministra-em-visita-a-fundacao/>

Política de Direitos Autorais – MINC

O Ministério da Cultura (MinC) abriu inscrições para o Edital de Credenciamento de Mediadores e Árbitros para atuarem no âmbito do MinC nos conflitos envolvendo direitos autorais

<https://www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual/legislacao/legislacao-nacional-de-direitos-autorais>

Territórios da Cultura - MINC

Tem como objetivo ampliar o acesso à infraestrutura cultural no Brasil. Instituído por meio de uma portaria publicada em 2 de outubro de 2023, esse programa visa implementar uma rede de espaços e equipamentos integrados de cultura em territórios periféricos. Esses espaços serão dedicados à arte, educação, expressão corporal, educação cidadã, trabalho e renda

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais>

Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) - MIDR

O Projeto de Integração do Rio São Francisco é uma das maiores obras de infraestrutura hídrica do Brasil. Ele tem como objetivo levar água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco>

Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) - MIDR

O Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) foi criado a partir da reestruturação do antigo Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE). Ele tem três objetivos

principais: Viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas), Conceder garantias destinadas à cobertura dos riscos relacionados ao descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em PPPs e Permitir a participação em fundos de investimentos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na forma de capital semente.

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/midr-vai-potencializar-uso-de-instrumentos-financeiros-para-obras-de-infraestrutura-e-servicos-nas-cidades-brasileiras>

Fundos do desenvolvimento do Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO) - MIDR

Esses fundos têm como objetivo financiar grandes empreendimentos que geram empregos, impostos e renda para diversos municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eles desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades inter-regionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais>

Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) – MIDR

Os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) são programas de financiamento previstos pela Constituição Federal (Lei 7.827/89, artigo 159, inciso I, alínea c) que têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco>

Coordenação-Geral de Parcerias Articulação Institucional (CGPAI) - MIDR

A Coordenação-Geral de Parcerias e Articulação Institucional (CGPAI) é uma unidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Ela desempenha um papel importante na promoção da interlocução e colaboração entre o ministério e outras instituições, entidades subnacionais e a sociedade em geral¹. Seu objetivo é fortalecer as parcerias e a articulação

com diversos atores para impulsionar o desenvolvimento regional e territorial.

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) - MIDR

A Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), em consonância com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PDR), apoia a construção, operação e manutenção de obras de infraestrutura hídrica voltadas ao abastecimento de água, como barragens, adutoras e canais

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/secretarias-nacionais/seguranca-hidrica>

Departamento de Estruturação Regional - OBRAS - MIDR

O Departamento de Estruturação Regional (DEP) é uma unidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Ele desempenha um papel importante na coordenação e execução de projetos de infraestrutura e serviços nas cidades brasileiras. O DEP trabalha para potencializar o uso de instrumentos financeiros, visando melhorar a qualidade de vida das comunidades e promover o desenvolvimento sustentável

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-regimental-1/estrutura-regimental/organograma-midr>

Coordenação-Geral de Planos Sub-Regionais - MIDR

A Coordenação-Geral de Planos Sub-Regionais (CGPS) faz parte da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR), que está vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Essa coordenação tem como objetivo desenvolver e implementar planos estratégicos para promover o desenvolvimento regional e territorial no Brasil

https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretarias-nacionais/copy_of_secretaria-nacional-de-mobilidade-e

Coordenação-Geral de Gestão do Território (CGGT) - MIDR

A Coordenação-Geral de Gestão do Território

(CGGT) faz parte do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Essa coordenação é responsável por questões relacionadas ao ordenamento territorial, monitoramento de ações e atualização de informações. Ela desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento regional e territorial no Brasil.

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>

Chamada Pública para Seleção de Propostas para Autorização de Funcionamento de Cursos Privados de Medicina no Âmbito do Programa Mais Médicos - SERES

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) foi criada em 17 de abril de 2011, pelo Decreto nº 7480/2011, e é responsável pela formulação de políticas para a regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de educação superior. Essa Secretaria absorveu competências da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), bem como, algumas funções da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação

<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior>

Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) – SEB

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Ele visa apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/programa-de-fomento-as-escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-emi>

Programa Itinerários Formativos – MEC

O Programa Itinerários Formativos é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) no Brasil, criada para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/programa-itinerarios-formativos-1>

Atendimento da Lei nº 13.415/2017. – MEC

A Lei nº 13.415/2017 é uma legislação importante no contexto da educação no Brasil. Ela trouxe mudanças significativas para o Ensino Médio e estabeleceu a política de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada- CNCA – MEC

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Ele foi criado em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. O objetivo central desse compromisso é garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país

<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/>

Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Novas Turmas (Brasil Carinhoso) e Novos Estabelecimentos (Proinfância) - MEC

O Programa de Apoio a Novas Turmas de Educação Infantil foi criado em 2012 para ajudar os municípios a ampliar a oferta de educação infantil. Por meio de apoio financeiro, o Governo Federal buscou reduzir o lapso temporal entre o início das aulas de uma nova turma e o recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/educacao_infantil/apoio-a-novas-turmas-infantil

Programa Primeira Infância na Escola- MEC

O Programa Primeira Infância na Escola foi instituído pela Portaria MEC nº 357/2022 com o objetivo principal de elevar a qualidade da educação infantil e potencializar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/primeira-infancia>

Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil - MEC

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), têm como objetivo orientar os

sistemas de ensino com padrões de referência para a organização, gestão e funcionamento das Instituições de Educação Infantil

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao_infantil/Public_MEC_WEB_ISBN_2019_003.pdf

Programa nacional para o fortalecimento dos anos finais do Ensino Fundamental (a ser implementado) - MEC

Ministério da Educação (MEC) está trabalhando em um programa para fortalecer os anos finais do ensino fundamental. Essa iniciativa visa melhorar a qualidade social da oferta educacional nessa etapa, considerando as singularidades dos estudantes, o apoio durante as transições escolares e a reorganização do currículo e do ambiente escolar

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/03/lancado-programa-para-incentivar-permanencia-nos-anos-finais-do-ensino-fundamental>

Escola em Tempo Integral - MEC

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral

Link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) – MEC

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) é um esforço do Governo Federal em colaboração com os sistemas de ensino para universalizar a conectividade de qualidade para uso pedagógico e administrativo nos estabelecimentos de ensino da rede pública da educação básica

Link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>

Política de Inovação Educação Conectada – MEC

O Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica

Link: <https://educacaoconectada.mec.gov.br/>

Política Nacional de Educação Digital – Eixo Educação Digital Escolar – MEC

A Política Nacional de Educação Digital (PNED) é uma iniciativa do governo brasileiro que visa promover o uso de tecnologias digitais na educação. Ela foi instituída pela Lei nº 14.533, promulgada em 11 de janeiro de 2023. A PNED estabelece diretrizes e metas para a promoção da educação digital em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14533.htm

Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) - MEC

O Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa oferecer formação continuada a profissionais da Educação Infantil. O foco principal do LEEI é a oralidade, leitura e escrita, com o objetivo de apoiar docentes para que desenvolvam práticas educativas capazes de ampliar as experiências das crianças com a linguagem escrita
 Link: <https://lepi.fae.ufmg.br/leei/>

Programa Educação e Família - MEC

O Programa Educação e Família, no âmbito das escolas públicas de educação básica, tem como objetivo fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida. O foco está no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro
<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/programa-educacao-e-familia>

EnergIFE - SETEC

O Programa EnergIFE, estruturado no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), torna possível a aplicação de medidas de melhoria no desempenho energético da Rede Federal, bem como a ampliação da oferta de cursos por suas unidades
<http://energif.mec.gov.br/>

Rede Maker - SETEC

A Rede Maker é um projeto do Ministério da Educação (MEC) que visa estimular e fortalecer a cultura maker nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/>

ept/rede-maker-o-2018aprender-fazendo2019-da-rede-federal

Projeto de Cooperação Técnica Brasil - Alemanha Educação Profissional para Desenvolvimento Econômico Verde e Empregos (Projeto Profissionais do Futuro: Competências para a Economia

Verde - SETEC

O objetivo desse projeto é promover o desenvolvimento econômico sustentável e criar novas oportunidades de emprego no Brasil
<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/profissionais-do-futuro>

Mulheres Mil - SETEC

O objetivo principal do Programa Nacional Mulheres Mil é promover a formação profissional e tecnológica, ao mesmo tempo em que aumenta a escolaridade dessas mulheres.
<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>

Sistema de Seleção Unificada (SISU) – SESU

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Ele permite que instituições públicas de ensino superior ofereçam vagas para candidatos com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
<https://accessunico.mec.gov.br/sisu>

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - SESU

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é uma política educacional criada pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Ele concede financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<https://accessunico.mec.gov.br/fies>

Programa Universidade para todos (ProUni) – SESU

O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma iniciativa do Ministério da Educação do Brasil, criada pelo governo federal em 2004. Ele oferece bolsas de estudo em instituições particulares de educação superior, tanto integrais (100%) quanto parciais (50%)
<https://accessunico.mec.gov.br/prouni>

Programa de Bolsa Permanência (PBP) – SESU

O Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma

iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Link: <https://www.gov.br/mec/pt-br>

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - SESU

O Pnaes tem como objetivo democratizar o acesso e a permanência na educação superior para estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>

Programa de Extensão Universitária (PROEXT) - SESU

O Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext) é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões. Ele visa aprofundar ações políticas que fortaleçam a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais, Municipais e Comunitárias de Educação Superior

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/proext>

Programa de Educação Tutorial (PET) - SESU

O Programa de Educação Tutorial (PET) é uma iniciativa desenvolvida por grupos de estudantes, com a tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do Brasil. O PET é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivo proporcionar aos estudantes de graduação condições para a realização de atividades extracurriculares

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pet>

Transição energética nas Universidades Federais Brasileiras: geração fotovoltaica, Eficiência Energética, Pesquisa e Inovação – SESU

As novas diretrizes do programa têm como objetivo ampliar a oferta de cursos e profissionais nas áreas de energias renováveis e eficiência energética

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/mec-amplia-programa-com-foco-em-energias-renovaveis-para-as-universidades>

Política de Educação Ambiental - SECADI

A Política Nacional de Educação Ambiental é regulamentada pela Lei nº 9.795, promulgada em 27 de abril de 1999. Essa lei estabelece diretrizes e princípios para a educação ambiental no Brasil.

Link: <https://www.gov.br/mec/pt-br>

Programa Infantojuvenil - SECADI

O Programa Infantojuvenil é uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), vinculada ao Ministério da Educação no Brasil

<https://www.gov.br/mec/pt-br/composicao/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-diversidade-e-inclusao-secadi>

Programa Instituições de Ensino Superior Sustentáveis – SECADI

O Programa Instituições de Ensino Superior Sustentáveis é executado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em parceria com os sistemas de ensino. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, valorizando as diferenças e a diversidade

<https://dadosabertos.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – SECADI

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é um evento pedagógico que busca apoiar as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação na promoção da participação social. Ela incentiva a mobilização e a ação sobre a dimensão política e social da questão ambiental, bem como sua inserção e apropriação pelos sistemas de ensino nas dimensões de gestão, currículo e infraestrutura das unidades escolares

<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17455-conferencia-infanto-juvenil-pelo-meio-ambiente-novo>

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa, coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) - INEP

isa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Ele vincula dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, bem como os principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>

Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (Trends in International Mathematics and Science Study – TIMSS) - INEP

O Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS) fornece dados sobre o desempenho nas áreas de matemática e ciências para estudantes do 4º e 8º ano do ensino fundamental em diferentes países
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/timms>

ERCE – Estudo Regional Comparativo Explicativo - INEP

Erce monitora os avanços na aprendizagem dos estudantes da região. Os países participantes do LLECE são Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/erce>

Avaliação in Loco - INEP

Para a garantia da qualidade da educação superior ofertada no país, o Inep presta à sociedade o serviço de avaliação externa in loco de instituições de educação superior e cursos de graduação, um dos pilares avaliativos constantes na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco>

Enade – INEP

O Enade avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências

e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, bem como o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial

<https://enade.inep.gov.br/enade/>

Indicadores de Qualidade – INEP

Os Indicadores de Qualidade da Educação Superior são importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>

Revalida – INEP

O Revalida (Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira) é um exame aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele tem co'mo objetivo subsidiar o processo de revalidação dos diplomas de médicos que se formaram no exterior e desejam atuar no Brasil

<https://revalida.inep.gov.br/revalida/>

Política de Compras Centralizadas – EBSEH

Política de Compras da Rede Ebserh, que tem por finalidade estabelecer os objetivos, diretrizes, princípios, modelagem de compras, responsabilidades e demais ações necessárias para a compra de bens, serviços e obras no âmbito da Rede Ebserh

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/compras-centralizadas>

Planejamento do Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS para os hospitais da Rede Ebserh – EBSEH

A Política de Compras Centralizadas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi instituída para orientar aquisições conjuntas, visando à redução de custos e garantia de abastecimento de todas as unidades hospitalares
<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/compras-centralizadas>

Iniciativa (ação) da Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh em reservar 10% das vagas existentes para pessoas com Deficiência (a legislação prevê 5%) ou das vagas que vierem a

surgir no prazo de validade do Concurso Público Ebserh Nº 01/2023 aos candidatos Pessoas com Deficiência (PCP) - EBSEH

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-e-secretaria-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-reunem-se-para-avancar-na-participacao-de-pessoas-com-deficiencias-nos-concursos-da-empresa>

Iniciativa (ação) da Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh em reservar 20% das vagas existentes para Pessoas Negras e Pardas (PNP) ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público Ebserh Nº 01/2023 aos candidatos negros. – EBSEH

Essa ação tem como objetivo promover a inclusão e a diversidade no quadro de servidores da Ebserh.

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/composicao/administracao-central/diretoria-de-gestao-de-pessoas>

Contribuir com a estratégia de saúde digital do SUS – EBSEH

hospitais da Rede Ebserh intensificaram suas ações de saúde digital, que incluem telemedicina, teleconsultoria e outras atividades utilizando videochamadas, redes sociais, videoconferência, dentre outras.

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/acoes-de-saude-digital-de-hospitais-da-rede-ebserh-auxiliam-populacao-durante-pandemia>

Comunidade AGHU – EBSEH

Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU) é um sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico disponível para uso gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS).

O AGHU é utilizado em toda a rede de 41 Hospitais Universitários Federais da Ebserh, possui cerca de 3 milhões de acessos por mês e uma base de 25 milhões de pacientes.

Link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/plataformas-e-tecnologias/agh>

Livro de Gestão da Manutenção Predial nos Hospitais da Rede Ebserh: Conceitos, Implantação e Padronização – 1ª edição – EBSEH

A Comunidade AGHU é parte do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU),

um sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico disponível para uso gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS).

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/plataformas-e-tecnologias/agh>

Política Ambiental – EBSEH

Essa política tem como objetivo promover a sustentabilidade e melhorar o desempenho ambiental da EBSEH

https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/boletim-de-servico/sede/2022/anexos/politica_ambiental-da-rede-ebserh.pdf

Manual Técnico de Procedimentos Operacionais Padrão de manutenção preventiva, calibração, qualificação e teste de segurança elétrica em equipamentos de saúde para os Hospitais da Rede Ebserh – EBSEH

O Manual Técnico de Procedimentos Operacionais Padrão elaborado pela Ebserh em parceria com a UNOPS e a TECSAÚDE Engenharia Hospitalar é um material inédito na área de Engenharia Clínica. Ele tem como objetivo garantir a eficácia, efetividade, segurança e desempenho necessários em toda a vida útil dos equipamentos de saúde nos hospitais da Rede Ebserh

<https://www.hospitaisemdestaque.com/2023/01/procedimentos-operacionais-padrao-de.html>

Manual de Formulação e Análise de Indicadores da Rede Ebserh - EBSEH

O Manual de Formulação e Análise de Indicadores da Rede Ebserh é uma ferramenta importante para orientar ações de gestão estratégica nos órgãos e entidades da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH). Por meio desse manual, é possível criar indicadores claros e bem construídos, estabelecer metas e acompanhar continuamente as estratégias das instituições pela alta administração

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/he-ufpel/acesso-a-informacao/indicadores-hospitalares>

Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG) (Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 1/2023) – CAPES

Seu objetivo geral é contribuir para o fortalecimento das atividades de extensão no

âmbito da pós-graduação. Isso é feito por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, realizadas em diálogo com diversos setores da sociedade

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-extensao-da-educacao-superior-da-pos-graduacao-proext-pg>

Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – CAPES

O Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PDPG Centro-Oeste) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visa apoiar projetos de formação de recursos humanos para pesquisa, desenvolvimento e inovação sustentáveis

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-rede-de-pesquisa-e-desenvolvimento-da-regiao-centro-oeste>

Programa de Redução de Assimetria na Pós-Graduação (PRAPG) – CAPES

O Programa de Redução de Assimetrias da Pós-Graduação (PRAPG), coordenado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), reduzindo as assimetrias de qualidade na pós-graduação.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-reducao-de-assimetrias-na-pos-graduacao-prapg>

Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Parcerias Estratégicas nos Estados III – CAPES

O Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Parcerias Estratégicas nos Estados III é uma iniciativa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que visa contribuir para a redução das assimetrias regionais identificadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/>

bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-2013-parcerias-estrategicas-nos-estados/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-2013-parcerias-estrategicas-nos-estados-iii

Programa de Cooperação Acadêmica em Políticas Públicas sobre Drogas. – CAPES

O Programa de Cooperação Acadêmica em Políticas sobre Drogas (PROCAD) é uma iniciativa de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O PROCAD tem como objetivo fortalecer a cooperação acadêmica na área de políticas sobre drogas

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/transparencia-senad-termos-de-execucao-descentralizada-teds>

PDPG - Políticas Afirmativas e Diversidade - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Políticas Afirmativas e Diversidade – CAPES

Seu objetivo é propiciar a formação e capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Esses estudantes são qualificados em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, bem como centros de pesquisa no Brasil e no exterior. **O foco está em temas relacionados às políticas afirmativas e à diversidade na educação**

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-politicas-afirmativas-e-diversidade>

PRO-DEFESA V - Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – CAPES

O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa V) é uma iniciativa resultante de uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Defesa. **Seu objetivo principal é**

promover a formação de recursos humanos de alto nível na área de Defesa Nacional¹.

O programa incentiva a cooperação entre instituições civis e militares para execução de projetos conjuntos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/pro-defesa>

PDPG-REMAR - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Recursos do Mar – CAPES

Programa com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema Nacional de Pós-Graduação

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-recursos-do-mar>

PICME - Programa de Iniciação Científica e Mestrado – CAPES

PICME (Programa de Iniciação Científica e Mestrado) é uma iniciativa que oferece aos estudantes universitários que se destacaram nas Olimpíadas de Matemática (medalhistas da OBMEP ou da OBM) a oportunidade de realizar estudos avançados em Matemática simultaneamente com sua graduação.

<https://picme.obmep.org.br/>

PROCAD-DEFESA - Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional. – CAPES

O Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA) é uma iniciativa do governo brasileiro que visa fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para a implementação de projetos voltados à formação de recursos humanos e à produção de pesquisas científicas e tecnológicas na área de Defesa <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/programa-procad-defesa>

Programa de Demanda Social - DS – CAPES

O Programa de Demanda Social (DS) da CAPES

tem como objetivo apoiar discentes de programas de pós-graduação stricto sensu oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, por meio da concessão de bolsas de estudo nos níveis de mestrado e doutorado. Essas bolsas visam formar recursos humanos de alto nível necessários ao país

Link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-demanda-social-ds>

Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) – CAPES

O PROAP visa proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação. Ele apoia programas de pós-graduação (PPGs) em suas atividades inovadoras, formação qualificada e diversificada para estudantes de pós-graduação e pesquisadores em estágio pós-doutoral. Além disso, o programa contribui para o desenvolvimento da política institucional de pós-graduação

Link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proap>

Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP – CAPES

Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como objetivo conceder apoio financeiro para a realização de eventos científicos, tecnológicos ou de extensão de curta duração no Brasil

Link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/paep>

Programa de Apoio à Disseminação da Informação Científica e Tecnológica (PADICT) – Portal de Periódicos da CAPES – CAPES

Essa iniciativa é uma extensão do programa já existente chamado PARFOR, que já beneficiou mais de 100 mil professores da educação básica que não possuíam formação adequada em suas áreas de atuação nas escolas públicas.

é uma iniciativa que visa promover o acesso à informação científica e tecnológica no Brasil.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>

Parfor Equidade – CAPES

O Parfor Equidade visa formar professores em licenciaturas específicas para atendimento das redes públicas de educação básica ou das redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena, quilombola e do campo, assim educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>

Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) – CAPES

O Parfor Equidade visa formar professores em licenciaturas específicas para atendimento das redes públicas de educação básica ou das redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena, quilombola e do campo, assim educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) – CAPES

Seu objetivo é fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>, <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>

Programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica – CAPES

A Cooperação Internacional de Formação de Professores da Educação Básica é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa promover a capacitação de profissionais que atuam na docência, direção, coordenação ou supervisão pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica. Além disso, o programa também abrange aqueles lotados nas secretarias de educação, exercendo atividades de

gestão educacional ou relacionadas à formação continuada de professores

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-de-cooperacao-internacional-de-formacao-de-professores-da-educacao-basica>

Programa de Apoio a Eventos no País para a Educação Básica (PAEP – EB) – CAPES

O Programa de Apoio a Eventos no País para a Educação Básica (PAEP-EB) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que oferece apoio financeiro para a realização de eventos de curta duração no Brasil. Esses eventos podem ter caráter acadêmico, científico, tecnológico ou de extensão universitária e envolvem pesquisadores, docentes, discentes de cursos de licenciatura e pós-graduação, bem como profissionais da rede pública de educação básica

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-de-apoio-a-eventos-no-pais-para-a-educacao-basica-pae>

Programa Residência Docente - PRD – CAPES

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visa fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior (IES). O objetivo principal do PRP é contribuir para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>

PROEB - Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica. – CAPES

O Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (ProEB) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Brasil. Seu objetivo é promover a formação continuada stricto sensu dos professores que atuam na rede pública de educação básica

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/proeb>

Universidade Pronasolos – CAPES

A Universidade Pronasolos é uma iniciativa que visa a formação de agentes públicos e profissionais capacitados na identificação e reconhecimento de solos, elaboração de mapas pedológicos e interpretação desse recurso para fins agrícolas e ambientais

https://www.sbcs.org.br/?noticia_geral=criada-a-base-para-a-universidade-pronasolos

PROF-ÁGUA – Mestrado profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – CAPES

O ProfÁgua é um programa de pós-graduação stricto sensu em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Ele tem como objetivo proporcionar a formação continuada dos profissionais que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos, como agências de água, comitês de bacia hidrográfica ou conselhos de recursos hídricos.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/mestrado-em-gestao-de-recursos-hidricos-abre-507-vagas>

PROFCIAMB - Mestrado profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – CAPES

O Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) é um mestrado profissional que se destaca por ser uma ação voltada à formação de professores que atuam no ensino fundamental, médio e na educação de jovens e adultos. Além disso, ele também abrange profissionais que desenvolvem e executam atividades de ensino, extensão e divulgação de ciências, bem como aqueles que atuam em espaços não formais de ensino, como museus, jardins botânicos, parques ecológicos e similares

<http://www.profciamb.ufpr.br/>

Universidade Aberta do Brasil (UAB) – CAPES

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil>

Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRES + 5) – CAPES

A Conferência Regional de Educação Superior (CRES+5) é um evento que promove um processo participativo para destacar o progresso da educação superior na América Latina e no Caribe. Ela também evidencia os desafios decorrentes do impacto da COVID-19 e identifica questões que ainda precisam ser abordadas

<https://www.unesco.org/pt/articles/conferencia-regional-de-educacao-superior-cres5>

Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES):

Este programa visa à estruturação, fortalecimento e internacionalização dos Programas de Pesquisa e Pós-Graduação por meio da mobilidade docente e discente internacional.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-desenvolvimento-academico-abdias-nascimento>

Caminhos Amefricanos:

Programa de Intercâmbios Sul-Sul (CAPES): Esse programa promove a colaboração entre países africanos, latino-americanos e caribenhos, estimulando a troca de conhecimentos, experiências e políticas públicas para combater o racismo e promover a educação das relações étnico-raciais.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-caminhos-amefricanos>

Programa CAPES/CLIMAT-AMSUD:

Iniciativa de cooperação francesa e seus homólogos em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, França, Paraguai, Peru e Uruguai. O objetivo é desenvolver colaboração e redes de pesquisa relacionadas à variabilidade climática e mudanças climáticas.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-climat-amsud>

Plano Diretor de Logística Sustentável da CAPES (PLS):

O PLS visa à promoção da sustentabilidade na gestão logística da CAPES, abordando temas como consumo consciente, ocupação de espaços físicos, inovação no mercado e inclusão de negócios de impacto nas contratações públicas.

<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis>

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - FNDE):

O PNAE oferece recursos financeiros para atender estudantes matriculados na educação básica pública, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de refeições escolares

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA - FNDE)

Esse programa visa à melhoria da infraestrutura das escolas de educação infantil, proporcionando ambientes adequados para o desenvolvimento das crianças.

[Proinfância — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/proinfancia)

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE - FNDE)

O PDDE repassa recursos financeiros diretamente às escolas públicas para aquisição de materiais pedagógicos, manutenção e pequenas reformas.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>

Programa Caminho da Escola (FNDE)

Esse programa visa à renovação da frota de veículos escolares, garantindo transporte seguro e adequado para os estudantes.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD - FNDE):

O PNLD fornece livros didáticos e materiais pedagógicos para escolas públicas, contribuindo para a qualidade da educação.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>

Criação da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro (MF):

Essa medida tem como objetivo combater o comércio ilegal do mineral e proporcionar maior transparência e controle nas operações envolvendo ouro.

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/receita-federal-cria-nota-fiscal-eletronica-do-ouro-ativo-financeiro-para-combater-comercio-ilegal>

Plano Safra (MF):

Financiamento das atividades agrícolas no Brasil. Ele abrange pequenos, médios e grandes produtores rurais, incluindo cooperativas e agricultores familiares¹. O Plano Safra incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Algumas das medidas incluem a redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e a premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/>

GT Cadeias de Valor - MF

O Grupo de Trabalho Interministerial sobre Resiliência em Cadeias de Valor foi instituído pelo Decreto N° 11.597, de 12 de julho de 2023, com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta a choques adversos nas cadeias produtivas que pressionam a inflação, considerando os impactos sobre segurança alimentar e energética.

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/desenvolvimento-economico-sustentavel/gt-resiliencia-em-cadeias-de-valor>

Lançamento do Educa+ (MF):

O Tesouro Educa+ visa incentivar a educação financeira das famílias e possibilitar que mais jovens continuem estudando após o Ensino Médio.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/01/tesouro-educa-entenda-como-vai-funcionar-o-titulo-publico-para-financiar-estudos.ghtml>

Revisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (MF):

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Ele tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima. <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dfre/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima>

Primeira emissão brasileira de títulos sustentáveis em dólares (MF O Tesouro Nacional do Brasil realizou sua primeira emissão de títulos sustentáveis em dólares no mercado internacional. Essa operação contou com a emissão de um novo benchmark de 7 anos, denominado GLOBAL 2031 ESG.

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/brasil-anuncia-resultado-de-sua-primeira-emissao-de-titulo-sustentavel-em-dolares>

PL Mercado de Carbono (MF):

O Projeto de Lei (PL) 2.148/2015 trata da regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), estabelecendo tetos para emissões e regras para a venda de títulos de compensação.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/26/senado-volta-a-debater-em-2024-regulamentacao-do-mercado-de-carbono>

Mulher Cidadã (MF):

Esse programa tem como objetivo promover a igualdade de gênero, empoderar mulheres e garantir seus direitos em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho e participação política.

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/mulher-cidada>

Projeto de Aceleração de Experiência Executiva para Mulheres (MF):

Esse projeto visa capacitar e acelerar o desenvolvimento profissional de mulheres em cargos executivos, proporcionando oportunidades de liderança e networking.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2023/marco-das-mulheres/noticias/novos->

[mecanismos-vaio-acelerar-acesso-das-mulheres-aos-cargos-de-alta-gestao-do-tesouro-nacional](#)

Sancionada Lei 14.754/2023 (MF):

A Lei nº 14.754, sancionada em 12 de dezembro de 2023, trata da tributação de aplicações em fundos de investimento no Brasil e da renda auferida por pessoas físicas residentes no país em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14754.htm

Taxonomia Sustentável Brasileira (MF):

A Taxonomia Sustentável Brasileira é um sistema de classificação que visa definir, de maneira clara, objetiva e baseada em critérios científicos, atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e/ou sociais¹. Ela disponibiliza critérios e indicadores específicos que permitem avaliar se uma atividade contribui para a sustentabilidade e/ou para a transição para uma economia sustentável.

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira>

Adesão da STN ao Selo PNUD de Igualdade de Gênero para Instituições Públicas (MF):

Essa adesão demonstra o compromisso da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento das políticas públicas para avançar na promoção da igualdade de gênero nos países.

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/tesouro-e-primeira-instituicao-publica-a-aderir-ao-selo-pnud-para-igualdade-de-genero>

Projeto Soldado Cidadão (M. Defesa):

O Projeto Soldado Cidadão tem como objetivo fornecer qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo que, ao serem licenciados, possam concorrer ao mercado de trabalho em melhores condições.

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/projeto-soldado-cidadao>

Projeto Calha Norte (M. Defesa):

O Projeto Calha Norte tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a

segurança na região da Amazônia Legal, por meio de ações nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e segurança.

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte

Projeto Rondon (M. Defesa):

O Projeto Rondon é uma iniciativa que envolve a participação de estudantes universitários em ações sociais e culturais nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, contribuindo para o desenvolvimento local.

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/projeto-rondon>

Projeto Forças no Esporte (PROFESP) (M. Defesa):

Tem como objetivo atender crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, com idades entre 6 e 18 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Através do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis, o PROFESP visa promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania e a integração social dos beneficiados.

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte-1>

Ações apoiadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (M. Defesa):

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) foi criado para integrar informações e gerar conhecimento atualizado, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região da Amazônia Legal brasileira.

<https://www.gov.br/censipam/pt-br>

Ensino Profissional Marítimo (M. Defesa):

Ensino Profissional Marítimo (EPM) é uma área de formação e aperfeiçoamento voltada para profissionais que atuam no setor marítimo. Ele abrange aquaviários, portuários e outros profissionais relacionados à comunidade marítima.

<https://www.marinha.mil.br/dpc/content/ensino-profissional-mar%C3%ADtimo-para-aquavi%C3%A1rios>

O Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica, conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) (M. Defesa):

Conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), vinculada ao Ministério da Defesa, esse programa tem como objetivo principal garantir a presença brasileira na região Antártica, promovendo pesquisa científica com foco na preservação do meio ambiente.

https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-projetos-acoes-obras-atividades/plano-plurianual/programas-tematicos-2016-2019/3.8_Oceanos_zona_costeira_e_antartica_2046.pdf

Plano ABC+ (MAPA):

objetivo é promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na agropecuária brasileira. Ele visa aumentar a eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, considerando uma gestão integrada da paisagem rural.

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/10/plano-abc-tem-metas-para-reduzir-a-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-na-agropecuaria>

Plano Nordeste + Sustentável (MAPA):

O Plano Nordeste+Sustentável foi lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em 2019. Seu objetivo é impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo por meio da integração de ações e políticas públicas¹. Esse plano busca promover a melhora socioeconômica dos produtores e valorizar produtos e processos relacionados à bioeconomia, com ênfase nas três abordagens: social, ambiental e econômica

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/nordestesustentavel>

Plano Inova Cacau 2030:

Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil, promovendo o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais. O plano visa aumentar a qualidade e a produtividade do fruto, beneficiando tanto os produtores quanto o meio ambiente.

<https://worldcocoaoundation.org/storage/files/plano-inova-cacau-2030-dez2023.pdf>

Plano Floresta + Sustentável:

Seu objetivo principal é estimular o plantio e

desenvolvimento de florestas comerciais para garantir o suprimento sustentável de matérias-primas para o setor florestal brasileiro
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/nordestesustentavel>

RenovAgro:

RenovAgro visa financiar investimentos que contribuam para a redução dos impactos ambientais causados pelas atividades agrícolas. Ele incentiva práticas sustentáveis na agricultura, incluindo a recuperação de áreas degradadas, adoção de práticas conservacionistas e proteção dos recursos naturais
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/renovagro>

O Projeto ConSIM

É uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária que visa orientar tecnicamente os consórcios públicos de municípios. Esses consórcios buscam desenvolver os serviços de inspeção de produtos de origem animal dos seus municípios consorciados, com o objetivo de integrá-los ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/suasa/projeto-consim-1>

Rede ODS Embrapa

A Embrapa, por meio de sua pesquisa e geração de conhecimentos e tecnologias, contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável na agropecuária brasileira, com foco na segurança alimentar.
<https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

Soluções tecnológicas para o uso racional de insumos na produção agropecuária

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/suinocultura-abc/arquivos-boletim-informativo/23-solucoes-tecnologicas-para-o-tratamento-de-dejetos-e-uso-racional-da-agua-e-da-racao.pdf/view>

Tecnologias de apoio à conservação de água nas comunidades rurais

O Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária é uma iniciativa do Plano Plurianual do Governo Federal 2020-2023 que visa prover conhecimentos e tecnologias adequadas para

a adoção de soluções no setor agropecuário. Seu objetivo é fomentar a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira
<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1158115/tecnologias-para-captacao-e-uso-da-agua-em-comunidades-rurais-no-semiarido>

Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020)

O Marco Legal do Saneamento Básico, também conhecido como Lei nº 14.026/2020, foi sancionado em 15 de julho de 2020 no Brasil. Ele tem como objetivo universalizar e qualificar a prestação de serviços de saneamento básico no país. Essa lei representa um grande avanço, especialmente considerando que o Brasil ainda enfrenta indicadores precários de atendimento e qualidade nessa área
<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2020/novo-marco-do-saneamento-basico>

Programa Saneamento Brasil Rural, coordenado pela FUNASA

O PSBR busca promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico em áreas rurais, garantindo equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços implantados, participação e controle social. Além disso, o programa considera as particularidades desses territórios, como tecnologias adequadas, modelos de gestão e apropriação da população quanto às soluções aplicadas
<https://www.funasa.gov.br/programa-saneamento-brasil-rural>

WebAmbiente

O objetivo principal do WebAmbiente é apoiar os produtores rurais na recuperação e restauração de áreas degradadas, especificamente aquelas que se enquadram em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais .
<https://www.webambiente.cnptia.embrapa.br/publico/inicio.xhtml>

Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA)

O SIPA tem um enfoque sistêmico para o

manejo das unidades de produção, priorizando a conservação ambiental, biodiversidade, ciclos biológicos e qualidade de vida

<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/89/sistema-integrado-de-producao-agroecologica---sipa>

Biofortificação de Alimentos, proporcionando saúde na mesa do brasileiro

A biofortificação é um processo que visa aumentar os teores de nutrientes essenciais em alimentos básicos, tornando-os mais nutritivos. Essa técnica envolve o cruzamento de plantas da mesma espécie para gerar cultivares com maior concentração de vitaminas e minerais. Os cientistas empregam técnicas de melhoramento genético para desenvolver culturas com maior teor de vitamina A, zinco, ferro e outros micronutrientes.

<https://www.embrapa.br/biofort>

Sistema Tipitamba – agricultura familiar sem queimadas na Amazônia

O Sistema Tipitamba é uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa Amazônia Oriental que propõe uma alternativa ao método tradicional de derruba e queima na agricultura familiar amazônica. Em vez de utilizar o fogo para preparar áreas, o Tipitamba promove o preparo de área sem o uso do fogo, resgatando a sustentabilidade social, econômica e ecológica das unidades familiares rurais.

<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-tipitamba-agricultura-familiar-sem-queimadas-na-amazonia>

Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias-Bovinos de Corte (BPA)

O programa BPA tem como objetivo garantir a rentabilidade e a competitividade dos sistemas produtivos, abrangendo diversos aspectos da atividade agropecuária. Alguns dos principais pontos contemplados pelo manual de Boas Práticas Agropecuárias

<https://cloud.cnpgc.embrapa.br/bpa-new/>

Programa Balde Cheio

O Programa Balde Cheio é uma metodologia de transferência de tecnologia que capacita profissionais da assistência técnica, extensão rural e pecuaristas em técnicas, práticas e processos agrícolas, zootécnicos, gerenciais e ambientais

<https://www.embrapa.br/balde-cheio>

Projeto BRS Aqua

O Projeto BRS Aqua é uma iniciativa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com o objetivo de fortalecer a infraestrutura de pesquisa, gerar e transferir tecnologias para promover o desenvolvimento da aquicultura brasileira. O foco principal do projeto é a inovação, contribuindo para o aumento da produção e a sustentabilidade da cadeia nacional do pescado

<https://www.embrapa.br/brsaqua>

Rede ILPF

A Rede ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) é uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais em áreas comuns. Essa abordagem pode ser implementada por meio de cultivo consorciado, sucessão ou rotação, com o objetivo de otimizar o uso da terra, aumentar a produtividade e gerar mais renda e emprego

<https://redeilpf.org.br/>

Portfólio Florestas

apresenta adequação das estratégias de sustentabilidade para a silvicultura brasileira

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-lanca-acoes-para-o-desenvolvimento-da-cadeia-produtiva-de-florestas-plantadas-no-brasil>

Tecnologias de produção agropecuária para o auto-consumo, alimentação e renda

A tecnologia agropecuária desempenha um papel crucial no desenvolvimento do setor agrícola e pecuário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem se dedicado a promover a adoção de tecnologias no campo, visando melhorar a qualidade de vida dos produtores e contribuir para sistemas produtivos sustentáveis.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria>

Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

A PNPSA tem como objetivo criar um mercado de serviços ambientais no Brasil, onde pagadores remuneram aqueles que prestam serviços de conservação de floresta nativa. Esses serviços incluem atividades como vigilância, monitoramento, combate a incêndios florestais, proteção de nascentes, biodiversidade e

preservação da natureza como um todo.

[L14119 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/L14119)

Projeto Rural Sustentável Cerrado

Seu objetivo é promover tecnologias de baixa emissão de carbono, melhorar o acesso à assistência técnica, capacitação e crédito, além de fortalecer organizações produtivas locais.

ruralsustentavel.org

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Clima

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Clima é um documento estratégico que visa orientar a implementação de ações relacionadas ao conhecimento do sistema climático e ao desenvolvimento de ferramentas para subsidiar tomadas de decisão

[2018_plano_acao_ciencia_tecnologia_inovacao_clima.pdf \(mctic.gov.br\)](https://mctic.gov.br/wp-content/uploads/2018_plano_acao_ciencia_tecnologia_inovacao_clima.pdf)

Plano de Ação em Ciência para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) para os Biomas Brasileiros é uma iniciativa que visa coordenar e fomentar atividades em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Este plano orienta a execução de ações estratégicas em diferentes biomas do Brasil, contribuindo para enfrentar os desafios nacionais na área de CT&I

<https://institutolife.org/wp-content/uploads/2022/09/LIFE-BB-IN-RD005-Elaboracao-PABS-1.0-Portugues.pdf>

Plano de Ação em Ciência para Cidades Sustentáveis

O Projeto CITInova é uma iniciativa coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) com o objetivo de promover a sustentabilidade nas cidades brasileiras. Ele busca alcançar esse objetivo por meio de tecnologias inovadoras e planejamento urbano integrado.

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/citinova>

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Oceano

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Oceanos é um documento

estratégico que visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico relacionado aos oceanos

https://ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/PACTI_Oceanos.pdf

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Antártica

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Antártica é um documento estratégico que visa promover pesquisas científicas e inovações relacionadas à região antártica. Elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Brasil, esse plano tem como objetivo explorar as conexões entre o ambiente antártico e sul-americano, com ênfase nos processos que afetam particularmente o Brasil

https://cienciaantartica.mcti.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/PACTI_ANTARTICA_web.pdf

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Biotecnologia

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Biotecnologia é uma iniciativa que visa promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação na área de biotecnologia. Ele foi elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e tem como objetivo produzir e aplicar conhecimento científico e tecnológico para benefícios sociais, econômicos e ambientais.

https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI-Biotec_Web.pdf

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia

Ele visa promover a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, tornando-o acessível e compreensível para o público em geral.

https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/4362/1/2018_plano_acao_ciencia_tecnologia_inovacao_popularizacao_divulgacao_ciencia_tecnologia.pdf

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Saúde

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Saúde é uma iniciativa que

visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Saude_Web.pdf

Plano De Ciência, Tecnologia E Inovação Para Agropecuária Sustentável

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Agropecuária Sustentável foi criado com o objetivo de ampliar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) agropecuário. Seu propósito é sustentar a capacidade competitiva e garantir a liderança do agronegócio brasileiro na produção e disponibilidade de alimentos seguros e de qualidade

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/entregas/2019/plano-de-acao-em-ciencia-tecnologia-e-inovacao-em-agropecuaria-sustentavel>

Código de Conduta Brasil

O Código de Conduta Brasil é um instrumento de compromisso, de livre adesão, que tem como objetivo orientar e estabelecer padrões de comportamento ético de empresas e prestadores de serviços turísticos, seus funcionários e colaboradores, que trabalhem direta ou indiretamente no contexto do turismo. O foco principal é a prevenção e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes

<http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/>

Inclusão da Sustentabilidade no Sistema de Governança Corporativa da AGU

O Sistema de Governança Corporativa da Advocacia-Geral da União (AGU), instituído pela Portaria Normativa AGU Nº 46, de 30 de março de 2022, é um conjunto de práticas gerenciais voltadas à entrega de valor público para a sociedade. Ele tem como objetivo estabelecer a governança corporativa, integridade, riscos e controles, além de auxiliar o Advogado-Geral da União nas decisões estratégicas

<https://www.gov.br/agu/pt-br/governanca/sistema-de-governanca-da-agu>

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis é uma importante referência para órgãos públicos

e entidades que desejam incorporar critérios de sustentabilidade em suas aquisições.

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-nova-edicao-de-guia-para-contratacoes-sustentaveis-na-administracao-publica-federal>

Coleta Seletiva Cidadã

O Programa Coleta Seletiva Cidadã institui a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos órgãos e das entidades da administração pública federal. Além disso, ele prioriza a destinação desses resíduos às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/secretaria-geral-de-administracao-1/coleta-seletiva-solidaria>

Usinas Fotovoltaicas

A Advocacia-Geral da União (AGU) implementou uma usina de geração de energia solar fotovoltaica em seu Edifício-Sede II, localizado em Brasília. Essa iniciativa pioneira no setor público tem gerado impactos positivos para a instituição, além de contribuir para a geração de energia limpa e renovável

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-economiza-35-de-energia-com-usina-solar>

PLS – Água

O Plano de Logística Sustentável (PLS) tem como objetivo agregar conhecimentos em sustentabilidade e promover a troca de práticas sustentáveis voltadas ao Plano de Logística Sustentável. Esse plano possibilita às instituições estabelecer e acompanhar práticas de gestão e racionalização de gastos, incluindo áreas como energia, resíduos sólidos, água e esgoto, limpeza, telefonia, entre outras

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-promove-encontro-virtual-sobre-praticas-sustentaveis-na-administracao-publica>

PLS – Luz

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da Advocacia-Geral da União (AGU) é um instrumento de planejamento que visa promover a melhoria contínua dos processos de trabalho institucional, com foco em critérios ambientais e de sustentabilidade. Suas ações buscam incentivar práticas racionais no uso dos recursos naturais e o consumo consciente. O PLS tem como objetivo

efetuar a gestão sustentável dos recursos e mitigar impactos socioambientais negativos, alinhando-se com a legislação vigente

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-atualiza-reducao-esperada-na-conta-de-luz-com-nova-base-de-calculo-do-icms>

Capacitação em sustentabilidade

Neste espaço vamos disponibilizar vídeos, eventos e capacitações relacionados à atuação consultiva da Consultoria-Geral da União, notadamente os de interesse dos seus órgãos assessorados.

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/capacitacao>

Salas de amamentação

As salas de apoio à amamentação são espaços dentro da empresa em que a mulher, com conforto, privacidade e segurança, pode esvaziar as mamas, armazenando seu leite em frascos previamente esterilizados para, em outro momento, oferecê-lo ao seu filho.

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/guia-para-implantacao-das-salas-de-apoio-a-amamentacao-para-a-mulher-trabalhadora-compactado.pdf>

Projeto Cegonha

Projeto Cegonha é uma iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU) que visa humanizar a relação da maternidade e da paternidade com as atribuições funcionais no âmbito da instituição. Ele foi lançado com o objetivo de promover um retorno saudável e compatível com as transformações trazidas pela chegada de um bebê.

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-projeto-de-apoio-ao-retorno-ao-trabalho-de-maes-e-pais-de-recem-nascidos>

Saúde Mental

Trata-se de um documento que tem por objetivo orientar acerca dos procedimentos que deverão ser adotados pelo apoiador, ao identificar sofrimento mental e emocional de membros, servidores e demais pessoas no ambiente de trabalho.

https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/cartilha_setembroamarelo_2020-2.pdf

Br dos Rios

Projeto “BR dos Rios” tem como objetivo

incentivar a navegação em rios, reduzir a dependência do modal rodoviário e diminuir o custo de fretes com caminhões

[MPor lançará projetos para o desenvolvimento sustentável de portos, aeroportos e hidrovias — Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](#)

Política de Construção e reparação Naval:

Reestabelecimento do Fundo Garantidor da Marinha Mercante –

Fundo da Marinha Mercante (FMM), administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos por meio do CDFMM, tem o objetivo de fornecer recursos para o desenvolvimento tanto da marinha mercante quanto das indústrias de construção e reparação navais no País

[Fundo da Marinha Mercante - FMM — Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](#)

IGAP & Portos Mais Brasil

O Prêmio Portos + Brasil é uma iniciativa do Ministério da Infraestrutura (MInfra), por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), que avalia e destaca os melhores portos do Brasil com base no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP). Essa premiação reconhece as boas práticas de gestão dos portos públicos brasileiros

[MPOR celebra recorde de movimentação portuária e premia as melhores práticas de gestão dos portos brasileiros — Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](#)

Gestão e Regularização fundiária dos Portos Organizados

Fomentar o desenvolvimento do transporte aéreo no país. Uma dessas ações é o fortalecimento da aviação regional por meio da requalificação de 116 aeroportos

[MPor lançará projetos para o desenvolvimento sustentável de portos, aeroportos e hidrovias — Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](#)

Revisão e atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos Portos Organizados

Os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) são instrumentos de planejamento utilizados nos portos organizados para orientar o desenvolvimento, expansão e uso sustentável das áreas e instalações portuárias. Eles consideram projeções de demanda, capacidade, melhorias e investimentos

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ — Portos e Aeroportos (www.gov.br)

Revisão e atualização dos Planos Mestres dos Portos Organizados

Com o objetivo de atingir um modelo de gestão capaz de tornar os portos cada vez mais rentáveis, competitivos, autossustentáveis e autônomos, o Governo Federal vem aperfeiçoando de forma contínua o planejamento do setor portuário nacional.

[Planejamento Portuário — Portos e Aeroportos \(\[www.gov.br\]\(http://www.gov.br\)\)](http://www.gov.br)

Plano Setorial Portuário

O Plano Setorial Portuário é um instrumento de planejamento que faz a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura no setor portuário. Ele visa contemplar estudos e iniciativas para execução por meio de parcerias com a iniciativa privada, denominadas Planos Setoriais de Parcerias1. Além disso, o Plano Setorial Portuário se soma a outros planos setoriais, como o Hidroviário, Terrestre e Aeroviário, para identificar as principais ações necessárias para o desenvolvimento dos subsistemas de transportes nacionais

[Planejamento Portuário — Ministério dos Transportes \(\[www.gov.br\]\(http://www.gov.br\)\)](http://www.gov.br)

Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro

No que tange às atividades relativas à proteção do setor nuclear, compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) coordenar as atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON). A Política Nuclear Brasileira visa a orientar o planejamento, ações e atividades nucleares e radioativas no país, em conformidade com a soberania nacional e a proteção da saúde humana e do meio ambiente. Como instância colegiada de governança do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), destaca-se o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), que tem como missão o estabelecimento de diretrizes e metas para o desenvolvimento e acompanhamento do PNB.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/colegiados-do-gsi/cdpnb>

Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI)

A Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) é um conjunto de diretrizes e normas que visa a assegurar a segurança da informação no âmbito da administração pública federal no Brasil. Ela abrange diversos aspectos, incluindo defesa cibernética, segurança física e a proteção de dados organizacionais. A PNSI tem como finalidade garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/ssic/politicas-nacionais>

Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber)

A Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) é uma estratégia abrangente que visa a integrar esforços de diversas entidades governamentais e privadas no Brasil para harmonizar as práticas de segurança digital em todo o país, estabelecendo um padrão unificado de resposta e prevenção contra ameaças cibernéticas.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/ssic/politicas-nacionais>

Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB), por meio do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB).

O CDPEB desempenha papel crucial ao reunir representantes de ministérios, da academia e do setor privado brasileiro para discutir questões fundamentais relacionadas ao desenvolvimento do setor espacial nacional. Algumas das principais entregas do comitê incluem propostas de governança para o setor espacial, consolidação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre o Brasil e os EUA, levantamento das demandas dos órgãos do Poder Executivo Federal por serviços espaciais e mapeamento de soluções nacionais para a produção de Polibutadieno Líquido com Terminação Hidroxílica (PBLH).

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/colegiados-do-gsi/cdpeb-comite-de-desenvolvimento-do-programa-espacial-brasileiro>

Desenvolvimento, Proteção e Integração da Faixa de Fronteira

Nesse tema, cita-se a atuação interministerial por meio da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (CREDEN), abrangendo iniciativas para a cooperação nos temas de segurança e defesa, integração fronteiriça, entre outros. Ainda, há o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que atua na prevenção, controle, fiscalização e repressão

aos delitos transfronteiriços e desenvolvimento integrado na faixa de fronteira, reunindo órgãos federais, com a participação dos Estados. A atuação por meio do Conselho de Defesa Nacional soma-se aos esforços nesse tema.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1>

Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC)

Essa política tem como objetivo garantir a segurança e a resiliência das infraestruturas críticas do país, bem como a continuidade da prestação de seus serviços.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-infraestruturas-criticas-sic>

Segurança Presidencial

Uma das linhas de atuação própria do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) diz respeito à segurança pessoal do Presidente, do Vice-Presidente, de seus familiares, outras autoridades designadas, além da proteção das residências oficiais e instalações presidenciais.

<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-presidencial>

Promoção de política externa universalista MRE

Fortalecimento das relações internacionais do Brasil em todas as regiões do mundo, utilizando a rede de postos no exterior para diversificar parcerias e reforçar contatos com todos os continentes, refletindo a vocação universalista da política externa brasileira e garantindo a defesa dos interesses nacionais.

<https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-prestacao-contas/objetivos-e-metas-das-iniciativas-de-politica-externa>

Integração da América Latina e Caribe

Reforço à integração regional da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul, por meio do fortalecimento institucional de mecanismos de integração e cooperação, diálogo e coordenação política, contribuindo para o bem estar da população e para um entorno regional próspero, estável e seguro

<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/mercosul>

Reforma da governança global

Fortalecer o multilateralismo, reformar a governança global e promover a paz. Promoção dos interesses e da participação ativa do Brasil em organismos internacionais e demais foros multilaterais e plurilaterais, e trabalho por uma ordem internacional justa e pacífica, pelo fortalecimento do multilateralismo, e pela reforma da governança global

<https://www.gov.br/mre/pt-br/canais/atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-o-tema-201cfortalecer-a-solidariedade-e-a-cooperacao-do-brics-responder-as-novas-caracteristicas-e-desafios-da-situacao-internacional201d>

Investimentos e cooperação em comércio exterior, transição energética, agropecuária sustentável e recuperação de terras degradadas

Proposição de políticas que orientem a atuação do Brasil a contribuir de forma construtiva no debate internacional sobre os temas de clima, energia e meio ambiente, assegurando a defesa dos interesses atuais e futuros do país

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/brasil-e-japao-assinam-38-acordos-durante-visita-do-primeiro-ministro-fumio-kishida-a-brasil>

Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome

Proposição de aliança global para o combate à fome. Reforço à atuação nas discussões contemporâneas sobre a governança global e a transformação sustentável dos sistemas agroalimentares, a saúde global pós-pandemia, a igualdade racial e de gênero e a responsabilidade das empresas na promoção e proteção dos direitos humanos. Aumento do número de documentos internacionais firmados ou adotados pelo país sobre esses temas. Implementação de sistema de monitoramento de recomendações em direitos humanos

<https://www.politize.com.br/equidade/tratados-internacionais-de-direitos-humanos/>

Promoção dos produtos e serviços nacionais, da diversidade das expressões culturais

Promoção dos produtos e serviços nacionais, da diversidade das expressões culturais, da vertente brasileira da língua portuguesa, da pesquisa sobre

relações internacionais e história diplomática, da internacionalização acadêmica e dos setores criativos, e da ciência, tecnologia e inovação, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o aumento da competitividade da economia brasileira.

<https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>

Prestação de Serviços consulares

Fortalecimento da presença e apoio aos brasileiros no exterior por meio da ampliação da capacidade de prestação dos serviços consulares, a criação de espaços dirigidos a temas de interesse da mulher brasileira, ampliação da rede de assistência psicossocial e jurídica, e desenvolvimento de parcerias estratégicas, com vistas a oferecer um suporte abrangente, eficiente e inclusivo a brasileiras e brasileiros no exterior

<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/sistema-e-consular>

Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver

Em parceria com o Ministério das Mulheres Concessão de apoio financeiro a projetos apresentados por coletivos de mulheres indígenas selecionados por meio de editais públicos

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/ministerios-das-mulheres-e-dos-povos-indigenas-assinam-portaria-conjunta-instituindo-o-programa-mulheres-indigenas-tecendo-o-bem-viver>

Comitê Para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas

Essa instância reúne representantes de vários ministérios, órgãos públicos e entidades, e tem como objetivo propor, planejar, articular, coordenar e acompanhar a implementação de ações que garantam os direitos sociais e a qualidade de vida das diversas comunidades indígenas do Brasil.

[MPI lança Comitê para a Promoção de Políticas Públicas para a Proteção dos Povos Indígenas — Ministério dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/sistema-e-consular)

Comissão Permanente de Educação Escolar Indígena

A Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria 995/2023. Essa comissão tem um papel consultivo e é

composta por representantes governamentais, da sociedade civil e dos povos indígenas. Sua função é assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena no Brasil

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/empossada-comissao-nacional-de-educacao-escolar-indigena>

Redes intersetoriais de proteção social aos povos indígenas

O objetivo é construir, ampliar e, quando necessário, renovar modelos das políticas públicas já existentes voltadas aos indígenas, com a prioridade de desenvolver ações conjuntas dentro dos territórios indígenas, evitando o deslocamento deles das aldeias para a zona urbana.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-lanca-manual-de-redes-intersectoriais-de-saude-indigena>

Programa Brasil Saudável

Ações intersetoriais envolvendo determinantes sociais da saúde, como moradia, renda, ao acesso ao saneamento básico e à educação. O programa resulta do trabalho do Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel>

Casa da Mulher Brasileira

Análise das situações de violência e mulheres indígenas na Casa da Mulher Brasileira no país Levantamento e caracterização das situações de violência e mulheres indígenas na Casa da Mulher Brasileira, no país. O levantamento subsidiará a política pública de ampliação e instalação da Casa da Mulher Indígena, em parceria com o Ministério das Mulheres

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/casa-da-mulher-brasileira>

Boletim Epidemiológico da Notificação de Violência e os Povos Indígenas no Brasil

O Boletim Epidemiológico é uma publicação técnico-científica editada pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiental. Ele tem acesso livre e é disponibilizado em formato eletrônico com periodicidade mensal e semanal para monitoramento e investigação de doenças específicas sazonais

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos>

Programa Meninas e Mulheres Yanomami

Realização de ações integradas nas áreas de combate à violência, segurança alimentar e acesso à saúde para mulheres e meninas Yanomami

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/abril/mmulheres-compoem-rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres-e-criancas-em-terra-yanomami>

Programa de Acompanhamento da Política de Saúde para o Bem Viver Indígena

Promover o tratamento holístico dos complexos desafios de saúde enfrentados pelas comunidades indígenas

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>

Fórum Nacional de Políticas Esportivas Indígenas

Criação de instância consultiva envolvendo atores governamentais e não governamentais para formular e acompanhar a política voltada à promoção dos esportes indígenas

<https://www.esporte.ce.gov.br/2024/02/16/jogos-dos-povos-indigenas-do-ceara-sao-usado-como-referencia-pelo-governo-federal/>

Programa Esporte na Aldeia

Concessão de apoio financeiro a projetos e iniciativas esportivas apresentados por associações indígenas e pais selecionados por meio de editais públicos

<https://capta.org.br/oportunidades/programa-esportes-nas-aldeias/>

Programa Ancestralidade Viva: Apoio e Incentivo à Cultura dos Povos Indígenas

Concessão de bolsas a projetos que promovam a cultura e os saberes indígenas apresentados por associações indígenas selecionados por meio de editais públicos

<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/editais/com-chamamentos-publicos-ineditos-mpi-fortalece-acoes-diretas-de-valorizacao-dos-povos-indigenas>

Programa Saberes Interculturais Indígenas

Concessão de financiamento a projetos que apoiem o patrimônio cultural indígena apresentados por associações indígenas selecionados por meio de editais públicos

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/educacao-escolar-indigena/acao-saberes-indigenas-na-escola>

Programa Língua Viva

O Programa Língua Viva é uma iniciativa que busca promover a integração e revitalização de línguas, especialmente aquelas que enfrentam risco de desaparecimento

<https://viva.abralin.org/eventos/viva-lingua-viva-22/>

Projeto Visibilidade Plural:

Empoderamento dos Povos Indígenas, Igualdade de Gênero e Combate à LGBTfobia

Conscientização sobre as contribuições dos povos indígenas ao debate de gênero, enfatizando a interseccionalidade entre a preservação da cultura, a promoção da igualdade de gênero e o combate a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero

<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/assuntos-de-genero-e-geracionais>

Conselho Nacional da Juventude Indígena

O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) é um órgão de caráter consultivo no Brasil. Suas atribuições incluem propor diretrizes voltadas para os direitos da juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre o governo e organizações da sociedade civil

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/conjuve>

Política Nacional de Valorização das Línguas Indígenas

Ato normativo voltado à promoção e proteção das línguas indígenas no Brasil

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/pesquisa/linguas-indigenas>

Política Nacional de Justiça de Transição para Povos Indígenas

Ato normativo voltado à garantia e promoção da justiça de transição para povos indígenas

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/encontro-povos-indigenas-e-justica-de-transicao-e-realizado-na-universidade-de-brasilia-unb>

Programa Minha Casa Minha Vida Indígena

Adaptação do Programa Minha Casa Minha Vida às especificidades dos povos indígenas

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2024/04/10/lula-minha-casa-minha-vida-rural-entidades-ongs.htm>

Subsistema Único de Assistência Social Indígena

Criação de um subsistema especificamente indígena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a exemplo daquele existente no sistema de saúde <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/direitos-sociais/assistencia-social>

Programas de Controle de Resíduos e Contaminantes do MAPA

Determinação de resíduos de contaminantes em pescado

O Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) é uma ferramenta de gerenciamento de risco adotada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Brasil. Seu objetivo é promover a segurança química dos alimentos de origem animal produzidos no país

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/plano-de-nacional-de-controle-de-residuos-e-contaminantes>

Programa Nacional sobre Mudanças do Clima - PNMC

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil <https://cj.estrategia.com/portal/pnmc-resumo/>

Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)

tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios básicos e a distribuição gratuita desses gêneros em forma de cestas de alimentos. Essa ação visa atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/acao-de-distribuicao-de-alimentos-a-grupos-populacionais-especificos>

Política Agrícola Brasileira

A política agrícola é um conjunto de medidas que orientam as atividades agropecuárias, de acordo com os interesses da economia rural, prestando assistência aos produtores e amparo à propriedade de terra. No Brasil, essa política desempenha um papel crucial, especialmente

considerando a significativa participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

<https://fia.com.br/blog/politica-agricola-o-que-e-historico-importancia-e-instrumentos/>

Programa de Venda em Balcão (ProVB)

O Programa de Venda em Balcão (ProVB) tem como objetivo viabilizar o acesso de criadores rurais de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas sob gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de vendas diretas, a preços compatíveis com os praticados em pregões públicos ou com os dos mercados atacadistas locais

<https://www.conab.gov.br/abastecimento-social/vendas-em-balcao>

Programa Alimenta Brasil (PAB)

Promover o acesso à alimentação: O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, ele atende à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, e a rede pública e filantrópica de ensino. Incentivar a agricultura familiar: O Programa Alimenta Brasil também promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos. Ele fortalece circuitos locais e regionais, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER

Promover o desenvolvimento rural sustentável, apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais e aumentar a produção, qualidade e produtividade das atividades agropecuárias e não agropecuárias

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=675240

AgroResidência

O AgroResidência é um Programa de Residência

Profissional Agrícola destinado à qualificação de jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins. Ele apoia projetos de residência elaborados e coordenados por instituições de ensino de todo o país, com foco na qualificação técnica dos estudantes. A ideia é favorecer a inserção desses profissionais no mercado de trabalho e, assim, contribuir para o desenvolvimento da agricultura brasileira
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agroresidencia>

Selo Nacional da Agricultura Familiar

O Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) identifica os produtos da agricultura familiar no Brasil. Todos os agricultores familiares, com inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), podem solicitar o selo de forma gratuita
<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-o-selo-nacional-da-agricultura-familiar-senaf-e-expor-produtos-na-vitrine>

Brasil Mais Cooperativo

Programa Brasil Mais Cooperativo: Essa iniciativa visa apoiar o cooperativismo rural por meio da oferta de assistência especializada. Muitas cooperativas e associações ainda apresentam pouca capacidade de planejamento de médio e longo prazos, bem como baixos investimentos na modernização de seus processos. O programa busca potencializar essas organizações, permitindo que pequenos e médios agricultores tenham vantagens em termos de escala de produção, redução de custos, logística e acesso a insumos e tecnologias de produção
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-agricultura-lanca-programa-brasil-mais-cooperativo>

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) foi instituído pelo Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar. Ele define, de forma objetiva, o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>

Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

A Política Nacional da Agricultura Familiar e

Empreendimentos Familiares Rurais é regulada pela Lei nº 11.326/2006. Essa lei estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>

Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública complementar à reforma agrária. Seus principais objetivos são reduzir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida no campo. O programa possibilita a compra da terra e disponibiliza recursos para o beneficiário estruturar seu imóvel
<https://www.agricultura.pr.gov.br/Credito-Fundiario/Pagina/Credito-Fundiario-O>

Águas da União para Fins de Aquicultura – Águas da União

As águas da União referem-se a lagos, rios e quaisquer correntes de águas em terrenos de domínio da União, ou que banhem mais de uma Unidade da Federação, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham
<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/aquicultura/aquicultura-em-aguas-da-uniao>

Sistema do SFB

Desenvolvimento de ferramentas e tecnologias de identificação de espécies de madeiras nativas para evitar o desmatamento ilegal.
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/sistema-do-sfb-auxilia-a-identificar-especies-de-madeira-florestal>

Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

(LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021)

Portfólio Serviços Ambientais

PNPSA visa criar um mercado de serviços ambientais no Brasil, onde pagadores remuneram prestadores de serviços de conservação de florestas nativas. Esses serviços incluem vigilância, monitoramento, combate a incêndios florestais, proteção de nascentes, biodiversidade e preservação da natureza.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/01/presidente-sanciona-politica-nacional-de-pagamento-por-servicos-ambientais>

Pronaf

Oferece auxílio financeiro e suporte técnico aos agricultores familiares, contribuindo para o aumento da renda e o desenvolvimento sustentável no campo¹. O Pronaf visa promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, aumentando a capacidade produtiva, gerando empregos e elevando a renda, melhorando a qualidade de vida e promovendo a cidadania dos agricultores familiares

<https://www.gov.br/mda/pt-br/ProgramaseEditais/programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf/o-que-e>

Programa Bolsa Família (PBF)

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, como aquelas com três ou mais pessoas, que passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um auxílio destinado a idosos com 65 anos ou mais e pessoas de qualquer idade com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de serem sustentados pela família. Para ser elegível, a renda por pessoa do grupo familiar deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. A inscrição no Cadastro Único é obrigatória para a concessão do BPC, e o benefício não é acumulável com outros da Seguridade Social, exceto assistência médica e pensões especiais de natureza indenizatória.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

Plano Brasil sem Fome

Por meio da mobilização dos governos, dos poderes públicos e da sociedade civil, o Plano Brasil sem Fome visa integrar esforços e

iniciativas de combate à fome.

São 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 Ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, organizadas em 3 eixos:

- Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
- Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo;
- Mobilização para o combate à Fome.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>

Programa Cisternas

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo.

O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participarem, as famílias devem necessariamente estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>

Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Acompanhamento social e produtivo com a disponibilização de recursos não reembolsáveis para implementação de projetos produtivos

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-programa-de-fomento-as-atividades-produtivas-rurais>

Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades

Promoção do acesso a alimentos mais saudáveis, diminuindo os desertos alimentares e conectando os equipamentos de segurança alimentar e nutricional, assistência social, saúde e abastecimento nas cidades.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/alimentacao-saudavel/alimentacao-saudavel-nas-cidades>

Programa Auxílio Gás

O Auxílio Gás repassa desde 2023, a cada dois meses, o valor integral do botijão de gás, calculado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-o-auxilio-gas>

Política Nacional de Cuidados

Promoção de políticas socioeconômicas e setoriais para a construção de estratégias intersetoriais e interfederativas com atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia, ciclo de vida, deficiência e território. Os objetivos visam assegurar o direito ao cuidado, promover a corresponsabilização social pelos cuidados, garantir a autonomia e independência das pessoas que necessitam de cuidados, e incentivar o bem-estar e a qualidade de vida de todos. As diretrizes orientam a promoção da equidade no acesso aos cuidados, o fortalecimento da autonomia e independência das pessoas que requerem cuidados, o desenvolvimento da capacidade de cuidado das famílias e comunidades, a promoção da participação social no cuidado, e o estímulo à inovação e ao desenvolvimento de tecnologias para o cuidado.

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas.

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade pública de base local, pertencente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo prestar serviços de assistência social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Ele visa promover a integração desses indivíduos à rede de serviços socioassistenciais, além de fortalecer os laços familiares e comunitários, prevenindo situações de risco por meio de programas e projetos que fomentam a inclusão social.

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) é uma unidade pública que faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e oferece serviços especializados de assistência social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Isso inclui situações de violência doméstica, abuso sexual, negligência, entre outros. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos laços, promover o acesso a direitos e contribuir para a reconstrução de histórias de vida.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>

Unidades de acolhimento

Unidades de acolhimento são espaços destinados a oferecer moradia temporária e apoio a indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, como pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, idosos, mulheres vítimas de violência, entre outros. Estas unidades visam garantir proteção integral, privacidade, e promover a reintegração ao convívio familiar e comunitário, sempre que possível, oferecendo serviços que respeitam a individualidade e fomentam a autonomia dos acolhidos.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento>

Empresas Estatais

IPEA

O Ipea lançou a segunda edição dos Cadernos ODS. Este conjunto de dezessete cadernos apresenta as contribuições do Ipea para a elaboração do RNV 2024, concentrando-se especificamente na avaliação do progresso das metas dos ODS pelo Brasil. A elaboração dessas análises contou com a valiosa colaboração de pesquisadores do IBGE e da Fiocruz.

<https://www.ipea.gov.br/ods/publicacoes.html>

Programas de Recuperação Ambiental INB - Indústrias Nucleares do Brasil

São Estratégias do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) as operações de restauração e reabilitação dos locais afetados pelas atividades produtivas e muitas vezes estas ações já são implementadas em paralelo, durante a fase operacional do empreendimento. Destaca-se a prioridade dada ao plantio de espécies nativas para promover a reintegração de plantas e animais na área. A empresa possui hortos florestais onde são produzidas as mudas utilizadas na revegetação das unidades da INB.

<https://www.inb.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Meio-Ambiente/Programa-de-Recupera%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%81reas-Degradadas>

O programa Sustentabilidade das Comunidades Indígenas - Itaipu Binacional

O Programa de Sustentabilidade das Comunidades Indígenas é uma iniciativa importante que visa promover a sustentabilidade socioambiental nas comunidades indígenas da Amazônia brasileira.

<https://www.itaipu.gov.br/meio-ambiente/itaipu-e-os-indios-ava-guarani>

Política de Equidade de Gênero - Itaipu Binacional

A política tem como finalidade estabelecer as premissas, princípios, valores e diretrizes que norteiam os processos e ações da Itaipu na promoção da equidade de gênero em toda sua diversidade: social, política, econômica, geracional, física, racial, étnica e religiosa, entre outras.

<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/alinhada-onu-itaipu-aprova-nova-politica-de-equidade-de-genero>

Projeto Conecta Parques - Telecomunicações Brasileiras AS

O Projeto Conecta Parques é um dos eixos de atuação do Programa PARQUE+, que tem o objetivo fortalecer o ecoturismo e gerar uma consciência ambiental por meio do contato da população com a natureza, melhorando estruturas e atrativos em Unidades de Conservação e nas Trilhas de Longo Curso.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/ministerio-amplia-projeto-conecta-parques-para-acesso-gratuito-a-internet-nas-unidades-de-conservacao>

Hospital de Clínicas de Porto Alegre

O Movimento pelo Respeito

<https://www.hcpa.edu.br/>

Programa de investimento em Fundos de Participação - BB-Banco de Investimento S.A.

Fundos ASG (Ambiental, Social e Governança): O BB também oferece fundos ASG, que são voltados para empresas que prezam pelas melhores práticas sociais, ambientais e de governança. Esses fundos combinam investimentos com causas importantes e podem ser uma opção interessante para quem deseja alinhar seus investimentos com valores sustentáveis

<https://www.bb.com.br/uci/fundos.html>

Projeto Rural Sustentável - BB-Banco de Investimento S.A.

O Projeto tem como objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) por meio da recuperação de aproximadamente 41.000 ha de terras degradadas em sete estados estratégicos da Amazônia (MT, PA, RO) e da Mata Atlântica (BA, MG, PR, RS)

<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/agronegocio-sustentavel/projeto-rural-sustentavel#/>

Plano de Eficiência Energética - Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

O Plano de Eficiência Energética é uma iniciativa importante para promover o uso eficiente da energia elétrica. Ele visa reduzir desperdícios e otimizar o consumo energético em diferentes setores.

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais/2021/relatorio-integrado-anual>

Relatório de Sustentabilidade Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A

O Relatório de Sustentabilidade divulga os impactos socioambientais causados pelas atividades diárias, a geração de resíduos e qual o tratamento ambientalmente correto a eles proporcionado, assim como a sua destinação, e outras informações sociais e ambientais, possibilitando a análise de quais as ações devem ser modificadas ou implementadas para atacar um ponto negativo e identificando oportunidades de melhoria.

https://dataprev.gov.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_de_sustentabilidade_2020_-_publicado_em_10_de_setembro_de_2021_arquivo_pdf_2.15_mb.pdf

Gerenciamento de Resíduos Sólidos - DATAPREV S.A

A empresa busca constantemente alternativas para o melhor aproveitamento do consumo dos recursos hídricos, bem como o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, por meio dos programas de Redução de Consumo de Recursos e Doação de Bens Patrimoniais em Alienação, além do gerenciamento de resíduos sólidos, por meio dos programas de Coleta Seletiva Solidária e Ecopontos.

<https://www.dataprev.gov.br/responsabilidade-socioambiental-no-setor-publico-e-odss-da-onu-em-pauta-na-semana-do-meio-ambiente>

Diversidade e Inclusão - DATAPREV S.A

A Política de Diversidade e Inclusão faz parte do compromisso da Dataprev com a garantia do respeito aos direitos individuais e humanos e com o tratamento respeitoso e igualitário a todas as pessoas, promovendo o combate à discriminação de quaisquer espécies, tais como: raça, classe social, nacionalidade, origem, gênero, orientação sexual, deficiência, filiação política, associação a sindicato, idade e religião. Sua implementação se destina a assegurar e a promover um ambiente de trabalho pautado no respeito e na inclusão, com igualdade de direitos e oportunidades.

<https://www.dataprev.gov.br/politica-de-diversidade-e-inclusao>

Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa - AMAZUL S/A

Esse relatório é fundamental para promover a igualdade salarial e identificar áreas de melhoria. A AMAZUL está comprometida em garantir a equidade de gênero em sua força de trabalho e continuar avançando nesse sentido.

<https://www.amazul.mar.mil.br/acesso-a-informacao-servidores-relatorio-transparencia-igualdade-salarial>

Plano de Logística Sustentável - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa - AMAZUL S/A

O PLS-AMAZUL reúne ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação,

contribuindo com a independência tecnológica do país e em benefício da sociedade

<https://www.amazul.mar.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/amazul/files/RELATORIO%20PLS%202020.pdf>

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) -Caixa Economica Federal -Brasília/DF

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) é um conjunto de princípios e diretrizes que orienta a atuação de instituições financeiras e empresas em relação a questões sociais, ambientais e climáticas. Ela visa promover a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa, considerando o impacto das atividades no meio ambiente, nas comunidades e na sociedade como um todo

<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/Paginas/default.aspx>

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Brasília/DF

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas tem como propósito garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política contempla a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política, favorecendo a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde

<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/512/politica-nacional-de-atencao-a-saude-dos-povos-indigenas>

Transição Energética - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A - CEITEC- Porto Alegre/RS

Governo viabiliza o reingresso da Ceitec no mercado e reafirma o reconhecimento da empresa no contexto das políticas públicas para o setor de semicondutores e de componentes avançados. "A Ceitec reúne as condições para o desenvolvimento e a fabricação de dispositivos que atendam aos desafios globais, como o da transição energética, fornecendo insumos para painéis fotovoltaicos, veículos elétricos e híbridos"

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/11/ceitec-vai-fabricar-dispositivos-para-transicao-energetica-diz-ministra>

NAV Brasil Serviço de Navegação Aérea S.A

Seu objetivo social é implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea, conforme atribuído pelo Comandante da Aeronáutica <https://www.navbrasil.gov.br/a-empresa/>

Política de Conformidade e Integridade - Financiadora de Estudos e Projetos - Finep - Rio de Janeiro/RJ

Controle interno - conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada por todos os níveis da empresa, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável na consecução da missão e dos objetivos estratégicos da Finep. http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Governanca/Políticas/06_12_2021_POLITICA_DE_CONFORMIDADE_E_INTEGRIDADE.pdf

Programa Natal Sem Fome Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - Brasília/DF

Parceria com a CBTU na arrecadação de alimentos nas estações, já dura cerca de dez anos. "Além de postos de arrecadação, passamos a ter também uma vez por semana atrações culturais, contemplando gratuitamente os usuários que são a vida da empresa.

Cerca de 50 toneladas de alimentos foram arrecadados no ano passado, suficiente para ajudar cinco mil famílias.

https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/?option=com_content&view=article&Itemid=1102&id=7380

Relatório de Sustentabilidade de 2022 PETROBRAS

O Relatório de Sustentabilidade 2022 da Petrobras é uma publicação que visa comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações relacionadas à atuação da empresa em sustentabilidade. Nele, você encontrará detalhes sobre a estratégia, compromissos, metas, indicadores, desempenho e práticas ambientais, sociais e de governança.

<https://sustentabilidade.petrobras.com.br/>

Programa de Equidade Racial - PETROBRAS

O programa também inclui recomendações de

boas práticas para fornecedores da Petrobras, incentivando práticas de promoção da diversidade racial e combate à discriminação em toda a cadeia produtiva

<https://noticias.petrobras.com.br/pt/institucional/petrobras-pretende-alcancar-25-de-pessoas-negras-em-cargos-de-lideranca-ate-2030-30-11-2023/>

Programa Bem Diverso - Embrapa

Seu objetivo é contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, assegurando os modos de vida das comunidades tradicionais e agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/63113614/onu-destaca-projeto-bem-diverso>

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Banco do Nordeste é um conjunto de princípios e diretrizes que guiam as ações da instituição em relação à responsabilidade social, ambiental e climática.

<https://www.bnb.gov.br/sustentabilidade/politica-de-responsabilidade-social-ambiental-e-climatica>

Linhas de Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Crédito para facilitar as ações de sustentabilidade e inovação na Região

<https://bnb.gov.br/sustentabilidade/linhas-de-financiamento-e-produtos-para-sustentabilidade>

Programa Jovens Mineiros Sustentáveis Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Belo Horizonte/MG

é desenvolvido pela Semad, por meio da sua Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais – Deari, em parceria com prefeituras municipais, e consiste em um conjunto de atividades de educação ambiental e humanitária, que tem como estratégia geral capacitar educadores, por meio da disponibilização de curso de educação à distância

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/4999-2022-01-11-19-05-19>

Política Corporativa para Equidade de Gênero e Raça, Respeito e Valorização da Diversidade e Enfrentamento aos Assédios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Promover um ambiente inclusivo, de valorização e respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana, com equidade de gênero e raça, enfrentamento aos assédios moral, sexual, institucional e outros, com vistas a consolidar um ambiente livre de discriminações e de quaisquer outras formas de violência nas relações de trabalho, por meio da implementação de ações afirmativas

<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/arquivo/politica-de-diversidade.pdf>

Construção Usina Biometano - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratou financiamento no valor de R\$ 157 milhões para a construção de uma usina de biometano em Triunfo, no Rio Grande do Sul

<https://energiaebiogas.com.br/bndes-financia-usina-gaucha-de-biometano>

Empoderamento Negro para a Transformação da Economia - BNDES

O objetivo desse seminário é discutir os impactos positivos da diversidade étnico-racial nos setores financeiro e empresarial brasileiros

www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/livros/empoderamento-negro-para-transformacao-da-economia/

Governos Locais

O Observatório do Milênio

O Observatório do Milênio de Belo Horizonte é um espaço de produção, análise e disponibilização de informações de natureza urbana, social e econômica, organizado a partir da constituição de uma rede composta por instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e entidades do terceiro setor e da sociedade civil.

<https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio>

Programa Mulher Líder

O Programa Mulher Líder visa apoiar o desenvolvimento profissional de mulheres por

meio de um processo de formação, para que estas possam colocar em prática suas ideias de negócio. Iniciado em 2022, o programa já capacitou 120 mulheres e acumula cerca de 600 pré-inscrições para a próxima edição.

<https://cidadedeniteroi.com/2022/02/02/niteroi-inaugura-o-programa-mulher-lider/>

Espaço Empreender Mulher

A iniciativa Espaço Empreender Mulher é o primeiro coworking público feminino da América Latina. O espaço visa estimular o intercâmbio de experiências empreendedoras e o desenvolvimento de novas ideias e negócios entre mulheres empreendedoras ou aspirantes da região.

<https://niteroi.rj.gov.br/tag/espaco-empreender-mulher/>

Race to Zero - São Paulo

Estado de São Paulo às campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, visando à redução de emissões de gases de efeito estufa e à resiliência climática

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65881-20.07.2021.html>

Race to Zero - Barretos

Em 2021, o município de Barretos aderiu às campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), visando à redução de emissões de gases de efeito estufa e à resiliência climática.

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65881-20.07.2021.html>

Coleta Seletiva

O Projeto de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos do Município de Capistrano foi implantado em 2021 com o objetivo de estabelecer diretrizes para o funcionamento de um sistema de coleta seletiva. A iniciativa também inclui ações de capacitação para catadores, cooperativas e associações e de conscientização de alunos, membros da comunidade escolar e população em geral sobre a importância da coleta seletiva.

<https://www.sema.ce.gov.br/2021/12/03/sema-participa-do-lancamento-da-coleta-seletiva-de-capistrano/>

Programa Arapiraca Verde

Iniciado em 2021, implementado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Arapiraca, o Programa visa arborizar as áreas urbanas e o reflorestamento de áreas rurais. O programa inclui o fomento à produção de mudas, o monitoramento de plantio e supressão de mudas por meio da ferramenta Arborômetro, e o acompanhamento técnico para famílias da zona rural. Em 2023, foram plantadas cerca de 7,5 mil mudas em equipamentos públicos, escolas, Unidades Básicas de Saúde e outras áreas públicas do município.

<http://aquiacontece.com.br/arapiraca-verde-prefeitura-produz-mudas-para-arborizacao-do-municipio/>

Compostagem de podas

A iniciativa de compostagem de podas do município de Arapiraca é voltada para tratamento do resíduo orgânico de podas do município e transformação do material em adubo. Após a compostagem, o material é reutilizado em jardins e parques municipais, além de ser disponibilizado gratuitamente para agricultores familiares e para a população em geral. Até o momento, a iniciativa foi responsável pelo tratamento de 70 toneladas de resíduos de poda e serragens de madeiras locais.

<http://confaa.com.br/2023/05/14/arapiraca-sustentavel-projeto-inovador-transforma-restos-de-poda-em-adubo-para-agricultores-familiares/>

Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)

O município de Arapiraca instituiu 33 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) destinados ao descarte regular de materiais descartáveis. A política visa otimizar o processo de descarte adequado, reduzir impactos ambientais e fortalecer a atuação das associações de catadores de resíduos sólidos do Município. A iniciativa também contempla a realização de ações educativas em órgãos municipais, espaços públicos e empresas privadas.

<http://alnb.com.br/municipios/arapiraca-tem-33-pontos-para-descarte-de-residuos-solidos/>

Projeto Inovajuntos

A ação colabora com o Programa Arapiraca Verde e tem uma meta de produção de 20 mil mudas para reflorestamento da cidade

<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/>

[inovajuntos-colabora-com-a-revisao-do-plano-diretor-de-taquaritinga-do-norte-pe-acao-e-referencia-de-boas-praticas-para-outras-cidades](#)

Programa Transforma!

O Transforma! é a maior e mais abrangente base de dados de tecnologias sociais do Brasil. É uma ferramenta colaborativa e fácil de usar que tem como objetivo ampliar o alcance das tecnologias sociais e promover um ambiente de reaplicação e compartilhamento de conhecimentos para toda a sociedade.

As páginas das tecnologias sociais são mantidas pelas instituições idealizadoras e contêm informações sobre o problema solucionado, a solução adotada, a forma de envolvimento da comunidade, os municípios atendidos, os recursos necessários para implementação de uma Tecnologia312

Social, entre outros detalhamentos.

<https://transforma.fbb.org.br>

Institucionalização dos ODS - Taquaritinga do Norte

O município de Taquaritinga do Norte tem se tornado referência na institucionalização da Agenda 2030. A partir da incorporação da Agenda nos instrumentos de planejamento como o Plano Diretor e Plano Plurianual, bem como da adoção de iniciativas participativas, como a realização de diagnósticos vocacionais para a elaboração de um Plano Diretor participativo, o município tem avançado na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

<http://blogdapolo.com.br/taquaritinga-do-norte-vence-premio-cidades-sustentaveis-na-categoria-governanca;> <http://cidadessustentaveis.org.br>

Institucionalização dos ODS - Barcarena

Em 2013, a Prefeitura de Barcarena decidiu alinhar seus instrumentos de planejamento e gestão às Agendas Globais. Desde então, a Prefeitura adotou duas estratégias para concretizar esta decisão e corroborar o comprometimento da gestão municipal com essas Agendas, respectivamente: institucionalização e engajamento.

<http://barcarena.pa.gov.br/agenda-2030/>

Construção de viveiros

O projeto de construção de viveiros de mudas florestais em Taquaritinga do Norte tem como

objetivo contribuir para o reflorestamento de áreas degradadas e de nascentes de rios do município. Em 2023, foi inaugurado o primeiro equipamento, com capacidade de produção de 50 mil mudas por ano. O viveiro de mudas florestais está localizado no Bairro Capibaribe, e veio através do Governo do Estado, onde Taquaritinga do Norte concorreu com mais de vinte municípios, ficando entre os três contempladas com o projeto por estar adequado aos quesitos estabelecidos e documentais.

<https://www.blogdomarciofelipe.com.br/2023/09/construcao-do-viveiro-de-mudas.html> <http://semas.pe.gov.br> ; <http://blogdomarciofelipe.com.br>

Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - São Paulo

Comissão criada para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), subscrita pelo Brasil. Esta instância colegiada terá natureza consultiva, orientada para a articulação, mobilização e diálogo com a estrutura integral do governo municipal, a iniciativa privada e a sociedade civil.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=237119

Virada ODS

A Virada ODS é uma iniciativa voltada a fomentar o diálogo e engajamento de diversos atores com relação à Agenda 2030. Anualmente, o evento hospeda uma série de palestras, seminários e rodas de conversa focados na aceleração da implementação dos ODS. A segunda edição do evento ocorreu em 2023, e contou com a participação de 11 mil pessoas nas atividades presenciais e 84 mil pessoas nas atividades online. A Virada ODS é a maior política pública municipal do mundo para ampliar a conscientização e o engajamento cívico rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

<https://viradaodssp.sp.gov.br/o-que-e-a-virada/>

Criação de Ecofábricas

A criação de Ecofábricas são responsáveis por reaproveitar materiais, reduzir o desperdício

e capacitar servidores e munícipes, dentro da Economia Circular e Criativa

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/santos-inaugura-ecofabrica-na-zona-noroeste>

Programa Cidade Sustentáveis

integração da gestão local a uma agenda global, uma vez que os gestores públicos e os técnicos das prefeituras podem alinhar o planejamento da cidade (desde 2017)

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/programa-cidades-sustentaveis>

Projeto Beco Limpo

Beco Limpo capacita jovens moradores das áreas de palafitas na busca de soluções para diminuir o descarte irregular de lixo no mar

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/beco-limpo-de-santos-vence-premio-de-projetos-publicos-entre-iniciativas-de-todo-brasil>

Programa Município Verde Azul

A Prefeitura de Guarujá conquistou, pela terceira vez consecutiva, o prêmio do Programa Município Verde Azul (PMVA). O Programa tem como objetivo medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios.

<https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/>

Programa Cidade Amiga das Árvores

O município de Guarujá foi reconhecido por meio do Selo Cidade Amiga das Árvores. Nos últimos anos, o município desenvolveu uma série de medidas de conservação da floresta urbana, como, por exemplo, o mapeamento de 12 mil árvores para a construção do Plano Municipal de Arborização Urbana.

<https://www.guaruja.sp.gov.br/guaruja-conquista-selo-cidade-amiga-das-arvores>

Projeto Recicla Guarujá

O objetivo da iniciativa, coordenada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam), em parceria com a Ong Espaço Urbano, consiste em mobilizar a população para o manejo adequado dos resíduos e ampliar o serviço de coleta seletiva.

<https://www.abiplast.org.br/noticias/prefeitura-lanca-projeto-recicla-guaruja-nesta-quinta-feira-7/>

Programa Coqueiro Verde

A Moeda Social Coqueiro Verde foi instituída com

o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da coleta seletiva de resíduos sólidos. A partir do descarte adequado de materiais recicláveis nos Pontos de Entrega Voluntária, os cidadãos recebem moedas que poderão ser utilizadas na Feira Livre de Coqueiral (FLIC). Além de gerar conscientização ambiental, o programa tem o potencial de gerar emprego e renda para as associadas.

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/05/09/lixo-reciclavel-vira-moeda-de-troca-para-moradores-e-incentiva-economia-em-coqueiral-mg.ghtml>

Kit de Higiene Íntima

Através do projeto de distribuição do Kit de higiene Íntima, o município de Coqueiral passou a fornecer kits de cuidados íntimos para meninas em situação de vulnerabilidade social. O público-alvo são meninas de 11 a 15 anos de idade. No primeiro ano, foram atendidas 140 meninas. O kit é renovado a cada seis meses.

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/03/31/kit-de-higiene-intima-sera-distribuido-para-meninas-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-em-coqueiral-mg.ghtml>

Programa Bolsa Viva Bem

O Bolsa Viva Bem Pilar é um programa de proteção social que atende famílias de baixa renda com transferência mensal de R\$ 100 e exigências como vacinação infantil e frequência escolar para garantir acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. Em cinco anos, beneficiou três mil pessoas e distribuiu quase R\$ 7,5 milhões, promovendo segurança alimentar e melhorando a qualidade de vida dos moradores.

<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2021/11/15/47938-bolsa-viva-bem-ja-assiste-mais-de-tres-mil-pilarenses>

Programa Saúde

A Iniciativa, que oferece atendimento clínico e especializado para pessoas em situação de vulnerabilidade social em vários bairros e comunidades da capital

<https://maceio.com.br/maceio/programa-saude-da-gente-alcanca-sucesso-em-maceio-com-quase-700-mil-atendimentos-e-expande-servicos-em-2023-em-2024-iniciativa-continua-a-beneficiar-comunidades/>

Programa Prato Cheio

Com 4.500 refeições diárias, restaurantes populares potencializam o Programa Pacto Contra a Fome em Alagoas, lançado pelo Estado em junho deste ano e custeado pelo Fecoop. O Programa possibilita às pessoas se alimentarem com qualidade por um preço simbólico de R\$2,00.

<https://alagoas.al.gov.br/noticia/com-4-500-refeicoes-diarias-restaurantes-populares-potencializam-programa-pacto-contr-a-fome-em-alagoas>

ProZEIS

Criado pela gestão municipal em 2018, o ProZeis permite que áreas que antes não poderiam receber edifícios verticais tenham autorização para verticalização. Em troca, as construtoras precisam destinar 33% das unidades para famílias que recebem até três salários-mínimos, com valores mais baixos que aluguel para esse público.

<https://maringapost.com.br/cidade/2024/01/24/prefeitura-de-maringa-entregou-544-apartamentos-por-meio-do-prozeis-em-2023/>

Cidade Amiga das Árvores

As iniciativas de preservação ambiental e políticas de arborização de Maringá foram reconhecidas por meio do selo Cidade Árvore do Mundo.

O município possui 21 áreas de preservação ambiental, incluindo parques e calçadas ecológicas. A cidade apresenta em média 150 mil árvores e gerencia os processos de arborização por meio de regulações como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que exige que cada lote tenha pelo menos uma árvore na calçada e o Plano Gestor de Arborização Urbana, que indica as espécies adequadas para cada local da cidade.

<https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-maringa/maringa-noticias/noticia/2022/05/17/onu-reconhece-maringa-como-cidade-arvore-do-mundo.ghtml>; <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-maringa/maringa-noticias/noticia/2022/05/17/onu-reconhece-maringa-como-cidade-arvore-do-mundo.ghtml>

Faunópolis: Minha cidade é animal!

O projeto apresenta, de forma lúdica, ações de ensino que promovam o desenvolvimento motor e cognitivo de cada criança. Com a iniciativa, busca-se despertar o interesse das crianças

com atividades significativas sobre a fauna que constituem o bioma da cidade de Maringá e de seu entorno, sensibilizando para questões referentes aos cuidados com os animais, bem como desenvolver atitudes e hábitos necessários para a preservação do meio ambiente.

<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2023/04/27/com-projeto-faunopoles-rede-municipal-promove-vivencias-sobre-tematica-animal/41378>

Guia Municipal do Desenvolvimento Sustentável

O Guia Municipal do Desenvolvimento Sustentável é uma cartilha que visa dialogar com os servidores municipais sensibilizando-os sobre a importância do monitoramento dos ODS em âmbito local e os convidando para a ação. O Guia faz parte de uma série de ações que buscam institucionalizar a implementação da Agenda 2030 na rotina do governo local para acelerar o atingimento das metas.

<https://niteroi.rj.gov.br/2024/02/11/prefeitura-de-niteroi-lanca-guia-municipal-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Caravana da Cidadania

A Caravana, implementada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA) de Abaetetuba, surge como uma importante estratégia de indução ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das diferentes políticas públicas, parcerias nos três níveis de governo e com as comunidades, buscando garantir direitos, melhorar a qualidade de vida, realizar diagnósticos da situação, identificar fragilidades e potencialidades nas comunidades.

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/1711>

Projeto Saúde e Cuidados pelos Caminhos das Águas

O Projeto Saúde e Cuidados pelos Caminhos das Águas é uma ação que visa garantir o cuidado e promoção da saúde a populações ribeirinhas com difícil acesso às unidades de saúde terrestre. Por meio do estabelecimento de Unidades Básicas de Saúde Pluviais, a iniciativa atende 15 comunidades ribeirinhas para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar dessa população. Até 2021, foram registrados 30 atendimentos

domiciliares; 4.169 atendimentos individuais; 1.412 atendimentos odontológicos; 830 Coletas de Preventivo do Câncer do colo do útero; 82 atividades coletivas; 4.421 procedimentos individualizados; 1.890 vacinações e 30.458 visitas domiciliares e territorial.

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/1248>

Programa Bandeira Azul - Saquarema

Saquarema foi contemplada pelo Programa Bandeira Azul, um prêmio ecológico, voluntário, concedido a praias, marinas e embarcações de turismo. Para se qualificar para a Bandeira Azul, uma série de critérios com foco em gestão ambiental, qualidade da água, educação ambiental, segurança e serviços, turismo sustentável e responsabilidade social devem ser atendidos, mantidos e comprovados anualmente.

<https://www.saquarema.rj.gov.br/bandeira-azul/>

Programa Bandeira Azul - Camaçari

Certificada pela 4ª vez pelo Programa Bandeira Azul, selo global destinado a praias, marinas e embarcações de turismo sustentável, Camaçari executa uma série de ações destinadas à preservação de seus mares. Iniciativas como a instituição do Coletivo Preserve Itacimirim, que promove educação ambiental e aproxima as comunidades de modo a fomentar um senso de responsabilidade compartilhada pela manutenção e limpeza das praias.

<https://www.camacari.ba.gov.br/camacari-tem-selos-bandeira-azul-renovados-e-hasteamento-ocorre-nesta-terca-7-12/>

Escola Carioca de Turismo

A Escola Carioca de Turismo, da Prefeitura do Rio de Janeiro, está oferecendo cursos gratuitos para a qualificação da mão de obra no setor de turismo. Esses cursos abrangem diversas áreas e têm como objetivo capacitar profissionais para atuar no segmento

<https://conexaofluminense.com.br/prefeitura-rio-etapa-escola-turismo/>

Drive-thru da Reciclagem

Por meio da iniciativa Drive-thru da Reciclagem, o município de Parauapebas incentiva a reciclagem e descarte adequado de resíduos sólidos, visando diminuir o volume de material destinado ao aterro sanitário e perpetuar a longo prazo práticas

sustentáveis. A ação consiste na organização de eventos em escolas públicas e particulares da região onde a população pode trocar garrafas pets por brindes, além de participarem de processos de conscientização sobre o tema. Em 2022, mais de 177 mil garrafas pets foram coletadas e destinadas a cooperativas de reciclagem.

<https://parauapebas.pa.gov.br/sem-categoria/drive-thru-da-reciclagem-marca-abertura-da-27a-semana-do-meio-ambiente/>

Projeto Vilas Online

O Projeto Vilas Online é uma iniciativa da Prefeitura de Parauapebas, no Pará, que visa conectar comunidades rurais à internet. O programa oferece acesso gratuito à internet em várias localidades, proporcionando benefícios significativos para os moradores.

<https://parauapebas.pa.gov.br/ultimas-noticias/vilas-online-conecta-mais-uma-comunidade-rural/>

Recuperação de Igarapés

O Programa Municipal de Saneamento Ambiental, Macro drenagem, Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas - PROSAP, que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da área de intervenção, mediante a oferta de infraestrutura de saneamento ambiental, mobilidade urbana, qualificação de espaços públicos, reassentamento e remanejamento de pessoas de áreas de risco e a integração das áreas de intervenção ao restante do tecido urbano da cidade de Parauapebas.

<https://leismunicipais.com.br/a/pa/p/parauapebas/lei-ordinaria/2017/473/4726/lei-ordinaria-n-4726-2017-cria-o-programa-municipal-de-saneamento-ambiental-macro drenagem-recuperacao-de-igarapes-e-margens-do-rio-parauapebas-prosap-e-das-outras-providencias>

Plano de Ação Climática - Jandaíra

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Jandaíra realizou o processo de elaboração do Plano Local de Ação Climática, com apoio do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia.

<http://pactodealcaldes-la.org/language/pt/treinamento-em-elaboracao-de-planos-de-acao-climatica-local-fortalece-compromisso-das-cidades-brasileiras-do-pacto-global-de-prefeitos/>

Plano de Ação Climática - Teresina

O Plano de Ação Climática do município de Teresina foi instituído com o objetivo de analisar a atual situação da cidade e projetar os cenários de médio e longo prazos frente a eventos decorrentes da mudança climática. O Plano orientará a adoção de medidas de adaptação e mitigação para minimizar os impactos climáticos sobre a cidade e a população.

<https://semplan.pmt.pi.gov.br/2023/09/01/agenda-2030-programa-lancamento-do-plano-de-acao-climatica-de-teresina/>

Projeto Turistando com a Comunidade

Implementado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária/ Coordenadoria Geral de Projetos Especiais, o Projeto Turistando com a Comunidade tem como objetivo garantir a moradores de favelas e comunidades a oportunidade de conhecer locais que simbolizam a história, a arte e a cultura da cidade. A partir da ação, espera-se promover o direito à cidade, fomentando a inclusão social de grupos geralmente segregados espacialmente. Iniciado em 2021, o projeto já beneficiou mais de 3 mil moradores de 62 localidades com baixos índices de Desenvolvimento Social (IDS).

<https://prefeitura.rio/acao-comunitaria/prefeitura-do-rio-retoma-projeto-turistando-com-a-comunidade/>

Projeto Recicla Comunidade

O Projeto Recicla Comunidade é uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro que incentiva a gestão sustentável de resíduos sólidos ao permitir a troca de resíduos reaproveitáveis por créditos. A partir do programa, moradores inscritos fazem a entrega de lixo reciclável (como papel, metal, plástico) nos pontos de coleta e recebem que pode ser usada em mais de cem estabelecimentos comerciais.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/09/projeto-recicla-comunidade-tira-o-lixo-das-ruas-e-gera-renda-a-moradores-de-comunidades-do-rio.ghtml>

Projeto Favela com Dignidade

O Programa Favela com Dignidade visa garantir e facilitar o acesso aos serviços públicos à população que vive em comunidades com menores Índices de Desenvolvimento Social. A partir da oferta integrada de serviços de saúde,

educação, assistência social, dentre outros, a ação democratiza o acesso a políticas públicas. Lançado em 2021, a iniciativa já promoveu 24 ações comunitárias integradas, que beneficiaram 34.580 cidadãos.

<https://prefeitura.rio/acao-comunitaria/prefeitura-do-rio-lanca-programa-favela-com-dignidade/>

Projeto “São Criativos”

Seu objetivo é ampliar a qualidade dos produtos e fomentar a geração de trabalho e renda a partir da qualificação e profissionalização da produção artesanal local. Além disso, o projeto busca estimular a força cultural e artística da região, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da vocação turística do município. São Cristóvão é reconhecida como a quarta cidade mais antiga do Brasil

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/361>

Programa Águas de São Cristóvão

A partir do Programa Águas de São Cristóvão, o município busca disponibilizar acesso facilitado à água encanada e potável para os moradores de todos os povoados da região. Iniciado em 2017, o projeto já beneficiou mais de 14 mil habitantes de diversas localidades, incluindo povoados e o Centro Histórico da cidade, por meio da expansão do fornecimento e melhoria na qualidade da água.

<https://g1.globo.com/se/sergipe/especial-publicitario/prefeitura-de-sao-cristovao/melhorias-na-cidade-mae/noticia/2023/11/22/programa-aguas-de-sao-cristovao-leva-agua-potavel-a-quase-14-mil-pessoas.ghtml>

Programa São Cristóvão Mais Iluminada

Por meio de uma ação plurianual e coordenada, o Programa São Cristóvão Mais Iluminada tem como objetivo ampliar o serviço de iluminação pública no município, realizando, também, a troca de lâmpadas tradicionais por luminárias LED. O objetivo é, além de garantir a segurança e mobilidade dos moradores, promover uma eficiência energética e reduzir o consumo de energia nas localidades.

<https://publicacao.saocristovao.se.gov.br/post/prefeitura-de-sao-cristovao-amplia-o-acesso-a-iluminacao-publica>

Projeto Amigo Verde

O Programa Amigo Verde é uma iniciativa dedicada a fomentar parcerias entre o poder público local, setor privado, entidades sociais e

cidadãos para os fins de implantação, reforma, manutenção ou melhoria urbana, paisagística e ambiental dos Parques Naturais Urbanos, por meio de adoção voluntária.

https://www.goiania.go.gov.br/sing_servicos/programa-amigo-verde/

Projeto Recuperando Pessoas e Parques

O projeto Recuperando Pessoas e Parques busca promover a ressocialização de pessoas presas por meio do trabalho de recuperação de parques, viveiros e no plantio de árvores no município. Iniciado em 2018, a iniciativa articulada entre os poderes municipal e estadual inclui uma média de 80 detentos por ano.

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/projeto-permite-contratacao-de-presos-para-trabalhar-na-recuperacao-de-parques-e-pracas-de-goiania.ghtml>

Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental - Goiânia

O Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental visa estimular a prática de processos socioambientalmente sustentáveis em empresas. A partir da implantação de projetos de conservação, recuperação e promoção da qualidade do meio ambiente, os empreendimentos diversos podem receber a certificação.

<https://www.goiania.go.gov.br/amma/selo-de-sustentabilidade-de-goiania/>

Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental - Porto Alegre

Implementado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre, tem como objetivo principal incentivar ações e práticas sustentáveis destinadas à redução dos impactos ambientais. Participam do programa edificações públicas ou privadas, que são certificadas com selos Diamante, Ouro, Prata ou Bronze, conforme a comprovação das ações e práticas de sustentabilidade apresentadas.

<http://leismunicipais.com.br/rs/porto-alegre/decreto/2022/21789>; <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2022/2179/21789/decreto-n-21789-2022-regulamenta-o-programa-de-premiacao-e-certificacao-em-sustentabilidade-ambiental-de-porto-alegre-instituido-pela-lei-complementar-n-872-de-10-de-janeiro-de-2020>

Casa do Empreendedor

Implementado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano, a iniciativa Casa do Empreendedor tem como objetivo fornecer, de modo integrado, serviços e projetos de apoio ao empreendedorismo em Palmas, com foco na inovação, na geração de emprego e renda. A ação é voltada a apoiar Microempreendedores Individuais (MEI), a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

<https://www.palmas.to.gov.br/portal/servicos/43>

Escola Modelo em Tempo Integral

Com o objetivo de promover um espaço educacional alinhado a boas práticas de sustentabilidade, o município de Palmas inaugurou a Escola Modelo em Tempo Integral. A instituição é localizada em uma área de preservação ambiental e visa ser um espaço de integração comunitário onde associações locais possam desenvolver suas atividades. A proposta do centro é oferecer as matérias do currículo regular conjuntamente com o ensino de práticas agroecológicas para todo o ciclo de educação básica de 9 anos.

<https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/prefeitura-de-palmas-inaugura-escola-modelo-em-tempo-integral/>

O Programa Restaurante Popular

O Programa Restaurante Popular tem como objetivo ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, para a população de baixa renda, vulnerabilizada socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, busca promover a alimentação adequada e saudável, valorizando os hábitos alimentares regionais

<https://soudepalmas.com.br/palmas/programa-restaurante-popular-de-palmas-passa-a-contar-com-mais-um-estabelecimento-cadastrado-confira-lista-completa>

Projeto caçador digital

Caçador Digital é um aplicativo que permite o acesso a serviços públicos e facilita o acesso à informação para a população em geral. A partir da ferramenta, os munícipes podem gerar documentos, verificar o andamento de processos, consultar vagas de emprego, verificar informações sobre meios de transporte, dentre outras facilidades. O objetivo da iniciativa é

democratizar o acesso à informação e fomentar o desenvolvimento sustentável por meio da transformação digital.

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/1475>

Programa “Educação do Futuro, Agora”

Lançado em 2023, o Programa Educação do Futuro, Agora nasceu com o objetivo de enriquecer a experiência escolar e oferecer aos estudantes a oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades técnicas afetas ao setor industrial. Por meio da iniciativa, estudantes do 7 ao 9 ano têm acesso a aulas de informática, elétrica, mecânica, transformação da madeira, gestão, esportes, robótica e oficinas de saúde e bem-estar no contraturno escolar. Até o momento, mais de 700 estudantes já foram beneficiados pela ação.

<https://cacador.sc.gov.br/noticia-762853/>

Check-Up Cidadão

O programa Check-Up Cidadão é uma iniciativa da Prefeitura de Caçador, no Brasil. Desde agosto de 2022, os cidadãos com 40 anos ou mais recebem um presente especial no mês do seu aniversário: um check-up cidadão. Para participar, basta se dirigir a um posto de saúde durante o mês de aniversário para ser atendido. O objetivo desse programa é realizar ações de prevenção e diagnóstico precoce de doenças e outros problemas de saúde

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/1474>

Programa de Erradicação de Pobreza Menstrual

O Programa de Erradicação de Pobreza Menstrual visa combater faltas e evasão escolar de mulheres jovens e adultas em situação de vulnerabilidade econômica e social e proporcionar maior qualidade de vida a esse grupo. Em 2023, o programa alcançou 149 escolas fundamentais e de ensino de jovens adultos.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/11/14/secretaria-lanca-programa-de-erradicacao-da-pobreza-menstrual-em-teresina.gh.html>

Programa de Busca Ativa - De Volta à Escola

O Programa de Busca Ativa - De Volta à Escola atua na identificação e execução de medidas de reintegração de pessoas que se encontram fora da escola. O objetivo da iniciativa é combater a

evasão escolar e garantir o direito à educação de diversos grupos. A ação, que é desenvolvida de modo intersetorial entre as pastas de educação, assistência social, saúde, etc., tem como público-alvo pessoas excluídas da educação por fatores psicológicos, sociais e culturais, alunos com baixa frequência, situações de evasão escolar e assolados por situações de calamidade ou de insalubridade sanitária.

<https://pmt.pi.gov.br/2023/11/22/prefeito-de-teresina-institui-lei-municipal-para-realizacao-das-buscas-ativas-contr-a-evasao-escolar/>

Programa de Aquisição de Alimentos - Viseu

O Programa de Aquisição de Alimentos de Viseu consiste na compra de produtos oriundos de agricultores familiares. O programa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar local, garantir a geração de renda para este grupo, estimular o investimento nesse setor e incentivar a produção agroecológica para garantir a segurança alimentar.

<http://viseu.pa.gov.br>

Instalações da Estação de Tratamento de Esgoto

A ampliação da Rede de Esgotamento Sanitário em Sobral tem sido realizada com o objetivo de garantir o acesso a esse serviço em áreas de vulnerabilidade social, e em distritos urbanizados, aumentando significativamente o número de moradias com acesso à rede de esgoto.

Atualmente, 95,69% da população da cidade é atendida com esgotamento sanitário, frente a média de 35,57% do estado e 66,95% do país.

<https://sobral.ce.gov.br/informes/principais/servico-autonomo-de-agua-e-esgoto-de-sobral-realiza-visita-tecnica-as-instalacoes-da-estacao-de-tratamento-de-esgoto-jose-euclides>

Reciclasol

A iniciativa Reciclasol tem como objetivo melhorar a gestão de resíduos do município de Sobral a partir de uma abordagem que contempla a coleta porta-a-porta e a disponibilização de pontos de depósito de resíduos recicláveis. Até o momento, foram implementados 38 pontos em locais estratégicos do município. Já a coleta porta-a-porta é realizada por meio de triciclos 100% elétricos motorizados, que são utilizados por catadores associados e ligados às Centrais Municipais de Reciclagem e aos Galpões de Reciclagem.

<http://sobral.ce.gov.br>

Academia da Saúde

Lançada em 2021, a iniciativa Academia da Saúde busca promover práticas corporais e atividade física para a população residente em Viseu, a partir da disponibilização de pólis em diferentes áreas da cidade. Nesses centros, são realizadas ações de promoção da alimentação saudável, de educação em saúde, entre outras atividades para fomentar o desenvolvimento de um modo de vida sustentável na população.

<https://portalfns.saude.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/ENTENDENDOOPROGRAMA.pdf>; <http://saude.gov.br>

Casa da Mulher Brasileira

O programa Mulher Segura e Protegida tem como objetivo garantir a união de esforços, visando combater as várias formas de violência contra as mulheres, bem como assegurar o acesso a uma estrutura de atendimento adequada às suas diversas demandas.

<https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/palmas-vai-ganhar-casa-da-mulher-brasileira-para-atendimento-as-vitimas-de-violencia/30306/>

Projeto Recicla Palmas

É o Programa que apoia a gestão de resíduos sólidos na Capital, por meio dos projetos de Reciclagem de Óleo Residual, Coleta Seletiva de Recicláveis, Compostagem da Fração Orgânica e Implementação da Cadeia de Logística Reversa

<https://portalnovonorte.com.br/noticia/44317/novo-modelo-de-eco-point-do-projeto-recicla-palmas-deve-ser-lancado-em-breve>

Programa Sabor de Maracaju

O Programa Sabor de Maracaju tem como objetivo certificar os produtos alimentícios artesanais processados ou não, através de emissão de um selo de certificação de identidade e qualidade a ser utilizado exclusivamente pelos produtos produzidos pelas unidades produtoras de alimentos artesanais previamente inspecionados, analisados e aprovados pela autoridade competente.

<https://leismunicipais.com.br/a/ms/m/maracaju/lei-ordinaria/2022/207/2063/lei-ordinaria-n-2063-2022-dispoe-sobre-o-programa-sabor-de-maracaju-que-certifica-a-qualidade-e-identidade-dos-produtos-alimenticios-artesanais-da-agricultura-familiar-e-da-outras-providencias>

Programa Recicla Verdinho

O Programa Recicla Verdinho é uma iniciativa de educação Ambiental e Financeira que visa conscientizar e educar alunos de escolas públicas municipais sobre a gestão de resíduos sólidos. A partir da troca de materiais recicláveis, os estudantes têm a oportunidade de receber uma moeda intitulada “verdinho”, a qual pode ser usada para a compra de frutas, verduras e legumes dos pequenos produtores da Rede Municipal de Ensino. Até o momento, foram 130.711 volumes trocados e 13.071 verdinhos distribuídos.

<https://reciclaverdinho.com.br/maracaju-ms>

Sala do Empreendedor

Seu objetivo é melhorar e simplificar o ambiente de negócios em todo o estado, atuando em conjunto com as administrações municipais para oferecer apoio aos pequenos negócios. A Sala do Empreendedor é uma plataforma digital que reúne, de forma integrada, serviços e informações para facilitar a abertura de empresas e gestão de negócios de Microempreendedores Individuais (MEI).

<https://www.maracaju.ms.gov.br/sala-do-empresendedor>

Recicla Itapipoca

O Recicla Itapipoca visa sensibilizar e engajar a população no processo de coleta seletiva e gestão de resíduos recicláveis. O programa contempla o cadastro das residências interessadas em aderir à iniciativa, a distribuição de embalagem de resíduos, a criação de hortas nas escolas, a capacitação dos catadores que trabalham no processo e a abertura de pontos de entrega voluntária. Até o momento, foram alcançadas 604 ruas da zona urbana do município.

<https://www.itapipoca.ce.gov.br/informa/452/prefeitura-lan-a-o-programa-recicla-itapipoca>

Programa Itapipoca Verde

O Programa Itapipoca Verde é uma iniciativa do Instituto de Meio Ambiente do Município de Itapipoca (IMMI) que visa a arborização urbana e a preservação do meio ambiente na cidade. Durante a segunda edição do programa, realizada em apenas 7 dias, mais de 150 mudas de árvores nativas foram plantadas na cidade.

<https://www.portalitapipoca.com.br/itapipoca/2022/05/10/programa-itapipoca-verde-mais-de-150-mudas-de-arvores-foram-plantadas-em-7-dias.html>

Programa de Formação para o Primeiro Emprego

Lançado em 2018, o Programa de Formação para o Primeiro Emprego prepara jovens de 14 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica para adentrar o mercado de trabalho na cidade de Curitiba. O programa oferece ciclos formativos que contemplam cursos como língua portuguesa, matemática, informática, empreendedorismo, entre outros, proporcionando uma possibilidade de desenvolvimento profissional e comportamental para o grupo atendido.

<https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/formacao-para-o-primeiro-emprego-ppe/826>

Programa Habitacional

Com o objetivo de alinhar as políticas de habitação social e o desenvolvimento sustentável do município, o Programa Habitacional de Curitiba buscou integrar o programa a um processo de recuperação e revitalização de áreas degradadas. Por meio da iniciativa, habitações irregulares localizadas em áreas de preservação foram substituídas por áreas de convivência que agora atendem a população da região. Além disso, as moradias populares passaram a contar com energia fontes de energia renováveis e não poluentes. O Moradias Parati será destinado para famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e foram cadastradas pelo serviço social da Cohab. Curitibaanos e curitibanas que passarão a viver em moradias seguras, em local dotado de infraestrutura e bem atendido por equipamentos e serviços públicos.

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novo-conjunto-do-programa-habitacional-comeca-a-ser-construido-em-curitiba/70086>

Programa de Gestão para Profissionais

O Programa de Gestão para Profissionais tem como objetivo promover a formação continuada dos gestores dos Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba. O objetivo é qualificar a formação continuada dos gestores dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), estabelecendo um canal permanente de acompanhamento e articulação administrativa e pedagógica.

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/educacao-infantil-curitibana-ganha-programa-de-gestao-para-profissionais/59571>

Ampliação das vagas da rede pública

Por meio da integração dos ODS no Plano Plurianual, a prefeitura de Curitiba ampliou a oferta de vagas de educação na rede pública de ensino. Em 2022, foram 52.675 vagas de Educação Infantil, superando a meta inicial de 51.221 de vagas até 2025. Ademais, o trabalho envolveu a abertura de novos centros de educação, a adequação dos espaços e a ampliação de vagas na rede contratada, que incluiu processo de credenciamento para as instituições privadas e/ou comunitárias interessadas em atender crianças de 0 a 3 anos de idade.

<http://curitiba.pr.gov.br/noticias/educacao-infantil-curitibana-ganha-programa-de-gestao-para-profissionais/59571>

Rooftops Sustentáveis

Implementado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre, proporciona incentivos para a implementação de áreas sustentáveis de lazer, convívio e paisagismo em coberturas de edifícios residenciais e comerciais. A partir da consolidação desses espaços, espera-se contribuir para redução dos efeitos das ondas de calor urbano, para a retenção de águas pluviais e para gerar um maior conforto térmico das edificações. Decreto 20746 2020 de Porto Alegre RS.

<http://leismunicipais.com.br/rs/porto-alegre/decreto/2020/20746>

Programa Meu Ambiente

Consiste no planejamento ambiental do Município de Arraial do Cabo, por meio do “Programa Meu Ambiente”, criado com objetivo de estabelecer uma agenda ambiental para o Município alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Foi desenvolvido usando a metodologia do Programa Cidades Sustentáveis e integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Além disso, considera o ICMS Ecológico, o Plano Diretor Municipal e todas as políticas públicas relacionadas às ações e projetos. O Programa foi construído com ampla participação social, inicialmente com a equipe da Secretaria do Ambiente e Saneamento, em seguida validado pelos Secretários Municipais e Prefeito em um evento de discussão e após foi discutido na Conferência Municipal de Meio Ambiente com cerca de 80 participantes. Possui 4 pilares

visando uma melhor organização e ordenamento das atividades: Biodiversidade, Agenda Urbana, Educação Ambiental e Pessoas.

<http://www.arraial.rj.gov.br/portal/noticias/O/3/1537/arraial-do-cabo-lanca-programa-meu-ambiente>

Grupo de Estudos para Municipalização dos ODS

Grupo formado para analisar e desenvolver propostas para a localização em nível municipal dos ODS em Guarulhos. Realização da segunda oficina de imersão sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para duas turmas de servidores: a do Grupo de Estudos de Municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a do Grupo de Estudos do Mapa Social de Guarulhos. Ambos foram instituídos no mês passado por portarias do Executivo. A ideia é propiciar mais conhecimento e reflexão sobre os ODS aos dois grupos, sendo que um irá elaborar propostas que servirão para implementar os objetivos no município, bem como os mecanismos de monitoramento de indicadores e metas (municipalização dos ODS), enquanto que o outro irá preparar sugestões para a regulamentação do Mapa Social de Guarulhos, previsto na lei municipal 7.991/2022, que é composto por indicadores de desigualdade econômica, social, racial e de gênero.

<http://www.guarulhos.sp.gov.br/article/servidores-participam-de-imersao-sobre-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>

Plano Municipal São Luís Inteligente

Implementado pela Secretaria de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE) Unidade de Criatividade e Inovação (UCI) de São Luís, o Plano Municipal São Luís Inteligente: instrumento de gestão urbana essencial à coordenação e à sustentabilidade, em longo prazo, das ações, políticas e programas conduzidos pelo Município, sob a perspectiva de cidade inteligente. O Plano assume os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os propósitos de sustentabilidade das smart cities (cidades inteligentes) fixados pela ISO e pela ABNT como vetores para a absorção de inovação e tecnologia nos serviços municipais, e segue as diretrizes estabelecidas pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e pela Política Nacional de Cidades Inteligentes (PL 976/21, atualmente em

tramitação no Congresso Nacional).
<http://saoluis.ma.gov.br/saoluisinteligente>

(RE)conhecendo Povos Tradicionais

O projeto (RE)conhecendo Povos Tradicionais, implementado pela Secretaria da Fazenda, Orçamento e Planejamento de São Cristóvão, tem como objetivo mapear terreiros, quilombos e aldeias Indígenas de São Cristóvão para que o poder público local possa, a partir dos cadastros e informações levantadas, planejar políticas direcionadas a cada público. Até novembro de 2023, o projeto mapeou 67 terreiros, 16 grupos de capoeira, 03 benzedeiras/rezadeiras e 6 indígenas. No mesmo ano, o projeto deu um novo passo, concedendo imunidade tributária aos terreiros das religiões de matriz africana registrados.

<https://publicacao.saocristovao.se.gov.br/post/projeto-de-sao-cristovao-que-concede-imunidade-tributaria-aos-terreiros-e-selecionado-para-receber-selo-e-premio-ods-2023>

Mapa da Economia Criativa e Inovação de São Luís

A Prefeitura de São Luís, visando dar visibilidade ao desenvolvimento de políticas públicas para os setores da economia criativa e da inovação da cidade, realizou o mapeamento e diagnóstico de 13 segmentos econômicos ligados à cultura, consumo, mídias e tecnologias do Município. Armazenada em portal oficial da Prefeitura de São Luís, a base de dados resultado do mapeamento é um importante recurso para compreender a dinâmica de equipamentos, empreendedores, organizações e coletivos desses ecossistemas produtivos, além de fornecer indicadores para orientar tomadas de decisões na elaboração de estratégias e políticas para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade.

<http://mapacriativo.saoluis.ma.gov.br/>

Revitalização do Sistema Lagunar

Implementado pela Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR) de Maricá, visa dar nova vida às lagoas de Maricá e ainda abrir caminho para levar a experiência para outros cantos do Brasil e do mundo. É com essa ideia que nasceu o Lagoa Viva, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). O programa busca revitalizar as lagoas com o uso

de microorganismos vivos, um método já aplicado com sucesso em diversos países. E os resultados já apareceram: em um ano, já foi possível observar um aumento de 200% da fauna e flora da região e melhoria na qualidade da água.

<http://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-lanca-bioinsumos-no-canal-da-cidade-para-revitalizacao-das-lagoas/>

O Grande Pacto da Inovação

Apresentação da Agenda 2030 e de ações que visam sua aplicação dentro da Administração Municipal a alunos de escolas públicas e privadas, de acordo com apresentação "Rio Grande + Sustentável". O Grande Pacto da Inovação: Ação coordenada entre diversas entidades do Município objetivando o desenvolvimento através da Inovação, tendo como visão de futuro "Tornar-se uma referência internacional em Economia Azul". Foram selecionados projetos para serem acompanhados pela Mesa Diretora do Pacto. O projeto foi apresentado no Triple Helix XXI Conference, em Barcelona, representando o ODS 14 - Vida na Água.

<http://grandepacto.com.br/>

Setor Privado

Associação Ayrumã - Serro/MG

A instituição tem como base de seu trabalho o desenvolvimento de projetos socioculturais e ambientais em Serro e no Médio Espinhaço, visando apoiar as comunidades tradicionais e quilombolas a terem voz e a saírem da condição de vulnerabilidade social. Diante da ameaça representada pelas mineradoras que buscam explorar o município

<https://www.ayruma.org/>

SESC

O Sesc - Departamento Nacional adota uma abordagem de sustentabilidade estruturada aos ODS e promoveu a formação de mais de 200 técnicos na metodologia SDG Compass, tendo realizado o alinhamento de mais de 120 projetos aos ODS em todo território nacional, com metas e indicadores, dentro das áreas de atuação do Sesc – Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. Dessa forma, validamos nosso compromisso em prol do desenvolvimento sustentável.

<https://www.sesc.com.br>

SESC SC

O SESC SC é uma instituição inovadora que direciona todas as suas atividades da Assistência e Saúde vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com nove unidades estrategicamente implantadas para atender a população em vulnerabilidade por meio de projetos de Desenvolvimento Comunitário, a instituição busca promover o acesso gratuito a atividades que impactem positivamente a vida da comunidade ao redor.

<https://www.sesc-sc.com.br/portal/>

ProNatura Internacional - Cuiabá/MT

A organização atua como parceira dos países interessados em avançar para economias mais inclusivas, promovendo o uso eficiente dos recursos e buscando baixas emissões de carbono como meio para impulsionar o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza.

<https://pronaturainternational.org/>

HUB ODS PERNAMBUCO - Recife/PE

A instituição demonstra uma abordagem inovadora ao acelerar o envolvimento do setor empresarial com a Agenda 2030, buscando aumentar sua atuação regional por meio de redes locais nos estados. Essa estratégia visa potencializar os impactos no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

https://www.iati.org.br/pt_br/hub-ods-pe/

Dreams and Purpose Consulting Ltda - Santana de Parnaíba/SP

A instituição adota uma abordagem inovadora ao basear sua atuação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao dedicar-se à educação e implementação desses objetivos.

<https://dreamsandpurpose.com.br/>

VBIO.eco - Porto Alegre/RS

A instituição adota uma abordagem inovadora ao utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como critério fundamental para classificar mais de 70 projetos mapeados, incluindo os 15 projetos atualmente em execução, todos direcionados à biodiversidade.

<https://www.vbio.eco/>

Mulheres Foco Brasil - Ceilândia/DF

A instituição adota uma abordagem inovadora

ao utilizar esses objetivos como um guia para classificar de maneira mais organizada o público a ser alcançado.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/casa-da-mulher-de-ceilandia-df-amplia-espacos-para-oferecer-atendimento-juridico-e-capacitacao>

Anima Educação - Paripiranga/BA

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desempenham um papel fundamental na formatação e estruturação de todas as atividades de extensão na instituição. Desde a inclusão curricular dos ODS nas matrizes dos cursos de graduação até a orientação das agendas de formação docente ao longo do semestre, esses objetivos são cuidadosamente considerados em todos os aspectos.

<https://www.terra.com.br/noticias/dino/fato-relevante-anima-educacao-conclui-transacao-com-rede-de-ensino-ages.7d7a6b65d0bbeaaa4ec20d50f3b06dfenuwwn1j9.html>

DTlimp - Maringá/Pr

A DTlimp oferece uma variedade de produtos de limpeza e é conhecida por sua qualidade e atendimento delicado. Além disso, eles estão comprometidos com a sustentabilidade e são um ponto de coleta de óleo usado em parceria com a empresa Furion Recicla e a Prefeitura de Maringá.

<https://www.facebook.com/people/DTlimp-Produtos-de-Limpeza/100064259825824/>

CRIA BRASIL - Itu/SP

A instituição destaca-se por adotar uma abordagem inovadora ao incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seu planejamento de atividades, especialmente ao promover a inclusão de pessoas com deficiência. Demonstrando um comprometimento firme com a premissa de "Não deixar ninguém para trás", a instituição direciona esforços para favorecer populações vulnerabilizadas, incluindo a população negra, povos originários, pessoas com deficiência, crianças, entre outros grupos.

[História - Cria <https://www.facebook.com/people/DTlimp-Produtos-de-Limpeza/100064259825824/a-Brasil>](https://www.facebook.com/people/DTlimp-Produtos-de-Limpeza/100064259825824/a-Brasil)

Gustavo Tamellini Concept Hair - Maringá/PR

Instituição destacou-se por adotar uma abordagem inovadora ao integrar a Agenda 2030

em seu planejamento estratégico, utilizando as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretrizes fundamentais. Essa iniciativa resultou na transformação do salão em um espaço com práticas sustentáveis, demonstrando um compromisso firme com a promoção do desenvolvimento sustentável. Como reconhecimento dessas práticas, o salão obteve cinco certificações voltadas para suas ações sustentáveis

<https://www.instagram.com/gustavotamellini/>

Risotolândia – Paraná

A empresa implantou um projeto de educação voltado para comunidades ribeirinhas, visando capacitá-las na agricultura sustentável e proporcionar o desenvolvimento econômico das esposas por meio de seus próprios negócios.

<https://risotolandia.com.br/>

Anne Louise Cosméticos LTDA - Sorocaba/SP

Empresa concentra seus esforços no ODS 17, estabelecendo parcerias com escolas do ensino infantil ao médio para promover o projeto “Jardim na Escola”. Por meio desse projeto, são abordados temas como meio ambiente, sustentabilidade e ações individuais, por meio de dinâmicas educativas e do plantio de embalagens da marca Anne Louise®, que contêm sementes de flores em sua composição

<https://www.annelouisecosmeticos.com.br/>

Enaex Brasil - Quatro Barras/PR

A instituição se destaca por sua abordagem inovadora ao integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômica, social e ambiental - em suas políticas e ações. Por meio de esforços voltados para não deixar ninguém para trás e favorecer populações vulneráveis, incluindo mulheres, meninas, pessoas com deficiência e comunidades marginalizadas, a instituição busca reduzir desigualdades e promover o empoderamento desses grupos.

<https://www.enaex.com.br/pt/contato/>

Braskem - São Paulo

A instituição lançou programas inovadores, como o programa de estágio focado em mulheres, negros e pessoas com deficiência, que foi reconhecido como vencedor do 14º Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio, na categoria Oportunidades, em 2023.

<https://www.braskem.com.br/estrategiadedesenvolvimentosustentavel>

ITB Equipamentos Elétricos - Birigui/SP

ITB recebeu novamente o Certificado da REC Standard, que garante a rastreabilidade de 100% de toda a energia elétrica consumida. Além disso, esse certificado assegura a neutralização das emissões de gases de efeito estufa

<https://itb.ind.br/sustentabilidade/>

Arkema Coatex - São Paulo/SP

A instituição está empenhada em oferecer aos seus clientes soluções sustentáveis e inovadoras que contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, operando como uma fabricante responsável e observando uma política de progresso contínuo e excelência operacional.

<https://www.arkema.com/global/en/social-responsibility/vision-and-strategy/sustainable-development-goals/>

Tectrilha Informática Ltda - Vitória/ES

A instituição desenvolveu um conjunto de sistemas inovadores que abrangem desde o planejamento até a transparência pública, passando pela análise de indicadores municipais, todos alinhados com a Agenda 2030 e seus 17 ODS. Atualmente, a instituição desempenha um papel fundamental auxiliando diversos municípios na orientação para o cumprimento das metas relacionadas aos ODS. Isso inclui a elaboração de sistemas para uso dos municípios, vinculando peças de planejamento como PPA, Plano de Metas e Planejamentos Estratégicos aos ODS da Agenda 2030

<http://www.tectrilha.com.br/>

URBAN ETC - Florianópolis/SC

iniciativa de construir um laboratório de projetos de protótipos de moradias habitacionais solarpunk, que visa promover soluções habitacionais sustentáveis e alinhadas com os princípios da energia solar.

<https://www.facebook.com/projetosurbanetc/>

Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) - São Paulo/SP

O InPACTO trabalha em uma perspectiva setorial, abrangendo diversas cadeias produtivas em

todo o território nacional, mobilizando setores como o cacau, café, carnaúba, pecuária, têxtil, industrial e de serviços, com ações coletivas visando compromissos públicos e voluntários das empresas para combater o trabalho análogo ao escravo.

<https://inpacto.org.br/>

Veracel Celulose S.A - Eunápolis/BA

A Empresa tem demonstrado um compromisso significativo com a diversidade e inclusão, implementando iniciativas internas e externas que promovem a equidade e a representatividade de grupos minoritários. Os processos de contratação são direcionados para grupos minorizados, e em 2023, metade das contratações e promoções foram de pessoas pertencentes a esses grupos. Além disso, a empresa mantém projetos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda em comunidades locais, beneficiando mais de 2000 famílias. Em termos de conservação ambiental, a empresa mantém oito áreas de alto valor de conservação, incluindo a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, que desempenha um papel fundamental na preservação da biodiversidade e na promoção da educação ambiental

<https://www.veracel.com.br/sustentabilidade/operacoes-sustentaveis/>

SABIC Innovative Plastics South America - Campinas/SP

A empresa desenvolveu um roteiro inovador para os ODS, delineando sua contribuição e oportunidades futuras, o que criou uma plataforma para garantir que esses objetivos permaneçam no centro de sua estratégia de negócios

<https://www.sabic.com/en/sustainability>

Mercur SA - Santa Cruz do Sul/RS

A instituição implementa um inventário e neutralização de carbono desde 2015, sendo carbono neutro, e integra esse tema em sua estratégia de atuação. Suas iniciativas incluem metas para redução da pegada de carbono nos transportes, engajamento de transportadores na compensação de emissões, aquisição de matérias-primas e insumos locais e de fontes renováveis, além de políticas de logística reversa conectadas com a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de materiais e resíduos.

<https://mercur.com.br/sobre-a-mercur/iniciativas/>

Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Florianópolis/SC

O Programa Empreender desempenha um papel crucial ao unir micro e pequenas empresas, promovendo a coesão e a implementação de iniciativas conjuntas para impulsionar o avanço econômico das empresas associadas.

<https://www.facisc.org.br/sustentabilidade/>

Porto Itapoá - Itapoá/SC

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são considerados no momento do planejamento das atividades, projetos e programas conduzidos pelo Porto junto à Comunidade. O Projeto Porto para Todos – Mulheres Portuárias é um exemplo inovador de iniciativa que promove a equidade de gênero e a inclusão das mulheres no segmento portuário.

<https://www.portoitapoa.com/sustentabilidade/>

Intelli Industria de Terminais Elétricos Ltda - Orlandia/SP

A instituição implementa iniciativas inovadoras que abordam diversas áreas dos ODS. Um exemplo é o Projeto Adolescente de Futuro, uma iniciativa de 20 anos que oferece emprego para jovens de 14 a 18 anos, incluindo aqueles que são infratores, atendidos pelo conselho tutelar ou inscritos em programas sociais.

<https://www.intelli.com.br/solucoes>

AllesNano Ltda. - Toledo/PR

A Empresa desenvolve e fabrica adjuvantes biodegradáveis e aditivos nanotecnológicos, contribuindo para uma agricultura mais sustentável

<https://allesnano.com/agro/>

KYODAI Metalúrgica - São José dos Pinhais/PR

Aadota políticas inovadoras que promovem a autonomia e o reconhecimento profissional e financeiro de seus colaboradores, como folgas remuneradas para aniversário e eventos de confraternização mensais, além de um plano de carreira acelerado. Além disso, a instituição dedica esforços ao acolhimento, treinamento e registro em carteira de funcionários em situação de vulnerabilidade, originários principalmente da Venezuela e do Haiti,

<http://kyodai.ind.br/#servicos>

Heide Indústria e Comércio Ltda. - Pinhais/PR

Heide se dedica ao desenvolvimento e fabricação de ingredientes naturais e sustentáveis para alimentos, bebidas, chás e cosméticos

<https://www.heide.com.br/#sustentabilidade>

São Francisco Indústria de Alimentos Pet Ltda. - Cidade Gaúcha/PR

A instituição pode explorar oportunidades inovadoras para iniciar sua jornada rumo à sustentabilidade, buscando compreender e implementar esses objetivos em suas práticas e estratégias, promovendo assim um engajamento proativo em prol do desenvolvimento sustentável.

<https://www.fasa.ind.br/quem-somos/>

Selettra Automação e Robótica - São José dos Pinhais/PR

A Selettra possui iniciativas como a coleta e destinação de lixo eletrônico, a criação de pontos de coleta de tampinhas e lacres para doação, e o uso de energia solar como fonte de energia renovável.

<https://www.selettra.com.br/>

Luma Plásticos - São José dos Pinhais/PR

A Empresa demonstra um compromisso inovador com o bem-estar de seus colaboradores ao oferecer benefícios abrangentes, como fornecimento de plano de saúde e odontológico para todos os colaboradores e seus familiares. Além disso, a instituição adota o programa Gympass, proporcionando acesso a atividades físicas para seus colaboradores e familiares, promovendo a saúde e o cuidado com o corpo.

Destaca-se também a iniciativa de oferecer suporte psicológico para todos os colaboradores e seus familiares, reconhecendo a importância da saúde mental no ambiente de trabalho

<https://lumaplasticos.com.br/politica-de-responsabilidade-corporativa/>

Neoortho Produtos Ortopedicos SA - Curitiba/PR

Além disso, o reconhecimento ECOSELO no ODS 13 evidencia o compromisso da instituição com a sustentabilidade ambiental, promovendo práticas ecoeficientes em suas operações

[NEOORTHO Produtos Ortopédicos S/A | Curitiba PR | Facebook](#)

Neoortho Produtos Ortopedicos SA - Curitiba/PR

O projeto ESG foi concebido com o objetivo

de orientar as ações da empresa rumo à sustentabilidade, buscando minimizar os impactos ambientais, sociais e econômicos, além de identificar e impulsionar oportunidades sustentáveis. Em paralelo, o programa Zero Acidentes concentra esforços na promoção de uma cultura de saúde e segurança, visando garantir condições adequadas e dignas de trabalho para todos os colaboradores. Por sua vez, o projeto Como Faz Bem Incluir tem como foco a adequação e capacitação de pessoas com deficiência (PCDs) e da comunidade interna, visando uma inclusão mais efetiva no ambiente de trabalho e nas equipes.

http://www.primeimplantes.com.br/?page_id=3171

QMOVI Indústria Moveleira Ltda - Arapongas/PR

Orientando diversas iniciativas e políticas.

Destacam-se a manutenção de salários alinhados com o ODS 8 e 10, promovendo o bem-estar dos colaboradores, e o reconhecimento ECOSELO no ODS 13, evidenciando seu compromisso com a sustentabilidade ambiental. Melhorias na cesta alimentação e salários, alinhadas aos ODS 1 e 2, visam o bem-estar e segurança alimentar dos colaboradores.

<https://www.qmovi.com.br/>

Urbano Alimentos - Jaraguá do Sul/SC

Visando minimizar impactos ambientais, sociais e econômicos e identificar oportunidades sustentáveis. Projetos como Zero Acidentes promovem uma cultura de saúde e segurança, garantindo condições de trabalho adequadas. O programa Como Faz Bem Incluir concentra-se na inclusão efetiva de pessoas com deficiência, refletindo o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Essa abordagem combina princípios dos ODS com melhores práticas globais, promovendo uma gestão ética, transparente e alinhada com padrões internacionais.

<https://www.urbano.com.br/meio-ambiente>

Vinícola Família Fardo - Quatro Barras/PR

instituição adota uma abordagem ao integrar práticas sustentáveis em suas operações, visando influenciar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desde a implementação de tecnologias ecoeficientes até o engajamento em iniciativas de reflorestamento e reciclagem, demonstra compromisso com a sustentabilidade

ambiental e social. Além disso, promove acessibilidade e inclusão, gerencia resíduos e protege dados, refletindo um compromisso abrangente com o desenvolvimento sustentável.

<https://familiafardo.com.br/nos/>

AESA Automolas Equipamentos LTDA. - Cambé/PR

AESA adota medidas para promover a sustentabilidade. A empresa reduz emissões de gases de efeito estufa e incentiva práticas sustentáveis, como a conversão de resíduos orgânicos em adubo. Desde 2019, implementou processos sustentáveis na fabricação de grampos e adotou biometano, reduzindo suas emissões.

<https://aesa.com.br/empresa/>

QI Química Inteligente Soluções e Especialidades Químicas Ltda - Curitiba/PR

A empresa desenvolve produtos e processos a partir de resíduos do agronegócio brasileiro, buscando alternativas à química tradicional do petróleo. Todos os seus desenvolvimentos são guiados pelos quatro pilares da sustentabilidade: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

<http://quimicainteligente.ind.br/>

Maxxforte Indústria de Implementos agrícolas Ltda - Pranchita/PR

A instituição busca constantemente maneiras inovadoras de abordar questões de desigualdade e inclusão em suas práticas, mesmo sem adotar os ODS como referência direta para suas ações.

<https://www.maxxforte.com.br/>

MAREL Indústria de Moveis SA – Francisco Beltrão/PR

O comprometimento com a sustentabilidade é evidente em diversas iniciativas, como o estudo e a redução dos resíduos recicláveis e orgânicos. A empresa também inova ao implementar um programa de auxílio assistencial à sociedade, demonstrando seu compromisso com o impacto social positivo. Além disso, a instituição tem adotado uma abordagem inovadora na promoção da igualdade de gênero, refletida nas contratações significativas de mais mulheres, contribuindo para a diversidade e inclusão no ambiente de trabalho.

<https://marel.com.br/>

LA montagens - São José dos Pinhais/PR

Na instituição em questão, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exercem uma influência significativa em todo o planejamento, permeando as diversas áreas de atuação. Desde a concepção de projetos até a execução das atividades diárias, as ações são orientadas para contribuir com a agenda global de sustentabilidade. Iniciativas como a redução do desperdício de água, o reaproveitamento de materiais e a separação adequada de resíduos são incorporadas de forma inovadora em todos os processos da empresa.

<https://www.facebook.com/LAmontagensprofissional/>

Vibaz plástico e aço - São José dos Pinhais/PR

Desde a concepção de políticas e programas até a execução de atividades diárias, os ODS são considerados como diretrizes fundamentais para garantir práticas sustentáveis e responsáveis. A empresa adota medidas como a separação eficiente de materiais e a implementação de estratégias para reduzir o desperdício de água, alinhando-se assim à incorporação dos ODS em sua legislação, políticas e planos

<https://www.vibaz.com.br/>

Expresso Princesa dos Campos - Curitiba/PR

A empresa adota práticas como programas de formação de mão de obra, igualdade de oportunidades e parcerias de cooperação para otimização de recurso

<https://www.princesadoscampos.com.br/>

Sistema Federação das Indústrias do estado do Paraná - Curitiba/PR

O relatório de sustentabilidade elaborado documenta minuciosamente as ações, iniciativas e compromissos assumidos pela instituição, estabelecendo uma forte ligação e desenvolvendo as operações de acordo com os Objetivos estabelecidos.

<https://www.fiepr.org.br/>

Associação dos moradores do povoado sabonete - Carutapera/MA

Na referida instituição, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são utilizados como diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de projetos sociais, ambientais e de direitos humanos. Um exemplo inovador

disso é o Projeto Irriga Açaí, que visa promover a sustentabilidade e o desenvolvimento local por meio da implantação de um sistema de captação da água da chuva para irrigação de plantações de açaí, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos e o fortalecimento da agricultura sustentável na região

<https://www.facebook.com/amps.2002.sabonete/>

Montenegro produções Culturais – Piraquara/PR

A instituição realiza esforços significativos para garantir que seus projetos e atividades contribuam para a missão de “Não deixar ninguém para trás”, priorizando ações que favoreçam populações vulneráveis, incluindo população negra, povos originários, pessoas com deficiência, crianças, entre outros

<https://montenegroproducoes.com/>

Maxinutri Laboratório Nutraceuticos Eirelli - Arapongas/PR

Em suas práticas, a instituição promove a saúde no ambiente de trabalho, oferecendo serviços como ginástica laboral, fisioterapia, palestras preventivas e atendimento médico especializado. Além disso, ela se dedica a fornecer cuidados pediátricos gratuitos, suporte a gestantes e licença estendida para valorizar a parentalidade, demonstrando um comprometimento com o bem-estar de seus colaboradores e suas famílias. No que diz respeito à justiça e igualdade, a instituição adota políticas de Cargos e Salários Justos, promovendo transparência e incentivando o crescimento profissional, o que contribui para um ambiente de trabalho mais equitativo e motivador.

<https://www.maxinutri.com.br/contato/>

Coritiba Foot Ball Club – Curitiba/PR

Priorizando medidas relacionadas ao meio ambiente, o clube implementou o Programa Nossa Identidade Verde (NIV), um programa abrangente de sustentabilidade ambiental que revisou vários processos dos eventos de jogo, reestruturou a gestão de resíduos com o objetivo de alcançar o aterro zero (com dados auditáveis) e promove ações de conscientização ambiental para sócios, torcedores e colaboradores.

<https://www.coritiba.com.br/>

SSM - Seival Sul Mineração - Candiota/RS

Dentro da governança da instituição, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 05, 16 e

17 orientam suas ações, promovendo igualdade de gênero, transparência institucional e parcerias. A empresa apoia a educação local (ODS 04) e combate a pobreza (ODS 01) através de parcerias e iniciativas sociais. Comprometida com a redução de emissões (ODS 13), a instituição iniciou o inventário de Gases de Efeito Estufa. Além disso, apoia o desenvolvimento econômico local (ODS 08) e a redução das desigualdades (ODS 10) por meio de projetos comunitários e educacionais. O Projeto Candiota Sustentável exemplifica a integração dos ODS, envolvendo mais de 2 mil alunos na promoção da sustentabilidade e conscientização (ODS 11). Essas iniciativas refletem o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e comunitário.

<http://www.seivalsul.com.br/>

Lions Clube de Cascavel – Cascavel/PR

A instituição se compromete a contribuir para a preservação e sensibilização do cuidado com o meio ambiente através de iniciativas como a coleta de lacres de alumínio e tampinhas de plástico, divulgando o projeto para a comunidade e promovendo campanhas nas redes sociais. Além disso, o Lions Clube busca promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que temporariamente necessitam de equipamentos para se locomover, através do repasse dos lacres de alumínio e das tampinhas de plástico para a aquisição de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas e andadores para empréstimo

<https://e-clubhouse.org/sites/cascavel/>

Colorfix Itamaster Industria de Masterbatches Ltda – Paraná

instituição está comprometida em integrar os ODS em todas as áreas da organização, garantindo que as atividades estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Simultaneamente, a Colorfix, como parte desse compromisso, implementa um Modelo Comportamental inovador para promover uma cultura organizacional baseada na inteligência emocional, responsabilidade e igualdade, alinhando-se especialmente com os ODS 8, 10 e 16

<https://revora.com.br/>

Nobis Plataforma - Curitiba/PR

Utilizando um sistema inovador de monitoramento em tempo real, suas iniciativas vão desde a ativação econômica de mulheres em

vulnerabilidade até o desenvolvimento sustentável com povos indígenas. O monitoramento contínuo dos indicadores socioambientais permite avaliar o progresso em direção aos ODS, garantindo a integração das dimensões do desenvolvimento sustentável.

<https://nobisapp.com.br/site/lp/index.php>

Instituto de Biologia Molecular do Paraná - Curitiba/PR

A empresa está comprometida em promover a sustentabilidade e o desenvolvimento social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Implementa iniciativas para educar e conscientizar sobre desafios globais, como mudança climática e desigualdade social, enquanto reduz seu impacto ambiental com práticas sustentáveis em suas operações. Apoia projetos sociais e comunitários para melhorar a qualidade de vida, especialmente das populações vulneráveis, em parceria com organizações locais e ONGs.

<https://www.ibmp.org.br/desenvolvimento-tecnologico/>

Tuicial Indústria Gráfica - Cascavel/PR

Ao alinhar suas metas e estratégias aos ODS, busca reduzir seu impacto ambiental, promover a inclusão social, equidade de gênero e desenvolvimento econômico sustentável. Exemplos incluem a redução do consumo de recursos, a parceria para neutralizar emissões de carbono, a certificação do Selo Resgata e a instalação de um parque solar, demonstrando seu compromisso inovador com um futuro mais sustentável.

<https://tuicial.com.br/>

Engemo Indústria e Comércio de Máquinas e Serviços - Curitiba/PR

A instituição demonstra uma forte consciência corporativa em relação à sustentabilidade, refletida em suas práticas alinhadas aos princípios ESG (ambiental, social e de governança). Realiza medidas junto a grupos de clientes com objetivos de desenvolvimento semelhantes, como descarte seletivo de resíduos e fluídos, contribuindo para a preservação ambiental. Prioriza a conscientização sobre o uso racional de energia, evidenciando compromisso com eficiência energética e redução de impactos ambientais. Suas ações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrando-se de forma

inovadora e responsável para promover um desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo.

<https://engemo.com.br/quem-somos.html>

Cocamar Cooperativa Agroindustrial - Maringá/PR

Através do Projeto Cultivar, alinhado ao ODS 10, oferece oportunidades de trabalho digno e inclusão social para colaboradores com deficiências cognitivas, cultivando mudas nativas doadas à comunidade, proporcionando benefícios empregatícios inovadores. Além disso, destaca-se pela publicação do Relatório de Sustentabilidade GRI, evidenciando sua consciência dos impactos e comprometimento com a transparência e sustentabilidade conforme o ODS 16.

<https://www.cocamar.com.br/>

Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Paraná - Curitiba/PR

A instituição, de forma inovadora, utiliza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento das atividades, especialmente em alguns delineamentos de projeto. A oferta de educação gratuita, tanto formal quanto complementar, a estudantes com renda bruta familiar mensal de até três salários-mínimos, exemplifica o compromisso com a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) em suas políticas e ações. Além disso, através dos esforços de "Não deixar ninguém para trás", a instituição favorece populações vulnerabilizadas, incluindo população negra, povos originários, pessoas com deficiência, crianças, entre outros grupos marginalizados. Adicionalmente, ela se destaca ao reduzir desigualdades através do empoderamento e capacitação de diferentes grupos de jovens.

<https://www.sescpr.com.br/>

Associação Alcoolismo Feminino - Belo Horizonte/MG

A instituição, de forma inovadora, trabalha de acordo com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas por um mundo melhor para todos, atuando na prevenção e tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool (ODS 3.5), e lutando para acabar com todas as

formas de discriminação e violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas (ODS 5.1). Através de suas ações, a instituição ajuda mulheres a se recuperarem da dependência de substâncias e a ressignificarem suas vidas, tornando-as potentes e protagonistas de uma nova história de autoconhecimento, autoestima e amor-próprio.

<https://www.associacaoaf.org/>

Rhodia Solvay - Paulínia/SP

A instituição adota uma abordagem inovadora ao utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na análise de materialidade, integrando-os em legislação, políticas e programas. Comprometida em promover a sustentabilidade e a inclusão, favorece populações vulneráveis e busca reduzir desigualdades através do empoderamento de mulheres, meninas e jovens. Enfrentando desafios estruturais, demonstra um compromisso abrangente com a agenda global de sustentabilidade

<https://www.solvay.com/en/sustainability>

EVONIK - São Paulo/SP

Evonik, uma das líderes mundiais em especialidades químicas, reafirma seu compromisso com a sustentabilidade como parte integrante de seu propósito e gestão estratégica. Com o objetivo de liderar além da química para melhorar a vida, hoje e amanhã, a empresa deu início à próxima etapa de sua transformação "verde" integrando a sustentabilidade de maneira plena e sistemática em todos os elementos de sua estratégia: gestão do portfólio, inovação, cultura corporativa e alocação de recursos.

<https://central-south-america.evonik.com/pt/responsibility>

Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes - Navegantes/SC

Comprometida com desenvolvimento sustentável do ambiente o qual está inserida, a Portonave acredita que, mais do que uma obrigação, a preservação e proteção ambiental são fundamentais para se alcançar a excelência operacional. Por este motivo, a empresa busca manter seus altos níveis de produtividade caminhando lado a lado com a conservação do meio ambiente.

<https://www.portonave.com.br/pt/sustentabilidade/gestao-ambiental/>

Oficina do Origami - Foz do Iguaçu/PR

A instituição alcança resultados significativos ao promover a preservação ambiental e o consumo consciente, obtendo também impactos positivos na economia local, no desenvolvimento comunitário e no apoio a jovens em vulnerabilidade e mulheres vítimas de violência. A disseminação da arte japonesa e a inovação tecnológica, como origamis em impressão 3D e NFTs, geram resultados culturais e tecnológicos de ponta. Compensando seus gases de efeito estufa com o plantio de árvores nativas, demonstra um compromisso ambiental tangível em suas práticas responsáveis.

<https://www.facebook.com/oficina.do.origami/>

Bloco Base – Curitiba/PR

Destacam-se iniciativas como o programa de contratação focado em minorias, garantindo uma abordagem inclusiva e igualitária na composição da equipe. A prática de igualdade salarial reforça o compromisso com a justiça social, enquanto o programa de capacitação interno reflete o esforço em promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores. A integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável em políticas e ações reforça a visão abrangente da instituição, buscando equilibrar considerações econômicas, sociais e ambientais em suas práticas.

<https://blocobase.com/>

Irmandade Evangélica Betânia - Curitiba/PR

Entre essas ações, destaca-se o programa de Educação Infantil, que oferece quatro refeições diárias para 400 crianças de comunidades em vulnerabilidade social, garantindo a gratuidade como premissa e contribuindo diretamente para o alcance dos ODS 1 e 2. Além disso, a instituição desenvolve campanhas de coleta de resíduos sólidos, encaminhando-os para reciclagem e contribuindo para o ODS 13. Em 2023, foram recicladas 6000 esponjas de pia usadas, 770 litros de óleo de fritura e 419 quilogramas de tampinhas de plástico. Adicionalmente, a instituição ofereceu sete cursos de geração de renda para mulheres que não estão no mercado de trabalho, contribuindo ativamente para a redução de desigualdades (ODS 10) e promovendo o empoderamento econômico das mulheres na comunidade.

<https://www.irmandadebetania.org.br/>

Refrigerantes Marajá S/A - Várzea/MT

A instituição utiliza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 08, 09 e 12 como base para o planejamento de suas atividades, demonstrando um compromisso inovador com a promoção do desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o Projeto Sustentável por Natureza, que implanta Pontos de Entrega Voluntária Seletiva (PEVS) e lixeiras ecológicas em escolas e parques, promovendo conscientização sobre a destinação correta de descartáveis. A campanha "Junte e Troque" incentiva a troca de garrafas PET por refrigerantes, enquanto o Projeto Marajá em Ação oferece serviços de saúde, educação, lazer e cidadania para a comunidade local. A instituição também promove a Indústria do Conhecimento, disponibilizando cursos de informática básica e elaboração de currículos, beneficiando crianças, jovens e adultos da comunidade.

<https://marajarefrigerantes.com.br/sustentabilidade/>

Folha do Litoral News - Paranaguá/PR

Os ODS fornecem um quadro abrangente para abordar desafios ambientais globais e promover a sustentabilidade em todas as suas operações. A empresa utiliza os ODS como diretrizes para identificar áreas de melhoria e implementar a divulgação de práticas ambientais responsáveis, influenciando as decisões editoriais para cobrir questões ambientais e promover a conscientização sobre a proteção do meio ambiente.

<https://www.facebook.com/folhadolitoralnews/>

Herbarium Laboratório Botânico - Colombo/PR

Por meio de iniciativas como a Jornada de Diversidade e Inclusão, o Processo de Qualificação e Desenvolvimento de Fornecedores e a Certificação Aterro Zero, a instituição demonstra seu compromisso em integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável em suas políticas e ações. Além disso, os esforços para reduzir desigualdades, capacitar mulheres e meninas e superar problemas estruturais contribuem para promover um desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo.

<https://herbarium.com.br/responsabilidade/>

Carrocerias Aeroporto – Guarapuava/PR

A instituição demonstra um compromisso

inovador ao utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento de suas atividades, especialmente no gerenciamento de resíduos. Parte desses resíduos é encaminhada para uma empresa especializada em recolhimento, enquanto a outra parte é comercializada ou doada, contribuindo para a promoção da industrialização sustentável e o respeito ao meio ambiente.

<https://www.facebook.com/people/Carrocerias-Aeroporto/100058185379185/>

Companhia do Saneamento do Paraná - Curitiba/PR

Sanepar participa ativamente de iniciativas do Pacto Global, como o Movimento +Água e o Net Zero, além de projetos como o Dispara 2030 e a "Ambição pelos ODS", que visam potencializar boas práticas e estabelecer metas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável. No contexto dos ODS 13, a empresa promove ações de mitigação de gases de efeito estufa e desenvolve estratégias de adaptação às mudanças climáticas, com reconhecimento por meio de certificações e selos de sustentabilidade. Nos ODS 8 e 10, a Sanepar monitora o índice de satisfação dos empregados, elaborando planos de ação para melhorias e garantindo cobertura por acordos de negociação coletiva para todos os empregados ativos e próprios.

<https://site.sanepar.com.br/>

Disk Carimbos Ind. Com. Ltda - Criciúma/SC

Consciente do impacto social e ecológico dos carimbos descartados, a empresa lançou a campanha "Troque seu carimbo de madeira por um estojo automático" em 2012, incentivando a substituição por carimbos reutilizáveis feitos de plástico injetado. Essa iniciativa não apenas reduziu o desperdício de materiais, mas também promoveu a conscientização ambiental ao oferecer mudas de árvores nativas como parte do processo de troca. Em 2018, a empresa deu um passo adiante com a campanha "Ensine brincando: Projeto Pedagógico, Social e Ambiental", que recicla os carimbos plásticos descartados e os transforma em ferramentas educacionais coloridas.

<https://www.facebook.com/diskcarimboscri/>

Instituto Purunã - Balsa Nova/PR

A instituição também se dedica ao

desenvolvimento integral infantil, oferecendo programas educacionais abrangentes para alunos do CMEI e reforço escolar para complementar a educação formal dos alunos do Ensino Fundamental I e II. Outra iniciativa importante é a capacitação e empoderamento feminino, que envolve a formação em confeitaria para mulheres da comunidade, a abertura de Microempreendedor Individual (MEI) para aquelas que trabalhavam na informalidade, além de palestras e vivências que promovem o empoderamento feminino.

<https://institutopuruna.com.br/quem-somos/>

Mao Colorida Comunicação Visual LTDA – Curitiba/PR

A instituição implementou iniciativas de reaproveitamento da água e uso de energia solar para reduzir seu impacto ambiental. Prioriza a diversidade no ambiente de trabalho, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades. Socialmente, desenvolve projetos de apoio à comunidade local, oferecendo oportunidades de emprego e apoiando crianças com doações e distribuição de brinquedos. Para garantir o bem-estar dos colaboradores, melhorou o valor do vale alimentação/refeição, visando proporcionar uma alimentação saudável.

<https://www.maocolorida.com/pt/#OqueFazemos>

Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM - Belo Horizonte/MG

Na instituição, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte fundamental do planejamento de atividades, com o ESG (Ambiental, Social e Governança) integrado ao Planejamento Estratégico. Isso se reflete em iniciativas inovadoras, como o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, promovendo igualdade de oportunidades e inclusão de grupos historicamente marginalizados. Os ODS são incorporados em legislação, políticas, planos e programas, demonstrando um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável nas três dimensões: econômica, social e ambiental.

<https://ibram.org.br/noticias/?checkbox-section%5B%5D=441>

Instituto Estação das Formigas - ONG - Brasília/DF

A instituição busca promover emprego e renda de forma sustentável, utilizando os recursos

naturais de maneira responsável e influenciando positivamente áreas-chave como tecnologia, economia criativa, logística reversa e energia limpa. Destaca-se na consolidação das leis relacionadas aos ODS, garantindo alinhamento legal com os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos. Um aspecto inovador é o uso semanal das redes sociais para divulgar os ODS ao público, promovendo conscientização e engajamento da comunidade.

<https://br.linkedin.com/in/instituto-esta%C3%A7%C3%A3o-formigas-6658aa2b1>

Sociedade Civil

Geledés - Instituto da Mulher Negra

O Geledés concentra seu planejamento estratégico em ações de incidência na agenda de desenvolvimento sustentável, tanto nacional quanto global. Com foco em não deixar ninguém para trás, a instituição favorece populações vulneráveis, promove o empoderamento de mulheres e meninas e busca superar problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento sustentável.

<https://www.geledes.org.br/>

Fundação Abrinq

Criada em 1990, a Fundação Abrinq é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e exercício da cidadania de crianças e adolescentes no Brasil. Em 33 anos de atuação já beneficiou mais de 8 milhões de meninos e meninas em todo o Brasil, por meio de iniciativas desenvolvidas voltadas para promover o acesso à Educação, Saúde e Proteção.

<https://observatoriocrianca.org.br/junte-se-a-nos>

WEF Global Shapers Rio de Janeiro

O Polo Rio de Janeiro é formado por jovens líderes que dedicam seu tempo para se engajar em projetos e atividades que tenham impacto positivo na sociedade.

<https://www.globalshapers.org/impact/>

Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo

O Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo integra a rede de equipamentos culturais da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, gerido em parceria pelo Instituto Mirante de Cultura e Arte. Voltado para discussão, promoção e fazeres

das artes, ciência, cultura e natureza, está aberto aos processos de experimentação e intercâmbio.
<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/5855/>

Associação dos Produtores do Vale do Portal do Céu

Tendo como foco o desenvolvimento da produção agroecológica e sustentável em área vizinha ao Parque Nacional do Caparaó, a Aprovap vem mobilizando e potencializando parcerias locais através de projetos que contribuam para fortalecer a economia solidária na comunidade.
<https://mapas.cultura.gov.br/agente/257523/>

Projeto Escola ESG “nao deixe ninguem para trás”

O Projeto Escola ESG é uma iniciativa inovadora que visa conectar a educação escolar aos princípios de desenvolvimento sustentável e às práticas das empresas ESG (Ambiental, Social e Governança).
<https://exame.com/esg/melhores-do-esg-iniciativas-pioneiras-em-educacao-geram-uma-nova-cultura/>

Engajamundo

A missão é conscientizar os jovens brasileiros de que mudando a si mesmo, seu entorno e se engajando politicamente, eles podem transformar as suas realidades. Sendo assim, é por meio de formações, mobilização e ações de ativismo, que nos dedicamos a empoderar a juventude brasileira para ajudá-los a compreender, participar e incidir em processos políticos locais, nacionais e internacionais.
<https://www.atados.com.br/ong/engajamundo-1>

Gestos e GT Agenda 2030

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.
<https://gtagenda2030.org.br/ods/ods5/>

Colégio Marista Criciúma

Nos Colégios Maristas, a educação de excelência anda lado a lado com valores solidários. Unidos pela mesma missão, o desenvolvimento do

estudante acontece de forma integral desde cedo, contemplando aspectos emocionais, intelectuais, espirituais e sociais.
<https://criciuma.colegiosmaristas.com.br/pagina-inicial/>

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha) surgiu em 1999, impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil que participaria da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (Senegal), no ano 2000. O objetivo era somar diferentes forças políticas, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação social, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais
<https://campanha.org.br/>

Associação Comunidade Ativa de Vila Clara e Cidadania

Criação do Projeto Mulheres em Ação e Bem Querer Mulher no combate da violência contra as mulheres, meninas e idosos, com a missão de proporcionar Assistência Social, Jurídica Psicológica e Saúde no resgate da cidadania e dignidade humana das pessoas em vulnerabilidade social.
<https://www.atados.com.br/ong/associacao-comunidade-ativa-de-vila-clara-e-cidadania-mulheres-em-acao-bem-querer-mulher>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A instituição se destaca por seu compromisso em envolver estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) na compreensão do papel de suas atividades em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
<https://ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn>

Ressoe Sustentabilidade

A RESSOE Sustentabilidade é especializada em gestão de resíduos sólidos em condomínios e empresas, nossos serviços visam facilitar e tornar transparente o controle das documentações para certificação do correto destino e trazer economia ao cliente através da otimização do ciclo dos resíduos.
<https://www.ressoe.com/>

Museu Zabelê

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) direcionam as ações da instituição

museológica Muzab, expandindo sua missão para além da mera preservação da memória, engajando-se no desenvolvimento sustentável da comunidade local.

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/um-museu-para-recontar-o-velho-zabele-pi>

Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo

O Centro Cultural Parque Escola (CCCariiri) promove o desenvolvimento sustentável em sua comunidade. Através de exposições, debates e espetáculos, aborda questões contemporâneas como aquecimento global, direitos humanos e combate à fome, enquanto reconhece a importância da medicina tradicional para a saúde das comunidades locais. Por meio de parcerias estratégicas, contribui ativamente para a implementação dos ODS, promovendo a sustentabilidade e a resiliência comunitária, além de difundir o conhecimento sobre a Agenda 2030.

<https://www.institutomirante.org/centro-cultural-do-cariri/>

Light Serviços de Eletricidade AS

A energia que move sonhos passa pela Light. Há mais de 100 anos a nossa história se mistura com a do Rio de Janeiro, iluminando a evolução em cada casa, negócio e tornando sonhos possíveis.

<https://www.light.com.br/SitePages/page-a-light.aspx?v=1.1>

Instituto Move

A partir da experiência de implementação de projetos de desenvolvimento comunitário, o Move vem fortalecendo a Rede de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha e gerando impacto a nível municipal, estadual e nacional. Esse trabalho identifica, junto com a comunidade, as oportunidades de ações para a Região e oportuniza ligações com diversas outras redes e coletivos, fortalecendo seu capital social e sua capacidade coletiva, além de suportes administrativo e operacional.

<https://move.org.br/>

Instituto Moinho Cultural Sul-Americano

Seu objetivo é promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes em áreas de fronteira, oferecendo acesso a atividades culturais e fortalecendo a educação formal. Suas iniciativas incluem cursos de arte, dança e música, atendimento escolar e médico, além de programas

de geração de renda e economia criativa para famílias e a comunidade.

<https://moinhocultural.org.br/>

Instituto Cresça de Desenvolvimento Socioambiental

O IDS é uma organização que busca pautar os temas democracia e sustentabilidade como indissociáveis, uma vez que as práticas sustentáveis fortalecem os valores democráticos.

<https://www.idsbrasil.org/>

Rede ODS Brasil

É um espaço de troca de experiências e estabelecimento de parcerias para promover ações que contribuam com as diretrizes da Rede ODS Brasil: democratizar, defender e localizar a Agenda 2030.

<https://www.redeodsbrasil.org/>

Organização Social Vokuim

A instituição segue no propósito de assegurar os direitos infanto-juvenis no município, com o foco em garantir o acesso à educação popular, à cultura e à preservação do meio ambiente. A instituição tem como propósito gerar oportunidades ao público mais vulnerável desse território para superar desigualdades e possibilitar trajetórias de vida alternativas a seus beneficiados.

<https://www.vokuim.org.br/>

Pontão de Cultura REDE AJURICABA Rede Paraense de Pontos de Cultura

A Rede Ajuricaba, ou Rede Paraense de Pontos de Cultura, é uma iniciativa que busca promover e fortalecer a cultura viva no Brasil, especialmente no estado do Pará. Esta rede reúne Tuxáuas da Política Nacional Cultura Viva e membros de Pontos de Cultura, além de outros agentes culturais paraenses. Atuando como um espaço de colaboração, valorização e promoção das manifestações culturais regionais, a Rede Ajuricaba conecta diversos pontos e pontões de cultura na região, onde a cultura é vivenciada, preservada e compartilhada.

<https://redeajuricaba.org/site/>

Movimento Negro de Divinópolis

O Movimento Unificado Negro de Divinópolis (MUNDI) é uma instituição sem fins lucrativos que se destaca na promoção da educação étnico-racial, arte, cultura e audiovisual. Além de conscientizar sobre a luta contra a discriminação racial e a desigualdade social,

o MUNDI celebra a cultura afro-brasileira e fortalece a identidade negra na região.

<https://revistacanjere.com.br/programacao-mes-da-consciencia-negra-mundi/>

Instituto Selo Social

organização da sociedade civil focada no desenvolvimento de estratégias para criar ambientes em que a corresponsabilidade pelo desenvolvimento social e qualidade de vida da população seja cada vez mais estimulado.

<https://www.institutoselosocial.org/>

Instituto Limpa Brasil

O Instituto Limpa Brasil é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão: Promover educação e mobilização pública, de forma democrática e inclusiva, para erradicar o descarte inadequado dos resíduos restaurando o meio ambiente, construindo uma cultura de reciclagem, consumo consciente, produções responsáveis, economia circular, gerando renda para catadores de materiais recicláveis.

<https://www.atados.com.br/ong/institutolimpabrasil>

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

O Idec atua em diversas áreas, incluindo cobrança indevida, entrega atrasada e defeito em produtos, garantindo que os consumidores recebam o tratamento justo estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor.

<https://idec.org.br/>

Associação Civil Alternativa Terrazul

O projeto promoveu a conscientização sobre a Carta da Terra e a Agenda 2030 no Lago Norte por meio de mobilização social e educação. Rodas de conversa foram realizadas, envolvendo instituições e moradores locais, resultando na criação da Comissão Local de Desenvolvimento Sustentável. A Jornada de Aprendizagem alcançou mais de 2.000 visualizações e 156 inscritos, com 75 concluintes, além de atingir mais de 550.000 pessoas com conteúdo online.

<http://www.alternativaterrazul.org.br/sobre-terrazul/>

Revolusolar

Associação sem fins lucrativos, fundada em 2015 no Morro da Babilônia, no Rio de Janeiro. Desde então, trabalhamos em parceria com a comunidade local na construção de um modelo

de energia solar social.

<https://revolusolar.org.br/>

Ipê Produções

A Ipê Produções destaca-se pelo seu compromisso com a sustentabilidade, alinhando suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma integrada e inovadora. Priorizando a inclusão e igualdade de oportunidades, a empresa visa não deixar ninguém para trás, especialmente mulheres, meninas e grupos jovens diversos. Além de superar desafios estruturais, a instituição colabora em projetos conjuntos para implementar efetivamente a Agenda 2030 e os ODS, como evidenciado pelo documentário “Maré de Conflitos”, que educa e conscientiza sobre questões socioambientais.

<https://ipeproducoes.wixsite.com/ipeproducoes>

ACITA - Associação Comercial Industrial de Serviços e Agropecuária de Itabira

PAQP é embasado nas normas ISO, reconhecidas internacionalmente. Um diferencial apresentado é o atendimento aos requisitos da norma ISO 9001 que aborda gestão da qualidade e condições ambientais, de saúde e segurança. Este quesito está de acordo com a preocupação, cada vez maior, das empresas com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade.

<https://www.acitaitabira.com.br/pagina.php?id=2>

Projeto Química Amiga do Meio Ambiente

O QUIAMA, que veio da ideia de Química Amiga do Meio Ambiente, é um projeto de pesquisa, ensino e extensão do IFRJ, que envolve Produtos Naturais e Agroecologia buscando saberes mais sustentáveis.

<https://www.instagram.com/projeto.quia-ma/?igsh=MWV3anJlbjkyMhYObA%3D%3D>

Global Shapers Belo Horizonte

Em cada cidade, equipes de Shapers se auto-organizam para criar projetos que atendam às necessidades de sua comunidade. Os projetos são abrangentes – desde a resposta a desastres e o combate à pobreza, até o combate às mudanças climáticas e a construção de comunidades inclusivas. Os shapers são diversos em experiência, educação, renda, herança e identidade, mas estão unidos por seu desejo de trazer mudanças.

<https://www.globalshapers.org/hubs/belo-horizonte-hub/>

Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de Sião

Por meio da promoção da diversidade e do diálogo nas relações familiares, a associação combate à violência, o preconceito e a discriminação, contribuindo para o desenvolvimento e proteção das famílias.

<https://www.findglocal.com/BR/Maring%C3%A1/329881600416680/Associa%C3%A7%C3%A3o-Cultural-e-Beneficente-Nossa-Senhora-de-Si%C3%A3o>

Associação Apoio a Mães Especiais

O IAME- Instituto de Apoio à Mães de Especiais- Atua sem fins lucrativos e realiza diversas atividade e projetos com foco na inclusão de crianças deficientes de todos dos diagnósticos. Oferecemos tratamentos psicológicos e de apoio emocional para mães e promovemos eventos inclusivos, para as crianças e seus familiares próximos. O nosso objetivo é inclusão através do lazer, esportes e educação adaptados.

<https://www.iameong.com.br/>

Movimento Náutico Urgente

A instituição demonstra uma abordagem importante ao defender a preservação ambiental e os direitos das comunidades locais. Enfrentando judicialmente ameaças à Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba e lutando contra a especulação imobiliária, mostra um compromisso firme com a justiça ambiental e a proteção dos direitos das comunidades afetadas.

<https://www.nauticourgente.eco.br/>

OSC Instituto Gaia Escola

Instituto Gaia Escola reconhece a importância da educação climática diante dos desafios ambientais contemporâneos e realiza ações de formação para capacitar professores nessa temática, integrando-a de forma inter e transdisciplinar na prática pedagógica

<https://institutogaiaescola.org.br/>

Associação Centro Social Fusão

A Associação Centro Social Fusão é uma organização não governamental (ONG) que desempenha um papel fundamental na comunidade, destacando-se por seu compromisso com a caridade e o bem-estar social. Acreditando

que a caridade é um exercício espiritual, a associação valoriza aqueles que praticam o bem, reconhecendo que isso coloca em movimento as forças da alma.

<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/05948911000169-ASSOCIACAO-CENTRO-SOCIAL-FUSAO>

Local Lab ODS

O Local Lab ODS é uma instituição atual de especialistas em Desenvolvimento Local e ODS, dedicado à aceleração da localização e territorialização da Agenda 2030 em governos e entidades locais. Com a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em legislação, políticas, planos e programas. O Local Lab ODS também investe no empoderamento e capacitação de mulheres, meninas e diversos grupos de jovens.

<https://www.youtube.com/@LocalLabODS>

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)

O Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, composta por municípios e empresas, que tem como objetivo a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência.

<https://agua.org.br/>

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH

O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos que busca ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. Sua missão é Promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

<https://iddh.org.br/>

Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano – INADH

A Instituição é reconhecida por seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ODS 1, ela promove a capacitação profissional e apoia o micro empreendedorismo, beneficiando setores como turismo, hotelaria e saúde. Além disso, no ODS 2, realiza a distribuição de alimentos, garantindo acesso a alimentos básicos

e frescos para comunidades vulneráveis. Por fim, destaca-se o Seminário para o Terceiro Setor no ODS 16, capacitando Organizações da Sociedade Civil para uma atuação mais eficiente e profissional.

<https://inadh.org.br/>

Instituto Rugby para Todos

Buscamos apoiar a redução de situações de exclusão social a que estão submetidas crianças e adolescentes nos territórios de atuação do Rugby Para Todos, contribuindo não apenas para o enfrentamento destas situações, mas também promovendo a garantia de direitos, implementando plano de ação social efetivo, incentivando os educandos a assumirem o protagonismo em seus territórios.

<https://rugbyparatodos.org.br/>

Associação Iarense dos Amigos da Infância

Atua na promoção de processos formativos em arte e cultura. Promove oficinas, aulas e vivência na horta e em praças. Mobiliza voluntários e famílias pelos Direitos Sociais e Políticas Públicas para o Distrito de Iara, Barro CE.

<https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/442640>

Associação Social Fusão

Objetivo em implementar atividades educativas e promover mudanças de comportamento que reduzam a infecção por DST/AIDS – TB na população jovem em situação de pobreza na região do bairro de Jacutinga localizado no município de Mesquita.

<https://socialfusao.org.br/>

Associação Só Vamos RJ

Com a participação voluntários dedicados e de doações, semanalmente, são entregues 710 refeições, acompanhadas de água, frutas e kits de higiene, alcançando milhares de pessoas em situação de insegurança alimentar, demonstrando o poder transformador da solidariedade e da colaboração comunitária.

<https://www.sovamos.org/>

Associação Projeto Presente

A Associação Presente de Apoio a Pacientes com Câncer - Padre Tiãozinho é uma organização não governamental, filantrópica, que tem como Missão 'Promover assistência, cuidado e amparo a jovens, adultos e idosos carentes com câncer e atuar na prevenção e diagnóstico precoce da doença.

<https://associacaopresente.org.br/>

Instituto Cresça de Desenvolvimento Socioambiental

O IDS é uma organização que busca pautar os temas democracia e sustentabilidade como indissociáveis, uma vez que as práticas sustentáveis fortalecem os valores democráticos.

<https://www.idsbrasil.org/quem-somos/>

Instituto de Ações Socioambientais – INASA

Fundado em 2004, realiza ações socioambientais nas escolas, comunidades urbanas, comunidades rurais, objetivando disseminar a educação ambiental.

[Instituto de Ações Socioambientais - Inasa | Facebook](#)

Instituto Limpa Brasil

O Instituto Limpa Brasil é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a conscientização da população brasileira para o problema do descarte irregular do lixo urbano por meio da realização de projetos integrados que envolvem a sociedade civil, o setor privado e os órgãos do governo.

https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=25556

Ong Um Novo Olhar

O Instituto Um Novo Olhar é pioneiro no tratamento médico gratuito para Mulheres Vítimas de Violência doméstica, com Acolhimento Psicológico, Tratamento de Reconstrução Facial, Orientação Jurídica, Capacitação e Orientação das nossas Assistentes Sociais.

<https://umnovooolhar.org/>

Observatório Tuberculose Brasil

Composto por representantes do governo, profissionais de saúde, conselho, usuários, instituições e/ou movimentos sociais, o órgão colegiado atuará em caráter permanente, consultivo e propositivo na formulação e recomendação de políticas públicas que envolvam a corresponsabilidade de outros entes públicos, no que se refere ao enfrentamento à tuberculose no estado, visando a eliminação da TB como problema de saúde pública.

<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/55117#:~:text=O%20Observat%C3%B3rio%20Tuberculose%20Brasil%20tem%20o%20objetivo%20de,ENSP%20criou%20a%20>

[coordena%C3%A7%C3%A3o%20do%20Observat%C3%B3rio%20Tuberculose%20Brasil.](https://www.rederua.org.br/)

Associação Donnas da Rua

Missão Principal: Contribuir para a construção de uma rede de relações, que promova o resgate da cidadania e o direito da vida digna da população em situação de rua.

<https://www.rederua.org.br/>

Rede Entre Nós

Elaboramos e executamos projetos que possuem a missão de melhorar a acessibilidade nas cidades e incluir as pessoas mais vulneráveis nas áreas de cultura, trabalho, geração de renda, lazer, esporte, entretenimento.

<https://www.redeentrenos.com.br/>

Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi

É uma entidade precursora da Escola de Música Carlos Gomes. Tem como objetivo trabalhar com crianças e jovens nas comunidades carentes e desenvolver o talento musical e artístico. Oferece cursos nas áreas de Música, Dança, Artes Visuais e artes Marciais.

<https://mapas.cultura.gov.br/agente/16302>

Fiocruz

A Fiocruz atua no desenvolvimento de produtos e processos com aplicação potencial como: novas vacinas, medicamentos à base de plantas, métodos de diagnóstico e monitoramento da saúde do trabalhador, aumento do número de patentes brasileiras e aprimoramento do sistema de saúde nacional.

<https://portal.fiocruz.br/>

Associação Iniciativa Cultural (OSC Passos da Criança)

Passos da Criança tem o propósito de possibilitar que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos e se desenvolvam de maneira segura, acolhedora e amorosa, de forma que eles sejam agentes da sua transformação e do meio em que vivem.

[Passos da Criança: E aí, vamos transformar? \(passosdacrianca.org.br\)](https://passosdacrianca.org.br/)

Associação Projeto Oficina

Centro de inclusão social da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e transtorno mental.

[Associação Projeto Oficina - APO | Carapicuíba SP | Facebook](#)

ÉDEN-Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano

O instituto trabalha de forma consistente e ética apoiando as famílias nas diversas formas possíveis objetivando a promoção do desenvolvimento humano e de luta por cidadania digna aos que dela necessitar.

[Home | Éden \(eden.org.br\)](https://eden.org.br/)

Associação Casa Dulce Seixas

Casa de acolhimento **LGBTQIA+** para maiores de 18 anos em vulnerabilidade social.

[Casa Dulce Seixas - Anda Direito](#)

Favela Art

Favela Art é um Negócio de Impacto Social Sustentável que tem como missão em Proporcionar esperança através da arte.

<https://www.facebook.com/favelaart/>

Majime Labs

A Majime Labs busca mapear e comunicar estratégias que vêm sendo propostas por diferentes Instituições, Programas e Projetos, no âmbito de adaptações climáticas e temas transversais, promovendo o acesso ao seu conteúdo reduzindo barreiras tecnológicas de acessibilidade.

<https://www.majimelabs.com.br/>

Pastoral da Saúde

Pastoral da Saúde Nacional tem por objetivo o desenvolvimento integral do ser humano, promovendo o acesso a saúde sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político.

<https://pastoraldasaudecnbb.com.br/>

Observatório da Diversidade Cultural

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) tem como objetivos centrais: produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

[Observatório da Diversidade Cultural \(observatoriodadiversidade.org.br\)](https://observatoriodadiversidade.org.br/)

Lar Escola

Atualmente temos duas grandes frentes de atuação, com serviço de Proteção e Prevenção, em que trabalhamos com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Programa de Formação Técnica e Profissional, que abrange o Programa de Aprendizagem e curso de Corte e Costura.

<https://www.larescola.org.br/>

Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

A Unifesp busca oferecer propostas de caminhos concretos e medidas que possam ser implementadas nos contextos locais, nacionais e globais aos que pretendem compreender a complexibilidade dos problemas relacionados à sustentabilidade e enfrentar os desafios para a busca de soluções, e formular novos sistemas de governança que considerem a multidisciplinaridade, o Estado de Direito e a qualidade das leis e suas aplicabilidades.

[Sustentabilidade \(unifesp.br\)](https://sustentabilidade.unifesp.br/)

Instituto Isis Bruder

O Instituto tem a missão de promover a Assistência Social para pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a redução das desigualdades.

<https://institutoisisbruder.org.br/>

Ong um Olhar

O Olhar de Bia é uma organização social que tem a missão de acabar com a miséria através da educação. Atuamos como o braço social das empresas que querem atuar com propósito, através do nosso SaaS do Bem – Social as a Service – com a proposta de ajudá-las a se adequarem ao ESG e a gerar mais resultados através do impacto social.

<https://olhardebias.org.br/>

Instituto Tocar

O Instituto Tocar tem por objetivo de promover

e desenvolver programas, projetos e serviços para efetivação das políticas públicas nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente guiado por valores de justiça, ética, cidadania, direitos humanos e participação colaborativa.

<https://institutotocar.org/>

Comitê DF/RIDE/GO da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida

Nós, da Ação da Cidadania, queremos o mesmo que você: acabar com a fome no Brasil. Por isso, há 30 anos, nosso trabalho tem sido transformar vidas.

<https://www.acaodacidadania.org.br/>

Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc

O instituto contribui para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o cidadão e a cidadã, a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade.

<https://inesc.org.br/>

Fundação grupo Esquel Brasil

O trabalho realizado consolida a Fundação centro de produção e disseminação de conhecimentos em áreas estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável.

<https://esquel.org.br/>

Instituto Epuranios

Instituto que busca promover a inclusão social, por meio de programas que fortaleçam as famílias, auxiliando na formação Biopsicossocial de crianças e adolescentes, bem como promover ações que articulem a educação e trabalho, para que os jovens e adultos com poucas oportunidades possam ter uma trajetória de vida digna.

<https://institutoepuranios.org/>